PROSPECTO PRELIMINAR

OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO, SOB O RITO AUTOMÁTICO, DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM ATÉ 3 (TRÊS) SÉRIES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, DA 2ª (SEGUNDA) EMISSÃO DA

ENAUTA PARTICIPAÇÕES S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado - CVM nº 2236-5 - CNPJ nº 11.669.021/0001-10 - NIRE 33.300.292.896
Avenida Almirante Barroso, nº 52, sala nº 1.301 (parte), Centro, CEP 20031-918, Rio de Janeiro - RJ

Valor Total da Oferta – até R$1.100.000.000,00 (um bilhão e cem milhões de reais)
Código ISIN das Debêntures da 1ª Série: BRENATDBS028
Código ISIN das Debêntures da 2ª Série: BRENATDBS036
Código ISIN das Debêntures da 3ª Série: BRENATDBS044
Classificação de Risco (*Rating*) das Debêntures: Não aplicável

A **ENAUTA PARTICIPAÇÕES S.A.**, acima qualificada, na qualidade de emissora ("**Emissora**" ou "**Companhia**"), está realizando uma oferta pública de distribuição primária de até 1.100.000 (um milhão e cem mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, da 2ª (segunda) emissão da Emissora ("**Debêntures**" e "**Emissão**", respectivamente), com valor nominal unitário de R$ 1.000,00 (mil reais) ("**Valor Nominal Unitário**"), perfazendo o montante total de até R$ 1.100.000.000,00 (um bilhão e cem milhões de reais) ("**Valor Total da Emissão**"), a serem alocadas como Debêntures da 1ª (primeira) Série ("**1ª Série**" e "**Debêntures da 1ª Série**") e, Debêntures da 2ª (segunda) Série ("**2ª Série**" e "**Debêntures 2ª Série**") e/ou Debêntures da 3ª (Terceira) Série ("**3ª Série**" e "**Debêntures da 3ª Série**") sendo certo que **(i)** a quantidade de Debêntures a ser emitida; **(ii)** a existência de cada uma das Séries; e **(iii)** a quantidade de Debêntures a ser alocada em cada série, serão definidas de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding* (conforme definido abaixo) mediante o Sistema de Vasos Comunicantes (conforme definido abaixo), observado que a quantidade de Debêntures a ser alocada na 2ª Série será limitada a 50% (cinquenta por cento) da quantidade total de Debêntures efetivamente emitida e que qualquer Série poderá ser cancelada. Será permitida a Distribuição Parcial (conforme definido abaixo) das Debêntures, sendo que a manutenção da Oferta está condicionada à subscrição e integralização do montante mínimo de R$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais) ("**Montante Mínimo**"). A Emissão e a Oferta não poderão ser aumentadas em nenhuma hipótese. As Debêntures são objeto de uma oferta pública de distribuição, sob o rito de registro automático ("**Rito Automático**"), nos termos do artigo 26, inciso V alínea (b), da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada ("**Resolução CVM 160**"), sob regime misto de garantia firme e melhores esforços de colocação, nos termos do Contrato de Distribuição (conforme abaixo definido), destinadas exclusivamente aos Investidores Qualificados (conforme definidos neste Prospecto) ("**Oferta**").

A Oferta será intermediada pela **XP INVESTIMENTOS CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Avenida Ataulfo de Paiva, nº 153, Sala 201, Leblon, inscrita no CNPJ sob o nº 02.332.886/0001-04 ("**XP**" ou "**Coordenador Líder**"), em conjunto com o **BTG PACTUAL INVESTMENT BANKING LTDA.**, sociedade limitada, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.477, 12º andar, Itaim Bibi, CEP 04538-133, inscrita no CNPJ sob o nº 46.482.072/0001-13 ("**BTG Pactual**"), e o **ABC BRASIL DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Cidade Jardim, nº 803, 2º andar, Jardim Paulistano, CEP 01453-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.817.677/0001-76 ("**ABC**", e em conjunto com o BTG Pactual e o Coordenador Líder, "**Coordenadores**"). Os Coordenadores organizarão procedimento de coleta de intenções de investimento dos potenciais investidores nas Debêntures, observado o disposto no artigo 61, parágrafo 2º, da Resolução CVM 160, para definir **(i)** a demanda das Debêntures, de forma a definir o número de séries da emissão das Debêntures, conforme Sistema de Vasos Comunicantes; **(ii)** a quantidade e o volume final da emissão das Debêntures, observada a possibilidade de Distribuição Parcial e o Montante Mínimo; e **(iii)** a taxa final da remuneração aplicável às Debêntures de cada série ("**Procedimento de Bookbuilding**").

As Debêntures da 1ª Série terão prazo de vencimento de 6 (seis) anos ou 2.194 (dois mil cento e noventa e quatro) dias contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 17 de setembro de 2029 ("**Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Série**"). As Debêntures da 2ª Série terão prazo de vencimento de 5 (cinco) anos ou 1.827 (mil oitocentos e vinte e sete) dias contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de setembro de 2028 ("**Data de Vencimento das Debêntures da 2ª Série**"). As Debêntures da 3ª Série terão prazo de vencimento de 6 (seis) anos ou 2.194 (dois mil cento e noventa e quatro) dias contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 17 de setembro de 2029 ("**Data de Vencimento das Debêntures da 3ª Série**").O Valor Nominal Unitário (ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso), das Debêntures da 1ª Série será atualizado monetariamente pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE ("**IPCA**"), desde a Data de Início da Rentabilidade até a data de seu efetivo pagamento ("**Atualização Monetária das Debêntures da 1ª Série**"), sendo o produto da Atualização Monetária das Debêntures da 1ª Série automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário (ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) das Debêntures da 1ª Série ("**Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 1ª Série**"). O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série e o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 3ª Série não serão atualizados monetariamente.

Sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 1ª Série incidirão juros remuneratórios a serem definidos no Procedimento de *Bookbuilding* e, em qualquer caso, limitados ao que for maior entre: **(i)** a taxa interna de retorno do Tesouro IPCA+ (nova denominação da Nota do Tesouro Nacional, Série B - NTN-B), com vencimento em 2028, baseada na cotação indicativa divulgada pela ANBIMA em sua página na internet (**http://www.anbima.com.br**), apurada no fechamento do Dia Útil imediatamente anterior à data do Procedimento de *Bookbuilding*, acrescida exponencialmente de uma sobretaxa *(spread)* equivalente a 3,70% (três inteiros e setenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis; ou **(ii)** 8,75% (oito inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("**Remuneração das Debêntures da 1ª Série**"), incidentes desde a Data de Início da Rentabilidade das Debêntures da 1ª Série, ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da 1ª Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. Sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias do DI - Depósito Interfinanceiro de um dia, "*over extra grupo*", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 ("**Taxa DI**"), acrescida exponencialmente de uma sobretaxa (*spread)* a ser definida no Procedimento de *Bookbuilding* e, em qualquer caso, limitada a 4,50% (quatro inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("**Remuneração das Debêntures da 2ª Série**"). A Remuneração das Debêntures da 2ª Série será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série (ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série), desde a Data de Início da Rentabilidade das Debêntures da 2ª Série, ou Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da 2ª Série imediatamente anterior (inclusive) até a data de pagamento da Remuneração das Debêntures da 2ª Série em questão, data de declaração de vencimento antecipado em decorrência de um Evento de Inadimplemento (conforme definido neste Prospecto) ou na data de um eventual Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da 2ª Série (conforme definido neste Prospecto), o que ocorrer primeiro. Sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 3ª Série, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios prefixados, correspondentes a um determinado percentual fixo ao ano a ser definido no Procedimento de *Bookbuilding* e, em qualquer caso, limitado ao que for maior entre: (i) a Taxa DI de *duration* mais próxima à *duration* das Debêntures da 3ª Série, conforme as Taxas Referenciais BM&FBOVESPA relativa à 'DI x Pré', 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, baseada na cotação indicativa do Dia Útil imediatamente anterior à data de realização do Procedimento de *Bookbuilding*, divulgada pela B3 em sua página na internet (acessível, nesta data, por meio do link https://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/servicos-de-dados/market-data/consultas/mercado-de-derivativos/precos-referenciais/taxas-referenciais-bm-fbovespa/), acrescida exponencialmente de sobretaxa (spread) de 3,75% (três inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano; e (ii) 14,75% (quatorze inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("**Remuneração das Debêntures da 3ª Série**" e, em conjunto com a Remuneração das Debêntures da 1ª Série e a Remuneração das Debêntures da 2ª Série, "**Remuneração**").

Nos termos do artigo 2º, parágrafos 1º e 1º-B, da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme alterada ("Lei 12.431"), do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, conforme alterado ("Decreto 8.874"), e da Resolução CMN nº 4.751, de 26 de setembro de 2019, conforme alterada ("Resolução CMN 4.751"), os recursos obtidos pela Emissora por meio da Emissão das Debêntures da 1ª Série e das Debêntures da 3ª Série serão utilizados exclusivamente para o pagamento futuro ou reembolso de gastos, despesas ou dívidas relacionados à implementação e desenvolvimento do Sistema Definitivo do Campo de Atlanta ("Projeto"), observado o enquadramento do Projeto como prioritário pelo Ministério de Minas e Energia ("MME"), por meio da Portaria da Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis do MME nº 62/SPG/MME, de 18 de novembro de 2022 ("Portaria").

A Enauta Energia S.A., uma subsidiária integral da Emissora ("**Enauta Energia**"), nos termos da Escritura de Emissão, presta fiança em favor dos titulares das Debêntures ("**Debenturistas**"), representados pelo Agente Fiduciário, em conformidade com o artigo 818 do Código Civil, independentemente de outras garantias constituídas no âmbito da Emissão, obrigando-se solidariamente com a Emissora, em caráter irrevogável e irretratável, como fiadora, codevedora solidária e principal pagadora responsável pelo fiel, pontual e integral pagamento das Obrigações Garantidas ("**Garantia Fidejussória**").

A Enauta Netherlands B.V. ("**Enauta Netherlands**") e a Atlanta Field B.V. ("**Atlanta Field**" e, em conjunto com a Enauta Netherlands, as "**Fiadoras Estrangeiras**" e, em conjunto com a Enauta Energia, as "**Fiadoras**") outorgarão garantias corporativas, regidas pelas leis da Holanda e observadas as limitações impostas em tal legislação, nos termos da "*Notes Guarantee*", a ser outorgada pela Enauta Netherlands e da "*Notes Guarantee*", a ser outorgada pela Atlanta Field, celebradas em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, em garantia do fiel, pontual e integral pagamento das Obrigações Garantidas ("**Garantias Corporativas Estrangeiras**").

Para assegurar o fiel, pontual e integral cumprimento das Obrigações Garantias (conforme definido neste Prospecto), as Debêntures contarão com as seguintes garantias (em conjunto, as "**Garantias Reais**" e, em conjunto com a "**Garantia Fidejussória**", as "**Garantias**"): **(i)** Alienação Fiduciária de Ações (conforme definido neste Prospecto), nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações (conforme definido neste Prospecto); **(ii)** garantia sobre as ações de emissão da Enauta Netherlands e da Atlanta Field, nos termos dos Contratos de Garantia Estrangeiros (conforme definido neste Prospecto); **(iii)** Penhor das Concessões (conforme definido neste Prospecto), nos termos dos Contratos de Penhor das Concessões (conforme definido neste Prospecto); **(iv)** Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária (conforme definido neste Prospecto) (e, em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, os Contratos de Garantia Estrangeiros e o Contratos de Penhor das Concessões, os "**Contratos de Garantia**").

A **VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, instituição financeira, devidamente constituída e validamente existente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, com sua sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, nº 215, 4º andar, Pinheiros, CEP 05425-020, inscrita no CNPJ sob o nº 22.610.500/0001-88, foi nomeada para representar, perante a Emissora e quaisquer terceiros, os interesses dos titulares das Debêntures ("**Debenturistas**") na qualidade de agente fiduciário, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**"), e da Resolução CVM nº 17, de 9 de fevereiro de 2021, conforme em vigor ("**Resolução CVM 17**" e "**Agente Fiduciário**", respectivamente).

As Debêntures serão depositadas para **(i)** distribuição no mercado primário por meio do MDA - Módulo de Distribuição de Ativos ("**MDA**"), administrado e operacionalizado pela B3; e **(ii)** negociação no mercado secundário por meio do **CETIP21 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS** ("**CETIP21**"), administrado e operacionalizado pela B3, sendo processadas pela B3 a custódia eletrônica e a liquidação financeira das negociações das Debêntures.

As Debêntures não são qualificadas pela Emissora como "verde", "social", "sustentável" ou termos correlatos.

A CVM NÃO REALIZOU ANÁLISE PRÉVIA DO CONTEÚDO DO PROSPECTO NEM DOS DOCUMENTOS DA OFERTA.

O REGISTRO DA PRESENTE OFERTA NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DA EMISSORA, BEM COMO SOBRE AS DEBÊNTURES A SEREM DISTRIBUÍDAS.

OS INVESTIDORES DEVEM LER A SEÇÃO "4. FATORES DE RISCO" DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA E A SEÇÃO "FATORES DE RISCO", NAS PÁGINAS 21 A 31 DESTE PROSPECTO, PARA CIÊNCIA DE CERTOS FATORES DE RISCO QUE DEVEM SER CONSIDERADOS COM RELAÇÃO AO INVESTIMENTO NAS DEBÊNTURES.

EXISTEM RESTRIÇÕES QUE SE APLICAM À REVENDA DAS DEBÊNTURES NO MERCADO SECUNDÁRIO CONFORME DESCRITAS NA SEÇÃO 6.1. DESTE PROSPECTO.

O PROSPECTO DEFINITIVO ESTARÁ DISPONÍVEL NAS PÁGINAS DA REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES DA EMISSORA, DOS COORDENADORES, DA CVM E DA B3, NOS ENDEREÇOS INDICADOS NA SEÇÃO 6.3. DESTE PROSPECTO.

É ADMISSÍVEL O RECEBIMENTO DE RESERVAS A PARTIR DE 13 DE SETEMBRO DE 2023. OS DOCUMENTOS DE ACEITAÇÃO DA OFERTA SÃO IRREVOGÁVEIS E SERÃO QUITADOS APÓS O INÍCIO DO PERÍODO DE DISTRIBUIÇÃO, CONFORME OS TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA.

QUAISQUER OUTRAS INFORMAÇÕES OU ESCLARECIMENTOS SOBRE A EMISSORA E A OFERTA PODERÃO SER OBTIDAS JUNTO AOS COORDENADORES E NA CVM, NOS ENDEREÇOS INDICADOS NA SEÇÃO 12 DESTE PROSPECTO.

Autorregulação ANBIMA – Ofertas Públicas

Autorregulação ANBIMA – Agente Fiduciário

Coordenadores

Coordenador Líder | **BTG Pactual** | **ABC**

A DATA DESTE PROSPECTO PRELIMINAR É 06 DE SETEMBRO DE 2023.



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

2. PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DA OFERTA 1

2.1. Breve descrição da Oferta 1

2.2. Apresentação do emissor, com as informações que o ofertante deseja destacar em relação àquelas contidas no formulário de referência 1

2.3. Identificação do Público-Alvo 1

2.4. Indicação sobre a admissão à negociação em mercados organizados de bolsa e balcão 2

2.5. Valor total da Oferta 2

2.6. Em relação a cada série, classe e espécie do título ofertado 2

3. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS 17

3.1. Exposição clara e objetiva do destino dos recursos provenientes da Emissão, bem como seu impacto na situação patrimonial e nos resultados da Emissora 17

3.2. Se os recursos forem, direta ou indiretamente, utilizados na aquisição de ativos, à exceção daqueles adquiridos no curso regular dos negócios, descrever sumariamente esses ativos e seus custos. Se forem adquiridos de partes relacionadas, informar de quem serão comprados e como o custo será determinado. 18

3.3. Se os recursos forem utilizados para adquirir outros negócios, apresentar descrição sumária desses negócios e o estágio das aquisições. Se forem adquiridos de partes relacionadas, informar de quem serão comprados e como o custo será determinado. 18

3.4. Se parte significativa dos recursos for utilizada para abater dívidas, descrever taxa de juros e prazo dessas dívidas e, para aquelas incorridas a partir do ano anterior, apresentar a destinação daqueles recursos. 18

3.5. No caso de parte dos recursos serem destinados a pagamentos a serem efetuados a partes relacionadas ou a coordenadores da oferta, por conta de transações já realizadas ou cuja celebração seja esperada, indicação do montante e dos beneficiários do pagamento 18

3.6. No caso de apenas parte dos recursos almejados com a oferta vir a ser obtida por meio da distribuição, especificação dos objetivos prioritários e se há outras formas de captação previstas para atingir todos os objetivos originais do ofertante 18

3.7. Outras fontes de recursos: se aplicável, discriminar outras fontes de recursos que terão destinação associada àquela relativa à distribuição pública 18

3.8. Se o título ofertado for qualificado pelo emissor como “verde”, “social”, “sustentável” ou termos correlatos, informar: 19

4. FATORES DE RISCO 21

4.1. Em ordem decrescente de relevância, os principais fatores de risco associados à oferta e ao emissor, incluindo: a) os riscos associados a títulos quirografários, sem preferência ou subordinados, caso aplicável, e ao consequente impacto nos pagamentos aos investidores em caso de insolvência; e b) os riscos relacionados com o agente garantidor da dívida, se houver, na medida em que sejam relevantes para a sua capacidade de cumprir o seu compromisso nos termos da garantia 22

4.1.1. Fatores de Risco relacionados à Oferta e às Debêntures da Oferta 22

Risco de existência, constituição e suficiência das Garantias Reais e da Garantia Fidejussória. 22

As obrigações da Emissora constantes das Debêntures estão sujeitas a eventos de vencimento antecipado. 22

As Debêntures estão sujeitas a eventuais hipóteses de resgate antecipado. 23

As Debêntures estão sujeitas a hipóteses de Oferta de Aquisição Obrigatória, o que poderá impactar de maneira adversa a liquidez e/ou valor de mercado das Debêntures no mercado secundário. 23

As Debêntures poderão ser objeto de Aquisição Facultativa, o que poderá impactar de maneira adversa a liquidez e/ou valor de mercado das Debêntures no mercado secundário. 23

Risco de colocação parcial das Debêntures. 23

5. CRONOGRAMA DE ETAPAS DA OFERTA 33

5.1. Cronograma das etapas da oferta, destacando no mínimo: 33

6. RESTRIÇÕES A DIREITOS DE INVESTIDORES NO CONTEXTO DA OFERTA 35

6.1. Descrição de eventuais restrições à transferência dos títulos 35

6.2. Declaração em destaque da inadequação do investimento, caso aplicável, especificando os tipos de investidores para os quais o investimento é considerado inadequado 35

6.3. Esclarecimento sobre os procedimentos previstos nos arts. 70 e 71 da resolução a respeito da eventual modificação da Oferta, notadamente quanto aos efeitos do silêncio do investidor 35

7. OUTRAS CARACTERÍSTICAS DA OFERTA 37

7.1. Caso os títulos sejam conversíveis ou permutáveis em ações, incluir as informações dos itens 6 e 9 do Anexo A, quando aplicáveis 37

7.2. Eventuais condições a que a oferta pública esteja submetida 37

7.3. Eventual destinação da Oferta ou partes da Oferta a investidores específicos e a descrição destes investidores 37
7.4. Autorizações societárias necessárias à emissão ou distribuição dos títulos, identificando os órgãos deliberativos responsáveis e as respectivas reuniões em que foi aprovada a operação 37
7.5. Regime de Distribuição 37
7.6. Dinâmica de coleta de intenções de investimento e determinação do preço ou taxa 38
7.7. Admissão à negociação em mercado organizado de bolsa ou balcão 40
7.8. Formador de mercado 40
7.9. Fundo de liquidez e estabilização 41
7.10. Requisitos ou exigências mínimas de investimento, caso existam 41

8. RELACIONAMENTOS E CONFLITO DE INTERESSES 43

8.1. Descrição dos relacionamentos relevantes existentes entre coordenadores e sociedades do seu grupo econômico e cada um dos ofertantes e sociedades do seu grupo econômico 43
8.2. Em relação ao item 3.5, quando aplicável, apresentação: (i) das razões que justificam a operação; e (ii) da manifestação do credor acerca de potencial conflito de interesse decorrente de sua participação na oferta 44

9. CONTRATO DE DISTRIBUIÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS 45

9.1. Condições do Contrato de Distribuição no que concerne à distribuição dos valores mobiliários junto ao público investidor em geral e eventual garantia de subscrição prestada pelos coordenadores e demais consorciados, especificando a quantidade que cabe a cada um, se for o caso, além de outras cláusulas consideradas de relevância para o investidor, indicando o local onde a cópia do contrato está disponível para consulta ou reprodução 45
9.2. Demonstrativo do custo de distribuição 51

10. INFORMAÇÕES RELATIVAS AO TERCEIRO PRESTADOR DE GARANTIA 53

10.1. ENAUTA ENERGIA 53
10.2. ENAUTA NETHERLANDS B.V. 62
10.3. ATLANTA FIELD B.V 65

11. DOCUMENTOS OU INFORMAÇÕES INCORPORADOS A ESTE PROSPECTO POR REFERÊNCIA OU COMO ANEXOS 69

11.1. Último formulário de referência entregue pela Emissora 69
11.2. Últimas informações trimestrais, demonstrações financeiras relativas aos 3 (três) últimos exercícios sociais encerrados, com os respectivos pareceres dos auditores independentes e eventos subsequentes, exceto quando o emissor não as possua por não ter iniciado suas atividades previamente ao referido período 69
11.3. Ata da assembleia geral extraordinária ou da reunião do conselho de administração que deliberou a emissão 69
11.4. Estatuto Social Atualizado da Emissora 69
11.5. Escritura de Emissão 69

12. IDENTIFICAÇÃO DAS PESSOAS ENVOLVIDAS 71

12.1. Denominação social, endereço comercial, endereço eletrônico e telefones de contato do ofertante 71
12.2. Nome, endereço comercial, endereço eletrônico e telefones de contato dos administradores que podem prestar esclarecimentos sobre a oferta 71
12.3. Nome, endereço comercial, endereço eletrônico e telefones dos assessores (financeiros, jurídicos etc.) envolvidos na oferta e responsáveis por fatos ou documentos citados no prospecto 71
12.4. Nome, endereço comercial, endereço eletrônico e telefones dos auditores responsáveis por auditar as demonstrações financeiras dos 3 (três) últimos exercícios sociais 71
12.5. Nome, endereço comercial, endereço eletrônico e telefones do agente fiduciário 71
12.6. Declaração de que quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre a companhia e a distribuição em questão podem ser obtidas junto ao coordenador líder e/ou consorciados e na CVM 72
12.7. No caso de oferta de emissor registrado, declaração de que o registro de emissor encontra-se atualizado 72
12.8. Declaração, nos termos do art. 24 da Resolução, atestando a veracidade das informações contidas no prospecto . 72

13. OUTROS DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES QUE A CVM JULGAR NECESSÁRIOS 73

14. INFORMAÇÕES ADICIONAIS EM ATENDIMENTO AO CÓDIGO ANBIMA 75

14.1. Seção de fatores de risco: descrição, sem mitigação, de todos e quaisquer fatores de risco considerados relevantes, assim entendidos aqueles que sejam capazes de afetar a decisão de investimento do potencial investidor 75
14.2. Informações setoriais: descrição dos principais aspectos relacionados com o setor de atuação da Emissora. 75
14.3. Atividades exercidas pela Emissora 75
14.4. Negócios com partes relacionadas: descrição dos negócios com empresas ou pessoas relacionadas com a Emissora, nos termos estabelecidos pela regulação. 80



14.5. Descrição detalhada das garantias prestadas para os valores mobiliários objeto da oferta pública de renda fixa, inclusive com percentual de cobertura sobre o total emitido 81
14.6. Informação sobre o quórum mínimo estabelecido para as deliberações das assembleias gerais de credores previstos nos documentos específicos que regem a descrição do valor mobiliário da oferta pública de renda fixa 81
14.7. Caso haja risco associado ao terceiro prestador de garantia e esse risco não seja diretamente relacionado à Emissora e/ou aos ofertantes: informação sobre a capacidade de pagamento do terceiro, assim como de seus fatores de risco 81
14.8. Caso haja risco associado ao terceiro prestador de garantia pessoa física, informação com a identificação do prestador e indicação se há ou não vínculo com a Emissora 81

15. INFORMAÇÕES ADICIONAIS CONSTANTES NO MATERIAL PUBLICITÁRIO 83

ANEXOS

Anexo I Aprovação Societária da Emissora 91

Anexo II Estatuto Social da Emissora 125

Anexo III Escritura de Emissão 161

Anexo IV Contrato de Alienação Fiduciária de Ações 315

Anexo V Contrato de Penhor da Concessão de Atlanta-Oliva 397

Anexo VI Contrato de Penhor da Concessão de Manati 473

Anexo VII Contrato de Cessão Fiduciária 549

Anexo VIII Contrato de Compartilhamento de Garantias 616



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

2. PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

A PRESENTE SEÇÃO NÃO CONTÉM TODAS AS INFORMAÇÕES QUE O POTENCIAL INVESTIDOR DEVE CONSIDERAR ANTES DE INVESTIR NAS DEBÊNTURES. O POTENCIAL INVESTIDOR DEVE LER CUIDADOSA E ATENTAMENTE A ESCRITURA DE EMISSÃO, ESTE PROSPECTO, PRINCIPALMENTE AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NA SEÇÃO "FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS DEBÊNTURES", A PARTIR DA PÁGINA 21 DESTE PROSPECTO, O FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA EMISSORA, ESPECIALMENTE A SEÇÃO "4. FATORES DE RISCO", E AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RESPECTIVAS NOTAS EXPLICATIVAS, PARA MELHOR COMPREENSÃO DAS ATIVIDADES DA EMISSORA E DA OFERTA, ANTES DE TOMAR A DECISÃO DE INVESTIR NAS DEBÊNTURES.

Os termos iniciados em letras maiúsculas e não definidos neste Prospecto têm o seu significado atribuído no "*Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em até 3 (Três) Séries, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública, em Rito de Registro Automático, da Enauta Participações S.A.*" celebrado entre a Emissora, o Agente Fiduciário e a Enauta Energia, na qualidade de fiadora, em 06 de setembro de 2023.

2.1. Breve descrição da Oferta

A Emissora está realizando uma oferta pública de distribuição primária de até 1.100.000 (um milhão e cem mil) Debêntures, no volume total de até R$ 1.100.000.000,00 (um bilhão e cem milhões de reais), sendo certo que (i) a quantidade de Debêntures a ser emitida; (ii) a existência de cada uma das séries; e (iii) a quantidade de Debêntures a ser alocada em cada série, serão definidas de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding* mediante o Sistema de Vasos Comunicantes (conforme definido abaixo), observado que a quantidade de Debêntures a ser alocada na 2ª Série será limitada a 50% (cinquenta por cento) da quantidade total de Debêntures efetivamente emitida e que qualquer Série poderá ser cancelada. Será permitida a Distribuição Parcial (conforme definido abaixo) das Debêntures, sendo que a manutenção da Oferta está condicionada à subscrição e integralização do Montante Mínimo. A Emissão e a Oferta não poderão ser aumentadas em nenhuma hipótese. Os valores a serem alocados na 1ª Série e na 3ª Série, de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, não superarão, em conjunto, o valor determinado e aprovado na Portaria.

A quantidade de Debêntures a ser alocada em cada uma das Séries, bem como a quantidade de Séries a ser emitida, será definida após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* mediante o sistema de vasos comunicantes, ou seja, a quantidade de Debêntures, por Série, será diminuída da quantidade total de Debêntures, limitando, portanto, a quantidade de Debêntures a ser alocada nas outras Séries, sendo certo que a quantidade de Debêntures a ser alocada na 2ª Série será limitada a 50% (cinquenta por cento) da quantidade total de Debêntures efetivamente emitida ("**Sistema de Vasos Comunicantes**"), observada a possiblidade de Distribuição Parcial e a colocação do Montante Mínimo.

As Debêntures são objeto de uma oferta pública de distribuição, sob o rito de registro automático ("**Rito Automático**"), nos termos do artigo 26, inciso V alínea (b), da Resolução CVM 160, sob regime misto de garantia firme e melhores esforços de colocação, nos termos do Contrato de Distribuição (conforme abaixo definido), destinadas exclusivamente aos Investidores Qualificados (conforme definidos neste Prospecto) ("**Oferta**").

As Debêntures da 1ª Série e da 3ª Série contarão com o incentivo previsto no artigo 2º, parágrafos 1º e 1º-B, da Lei 12.431, do Decreto 8.874, da Resolução CMN 4.751 ou normas posteriores que as alterem, substituam ou complementem, tendo em vista o enquadramento do Projeto como projeto prioritário pelo Ministério de Minas e Energia ("**MME**"), por meio da Portaria da Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis do MME nº 62/SPG/MME, de 18 de novembro de 2022 ("**Portaria**").

No âmbito da Oferta, qualquer Investidor interessado em investir nas Debêntures deverá realizar a sua ordem de investimento ou reserva para subscrição das Debêntures junto a uma única Instituição Participante (conforme abaixo definido), por meio de Documento de Aceitação da Oferta ou Ordem de Investimento (conforme definidos neste Prospecto), conforme aplicável, durante o período compreendido entre 13 de setembro de 2023 (inclusive) e 25 de setembro de 2023 (inclusive) ("**Período de Reserva**"), observadas as limitações aplicáveis aos Investidores que sejam Pessoas Vinculadas, conforme descritas neste Prospecto. **Recomenda-se aos potenciais Investidores que entrem em contato com a instituição participante da Oferta de seu interesse para que verifiquem os procedimentos operacionais e requisitos adotados por cada instituição para efetivar a ordem de investimento ou reserva, inclusive necessidade de eventual depósito prévio de recursos como garantia do pagamento da integralização das Debêntures.**

Os recursos obtidos pela Emissora com as Debêntures serão integral, única e exclusivamente destinados ao Projeto, substancialmente nos termos da Portaria. Para mais informações sobre a destinação dos recursos da Emissão, vide seção 3 deste Prospecto.

2.2. Apresentação do emissor, com as informações que o ofertante deseja destacar em relação àquelas contidas no formulário de referência

A Enauta Participações S.A. é uma empresa de controle privado brasileiro que, por meio da sua controlada Enauta Energia S.A., atua no setor de exploração e produção de petróleo e gás, sendo a primeira empresa brasileira de controle privado a operar na área do polígono do pré-sal da Bacia de Santos. A Emissora também é qualificada como "Operador A" pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis ("**ANP**"), o que a permite atuar como operador em terra, águas rasas, profundas e ultraprofundas. Suas atividades de exploração e produção de petróleo e gás concentram-se, atualmente, em sete diferentes bacias: Santos, Espírito Santo, Camamu-Almada, Sergipe-Alagoas, Pará-Maranhão, Foz do Amazonas e Paraná, sendo seus ativos em produção o Campo de Atlanta na Bacia de Santos e o Campo de Manati na Bacia de Camamu, no Estado da Bahia, nos quais a Emissora possui 100% e 45% de participação, respectivamente. Para mais informações sobre a Emissora, vide item 1 do Formulário de Referência da Emissora, incorporada por referência a este Prospecto.

2.3. Identificação do Público-Alvo

A Oferta é destinada a Investidores Qualificados, conforme definidos no artigo 12 Resolução da CVM nº 30, de 11 de maio de 2021 ("**Resolução CVM 30**" e "**Investidores**", respectivamente).

São considerados "**Investidores Qualificados**": (i) Investidores Profissionais, conforme definidos no artigo 11 da Resolução CVM 30; (ii) pessoas naturais ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio, de acordo com o Anexo B da Resolução CVM 30; (iii) as pessoas naturais que tenham sido aprovadas em exames de qualificação técnica ou possuam certificações aprovadas pela CVM como requisitos para o registro de assessores de investimento, administradores de carteira de valores mobiliários, analistas de valores mobiliários e consultores de valores mobiliários, em relação a seus recursos próprios; e (iv) clubes de investimento, desde que tenham a carteira gerida por um ou mais cotistas, que sejam investidores qualificados.

Os regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios são considerados investidores profissionais ou investidores qualificados apenas se reconhecidos como tais conforme regulamentação específica do órgão de governo competente na esfera federal.

Para fins do disposto no inciso (i) acima, são considerados Investidores Profissionais: (i) instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; (ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (iv) pessoas naturais ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor profissional mediante termo próprio, de acordo com o Anexo A da Resolução CVM 30; (v) fundos de investimento; (vi) clubes de investimento, desde que tenham a carteira gerida por administrador de carteira de valores mobiliários autorizado pela CVM; (vii) assessores de investimento, administradores de carteira, analistas e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; (viii) investidores não residentes; e (iv) fundos patrimoniais.

Será garantido aos Investidores o tratamento justo e equitativo, desde que a subscrição das Debêntures não lhes seja vedada por restrição legal, regulamentar ou estatutária, cabendo aos Coordenadores a verificação da adequação do investimento nas Debêntures ao perfil de seus respectivos clientes.

Poderá ser aceita a participação de Investidores que sejam Pessoas Vinculadas na Oferta, observado o previsto no artigo 56 da Resolução CVM 160. Para fins da Oferta, serão consideradas "**Pessoas Vinculadas**", conforme deverá ser obrigatoriamente indicado por cada um dos Investidores no respectivo Documento de Aceitação da Oferta ou Ordem de Investimento (conforme definido neste Prospecto), conforme o caso, sob pena de cancelamento nos termos da Seção 7.6. deste Prospecto, as seguintes pessoas: (i) controladores, diretos ou indiretos, ou administradores da Emissora,

da Enauta Energia ou de outras pessoas vinculadas à Emissão ou à distribuição das Debêntures, bem como seus cônjuges ou companheiros, seus ascendentes, descendentes e colaterais até o 2º grau; (ii) controladores (incluindo, sem limitação, pessoas naturais que sejam, direta ou indiretamente, controladoras ou participem do controle societário) ou administradores, bem como funcionários, operadores e demais prepostos de qualquer das Instituições Participantes da Oferta; (iii) agentes autônomos que prestem serviços a qualquer das Instituições Participantes da Oferta; (iv) demais profissionais que mantenham, com qualquer das Instituições Participantes da Oferta, contrato de prestação de serviços diretamente relacionados à atividade de intermediação ou de suporte operacional no âmbito da Oferta; (v) sociedades controladas, direta ou indiretamente, por qualquer das Instituições Participantes da Oferta; (vi) sociedades controladas, direta ou indiretamente por pessoas vinculadas a qualquer das Instituições Participantes da Oferta desde que diretamente envolvidos na Oferta; (vii) cônjuge ou companheiro e filhos menores das pessoas mencionadas nos itens (ii) a (iv); e (ix) clubes e fundos de investimento cuja maioria das cotas pertença a pessoas vinculadas, salvo se geridos discricionariamente por terceiros não vinculados.

Observado o disposto nesta seção 2.3 deste Prospecto, os Coordenadores poderão adquirir Debêntures na qualidade de Pessoas Vinculadas. Os Coordenadores e as empresas de seus respectivos grupos econômicos não estarão obrigados a restringir quaisquer de suas atividades conduzidas no curso normal de seus negócios em decorrência da presente Oferta.

2.4. Indicação sobre a admissão à negociação em mercados organizados de bolsa e balcão

As Debêntures serão depositadas para (i) distribuição no mercado primário por meio do MDA, administrado e operacionalizado pela B3; e (ii) negociação no mercado secundário por meio do CETIP21, administrado e operacionalizado pela B3, sendo processadas pela B3 a custódia eletrônica e a liquidação financeira das negociações das Debêntures.

Nos termos do artigo 86, inciso III, da Resolução CVM 160, as Debêntures poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários (a) entre Investidores Qualificados no Dia Útil imediatamente subsequente à data de divulgação do Anúncio de Encerramento da Oferta; e (b) entre público investidor em geral após decorridos 6 (seis) meses da data de divulgação do Anúncio de Encerramento da Oferta, observadas as obrigações previstas na Resolução CVM 160 e as demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

2.5. Valor total da Oferta

Até R$ 1.100.000.000,00 (um bilhão e cem milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definida abaixo) ("**Valor Total da Oferta**"), sendo certo que (i) a quantidade de Debêntures a ser emitida; (ii) a existência de cada uma das Séries; e (iii) a quantidade de Debêntures a ser alocada em cada série, serão definidas de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding* mediante o Sistema de Vasos Comunicantes, observado que a quantidade de Debêntures a ser alocada na Segunda Série será limitada a 50% (cinquenta por cento) da quantidade total de Debêntures efetivamente emitida e que qualquer Série poderá ser cancelada. Será permitida a Distribuição Parcial das Debêntures, sendo que a manutenção da Oferta está condicionada à subscrição e integralização do Montante Mínimo. A Emissão e a Oferta não poderão ser aumentadas em nenhuma hipótese. Os valores a serem alocados nas Debêntures da 1ª Série e da 3ª Série, de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, não superarão, em conjunto, o valor determinado e aprovado na Portaria.

2.6. Em relação a cada série, classe e espécie do título ofertado

As Debêntures serão emitidas em até três séries, observado que a existência de cada uma das Séries será definida no âmbito do Procedimento de *Bookbuilding*, com as características abaixo:

a) Valor Nominal Unitário

O valor nominal unitário das Debêntures é de R$1.000,00 (mil reais).

b) Preço Unitário de Subscrição

As Debêntures serão subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, pelo seu Valor Nominal Unitário na primeira data de integralização das Debêntures ("**Data da Primeira Integralização**"), de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à B3. Caso qualquer Debênture venha a ser integralizada em data diversa e posterior à Data da Primeira Integralização, a integralização deverá considerar (i) o seu Valor Nominal Unitário Atualizado para as Debêntures da 1ª Série; e/ou (ii) o seu Valor Nominal Unitário para as Debêntures da 2ª Série e para as Debêntures da ³ª Série, acrescido da respectiva Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data da Primeira Integralização até a data de sua efetiva integralização.

As Debêntures poderão ser subscritas com ágio ou deságio, a ser definido à exclusivo critério dos Coordenadores, no ato de subscrição das Debêntures, desde que aplicado de forma igualitária à totalidade das Debêntures da respectiva Série integralizadas em uma mesma data.

c) Quantidade

Serão emitidas, inicialmente, 1.100.000 (um milhão e cem mil) Debêntures, a serem alocadas conforme demanda pelas Debêntures, apurada por meio do Procedimento de *Bookbuilding*, mediante o Sistema de Vasos Comunicantes, sendo certo que a quantidade de Debêntures a ser alocada na 2ª Série será limitada a 50% (cinquenta por cento) da quantidade total de Debêntures efetivamente emitida, e que qualquer Série poderá ser cancelada, observada a possibilidade de Distribuição Parcial e a colocação do Montante Mínimo.

d) Opção de lote adicional

O valor total da Oferta não poderá ser aumentado em função do exercício da opção de emissão de lote adicional, nos termos dos artigos 50 e 51 da Resolução CVM 160.

e) Código ISIN

Código ISIN das Debêntures da 1ª Série: BRENATDBS028

Código ISIN das Debêntures da 2ª Série: BRENATDBS036

Código ISIN das Debêntures da 3ª Série: BRENATDBS044

f) Classificação de risco (rating)

A Emissora se obrigou a contratar agência de classificação de risco ("**Agência de Classificação de Risco**", cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder a Agência de Classificação de Risco nos termos previstos na Escritura de Emissão, desde que tal agência de classificação de risco seja a Standard & Poor's, a Moody's América Latina ou a Fitch Ratings), que atribuirá classificação de risco (rating) às Debêntures, em até 9 (nove) meses contados a partir da Data de Emissão ou simultaneamente à divulgação da classificação de risco da Primeira Emissão (conforme abaixo definido), o que ocorrer primeiro. A partir da data de contratação da Agência de Classificação de Risco, a Emissora deverá manter contratada a Agência de Classificação de Risco para a atualização da classificação de risco (*rating*) das Debêntures anualmente, durante todo o restante do prazo de vigência das Debêntures, bem como dar ampla divulgação de tais relatórios ao mercado.

g) Data de Emissão

Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 15 de setembro de 2023 ("**Data de Emissão**").

h) Prazo e Data de Vencimento

Observado o disposto na Escritura de Emissão, (i) as Debêntures da 1ª Série terão prazo de vencimento de 6 (seis) anos ou 2.194 (dois mil cento e noventa e quatro) dias contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 17 de setembro de 2029 ("**Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Série**"); (ii) as Debêntures da 2ª Série terão prazo de vencimento de 5 (cinco) anos ou 1.827 (mil oitocentos e vinte e sete) dias contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de setembro de 2028 ("**Data de Vencimento das Debêntures da 2ª Série**"); e, (iii) as Debêntures da 3ª Série terão prazo de vencimento de 6 (seis) anos ou 2.194 (dois mil cento e noventa e quatro) dias contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 17 de setembro de 2029 ("**Data de Vencimento das Debêntures da 3ª Série**" e, em conjunto com a Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Série e a Data de Vencimento das Debêntures da 2ª Série, a "**Data de Vencimento**"). As Debêntures da 1ª Série terão uma *duration* de 4,36 anos, as Debêntures da 2ª Série terão uma *duration* de 3,53 anos e as Debêntures da 3ª Série terão uma *duration* de 4,26 anos.

i) Juros Remuneratórios e Atualização Monetária - forma, índice e base de cálculo

Atualização Monetária do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série

O Valor Nominal Unitário (ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso), das Debêntures da 1ª Série será atualizado monetariamente pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

("IPCA"), desde a Data de Início da Rentabilidade até a data de seu efetivo pagamento ("**Atualização Monetária das Debêntures da 1ª Série**"), sendo o produto da Atualização Monetária das Debêntures da 1ª Série, automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário (ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) das Debêntures da 1ª Série ("**Valor Nominal Unitário Atualizado**"). A Atualização Monetária das Debêntures da 1ª Série será calculada conforme a fórmula abaixo:

$$VNa = VNe \times C$$

onde:

VNa = Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 1ª Série calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento.

VNe = Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso), das Debêntures da 1ª Série informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento.

C = Fator acumulado das variações mensais do IPCA, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k-1}^{n} \left[\left(\frac{NI_K}{NI_{K-1}} \right)^{dup/dut} \right]$$

onde:

n = número total de índices utilizados na Atualização Monetária das Debêntures da 1ª Série, sendo "n" um número inteiro.

NIk = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês de atualização caso a atualização seja em data anterior ou na própria data de aniversário do ativo. Após a data de aniversário, valor do número-índice do mês de atualização. O mês de atualização refere-se à data de cálculo das Debêntures da 1ª Série.

NIk-1 = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês "k".

dup = número de Dias Úteis entre a Data de Início da Rentabilidade das Debêntures da 1ª Série ou a última Data de Aniversário (conforme definido abaixo) das Debêntures da 1ª Série e a data de cálculo, limitado ao número total de Dias Úteis de vigência do IPCA, sendo "dup" um número inteiro;

dut = número de Dias Úteis entre a última e a próxima Data de Aniversário das Debêntures da 1ª Série, sendo "dut" um número inteiro.

A aplicação do IPCA incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem necessidade de ajuste à Escritura de Emissão ou de qualquer outra formalidade.

i. O IPCA deverá ser utilizado considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo IBGE;

ii. Considera-se "Data de Aniversário" todo dia 15 (quinze) de cada mês;

iii. Considera-se como mês de atualização o período mensal compreendido entre duas Datas de Aniversário consecutivas das Debêntures da 1ª Série;

iv. O fator resultante da expressão abaixo descrita é considerado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento:

$$\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}}$$

v. O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento; e

vi. Os valores dos finais de semana ou feriados serão iguais ao valor do Dia Útil subsequente, apropriando o "*pro rata*" do último Dia Útil anterior.

Indisponibilidade do IPCA: No caso de indisponibilidade temporária do IPCA quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura de Emissão para as Debêntures da 1ª Série, será utilizada, em sua substituição, a projeção do IPCA calculada com base na média coletada junto ao Comitê de Acompanhamento Macroeconômico da ANBIMA, informadas e coletadas a cada projeção do IPCA-I5 e IPCA Final, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas das Debêntures da 1ª Série, quando da divulgação posterior do IPCA.

Na ausência de apuração e/ou divulgação do IPCA por prazo superior a 30 (trinta) dias contados da data esperada para sua apuração e/ou divulgação ("**Período de Ausência do IPCA**") ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial, o IPCA deverá ser substituído pelo seu substituto legal ou, no caso de inexistir substituto legal para o IPCA, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de até 5 (cinco) Dias Úteis a contar do final do prazo de 30 (trinta) dias acima mencionado ou do evento de extinção ou inaplicabilidade, conforme o caso, convocar Assembleia Geral de Debenturistas das Debêntures da 1ª Série, na forma e nos prazos estipulados na Escritura de Emissão, conforme Cláusula 9 da Escritura de Emissão, para os Debenturistas da 1ª Série definirem, em comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável e os requisitos da Lei 12.431, o novo parâmetro a ser aplicado, o qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época ("**Taxa Substitutiva das Debêntures da 1ª Série**"). Até a deliberação da Taxa Substitutiva das Debêntures da 1ª Série, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas na Escritura de Emissão, a mesma variação produzida pelo último IPCA divulgado.

Caso o IPCA venha a ser divulgado antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas das Debêntures da 1ª Série, referida assembleia não será mais realizada, e o IPCA, a partir da data de sua divulgação, passará a ser utilizado para o cálculo do Valor Nominal Atualizado das Debêntures da 1ª Série desde o dia de sua indisponibilidade.

Caso a Taxa Substitutiva das Debêntures da 1ª Série venha a acarretar a perda do benefício gerado pelo tratamento tributário previsto na Lei 12.431, a Emissora deverá, a seu exclusivo critério, optar por: (i) arcar com todos os tributos devidos e acrescer aos pagamentos devidos sob as Debêntures da 1ª Série os valores adicionais suficientes para que os Debenturistas das Debêntures da 1ª Série recebam tais pagamentos como se os referidos valores adicionais não fossem incidentes; ou (ii) desde que assim autorizado por regulamentação específica, nos termos da Lei 12.431 e da Resolução CMN 4.751, resgatar antecipadamente a totalidade das Debêntures da 1ª Série e, consequentemente, cancelar a totalidade das Debêntures da 1ª Série, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos contados da realização da Assembleia Geral de Debenturistas das Debêntures da 1ª Série, pelo Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 1ª Série, acrescido da Remuneração das Debêntures da 1ª Série devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data da Primeira Integralização das Debêntures da 1ª Série ou da Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da 1ª Série (conforme definido abaixo) imediatamente anterior, sem a incidência de multa ou prêmio de qualquer natureza, observado que, se houver incidência de tributos sobre a Emissão até a data do efetivo resgate, a Emissora deverá acrescer aos pagamentos de quaisquer montantes relativos às Debêntures da 1ª Série valores adicionais suficientes para que os Debenturistas das Debêntures da 1ª Série recebam tais pagamentos como se os referidos tributos não fossem incidentes. Adicionalmente, caso a Emissora opte por resgatar a totalidade das Debêntures da 1ª Série nos termos do item (ii) acima, para cálculo da Atualização Monetária das Debêntures da 1ª Série será utilizada as projeções ANBIMA para o IPCA, coletadas junto ao Comitê de Acompanhamento Macroeconômico da ANBIMA.

Caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva das Debêntures da 1ª Série entre os Debenturistas das Debêntures da 1ª Série e a Emissora, em deliberação realizada em Assembleia Geral de Debenturistas das Debêntures da 1ª Série, de acordo com o quórum estabelecido na Escritura de Emissão, ou caso não haja quórum de instalação e/ou deliberação em tal Assembleia Geral de Debenturistas das Debêntures da 1ª Série, em segunda convocação, observado o disposto na Lei 12.431, nas regras expedidas pelo CMN e na regulamentação aplicável, a Emissora deverá resgatar antecipadamente a totalidade das Debêntures da 1ª Série em Circulação (conforme definido abaixo), sem multa ou prêmio de qualquer natureza, por valor a ser calculado da mesma forma prevista no Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da 1ª (conforme definido abaixo), em uma das seguintes datas, o que ocorrer primeiro: (i) caso seja legalmente permitida a realização do resgate antecipado das Debêntures da 1ª Série, nos termos da Lei 12.431, da Resolução CMN 4.751 ou de outra forma, desde que venha a ser legalmente permitido e devidamente regulamentado pelas regras expedidas pelo CMN e pela legislação e regulamentação aplicáveis, inclusive em relação ao eventual prazo mínimo para o referido resgate antecipado, se houver, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas das Debêntures da 1ª Série ou da data em que a mesma deveria ter ocorrido, conforme aplicável; ou (ii) caso não seja legalmente permitida a realização do resgate antecipado das Debêntures da 1ª Série, nos termos da Lei 12.431, da Resolução CMN 4.751 ou de outra forma, desde que venha a ser legalmente permitido e devidamente regulamentado pelas regras expedidas pelo CMN e pela legislação e regulamentação aplicáveis, resgatar antecipadamente a totalidade das Debêntures da 1ª Série, com o consequente cancelamento de tais Debêntures da 1ª Série, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos contados da data em que se torne legalmente permitido à Emissora realizar o resgate antecipado das Debêntures da 1ª Série, nos termos da Lei 12.431,

da Resolução CMN 4.751 ou de outra forma, desde que venha a ser legalmente permitido e devidamente regulamentado pelas regras expedidas pelo CMN e pela legislação e regulamentação aplicáveis. Para cálculo da Remuneração das Debêntures da 1ª Série aplicável às Debêntures da 1ª Série a serem resgatadas e, consequentemente, canceladas, para cada dia do Período de Ausência do IPCA será utilizada as projeções ANBIMA para o IPCA, coletadas junto ao Comitê de Acompanhamento Macroeconômico da ANBIMA.

Atualização Monetária do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série e da 3ª Série

O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série e o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 3ª Série não serão atualizados monetariamente.

Remuneração das Debêntures da 1ª Série

Sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 1ª Série incidirão juros remuneratórios a serem definidos no Procedimento de *Bookbuilding* e, em qualquer caso, limitados ao que for maior entre: (i) a taxa interna de retorno do Tesouro IPCA+ (nova denominação da Nota do Tesouro Nacional, Série B - NTN-B), com vencimento em 2028, baseada na cotação indicativa divulgada pela ANBIMA em sua página na internet (http://www.anbima.com.br), apurada no fechamento do Dia Útil imediatamente anterior à data do Procedimento de *Bookbuilding*, acrescida exponencialmente de uma sobretaxa (*spread)* equivalente a 3,70% (três inteiros e setenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis; ou (ii) 8,75% (oito inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("**Remuneração das Debêntures da 1ª Série**"), incidentes desde a Data de Início da Rentabilidade das Debêntures da 1ª Série, ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da 1ª Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. A Remuneração das Debêntures da 1ª Série será realizada de acordo coma fórmula abaixo:

$$J = VNa \times (Fator\ Spread - 1)$$

onde:

J = valor unitário da Remuneração das Debêntures da 1ª Série devida ao final do Período de Capitalização das Debêntures da 1ª Série (conforme definido abaixo), calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento.

VNa = Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 1ª Série informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento.

Fator *spread* = fator de spread fixo, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$Fator\ Spread = \left[\left(\left(\frac{spread}{100} + 1\right)^{\frac{n}{252}}\right)\right]^{\frac{DP}{DT}}$$

onde:

***Spread* =** taxa de *spread* informada com 4 (quatro) casas decimais, a ser definida no Procedimento de *Bookbuilding*.

N = número de Dias Úteis entra a data do próximo Período de Capitalização das Debêntures da 1ª Série (conforme definido abaixo) e a data do Período de Capitalização das Debêntures da 1ª Série anterior, sendo "n" um número inteiro.

DT = número de Dias Úteis entre o último e o próximo Período de Capitalização das Debêntures da 1ª Série, sendo "DT" um número inteiro.

DP = número de Dias Úteis entre o último Período de Capitalização das Debêntures da 1ª Série e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.

O "**Período de Capitalização das Debêntures da 1ª Série**" é, para o primeiro Período de Capitalização das Debêntures da 1ª Série, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Início da Rentabilidade das Debêntures da 1ª Série, inclusive, e termina na Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da 1ª Série, exclusive, sendo certo que, para os demais Períodos de Capitalização das Debêntures da 1ª Série, será o intervalo de tempo que se iniciar na Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da 1ª Série imediatamente anterior, inclusive, e terminar na Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da 1ª Série subsequente, exclusive. Cada Período de Capitalização das Debêntures da 1ª Série sucede o anterior sem solução de continuidade até a Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Série.

Remuneração das Debêntures da 2ª Série

Sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias do DI - Depósito Interfinanceiro de um dia, "over extra grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 ("Taxa DI"), acrescida exponencialmente de uma sobretaxa (*spread*) a ser definida no Procedimento de *Bookbuilding* e, em qualquer caso, limitada a 4,50% (quatro inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis.

A Remuneração das Debêntures da 2ª Série será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série (ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série), desde a Data de Início da Rentabilidade das Debêntures da 2ª Série, ou Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da 2ª Série imediatamente anterior (inclusive) até a data de pagamento da Remuneração das Debêntures da 2ª Série em questão, data de declaração de vencimento antecipado em decorrência de um Evento de Inadimplemento (conforme definido abaixo) ou na data de um eventual Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da 2ª Série (conforme definido abaixo), o que ocorrer primeiro. A Remuneração da Debêntures da 2ª Série será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

J = valor unitário da Remuneração das Debêntures da 2ª Série devido ao final do Período de Capitalização das Debêntures da 2ª Série (conforme definido abaixo) e calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento; e

***Fator Juros*=** Fator de Juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de spread calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento. Apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = (Fator\ DI \times Fator\ Spread)$$

onde:

Fator DI = Produtório das Taxas DI, com uso de percentual aplicado, da data de início do Período de Capitalização das Debêntures da 2ª Série, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$Fator\ DI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

onde:

n_{DI} **=** número total de Taxas DI, consideradas na atualização do ativo, sendo "nDI" um número inteiro;

TDI_k = Taxa DI, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1\right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

K = número de ordem das Taxas DI, variando de 1 (um) até "n";

DI_k = Taxa DI, divulgada pela B3, válida por 1 (um) Dia Útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

Fator*Spread* = sobretaxa de juros fixo, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$Fator Spread = \left[\left(\frac{Spread}{100} + 1\right)^{\frac{n}{252}}\right]^{\frac{DP}{DT}}$$

onde:

***Spread* =** taxa de spread informada com 4 (quatro) casas decimais, a ser definida no Procedimento de *Bookbuilding;*

N = número de Dias Úteis entre a data do próximo Período de Capitalização das Debêntures da 2ª Série e a data do período de capitalização anterior, sendo "n" um número inteiro;

DT = número de Dias Úteis entre o último e o próximo Período de Capitalização das Debêntures da 2ª Série, sendo "DT" um número inteiro;
DP = número de Dias Úteis entre o último Período de Capitalização das Debêntures da 2ª Série e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.
Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1+TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.
Se os fatores diários estiverem acumulados, considerar-se-á o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.
O fator resultante da expressão (Fator DI x Fator*Spread*) é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.
A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.
Observado o disposto na abaixo, se, a qualquer tempo durante a vigência das Debêntures da 2ª Série, não houver divulgação da Taxa DI, será aplicada a última Taxa DI disponível até o momento para cálculo da Remuneração das Debêntures da 2ª Série, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas da 2ª Série quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável.
Caso a Taxa DI deixe de ser divulgada por prazo superior a 30 (trinta) dias, ou caso seja extinta, ou haja a impossibilidade legal de aplicação da Taxa DI para cálculo da Remuneração das Debêntures da 2ª Série, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de até 5 (cinco) Dias Úteis a contar do final do prazo de 30 (trinta) dias acima mencionado ou do evento de extinção ou inaplicabilidade, conforme o caso, convocar Assembleia Geral de Debenturistas das Debêntures da 2ª Série, na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e na Escritura de Emissão, a qual terá como objeto a deliberação pelos titulares de Debêntures da 2ª Série, em comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures da 2ª Série, parâmetro este que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis de Remuneração das Debêntures da 2ª Série. Caso não haja acordo sobre o novo parâmetro de Remuneração das Debêntures da 2ª Série, entre a Emissora e os titulares das Debêntures da 2ª Série, representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da 2ª Série em Circulação (conforme definido abaixo) em primeira ou segunda convocação, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures da 2ª Série, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados da data de encerramento da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas das Debêntures da 2ª Série, ou em prazo superior que venha a ser definido em comum acordo em referida assembleia, pelo seu Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série, ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série, conforme o caso, acrescido da Remuneração das Debêntures da 2ª Série devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início da rentabilidade das Debêntures da 2ª Série ou da Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da 2ª Série, conforme o caso. As Debêntures da 2ª Série resgatadas nos termos deste item serão canceladas pela Emissora. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração das Debêntures da 2ª Série a serem adquiridas, para cada dia do período em que a ausência de taxas, será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente.
Serão consideradas "**Debêntures em Circulação**" todas as Debêntures em circulação no mercado da respectiva Série, excluídas as Debêntures que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam de propriedade de seus Controladores ou de qualquer de suas Controladas ou Coligadas, bem como dos respectivos diretores ou conselheiros e respectivos cônjuges. Para efeitos de quórum de deliberação não serão computados, ainda, os votos em branco.
O "**Período de Capitalização das Debêntures da 2ª Série**" é, para o primeiro Período de Capitalização das Debêntures da 2ª Série, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Início da Rentabilidade das Debêntures da 2ª Série, inclusive, e termina na Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da 2ª Série, exclusive, sendo certo que para os demais Períodos de Capitalização das Debêntures da 2ª Série, será o intervalo de tempo que se iniciar na Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da 2ª Série imediatamente anterior, inclusive, e terminar na Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da 2ª Série subsequente, exclusive. Cada Período de Capitalização das Debêntures da 2ª Série sucede o anterior sem solução de continuidade até a Data de Vencimento das Debêntures da 2ª Série.

<u>Remuneração das Debêntures da 3ª Série</u>

Sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 3ª Série, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios prefixados, correspondentes a um determinado percentual fixo ao ano a ser definido no Procedimento de *Bookbuilding* e, em qualquer caso, limitado ao que for maior entre: (i) a Taxa DI de *duration* mais próxima à *duration* das Debêntures da 3ª Série, conforme as Taxas Referenciais BM&FBOVESPA relativa à 'DI x Pré', 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, baseada na cotação indicativa do Dia Útil imediatamente anterior à data de realização do Procedimento de *Bookbuilding*, divulgada pela B3 em sua página na internet (acessível, nesta data, por meio do link https://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/servicos-de-dados/market-data/consultas/mercado-de-derivativos/precos-referenciais/taxas-referenciais-bm-fbovespa/), acrescida exponencialmente de sobretaxa (spread) de 3,75% (três inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano; e (ii) 14,75% (quatorze inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("**Remuneração das Debêntures da 3ª Série**" e, em conjunto com a Remuneração das Debêntures da 1ª Série e a Remuneração das Debêntures da 2ª Série, "**Remuneração**").
A Remuneração das Debêntures da 3ª Série será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 3ª Série (ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 3ª Série), desde a Data de Início da Rentabilidade das Debêntures da 3ª Série, ou Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da 3ª Série imediatamente anterior (inclusive) até a data de pagamento da Remuneração das Debêntures da 3ª Série em questão, data de declaração de vencimento antecipado em decorrência de um Evento de Inadimplemento (conforme definido abaixo) ou na data de um eventual Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da 3ª Série (conforme definido abaixo), o que ocorrer primeiro. A Remuneração da Debêntures da 3ª Série será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = Vne \times (FatorJuros - 1)$$

Onde:
"J" = Valor Unitário da Remuneração das Debêntures da 3ª Série acumulada, devida no final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo), calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;
"Vne" = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 3ª Série, conforme o caso, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;
"FatorJuros" = sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = [(i/100+1)^{(DP/252)}]$$

Onde:
"i" = taxa de juros fixa, não expressa em percentual, informada com 4 (quatro) casas decimais a ser apurada na data do Procedimento de *Bookbuilding*;
"DP" = número de Dias Úteis entre a Data de Início da Rentabilidade das Debêntures da 3ª Série, no caso do primeiro Período de Capitalização das Debêntures da 3ª Série, ou da última Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da 3ª Série (inclusive), no caso dos demais Períodos de Capitalização e a data de cálculo (exclusive), sendo "DP" um número inteiro.
O "**Período de Capitalização das Debêntures da 3ª Série**" é, para o primeiro Período de Capitalização das Debêntures da 3ª Série, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Início da Rentabilidade das Debêntures da 3ª Série, inclusive, e termina na Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da 3ª Série, exclusive, sendo certo que para os demais Períodos de Capitalização das Debêntures da 3ª Série, será o intervalo de tempo que se iniciar na Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da 3ª Série imediatamente anterior, inclusive, e terminar na Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da 3ª Série subsequente, exclusive. Cada Período de Capitalização das Debêntures da 3ª Série sucede o anterior sem solução de continuidade até a Data de Vencimento das Debêntures da 3ª Série.

j) <u>Pagamento da Remuneração - periodicidade e data de pagamentos</u>

Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de eventual vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures ou Resgate Antecipado Facultativo, nos termos previstos na Escritura de Emissão, a (i) Remuneração das Debêntures Primeira Série será paga, semestralmente, a partir da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento realizado em 15 de março de 2024, e os demais pagamentos devidos sempre no dia 15 dos meses de setembro e março de cada ano, até a Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série (cada uma, uma "**Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures Primeira Série**"); (ii) Remuneração das Debêntures Segunda Série será paga, semestralmente, sendo o primeiro pagamento realizado em 15 de março de 2024, e os demais pagamentos devidos sempre no dia 15 dos meses de setembro e março de cada ano, até a Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série (cada uma, uma "**Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures Segunda Série**"); e, (iii) Remuneração das Debêntures da Terceira Série será paga semestralmente, sendo o primeiro pagamento realizado em 15 de março de 2024 e os demais pagamentos devidos sempre no dia 15 dos meses de março e setembro de cada ano, até a Data de Vencimento das Debêntures da Terceira Série (cada uma, uma

"**Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Terceira Série**" e em conjunto com a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures Primeira Série e a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série, a "**Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures**"). Farão jus ao recebimento de qualquer valor devido aos Debenturistas nos termos deste Prospecto e da Escritura de Emissão aqueles que sejam titulares das Debêntures ao final do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento.

k) Repactuação Programada das Debêntures

As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

l) Amortização e hipóteses de resgate antecipado - existência, datas e condições

Amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 1ª Série:

O Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 1ª será amortizado em 5 (cinco) parcelas semestrais, devidas sempre nos dias 15 de março e 15 de setembro de cada ano, sendo que a primeira parcela será devida em 15 de setembro de 2027, e as demais parcelas serão devidas em cada uma das respetivas datas de amortização das Debêntures da 1ª Série, de acordo com as datas indicadas na 2ª (segunda) coluna da tabela abaixo (cada uma, uma "**Data de Amortização das Debêntures da 1ª Série**") e percentuais previstos na 3ª (terceira) coluna da tabela a seguir:

Parcela	Data de Amortização das Debêntures da 1ª Série	Percentual do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 1ª Série a ser amortizado
1ª	15 de setembro de 2027	20,0000%
2ª	15 de março de 2028	25,0000%
3ª	15 de setembro de 2028	33,3333%
4ª	15 de março de 2029	50,0000%
5ª	Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Série	100,0000%

Amortização do Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série e das Debêntures da 3ª Série

O Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série será amortizado em uma única parcela, na Data de Vencimento das Debêntures da 2ª Série.

O Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 3ª Série será amortizado em uma única parcela, na Data de Vencimento das Debêntures da 3ª Série

Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da 1ª Série e das Debêntures da 3ª Série

Desde que observado o disposto no artigo 1º, parágrafo 1º, inciso II, combinado com o artigo 2º, parágrafo 1º, da Lei 12.431, nas disposições da Resolução CMN 4.751, ou normativo que venha substitui-lo, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, bem como o prazo médio ponderado mínimo de 4 (quatro) anos dos pagamentos transcorridos entre a Data de Emissão e a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da 1ª Série e/ou das Debêntures da 3ª Série (ou prazo inferior que venha a ser autorizado pela legislação ou regulamentação aplicáveis), a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar o resgate antecipado facultativo total das Debêntures da 1ª Série e/ou das Debêntures da 3ª Série ("**Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da 1ª Série e/ou das Debêntures da 3ª Série**"). Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da 1ª Série e/ou das Debêntures da 3ª Série, o valor devido pela Emissora será equivalente ao maior dos critérios mencionados nos itens (a) e (b) abaixo ("**Valor de Resgate Antecipado das Debêntures da 1ª Série e/ou das Debêntures da 3ª Série**"), sendo que, caso (b) seja maior que (a), o prêmio a ser pago pela Emissora será dado pela diferença entre (b) e (a) ("**Prêmio de Resgate Antecipado das Debêntures da 1ª Série e/ou das Debêntures da 3ª Série**"):

(a) o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 1ª Série, ou o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 3ª Série, conforme o caso, acrescido (i) da Remuneração das Debêntures da 1ª Série e/ou das Debêntures da 3ª Série, conforme o caso, calculada *pro rata temporis,* desde a Data de Início da Rentabilidade das Debêntures da 1ª Série ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da 1ª Série imediatamente anterior (inclusive), no caso das Debêntures da 1ª Série, ou desde a Data de Início da Rentabilidade das Debêntures da 3ª Série ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da 3ª Série imediatamente anterior (inclusive), no caso das Debêntures da 3ª Série, até a data do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da 1ª Série e/ou das Debêntures da 3ª Série (exclusive); (ii) dos Encargos Moratórios, se houver; e (iii) de quaisquer obrigações pecuniárias e outros acréscimos referentes às Debêntures da 1ª Série e/ou das Debêntures da 3ª Série, conforme aplicável; ou

(b) a soma das parcelas remanescentes (i) do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 1ª Série ou do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 3ª Série, conforme o caso, e da Remuneração das Debêntures da 1ª Série e/ou das Debêntures da 3ª Série, desde a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da 1ª Série e/ou das Debêntures da 3ª Série até a Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Série ou a Data de Vencimento das Debêntures da 3ª Série, conforme o caso, trazida a valor presente até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da 1ª Série e/ou das Debêntures da 3ª Série, utilizando-se como taxa percentual de desconto (A) a taxa interna de retorno da Tesouro IPCA+ (nova denominação da Nota do Tesouro Nacional, Série B - NTN-B) com *duration* mais próxima a *duration* remanescente das Debêntures da 1ª Série na data do efetivo resgate, no caso das Debêntures da Primeira Série, e (B) a taxa DI para 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis baseada no ajuste (interpolação) da curva 'DI x Pré', a ser divulgada pela B3 em sua página na internet (Disponível nessa data em https://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/servicos-de-dados/market-data/consultas/mercado-de-derivativos/precos-referenciais/taxas-referenciais-bm-fbovespa/), correspondente ao vértice com número de dias corridos mais próximo à duration remanescente das Debêntures da 3ª Série, a ser apurada no fechamento do Dia Útil imediatamente anterior à data do Resgate Antecipado Facultativo, no caso das Debêntures da 3ª Série; (ii) dos Encargos Moratórios, se houver; e (iii) de quaisquer obrigações pecuniárias e acréscimos referentes às Debêntures da Primeira Série e/ou às Debêntures da Terceira Série, conforme aplicável:

$$VP = \left[\sum_{k=1}^{n}\left(\frac{VNEk}{FVPk} \times C\right)\right]$$

onde:

VP = somatório do valor presente das parcelas de pagamento das Debêntures da 1ª Série e/ou das Debêntures da 3ª Série;

C = Para as Debêntures da Primeira Série, corresponde ao fator da variação acumulada do IPCA, apurado e divulgado pelo IBGE calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado desde a Data de Emissão até a data do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Primeira Série. Para as Debêntures da Terceira Série, corresponde a 1,0000 (um inteiro);

VNEk = valor unitário de cada um dos "k" valores futuros devidos das Debêntures da 1ª Série e/ou das Debêntures da 3ª Série, sendo o valor de cada parcela "k" equivalente ao pagamento da Remuneração das Debêntures da 1ª Série e/ou das Debêntures da 3ª Série e/ou da amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 1ª Série e/ou do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série, conforme o caso, referenciado à primeira data de integralização;

n = número total de eventos de pagamento a serem realizados das Debêntures da 1ª Série e/ou das Debêntures da 3ª Série, conforme o caso, sendo "n" um número inteiro;

FVPk = fator de valor presente, apurado conforme fórmula a seguir, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento:

$$FVPk = \{[(1 + Taxa\ Desconto)^{\frac{nk}{252}}]\}$$

onde:

Taxa Desconto = para as Debêntures da Primeira Série, corresponde à taxa interna de retorno da NTN-B, com duration mais próxima a duration remanescente das Debêntures da Primeira Série na data do efetivo resgate. Para as Debêntures da Terceira Série, corresponde à taxa DI para 252

(duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, baseada no ajuste (interpolação) da curva 'DI x Pré', divulgada pela B3 em sua página na internet, equivalente ao vértice com número de dias corridos mais próximo à duration remanescente das Debêntures da Terceira Série, a ser apurada no fechamento do Dia Útil imediatamente anterior à data do efetivo resgate;

nk = número de Dias Úteis entre a data do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da 1ª Série e/ou das Debêntures da 3ª Série e a data de vencimento programada de cada parcela "k" vincenda.

Caso a data de realização do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da 1ª Série e/ou das Debêntures da 3ª Série coincida com uma Data de Amortização das Debêntures da 1ª Série e/ou das Debêntures da 3ª Série e/ou Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da 1ª Série e/ou das Debêntures da 3ª Série, o Prêmio de Resgate Antecipado das Debêntures da 1ª Série e/ou das Debêntures da 3ª Série deverá ser calculado sobre o saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 1ª Série ou sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 3ª Série após o referido pagamento.

O Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da 1ª Série e/ou das Debêntures da 3ª Série somente será realizado mediante envio de comunicação individual aos Debenturistas das Debêntures da 1ª Série e/ou das Debêntures da 3ª Série, ou publicação de anúncio pela Emissora, nos termos da Cláusula 4.23 da Escritura de Emissão, em ambos os casos com cópia para o Agente Fiduciário, B3 e à ANBIMA, com 10 (dez) Dias Úteis de antecedência da data em que se pretende realizar o efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da 1ª Série e/ou das Debêntures da 3ª Série, sendo que na referida comunicação deverá constar: (a) a data de realização do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da 1ª Série e/ou das Debêntures da 3ª Série, que deverá ser um Dia Útil; (b) a menção ao Valor de Resgate Antecipado das Debêntures da 1ª Série e/ou das Debêntures da 3ª Série e ao Prêmio de Resgate Antecipado das Debêntures da 1ª Série e/ou das Debêntures da 3ª Série; e (c) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da 1ª Série e/ou das Debêntures da 3ª Série.

O Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da 1ª Série e/ou das Debêntures da 3ª Série custodiadas eletronicamente na B3 seguirá os procedimentos de liquidação de eventos adotados por ela. Caso as Debêntures da 1ª Série e/ou as Debêntures da 3ª Série não estejam custodiadas eletronicamente na B3, o Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da 1ª Série e/ou das Debêntures da 3ª Série será realizado por meio do Escriturador. A B3 deverá ser comunicada com 3 (três) Dias Úteis de antecedência da data de realização do resgate.

As Debêntures da 1ª Série e as Debêntures da 3ª Série resgatadas pela Emissora, conforme previsto neste item, serão obrigatoriamente canceladas.

Não será admitido o resgate antecipado facultativo parcial das Debêntures da 1ª Série e/ou das Debêntures da 3ª Série.

Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da 2ª Série

Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a partir do 31º (trigésimo primeiro) mês da Data de Emissão, ou seja, a partir de 15 de abril de 2026 (inclusive), realizar o resgate antecipado facultativo total das Debêntures da 2ª Série ("**Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da 2ª Série**"). Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da 2ª Série, o valor devido pela Emissora aos titulares das Debêntures da 2ª Série será equivalente ao: (i) Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série a serem resgatadas, acrescido (ii) da Remuneração das Debêntures da 2ª Série, calculada *pro rata temporis*, devida desde a Data de Início da Rentabilidade das Debêntures da 2ª Série ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da 2ª Série imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da 2ª Série (exclusive) ("**Data do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da 2ª Série**"), acrescido (iii) de Encargos Moratórios, se aplicável, devidos e não pagos até a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da 2ª Série, acrescido (iv) de prêmio de 1,40% (um inteiro e quarenta centésimos por cento) ao ano, incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série, calculado de forma exponencial de forma *pro rata temporis* considerando os Dias Úteis entre a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da 2ª Série e a Data de Vencimento das Debêntures da 2ª Série, conforme fórmula a seguir ("**Prêmio de Resgate Antecipado das Debêntures da 2ª Série**" e "**Valor de Resgate Antecipado das Debêntures da 2ª Série**", respectivamente):

$$\text{PUprêmio} = [(1+\text{Prêmio de Resgate Antecipado das Debêntures da 2ª Série})^{(\text{Prazo Remanescente}/252)}-1]* \text{PUdebênture}$$

Onde:

Prêmio de Resgate Antecipado das Debêntures da 2ª Série = 1,40% (um inteiro e quarenta centésimos por cento) ao ano;

Prazo Remanescente = quantidade de Dias Úteis, contados, conforme o caso, da data do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da 2ª Série (inclusive) até a Data de Vencimento das Debêntures da 2ª Série (exclusive); e

PUdebênture = saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série, acrescido da Remuneração das Debêntures da 2ª Série, calculada *pro rata temporis* desde a data de pagamento da Remuneração das Debêntures da 2ª Série imediatamente anterior até a data do efetivo pagamento do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da 2ª Série.

Caso a data de realização do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da 2ª Série coincida com uma Data de Amortização das Debêntures da 2ª Série e/ou Data de Pagamento da Remuneração da 2ª Série, o Prêmio de Resgate Antecipado das Debêntures da 2ª Série deverá ser calculado sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série após o referido pagamento.

O Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da 2ª Série somente será realizado mediante envio de comunicação individual aos Debenturistas das Debêntures da 2ª Série, ou publicação de anúncio pela Emissora, nos termos da Cláusula 4.22 da Escritura de Emissão, em ambos os casos com cópia para o Agente Fiduciário, B3 e à ANBIMA, com 10 (dez) Dias Úteis de antecedência da data em que se pretende realizar o efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da 2ª Série, sendo que na referida comunicação deverá constar: (i) a data de realização do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da 2ª Série, que deverá ser um Dia Útil; (ii) a menção ao Valor de Resgate Antecipado das Debêntures da 2ª Série e ao Prêmio de Resgate Antecipado das Debêntures da 2ª Série; e (iii) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da 2ª Série.

O Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da 2ª Série custodiadas eletronicamente na B3 seguirá os procedimentos de liquidação de eventos adotados por ela. Caso as Debêntures da 2ª Série não estejam custodiadas eletronicamente na B3, o Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da 2ª Série será realizado por meio do Escriturador. A B3 deverá ser comunicada com 3 (três) Dias Úteis de antecedência da data de realização do resgate.

As Debêntures da 2ª Série resgatadas pela Emissora, conforme previsto neste item, serão obrigatoriamente canceladas.

Não será admitido o resgate antecipado facultativo parcial das Debêntures da 2ª Série.

Amortização Extraordinária das Debêntures da 1ª Série e/ou das Debêntures da 3ª Série

As Debêntures da 1ª Série e as Debêntures da 3ª Série não poderão ser objeto de amortização extraordinária pela Emissora.

Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da 2ª Série

A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, após o término do 31º (trigésimo primeiro) mês contado da Data de Emissão, isto é, a partir de 15 de abril de 2026 (inclusive), realizar a amortização extraordinária parcial das Debêntures da 2ª Série limitada a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável ("**Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da 2ª Série**"). Por ocasião da Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da 2ª Série, o valor devido pela Emissora será equivalente à (i) parcela do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série a serem amortizadas, acrescido (ii) da Remuneração das Debêntures da 2ª Série, calculada *pro rata temporis*, devida desde a Data de Início da Rentabilidade das Debêntures da 2ª Série ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da 2ª Série imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data da Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da 2ª Série (exclusive) ("**Data da Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da 2ª Série**"), acrescido (iii) de Encargos Moratórios, se aplicável, devidos e não pagos até a Data da Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da 2ª Série, acrescido (iv) de prêmio de 1,40% (um inteiro e quarenta centésimos por cento) ao ano, incidente sobre a parcela do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série, calculado de forma exponencial de forma *pro rata temporis* considerando os Dias Úteis entre a Data da Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da 2ª Série e a Data de Vencimento das Debêntures da 2ª Série, conforme fórmula a seguir

(“**Prêmio de Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da 2ª Série**” e “**Valor de Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da 2ª Série**”, respectivamente):

PUprêmio = [(1+Prêmio de Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da 2ª Série)^(Prazo Remanescente/252)-1]* PUdebênture

Onde:

Prêmio de Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da 2ª Série = 1,40% (um inteiro e quarenta centésimos por cento) ao ano;

Prazo Remanescente = quantidade de Dias Úteis, contados, conforme o caso, da data da Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da 2ª Série (inclusive) até a Data de Vencimento das Debêntures da 2ª Série (exclusive); e

PUdebênture = parcela do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série, acrescido da Remuneração das Debêntures da 2ª Série, calculada *pro rata temporis* desde a data de pagamento da Remuneração das Debêntures da 2ª Série imediatamente anterior até a data do efetivo pagamento da Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da 2ª Série.

O valor remanescente da Remuneração das Debêntures da 2ª Série continuará a ser capitalizado e deverá ser pago na data de pagamento da Remuneração das Debêntures da 2ª Série imediatamente subsequente.

Caso a data de realização da Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da 2ª Série coincida com uma Data de Amortização das Debêntures da 2ª Série e/ou Data de Pagamento da Remuneração da 2ª Série, o Prêmio de Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da 2ª Série deverá ser calculado sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série após o referido pagamento.

A Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da 2ª Série somente será realizada mediante envio de comunicação individual aos Debenturistas, ou publicação de anúncio, nos termos da Cláusula 4.22 da Escritura de Emissão, em ambos os casos com cópia para o Agente Fiduciário, B3 e à ANBIMA, com 10 (dez) Dias Úteis de antecedência da data em que se pretende realizar a efetiva Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da 2ª Série, sendo que na referida comunicação deverá constar: (i) a data de realização da Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da 2ª Série, que deverá ser um Dia Útil; (ii) a menção ao Valor de Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da 2ª Série e ao Prêmio de Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da 2ª Série; e (iii) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização da Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da 2ª Série.

A Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da 2ª Série para as Debêntures da 2ª Série custodiadas eletronicamente na B3 seguirá os procedimentos de liquidação de eventos adotados por ela. Caso as Debêntures da 2ª Série não estejam custodiadas eletronicamente na B3, a Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da 2ª Série será realizada por meio do Escriturador.

A realização da Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da 2ª Série deverá abranger, proporcionalmente, todas as Debêntures da 2ª Série e deverá obedecer ao limite de amortização de 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário.

Oferta de Aquisição Obrigatória

Caso a Emissora, as Fiadoras ou quaisquer de suas Controladas Restritas vendam, transfiram e/ou cedam de forma definitiva a terceiros não integrantes do seu grupo econômico quaisquer Ativos Não Restritos (conforme definido abaixo), em montante igual ou superior a 30% (trinta por cento), em uma ou mais transações, do EBITDAX dos últimos 12 (doze) meses relativos (a) ao Formulário de Informações Trimestrais (ITR) divulgado pela Emissora; ou (b) à demonstração financeira anual da Emissora, calculado conforme definido no Anexo III da Escritura de Emissão, sendo certo que será definido entre (a) e (b) aquele cuja divulgação tenha ocorrido em data mais recente em relação à data do último evento de venda, transferência e/ou cessão, conforme aplicável, a Emissora deverá, observadas as regras estabelecidas na Resolução CVM 77 e a legislação e regulamentação aplicáveis (“**Evento de Pagamento Obrigatório**”), a Emissora deverá realizar uma oferta obrigatória para adquirir as Debêntures dos Debenturistas que optarem por alienar suas respectivas Debêntures, observados os termos e condições previstos nos itens abaixo e na Escritura de Emissão, devendo tal fato, se assim exigido pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora (“**Oferta de Aquisição Obrigatória**”).

Nos termos do artigo 1º, parágrafo 1º, inciso II, da Lei 12.431, a Oferta de Aquisição Obrigatória das Debêntures da 1ª Série e/ou das Debêntures da 3ª Série será realizada desde que transcorridos 2 (dois) anos contados da Data de Emissão das Debêntures da 1ª Série e/ou das Debêntures da 3ª Série, conforme o caso (ou qualquer outro prazo menor que venha a ser permitido por lei), sendo certo que, caso o prazo de 2 (dois) anos contados da Data de Emissão das Debêntures da 1ª Série e das Debêntures da 3ª Série não tenha transcorrido (ou qualquer outro prazo menor que venha a ser permitido por lei), os recursos financeiros líquidos recebidos pela Emissora, pelas Fiadoras e/ou por Controladas Restritas em decorrência de tal venda, transferência ou cessão, deverão ser depositados e permanecer retidos em conta vinculada cedida fiduciariamente em favor dos Debenturistas por meio de aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária, sem necessidade de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas, até o momento em que seja permitida a realização da Oferta de Aquisição Obrigatória.

A Oferta de Aquisição Obrigatória será endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas da 1ª Série, da 2ª Série e da 3ª Série para aceitar a aquisição das Debêntures de que forem titulares, de acordo com os termos e condições previstos abaixo.

Não obstante a Oferta de Aquisição Obrigatória ser sempre endereçada à totalidade dos Debenturistas, conforme descrito acima, serão resgatadas apenas as Debêntures daqueles Debenturistas que decidirem pela adesão à Oferta de Aquisição Obrigatória. As Debêntures dos Debenturistas que não aderirem à Oferta de Aquisição Obrigatória permanecerão vigentes até a sua respectiva Data de Vencimento, observadas as demais possibilidades de liquidação antecipada e vencimento antecipado previstas na Escritura de Emissão, sendo certo que caso a Emissora realize uma Oferta de Aquisição Obrigatória, não poderá ser configurado evento de vencimento antecipado para fins do item (xxv) da Cláusula 6.2.1 da Escritura de Emissão.

A Emissora realizará a Oferta de Aquisição Obrigatória por meio de comunicação enviada aos Debenturistas, com cópia para o Agente Fiduciário, ou publicação de anúncio, nos termos da Escritura de Emissão, em ambos os casos com cópia para a B3 (“**Comunicação de Oferta de Aquisição Obrigatória**”) que deverá ser enviada em até 3 (três) Dias Úteis após a ocorrência de um Evento de Pagamento Obrigatório, sendo certo que na referida comunicação deverá constar: (a) as informações e os detalhes dos eventos descritos acima que ensejaram a Oferta de Aquisição Obrigatória; (b) que a Oferta de Aquisição Obrigatória será oferecida à totalidade dos Debenturistas, observado o disposto na acima; (c) a forma e o prazo de manifestação, à Emissora, pelo Debenturista que aceitar a Oferta de Aquisição Obrigatória, que deverá ser, no máximo, de 15 (quinze) dias contados da Comunicação de Oferta de Aquisição Obrigatória; (d) a data efetiva para a aquisição das Debêntures e pagamento aos Debenturistas, que não poderá ser superior a 120 (cento e vinte) dias após a ocorrência do Evento de Pagamento Obrigatório que ensejou a Oferta de Aquisição Obrigatória, observado, para todos os fins, (1) o disposto acima e na Cláusula 5.6.6.1 da Escritura de Emissão; e (2) no caso de mais de uma venda, transferência e/ou cessão, a data da transação mais recente que ensejou o Evento de Pagamento Obrigatório; e (e) as demais informações necessárias para tomada de decisão e operacionalização pelos Debenturistas.

Após a publicação dos termos da Oferta de Aquisição Obrigatória, os Debenturistas que optarem pela adesão à referida oferta terão que se manifestar à Emissora e formalizar sua adesão no sistema da B3, no prazo e forma dispostos na Comunicação de Oferta de Aquisição Obrigatória, a qual ocorrerá em uma única data para todas as Debêntures, observado o prazo disposto acima.

O valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures objeto da Oferta de Aquisição Obrigatória será equivalente ao Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 1ª Série ou ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures da 2ª Série ou das Debêntures da 3ª Série, acrescido: (a) da respectiva Remuneração, calculada, *pro rata temporis*, desde a Data da Primeira Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data da efetiva aquisição; (b) dos Encargos Moratórios, se houver; e (c) de quaisquer obrigações pecuniárias e outros acréscimos referentes às Debêntures.

As Debêntures adquiridas pela Emissora de acordo com este item poderão, a critério da Emissora: (i) ser canceladas, caso seja legalmente permitido, observado o disposto na Lei 12.431, na Resolução CMN 4.751, nas regras expedidas pelo CMN e na regulamentação aplicável; (ii) permanecer na tesouraria da Emissora; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado, observadas as restrições impostas pela legislação aplicável. Caso aplicável, as Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos deste item, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Atualização Monetária das Debêntures da 1ª Série e a Remuneração aplicável às demais Debêntures, conforme aplicável. Na hipótese de cancelamento das Debêntures, a Escritura de Emissão deverá ser aditada para refletir tal cancelamento.

A aquisição ocorrerá, conforme o caso, de acordo com: (i) os procedimentos estabelecidos pela B3, para as Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na B3; ou (ii) os procedimentos adotados pelo Banco Liquidante e Escriturador, para as Debêntures que não estiverem custodiadas eletronicamente na B3.

A Emissora deverá: (i) na data de término do prazo de adesão à Oferta de Aquisição Obrigatória, confirmar ao Agente Fiduciário, que deverá informar os Debenturistas, se a aquisição das Debêntures será efetivamente realizada; e (ii) com antecedência mínima de 5 (cinco) Dias Úteis da data da aquisição, comunicar ao Escriturador e à B3 a data da aquisição.

m) Aquisição Facultativa

Aquisição Facultativa

A Emissora poderá, (i) após decorridos os 2 (dois) primeiros anos contados da Data de Emissão (ou prazo inferior que venha a ser autorizado pela legislação ou regulamentação aplicáveis), adquirir Debêntures em Circulação da 1ª Série e/ou Debêntures em Circulação da 3ª Série, e/ou (ii) a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação da 2ª Série, observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, desde que observe as eventuais regras expedidas pela CVM, devendo tal fato, se assim exigido pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora ("**Aquisição Facultativa**"). As Debêntures adquiridas pela Emissora de acordo com este item poderão, a critério da Emissora: (i) ser canceladas, caso seja legalmente permitido, observado o disposto na Lei 12.431, nas regras expedidas pelo CMN e na regulamentação aplicável; (ii) permanecer na tesouraria da Emissora; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado, observadas as restrições impostas pela legislação aplicável. Caso aplicável, as Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos deste item, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Atualização Monetária das Debêntures da 1ª Série e a Remuneração aplicável às demais Debêntures, conforme aplicável.

Caso a Emissora pretenda adquirir Debêntures por valor superior ao Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 1ª Série e/ou Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures da 2ª Série e/ou das Debêntures da 3ª Série, conforme aplicável, deve, previamente à aquisição, comunicar sua intenção ao Agente Fiduciário e a todos os titulares das respectivas Debêntures, nos termos e condições estabelecidos na Resolução CVM nº 77, de 29 de março de 2022. Na hipótese de cancelamento das Debêntures, a Escritura de Emissão deverá ser aditada para refletir tal cancelamento, sem necessidade de nova deliberação societária de quaisquer das Partes ou aprovação por Assembleia Geral de Debenturistas.

A Aquisição Facultativa das Debêntures da 1ª Série e/ou das Debêntures da 3ª Série poderá ocorrer após 2 (dois) anos contados da Data de Emissão, e observado o disposto na Lei 12.431 e na regulamentação aplicável da CVM e do CMN, ou antes de tal data, desde que venha a ser legalmente permitido, nos termos no artigo 1º, §1º, inciso II da Lei 12.431, da regulamentação do CMN ou de outra legislação ou regulamentação aplicável.

n) Garantias - tipo, forma e descrição

Garantia Fidejussória

A Enauta Energia, nos termos da Escritura de Emissão, presta fiança em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, em conformidade com o artigo 818 do Código Civil, independentemente de outras garantias constituídas no âmbito da Emissão, obrigando-se solidariamente com a Emissora, em caráter irrevogável e irretratável, como fiadora, codevedora solidária e principal pagadora responsável pelo fiel, pontual e integral pagamento do Valor Total da Emissão, devido nos termos da Escritura de Emissão, acrescido da Atualização Monetária das Debêntures da 1ª Série, da Remuneração e dos Encargos Moratórios, conforme aplicável, bem como das demais obrigações pecuniárias presentes e futuras, principais e acessórias, previstas na Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantia, inclusive honorários advocatícios, despesas, custos, encargos, tributos, reembolsos ou indenizações, bem como as obrigações relativas ao Agente de Liquidação, ao Escriturador, à B3, ao Agente Fiduciário e demais prestadores de serviço envolvidos na Emissão, bem como honorários do Agente Fiduciário e despesas judiciais e extrajudiciais necessárias e comprovadamente incorridas pelo Agente Fiduciário ou Debenturistas, inclusive, na constituição, formalização, execução e/ou excussão das garantias previstas na Escritura de Emissão ("**Obrigações Garantidas**" e "**Fiança**", respectivamente).

Adicionalmente, a Emissora e a Enauta Energia se comprometerão a fazer com que toda e qualquer Controlada Restrita (conforme definido na Escritura de Emissão) que venha a ser controlada, direta ou indiretamente, pela Emissora e/ou pela Enauta Energia, figure como fiadora, codevedora solidária e principal pagadora responsável pelo fiel, pontual e integral pagamento das Obrigações Garantidas, nos termos da Escritura de Emissão.

Garantias Corporativas Estrangeiras

A Enauta Netherlands B.V. ("**Enauta Netherlands**") e a Atlanta Field B.V. ("**Atlanta Field**" e, em conjunto com a Enauta Netherlands, as "**Fiadoras Estrangeiras**" e, em conjunto com a Enauta Energia, as "**Fiadoras**") outorgarão garantias corporativas, regidas pelas leis da Holanda e observadas as limitações impostas em tal legislação, nos termos da "*Notes Guarantee*", a ser outorgada pela Enauta Netherlands e da "*Notes Guarantee*"*, a ser* outorgada pela Atlanta Field, a serem celebradas em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, em garantia do fiel, pontual e integral pagamento das Obrigações Garantidas ("**Garantias Corporativas Estrangeiras**").

Garantias Reais

Para assegurar o fiel, pontual e integral cumprimento da totalidade das Obrigações Garantidas, as Debêntures contarão, ainda, com as seguintes garantias (em conjunto, as "**Garantias Reais**" e, em conjunto com a "**Garantia Fidejussória**", as "**Garantias**"):

(i) alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão da Enauta Energia ("**Direitos de Participação**", respectivamente), bem de como (a) todas as ações: (1) derivadas de desdobramento, grupamento ou bonificação, inclusive mediante a permuta, venda ou qualquer outra forma de alienação das ações de emissão da Enauta Energia e quaisquer bens ou títulos nos quais as ações de emissão da Enauta Energia sejam convertidas (incluindo quaisquer depósitos, títulos ou valores mobiliários); (2) oriundas da subscrição de novas ações representativas do capital social da Enauta Energia, bem como de bônus de subscrição, debêntures conversíveis, partes beneficiárias, certificados, títulos ou outros valores mobiliários conversíveis em ações, relacionados à participação societária na Enauta Energia; e (3) de emissão da Enauta Energia recebidas, conferidas e/ou adquiridas (direta ou indiretamente) por meio de consolidação, fusão, cisão, incorporação, permuta, substituição, divisão, reorganização societária ou de qualquer outra forma (observadas as restrições previstas no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações (conforme definido abaixo) e na Escritura de Emissão, conforme aplicável, sendo certo que o disposto na Escritura de Emissão deverá prevalecer em caso de conflito com o Contrato de Alienação Fiduciária), sejam tais ações ou direitos atualmente ou futuramente detidas, direta ou indiretamente, pela Emissora e pela Enauta Energia (em conjunto, as "**Ações**"), e (b) todos os dividendos (em dinheiro, espécie ou mediante distribuição de novas ações), lucros, frutos, rendimentos, pagamentos, créditos, remuneração, bonificações, direitos econômicos, juros sobre capital próprio, distribuições, reembolso de capital, bônus e demais valores efetivamente creditados, pagos, entregues, recebidos ou a serem recebidos ou de qualquer outra forma distribuídos em razão da titularidade das Ações, sem limitar, todas as preferências e vantagens que forem atribuídas expressamente às Ações, a qualquer título, inclusive lucros, proventos decorrentes do fluxo de dividendos, juros sobre o capital próprio, valores devidos por conta de redução de capital, amortização, resgate, reembolso ou outra operação e todos os demais proventos ou valores que de qualquer outra forma tenham sido e/ou que venham a ser declarados e ainda não tenham sido distribuídos, inclusive mediante a permuta, venda ou qualquer outra forma de disposição ou alienação das Ações, e quaisquer bens, valores mobiliários ou títulos nos quais as Ações sejam convertidas (incluindo quaisquer depósitos, títulos ou valores mobiliários) ("**Ações Alienadas Fiduciariamente**" e "**Alienação Fiduciária de Ações**", respectivamente), nos termos do "*Primeiro Aditamento e Consolidação ao Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças*", celebrado em 06 de setembro de 2023, entre a Emissora, o Agente Fiduciário e a Enauta Energia, na qualidade de interveniente anuente ("**Contrato de Alienação Fiduciária de Ações**");

(ii) garantia sobre as ações de emissão da Enauta Netherlands e da Atlanta Field, nos termos do "*Deed of Amendment of Pledge of Shares*" a ser celebrado entre Enauta Netherlands, o Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário da Primeira Emissão e a Atlanta Field, e do "*Deed of Amendment of Pledge of Shares*" a ser celebrado entre Enauta Energia, o Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário da Primeira Emissão e a Atlanta Field ("**Contratos de Garantia Estrangeiros**");

(iii) penhor da totalidade dos direitos detidos pela Enauta Energia emergentes de suas respectivas participações nos Contratos de Concessão (conforme definido abaixo), conforme aditados e/ou renovados de tempos em tempos ("**Penhor das Concessões**"), nos termos dos "*Primeiro Aditamento e*

Consolidação ao Instrumento Particular de Penhor de Direitos Emergentes da Concessão de Atlanta-Oliva e Outras Avenças" e do "*Primeiro Aditamento e Consolidação ao Instrumento Particular de Penhor de Direitos Emergentes da Concessão de Manati e Outras Avenças",* celebrados em 06 de setembro de 2023, entre a Enauta Energia, na qualidade de empenhante e o Agente Fiduciário (em conjunto, "**Contratos de Penhor das Concessões**");

(iv) cessão fiduciária (a) de todos e quaisquer direitos creditórios da Emissora, principais e acessórios, atuais e futuros (incluindo, sem limitação, recebíveis, créditos, direitos de indenização, seguros contratados e multas), decorrentes, relacionados e/ou emergentes de conta vinculada aberta no Itaú Unibanco S.A. ("**Banco Depositário**"), movimentável exclusivamente pelo Banco Depositário (conforme definido neste Prospecto) ("**Conta Pagamento e Acúmulo da Emissora**"), de titularidade da Emissora, mas não movimentável por ela; e (b) de todos e quaisquer direitos creditórios da Enauta Energia, principais e acessórios, atuais e futuros (incluindo, sem limitação, recebíveis, créditos, direitos de indenização, seguros contratados e multas), decorrentes, relacionados e/ou emergentes de conta vinculada a ser aberta no Banco Depositário, movimentável exclusivamente pelo Banco Depositário ("**Conta Acúmulo da Enauta Energia**" e, em conjunto com a Conta Pagamento e Acúmulo da Emissora, a Conta Pagamento e Acúmulo da Emissora da 1ª Emissão e a Conta Acúmulo da Enauta Energia da 1ª Emissão (conforme definidas no Contrato de Cessão Fiduciária), as "**Contas Vinculadas**"), de titularidade da Enauta Energia, mas não movimentável por ela, nas quais deverão ser depositados, mensalmente, recursos equivalentes a 1/6 (um sexto) da próxima parcela de amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, e Remuneração das Debêntures, sendo certo que a Conta Pagamento e Acúmulo da Emissora deverá estar 100% (cem por cento) preenchida em cada mês de pagamento de amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado e Remuneração das Debêntures, e os recursos serão utilizados para o pagamento da referida parcela, conforme termos e condições previstos no Contrato de Cessão Fiduciária; e (c) dos recursos depositados, transitados e/ou mantidos ou a serem mantidos na Conta Pagamento e Acúmulo da Emissora e na Conta Acúmulo Enauta Energia a qualquer tempo, inclusive os Investimentos Permitidos (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária), bem como todos os seus frutos e rendimentos ("**Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios**"), nos termos do "*Segundo Aditamento e Consolidação ao Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Contas Vinculadas e Direitos Creditórios e Outras Avenças*", celebrado em 06 de setembro de 2023, entre a Emissora e a Enauta Energia, na qualidade de cedentes, e o Agente Fiduciário ("**Contrato de Cessão Fiduciária**" e, em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, os Contratos de Garantia Estrangeiros e o Contratos de Penhor das Concessões, os "**Contratos de Garantia**").

A Emissora e a Enauta Energia se comprometem a fazer com que as ações e/ou quotas de emissão de toda e qualquer Controlada Restrita que venha a ser controlada, direta ou indiretamente, pela Emissora e/ou pela Enauta Energia, sejam objeto de alienação fiduciária ou garantia análoga regida pelas leis do local da sede da respectiva Controlada Restrita, conforme aplicável, mediante a celebração do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, observados os termos e condições previstos no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, e/ou mediante a celebração de instrumento apartado regido pelas leis do local da sede da respectiva Controlada Restrita, conforme aplicável, (i) em até 15 (quinze) Dias Úteis contados da data em que a referida entidade tenha se tornado uma Controlada Restrita, para o caso de Controladas Restritas com sede no Brasil; e (ii) 25 (vinte e cinco) Dias Úteis contados da data em que a referida entidade tenha se tornado uma Controlada Restrita, para o caso de Controladas Restritas com sede em outros países, sem necessidade de nova deliberação societária de quaisquer das Partes ou aprovação por Assembleia Geral de Debenturistas para a sua celebração.

A Emissora e a Enauta Energia se comprometem a fazer com que os direitos emergentes de concessões que tenham por objeto os ativos das Concessões (conforme definido abaixo) de toda e qualquer Controlada Restrita que venha a ser controlada direta ou indiretamente, pela Emissora e/ou pela Enauta Energia, sejam objeto de penhor ou garantia análoga regida pelas leis do local da sede da respectiva Controlada Restrita, conforme aplicável, mediante a celebração de aditamento ao Contrato de Penhor das Concessões, observados os termos e condições previstos no Contrato de Penhor das Concessões, conforme aplicável, (i) em até 15 (quinze) Dias Úteis contados da data em que a referida Controlada Restrita se torne titular das referidas concessões, para o caso de Controladas Restritas com sede no Brasil; e (ii) 25 (vinte e cinco) Dias Úteis contados da data em que a referida Controlada Restrita se torne titular das referidas concessões, para o caso de Controladas Restritas com sede em outros países, sem necessidade de nova deliberação societária de quaisquer das Partes ou aprovação por Assembleia Geral de Debenturistas para a sua celebração.

Caso aplicável e existente, como garantia adicional às Obrigações Garantidas, a Emissora e a Enauta Energia cederão fiduciariamente todos os direitos e créditos, atuais e futuros, decorrentes do lucro que a Emissora e a Enauta Energia aufeririam oriundo de Contratos de Swap (conforme definido abaixo), caso exista variação positiva ("**Cessão Fiduciária de Swaps**"), mediante a celebração de aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária ("**Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios de Swap**"), sem necessidade, para fins de celebração do aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária, conforme aplicável, de nova deliberação societária de quaisquer das Partes ou aprovação por Assembleia Geral de Debenturistas.

As Garantias Reais são outorgadas em benefício conjunto dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, e são compartilhadas nos mesmos termos, *pari passu* e em mesmo grau de senioridade, com os titulares das debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, da primeira emissão da Emissora, emitidas nos termos do "*Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em até 2 (Duas) Séries, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Enauta Participações S.A.*", celebrado em 22 de novembro de 2022, conforme aditado, entre a Emissora, a Fiadora e a Vórtx, na qualidade de agente fiduciário ("**Agente Fiduciário da Primeira Emissão**"; "**Primeira Emissão**" e "**Escritura da Primeira Emissão**"), nos termos da Cláusula 4.26.5 da Escritura da Primeira Emissão e, do "*Contrato de Compartilhamento de Garantias Reais e Outras Avenças*" celebrado entre o Agente Fiduciário e o Agente Fiduciário da Primeira Emissão em 06 de setembro de 2023 ("**Contrato de Compartilhamento de Garantias**" e "**Compartilhamento de Garantias**", respectivamente).

Sem prejuízo do disposto acima, as Garantias Reais poderão ser objeto de compartilhamento com eventuais novas dívidas nos mesmos termos, *pari passu* e em mesmo grau de senioridade, proporcionalmente ao (i) valor total da Primeira Emissão, na primeira data de integralização da Primeira Emissão; e (ii) Valor Total da Emissão na Data da Primeira Integralização, desde que o resultado da soma dos itens (i) e (ii) acima com o valor total de eventual nova dívida objeto de compartilhamento, seja igual ou inferior a R$2.500.000.000,00 (dois bilhões e quinhentos milhões de reais) ("**Valor Total das Captações**"), sem ordem de preferência de recebimento entre os respectivos credores no caso de excussão, conforme previsto nos Contratos de Garantia e no Contrato de Compartilhamento de Garantias, por meio de aditamento ao Contrato de Compartilhamento de Garantias, sem necessidade, para fins do Compartilhamento das Garantias e da celebração dos aditamentos aos Contratos de Garantia, conforme aplicável, de nova deliberação societária de quaisquer das Partes ou aprovação por Assembleia Geral de Debenturistas, sendo certo que o percentual das Garantias Reais que será garantido no âmbito desta Emissão seguirá conforme disposto abaixo:

Percentual de Garantias Reais no âmbito da Emissão = Valor Total da Emissão na Data da Primeira Integralização / Valor Total das Captações

Na hipótese de pré-pagamento, pela Emissora, das obrigações garantidas no âmbito do Contrato de Compartilhamento de Garantias, a Emissora poderá, em substituição ao valor pré-pago, somar ao Valor Total da Emissão na Data da Primeira Integralização novas dívidas a fim de recompor o Valor Total das Captações, sem necessidade, para fins do Compartilhamento das Garantias e para a celebração dos aditamentos aos Contratos de Garantia, conforme aplicável, de nova deliberação societária de quaisquer das Partes ou aprovação por Assembleia Geral de Debenturistas, observado o disposto acima, sendo certo que: (i) a nova dívida não poderá ter uma data de vencimento anterior à data de vencimento da dívida objeto do pré-pagamento; (ii) o prazo médio da nova dívida será, ao menos, igual ao prazo médio da dívida objeto de pré-pagamento, no momento de seu pré-pagamento, observado, em todos os casos, o disposto na Cláusula 6.2.1., itens (xv) e (xxiii) da Escritura de Emissão.

O Agente Fiduciário e/ou os Debenturistas poderão executar as Garantias simultaneamente ou em qualquer ordem, observado que isso não significará a renúncia a qualquer direito ou à faculdade de usufruir desse direito futuramente, até a liquidação total das Obrigações Garantidas. Os demais termos e condições das Garantias Reais encontram-se previstos nos respectivos Contratos de Garantia. Em caso de conflito entre os termos das Garantias Reais e a Escritura de Emissão, os termos da Escritura de Emissão deverão prevalecer.

As Garantias garantem a integralidade das respectivas Obrigações Garantidas e não foi elaborado laudo de avaliação com o intuito de aferir o percentual de cobertura das Garantias sobre o Valor Total da Emissão.

o) <u>Direito de Preferência</u>

Não há direito de preferência para aquisição das Debêntures.

p) Tratamento tributário

As Debêntures da 1ª Série e as Debêntures da 3ª Série gozam do tratamento tributário previsto nos artigos 1º e 2º da Lei 12.431.

Observadas as Cláusulas 4.24.2 e 4.24.3 da Escritura de Emissão, caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária diferente daquelas previstas na Lei 12.431, este deverá encaminhar ao Agente de Liquidação e ao Escriturador, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes da data prevista para recebimento de quaisquer valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos, nos termos da legislação tributária em vigor e da Lei 12.431.

O Debenturista que tenha apresentado documentação comprobatória de sua condição de imunidade ou isenção tributária, nos termos da Cláusula 4.24.2 da Escritura de Emissão, e que tiver essa condição alterada por disposição normativa, ou por deixar de atender as condições e requisitos porventura prescritos no dispositivo legal aplicável, ou ainda, tiver essa condição questionada por autoridade judicial, fiscal ou regulamentar competente, deverá comunicar esse fato, de forma detalhada e por escrito, ao Agente de Liquidação e ao Escriturador, bem como prestar qualquer informação adicional em relação ao tema que lhe seja solicitada pelo Agente de Liquidação, pelo Escriturador ou pela Emissora.

Caso a Emissora não utilize os recursos na forma prevista na Escritura de Emissão, dando causa ao seu desenquadramento da Lei 12.431, a Emissora será responsável pela multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor da Emissão das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Terceira Série não alocado no Projeto, observado os termos do artigo 2º parágrafos 5º, 6º e 7º da Lei 12.431.

Sem prejuízo do disposto no parágrafo acima, caso, a qualquer momento durante a vigência da Escritura de Emissão e até a Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Série ou a Data de Vencimento das Debêntures da 3ª Série, conforme o caso, as Debêntures da 1ª Série e/ou as Debêntures da 3ª Série, por fato, ato ou omissão da Emissora, deixem de gozar do tratamento tributário previsto na Lei 12.431, a Emissora deverá arcar com todos os tributos devidos e acrescer aos pagamentos devidos sob as Debêntures da 1ª Série e/ou as Debêntures da 3ª Série, os valores adicionais suficientes para que os Debenturistas das Debêntures da 1ª Série e/ou das Debêntures da 3ª Série recebam tais pagamentos como se os referidos valores adicionais não fossem incidentes.

Sem prejuízo do disposto nos parágrafos acima, caso, a qualquer momento durante a vigência da Escritura de Emissão e até a Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Série ou a Data de Vencimento das Debêntures da 3ª Série, conforme o caso, as Debêntures da 1ª Série e/ou as Debêntures da 3ª Série deixem de gozar do tratamento tributário previsto na Lei 12.431, em decorrência de eventos que não sejam de responsabilidade da Emissora, esta deverá, a seu exclusivo critério, optar por: (i) arcar com todos os tributos devidos e acrescer aos pagamentos devidos sob as Debêntures da 1ª Série e/ou as Debêntures da 3ª Série, os valores adicionais suficientes para que os Debenturistas das Debêntures da 1ª Série e/ou das Debêntures da 3ª Série recebam tais pagamentos como se os referidos valores adicionais não fossem incidentes; ou (ii) desde que assim autorizado por regulamentação específica, nos termos da Lei 12.431 e da Resolução CMN 4.751, resgatar a totalidade das Debêntures da 1ª Série e/ou das Debêntures da 3ª Série, no prazo de até 90 (noventa) dias corridos contados da data do evento que verificou-se a perda do tratamento tributário, pelo Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 1ª Série ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 3ª Série, acrescido da Remuneração das Debêntures da 1ª Série ou das Debêntures da 3ª Série aplicável, devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Início da Rentabilidade das Debêntures da 1ª Série ou da Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da 1ª Série imediatamente anterior, no caso das Debêntures da 1ª Série, ou a partir da Data de Início da Rentabilidade das Debêntures da 3ª Série ou da Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da 3ª Série imediatamente anterior, no caso das Debêntures da 3ª Série, sem a incidência de multa ou prêmio de qualquer natureza. O pagamento referente ao item (i) deverá ser realizado fora do âmbito da B3 e de acordo com instruções recebidas do Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas das Debêntures da 1ª Série e/ou das Debêntures da 3ª Série.

q) Covenants financeiros

Sem prejuízo das demais hipóteses de vencimento antecipado descritas abaixo e na Escritura de Emissão, será considerado evento de vencimento antecipado não automático o não cumprimento, pela Emissora, dos seguintes índices financeiros, durante a vigência da Emissão, a serem acompanhados pelo Agente Fiduciário, em bases trimestrais, nas datas de divulgação das demonstrações financeiras anuais auditadas da Emissora e nas datas de divulgação de suas informações financeiras trimestrais relativas ao respectivo trimestre, sendo certo que a primeira apuração deverá ocorrer com base informações financeiras trimestrais relativas ao período de 9 meses encerrado em 30 setembro de 2023:

(a) Asset Life Coverage Ratio ("**ALCR**"): maior ou igual a 1,50x (um inteiro e cinquenta centésimos vezes), calculado conforme previsto no Anexo IV à Escritura de Emissão.

(b) Loan Life Coverage Ratio ("**LLCR**"): maior ou igual a 1,30x (um inteiro e trinta centésimo vezes), calculado conforme previsto no Anexo IV à Escritura de Emissão.

r) Eventos de Vencimento Antecipado

Eventos de Vencimento Antecipado Automáticos

O Agente Fiduciário deverá, automaticamente, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial à Emissora ou às Fiadoras, considerar antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis todas as obrigações da Emissora referentes às Debêntures, e, simultaneamente, exigirá da Emissora e/ou das Fiadoras o pagamento do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 1ª Série e do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures da 2ª Série e das Debêntures da 3ª Série, conforme aplicável, acrescido da respectiva Remuneração até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos da Escritura de Emissão, na ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses ("**Eventos de Vencimento Antecipado Automático**"):

(i) descumprimento, pela Emissora e/ou pelas Fiadoras, de quaisquer obrigações pecuniárias relativas (a) ao pagamento de amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 1ª Série ou do Valor Nominal Unitário ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série ou das Debêntures da 3ª Série, da, Remuneração das Debêntures e dos Encargos Moratórios previstos na Escritura de Emissão e/ou nas Garantias Corporativas Estrangeiras, (b) à multa prevista na Cláusula 4.24.4 da Escritura de Emissão; e/ou (c) ao Contrato de Swap (conforme definido na Escritura de Emissão) ("**Obrigações Pecuniárias Principais**"), não sanado no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados das respectivas datas de vencimento;

(ii) (a) decretação de falência da Emissora, das Fiadoras, de Controladas Restritas e/ou de Controladas Relevantes; (b) mediação e/ou conciliação relacionadas à recuperação judicial e/ou à falência, pedido de autofalência ou propositura de medidas antecipatórias judiciais para quaisquer de tais procedimentos ou, ainda, qualquer processo judicial similar em outra jurisdição, pela Emissora, pelas Fiadoras, por Controladas Restritas e/ou por Controladas Relevantes; (c) mediação e/ou conciliação relacionadas à recuperação judicial e/ou à falência, pedido de falência ou propositura de medidas antecipatórias judiciais para quaisquer de tais procedimentos ou, ainda, qualquer processo judicial similar em outra jurisdição, da Emissora, das Fiadoras, de Controladas Restritas e/ou de Controladas Relevantes, formulado por terceiros não elidido no prazo legal; ou (d) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora, das Fiadoras, de Controladas Restritas e/ou de Controladas Relevantes, exceto, para esta alínea (d), se em decorrência de uma Reorganização Societária Permitida; ou ainda, a ocorrência de qualquer evento análogo que caracterize estado de insolvência, nos termos da legislação aplicável. Para fins da Emissão (1) "**Controlada(s) Relevante(s)**" significam quaisquer das Controladas (conforme definido abaixo) da Emissora e/ou das Fiadoras que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) do EBITDAX consolidado da Emissora, apurado com base nas demonstrações financeiras auditadas mais recentes; e (2) "**Controlada(s) Restrita(s)**" significam quaisquer entidades que sejam detentoras ou se tornem detentoras de quaisquer Ativos Restritos (conforme definido abaixo);

(iii) propositura, pela Emissora, pelas Fiadoras, por Controladas Restritas e/ou por Controladas Relevantes, de mediação, conciliação ou plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano, ou medidas antecipatórias judiciais para quaisquer de tais procedimentos ou, ainda, qualquer processo judicial similar em outra jurisdição ou ainda, ingresso, pela Emissora, pelas Fiadoras, por Controladas Restritas e/ou por Controladas Relevantes, em juízo, com requerimento de recuperação judicial, ou qualquer processo antecipatório judicial ou similar, inclusive em outra jurisdição, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente, ou ainda, a ocorrência de qualquer evento análogo, nos termos da legislação aplicável;

(iv) caso a Emissora e/ou as Fiadoras venham a transferir ou por qualquer forma ceder a terceiros os direitos e obrigações decorrentes das Debêntures, da Escritura de Emissão e/ou dos Contratos de Garantia, exceto se decorrente de uma Reorganização Societária Permitida;

(v) anulação, nulidade ou inexequibilidade quanto à Emissão, bem como caso a Emissão e as Garantias venham a se tornar totalmente inválidas, nulas, inexequíveis ou ineficazes, por meio de decisão judicial, exceto caso referida decisão judicial seja suspensa ou revertida em até 15 (quinze) dias contados da data de publicação da referida decisão;

(vi) questionamento judicial, administrativo e/ou arbitral, pela Emissora, pelas Fiadoras, por Controladas (conforme definido abaixo) da Emissora e/ou das Fiadoras, acerca da existência, validade, legalidade ou exequibilidade da Escritura de Emissão e/ou dos Contratos de Garantia e/ou das Garantias Corporativas Estrangeiras. Para fins da Emissão, "**Controladas**" significam quaisquer sociedades direta ou indiretamente controladas pela Emissora e/ou pelas Fiadoras, conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações;

(vii) transformação (a) do tipo societário da Emissora, inclusive em caso de cancelamento do registro de companhia aberta da categoria "A" ou "B" perante a CVM; ou (b) em sociedade limitada ou outro tipo societário que não permita a emissão ou manutenção das Debêntures, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;

(viii) declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida financeira (incluindo derivativos) e/ou obrigação financeira no mercado financeiro ou de capitais, local ou internacional, da Emissora, das Fiadoras e/ou de Controladas, em valor individual ou agregado superior a US$ 30.000.000,00 (trinta milhões de dólares), ou o seu equivalente em outras moedas, exceto por declarações de vencimento antecipado de dívidas de Controladas que não sejam Controladas Restritas ou Fiadoras, em que (i) não existam garantias reais ou fidejussórias prestadas pela Emissora e/ou pelas Fiadoras e/ou por Controladas Restritas, coobrigação ou obrigação de aporte de recursos pela Emissora e/ou pelas Fiadoras; e (ii) não haja pagamento, pela Emissora e/ou pelas Fiadoras e/ou por Controladas Restritas, do valor devido;

(ix) perda da concessão objeto: (a) do "*Contrato de Concessão 48000.003573/97-91*" referente ao Campo de Atlanta e Oliva, originalmente celebrado em 06 de agosto de 1998, entre ANP e Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras ("**Petrobras**"), conforme aditado de tempos em tempos, inclusive para fins da cessão da referida concessão para a Enauta Energia; (b) do "*Contrato de Concessão 48000.003518/97-82*" referente ao Campo de Manati, originalmente celebrado em 06 de agosto de 1998, entre ANP e Petrobras, conforme aditado de tempos em tempos; e/ou (c) de contratos de concessão que venham a ser celebrados por Controladas Restritas desde que no âmbito da Concessão do Campo de Atlanta, relativa exclusivamente à parcela de Oliva, e/ou da Concessão do Campo de Manati, relativa exclusivamente à parcela de Camarão Norte (sendo (a), (b) e (c), em conjunto, os "**Contratos de Concessão**" e as "**Concessões**", respectivamente), em razão de caducidade, encampação, resilição ou outros eventos que resultem no término antecipado da concessão, nos termos dos respectivos Contratos de Concessão, por meio de decisão administrativa final, sendo certo que para este item não serão consideradas a devolução do Campo de Atlanta relativa exclusivamente à parcela de Oliva e a devolução do Campo de Manati relativa exclusivamente à parcela de Camarão Norte, desde que não comprometa de maneira relevante: (i) a capacidade da Emissora e/ou das Fiadoras de cumprir pontualmente as obrigações pecuniárias relacionadas às Debêntures, nos termos da Escritura de Emissão; ou (ii) as condições econômicas, financeiras ou operacionais da Emissora, das Fiadoras e/ou das Controladas Restritas ("**Efeito Adverso Relevante**"); e

(x) resgate, recompra, amortização ou bonificação de ações de emissão da Emissora, distribuição e/ou pagamento, pela Emissora, de dividendos e/ou de juros sobre o capital próprio, e/ou qualquer outra forma de distribuição de recursos aos seus acionistas, exceto **(a)** pela distribuição de dividendos limitada a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro da Emissora; ou **(b)** a partir da data que ocorrer por último entre (b.i) 31 de janeiro de 2025; e (b.ii) a comprovação de produção média diária consolidada nos últimos 6 (seis) meses correspondente a, pelo menos, 35.000 (trinta e cinco mil) barris de óleo equivalentes (boe) por dia, desde que, cumulativamente, (1) a Emissora esteja adimplente perante os Debenturistas com relação às obrigações previstas na Escritura de Emissão; e (2) o índice Dívida Líquida/EBITDAX calculado (conforme definido no Anexo III à Escritura de Emissão), apurado imediatamente antes e depois do efetivo pagamento de dividendos, observado o disposto no Anexo III à presente Escritura, seja e permaneça, após efetiva distribuição de recursos, menor ou igual a 1,50x (um inteiro e cinquenta centésimos vezes), sendo certo que caso tenha sido obtida a classificação de risco (rating) das Debêntures igual ou superior a "AA-", em perspectiva positiva ou estável, atribuído por Agência de Classificação de Risco, o índice Dívida Líquida/EBITDAX aplicável para fins deste item (2) deverá ser menor ou igual a 1,75x (um inteiro e setenta e cinco centésimos vezes).

<u>Eventos de Vencimento Antecipado Não Automáticos</u>

O Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que tomar conhecimento da ocorrência de quaisquer dos eventos listados abaixo, para que os Debenturistas deliberem a respeito da não declaração do vencimento antecipado de todas as obrigações da Emissora referentes às Debêntures e, uma vez declarado o vencimento antecipado, exigirá da Emissora e/ou das Fiadoras o pagamento do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 1ª Série e do Valor Nominal Unitário (ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário) das Debêntures da 2ª Série e das Debêntures da 3ª Série, acrescido da respectiva Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos da Escritura de Emissão ("**Eventos de Vencimento Antecipado Não Automático**" e, em conjunto com as Eventos de Vencimento Antecipado Automático, "**Eventos de Vencimento Antecipado**"):

(i) descumprimento, pela Emissora e/ou pelas Fiadoras, de quaisquer obrigações pecuniárias que não sejam as obrigações previstas na Cláusula 6.1.1., item (i) da Escritura de Emissão, nos Contratos de Garantia ou nas Garantias, não sanado no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados das respectivas datas de vencimento, sendo certo que o prazo previsto neste inciso não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo de cura específico;

(ii) descumprimento, pela Emissora e/ou pelas Fiadoras, de quaisquer obrigações não pecuniárias constantes da Escritura de Emissão, dos Contratos de Garantia, do Contrato de Swap ou das Garantias Corporativas Estrangeiras, que não seja sanado no prazo de 15 (quinze) Dias Úteis, contados do respectivo inadimplemento, observados os respectivos prazos de cura, quando aplicável, sendo certo que o prazo previsto neste inciso não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo de cura específico;

(iii) anulação, nulidade ou inexequibilidade de qualquer disposição relevante da Escritura de Emissão, dos Contratos de Garantia e/ou das Garantias Corporativas Estrangeiras, tornando-se inválidos, nulos, inexequíveis ou ineficazes, por meio de decisão judicial, exceto caso referida decisão judicial seja suspensa ou revertida no de até 15 (quinze) dias contados da data de publicação da referida decisão;

(iv) sem prejuízo ao disposto no inciso (ix) da Cláusula 6.1.1 da Escritura de Emissão, perda, pela Emissora, pelas Fiadoras e/ou por suas Controladas Restritas, de quaisquer Concessões objeto dos Contratos de Concessão, em razão de caducidade, encampação, resilição ou outros eventos que resultem no término antecipado da concessão, nos termos dos respectivos Contratos de Concessão, mediante decisão judicial ou administrativa cujos efeitos não tenham sido suspensos em até 15 (quinze) dias contados da data de publicação da referida decisão, sendo certo que para este item não serão consideradas a devolução do Campo de Atlanta relativa exclusivamente à parcela de Oliva e a devolução do Campo de Manati relativa exclusivamente à parcela de Camarão Norte, desde que não gere um Efeito Adverso Relevante;

(v) perda, pelos seus atuais controladores, do controle da Emissora, das Fiadoras e/ou de suas Controladas Restritas, inclusive por meio de reorganização societária, exceto (a) se previamente aprovada pelos Debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas, observado o quórum de deliberação estabelecido na Escritura de Emissão; (b) se resultar em um controle difuso da Emissora, assim entendido como aquele exercido por grupo de acionistas que não seja signatário de acordo de votos e que não esteja sob controle comum e nem atue representando um interesse comum; (c) por reorganizações societárias entre sociedades Controladas pela Emissora; ou (d) por qualquer reorganização societária que resulte na liquidação, dissolução ou extinção das Fiadoras Estrangeiras, de modo que os Ativos Restritos detidos pelas referidas Fiadoras Estrangeiras sejam transferidos ou alienados, de qualquer forma, para outras sociedades Controladas pela Emissora, desde que, nos casos do itens (c) e (d), cumulativamente: (1) seja observado o disposto nas Cláusulas 4.27.17, 4.27.2 e/ou 4.27.3 da Escritura de Emissão, conforme aplicável, com relação à(s) entidade(s) que receber(em), por qualquer forma, os Ativos Restritos envolvidos na referida reorganização societária, inclusive de modo que as referidas entidades se tornem Fiadoras e onerem suas ações em favor da Emissão; (2) as ações e/ou quotas de emissão da(s) entidade(s) que receber(em), por qualquer forma, os Ativos Restritos envolvidos na referida reorganização societária não estejam oneradas em favor de terceiros;

e (3) caso o índice Dívida Líquida/EBITDAX apurado imediatamente antes da efetiva reorganização societária, com relação aos últimos 12 (doze) meses relativos (a) ao Formulário de Informações Trimestrais (ITR) divulgado pela Emissora; ou (b) à demonstração financeira anual da Emissora, conforme aplicável, sendo certo que será definido entre (a) e (b) aquele cuja divulgação tenha ocorrido em data mais recente em relação à data imediatamente antes da respectiva reorganização societária, seja menor ou igual a 2,50x (dois inteiros e cinquenta centésimos vezes) e permaneça menor ou igual a 2,50x (dois inteiros e cinquenta centésimos vezes), após a conclusão da referida reorganização societária, considerando, neste último caso, o índice Dívida Líquida/EBITDAX, pro forma consolidado, apurado imediatamente após a conclusão da reorganização societária, com relação aos últimos 12 (doze) meses relativos (i) ao Formulário de Informações Trimestrais (ITR) divulgado pela Emissora; ou (ii) à demonstração financeira anual da Emissora, calculado nos termos do Anexo III da Escritura de Emissão, conforme aplicável, sendo certo que será definido entre (i) e (ii) aquele cuja divulgação tenha ocorrido em data mais recente em relação à data imediatamente anterior à respectiva reorganização societária, mediante envio de declaração pela Emissora confirmando o atendimento ao respectivo índice, acompanhada da memória de cálculo do referido índice (quaisquer dos itens (a) a (d) acima são aqui referidos como "**Reorganização Societária Permitida**");

(vi) cisão, fusão, incorporação ou incorporação de ações da Emissora, das Fiadoras e/ou de suas Controladas Restritas, ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Emissora, as Fiadoras e/ou suas Controladas Restritas, exceto por uma Reorganização Societária Permitida;

(vii) alteração material do objeto social da Emissora, das Fiadoras e/ou de Controladas Restritas, de tal forma que o novo objeto social passe a suprimir qualquer relação direta ou indireta com a exploração, produção e comercialização de petróleo, gás natural e seus derivados, dentre outras atividades, atualmente dispostas em seus respectivos estatutos sociais;

(viii) redução do capital social da Emissora, nos termos do artigo 173 da Lei das Sociedades por Ações, sem a prévia e expressa autorização dos Debenturistas, exceto se para absorção de prejuízos da Emissora;

(ix) aplicação dos recursos captados pela Emissão em destinação diversa do previsto na Escritura de Emissão;

(x) protestos de títulos contra a Emissora, as Fiadoras e/ou suas Controladas, de acordo com os procedimentos legais aplicáveis, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a US$ 30.000.000,00 (trinta milhões de dólares), ou o seu equivalente em outras moedas, exceto (i) se a Emissora e/ou as Fiadoras comprovarem no prazo máximo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento da notificação do protesto, que (a) referido protesto foi indevidamente efetuado, ou foi sustado, cancelado ou objeto de medida judicial que o tenha suspendido; ou (b) foi apresentada garantia em juízo, aceita pelo Poder Judiciário; e (ii) em caso de protesto de títulos contra Controladas que não sejam Controladas Restritas ou Fiadoras, em que (a) não existam garantias reais ou fidejussórias prestadas pela Emissora, pelas Fiadoras e/ou por Controladas Restritas, coobrigação ou obrigação de aporte de recursos pela Emissora e/ou pelas Fiadoras; e (b) não haja pagamento, pela Emissora, pelas Fiadoras e/ou por Controladas Restritas, do valor devido;

(xi) inadimplemento pela Emissora, pelas Fiadoras e/ou por suas Controladas, de quaisquer obrigações pecuniárias assumidas em dívida financeira no mercado de capitais, local ou internacional, em valor unitário ou agregado superior a US$ 30.000.000,00 (trinta milhões de dólares), ou o seu equivalente em outras moedas, exceto (a) se sanado no prazo de cura previsto no respectivo instrumento; ou (b) caso o respectivo instrumento não estabeleça prazo de cura, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados do inadimplemento, exceto por inadimplementos de dívidas de Controladas que não sejam Controladas Restritas ou Fiadoras, em que (a) não existam garantias reais ou fidejussórias prestadas pela Emissora, pelas Fiadoras e/ou por Controladas Restritas, coobrigação ou obrigação de aporte de recursos pela Emissora, pelas Fiadoras e/ou Controladas Restritas; e (b) não haja pagamento, pela Emissora, pelas Fiadoras e/ou por Controladas Restritas, do valor devido;

(xii) inadimplemento pela Emissora, pelas Fiadoras, por suas Controladas Restritas e/ou Controladas Relevantes de quaisquer obrigações pecuniárias em valor unitário ou agregado superior a US$ 30.000.000,00 (trinta milhões de dólares), ou o seu equivalente em outras moedas, assumidas em contratos de fornecimento e de prestação de serviços ("**Contratos Operacionais**"), exceto (a) se sanado no prazo de cura previsto no respectivo instrumento; (b) caso o respectivo instrumento não estabeleça prazo de cura, em até 15 (quinze) Dias Úteis contados do inadimplemento; (c) caso tal inadimplemento não resulte em Efeito Adverso Relevante (conforme definido abaixo); ou (d) caso a obrigação inadimplida esteja sendo objeto de questionamento de boa-fé, pela Emissora, pelas Fiadoras, por suas Controladas Restritas e/ou Controladas Relevantes, conforme aplicável, observados os prazos e procedimentos previstos no respectivo instrumento;

(xiii) inadimplemento pela Emissora, pelas Fiadoras e/ou por suas Controladas Restritas, no contexto dos JOAs de (i) quaisquer obrigações pecuniárias em valor unitário ou agregado superior a US$ 30.000.000,00 (trinta milhões de dólares), ou o seu equivalente em outras moedas; ou (ii) obrigações que impliquem em cessação das receitas a serem recebidas pela Emissora, pelas Fiadoras e/ou por suas Controladas Restritas, em ambos os casos, exceto se sanado no prazo de cura previsto no respectivo instrumento;

(xiv) rescisão ou término antecipado de Contratos Operacionais, exceto (a) caso a respectiva rescisão ou término não resulte em Efeito Adverso Relevante (conforme definido abaixo); ou (b) caso o término antecipado esteja sendo objeto de questionamento de boa-fé, pela Emissora, pelas Fiadoras, por suas Controladas Restritas e/ou Controladas Relevantes, observados os prazos e procedimentos previstos no respectivo instrumento, desde que a rescisão e/ou o término antecipado estejam suspensos;

(xv) caso a Emissora, as Fiadoras e/ou suas Controladas contraiam, a partir da data de assinatura da Escritura de Emissão, uma ou mais dívidas, exceto na hipótese em que o índice Dívida Líquida/EBITDAX, apurado imediatamente antes da contratação da nova dívida, com relação aos últimos 12 (doze) meses relativos (a) ao Formulário de Informações Trimestrais (ITR) divulgado pela Emissora; ou (b) à demonstração financeira anual da Emissora, conforme aplicável, sendo certo que será definido entre (a) e (b) aquele cuja divulgação tenha ocorrido em data mais recente em relação à data imediatamente anterior à data da respectiva contratação da dívida, seja menor ou igual a 2,50x (dois inteiros e cinquenta centésimos vezes) e permaneça menor ou igual a 2,50x (dois inteiros e cinquenta centésimos vezes), após a contratação da referida dívida, considerando, neste último caso, o índice Dívida Líquida/EBITDAX, pro forma consolidado, apurado imediatamente após a contratação da referida dívida, com relação aos 12 (doze) meses relativos (a) ao Formulário de Informações Trimestrais (ITR) divulgado pela Emissora; ou (b) à demonstração financeira anual da Emissora, calculada nos termos do Anexo III à presente Escritura de Emissão, sendo certo que será definido entre (a) e (b) aquele cuja divulgação tenha ocorrido em data mais recente em relação à data imediatamente anterior à data da respectiva contratação, mediante envio de declaração pela Emissora confirmando o atendimento ao respectivo índice, acompanhada da memória de cálculo do referido índice, sendo certo que, caso a destinação dos recursos captados seja para a aquisição de quaisquer ativos por parte da Emissora, das Fiadoras e/ou de suas Controladas, o índice Dívida Líquida/EBITDAX deverá ser calculado considerando o EBITDAX do ativo adquirido ("**Endividamento Permitido**");

(xvi) desapropriação, confisco ou outra medida similar por qualquer entidade governamental brasileira da totalidade ou de parte substancial dos ativos e/ou direitos da Emissora, das Fiadoras, das Controladas Relevantes e/ou de suas Controladas Restritas que resultem em um Efeito Adverso Relevante, exceto se referida medida for suspensa ou revertida em prazo de até 15 (quinze) dias contados da data de publicação da referida medida;

(xvii) não cumprimento de decisão judicial, administrativa ou arbitral, de exigibilidade imediata contra a Emissora, as Fiadoras e/ou suas Controladas Restritas e/ou suas Controladas Relevantes, em montante individual ou agregado, superior a US$ 30.000.000,00 (trinta milhões de dólares), ou o seu equivalente em outras moedas que resulte em um Efeito Adverso Relevante, exceto se referida medida for suspensa ou revertida em prazo de até 15 (quinze) dias contados da data de publicação da referida decisão;

(xviii) cessação, interrupção, abandono e/ou paralisação, de forma total ou parcial (a) das Concessões ou de qualquer ativo necessário à implementação ou operação das Concessões; ou (b) das atividades e/ou das concessões detidas pela Emissora, pelas Fiadoras e/ou por suas Controladas Relevantes, em ambos os casos (a) e (b) por um prazo superior a 45 (quarenta e cinco) dias consecutivos ou 60 (sessenta) dias alternados dentro do período de 1 (um) ano, e desde que causem um Efeito Adverso Relevante;

(xix) caso aplicável e existente, alteração substancial que acarrete em aumento da exposição financeira da Emissora e/ou da Enauta Energia, novação ou rescisão de eventual operação de swap no âmbito da Emissão, contratada para mitigar o risco de variação da cotação do dólar norte-americano em relação à Taxa DI e ao IPCA, a ser registrada em instituição registradora devidamente autorizada pela CVM e/ou pelo Banco Central do Brasil, bem como qualquer confirmação adicional celebrada no âmbito da Emissão ("**Contrato de Swap**");

(xx) caso aplicável e existente, não constituição de cessão fiduciária sobre os direitos creditórios da Emissora e/ou da Enauta Energia decorrentes de quaisquer derivativos relacionados à presente Emissão em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, observado o disposto na Cláusula 4.27.4 da Escritura de Emissão, no prazo de 20 (vinte) Dias Úteis contados do recebimento, pela Emissora, da assinatura de todas as partes ao aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária;

(xxi) as declarações prestadas pela Emissora e/ou pelas Fiadoras na Escritura de Emissão e/ou nos Contratos de Garantia forem falsas, incorretas ou enganosas, nestes últimos casos em qualquer aspecto relevante, na data em que foram prestadas;

(xxii) não obtenção, não renovação, cancelamento, revogação, cassação ou suspensão das autorizações, alvarás e licenças, inclusive as ambientais, necessárias para o exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora, pelas Fiadoras e/ou por suas Controladas Restritas, exceto por aquelas autorizações, alvarás e licenças (a) que estejam em processo tempestivo de obtenção ou renovação pela Emissora, pelas Fiadoras e/ou por suas Controladas Restritas, desde que estejam autorizadas a continuar suas atividades regularmente; (b) cuja ausência esteja sendo discutida de boa-fé nas esferas judicial ou administrativa por meio de procedimentos adequados pela Emissora e/ou pelas Fiadoras, desde que a exigibilidade da referida autorização, alvará e/ou licença esteja suspensa, e a Emissora, as Fiadoras e suas Controladas Restritas estejam autorizadas a continuar suas atividades regularmente; ou (c) que não causem um Efeito Adverso Relevante ou um Impacto Adverso Reputacional Relevante. Para fins deste item, "**Impacto Adverso Reputacional Relevante**" significa um impacto adverso relevante à situação reputacional em decorrência de: (1) (x) instauração de procedimento administrativo, arbitral ou judicial de responsabilização contra a Emissora, as Fiadoras e/ou as Controladas Restritas, conforme aplicável, em razão (x) da ocorrência de atos de violação da Legislação Anticorrupção; (y) da ocorrência de atos de incentivo à prostituição, conforme aplicável; e/ou (z) da utilização de trabalho infantil ou trabalho em condições análogas às de escravo e/ou inclusão da Emissora, das Fiadoras e/ou das Controladas Restritas, conforme aplicável, no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas às de escravo ou utilização de trabalho infantil; e/ou (2) decisão judicial imediatamente exequível contra a Emissora, as Fiadoras e/ou as Controladas Restritas em razão de crimes contra a Legislação Socioambiental;

(xxiii) constituição, pela Emissora, pelas Fiadoras e/ou por Controladas Restritas, em favor de terceiro, de qualquer hipoteca, penhor, alienação fiduciária, cessão fiduciária, cessão ou promessa de cessão, usufruto, fideicomisso, promessa de venda, opção de compra, direito de preferência, encargo, gravame ou ônus, arresto, sequestro ou penhora, judicial ou extrajudicial, voluntário ou involuntário, ou outro ato que tenha o efeito prático similar a qualquer das expressões acima ("**Ônus**"), em favor de terceiro, sobre (a) quaisquer recebíveis e/ou direitos creditórios da Emissora, das Fiadoras e/ou de Controladas Restritas, incluindo mas não se limitando a recebíveis de venda do óleo e gás, contas vinculadas, receitas acessórias e valores advindos do acionamento de apólices de seguros e garantias de performance, desde que decorrentes de contratos (inclusive de natureza operacional), acordos e/ou instrumentos celebrados no âmbito das Concessões; (b) quaisquer participações societárias, ativos ou direitos creditórios derivados de todo e qualquer contrato, participações societárias ou ativo no âmbito do FPSO Atlanta - Unidade Flutuante de Produção, Armazenamento e Transferência (Floating, Production, Storage and Offloading), plataformas fixas, autoeleváveis, semissubmersíveis, e/ou navios sondas, que sejam de propriedade da Emissora, das Fiadoras e/ou de Controladas Restritas e que sejam relacionados à produção das Concessões, inclusive que tenham sido objeto de operações de interligação (tie-back) ou unitização; (c) quaisquer reservas de petróleo nas quais a Emissora e/ou as Fiadoras detenham o direito de exploração, desenvolvimento, produção e/ou quaisquer outras atividades similares e acessórias, desde que decorrentes de contratos, acordos e/ou instrumentos celebrados no âmbito das Concessões; (d) quaisquer direitos emergentes das Concessões; (e) lucros, dividendos, juros sobre capital próprio e/ou qualquer forma de remuneração sobre o capital das Fiadoras e/ou de Controladas Restritas; (f) quaisquer direitos creditórios de titularidade da Emissora e/ou das Fiadoras decorrentes de mútuos celebrados entre si e/ou com suas Controladas; ou (g) contratos de direito de uso de superfície, desde que relacionados ou decorrentes de contratos, acordos e/ou instrumentos celebrados no âmbito das Concessões (sendo as alíneas (a) a (g) deste item, em conjunto, "**Ativos Restritos**" e "**Negative Pledge**"), exceto pelos Ônus permitidos conforme disposto no Anexo VI à Escritura de Emissão ("**Ônus Permitidos**");

(xxiv) se a Emissora, as Fiadoras ou quaisquer de suas Controladas Restritas venderem, transferirem e/ou cederem (incluindo operações de *farm-out*) de forma definitiva a terceiros não integrantes do seu grupo econômico, quaisquer Ativos Restritos, exceto (1) pelos Ônus Permitidos; ou (2) cumulativamente (x) em montante não superior a 30% (trinta por cento), em uma ou mais transações, do EBITDAX consolidado das Concessões, dos últimos 12 (doze) meses relativos (a) ao Formulário de Informações Trimestrais (ITR) divulgado pela Emissora; ou (b) à demonstração financeira anual da Emissora, calculada nos termos do Anexo III à Escritura de Emissão, sendo certo que será definido entre (a) e (b) aquele cuja divulgação tenha ocorrido em data mais recente em relação à data do último evento de venda, transferência e/ou cessão; e (y) desde que tenha sido apresentado um Laudo de Avaliação de Venda (conforme abaixo definido) para apurar o valor de mercado do Ativo Restrito objeto da venda, transferência e/ou cessão; e (z) a Emissora, as Fiadoras ou quaisquer de suas Controladas Restritas, conforme o caso, realize o procedimento de substituição de garantia conforme descrito no Anexo VIII à Escritura de Emissão ("**Procedimento de Substituição de Garantias**");

(xxv) se a Emissora, as Fiadoras ou quaisquer de suas Controladas Restritas venderem, transferirem e/ou cederem de forma definitiva a terceiros não integrantes do seu grupo econômico, quaisquer ativos, equipamentos, direitos, recebíveis, bens de sua propriedade, participações societárias detidas em outras sociedades, direitos decorrentes das Concessões (conforme definidas abaixo) e/ou direitos decorrentes da operação e/ou produção de reservas de petróleo, que não sejam Ativos Restritos ("**Ativos Não Restritos**"), em montante superior a 30% (trinta por cento), em uma ou em mais transações, do EBITDAX consolidado dos últimos 12 (doze) meses relativos (a) ao Formulário de Informações Trimestrais (ITR) divulgado pela Emissora; ou (b) à demonstração financeira anual da Emissora, calculada nos termos do Anexo III à Escritura de Emissão, sendo certo que será definido entre (a) e (b) aquele cuja divulgação tenha ocorrido em data mais recente em relação à data do último evento de venda, transferência e/ou cessão, conforme aplicável, exceto (i) se realizada uma Oferta de Aquisição Obrigatória nos termos da Cláusula 5.6.1 da Escritura de Emissão, sendo certo que a porcentagem acima referida será calculada com base nos valores efetivamente recebidos pela Emissora, pelas Fiadoras ou por quaisquer de suas Controladas Restritas, conforme aplicável, a partir da respectiva venda, transferência e/ou cessão, descontando-se portanto quaisquer custos associados à transação, incluindo, mas não se limitando, impostos, comissões e despesas operacionais; (ii) pelo disposto no Anexo VII à Escritura de Emissão ("**Ônus Permitidos Ativos Não Restritos**"); ou (iii) se em decorrência de uma Reorganização Societária Permitida;

(xxvi) questionamento judicial, administrativo e/ou arbitral, por Controladores da Emissora e/ou por Controladores das Fiadoras, acerca da existência, validade, legalidade ou exequibilidade da Escritura de Emissão e/ou das Garantias. Para fins deste item, "**Controladores**" significam quaisquer sociedades direta ou indiretamente controladoras da Emissora e/ou das Fiadoras, conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações; e

(xxvii) não cumprimento, pela Emissora, dos seguintes índices financeiros, durante a vigência da Emissão, a serem acompanhados pelo Agente Fiduciário, auferidos em bases trimestrais, nas datas de divulgação das demonstrações financeiras anuais auditadas da Emissora e nas datas de divulgação de suas informações financeiras trimestrais relativas ao respectivo trimestre, sendo certo que a primeira apuração deverá ocorrer com base nas informações financeiras trimestrais relativas ao período de 9 meses encerrado em 30 de setembro de 2023 (em conjunto, os "**Índices Financeiros**"):

(a) Asset Life Coverage Ratio ("**ALCR**"): maior ou igual a 1,50x (um inteiro e cinquenta centésimos vezes), calculado conforme previsto no Anexo IV à Escritura de Emissão.

(b) Loan Life Coverage Ratio ("**LLCR**"): maior ou igual a 1,30x (um inteiro e trinta centésimo vezes), calculado conforme previsto no Anexo IV à Escritura de Emissão.

Em caso de vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a pagar a totalidade das Debêntures, com o seu consequente cancelamento, obrigando- se aos pagamentos previstos nas Cláusulas 6.1.1 e 6.2.1 da Escritura de Emissão, além dos demais encargos devidos nos termos da Escritura de Emissão, em até 2 (dois) Dias Úteis da consideração do vencimento antecipado pelo Agente Fiduciário.

Os thresholds mencionados nos itens acima serão reajustados anualmente pela variação acumulada do *Consumer Price Index* (CPI), divulgado pelo *U.S. Bureau of Labor Statistics – Department of Labor* desde a Data de Emissão.

s) Conversibilidade em outros valores mobiliários

As Debêntures são simples, ou seja, não conversíveis em outros valores mobiliários da Emissora.

t) Agente Fiduciário

A VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., instituição financeira, devidamente constituída e validamente existente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, com sua sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, nº 215, 4º andar, Pinheiros, CEP 05.425-020, inscrita no CNPJ sob o nº 22.610.500/0001-88.

u) Outros Direitos, Vantagens e Restrições

Os demais direitos, vantagens e restrições das Debêntures estão descritos na Escritura de Emissão.



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

3. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

3.1. Exposição clara e objetiva do destino dos recursos provenientes da Emissão, bem como seu impacto na situação patrimonial e nos resultados da Emissora

3.1.1. Destinação dos recursos pelas Emissora

Nos termos do artigo 2º, parágrafos 1º e 1º-B, da Lei 12.431, do Decreto 8.874, da Resolução CMN 4.751 e da Portaria, os recursos líquidos captados pela Emissora por meio da Emissão das Debêntures da 1ª Série e das Debêntures da 3ª Série serão utilizados exclusivamente para (i) reembolso de gastos, despesas ou dívidas relacionadas à implantação do Projeto, ocorridas nos 24 (vinte e quatro) meses imediatamente anteriores à data de encerramento da Oferta; e/ou (ii) pagamento futuro de gastos, despesas e/ou dívidas a serem incorridos a partir da Data de Emissão e relacionados ao Projeto, nos termos da Lei 12.431:

Objetivo do Projeto	Implementação e Desenvolvimento do Sistema Definitivo do Campo de Atlanta ("**Projeto**") que, no total, irá contemplar 10 (dez) poços produtores. Os poços produtores do Campo de Atlanta são horizontais, com aproximadamente 800 metros de extensão no reservatório, com uma inclinação de 88° e completados por Árvores de Natal Molhada do tipo Horizontal (ANMH) projetadas para intervenção e instalação via sonda de perfuração ou a cabo via guindaste. No Sistema de Produção Antecipada (SPA), foram perfurados e completados três poços entre 2013 e 2019 (7-ATL-2HP-RJS, 7-ATL-3H-RJS e 7-ATL-4HB-RJS). Em 2023, para o Sistema Definitivo (SD), estão previstas a perfuração e completação de mais três poços na primeira fase (7-ATL-5H-RJS, 7-ATL-6H-RJS e 7-ATL-7HA-RJS). A atividade foi concluída em fevereiro e agosto para o poço 7-ATL-5H-RJS e 7-ATL-6H-RJS, respectivamente, e encontra-se em andamento para o poço 7-ATL-7HA-RJS. Até 2027 serão perfurados mais dois poços na segunda fase e até 2029 serão perfurados os últimos dois poços de Atlanta. Não há previsão de poços de injeção de água.
Data de início do Projeto	24/01/2022.
Fase atual do Projeto	Fase de Produção do Campo de Atlanta, nos termos do Plano de Desenvolvimento nº 06 e Resolução de Diretoria da ANP n° 241/2022.
Data estimada de encerramento do Projeto	30/06/2024 (data prevista para entrada em produção do Sistema Definitivo de Produção).
Volume estimado de recursos financeiros necessários para a realização do Projeto	US$ 1.368 milhões (um bilhão, trezentos e sessenta e oito milhões de dólares norte-americanos)
Valor das Debêntures da 1ª Série e das Debêntures da 3ª Série que será destinado ao Projeto	100% (cem por cento) dos Recursos Líquidos
Alocação dos recursos a serem captados por meio das Debêntures da 1ª Série e das Debêntures da 3ª Série	Os recursos serão destinados nos termos da Cláusula 3.7.1 acima.
Percentual dos recursos financeiros necessários ao Projeto provenientes das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Terceira Série	Aproximadamente 16,2% (dezesseis inteiros e dois décimos por cento), considerando a alocação do Valor Total da Emissão nas Debêntures da Primeira Série e nas Debêntures da Terceira Série, e 14,7% (quatorze inteiros e sete décimos por cento), considerando a alocação do Montante Mínimo nas Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Terceira Série.

Os recursos captados pela Emissora por meio da integralização das Debêntures da 2ª Série serão utilizados exclusivamente para o reforço do capital de giro da Emissora, bem como outros propósitos corporativos gerais.

3.1.2. Impacto da Emissão na situação patrimonial e nos resultados da Emissora

A tabela abaixo apresenta a capitalização total (debêntures circulante e não circulante e patrimônio líquido) da Emissora em 30 de junho de 2023, indicando, (i) em bases históricas, coluna "Histórico" em 30 de junho de 2023; e (ii) conforme ajustado para refletir o recebimento dos recursos líquidos estimados em R$ 937.775.522,86 (novecentos e trinta e sete milhões, setecentos e setenta e cinco mil, quinhentos e vinte e dois reais e oitenta e seis centavos) provenientes da emissão de 1.100.000 (um milhão e cem mil) Debêntures no âmbito da Oferta, após a dedução das comissões e despesas estimadas da Oferta a serem pagas pela Emissora.

As informações abaixo, referentes à coluna "Histórico", foram extraídas das informações financeiras intermediárias da Emissora relativas ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2023. Os investidores devem ler a tabela abaixo em conjunto com a seção "2. Comentários dos Diretores" do Formulário de Referência da Emissora, bem como com as informações financeiras intermediárias da Emissora, as quais foram incorporadas por referência ao presente Prospecto e cujo caminho para acesso está indicado na seção "Documentos ou informações incorporados ao prospecto por referência ou como anexos", na página 69 deste Prospecto.

	Em 30 de junho de 2023			
	Histórico	**% do total**	**Ajustado [2]**	**% do total**
	(em R$ milhares, exceto %s)			
Debêntures circulante	32.925	0,6%	32.925	0,5%
Debêntures não circulante	1.301.756	24,1%	2.239.532	35,3%
Total do patrimônio líquido	4.072.898	75,3%	4.072.898	64,2%
Capitalização Total[1]	5.407.579	100,0%	6.345.355	100,0%

(1) A capitalização total corresponde à soma dos valores referentes a debêntures (circulante e não circulante) e patrimônio líquido.

(2) Refere-se ao saldo ajustado para refletir o recebimento dos recursos líquidos das Debêntures, estimados em R$ 937.775.522,86 (novecentos e trinta e sete milhões, setecentos e setenta e cinco mil, quinhentos e vinte e dois reais e oitenta e seis centavos) no âmbito da Oferta, após a dedução das comissões e despesas estimadas da Oferta a serem pagas pela Emissora; conforme detalhadas na Seção 9.2 deste Prospecto.

3.2. Se os recursos forem, direta ou indiretamente, utilizados na aquisição de ativos, à exceção daqueles adquiridos no curso regular dos negócios, descrever sumariamente esses ativos e seus custos. Se forem adquiridos de partes relacionadas, informar de quem serão comprados e como o custo será determinado.

O presente item não é aplicável à Oferta.

3.3. Se os recursos forem utilizados para adquirir outros negócios, apresentar descrição sumária desses negócios e o estágio das aquisições. Se forem adquiridos de partes relacionadas, informar de quem serão comprados e como o custo será determinado.

O presente item não é aplicável à Oferta.

3.4. Se parte significativa dos recursos for utilizada para abater dívidas, descrever taxa de juros e prazo dessas dívidas e, para aquelas incorridas a partir do ano anterior, apresentar a destinação daqueles recursos.

O presente item não é aplicável à Oferta.

3.5. No caso de parte dos recursos serem destinados a pagamentos a serem efetuados a partes relacionadas ou a coordenadores da oferta, por conta de transações já realizadas ou cuja celebração seja esperada, indicação do montante e dos beneficiários do pagamento

O presente item não é aplicável à Oferta.

3.6. No caso de apenas parte dos recursos almejados com a oferta vir a ser obtida por meio da distribuição, especificação dos objetivos prioritários e se há outras formas de captação previstas para atingir todos os objetivos originais do ofertante

O presente item não é aplicável à Oferta.

3.7. Outras fontes de recursos: se aplicável, discriminar outras fontes de recursos que terão destinação associada àquela relativa à distribuição pública

Os recursos obtidos por meio da Primeira Emissão da Emissora também são destinados ao Projeto.

A Emissora poderá, contudo, vir a elevar a sua alavancagem financeira por meio de novas fontes de financiamentos, à medida que surgirem necessidades ou oportunidades de novos investimentos, sobretudo decorrentes de descobertas e aquisições, bem como para desenvolvimento da sua produção.

3.8. Se o título ofertado for qualificado pelo emissor como "verde", "social", "sustentável" ou termos correlatos, informar:

a) quais metodologias, princípios ou diretrizes amplamente reconhecidos foram seguidos para qualificação da oferta conforme item acima.

b) qual a entidade independente responsável pela averiguação acima citada e tipo de avaliação envolvida.

c) obrigações que a oferta impõe quanto à persecução de objetivos "verdes", "sociais", "sustentáveis" ou termos correlatos, conforme metodologias, princípios ou diretrizes amplamente reconhecidos.

d) especificação sobre a forma, a periodicidade e a entidade responsável pelo reporte acerca do cumprimento de obrigações impostas pela oferta quanto à persecução de objetivos "verdes", "sociais", "sustentáveis" ou termos correlatos, conforme a metodologia, princípios ou diretrizes amplamente reconhecidos.

O presente item não é aplicável à Oferta.



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco).

4. FATORES DE RISCO

Esta seção contempla, exclusivamente, os fatores de risco diretamente relacionados à Oferta e às Debêntures e os principais fatores de risco relativos à Emissora e suas atividades ou o mercado que atua, os quais o investidor deve considerar antes de adquirir as Debêntures.

O investimento nas Debêntures envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento nas Debêntures, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas na Escritura de Emissão, neste Prospecto e no Formulário de Referência, incorporado por referência a este Prospecto, incluindo os riscos mencionados abaixo e na seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência, e as demonstrações financeiras da Emissora e respectivas notas explicativas incorporadas por referência a este Prospecto.

A leitura deste Prospecto não substitui a leitura do Formulário de Referência. Os negócios, a situação financeira, os resultados operacionais, o fluxo de caixa, a liquidez e/ou os negócios atuais e futuros da Emissora podem ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco mencionados abaixo e na seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência. O preço de mercado das Debêntures e a capacidade de pagamento da Emissora podem ser adversamente afetados em razão de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os potenciais investidores poderão perder parte substancial ou a totalidade de seu investimento nas Debêntures da Oferta.

Este Prospecto contém apenas uma descrição resumida dos termos e condições das Debêntures. É essencial e indispensável que os Investidores leiam a Escritura de Emissão e este Prospecto e compreendam integralmente seus termos e condições, os quais são específicos desta operação e podem diferir dos termos e condições de outras operações envolvendo risco de crédito. Os potenciais investidores podem perder parte substancial ou todo o seu investimento.

Os riscos descritos abaixo não são exaustivos, podendo riscos adicionais impactar adversamente as Debêntures ou a condição financeira, os negócios e os resultados das operações da Emissora. Os fatores de risco foram relacionados nesta Seção de acordo com ordem de relevância de riscos relacionados com a Oferta e as Debêntures e que, de alguma forma, possam fundamentar a decisão de investimento do potencial investidor, considerando o Público-Alvo da Oferta, o prazo do investimento e das Debêntures. Caso qualquer dos riscos e incertezas aqui descritos venham a se concretizar, as Debêntures ou a condição financeira, os negócios e os resultados das operações da Emissora poderão ser afetados de forma adversa.

Os potenciais Investidores Qualificados podem perder parte substancial ou todo o seu investimento. Os Coordenadores recomendam aos Investidores Qualificados interessados que contatem seus consultores jurídicos e financeiros antes de investir nas Debêntures.

O investimento nas Debêntures envolve alto grau de risco. Antes de tomar uma decisão de investimento nas Debêntures, os potenciais Investidores Profissionais devem considerar cuidadosamente, à luz de suas próprias situações financeiras e objetivos de investimento, todas as informações disponíveis na Escritura de Emissão e neste Prospecto.

A Oferta não é adequada aos Investidores Qualificados que (i) não tenham profundo conhecimento dos riscos envolvidos na Emissão, na Oferta e/ou nas Debêntures ou que não tenham acesso à consultoria especializada; e que (ii) necessitem de liquidez considerável com relação às Debêntures.

Para os fins desta seção, exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter ou causará ou terá "efeito adverso" ou "efeito negativo" para a Emissora, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá causar efeito adverso relevante nos negócios, na situação financeira, nos resultados operacionais, no fluxo de caixa, na liquidez e/ou nos negócios atuais e futuros da Emissora, bem como no preço das Debêntures. Expressões similares incluídas nesta seção devem ser compreendidas nesse contexto.

RECOMENDA-SE AOS INVESTIDORES DA OFERTA INTERESSADOS QUE CONTATEM SEUS CONSULTORES JURÍDICOS E FINANCEIROS ANTES DE INVESTIR NAS DEBÊNTURES.

4.1. Em ordem decrescente de relevância, os principais fatores de risco associados à oferta e ao emissor, incluindo: a) os riscos associados a títulos quirografários, sem preferência ou subordinados, caso aplicável, e ao consequente impacto nos pagamentos aos investidores em caso de insolvência; e b) os riscos relacionados com o agente garantidor da dívida, se houver, na medida em que sejam relevantes para a sua capacidade de cumprir o seu compromisso nos termos da garantia

4.1.1. Fatores de Risco relacionados à Oferta e às Debêntures da Oferta

Risco de existência, constituição e suficiência das Garantias Reais e da Garantia Fidejussória.

Em caso de inadimplemento das obrigações assumidas pela Emissora no âmbito da Emissão, seu eventual pagamento dependerá, principalmente, do sucesso da execução das Garantias Reais, da Garantia Fidejussória e das Garantias Corporativas Estrangeiras.

O processo de excussão das Garantia Reais, da Garantia Fidejussória e das Garantias Corporativas Estrangeiras, tanto judicial quanto extrajudicial, pode ser demorado e seu sucesso depende de fatores que estão fora do controle dos debenturistas. Adicionalmente, as Garantias Reais serão objeto de compartilhamento com as debêntures da Primeira Emissão da Emissora, nos termos do Contrato de Compartilhamento de Garantias, podendo ainda o produto da excussão não ser suficiente para pagar integralmente ou até mesmo parcialmente o saldo devedor das Debêntures.

A excussão dos Contratos de Garantia Estrangeiros e das Garantias Corporativas Estrangeiras, por sua vez, está sujeita a leis e regulamentos da Holanda. O processo de excussão dessas garantias, portanto, deverá ser conduzido fora do Brasil e poderá ser mais complexo, custoso e demorado, o que pode fazer com que os Debenturistas demorem a receber os recursos oriundos dessa excussão.

Na eventual ocorrência de vencimento antecipado das obrigações assumidas pela Emissora no âmbito das Debêntures, não há como assegurar o sucesso na excussão das Garantias Reais, da Garantia Fidejussória e das Garantias Corporativas Estrangeiras, ou que o produto da excussão das Garantias Reais, da Garantia Fidejussória e das Garantias Corporativas Estrangeiras será suficiente para quitar integralmente todas as Obrigações Garantidas. Adicionalmente, quaisquer problemas na originação e na formalização das Garantias Reais, da Garantia Fidejussória e das Garantias Corporativas Estrangeiras, além da contestação de sua regular constituição por terceiros, podem prejudicar sua execução e consequentemente prejudicar a utilização do produto da excussão para pagamento do saldo devedor das Debêntures, causando prejuízos adversos aos debenturistas.

Caso os valores obtidos com a excussão das Garantias Reais, da Garantia Fidejussória e das Garantias Corporativas Estrangeiras não sejam suficientes para o pagamento, no todo ou em parte, das Obrigações Garantidas, conforme acima previsto, não haverá recursos suficientes para fazer face ao pagamento das Debêntures aos Debenturistas.

As obrigações da Emissora constantes das Debêntures estão sujeitas a eventos de vencimento antecipado.

A Escritura de Emissão estabelece hipóteses que ensejam o vencimento antecipado das obrigações da Emissora. Não há garantia de que a Emissora terá recursos suficientes em caixa para fazer face ao pagamento das Debêntures na hipótese de ocorrência de vencimento antecipado de suas obrigações. Ademais, o vencimento antecipado poderá causar um impacto negativo relevante nos resultados e atividades da Emissora. Nesta hipótese, não há garantia de que os debenturistas receberão a totalidade ou mesmo parte do seu investimento, podendo ocasionar prejuízos financeiros sobre o investimento realizado.

Adicionalmente, mesmo que os investidores recebam os valores devidos em virtude do vencimento antecipado, não há qualquer garantia de que existirão, no momento do vencimento antecipado, outros ativos no mercado de risco e retorno semelhantes às Debêntures. Além disso, a atual legislação tributária referente ao imposto de renda determina alíquotas diferenciadas em decorrência do prazo de aplicação, o que poderá implicar em uma alíquota superior à que seria aplicada caso as Debêntures fossem liquidadas apenas na data de seu vencimento.

As Debêntures estão sujeitas a eventuais hipóteses de resgate antecipado.

A Escritura de Emissão prevê hipóteses de Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da 1ª Série e/ou das Debêntures da 3ª Série e de Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da 2ª Série. A realização de tais resgates ocasionará a redução do horizonte de investimento dos debenturistas, caso em que debenturistas poderão não conseguir reinvestir o montante percebido com o pagamento antecipado das Debêntures em modalidade de investimento que o remunere nos mesmos níveis das Debêntures. Os debenturistas deverão avaliar cuidadosamente as possibilidades eventualmente existentes de resgate antecipado e amortização extraordinária das Debêntures, independentemente de seu vencimento final, o que poderá afetar o retorno esperado pelos debenturistas no momento da subscrição das Debêntures. Além disso, a atual legislação tributária referente ao imposto de renda determina alíquotas diferenciadas em decorrência do prazo de aplicação, o que poderá implicar em uma alíquota superior à que seria aplicada caso as Debêntures fossem liquidadas apenas na data de seu vencimento.

As Debêntures estão sujeitas a hipóteses de Oferta de Aquisição Obrigatória, o que poderá impactar de maneira adversa a liquidez e/ou valor de mercado das Debêntures no mercado secundário.

A Escritura de Emissão prevê determinadas hipóteses de Oferta de Aquisição Obrigatória das Debêntures. Não há garantia de que a Emissora terá recursos suficientes em caixa para fazer face ao pagamento das Debêntures na hipótese de ocorrência de aquisição das Debêntures. Ademais, a Oferta de Aquisição Obrigatória poderá causar um impacto negativo relevante nos resultados e atividades da Emissora. Nesta hipótese, não há garantia que os debenturistas receberão a totalidade ou mesmo parte do seu investimento, podendo ocasionar prejuízos financeiros sobre o investimento realizado.

Adicionalmente, mesmo que os investidores recebam os valores devidos em virtude da Oferta de Aquisição Obrigatória, não há qualquer garantia de que existirão, no momento do vencimento antecipado, outros ativos no mercado de risco e retorno semelhantes às Debêntures. Além disso, a atual legislação tributária referente ao imposto de renda determina alíquotas diferenciadas em decorrência do prazo de aplicação, o que poderá implicar em uma alíquota superior à que seria aplicada caso as Debêntures fossem liquidadas apenas na data de seu vencimento.

As Debêntures poderão ser objeto de Aquisição Facultativa, o que poderá impactar de maneira adversa a liquidez e/ou valor de mercado das Debêntures no mercado secundário.

A Emissora poderá, (i) após decorridos os 2 (dois) primeiros anos contados da Data de Emissão (ou prazo inferior que venha a ser autorizado pela legislação ou regulamentação aplicáveis), adquirir Debêntures em Circulação da 1ª Série e/ou Debêntures em Circulação da 3ª Série, e/ou (ii) a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação da 2ª Série, observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações e na regulamentação aplicável da CVM. Tal evento poderá ter impacto adverso na liquidez e no preço das Debêntures no mercado secundário, uma vez que parte considerável das Debêntures poderá ser retirada de negociação, podendo ocasionar em prejuízos financeiros sobre o investimento realizado. Adicionalmente, a atual legislação tributária referente ao imposto de renda determina alíquotas diferenciadas em decorrência do prazo de aplicação, o que poderá implicar em uma alíquota superior à que seria aplicada caso as Debêntures fossem liquidadas apenas na data de seu vencimento.

Risco de colocação parcial das Debêntures.

Caso ocorra a Distribuição Parcial no âmbito da Oferta, observado o Montante Mínimo, a Emissora receberá recursos em quantidade inferior ao Valor Total da Oferta, o que poderá afetar seu plano de negócios.

Adicionalmente, o Investidor deve estar ciente de que, na hipótese de Distribuição Parcial, a quantidade de Debêntures disponível para negociação no mercado secundário poderá ser reduzida, afetando a liquidez das Debêntures. Dessa forma, o investidor que subscrever ou adquirir as Debêntures poderá encontrar dificuldades para negociá-los com terceiros no mercado secundário, tanto pelo baixo volume de negociação como pelos preços praticados no mercado secundário, que tendem a ter maior volatilidade em mercados ilíquidos. Assim, os Investidores devem estar preparados para manter o investimento até a Data de Vencimento.

A Oferta é inadequada aos investidores que não se enquadrem no Público-Alvo.

Uma decisão de investimento nas Debêntures requer experiência e conhecimentos específicos que permitam ao investidor uma análise detalhada dos negócios da Emissora, mercado de atuação e dos riscos inerentes ao investimento em debêntures, bem como dos riscos associados aos negócios da Emissora, que podem, inclusive, ocasionar a perda integral do valor investido. Caso os interessados em participar da Oferta não consultem seus advogados, contadores, consultores financeiros e demais profissionais que julgarem necessários para auxiliá-los na avaliação da adequação da Oferta ao seu perfil de investimento, dos riscos inerentes aos negócios da Emissora e ao investimento nas Debêntures, a inadequada percepção dos riscos inerentes à oferta por parte de tais investidores pode ocasionar em prejuízos financeiros sobre o investimento realizado. O investimento nas Debêntures é um investimento de renda fixa de longo prazo e não é, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais.

A modificação das práticas contábeis utilizadas para cálculo dos Índices Financeiros pode afetar negativamente a percepção de risco dos investidores e gerar efeitos adversos nos preços dos valores mobiliários da Emissora no mercado secundário.

Os Índices Financeiros estabelecidos na Escritura de Emissão serão calculados conformidade com as práticas contábeis vigentes quando da publicação, pela Emissora, de suas informações financeiras, sendo que não há qualquer garantia que as práticas contábeis não serão alteradas ou que não poderá haver divergência em sua interpretação. A percepção de risco dos investidores poderá ser afetada negativamente, uma vez que pode haver divergência entre a forma como os Índices Financeiros serão efetivamente calculados e a forma como seriam calculados caso o cálculo fosse feito de acordo com as práticas contábeis modificadas. Adicionalmente, essa prática pode gerar efeitos adversos nos preços dos valores mobiliários da Emissora no mercado secundário, incluindo, mas a tanto não se limitando, o preço das Debêntures. Além disso, a alteração do cálculo dos Índices Financeiros poderá (i) acarretar uma redução do horizonte original de investimento esperado pelos Debenturistas; e/ou (ii) gerar dificuldade de reinvestimento do capital investido pelos Debenturistas à mesma taxa estabelecida para as Debêntures, uma vez que poderá ser difícil encontrar valores mobiliários com as mesmas condições oferecidas das Debêntures.

Risco em função da ausência de análise prévia pela CVM e pela ANBIMA.

A Oferta foi registrada por meio do rito automático previsto na Resolução CVM 160, de modo que os seus documentos não foram objeto de análise prévia por parte da CVM ou da ANBIMA. Os Investidores Qualificados interessados em investir nas Debêntures devem ter conhecimento sobre os riscos relacionados aos mercados financeiro e de capitais suficiente para conduzir sua própria pesquisa, avaliação e investigação independentes sobre a situação financeira e as atividades da Emissora.

Risco de quórum e titulares com pequena quantidade.

As deliberações a serem tomadas em assembleias gerais de titulares de Debêntures são aprovadas por titulares das Debêntures que representem (i) 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) das Debêntures em Circulação da 1ª Série, em primeira convocação, ou, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos Debenturistas das Debêntures da 1ª Série presentes, em segunda convocação, desde que estejam presentes, no mínimo, 20% (vinte por cento) das Debêntures em Circulação da 1ª Série; (ii) 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação da 2ª Série, em primeira convocação, ou, no mínimo, 50% mais 1 (um) das Debêntures em Circulação da 2ª Série, em segunda convocação; e (iii) 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) das Debêntures em Circulação da 3ª Série, em primeira convocação, ou, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos Debenturistas das Debêntures da 3ª Série presentes, em segunda convocação, desde que estejam presentes, no mínimo, 20% (vinte por cento) das Debêntures em Circulação da 3ª Série.

Adicionalmente, a modificação relativa às características das Debêntures que implique em alteração de qualquer das seguintes matérias somente poderá ser aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas, mediante deliberação favorável de Debenturistas representando, no mínimo, (a) 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação da 1ª Série; (b) 85% (oitenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação da 2ª Série; ou, (c) 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação da 3ª Série, em primeira ou segunda convocação: (i) Remuneração; (ii) Datas de Pagamento da Remuneração ou quaisquer valores previstos na Escritura de Emissão, incluindo condições de amortização e resgate; (iii) Data de Vencimento ou prazo de vigência; (iv) valores, montantes e datas de amortização do principal; (v) redação de quaisquer dos Eventos de Vencimento Antecipado ou sua supressão, exceto se em razão de aprovação da concessão da renúncia prévia ou perdão temporário (*waiver*), para o qual será aplicável o quórum da Cláusula 9.4.1 da Escritura de Emissão; (vi) alteração dos quóruns de deliberação previstos na Escritura de Emissão; (vii) disposições da referida Cláusula; e (viii) criação de evento de repactuação.

O titular de pequena quantidade de Debêntures pode ser obrigado a acatar decisões deliberadas em assembleia, ainda que manifeste voto desfavorável. Não há mecanismos de venda compulsória dos títulos no caso de dissidência do titular de Debêntures vencido nas deliberações tomadas em assembleias gerais de titulares de Debêntures.

As Debêntures da 1ª Série e as Debêntures da 3ª Série podem deixar de satisfazer determinadas características que as enquadrem como debêntures com incentivo fiscal.

Conforme as disposições da Lei 12.431, está reduzida para 0% (zero por cento) a alíquota do imposto de renda incidente sobre os rendimentos auferidos por pessoas residentes ou domiciliadas no exterior em decorrência da titularidade de, dentre outros, debêntures de infraestrutura, e que tenham sido objeto de oferta pública de distribuição por pessoas jurídicas de direito privado não classificadas como instituições financeiras e regulamentadas pelo CMN ou CVM, tais como a Emissora, as Debêntures da 1ª Série e as Debêntures da 3ª Série. A alíquota 0 (zero) aplica-se desde que os rendimentos sejam auferidos por pessoas residentes ou domiciliadas no exterior que tenham investimentos na forma da Resolução CMN nº 4.373/2014 e que não sejam residentes

ou domiciliados em país que não tribute a renda ou que a tribute à alíquota máxima inferior a 20% (vinte por cento). Ademais, a Lei 12.431 determina que os rendimentos auferidos por pessoas físicas residentes ou domiciliadas no Brasil, em razão da titularidade de debêntures de infraestrutura que tenham sido emitidas por sociedade de propósito específico constituída para implementar projetos de investimento na área de infraestrutura, ou por sua sociedade controladora, desde que constituídas sob a forma de sociedades por ações, como a Emissora, sujeitam-se à incidência do imposto sobre a renda na fonte na alíquota 0 (zero). O pressuposto do tratamento tributário indicado na Lei 12.431 é o cumprimento de determinados requisitos ali fixados, com destaque para a exigência de que os recursos captados por meio das debêntures de infraestrutura sejam destinados a projetos de investimento na área de infraestrutura, ou de produção econômica intensiva em pesquisa, desenvolvimento e inovação, desde que classificados como prioritários na forma regulamentada pelo Governo Federal. Em adição, as debêntures de infraestrutura devem apresentar cumulativamente as seguintes características: (i) remuneração por taxa de juros prefixada, vinculada à índice de preço ou à taxa referencial; (ii) não admitir a pactuação total ou parcial de taxa de juros pós-fixada; (iii) prazo médio ponderado superior a 4 (quatro) anos; (iv) vedação a sua recompra pelo respectivo emissor (ou parte a ele relacionada) nos dois primeiros anos após a sua emissão ou a sua liquidação antecipada por meio de resgate ou pré-pagamento; (v) inexistência de compromisso de revenda assumido pelo titular; (vi) prazo de pagamento periódico de rendimentos, se existente, com intervalos de, no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias; (vii) comprovação de seu registro em sistema de registro devidamente autorizado pelo Banco Central do Brasil ou pela CVM, nas suas respectivas áreas de competência; e (viii) alocação dos recursos captados com as debêntures de infraestrutura em projeto considerado como prioritário pelo Ministério competente.

Caso, a qualquer momento até a Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Série e/ou a Data de Vencimento das Debêntures da 3ª Série (i) as Debêntures da 1ª Série e/ou as Debêntures da 3ª Série deixem de gozar do tratamento tributário previsto na Lei 12.431, conforme vigente na data de celebração da Escritura de Emissão; (ii) haja qualquer retenção de tributos sobre os rendimentos das Debêntures da 1ª Série e/ou das Debêntures da 3ª Série em razão do não atendimento, pela Emissora, dos requisitos estabelecidos na Lei 12.431; ou (iii) seja editada lei determinando a incidência de imposto sobre a renda retido na fonte sobre a Remuneração das Debêntures da 1ª Série e/ou das Debêntures da 3ª Série devida aos Debenturistas detentores das Debêntures da 1ª Série e/ou das Debêntures da 3ª Série em alíquotas superiores àquelas em vigor na data de celebração da Escritura de Emissão, a Emissora poderá optar, a seu exclusivo critério, por (a) realizar uma Oferta de Resgate Antecipado da totalidade das Debêntures, sem a incidência de prêmio de qualquer natureza, desde que observado o disposto na Lei 12.431, nas regras expedidas pelo CMN e na regulamentação aplicável, sendo certo que a realização de tal resgate não dependerá de uma aceitação mínima e que os Debenturistas da 1ª Série e/ou os Debenturistas da 3ª Série que optarem por não aceitar referida oferta passarão a arcar com todos os tributos que venham a ser devidos em razão da perda do tratamento tributário previsto na Lei 12.431; ou (b) arcar com todos os tributos que venham a ser devidos pelos Debenturistas da 1ª Série e/ou pelos Debenturistas da 3ª Série, bem como com qualquer multa a ser paga nos termos da Lei 12.431, de modo que a Emissora deverá acrescer a esses pagamentos valores adicionais suficientes para que os Debenturistas da 1ª Série e/ou os Debenturistas da 3ª Série recebam tais pagamentos como se os referidos valores não fossem incidentes. Da mesma forma, não é possível garantir que o imposto de renda incidente sobre os rendimentos auferidos desde a Data de Liquidação da Oferta não será cobrado pelas autoridades brasileiras competentes, acrescido de juros calculados segundo a taxa SELIC e multa.

Também, não é possível garantir que a Lei 12.431 não será novamente alterada, questionada, extinta ou substituída por leis mais restritivas, o que poderia afetar ou comprometer o tratamento tributário diferenciado previsto na Lei 12.431. Adicionalmente, especificamente na hipótese de não aplicação dos recursos oriundos da emissão das Debêntures da 1ª Série e/ou das Debêntures da 3ª Série no Projeto, conforme descrito na Escritura de Emissão, é estabelecida uma penalidade à Emissora em montante equivalente a 20% (vinte por cento) sobre o valor não destinado ao Projeto, conforme previsto na Lei 12.431, sendo, no entanto, mantido o tratamento tributário diferenciado previsto na Lei 12.431. A Emissora não pode garantir que terá recursos suficientes para o pagamento dessa penalidade ou, caso tenha, que referido pagamento não causará um efeito adverso em sua situação financeira. Além disso, caso as Debêntures da 1ª Série e/ou as Debêntures da 3ª Série deixem de se enquadrar na hipótese prevista na Lei 12.431, poderá (i) acarretar uma redução do horizonte original de investimento esperado pelos Debenturistas da 1ª Série e/ou pelos Debenturistas da 3ª Séria; e/ou (ii) gerar dificuldade de reinvestimento do capital investido pelos Debenturistas da 1ª Série e pelos Debenturistas da 3ª Série à mesma taxa estabelecida para as Debêntures da 1ª Série e para as Debêntures da 3ª Série, respectivamente.

Risco relacionado à realização de auditoria legal com escopo restrito.

No âmbito da presente Oferta foi realizada auditoria legal (*due diligence*) com escopo limitado a aspectos legais e a documentos e informações considerados mais relevantes referentes à Emissora e às Fiadoras, com base em operações de mercado para operações similares.

Assim, considerando o escopo restrito da auditoria legal, é possível que existam riscos para além dos que constam deste Prospecto, o que poderá ocasionar prejuízos aos Investidores das Debêntures. Caso surjam eventuais passivos ou riscos não mapeados na auditoria jurídica, o fluxo de pagamento das Debêntures poderá sofrer impactos negativos, fatos estes que podem impactar o retorno financeiro esperado pelos Investidores, com perda podendo chegar à totalidade dos investimentos realizados pelos Investidores quando da aquisição das Debêntures.

As Debêntures da 1ª Série poderão ser objeto de resgate antecipado na hipótese de indisponibilidade do IPCA.

Observado o disposto na Escritura de Emissão, as Debêntures da 1ª Série deverão ser objeto de resgate antecipado na hipótese de indisponibilidade do IPCA e, adicionalmente, não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva das Debêntures da 1ª Série entre a Emissora e os Debenturistas das Debêntures da 1ª Série em sede de Assembleia Geral de Debenturistas, observados os termos e procedimentos previstos na Escritura de Emissão. Os Debenturistas da 1ª Série poderão sofrer prejuízos financeiros em decorrência de tal resgate antecipado, não havendo qualquer garantia de que a Emissora possua recursos para efetuar o pagamento decorrente do resgate antecipado das Debêntures da 1ª Série ou que existirão, no momento do resgate, outros ativos no mercado de risco e retorno semelhantes às Debêntures da 1ª Série.

Risco de adoção de taxa divulgada por instituições de direito privado, destinadas à defesa dos interesses de instituições financeiras e questionamento judicial.

Observado o disposto na Escritura de Emissão, as Debêntures da 2ª Série deverão ser objeto de resgate antecipado caso a Taxa DI deixe de ser divulgada por prazo superior a 30 (trinta) dias, ou caso seja extinta, ou haja a impossibilidade legal de aplicação da Taxa DI para cálculo da Remuneração das Debêntures da 2ª Série e, adicionalmente, não haja acordo sobre o novo parâmetro de Remuneração das Debêntures da 2ª Série entre a Emissora e os Debenturistas das Debêntures da 2ª Série em sede de Assembleia Geral de Debenturistas, observados os termos e procedimentos previstos na Escritura de Emissão. Os Debenturistas da 2ª Série poderão sofrer prejuízos financeiros em decorrência de tal resgate antecipado, não havendo qualquer garantia de que a Emissora possua recursos para efetuar o pagamento decorrente do resgate antecipado das Debêntures da 2ª Série ou que existirão, no momento do resgate, outros ativos no mercado de risco e retorno semelhantes às Debêntures da 2ª Série.

Risco Relacionado à Remuneração das Debêntures da 2ª Série

A Súmula nº 176, editada pelo Superior Tribunal de Justiça, enuncia que é nula a cláusula que sujeita o devedor ao pagamento de juros de acordo com a Taxa DI divulgada pela B3. A referida súmula não vincula as decisões do Poder Judiciário e decorreu do julgamento de ações judiciais em que se discutia a validade da aplicação da Taxa DI a contratos utilizados em operações bancárias ativas. Há a possibilidade de, numa eventual disputa judicial, a Súmula nº 176 vir a ser aplicada pelo Poder Judiciário para considerar que a Taxa DI não é válida como fator de remuneração das Debêntures da 2ª Série. Em se concretizando esta hipótese, o índice que vier a ser indicado pelo Poder Judiciário para substituir a Taxa DI poderá conceder aos Debenturistas das Debêntures da 2ª Série uma remuneração inferior à atual Remuneração das Debêntures da 2ª Série. Risco de baixa liquidez do mercado secundário.

O mercado secundário existente no Brasil para negociação de debêntures apresenta baixa liquidez, e não há nenhuma garantia de que existirá no futuro um mercado de negociação das Debêntures que permita aos titulares das Debêntures a sua alienação, caso estes decidam pelo desinvestimento. A Emissora não pode garantir o desenvolvimento ou liquidez de qualquer mercado para as Debêntures. A liquidez e o mercado para as Debêntures também podem ser negativamente afetados por uma queda geral no mercado de Debêntures. Tal queda pode ter um efeito adverso sobre a liquidez e mercados das Debêntures, independentemente das perspectivas de desempenho financeiro da Emissora.

Risco de não cumprimento de condições precedentes.

O Contrato de Distribuição prevê diversas condições precedentes que devem ser satisfeitas para a realização da distribuição das Debêntures. Na hipótese do não atendimento de tais condições precedentes, os Coordenadores poderão decidir pela não continuidade da Oferta. Caso os Coordenadores decidam pela não continuidade da Oferta, a Oferta não será realizada e não produzirá efeitos com relação a quaisquer das partes, com o consequente cancelamento da Oferta, frustrando assim a intenção de investimento nas Debêntures pelos potenciais adquirentes das Debêntures, podendo gerar prejuízos financeiros e custos de oportunidade incorridos.

Risco de negociação apenas entre Investidores Qualificados.

Nos termos do artigo 86, inciso III, da Resolução CVM 160, as Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários (a) entre Investidores Qualificados; e (b) entre público investidor em geral após decorridos 6 (seis) meses da data de divulgação do anúncio de encerramento da Oferta. Tais restrições à negociação das Debêntures poderão reduzir a sua liquidez no mercado secundário, o que poderá trazer dificuldades aos Debenturistas que queiram vender seus títulos no mercado secundário.

Risco relacionado a inexistência de classificação de risco da Emissão.

Nos primeiros 9 (nove) meses contados da Data de Emissão, ou até que seja divulgada a classificação de risco da Primeira Emissão, o que ocorrer primeiro, as Debêntures não serão objeto de classificação de risco, de modo que os Debenturistas, neste período, não contarão com uma análise de risco independente realizada por uma empresa de classificação de risco, o que pode dificultar a avaliação, por parte dos investidores, da qualidade do crédito representado pelas Debêntures e da capacidade de pagamento das Debêntures.

Eventual rebaixamento na classificação de risco atribuída à Emissora e/ou às Debêntures poderá dificultar a captação de recursos pela Emissora, bem como acarretar redução de liquidez das Debêntures para negociação no mercado secundário e impacto negativo relevante na Emissora.

A Emissora deverá contratar agência de classificação de risco para atribuir rating às Debêntures em até 9 (nove) meses contados da Data de Emissão ou até que seja divulgada a classificação de risco da Primeira Emissão, o que ocorrer primeiro. Para se realizar uma classificação de risco (rating), certos fatores relativos à Emissora são levados em consideração, tais como sua condição financeira, sua administração e seu desempenho. São analisadas, também, as características das Debêntures, assim como as obrigações assumidas pela Emissora e os fatores político-econômicos que podem afetar a condição financeira da Emissora. Dessa forma, as avaliações representam uma opinião quanto às condições da Emissora de honrar seus compromissos financeiros, tais como pagamento do principal e juros no prazo estipulado. Um eventual rebaixamento em classificações de risco obtidas com relação à Emissão e/ou à Emissora durante a vigência das Debêntures poderá afetar negativamente o preço dessas Debêntures e sua negociação no mercado secundário. Além disso, a Emissora poderá encontrar dificuldades em realizar outras emissões de títulos e valores mobiliários, o que poderá, consequentemente, ter um impacto negativo relevante nos resultados e nas operações da Emissora e na sua capacidade de honrar com as obrigações relativas à Emissão.

Adicionalmente, alguns dos principais investidores que adquirem valores mobiliários por meio de ofertas públicas no Brasil (tais como entidades de previdência complementar) estão sujeitos a regulamentações específicas que condicionam seus investimentos em valores mobiliários a determinadas classificações de risco. Assim, o rebaixamento de classificações de risco obtidas com relação às Debêntures pode obrigar esses investidores a alienar suas Debêntures no mercado secundário, podendo vir a afetar negativamente o preço dessas Debêntures e sua negociação no mercado secundário.

Em caso de recuperação judicial ou falência da Emissora e de sociedades integrantes do grupo econômico da Emissora, não é possível garantir que não ocorrerá a consolidação substancial de ativos e passivos de tais sociedades.

Em caso de processos de recuperação judicial ou falência da Emissora e de sociedades integrantes do grupo econômico da Emissora, não é possível garantir que o juízo responsável pelo processamento da recuperação judicial ou falência não determinará, ainda que de ofício, independentemente da vontade dos credores, a consolidação substancial dos ativos e passivos de tais sociedades. Nesse caso, haveria o risco de consolidação substancial com sociedades com situação patrimonial menos favorável que a da Emissora e, nessa hipótese, os Debenturistas detentores das Debêntures podem ter maior dificuldade para recuperar seus créditos decorrentes das Debêntures do que teriam caso a consolidação substancial não ocorresse, dado que o patrimônio da Emissora será consolidado com o patrimônio das outras sociedades de seu grupo econômico, respondendo, sem distinção e conjuntamente, pela satisfação de todos os créditos de todas as sociedades. Isso pode gerar uma situação na qual os Debenturistas detentores das Debêntures podem ser incapazes de recuperar a totalidade, ou mesmo parte, de tais créditos.

Ainda, a exequibilidade das Garantias Corporativas Estrangeiras e dos Contratos de Garantia Estrangeiros depende das limitações e dos procedimentos legais impostos pela legislação da localidade da sede de cada uma das Fiadoras Estrangeiras e das Controladas Restritas. Dessa forma, em caso de processos de recuperação judicial ou falência da Emissora e de sociedades integrantes do grupo econômico da Emissora, a legislação aplicada para a execução das Garantias Corporativas Estrangeiras e dos Contratos de Garantia Estrangeiros será diferente daquela aplicada para a execução dos demais bens e ativos da Emissora, o que poderá vir a afetar negativamente o valor a ser recebido pelos Debenturistas.

A volatilidade do mercado de capitais brasileiro e a baixa liquidez do mercado secundário brasileiro poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as Debêntures pelo preço e na ocasião que desejarem.

O investimento em valores mobiliários negociados em países de economia emergente, tais como o Brasil, envolve, com frequência, maior grau de risco em comparação a outros mercados mundiais, sendo tais investimentos considerados, em geral, de natureza mais especulativa.

O mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente menor, menos líquido e mais concentrado, podendo ser mais volátil do que os principais mercados de valores mobiliários mundiais, como o dos Estados Unidos. Os adquirentes das Debêntures não têm nenhuma garantia de que no futuro terão um mercado líquido em que possam negociar a alienação desses títulos, caso queiram optar pelo desinvestimento. Isso pode trazer dificuldades aos titulares de Debêntures que queiram vendê-las no mercado secundário, reduzindo sua liquidez no mercado secundário e, consequentemente, acarretando possíveis perdas patrimoniais.

Riscos relacionados à situação da economia global e brasileira poderão afetar a percepção do risco no Brasil e em outros países, especialmente nos mercados emergentes, o que poderá afetar negativamente a economia brasileira inclusive por meio de oscilações nos mercados de valores mobiliários, incluindo as Debêntures.

O valor de mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado do Brasil e de outros países, inclusive Estados Unidos, países membros da União Europeia e de economias emergentes. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses países pode causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive das Debêntures. Crises no Brasil, nos Estados Unidos, na União Europeia ou em países de economia emergente podem reduzir o interesse dos investidores nos valores mobiliários das companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários de emissão da Companhia.

Adicionalmente, a economia brasileira é afetada pelas condições de mercado e pelas condições econômicas internacionais, especialmente, pelas condições econômicas dos Estados Unidos. Os preços das ações na B3, por exemplo, são altamente afetados pelas flutuações nas taxas de juros dos Estados Unidos e pelo comportamento das principais bolsas norte-americanas. Qualquer aumento nas taxas de juros em outros países, especialmente os Estados Unidos, poderá reduzir a liquidez global e o interesse do investidor em realizar investimentos no mercado de capitais brasileiro. O conflito envolvendo a Rússia e a Ucrânia, por exemplo, traz riscos de alta nos preços dos combustíveis e do gás, assim como possível valorização do dólar, os quais causariam pressão inflacionária e poderiam prejudicar a economia brasileira.

Diante do conflito iniciado entre Rússia e Ucrânia no dia 24 de fevereiro de 2022, pode ocorrer uma deterioração nas condições de mercado não apenas nos países diretamente envolvidos, mas em outros países indiretamente afetados, trazendo um cenário de incerteza para a economia global. Esses desenvolvimentos, bem como potenciais crises e formas de instabilidade política e/ou econômica daí decorrentes ou qualquer outro desenvolvimento imprevisto, podem afetar negativamente o mercado brasileiro.

Não é possível assegurar que o mercado de capitais brasileiro estará aberto às companhias brasileiras e que os custos de financiamento no mercado sejam favoráveis às companhias brasileiras. Crises políticas ou econômicas no Brasil e em mercados emergentes podem reduzir o interesse do investidor por valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários emitidos pela Companhia. Isso poderá afetar a liquidez e o preço de mercado das Debêntures, bem como poderá afetar o seu futuro acesso ao mercado de capitais brasileiros e a financiamentos em termos aceitáveis, o que poderá afetar adversamente o preço de mercado das Debêntures.

A participação de investidores que sejam considerados Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* pode afetar adversamente a formação das taxas de remuneração final das Debêntures e poderá ter um impacto adverso na liquidez das Debêntures no mercado secundário.

A Remuneração das Debêntures será definida após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding.* Nos termos da regulamentação em vigor, serão aceitas no Procedimento de *Bookbuilding* intenções de investimento de Investidores considerados Pessoas Vinculadas, o que poderá impactar adversamente a formação das taxas de remuneração final das Debêntures. O investimento nas Debêntures por investidores que sejam Pessoas Vinculadas pode ter um efeito adverso na liquidez das Debêntures no mercado secundário, uma vez que as Pessoas Vinculadas podem optar por manter suas Debêntures fora de circulação, influenciando a sua liquidez. A Emissora e os Coordenadores não têm como garantir que o investimento nas Debêntures por Pessoas Vinculadas não ocorrerá ou que referidas Pessoas Vinculadas não optarão por manter suas Debêntures fora de circulação.

A Oferta poderá vir a ser cancelada ou revogada pela CVM.

Nos termos dos artigos 70 e seguintes da Resolução CVM 160, a CVM poderá suspender ou cancelar, a qualquer tempo, a Oferta que: (i) estiver se processando em condições diversas das constantes da Resolução CVM 160; (ii) estiver sendo intermediada por coordenador que esteja com registro suspenso ou cancelado; ou (iii) for havida por ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta. Adicionalmente, a rescisão do Contrato de Distribuição também importará no cancelamento do registro da Oferta.

Caso (a) a Oferta seja suspensa, cancelada ou revogada, nos termos da Resolução CVM 160 e/ou do Contrato de Distribuição, todos os atos de aceitação serão cancelados e a Emissora e os Coordenadores comunicarão tal evento aos investidores, o que poderá ocorrer, inclusive, mediante publicação de aviso ao mercado. Logo, nas hipóteses de cancelamento ou revogação da Oferta, se o investidor já tiver efetuado o pagamento do preço de integralização das Debêntures que tiver adquirido, os valores pagos serão devolvidos sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução dos valores relativos aos tributos e encargos eventualmente incidentes, se existentes, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da comunicação do cancelamento ou revogação da Oferta. Em caso de cancelamento da Oferta, a Emissora e os Coordenadores não serão responsáveis por eventuais perdas e danos incorridos pelos investidores.

Eventuais matérias veiculadas na mídia com informações equivocadas ou imprecisas sobre a Oferta, a Emissora e os Coordenadores e/ou os respectivos representantes de cada uma das entidades mencionadas poderão gerar questionamentos por parte da CVM, B3 e de potenciais investidores da Oferta, o que poderá impactar negativamente a Oferta.

A Oferta e suas condições, passaram a ser de conhecimento público após a divulgação deste Prospecto. A partir deste momento e até a disponibilização do Anúncio de Encerramento, poderão ser veiculadas matérias contendo informações equivocadas ou imprecisas sobre a Oferta, a Companhia ou os Coordenadores e/ou os respectivos representantes de cada uma das entidades mencionadas, ou, ainda, contendo certos dados que não constam deste Prospecto ou do Formulário de Referência. Tendo em vista que o artigo 11 e seguintes da Resolução CVM 160 veda qualquer manifestação na mídia por parte da Emissora ou dos Coordenadores sobre a Oferta até a disponibilização do Anúncio de Encerramento, eventuais notícias sobre a Oferta poderão conter informações que não foram fornecidas ou que não contaram com a revisão da Emissora ou dos Coordenadores. Assim, caso haja informações equivocadas ou imprecisas sobre a Oferta divulgadas na mídia ou, ainda, caso sejam veiculadas notícias com dados que não constam deste Prospecto ou do Formulário de Referência da Emissora, a CVM, a B3 ou potenciais investidores poderão questionar o conteúdo de tais matérias, o que poderá afetar negativamente a tomada de decisão de investimento pelos potenciais investidores podendo resultar, ainda, a exclusivo critério da CVM, na suspensão da Oferta, com a consequente alteração do seu cronograma, ou no seu cancelamento.

Eventual descumprimento por quaisquer dos Participantes Especiais de obrigações relacionadas à Oferta poderá acarretar seu desligamento do grupo de instituições responsáveis pela colocação das Debêntures, com o consequente cancelamento de todos os Documentos de Aceitação da Oferta realizados perante tais Participantes Especiais.

Caso haja descumprimento ou indícios de descumprimento, por quaisquer dos Participantes Especiais, de qualquer das obrigações previstas no respectivo instrumento de adesão ao Contrato de Distribuição ou em qualquer contrato celebrado no âmbito da Oferta, ou, ainda, de qualquer das normas de conduta previstas na regulamentação aplicável no âmbito da Oferta, incluindo, sem limitação, as normas previstas na Resolução CVM 160, especialmente as normas referentes ao período de silêncio, condições de negociação com valores mobiliários, emissão de relatórios de pesquisa e de marketing da Oferta, conforme previsto no artigo 11 da Resolução CVM 160, o Participante Especial, a critério exclusivo do Coordenador Líder e sem prejuízo das demais medidas julgadas cabíveis pelo Coordenador Líder, deixará imediatamente de integrar o grupo de instituições responsáveis pela colocação das Debêntures. Caso tal desligamento ocorra, o(s) Participante(s) Especial(is) em questão deverá(ão) cancelar todos os Documentos de Aceitação da Oferta que tenha(m) recebido e informar imediatamente aos respectivos investidores sobre o referido cancelamento, os quais não mais participarão da Oferta, sendo que os valores depositados serão devolvidos sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos e encargos incidentes, se existentes.

É possível que decisões judiciais, administrativas ou arbitrais futuras prejudiquem a estrutura da Oferta e/ou da Emissão.

Não pode ser afastada a hipótese de decisões judiciais, administrativas ou arbitrais futuras que possam ser contrárias ao disposto nos documentos da Oferta e/ou da Emissão. Além disso, toda a estrutura de emissão e remuneração das Debêntures foi realizada com base em disposições legais vigentes atualmente. Dessa forma, eventuais restrições de natureza legal ou regulatória, que possam vir a ser editadas podem afetar adversamente a validade da Emissão, podendo gerar perda do capital investido pelos Debenturistas, caso tais decisões tenham efeitos retroativos.

Risco de participação do agente fiduciário em outras emissões da mesma emissora.

O Agente Fiduciário atua como agente fiduciário em emissões da Emissora que, inclusive, compartilham as Garantias Reais. Uma vez ocorridas quaisquer hipóteses de vencimento antecipado ou inadimplemento das obrigações assumidas pela Emissora no âmbito da Emissão ou de outra eventual emissão, o Agente Fiduciário poderá se encontrar em situação de conflito quanto ao tratamento equitativo entre os Debenturistas e os titulares de debêntures de outra eventual emissão da Emissora.

Pandemias podem levar a uma maior volatilidade nos mercados financeiro e de capitais brasileiro e internacional, impactando a negociação de valores mobiliários em geral, inclusive, a negociação das Debêntures e, consequentemente, a Oferta.

O surto de doenças transmissíveis em escala global, como o surto de Coronavírus (Covid-19) iniciado a partir de dezembro de 2019 e declarado como pandemia pela Organização Mundial de Saúde em 11 de março de 2020, pode resultar em impactos sociais e econômicos significativos resultantes das medidas tomadas pelas autoridades para conter os seus efeitos. Dessa forma, pandemias e os impactos sociais e econômicos dela decorrentes podem afetar as decisões de investimento e vem causando (e pode continuar a causar) volatilidade elevada nos mercados financeiro e de capitais brasileiro e internacional, inclusive, causando redução no nível de atividade econômica, desvalorização cambial e diminuição da liquidez disponível nos mercados financeiro e de capitais.

Mudanças materiais na economia nacional e internacional como resultado desses eventos podem afetar negativa e adversamente os negócios e a situação financeira da Emissora e/ou da Enauta Energia, conforme aplicável, diminuir o interesse de investidores em valores mobiliários de emissores brasileiros, bem como limitar substancialmente a capacidade dos investidores em negociar com as Debêntures pelo preço e na ocasião desejados, o que pode ter efeito substancialmente adverso na Oferta e no preço das Debêntures no mercado secundário.

Nesse cenário, é possível haver redução ou inexistência de demanda pelas Debêntures nos respectivos mercados, devido à iliquidez que lhes é característica, da ausência de mercados organizados para sua negociação ou precificação e/ou de outras condições específicas. Em virtude de tais riscos, os Debenturistas poderão encontrar dificuldades para vender as Debêntures, em prazo, preço e condições desejados ou contratados. Até que a venda ocorra, os Debenturistas permanecerão expostos aos riscos associados às Debêntures.

Ainda, a Emissora e/ou a Enauta Energia, conforme aplicável, sofrerá maior pressão sobre sua liquidez e, para preservar seu caixa e suas atividades, podendo não pagar os valores devidos, no âmbito das Debêntures, impactando negativamente os pagamentos devidos aos Debenturistas. Nesses casos, não há como garantir que os Debenturistas receberão a totalidade ou mesmo parte dos seus créditos.

O conflito armado entre Rússia e Ucrânia pode afetar diretamente o cenário econômico global e os negócios da Emissora e/ou da Enauta Energia, conforme aplicável.

No final de fevereiro de 2022, as forças militares russas invadiram a Ucrânia, ampliando significativamente as tensões geopolíticas já existentes entre Rússia, Ucrânia, Europa, OTAN e Ocidente. A invasão da Rússia, as respostas dos países e órgãos políticos às ações da Rússia e a potencialidade para um conflito mais amplo podem aumentar a volatilidade dos mercados financeiros e ter graves efeitos adversos nos mercados econômicos regionais e globais, incluindo os mercados de certos títulos e commodities, como petróleo e gás natural. Adicionalmente, diante da invasão perpetrada no dia 24 de fevereiro de 2022, afloram-se as animosidades não apenas entre os países diretamente envolvidos, mas em muitas outras nações indiretamente interessadas na questão, trazendo um cenário de altíssima incerteza para a economia global. Tais desenvolvimentos, bem como potenciais crises e formas de instabilidade política daí decorrentes, podem afetar negativamente a Emissora e/ou a Enauta Energia, conforme aplicável, e o fluxo de pagamento das Debêntures, ocasionando a perda de parte substancial ou de todo o investimento por parte dos Debenturistas.

4.1.2. Fatores de Risco relacionados à Emissora

Os fatores de risco relacionados à Emissora, seus controladores, seus acionistas, seus investidores, ao seu ramo de atuação e ao ambiente macroeconômico estão disponíveis em seu Formulário de Referência, na seção “4. Fatores de Risco”, incorporado por referência a este Prospecto.

4.1.3. Fatores de Risco relacionados às Fiadoras

Os fatores de risco relacionados às controladas da Emissora, como é o caso das Fiadoras, também estão disponíveis em seu Formulário de Referência, na seção “4. Fatores de Risco”, incorporado por referência a este Prospecto.

4.1.4. Riscos associados a títulos quirografários, sem preferência ou subordinados, caso aplicável, e ao consequente impacto nos pagamentos aos investidores em caso de insolvência

Item não aplicável à Oferta.





(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

5. CRONOGRAMA DE ETAPAS DA OFERTA

5.1. Cronograma das etapas da oferta, destacando no mínimo:

Encontra-se abaixo o cronograma estimado para as principais etapas da Oferta:

	Eventos	Data[1]
1.	Apresentação do formulário eletrônico de requerimento de registro automático na CVM Divulgação do Aviso ao Mercado Disponibilização do Prospecto Preliminar	06/09/2023
2.	Início das apresentações de *roadshow*	07/09/2023
4.	Início do Período de Reserva	13/09/2023
5.	Encerramento do Período de Reserva	25/09/2023
6.	Procedimento de *Bookbuilding* Comunicado ao Mercado com o resultado do Procedimento de *Bookbuilding*	26/09/2023
7.	Obtenção do registro automático da Oferta junto à CVM Divulgação de Anúncio de Início Disponibilização do Prospecto Definitivo Realização do Procedimento de Alocação	28/09/2023
8.	Data de Liquidação da Oferta	29/09/2023
9.	Data máxima para divulgação do Anúncio de Encerramento	26/06/2024

(1) Todas as datas futuras previstas são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, suspensões, antecipações ou prorrogações e a critério da Emissora e dos Coordenadores. Nos termos do artigo 67, §2º da Resolução CVM 160, a modificação do cronograma de distribuição não depende de prévia aprovação da CVM.

Para mais informações sobre a forma e condições para manifestação dos Investidores interessados, a distribuição junto aos Investidores e subscrição e integralização das Debêntures, leia a seção "*9.1.3. Plano de Distribuição da Oferta*" na página 49 deste Prospecto.

Nos termos do artigo 22 da Resolução CVM 160, na hipótese em que se verifique, enquanto a Oferta estiver em distribuição, qualquer imprecisão ou mudança relevante nas informações contidas no Prospecto Definitivo, notadamente decorrentes de deficiência informacional ou de qualquer fato novo ou anterior não considerado neste Prospecto, de que se tome conhecimento e que seja relevante para a decisão de investimento, a Emissora e os Coordenadores suspenderão a Oferta imediatamente até que se proceda: (i) à devida divulgação ao público da modificação da Oferta; (ii) a complementação do Prospecto; (iii) a atualização das lâminas da Oferta; e (iv) a atualização dos demais documentos da Oferta conforme aplicável. Para mais informações sobre a forma como será dada divulgação a quaisquer anúncios relacionados à oferta, inclusive procedimentos relacionados a uma eventual revogação da aceitação da Oferta e devolução e reembolso aos investidores, se for o caso, leia a seção "*6.3. Esclarecimento sobre os procedimentos previstos nos arts. 70 e 71 da resolução a respeito da eventual modificação, suspensão e cancelamento da Oferta*" na página 35 deste Prospecto.

Na hipótese de suspensão, cancelamento, modificação ou revogação da Oferta, o cronograma poderá ser alterado. Para mais informações sobre modificação da Oferta, suspensão da Oferta e cancelamento ou revogação da Oferta, leia a seção "*6.3. Esclarecimento sobre os procedimentos previstos nos arts. 70 e 71 da resolução a respeito da eventual modificação, suspensão e cancelamento da Oferta*" na página 35 deste Prospecto



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

6. RESTRIÇÕES A DIREITOS DE INVESTIDORES NO CONTEXTO DA OFERTA

6.1. Descrição de eventuais restrições à transferência dos títulos

Pelo fato de a Oferta seguir o rito de registro automático previsto na Resolução CVM 160, destinada apenas a Investidores Qualificados, as Debêntures somente poderão ser negociadas com investidores que não sejam considerados Investidores Qualificados depois de decorridos 6 (seis) meses da data de encerramento da Oferta, nos termos do artigo 86, inciso III, da Resolução CVM 160.

6.2. Declaração em destaque da inadequação do investimento, caso aplicável, especificando os tipos de investidores para os quais o investimento é considerado inadequado

O INVESTIMENTO NAS DEBÊNTURES DA OFERTA NÃO É ADEQUADO A INVESTIDORES QUE: (I) NÃO TENHAM PROFUNDO CONHECIMENTO DOS RISCOS ENVOLVIDOS NA OPERAÇÃO OU QUE NÃO TENHAM ACESSO A CONSULTORIA ESPECIALIZADA; (II) NECESSITEM DE LIQUIDEZ COM RELAÇÃO ÀS DEBÊNTURES A SEREM SUBSCRITAS, TENDO EM VISTA A POSSIBILIDADE DE SEREM PEQUENAS OU INEXISTENTES AS NEGOCIAÇÕES DAS DEBÊNTURES NO MERCADO SECUNDÁRIO; E/OU (III) NÃO ESTEJAM DISPOSTOS A CORRER O RISCO DE CRÉDITO DE EMPRESA DO SETOR PRIVADO E/OU DOS SETORES EM QUE A EMISSORA ATUA.

Para uma avaliação adequada dos riscos associados ao investimento nas Debêntures, os investidores deverão ler a seção "4. Fatores de Risco", na página 21 deste Prospecto, bem como a seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência da Emissora antes de aceitar a Oferta.

6.3. Esclarecimento sobre os procedimentos previstos nos arts. 70 e 71 da resolução a respeito da eventual modificação da Oferta, notadamente quanto aos efeitos do silêncio do investidor

Nos termos do artigo 67 e seguintes da Resolução CVM 160, havendo, a juízo da CVM, alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando do protocolo do requerimento de registro da Oferta, ou que o fundamentem, a CVM poderá: (i) deferir requerimento de modificação da Oferta; (ii) reconhecer a ocorrência de modificação da Oferta e tomar as providências cabíveis; ou (iii) caso a situação acarrete aumento relevante dos riscos inerentes à própria Oferta, deferir requerimento de revogação da Oferta.

No caso da presente Oferta, por estar submetida ao rito automático de distribuição, a modificação da Oferta não depende de aprovação prévia da CVM, nos termos do §2º do art. 67 da Resolução CVM 160.

Adicionalmente, é sempre permitida a modificação da Oferta para melhorá-la em favor dos Investidores, juízo que deverá ser realizado pelo Coordenador Líder em conjunto com a Emissora, ou para renúncia à condição da Oferta estabelecida pela Emissora. Nestas hipóteses, é obrigatória a comunicação da modificação à CVM.

O pleito de modificação da Oferta presumir-se-á deferido caso não haja manifestação da CVM em sentido contrário no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do seu protocolo na CVM, nos termos do parágrafo 4º do artigo 67 da Resolução CVM 160. Sendo deferida a modificação, a CVM pode, uma única vez, por sua própria iniciativa ou a requerimento do Coordenador Líder, prorrogar o prazo de distribuição da oferta por até 90 (noventa) dias.

A modificação da Oferta deve ser divulgada imediatamente por meios ao menos iguais aos utilizados para a divulgação da Oferta e os Coordenadores e os Participantes Especiais devem se certificar de que os potenciais Investidores estejam cientes, no momento do recebimento do documento de aceitação da Oferta, de que a oferta original foi alterada e das suas novas condições. Nessa hipótese, os Investidores que já tiverem aderido à Oferta deverão ser imediatamente comunicados a respeito da modificação efetuada diretamente por correio eletrônico, correspondência física ou qualquer outra forma de comunicação passível de comprovação, para que informem, até às 16:00 horas do 5º (quinto) dia útil subsequente à data de recebimento da comunicação, eventual decisão de desistir de sua adesão à Oferta, presumida a manutenção da adesão em caso de silêncio.

Quaisquer comunicados ao mercado relativos à alteração das circunstâncias, modificação, suspensão ou revogação da Oferta serão publicados e divulgados nos termos do artigo 13 da Resolução CVM 160, nas páginas da rede mundial de computadores da Emissora, dos Coordenadores, dos Participantes Especiais (sendo aceita a remissão à página do Coordenador Líder que contenha as divulgações), da CVM e da B3, nos endereços abaixo indicados:

Emissora

https://www.enauta.com.br (neste *website*, acessar a aba "Investidores", depois clicar em "Informações para o Mercado" e "Publicações CVM").

Coordenador Líder

https://www.xpi.com.br (neste *website*, acessar a aba “Produtos e Serviços”, depois clicar em "Oferta pública", em seguida clicar em "Oferta Pública de Distribuição de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em até 3 (três) Séries, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública da 2ª (Segunda) Emissão da Enauta Participações S.A." e então, localizar o documento desejado).

BTG Pactual

https://www.btgpactual.com/investment-bank (neste site clicar em “Mercado de Capitais - Download”, depois clicar em “2023” e, “Enauta Participações S.A. - Oferta de Debêntures da 2ª emissão” e, então, localizar o documento desejado).

ABC

https://www.abcbrasil.com.br/abc-corporate/investment-banking/mercado-de-capitais-dcm/ofertas-de-renda-fixa/ (neste site buscar por “Enauta Participações S.A. – Oferta de Debêntures da 2ª emissão” e, então, localizar o documento desejado)

CVM

https://www.gov.br/cvm/pt-br (neste *website*, acessar no menu “Centrais de Conteúdo”, clicar em “Central de Sistemas CVM”, clicar em “Companhias”, clicar em “Consulta de Documentos de Companhias”. No campo “1 - Consulta por parte de nome ou CNPJ de companhias registradas (companhias abertas, estrangeiras e incentivadas)”, nesta ordem, (a) digitar o nome ou CNPJ da Emissora, (b) clicar no nome da Emissora, (c) selecionar o item “Período” e, no campo “Categoria”, selecionar “Documentos de Oferta de Distribuição Pública” e localizar o documento desejado).

B3

www.b3.com.br (neste *website* acessar o menu “Produtos e Serviços”, no menu, acessar na coluna “Negociação” o item “Renda Fixa”, em seguida, no menu “Títulos Privados” clicar em “Saiba Mais”, e na próxima página, na parte superior, selecionar “Debêntures” e, na sequência, à direita da página, no menu “Sobre Debêntures”, clicar em “Informações, características, preços e mais” e selecionar “Prospectos” (em “Debêntures Balcão: Características e informações”) e localizar o documento desejado).

7. OUTRAS CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

7.1. Caso os títulos sejam conversíveis ou permutáveis em ações, incluir as informações dos itens 6 e 9 do Anexo A, quando aplicáveis

As Debêntures são simples, ou seja, não conversíveis ou permutáveis em ações da Emissora.

7.2. Eventuais condições a que a oferta pública esteja submetida

A Oferta está sujeita às Condições Precedentes do Contrato de Distribuição, conforme descritas na Seção "*9.1.2. Condições Precedentes do Contrato de Distribuição*", na página 45 deste Prospecto.

7.3. Eventual destinação da Oferta ou partes da Oferta a investidores específicos e a descrição destes investidores

A Oferta é destinada, exclusivamente, a Investidores Qualificados, conforme descrição constante da Seção "*2.3. Identificação do público-alvo*" na página 1 deste Prospecto.

7.4. Autorizações societárias necessárias à emissão ou distribuição dos títulos, identificando os órgãos deliberativos responsáveis e as respectivas reuniões em que foi aprovada a operação

A Escritura de Emissão foi celebrada de acordo com a deliberação do Conselho de Administração da Emissora tomada em reunião do Conselho de Administração da Emissora, realizada em 05 de setembro de 2023, cuja ata será devidamente arquivada na Junta Comercial do Rio de Janeiro ("**JUCERJA**") e publicada no jornal "Valor Econômico" ("**Jornal de Publicação**" e "**Aprovação Societária da Emissora**", respectivamente), a qual aprovou: **(i)** a Emissão e seus termos e condições, nos termos do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações; **(ii)** a Oferta e seus termos e condições, nos termos da Lei nº 6.385/76, da Resolução CVM 160 e das demais disposições legais aplicáveis; **(iii)** a outorga das Garantias Reais; **(iv)** a autorização à diretoria da Emissora a realizar todos atos necessários para a efetivação das deliberações aprovadas na Aprovação Societária da Emissora, incluindo a elaboração e celebração dos documentos da Oferta, aditamentos a Escritura de Emissão e a formalização da contratação do Agente Fiduciário, dos Coordenadores, dos assessores legais e dos demais prestadores de serviços necessários à implementação da Emissão, da Oferta e das Garantias, tais como o Escriturador, o Agente de Liquidação, a B3, dentre outros, podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos instrumentos de contratação e eventuais alterações em aditamentos; e **(v)** a ratificação de todos os atos já praticados relacionados às deliberações acima.

A Fiança, a garantia sobre as ações de emissão da Enauta Netherlands B.V. e da Atlanta Field B.V., o Penhor das Concessões e a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios outorgados pela Enauta Energia em garantia das Debêntures foram aprovadas de acordo com a deliberação da assembleia geral extraordinária de acionistas da Enauta Energia, realizada em 05 de setembro de 2023, cuja ata será devidamente arquivada na JUCERJA e publicada no Jornal de Publicação (conforme definido na Escritura de Emissão) ("**Aprovação Societária da Enauta Energia**" e, quando em conjunto com a Aprovação Societária da Emissora, as "**Aprovações Societárias**").

7.5. Regime de Distribuição

Cumpridas as Condições Precedentes previstas no Contrato de Distribuição e na Seção "*9.1.2. Condições Precedentes do Contrato de Distribuição*", na página 45 deste Prospecto, os Coordenadores realizarão a colocação das Debêntures, sob o regime misto de colocação, sendo que: (i) R$100.000.000,00 (cem milhões de reais), correspondentes a 100.000 (cem mil) Debêntures, serão colocadas sob o regime de melhores esforços de colocação ("**Melhores Esforços**"), e (ii) R$1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), correspondentes a 1.000.000 (um milhão) Debêntures, serão colocadas sob de garantia firme de colocação ("**Volume de Garantia Firme da Emissão**") nos valores estabelecidos na tabela abaixo, observados os termo e condições previstos no Contrato de Distribuição:

Coordenadores	Volume Limite de cada Coordenador
Coordenador Líder	R$ 450.000.000,00 (quatrocentos e cinquenta milhões de reais)
BTG Pactual	R$ 450.000.000,00 (quatrocentos e cinquenta milhões de reais)
ABC	R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais)

A Garantia Firme será exercível pelos Coordenadores desde que satisfeitas as condições previstas no Contrato de Distribuição, incluindo, mas não se limitando ao cumprimento, pela Emissora e pela Enauta Energia, das Condições Precedentes previstas no Contrato de Distribuição e na Seção "*9.1.2. Condições Precedentes do Contrato de Distribuição*", na página 45 deste Prospecto.

O ABC deverá obrigatoriamente exercer a totalidade do seu Volume de Garantia Firme nas Debêntures da Segunda Série, antes do Coordenador Líder e do BTG Pactual, caso seja verificado, após o Procedimento de *Bookbuilding*, demanda total para as Debêntures igual ou inferior a R$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), sendo certo que, o Coordenador Líder e o BTG Pactual somente exercerão suas respectivas garantias firme, de forma proporcional e sem preferência entre eles se, e somente se, a soma do montante demandado na Oferta for igual ou inferior a R$ 900.000.000,00 (novecentos milhões de reais).

Para efeitos de esclarecimento, o ABC somente não exercerá seu Volume de Garantia Firme caso a demanda apurada no Procedimento de B*ookbuilding* seja igual ou superior a R$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais).

A distribuição das Debêntures poderá contar com a participação de determinadas instituições financeiras autorizadas a operar no sistema de distribuição de valores mobiliários para participar da Oferta na qualidade de participante especial, escolhidas a exclusivo critério dos Coordenadores, exclusivamente para o recebimento de Documentos de Aceitação da Oferta, por meio da celebração de termo de adesão ao Contrato de Distribuição da Oferta entre o Coordenador Líder e as respectivas instituições financeiras contratadas ("**Participantes Especiais**" e, em conjunto com os Coordenadores, "**Instituições Participantes da Oferta**"), conforme procedimentos previstos na Resolução CVM 160.

7.6. Dinâmica de coleta de intenções de investimento e determinação do preço ou taxa

A partir da data de divulgação do aviso ao mercado da Oferta ("**Aviso ao Mercado**"), nos termos do artigo 62 da Resolução CVM 160, os Coordenadores realizarão procedimento de coleta de intenções de investimento junto aos Investidores, com recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, para (i) a demanda das Debêntures, de forma a definir o número de séries da Emissão das Debêntures, conforme Sistema de Vasos Comunicantes, ressalvado que qualquer Série poderá ser cancelada; (ii) a quantidade e o volume final da Emissão das Debêntures, observada a possibilidade de Distribuição Parcial e o Montante Mínimo; e (iii) a taxa final da remuneração aplicável às Debêntures de cada série ("**Procedimento de *Bookbuilding***"). O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* será divulgado nas páginas de rede mundial de computadores da Emissora, dos Coordenadores, da B3 e da CVM, nos termos do artigo 13 da Resolução CVM 160 ("**Meios de Divulgação"**) em até 1 (um) Dia Útil.

Tendo em vista o disposto no artigo 61, parágrafo 3º, da Resolução CVM 160, poderão participar do Procedimento de *Bookbuilding* para fins da definição das taxas finais da Remunerações das Debêntures os Investidores público-alvo da Oferta, conforme definidos na Seção "*2.3. Identificação do público-alvo*" na página 1 deste Prospecto.

No Procedimento de *Bookbuilding*, para a apuração das taxas finais da Remuneração das Debêntures, serão atendidos os Documentos de Aceitação da Oferta e as Ordens de Investimento (conforme definido abaixo) que indicarem as menores taxas de Remuneração das Debêntures da respectiva Série, adicionando-se os Documentos de Aceitação da Oferta e as Ordens de Investimento que indicarem taxas imediatamente superiores (observada a taxa teto da respectiva Série), até que seja atingida a taxa final da Remuneração das Debêntures da respectiva Série, que será a taxa fixada para a Remuneração das Debêntures da respectiva Série aplicável a todos os Investidores daquela Série ("**Procedimento de Precificação**"). As Ordens de Investimento ou os Documentos de Aceitação da Oferta cancelados, por qualquer motivo, nos termos descritos abaixo, serão desconsiderados no referido Procedimento de Precificação.

Os critérios objetivos adotados no Procedimento de *Bookbuilding* para a fixação das taxas finais da Remuneração das Debêntures de cada Série consistem: (i) no estabelecimento de taxa teto para a Remuneração das Debêntures de cada Série, a qual será divulgada ao mercado por meio do Aviso ao Mercado e deste Prospecto Preliminar; (ii) na indicação pelos Investidores, nos respectivos Documentos de Aceitação da Oferta ou Ordens de Investimento, de determinada taxa mínima para a Remuneração das Debêntures da respectiva Série que aceitam auferir, com relação às Debêntures da respectiva Série que desejam subscrever, desde que tal taxa mínima não seja superior à taxa teto da Série em questão, sob pena de cancelamento do Documento de Aceitação da Oferta ou da Ordem de Investimento, conforme o caso; e (iii) na observância do Procedimento de Precificação, descrito acima:

Entre os dias 13 de setembro de 2023 (inclusive) e 25 de setembro de 2023 (inclusive)("**Período de Reserva**"): (i) os Investidores Qualificados interessados na subscrição das Debêntures deverão enviar documento de aceitação de oferta, de acordo com os procedimentos operacionais estabelecidos pela Instituição Participante da Oferta escolhida pelo potencial Investidor, nos termos do artigo 9º da Resolução CVM 160 ("**Documento de Aceitação da Oferta**"); e (ii) na data de realização do Procedimento de *Bookbuilding*, os Investidores Profissionais interessados na subscrição das Debêntures deverão enviar ordens de investimento ("**Ordem de Investimento**") aos Coordenadores, na data de realização do Procedimento de *Bookbuilding*, indicando, em ambos os casos, a quantidade de Debêntures da(s) Série(s) desejada(s), a ser adquirida em diferentes níveis de taxas de Remuneração, observada a taxa teto aplicável a cada Série.

Os Investidores deverão indicar no respectivo Documento de Aceitação da Oferta ou Ordem de Investimento, conforme o caso, (i) taxas mínimas para a Remuneração das Debêntures de determinada Série, desde que não sejam superiores à taxa teto da respectiva Série, como condição para sua aceitação à Oferta, e (ii) a quantidade de Debêntures da(s) Série(s) que desejam subscrever, sob pena de cancelamento do respectivo Documento de Aceitação da Oferta ou Ordem de Investimento.

Os Investidores deverão declarar-se cientes e de acordo com o Procedimento de Precificação no respectivo Documento de Aceitação da Oferta ou na respectiva Ordem de Investimento, conforme o caso.

Caso o percentual apurado no Procedimento de *Bookbuilding* para a taxa aplicável à Remuneração das Debêntures da respectiva Série seja inferior à taxa mínima apontada no Documento de Aceitação da Oferta ou na Ordem de investimento como condicionante de participação na Oferta, nos termos acima previstos, o respectivo Documento de Aceitação da Oferta ou a respectiva Ordem de investimento, conforme o caso, será cancelado pelo Coordenador ou pelo Participante Especial que tenha recebido referida ordem, conforme aplicável.

Tendo em vista a possibilidade de Distribuição Parcial, os Investidores Qualificados poderão, no Documento de Aceitação da Oferta ou na Ordem de investimento, condicionar sua adesão a que haja distribuição: (i) da totalidade das Debêntures objeto da Oferta, sendo que, se tal condição não for implementada, o Investidor Qualificado não será elegível a efetuar o pagamento do preço de subscrição; ou (ii) de uma proporção ou quantidade mínima de Debêntures originalmente objeto da Oferta, definida conforme critério do próprio Investidor Qualificado, sendo certo que não poderá ser inferior ao Montante Mínimo, podendo o Investidor Qualificado, no momento da aceitação, indicar se, caso seja implementada a condição prevista, permanecerá com a totalidade das Debêntures a serem subscritas por tal Investidor ou com a quantidade equivalente à proporção entre a quantidade de Debêntures efetivamente distribuída e a quantidade de Debêntures originalmente objeto da Oferta, sendo certo que, na falta da manifestação, presumir-se-á o interesse do Investidor em receber a totalidade das Debêntures a serem subscritas, conforme especificada no documento de aceitação. Se o Investidor Qualificado tiver indicado proporção ou quantidade mínima e tal condição não for implementada, o Investidor Qualificado não será elegível a efetuar o pagamento do preço de subscrição.

A Ordem de Investimento e o Documento de Aceitação da Oferta constituem ato de aceitação, pelos Investidores da Oferta, dos termos e condições da Oferta e têm caráter irrevogável, exceto (i) em caso de divergência relevante entre as informações constantes deste Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelo Investidor ou a sua decisão de investimento, ou (ii) nas hipóteses de suspensão, modificação e cancelamento da Oferta.

O Documento de Aceitação da Oferta e a Ordem de Investimento deverão (i) conter as condições de integralização e subscrição das Debêntures; (ii) possibilitar a identificação da condição de Investidor como Pessoa Vinculada; (iii) incluir declaração assinada pelo subscritor de haver obtido exemplar do Prospecto Preliminar; e (iv) nos casos em que haja modificação de Oferta, cientificar, com destaque, que a Oferta original foi alterada e incluir declaração assinada pelo subscritor de que tem conhecimento das novas condições da Oferta.

O Coordenador Líder poderá convidar Participantes Especiais para fins exclusivos de recebimento de Documentos de Aceitação da Oferta junto a Investidores Qualificados. Até a data de realização do Procedimento de *Bookbuilding*, os Participantes Especiais realizarão procedimento de consolidação de todos os Documentos de Aceitação da Oferta recebidos até tal data e os enviarão de maneira já consolidada ao Coordenador Líder.

Os Documentos de Aceitação da Oferta ou as Ordens de Investimento assinadas devem ser mantidos pelas Instituições Participantes da Oferta à disposição da CVM.

Recomenda-se aos Investidores que (i) leiam cuidadosamente os termos e condições estipulados no Documento de Aceitação da Oferta e na Ordem de Investimento, em especial os procedimentos relativos à liquidação da Oferta, a Escritura de Emissão e as informações constantes deste Prospecto Preliminar, especialmente na seção "Fatores de Risco", que trata, dentre outros, sobre os riscos aos quais a Oferta está exposta; e (ii) entrem em contato com a Instituição Participante da Oferta de sua preferência, antes de realizar o seu Documento de Aceitação da Oferta ou sua Ordem de Investimento, para verificar os procedimentos adotados pela respectiva Instituição Participante da Oferta para cadastro do Investidor e efetivação do Documento de Aceitação da Oferta ou Ordem de Investimento, incluindo, sem limitação, prazos estabelecidos para a realização do Documento de Aceitação da Oferta ou da Ordem de Investimento e eventual necessidade de depósito prévio do investimento pretendido.

Caso, na data do Procedimento de *Bookbuilding*, seja verificado que o total de Debêntures objeto dos Documentos de Aceitação da Oferta e das Ordens de Investimento recebidos pelas Instituições Participantes da Oferta excedeu a quantidade de Debêntures incialmente ofertada, haverá rateio a ser operacionalizado pelos

Coordenadores, sendo atendidos os Documentos de Aceitação da Oferta e as Ordens de Investimento que indicaram as menores taxas de Remuneração de Debêntures, conforme aplicável a cada Série, adicionando-se os Documentos de Aceitação da Oferta e as Ordens de Investimento que indicaram taxas de Remuneração superiores até atingir a taxa de Remuneração para cada Série definida no Procedimento de *Bookbuilding*, sendo que todos os Documentos de Aceitação da Oferta e todas as Ordens de Investimento admitidos que indicaram as taxas de Remuneração de Debêntures definida no Procedimento de *Bookbuilding* serão rateados entre os Investidores proporcionalmente ao montante de Debêntures indicado no respectivo Documento de Aceitação da Oferta ou na Ordem de Investimento, conforme o caso, independentemente de quando foi recebido o Documento de Aceitação da Oferta ou a Ordem de Investimento, sendo desconsideradas quaisquer frações das Debêntures ("**Critérios de Rateio**"). O resultado do rateio será informado a cada Investidor, pela respectiva Instituição Participante da Oferta, após o término do Procedimento de *Bookbuilding*, por endereço eletrônico ou telefone indicado no Documento de Aceitação da Oferta ou na Ordem de Investimento ou por qualquer outro meio previamente acordado entre as partes.

Poderá ser aceita a participação de Investidores que sejam Pessoas Vinculadas na Oferta, observado o previsto no artigo 56 da Resolução CVM 160. 10. Caso seja verificado pelos Coordenadores excesso de demanda superior a 1/3 (um terço) das Debêntures inicialmente ofertadas, não será permitida a colocação de Debêntures perante Investidores que sejam Pessoas Vinculadas e os Documentos de Aceitação da Oferta ou as Ordens de Investimento realizados por Investidores que sejam Pessoas Vinculadas serão automaticamente cancelados, nos termos do artigo 56 da Resolução CVM 160.

Nos termos do artigo 56, parágrafo 1º, da Resolução CVM 160, as vedações de colocação às Pessoas Vinculadas previstas acima não se aplicam (i) às instituições financeiras contratadas como formadores de mercado, observado o limite máximo; (ii) aos gestores de recursos e demais entidades ou indivíduos sujeitos a regulamentação que exija a aplicação mínima de recursos em fundos de investimento para fins da realização de investimentos por determinado tipo de investidor, exclusivamente até o montante necessário para que a respectiva regra de aplicação mínima de recursos seja observada; e (iii) caso, na ausência de colocação para as Pessoas Vinculadas, a demanda remanescente seja inferior à quantidade de Debêntures inicialmente ofertada.

Na hipótese do item (iii) acima, a colocação de Debêntures para Pessoas Vinculadas que tiverem realizado o Documento de Aceitação da Oferta ou Ordem de Investimento fica limitada ao necessário para perfazer a quantidade Debêntures inicialmente ofertada, desde que preservada a colocação integral junto a pessoas não vinculadas das Debêntures por elas demandadas.

Caso não seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) das Debêntures inicialmente ofertadas no Procedimento de *Bookbuilding*, não haverá limitação para participação de Pessoas Vinculadas na Oferta, podendo as Pessoas Vinculadas representarem até 100% (cem por cento) dos Investidores.

Os Investidores devem estar cientes de que a participação de Investidores que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação da taxa final da Remuneração das Debêntures, e, caso seja permitida a colocação perante Pessoas Vinculadas, nos termos acima previstos, o investimento nas Debêntures por Investidores que sejam Pessoas Vinculadas poderá reduzir a liquidez das Debêntures no mercado secundário.

Ao final do Procedimento de *Bookbuilding*, a Emissora ratificará as taxas de Remuneração das Debêntures e a quantidade de Debêntures alocada em cada Série por meio de aditamento à Escritura de Emissão.

A alocação e efetiva subscrição das Debêntures, após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, ocorrerá após o registro da Oferta de acordo com o cronograma indicativo constante da Seção "*5. Cronograma de Etapas da Oferta*", na página 33 deste Prospecto.

7.7. Admissão à negociação em mercado organizado de bolsa ou balcão

As Debêntures serão depositadas para (i) distribuição no mercado primário por meio do MDA, administrado e operacionalizado pela B3; e (ii) negociação no mercado secundário por meio do CETIP21, administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3.

7.8. Formador de mercado

Os Coordenadores recomendaram à Emissora a contratação de instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários para realização da atividade de formador de mercado para as Debêntures, nos termos da Resolução da CVM nº 113, de 10 de junho de 2022, conforme alterada. No entanto, a Emissora optou por não contratar formador de mercado.

7.9. Fundo de liquidez e estabilização

Não foi constituído fundo de amortização, fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preços para as Debêntures.

7.10. Requisitos ou exigências mínimas de investimento, caso existam

Somente Investidores Qualificados poderão participar da Oferta.

A quantidade mínima a ser subscrita por cada Investidor no contexto da Oferta será de 1 (uma) Debênture, correspondendo a importância de R$ 1.000,00 (mil reais), na Data de Emissão ("**Aplicação Mínima**")



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco).

8. RELACIONAMENTOS E CONFLITO DE INTERESSES

8.1. Descrição dos relacionamentos relevantes existentes entre coordenadores e sociedades do seu grupo econômico e cada um dos ofertantes e sociedades do seu grupo econômico

8.1.1. Relacionamento entre a Emissora e o Coordenador Líder

Nos últimos 12 (doze) meses que antecederam o lançamento da Oferta, além do relacionamento referente à Oferta, a XP e/ou qualquer sociedade de seu grupo econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Emissora ou de sociedades de seu grupo econômico que já tenha encerrado.

A XP celebrou em 23 de dezembro de 2022 com a Emissora um contrato de SWAP no valor nocional de R$ 280.000.000,00 (duzentos e oitenta milhões de reais), no qual a Emissora possui a ponta ativa do respectivo contrato indexada em IPCA adicionada de um *spread* e a ponta passiva na variação cambial do dólar mais um *spread*.

Não obstante o acima disposto, a XP poderá no futuro manter relacionamento comercial com a Emissora, oferecendo seus produtos e/ou serviços no assessoramento para realização de investimentos, fusões e aquisições, financiamento e/ou em quaisquer outras operações de banco de investimento, podendo a Emissoras vir a contratar com a XP ou qualquer outra sociedade de seu conglomerado econômico tais produtos e/ou serviços de banco de investimento necessárias à condução das atividades da Emissora, observados os requisitos legais e regulamentares aplicáveis no que concerne a contratação da Emissora.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na Seção "*9. Contrato de Distribuição de Valores Mobiliários*", na página 45 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pela Emissora à XP e/ou às sociedades do seu conglomerado econômico.

Na data deste Prospecto, a Emissora declara que (i) não há qualquer conflito de interesse referente à atuação da XP como instituição intermediária líder da Oferta; e (ii) além das informações prestadas acima e pelo relacionamento referente à presente Oferta, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Emissora e a XP e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico.

8.1.2. Relacionamento entre a Emissora e o BTG Pactual

O BTG Pactual foi contratado pela Emissora para atuar como coordenador líder da 1ª emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, da Emissora, com data de emissão em 15 de dezembro de 2022 e vencimento em 15 de dezembro de 2027, no valor total de R$ 1,4 bilhões, com taxa de juros na primeira série de 9,8297% (nove inteiros, oito mil, duzentos e noventa e sete décimos de milésimos por cento) ao ano e na segunda série correspondente a 100% da variação do CDI e sobretaxa equivalente a 4,25%.

A Emissora realizou operações com valores mobiliários em bolsa de valores por meio de sociedade corretora integrante do grupo econômico do BTG Pactual. Nos últimos 12 meses, a remuneração paga à sociedade integrante do grupo econômico do BTG Pactual a título de taxa de corretagem foi de aproximadamente R$ 1,183 milhões.

A Enauta Energia S.A. contratou contrato de swap com o Banco BTG Pactual com início em 23 de dezembro de 2023 e fim em 17 de dezembro de 2029 com valor total de R$344.054.801,90 e com um resultado de aproximadamente 35 milhões de reais.

O BTG Pactual está prestando assessoria financeira e estratégica para a Emissora na avaliação de estrutura de capital e identificação de fontes de financiamento. Até o momento não auferimos receitas provenientes desta assessoria.

O BTG Pactual foi contratado pela Emissora, em 23 de maio de 2023, para atuar como formador de mercado, pelo prazo de um ano, com o objetivo de fomentar a liquidez de ações ordinárias de emissão da Emissora.

O BTG Pactual atuou como ofertante na oferta secundária realizada no âmbito da 1ª emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, da Emissora, com data de emissão em 15 de dezembro de 2022 e vencimento em 15 de dezembro de 2027, no valor total de R$ 1,4 bilhões, com taxa de juros na primeira série de 9,8297% (nove inteiros, oito mil, duzentos e noventa e sete décimos de milésimos por cento) ao ano e na segunda série correspondente a 100% da variação do CDI e sobretaxa equivalente a 4,25%.

Além do relacionamento descrito acima e da remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na Seção "9. Contrato de Distribuição de Valores Mobiliários", na página 46 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pela Emissora ao BTG Pactual e/ou às sociedades do seu conglomerado econômico.

8.1.3. Relacionamento entre a Emissora e o ABC

Nos últimos 12 (doze) meses que antecederam o lançamento da Oferta, além do relacionamento referente à Oferta, o ABC e/ou qualquer sociedade de seu grupo econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Emissora ou de sociedades de seu grupo econômico que já tenha encerrado.

Não obstante o acima disposto, o ABC poderá no futuro manter relacionamento comercial com a Emissora, oferecendo seus produtos e/ou serviços no assessoramento para realização de investimentos, fusões e aquisições, financiamento e/ou em quaisquer outras operações de banco de investimento, podendo a Emissoras vir a contratar com o ABC ou qualquer outra sociedade de seu conglomerado econômico tais produtos e/ou serviços de banco de investimento necessárias à condução das atividades da Emissora, observados os requisitos legais e regulamentares aplicáveis no que concerne a contratação da Emissora.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na Seção "*9. Contrato de Distribuição de Valores Mobiliários*", na página 45 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pela Emissora ao ABC e/ou às sociedades do seu conglomerado econômico.

Na data deste Prospecto, a Emissora declara que (i) não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do ABC como instituição intermediária da Oferta; e (ii) além das informações prestadas acima e pelo relacionamento referente à presente Oferta, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Emissora e o ABC e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico.

8.2. Em relação ao item 3.5, quando aplicável, apresentação: (i) das razões que justificam a operação; e (ii) da manifestação do credor acerca de potencial conflito de interesse decorrente de sua participação na oferta

Item não aplicável à Oferta.

9. CONTRATO DE DISTRIBUIÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

9.1. Condições do Contrato de Distribuição no que concerne à distribuição dos valores mobiliários junto ao público investidor em geral e eventual garantia de subscrição prestada pelos coordenadores e demais consorciados, especificando a quantidade que cabe a cada um, se for o caso, além de outras cláusulas consideradas de relevância para o investidor, indicando o local onde a cópia do contrato está disponível para consulta ou reprodução

9.1.1. Contrato de Distribuição

Por meio do "*Contrato de Coordenação, Estruturação e Distribuição Pública, Sob o Regime Misto de Garantia Firme e Melhores Esforços de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em até 3 (Três) Séries, da Espécie Com Garantia Real, Com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública, em Rito de Registro Automático, da 2ª (Segunda) Emissão da Enauta Participações S.A.*", ("**Contrato de Distribuição**"), os Coordenadores atuarão como instituições intermediárias da Oferta, responsáveis pelos serviços de distribuição das Debêntures, indicando o Coordenador Líder como instituição intermediária líder.

9.1.2. Condições Precedentes do Contrato de Distribuição

O cumprimento, por parte dos Coordenadores, de todos os deveres e obrigações assumidos no Contrato de Distribuição relacionados à Emissão está condicionado ao atendimento das seguintes condições precedentes (condições suspensivas nos termos do artigo 125 do Código Civil), as quais, exceto se renunciadas por escrito pelos Coordenadores, observado o disposto abaixo, deverão ser cumpridas até a Data de Liquidação (conforme definido abaixo), sem prejuízo de outras que vierem a ser convencionadas entre as Partes nos documentos a serem celebrados posteriormente para regular a Emissão, sem os quais o presente Contrato não gerará quaisquer efeitos e a Garantia Firme deixará de existir ("**Condições Precedentes da Oferta**"):

(a) manutenção de toda a estrutura de contratos e demais acordos existentes e relevantes, os quais dão à Emissora e às Fiadoras condição fundamental de funcionamento e regularidade de suas atividades;

(b) obtenção pela Emissora e pelas Fiadoras de todas e quaisquer aprovações societárias, governamentais, regulamentares e/ou contratuais (incluindo, sem limitação, de eventuais financiadores ou credores) que sejam consideradas legalmente necessárias à realização, efetivação, formalização, e liquidação de todos e quaisquer negócios jurídicos descritos na estrutura da Emissão e das Garantias, sempre em forma e substância satisfatórias aos Coordenadores e aos assessores legais;

(c) conclusão do levantamento de informações e do processo de auditoria jurídica (*due diligence*) de forma satisfatória aos Coordenadores, conforme padrão usualmente utilizado pelo mercado de capitais em operações deste tipo, bem como recebimento dos pareceres jurídicos (*legal opinion*) locais e internacionais elaborados pelos assessores legais, cujos termos sejam satisfatórios aos Coordenadores, em até 1 (um) Dia Útil anterior à Data da Liquidação, bem como do processo de *back up* e *circle up*, conforme padrão usualmente utilizado pelo mercado de capitais em operações similares;

(d) realização de procedimentos de *bring down due diligence*, anteriormente (1) ao início das apresentações para potenciais investidores; (2) ao Procedimento de *Bookbuilding;* e (3) à liquidação da Oferta;

(e) obtenção do registro automático de distribuição da Oferta perante a CVM, observadas as características definidas no Contrato de Distribuição e na Escritura de Emissão;

(f) obtenção do registro das Debêntures para distribuição no mercado primário no MDA e negociação no mercado secundário no CETIP21, ambos administrados pela B3;

(g) preparação, aprovação, assinatura, formalização e registro, conforme aplicável, de forma satisfatória para as Partes e assessores legais, de toda documentação legal necessária à realização da Emissão e à constituição das Garantias, bem como à manutenção da validade, eficácia e exequibilidade de todos e quaisquer negócios jurídicos para a consecução das operações aqui descritas, incluindo, mas não se limitando a, a Escritura de Emissão, os Contratos de Garantia e o Contrato de Distribuição;

(h) comprovação de notificação à ANP informando sobre a constituição das Garantias, nos termos da Resolução ANP n° 785, de 16 de maio de 2019, conforme alterada;

(i) abertura e constituição completa da totalidade das Contas Vinculadas no âmbito do Contrato de Cessão Fiduciária;

(j) contratação e remuneração em dia pela Emissora, dos prestadores de serviços, a serem definidos em comum acordo entre as Partes, quais sejam, os assessores legais, o Agente de Liquidação, o Escriturador, o Agente Fiduciário e o Banco Depositário;

(k) não revogação da aprovação ministerial para enquadramento das Debêntures da 1ª Série e das Debêntures da 3ª Série no artigo 2º da Lei 12.431;

(l) fornecimento pela Emissora e pelas Fiadoras, aos Coordenadores, de todas as informações suficientes, verdadeiras, precisas, consistentes e atuais, necessárias para atender aos requisitos da Emissão, bem como para a conclusão satisfatória do procedimento de auditoria jurídica aos Coordenadores e aos assessores legais. Qualquer alteração ou incorreção verificada nas informações fornecidas deverá ser analisada pelos Coordenadores, observada a relevância da referida alteração ou incorreção, sobre a continuidade da Emissão. A Emissora e as Fiadoras são responsáveis pela suficiência, veracidade, precisão, consistência e atualidade das informações e declarações fornecidas, obrigando-se a indenizar os Coordenadores por eventuais prejuízos que comprovadamente tenham sido causados em decorrência de prestação de informações com insuficiência, inveracidade, imprecisão, inconsistência ou desatualização;

(m) cumprimento pela Emissora e pelas Fiadoras de todas as obrigações aplicáveis previstas na Resolução CVM 160, incluindo, sem limitação, as obrigações de não se manifestar na mídia sobre a Emissão objeto do Contrato de Distribuição;

(n) cumprimento, pela Emissora e pelas Fiadoras de todas as suas obrigações previstas no Contrato de Distribuição e nos demais documentos decorrentes do Contrato de Distribuição, exigíveis até a data de encerramento da Emissão assim como a não ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado que constam na Escritura de Emissão;

(o) recolhimento, pela Emissora, de taxas ou tributos incidentes sobre o registro da Emissão, incluindo, sem limitação, das taxas e emolumentos cobrados pela B3 e pela ANBIMA para o registro das Debêntures em seus ambientes de negociação, conforme o caso, bem como a taxa de fiscalização da CVM;

(p) acordo entre a Emissora, as Fiadoras e os Coordenadores, nos limites da Resolução CVM 160 e da legislação em vigor, para divulgar os termos e condições da Emissão para potenciais investidores interessados em adquirir as Debêntures no âmbito da Emissão e quanto ao conteúdo do material de marketing e/ou qualquer outro documento divulgado aos potenciais investidores, sempre mediante atendimento à legislação e regulamentação aplicável e às práticas de mercado e às limitações previstas na Resolução CVM 160;

(q) verificação, pelos Coordenadores, de que a Emissão atende aos requisitos aplicáveis do Código ANBIMA;

(r) não ocorrência de (a) decretação de falência da Emissora, das Fiadoras e/ou por suas Controladas Restritas e/ou suas respectivas Controladas Relevantes; (b) mediação e/ou conciliação relacionadas à recuperação e/ou à falência, pedido de autofalência ou propositura de medidas antecipatórias judiciais para quaisquer de tais procedimentos, ou, ainda, qualquer processo judicial similar em outra jurisdição, pela Emissora, pelas Fiadoras, por suas Controladas Restritas e/ou por Controladas Relevantes; (c) mediação e/ou conciliação relacionadas à recuperação e/ou à falência, pedido de falência ou propositura de medidas antecipatórias judiciais para quaisquer de tais procedimentos ou, ainda, qualquer processo judicial similar em outra jurisdição, da Emissora, das Fiadoras, de Controladas Restritas e/ou de Controladas Relevantes, formulado por terceiros não elidido no prazo legal; (d) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora, das Fiadoras, de suas Controladas Restritas e/ou de Controladas Relevantes, exceto, para esta alínea (d), se em decorrência de uma Reorganização Societária Permitida; ou ainda, a ocorrência de qualquer evento análogo que caracterize estado de insolvência, nos termos da legislação aplicável; (e) propositura, pela Emissora, pelas Fiadoras e/ou por suas Controladas Relevantes e/ou Controladas Restritas, de plano de recuperação extrajudicial ou qualquer medida antecipatória judicial relacionada, a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano, ou ainda, (f) ingresso, pela Emissora, pelas Fiadoras e/ou por suas Controladas Relevantes e/ou Controladas Restritas, em juízo, com requerimento de recuperação judicial ou qualquer medida antecipatória judicial relacionada, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente, ou ainda, a ocorrência de qualquer evento análogo, nos termos da legislação aplicável. Para fins do Contrato de Distribuição (1) "**Controlada(s) Relevante(s)**" significam quaisquer das Controladas (conforme definido abaixo) da Emissora e/ou das Fiadoras que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) do EBITDAX consolidado da Emissora, apurado com base nas demonstrações financeiras auditadas mais recentes; e (2) "**Controlada(s) Restrita(s)**" significam quaisquer entidades que sejam detentoras ou se tornem detentoras de quaisquer Ativos Restritos (conforme definido abaixo);

(s) inexistência de qualquer pendência ou inadimplemento financeiro da Emissora e/ou das Fiadoras e/ou de suas Controladas perante os Coordenadores ou qualquer de suas afiliadas, não sanado nos respectivos prazos de cura, quando aplicável, conforme notificado por qualquer dos Coordenadores;

(t) cumprimento pela Emissora e por suas Controladas com o disposto na legislação ambiental aplicável à condução dos negócios da Emissora e de suas Controladas e à execução das suas atividades, inclusive a legislação pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente e Resoluções do CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente ("**Legislação Ambiental**") exceto (a) pelas matérias objeto dos processos descritos no Formulário de Referência na data de celebração do Contrato de Distribuição; (b) pelo descumprimento que esteja sendo discutido de boa-fé nas esferas administrativa ou judicial por meio de procedimentos adequados pela Emissora e/ou por suas Controladas, para os quais tenha sido obtido efeito suspensivo; ou (c) por descumprimentos que não sejam considerados relevantes a exclusivo critério dos Coordenadores;

(u) cumprimento pela Emissora e por suas Controladas, da legislação concernente à saúde e segurança ocupacional, à discriminação de raça ou de gênero, ao não incentivo à prostituição, ou incentivo à mão-de-obra infantil e/ou em condição análoga à de escravo ou aos direitos dos silvícolas, em especial, mas não se limitando, ao direito sobre as áreas de ocupação indígena, assim declaradas pela autoridade competente ("**Legislação de Proteção Social**", em conjunto com a Legislação Ambiental, a "**Legislação Socioambiental**"), inclusive a legislação concernente ao não incentivo à prostituição, tampouco à utilização ou incentivo à mão-de-obra infantil e/ou em condição análoga à de escravo ou aos direitos dos silvícolas, em especial, mas não se limitando, ao direito sobre as áreas de ocupação indígena, assim declaradas pela autoridade competente. A Emissora obriga-se, ainda, a cumprir todas as ordens legais emanadas com base no ordenamento jurídico por autoridades competentes, adotando sempre que exigido pela regulamentação aplicável, as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar e corrigir eventuais danos comprovados;

(v) não ocorrência de alteração no controle direto e indireto da Emissora e/ou das Fiadoras, inclusive por meio de reorganização societária, exceto se previamente aprovada pelos Coordenadores, ou no caso de alterações que façam com que a Emissora passe a ter um controle difuso, assim entendido como aquele exercido por grupo de acionistas que não seja signatário de acordo de votos e que não esteja sob controle comum e nem atue representando um interesse comum, desde que nenhum desses acionistas seja considerado uma Contraparte Restrita ou incorporada em um Território Sancionado. Para fins do Contrato de Distribuição, (i) "**Contraparte Restrita**" significa qualquer pessoa, organização ou embarcação (1) designada na lista de Nacionais Especialmente Designados e Pessoas Bloqueadas emitida pelo Escritório de Controle de Ativos Estrangeiros do Departamento do Tesouro dos EUA ("**OFAC**"), na Lista Consolidada de Pessoas, Grupos e Entidades Sujeitas a Sanções Financeiras da UE ou qualquer lista semelhante de pessoas-alvo emitidas com quaisquer Sanções (incluindo, aquelas emitidas pela República Federativa do Brasil), (2) que é localizada, constituída ou domiciliada ou faz parte de um governo de um Território Sancionado, ou (3) de propriedade ou controlada por, ou agindo em nome de, qualquer um dos anteriores; (ii) "**Território Sancionado**" significa qualquer país ou outro território sujeito a um embargo geral de exportação, importação, financeiro ou de investimento sob Sanções, cujos países e territórios na data deste Contrato incluem, sem limitação, a Crimeia (conforme definido e interpretado nas aplicáveis leis e regulamentos de sanções) e as áreas não controladas pelo governo das regiões de Zaporizhzhia e Kherson da Ucrânia, a chamada República Popular de Donetsk, a chamada República Popular de Lugansk, Rússia e territórios contestados de Donetsky e Luhansky, Irã, Coréia do Norte, Síria e Cuba; (iii) "**Sanções**" significa qualquer economia ou comércio, leis, regulamentos, embargos, disposições de congelamento, proibições ou medidas restritivas relacionadas ao comércio, fazer negócios, investimentos, exportar, financiar ou disponibilizar ativos (ou outros semelhantes ou relacionados com qualquer do anterior) promulgada, aplicada, imposta ou administrada pelo OFAC, pelos Departamentos de Estado ou Comércio dos EUA, incluindo, sem limitação, a designação como "specially designated national" ou "blocked person", pelo Tesouro de Sua Majestade do Reino Unido, pela União Europeia ou pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas ou por quaisquer outras autoridades relevantes sancionadoras;

(w) não ocorrência de cisão, fusão, incorporação ou incorporação de ações da Emissora e/ou das Fiadoras, ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Emissora e/ou as Fiadoras;

(x) não ocorrência de venda, cessão, alienação, total ou parcialmente, de quaisquer equipamentos, direitos, participações societárias, direitos decorrentes das Concessões e/ou outros bens relevantes de seu ativo, pela Emissora, pelas Fiadoras e/ou quaisquer de suas Controladas Restritas e/ou de suas Controladas Relevantes, exceto pelos Ônus Permitidos descritos nos itens (i) a (vi) do Anexo VII da Escritura de Emissão;

(y) inexistência de violação, investigação, inquérito ou procedimento administrativo ou judicial por autoridade competente, contra a Emissora, as Fiadoras e/ou suas Controladas, ou seus funcionários, administradores e membros do conselho de administração, no estrito exercício das respectivas funções, relacionados a práticas contrárias às leis de anticorrupção ou atos lesivos à administração pública, incluindo, sem limitação, da Legislação Anticorrupção (conforme definido na Escritura de Emissão), pela Emissora, pelas Fiadoras, por suas Controladas e/ou por seus administradores e membros do conselho de administração, no estrito exercício das respectivas funções, agindo em nome da Emissora e/ou de suas Controladas;

(z) encaminhamento de declaração de veracidade assinada pela Emissora e pelas Fiadoras, atestando que, na data de início da distribuição da Emissão, todas informações prestadas aos potenciais investidores, bem como as declarações feitas pela Emissora e/ou das Fiadoras e constantes nos documentos da Emissão são suficientes, verdadeiras, precisas, consistentes e atuais, na data da declaração, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta, nos termos do artigo 24 da Resolução CVM 160;

(aa) cumprimento, pela Emissora e pelas Fiadoras, de suas respectivas obrigações descritas na Escritura de Emissão, nos Contratos de Garantia e no Contrato de Distribuição, conforme aplicável;

(bb) assunção, pela Emissora e/ou pela Fiadora, de compromisso de mitigação de riscos de exposições cambiais, desde que em termos e condições benéficos à Emissora, inclusive por meio de instrumento financeiro derivativo, de modo a mitigar eventuais exposições cambiais, em termos satisfatórios aos Coordenadores;

(cc) encaminhamento, na data de disponibilização do Prospecto Definitivo, pelos auditores independentes da Emissora, aos Coordenadores, dos documentos previstos na carta de contratação a ser celebrada com os auditores independentes da Emissora ("**Manifestação dos Auditores Independentes**"), em suas versões finais e em termos aceitáveis aos Coordenadores, de acordo com as normas aplicáveis e padrões de mercado acerca da consistência entre as informações financeiras da Emissora referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, e das informações financeiras intermediárias relativas ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2023 e 30 de junho de 2022 constantes dos Prospectos, do Formulário de Referência atualizado da Emissora ou de qualquer outro documento da Oferta e as demonstrações financeiras auditadas da Emissora, bem como quaisquer aspectos relevantes, na opinião dos Coordenadores, para o processo de colocação das Debêntures, nos termos dos Prospectos (conforme definido abaixo) e demais documentos da Oferta;

(dd) recebimento de declaração firmada pelo Diretor Financeiro da Emissora (*CFO Certificate*) atestando a veracidade e consistência de determinadas informações gerenciais, contábeis e financeiras da Emissora constantes dos Prospectos e do Formulário de Referência atualizado da Emissora, incluindo as informações financeiras da Emissora referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022, 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, e das informações financeiras intermediárias relativas ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2023 e 30 de junho de 2022 que não foram objeto da Manifestação dos Auditores Independentes, bem com aquelas que não foram passíveis de verificação no procedimento de *back-up* (desde que previamente alinhado com os Coordenadores), e que tais informações, conforme o caso, são compatíveis, estão contidas, foram calculadas com base em e/ou contam com suporte em informação presente nas demonstrações financeiras auditadas da Emissora;

(ee) não ocorrência de um evento de resilição involuntária descrita no Contrato de Distribuição, e cumprimento pela Emissora e pela Enauta Energia, de suas respectivas obrigações, conforme descritas no Contrato de Distribuição;

(ff) não ocorrência de intervenção, por meio de qualquer autoridade governamental, autarquia ou ente da administração pública, na prestação de serviços fornecidos pela Emissora, pela Enauta Energia ou por qualquer Controlada Relevante;

(gg) não ocorrência de extinção, por qualquer motivo, de qualquer autorização, concessão ou ato administrativo de natureza semelhante, detida pela Emissora, pela Enauta Energia ou por qualquer de suas controladas, necessárias para a exploração de suas atividades econômicas;

(hh) manutenção do registro de companhia aberta da Emissora perante a CVM;

(ii) não ocorrência de qualquer hipótese de vencimento antecipado a ser prevista na Escritura de Emissão e nos demais documentos da Oferta, observados os períodos de cura aplicáveis, nos termos da Escritura de Emissão;

(jj) que, nas datas de início da procura dos investidores e de distribuição das Debêntures, todas as declarações feitas pela Emissora e pela Enauta Energia e constantes nos Documentos da Oferta sejam verdadeiras e corretas, bem como não ocorrência de qualquer alteração adversa e material ou identificação de qualquer incongruência material nas informações fornecidas aos Coordenadores que, a seu exclusivo critério, decidirão sobre a continuidade da Oferta; e

(kk) manutenção do setor de atuação da Emissora, da Enauta Energia ou quaisquer de suas Controladas Relevantes, e não ocorrência de possíveis alterações no referido setor por parte das autoridades governamentais que afetem ou indiquem que possam vir a afetar negativamente a Oferta.

Sem prejuízo das condições precedentes acima elencadas, e em consonância com a interrupção temporária da produção do Campo de Atlanta, divulgada a mercado pela Companhia em 3 de julho de 2023, fica certo e acordado que deverá ser cumprida, em até 1 (um) Dia Útil anterior a data de liquidação, em termos satisfatórios aos Coordenadores, a condição abaixo ("**Condição Precedente do Campo de Atlanta**" e, em conjunto com as Condições Precedentes da Oferta, as "**Condições Precedentes**"):

(i) recebimento, pelos Coordenadores, em forma e conteúdo satisfatórios aos mesmos, parecer técnico elaborado pela *Gaffney, Cline & Associates* corroborando que o incidente ocorrido no Campo de Atlanta, conforme divulgado a mercado pela Emissora em 3 de julho de 2023, não tem impacto ou influência na integridade dos volumes de reserva determinados no *Reserves and Contingent Resources Statement*, emitido e publicado em 17 de janeiro de 2023, sendo certo que os custos relacionados ao relatório mencionado neste item deverão ser reembolsados pela Emissora.

9.1.3. Plano de Distribuição da Oferta

A Oferta será conduzida pelos Coordenadores conforme plano de distribuição elaborado nos termos do artigo 49 da Resolução CVM 160 e previsto neste Prospecto e no Contrato de Distribuição ("**Plano de Distribuição**"), não havendo qualquer limitação em relação à quantidade de Investidores Qualificados acessados pelos Coordenadores, sendo possível, ainda, a subscrição das Debêntures por qualquer número de Investidores Qualificados.

Observadas as disposições da regulamentação aplicável, as Instituições Participantes da Oferta realizarão a distribuição pública das Debêntures de forma a assegurar que o tratamento conferido aos Investidores Qualificados seja equitativo.

Será admitida a possibilidade de distribuição parcial das Debêntures, nos termos dos artigos 73 e 74 da Resolução CVM 160, sendo que a manutenção da Oferta está condicionada à subscrição e integralização do Montante Mínimo de R$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais). Caso durante o Procedimento de *Bookbuilding* não seja verificada demanda pelos Investidores Qualificados para a totalidade das Debêntures, até o final do prazo de colocação das Debêntures, as Debêntures representativas da diferença entre o Volume Total da Emissão e a demanda das Debêntures apurada junto aos Investidores Qualificados no Procedimento de *Bookbuilding*, nos termos da Escritura de Emissão, serão canceladas pela Emissora, observados os termos e condições previstos na Escritura de Emissão e no Contrato de Distribuição ("**Distribuição Parcial**").

Nos termos do artigo 57 da Resolução CVM 160, os Coordenadores realizarão esforços de venda das Debêntures a partir da data de divulgação do Aviso ao Mercado da Oferta e do Prospecto Preliminar nos Meios de Divulgação ("**Oferta a Mercado**"). Simultaneamente à divulgação do Aviso ao Mercado, o Coordenador Líder enviou à Superintendência de Registro de Valores Mobiliários da CVM ("**SER**") e às entidades administradoras de mercado organizado no qual as Debêntures serão admitidas à negociação, versão eletrônica do Aviso ao Mercado e do Prospecto Preliminar, sem quaisquer restrições para sua cópia e em formato digital que permita a busca de palavras e termos.

A Oferta a Mercado está sujeita ao atendimento das Condições Precedentes previstas na Seção "*9.1.2. Condições Precedentes do Contrato de Distribuição*" deste Prospecto, que deverão ser satisfeitas até a data da liquidação da Oferta, exceto se expressamente renunciadas pelos Coordenadores.

Após o início da Oferta a Mercado, é permitido à Emissora e às Instituições Participantes da Oferta dar ampla publicidade à Oferta, inclusive por meio da disseminação do Prospecto Preliminar, da Lâmina, de material de caráter explicativo e educacional, de material publicitário, de apresentação a potenciais Investidores e entrevistas na mídia, observados os critérios de consistência, linguagem e qualidade previstos no artigo 12 da Resolução CVM 160.

Os materiais publicitários e/ou documentos de suporte às apresentações para potenciais Investidores eventualmente utilizados no âmbito da Oferta, após o início da Oferta a Mercado, deverão ser encaminhados à CVM em até 1 (um) Dia Útil contado da sua utilização, nos termos do artigo 12, parágrafo 6º, da Resolução CVM 160.

A partir da data de divulgação do Aviso ao Mercado, nos termos do artigo 62 da Resolução CVM 160, os Coordenadores realizarão o Procedimento de *Bookbuilding*, nos termos e condições descritos na Seção "*7.6. Dinâmica de coleta de intenções de investimento e determinação de preço ou taxa*" na página 38 deste Prospecto.

Durante o Período de Reserva: (i) os Investidores Qualificados interessados na subscrição das Debêntures deverão enviar Documento de Aceitação da Oferta às Instituições Participantes da Oferta, conforme aplicável; e (ii) na data de realização do Procedimento de *Bookbuilding*, os Investidores Profissionais interessados na subscrição das Debêntures deverão enviar Ordem de Investimento aos Coordenadores, na data de realização do Procedimento de *Bookbuilding*, indicando, em ambos os casos, a quantidade de Debêntures da(s) Série(s) desejada(s), a ser adquirida em diferentes níveis de taxas de Remuneração, observada a taxa teto aplicável a cada Série.

Diante da possibilidade de Distribuição Parcial, os Investidores Qualificados poderão, no Documento de aceitação da Oferta, condicionar sua adesão a que haja distribuição: (i) da totalidade das Debêntures objeto da Oferta, sendo que, se tal condição não for implementada, o Investidor Qualificado não será elegível a efetuar o pagamento do preço de subscrição; ou (ii) de uma proporção ou quantidade mínima de Debêntures originalmente objeto da Oferta, definida conforme critério do próprio Investidor, sendo certo que não poderá ser inferior ao Montante Mínimo, podendo o Investidor Qualificado, no momento da aceitação, indicar se, caso seja implementada a condição prevista, permanecerá com a totalidade das Debêntures a serem subscritas por tal Investidor ou com a quantidade equivalente à proporção entre a quantidade de Debêntures efetivamente distribuída e a quantidade de Debêntures originalmente objeto da Oferta, sendo certo que, na falta da manifestação, presumir-se-á o interesse do Investidor em receber a totalidade das Debêntures a serem subscritas, conforme especificada no documento de aceitação. Se o Investidor Qualificado tiver indicado proporção ou quantidade mínima e tal condição não for implementada, o Investidor Qualificado não será elegível a efetuar o pagamento do preço de subscrição.

Os Investidores considerados institucionais, nos termos da Resolução CVM 27, não precisarão assinar nenhum documento de aceitação da Oferta. Para os Investidores Qualificados que não forem considerados investidores institucionais, o Documento de Aceitação da Oferta a ser assinado é completo e suficiente para validar o compromisso de integralização firmado pelos Investidores, e contém as informações previstas no artigo 2º da Resolução CVM 27.

O recebimento de reservas para subscrição das Debêntures objeto da Oferta somente será admitido após 5 (cinco) Dias Úteis contados da divulgação deste Prospecto Preliminar.

O Coordenador Líder poderá convidar Participantes Especiais para fins exclusivos de recebimento de Documento de Aceitação da Oferta junto a Investidores Qualificados. Até a data de realização do Procedimento de *Bookbuilding*, os Participantes Especiais realizarão procedimento de consolidação de todos os Documentos de Aceitação da Oferta recebidos até tal data e os enviarão de maneira já consolidada ao Coordenador Líder.

Os Investidores deverão indicar no Documento de Aceitação da Oferta ou na Ordem de Investimento, conforme o caso, (i) taxas mínimas para a Remuneração das Debêntures de determinada Série, desde que não sejam superiores à taxa teto da respectiva Série, como condição para sua aceitação à Oferta, e (ii) a quantidade de Debêntures da(s) Série(s) que desejam subscrever, sob pena de cancelamento do respectivo Documento de Aceitação da Oferta ou Ordem de Investimento.

Os Investidores deverão declarar-se cientes e de acordo com o Procedimento de Precificação no respectivo Documento de Aceitação da Oferta ou na respectiva Ordem de Investimento, conforme o caso.

Caso o percentual apurado no Procedimento de Bookbuilding para a taxa aplicável à Remuneração das Debêntures da respectiva Série seja inferior à taxa mínima apontada no Documento de Aceitação da Oferta ou na Ordem de investimento como condicionante de participação na Oferta, nos termos acima previstos, o respectivo Documento de Aceitação da Oferta ou a respectiva Ordem de investimento, conforme o caso, será cancelado pelo Coordenador ou pelo Participante Especial que tenha recebido referida ordem, conforme aplicável.

Nos termos do artigo 58 da Resolução CVM 160, a distribuição das Debêntures junto aos Investidores para a efetiva liquidação somente poderá ter início, após cumpridos, cumulativamente, os seguintes requisitosi)

(i) concessão do registro automático da Oferta pela CVM; e

(ii) divulgação do anúncio de início da Oferta ("Anúncio de Início") e do Prospecto Definitivo nos Meios de Divulgação. Simultaneamente à divulgação do Anúncio de Início, o Coordenador Líder deverá encaminhar à CVM e às entidades administradoras de mercado organizado no qual as Debêntures sejam admitidas à negociação versão eletrônica do Anúncio de Início e do Prospecto Definitivo, sem quaisquer restrições para sua cópia e em formato digital que permita a busca de palavras e termos.

Na hipótese de Distribuição Parcial, a quantidade de Debêntures distribuída em regime de Melhores Esforços será reduzida proporcionalmente, com o consequente cancelamento das Debêntures não subscritas e integralizadas.

Os Investidores que manifestarem interesse na subscrição das Debêntures por meio de preenchimento do Documento de Aceitação da Oferta ou da Ordem de Investimento, conforme aplicável, e que tiverem suas intenções alocadas, estarão dispensados da apresentação do boletim de subscrição, sendo certo que o Documento de Aceitação da Oferta ou a Ordem de Investimento, conforme aplicável, preenchido pelo Investidor passará a ser o documento de aceitação de que trata o artigo 9º da Resolução CVM 160.

Na respectiva Data de Integralização, cada Instituição Participante da Oferta junto à qual o Documento de Aceitação da Oferta ou a Ordem de Investimento tenha sido realizado entregará a cada Investidor o número de Debêntures alocado a tal Investidor, ressalvadas as hipóteses de cancelamento do Documento de Aceitação da Oferta ou da Ordem de Investimento.

A distribuição das Debêntures junto aos Investidores será realizada por meio do MDA, administrado e operacionalizado pela B3, sendo a liquidação financeira realizada por meio do sistema de compensação e liquidação da B3.

A subscrição das Debêntures deve ser realizada no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contado da data de divulgação do Anúncio de Início ("**Prazo Máximo de Distribuição**").

A liquidação financeira da Oferta, com a respectiva prestação de contas e pagamentos dar-se-á na data em que ocorrer a efetiva integralização das Debêntures, conforme previsto na Seção "*5. Cronograma de Etapas da Oferta*" na página 33 deste Prospecto ("**Liquidação Financeira**").

Após encerramento do prazo estipulado para a Oferta ou a distribuição da totalidade das Debêntures, será divulgado o resultado da Oferta por meio do anúncio de encerramento da Oferta ("**Anúncio de Encerramento**"), nos Meios de Divulgação.

9.1.4. Disponibilidade do Contrato de Distribuição

O Contrato de Distribuição estará disponível para consulta e obtenção de cópias junto aos Coordenadores, nos endereços dos Coordenadores, conforme indicados na Seção "*12.6. Declaração de que quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre a companhia e a distribuição em questão podem ser obtidas junto ao coordenador líder e/ou consorciadas e na CVM*" na página 72 deste Prospecto.

9.2. Demonstrativo do custo de distribuição

Segue abaixo descrição dos custos relativos à Oferta das Debêntures, a serem arcados pela Emissora:

Comissões e Despesa [1]	Montante (com gross up) [1]	Custo Unitário por Debênture[1]	% do Valor Total da Emissão[1]
Comissões dos Coordenadores e/ou dos Participantes Especiais[2]	**R$ 159.407.268,03**	**R$ 144,92**	**14,49%**
Comissão dos Coordenadores	R$ 144.024.466,67	R$ 130,93	13,09%
Impostos	R$ 15.382.801,37	R$ 13,98	1,40%
Registros	**R$ 599.345,00**	**R$ 0,54**	**0,05%**
Taxa de Fiscalização CVM	R$ 330.000,00	R$ 0,30	0,03%
B3 – Registro	R$ 204.750,00	R$ 0,19	0,02%

Comissões e Despesa [1]	Montante (com gross up) [1]	Custo Unitário por Debênture[1]	% do Valor Total da Emissão[1]
B3 – Custódia	R$ 18.648,00	R$ 0,02	0,00%
Autorregulação ANBIMA	R$ 45.947,00	R$ 0,04	0,00%
Prestadores de Serviços	**R$ 2.217.864,11**	**R$ 2,02**	**0,20%**
Agente Fiduciário (Manutenção) (anual)	R$ 9.561,37	R$ 0,01	0,00%
Agente de Liquidação (Manutenção) (anual)	R$ 10.000,00	R$ 0,01	0,00%
Escriturador das Debêntures (Manutenção) (anual)	R$ 11.951,72	R$ 0,01	0,00%
Banco Depositário (Implantação)	R$ 12.000,00	R$ 0,01	0,00%
Banco Depositário (Manutenção)	R$ 5.600,00	R$ 0,01	0,00%
Auditores Independentes Devedora (Implantação) (flat)	R$ 1.457.725,95	R$ 1,33	0,13%
Assessores Legais Devedora (Nacional)	R$ 220.385,67	R$ 0,20	0,02%
Assessores Legais Devedora (Internacional)	R$ 215.664,71	R$ 0,20	0,02%
Assessores Legais Coordenadores	R$ 257.400,00	R$ 0,23	0,02%
Avisos e Anúncios da Distribuição	R$ 17.574,69	R$ 0,02	0,00%
Custo total	**R$ 162.224.477,14**	**R$ 147,48**	**14,75%**
Valor Líquido para Emissora	**R$ 937.775.522,86**	-	-

Nº de Debêntures	Custo por Debêntures	% em Relação ao Valor Nominal Unitário por Debêntures	Valor Líquido por Debêntures
1.100.000	**R$ 147,48**	**14,75%**	R$ 852,52

(1) Valores arredondados e estimados, calculados com base em dados da data deste Prospecto. Os valores finais das despesas podem vir a ser ligeiramente diferentes dos mencionados na tabela acima.

(2) As comissões dos Coordenadores já incluem o *gross-up* dos tributos incidentes. O valor aqui indicado é apenas uma estimativa, sendo certo que o valor final dependerá da redução da Remuneração final das Debêntures em relação à taxa teto originalmente estipulada para cada série, nos termos do Contrato de Distribuição.

Além das remunerações previstas acima, nenhuma outra será contratada ou paga aos Coordenadores, direta ou indiretamente, por força ou em decorrência do Contrato de Distribuição.

10. INFORMAÇÕES RELATIVAS AO TERCEIRO PRESTADOR DE GARANTIA

10.1. ENAUTA ENERGIA

10.1.1. Denominação social, CNPJ, sede e objeto social

Denominação social: Enauta Energia S.A.;

CNPJ: nº 11.253.257/0001-71;

Sede: cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Barroso, nº 52, sala 1101, 1102 e 1301 (parte), Centro, CEP 20031-918;

Objeto Social: Nos termos do artigo 3º do seu estatuto social, a Enauta Energia S.A. tem como principal objeto a exploração, perfuração, desenvolvimento de projetos de produção, importação, exportação, produção e comercialização de petróleo, gás natural e seus derivados, bem como a participação em sociedades que se dediquem substancialmente a realizar qualquer negócio ou atividade relacionada com seus objetivos sociais.

Nos termos do item 10.2 no Anexo B à Resolução CVM 160, seguem abaixo as principais informações sobre a Enauta Energia:

10.1.2. Informações descritas nos itens 1.1, 1.2, 1.11, 1.14, 6.1, 7.1, 8.2, 11.2, 12.1 e 12.3 do formulário de referência

10.1.2.1. Descrever sumariamente o histórico da Enauta Energia

Em 2 de julho de 2010 o Grupo Queiroz Galvão iniciou um processo de reestruturação das operações no setor de óleo e gás, no qual os segmentos de exploração e produção ("E&P") e de prestação de serviços e de afretamento de embarcações foram segregados em duas companhias distintas.

Referida reestruturação teve início com o aporte da Serviços de Petróleo Constellation ("Constellation") na Enauta Energia S.A. (denominada à época Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A., a seguir referida como "Enauta Energia"), então sua subsidiária integral, acervo líquido compreendendo praticamente todos os ativos e passivos relacionados ao segmento de E&P, no montante de R$ 523.504.960,00, avaliado pelo seu custo histórico contábil. Com isso, segregaram-se os negócios de (a) exploração e produção e (b) prestação de serviços no setor de óleo e gás, que até então eram concentrados na Constellation e em suas subsidiárias. Em 2011, a ANP aprovou a transferência de todas as concessões anteriormente detidas pela Constellation para a Enauta Energia.

Em 2 de setembro de 2010, o objeto social da Emissora foi alterado para compreender a participação em sociedades que se dediquem substancialmente à exploração, produção e comercialização de petróleo, gás natural e seus derivados, seja como sócia ou acionista, ou outras formas de associação, com ou sem personalidade jurídica. Além disso, seu capital social foi aumentado para R$ 558.197.657,00, mediante o aporte pela Constellation da totalidade das ações de emissão da Enauta Energia que, desde então, passou a ser subsidiária integral da Emissora e responsável pela atividade operacional de exploração e produção de óleo e gás do Grupo Queiroz Galvão.

Em 17 de abril de 2019 a Enauta Energia, deliberou em sua Assembleia Geral Extraordinária a alteração de sua denominação para Enauta Energia S.A.

Para informações adicionais sobre histórico da Enauta Energia, vide item 1.1 do Formulário de Referência da Emissora.

10.1.2.2. Descrever sumariamente as atividades principais desenvolvidas pela Enauta Energia

A Enauta Energia é a subsidiária integral da Emissora e responsável por desenvolver toda atividade operacional de exploração e produção de óleo e gás, considerando que a Emissora é uma *holding*, ou seja, tem como objeto social a participação em sociedades que se dediquem substancialmente à exploração, produção e comercialização de petróleo.

A Enauta Energia tem como principal objeto social a exploração de áreas na busca de novas reservas de óleo e gás, produção, comércio e industrialização de petróleo, gás natural e produtos derivados, operação na navegação de apoio marítimo e participação em sociedades que se dediquem substancialmente a atividades afins, seja como sócia ou acionista ou outras formas de associação, com ou sem personalidade jurídica, mediante concessão ou autorização das autoridades competentes.

Em linha com seus objetivos estratégicos, a Enauta Energia, atua de forma associada com outras empresas em joint operations no Brasil como detentora de direitos de exploração e produção de petróleo e gás natural nos regimes de concessão. Em 30 de junho de 2023 a Enauta Energia detinha participação em 20 concessões, sendo operadora do Campo de Atlanta, concessão em fase de produção, na qual a Enauta Energia detém 100% de participação.

Para informações adicionais sobre as atividades desenvolvida pela Enauta Energia, vide item 1.2 do Formulário de Referência da Emissora.

10.1.2.3. Indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Enauta Energia

Não houve aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Enauta Energia nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente.

10.1.2.4. Indicar alterações significativas na forma de condução dos negócios da Enauta Energia

Não houve Alterações significativas na forma de condução dos negócios da Enauta Energia nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente.

10.1.2.5. Identificar o acionista ou grupo de acionistas controladores, indicando em relação a cada um deles: (a) nome; (b) nacionalidade; (c) CPF/CNPJ; (d) quantidade de ações detidas, por classe e espécie; (e) percentual detido em relação à respectiva classe ou espécie; (f) percentual detido em relação ao total do capital social; (g) se participa de acordo de acionistas; (h) se o acionista for pessoa jurídica, lista contendo as informações referidas nos subitens "a" a "d" acerca de seus controladores diretos e indiretos, até os controladores que sejam pessoas naturais, ainda que tais informações sejam tratadas como sigilosas por força de negócio jurídico ou pela legislação do país em que forem constituídos ou domiciliados o sócio ou controlador; (i) se o acionista for residente ou domiciliado no exterior, o nome ou denominação social e o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do seu mandatário ou representante legal no País; (j) data da última alteração

A Emissora detém 100% do capital social da Enauta Energia. Para informações adicionais sobre o organograma dos acionistas e do grupo econômico da Enauta Energia, vide item 6.5 do Formulário de Referência da Emissora.

10.1.2.6. Descrever as principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal da Enauta Energia

Principais características das políticas de indicação e preenchimento de cargos, se houver, e, caso o emissor a divulgue, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado

A Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, Comitês, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva do Grupo Enauta, aprovada pelo Conselho de Administração da Emissora em 16 de abril de 2020 e revisada pelo mesmo órgão em 13 de dezembro de 2021, tem como objetivo estabelecer os requisitos mínimos para a indicação dos membros destes órgãos. A definição de Grupo Enauta engloba a Enauta Participações S.A. e a sua controlada, Enauta Energia S.A. A referida política encontra-se disponível no site da Companhia (www.enauta.com.br). Para maiores informações vide item 7.1(a) do Formulário de Referência da Emissora.

Se há mecanismos de avaliação de desempenho, informando, em caso positivo: (i) a periodicidade das avaliações e sua abrangência; (ii) metodologia adotada e os principais critérios utilizados nas avaliações; (iii) se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos

Em linha com ações propostas no novo regulamento do Novo Mercado, a Emissora realiza processo de avaliação de desempenho do Conselho de Administração, seus comitês e da Diretoria Executiva. Os mecanismos de avaliação de desempenho utilizados pela Emissora se aplicam à sua controlada Enauta Energia. Para maiores informações, vide item 7.1 (b) do Formulário de Referência da Emissora.

Regras de identificação e administração de conflitos de interesses

O Conselho de Administração da Emissora aprovou, em 24 de abril de 2019, a Política de Transações com Partes Relacionadas e demais situações de Potencial Conflito de Interesses. A Política de Transações com Partes Relacionadas se aplica às empresas do Grupo Enauta, incluindo a Enauta Energia. Para informações adicionais, vide item 7.1(c) do Formulário de Referência da Emissora.

Número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de gênero

	Gênero – 30/06/2023					
Por órgão	**Homens**	**Mulheres**	**Não binário**	**Outros**	**Prefere não responder**	**Total**
Diretoria	3	-	-	-	-	3
Total	3	-	-	-	-	3

Número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de cor ou raça

	Raça - 30/06/2023							
Por órgão	Branco	Preto	Amarelo	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder	Total
Diretoria	3	-	-	-	-	-	-	3
Total	3	-	-	-	-	3	3	-

Número total de membros agrupados por outros atributos de diversidade que a Enauta Energia entenda relevantes

	Idade – 30/06/2023			
Por órgão	**Até 30 anos**	**De 31 a 50**	**+ 50 anos**	**Total**
Diretoria	-	1	2	3
Total	-	1	2	3

Se houver, objetivos específicos que a Enauta Energia possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal

Não há objetivos específicos relacionados a este tema.

Papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima

Os órgãos da administração avaliam os riscos e as oportunidades das mudanças climáticas no planejamento estratégico, agindo para responder adequadamente a essas questões de maneira integrada em todas as nossas atividades, tanto para a Emissora quanto para sua controlada Enauta Energia. Em 2021, com o incentivo do Conselho de Administração da Emissora, foi estabelecida a primeira meta corporativa relacionada aos aspectos ESG, relativa à intensidade de emissões, e com influência sobre a remuneração variável da Diretoria Executiva da Enauta Energia. Além disso, a estrutura organizacional responsável pelo gerenciamento das questões climáticas foi aprovada em 28 de fevereiro de 2023 pelo Conselho de Administração e está descrita na Política de Mudanças Climáticas da Enauta, aprovada em março de 2023. Para informações adicionais, videm item 7.1 (f) do Formulário de Referência da Emissora.

10.1.2.7. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: (a) órgão; (b) número total de membros; (c) número de membros remunerados; (d) remuneração segregada em (d.i) remuneração fixa anual (segregada em salário ou pró-labora, benefícios diretos e indiretos, remuneração por participação em comitês e outros); (d.ii) remuneração variável (segregada em bônus, participação nos resultados, remuneração por participação em reuniões, comissões e outros); (d.iii) benefícios pós empregos; (d.iv) benefícios motivados pela cessão do exercício do cargo; (d.v) remuneração baseada em ações, incluindo opções; (e) valor, por órgão, da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal; (f) total da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2023 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	0	3,00	0,00	3,00
Nº de membros remunerados	0	3,00	0,00	3,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	3.503.643,74	0,00	3.503.643,74
Benefícios direto e indireto		413.629,23	0,00	413.629,23
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração variável				
Bônus	0,00	8.977.321,27	0,00	8.977.321,27
Participação de resultados	0,00	4.863.326,76	0,00	4.863.326,76
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	2.998.941,10	0,00	2.998.941,10
Observação	N/A	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL – 2023 – CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	N/A	
Valor, por órgão, da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	0,00	20.756.862,10	0,0	20.756.862,10
Total da remuneração	0,00	20.756.862,10	0,0	20.756.862,10

*Encargos sociais a serem reconhecidos no exercício 2023 (estimativa) - R$1.001.141,66.

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2022 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Total**
Nº total de membros	**0,00**	**3,00**	**0,00**	**3,00**
Nº de membros remunerados	**0,00**	**3,00**	**0,00**	**3,00**
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	2.908.225,91	0,00	2.908.225,91
Benefícios direto e indireto	0,00	376.437,42	0,00	376.437,42
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração variável				
Bônus	0,00	8.059.042,72	0,00	8.059.042,72
Participação de resultados	0,00	7.150.363,61	0,00	7.150.363,61
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	1.921.044,99	0,00	1.921.044,99
Observação	N/A	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL – 2023 – CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	N/A	
Valor, por órgão, da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	0,00	20.415.114,65	0,00	20.415.114,65
Total da remuneração	0,00	20.415.114,65	0,00	20.415.114,65

*Encargos sociais reconhecidos no exercício 2022 - R$3.046.105,49.

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2021 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Total**
Nº total de membros	**0,00**	**3,00**	**0,00**	**3,00**
Nº de membros remunerados	**0,00**	**3,00**	**0,00**	**3,00**
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	2.573.002,96	0,00	2.573.002,96
Benefícios direto e indireto	0,00	336.559,94	0,00	336.559,94
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	157.743,06
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração variável				
Bônus	0,00	7.174.581,00	0,00	7.174.581,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2022 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	**0,00**	**3,00**	**0,00**	**3,00**
Nº de membros remunerados	**0,00**	**3,00**	**0,00**	**3,00**
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Pós-emprego	0,00	2.366.549,48	0,00	2.366.549,48
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	N/A	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL – 2023 – CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	N/A	
Valor, por órgão, da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	0,00	12.450.693,38	0,00	12.450.693,38
Total da remuneração	0,00	12.450.693,38	0,00	12.450.693,38

*Encargos sociais reconhecidos no exercício 2021 - R$2.300.897,00.

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	0,00	3,00	0,00	3,00
Nº de membros remunerados	0,00	3,00	0,00	3,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	2.488.391,16	0,00	2.488.391,16
Benefícios direto e indireto	0,00	325.499,58	0,00	325.499,58
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração variável				
Bônus	0,00	1.965.035,39	0,00	1.965.035,39
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Pós-emprego	0,00	2.372.019,27	0,00	2.372.019,27
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	N/A	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL – 2023 – CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da	N/A	

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2022 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	0,00	3,00	0,00	3,00
Nº de membros remunerados	0,00	3,00	0,00	3,00
		Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.		
Valor, por órgão, da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	0,00	7.150.945,40	0,00	7.150.945,40
Total da remuneração	0,00	7.150.945,40	0,00	7.150.945,40

*Encargos sociais reconhecidos no exercício 2020 - R$1.445.337,02.

10.1.2.8. Com exceção das operações que se enquadrem nas hipóteses do art. 3º, II, "a", "b" e "c", do Anexo F da Resolução da CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 80"), informar, em relação às transações com partes relacionadas que, segundo as normas contábeis, devam ser divulgadas nas demonstrações financeiras individuais ou consolidadas da Enauta Energia e que tenham sido celebradas no último exercício social ou estejam em vigor no exercício social corrente: (a) nome das partes relacionadas; (b) relação das partes com a Enauta Energia; (c) data da transação; (d) objeto do contrato; (e) se a Enauta Energia é credor ou devedor; (f) montante envolvido no negócio; (g) saldo existente; (h) montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio, se for possível aferir; (i) garantias e seguros relacionados; (j) duração; (k) condições de rescisão ou extinção; (l) natureza e razões para a operação; (m) taxa de juros cobrada, se aplicável; (n) medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses; (o) demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente em 30/06/2023	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Serviços de Petróleo Constellation S.A.	26/09/2019	256.647,25	R$0,00	Não aplicável	Prazo indeterminado	Não	0,000000%
Relação com a Enauta Energia	Serviços de Petróleo Constellation S.A. ("Constellation") - Sociedade sob controle comum na época da transação. . Em 10 de junho de 2022 a Constellation deixou de ser uma parte relacionada da Companhia.						
Objeto do contrato	O montante decorre de reembolso de despesas incorridas pelo compartilhamento de recursos humanos especializados da Enauta Energia S.A. em benefício da Serviços de Petróleo Constellation S.A. Os critérios de rateios consideraram os esforços demandados para cada atividade corporativa, com prazo de liquidação de 10 dias. No caso de atraso serão cobrados juros de 1% a.m. Como montante envolvido foram informados os valores totais reembolsados à Companhia desde a data inicial da transação.						
Se a Enauta Energia é credor ou devedor	Devedor						
Especificar	N/A						
Garantia e seguros relacionados	N/A						
Condições de rescisão ou extinção	A qualquer momento a partir de quando as partes passem a operar com infraestrutura independente, sujeito a notificação prévia com dois meses de antecedência.						
Natureza e razões para a operação	Reembolso pelo compartilhamento de recursos humanos especializados da Enauta Energia S.A. em benefício da Serviços de Petróleo Constellation S.A. A transação observou as condições praticadas pelo mercado, bem como os normativos e processos internos da Companhia, e foi aprovada de acordo com a política/procedimento vigente à época da contratação, ou seja, detalhando principais características e condições, valores, prazo, responsabilidade pelo recolhimento de impostos e taxas, etc.						
Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses	As Transações com Partes relacionadas da Companhia observam o disposto na legislação vigente, na Política de Transações com Partes Relacionadas e demais situações de Potencial Conflito de Interesses do Grupo Enauta e nas melhores práticas de governança corporativa.						
Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas	A presente transação observa os padrões e condições de mercado aplicáveis, uma vez que foi celebrada considerando os princípios e valores da Companhia, que também norteiam o Estatuto Social e a Lei das Sociedades por Ações, bem como os parâmetros de preço e demais condições de mercado.						

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente em 30/06/2023	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
ou o pagamento compensatório adequado							
Quartz Energy Partners LLC	15/06/2022	R$ 300.000,00	0,00	R$125.000,00	180 dias	Não	0,000000 %
Relação com e Enauta Energia	Consultoria administrada por um membro independente do Conselho de Administração da Emissora.						
Objeto do contrato	A controlada Enauta Energia S.A. contratou o serviço de consultoria em operações de fusões e aquisições da empresa Quartz Energy Partners LLC, administrada por um membro independente do Conselho de Administração da Emissora.						
Se a Enauta Energia é credor ou devedor	Devedor						
Especificar	N/A						
Garantia e seguros relacionados	N/A						
Condições de rescisão ou extinção	Cláusulas de término compatível com a prática do mercado e em linha com que a Emissora pratica com empresas não afiliadas.						
Natureza e razões para a operação	Assessoria e formatação de oferta e negociação relacionadas a determinado projeto de fusões e aquisições, por tempo determinado.						
Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses	As Transações com Partes relacionadas da Companhia observam o disposto na legislação vigente, na Política de Transações com Partes Relacionadas e demais situações de Potencial Conflito de Interesses do Grupo Enauta e nas melhores práticas de governança corporativa.						
Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado	A presente transação observa os padrões e condições de mercado aplicáveis, uma vez que foi celebrada considerando os princípios e valores da Companhia, que também norteiam o Estatuto Social e a Lei das Sociedades por Ações, bem como os parâmetros de preço e demais condições de mercado.						

10.1.2.9. Elaborar tabela contendo as seguintes informações sobre o capital social: (a) capital emitido, separado por classe e espécie; (b) capital subscrito, separado por classe e espécie; (c) capital integralizado, separado por classe e espécie; (d) prazo para integralização do capital ainda não integralizado, separado por classe e espécie; (e) capital autorizado, informando o limite remanescente para novas emissões, em quantidade de ações ou valor do capital; (f) títulos conversíveis em ações e condições para conversão

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Classe de ações (quantidade de ações ordinárias)	Classe de ações (quantidade de ações preferenciais)	Quantidade total de ações (Unidades)	Outros títulos conversíveis
Tipo de capital	**Capital Emitido**					
09/05/2011	2.042.553.134,00	N/A	191.262.711	N/A	191.262.711	N/A
Tipo de capital	**Capital Subscrito**					
09/05/2011	2.042.553.134,00	N/A	191.262.711	N/A	191.262.711	N/A
Tipo de capital	**Capital Integralizado**					
09/05/2011	2.042.553.134,00	N/A	191.262.711	N/A	191.262.711	N/A
Tipo de capital	**Capital Autorizado**					
09/05/2011	2.042.553.134,00	N/A	191.262.711	N/A	191.262.711	N/A

10.1.2.10. Descrever outros valores mobiliários emitidos no Brasil que não sejam ações e que não tenham vencido ou sido resgatados, indicando: (a) identificação do valor mobiliário; (b) quantidade; (c) valor nominal global; (d) data de emissão; (e) saldo devedor em aberto na data de encerramento do último exercício social; (f) restrições à circulação; (g) conversibilidade em ações ou conferência de direito de subscrever ou comprar ações da Enauta Energia, informando (g.i) condições; (g.ii) efeitos sobre o capital social; (h) possibilidade de resgate, indicando (h.i) hipóteses de resgate; (h.ii) fórmula de cálculo do valor de resgate; (j) quando os valores mobiliários forem de dívida, indicar, quando aplicável, (i.i) vencimento, inclusive as condições de vencimento antecipado; (i.ii) juros; (i.iii) garantia e, se real, descrição do bem objeto; (i.iv) na ausência de garantia, se o crédito é quirografário ou subordinado; (i.v) eventuais restrições impostas à Enauta Energia em relação à distribuição de dividendos, à alienação de determinados ativos à contratação de novas dívidas, à emissão de novos valores mobiliários e à realização de operações societárias envolvendo a Enauta Energia, seus controladores ou controladas; (i.vi) o agente fiduciário, indicando os principais termos do contrato; (j) condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários; (k) outras características relevantes

Valor mobiliário	Debêntures privadas
Identificação do valor mobiliário	1ª Emissão Privada de Debêntures não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, em 2 séries.
Data de emissão	15/12/2022
Data de vencimento	10/12/2029 (Primeira Série) 10/12/2027 (Segunda Série)
Quantidade (Unidades)	1.4000.000 736.675 (Primeira Série) 663.325 (Segunda Série)
Valor total (Reais)	1.400.000.000,00
Saldo devedor em aberto	1.432.924.635,09
Restrição a circulação	N/A
Descrição da restrição	N/A
Conversibilidade	Não
Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital social	N/A
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	**Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures.** Observadas as disposições da Cláusula 4.24 da Escritura de Emissão, a Emissora poderá realizar o resgate antecipado facultativo ou a amortização extraordinária facultativa das Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo" ou "Amortização Extraordinária Facultativa") a qualquer tempo e ao seu exclusivo critério, mediante comunicação escrita ao Debenturista, com antecedência mínima de 10 (dez) Dias Úteis. O Resgate Antecipado Facultativo ocorrerá mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures acrescido **(i)** dos Juros Remuneratórios das Debêntures, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Integralização das Debêntures, inclusive, até a data do efetivo resgate, exclusive, e **(ii)** encargos moratórios, se houver, e quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora. Não haverá a incidência de qualquer prêmio de reembolso na hipótese de Resgate Antecipado Facultativo. (a) A comunicação ao Debenturista prevista na Cláusula 4.20.1 deverá informar **(i)** se o Resgate Antecipado Facultativo será total ou parcial e, sendo parcial, a quantidade de Debêntures que, sujeitas ao Resgate Antecipado Facultativo, serão objeto de sorteio, de acordo com o artigo 55, parágrafo 2º, inciso I da Lei das Sociedades por Ações; **(ii)** as datas efetivas para o Resgate Antecipado Facultativo e para o pagamento das Debêntures objeto do Resgate Antecipado Facultativo; **(iii)** a menção do valor do Resgate Antecipado Facultativo; e **(vi)** quaisquer outras informações necessárias à operação do Resgate Antecipado Facultativo. A Amortização Extraordinária Facultativa deverá ser limitada a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável, que deverá abranger todas as Debêntures. O valor devido pela Emissora por ocasião da Amortização Extraordinária Facultativa será equivalente ao percentual definido pela Emissora sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido **(i)** dos Juros Remuneratórios das Debêntures, *calculados pro rata temporis* desde a Data de Integralização das Debêntures, inclusive, até a data da efetiva amortização, exclusive, e **(ii)** encargos moratórios, se houver, e quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora. Não haverá a incidência de qualquer prêmio de reembolso na hipótese de Amortização Extraordinária Facultativa.
Características dos valores mobiliários	Debêntures privadas, não conversíveis em ações, em até 2 séries, da espécie subordinada, emitidas sob a forma nominativa, sem a emissão de cautelas ou certificados. **Características das Debêntures da Primeira Série.**

	(i) *Juros e Atualização Monetária:* • Sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Primeira Série incidirão juros remuneratórios correspondentes a 9,8297% ao ano, base 252 Dias Úteis, incidentes desde a Data de Início da Rentabilidade das Debêntures da Primeira Série, ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. Adicionalmente, o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série será atualizado monetariamente mensalmente pela variação acumulada do IPCA, desde a Data de Início da Rentabilidade (conforme definido na Escritura de Emissão Debêntures Enauta) até a data de seu efetivo pagamento, sendo o produto da Atualização Monetária das Debêntures da Primeira Série, automaticamente incorporado ao valor nominal unitário (ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) das Debêntures da Primeira Série. **Características das Debêntures da Segunda Série.** ***(i)*** *Juros:* • Sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, incidirão juros remuneratórios correspondentes a variação acumulada de 100% das taxas médias diárias do DI - Depósito Interfinanceiro de um dia, "*over extra* grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, acrescida exponencialmente de uma sobretaxa (*spread*) limitada a 4,2500% ao ano, base 252 Dias Úteis.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	As debêntures não serão objeto de repactuação programada e a modificação relativa às características das debêntures das respectivas séries que implique em alteração de qualquer das seguintes matérias somente poderá ser aprovada se a Emissora convocar o Debenturista por meio de comunicação enviada nos termos da Cláusula 9.1 da Escritura de Emissão, e o Debenturista deverá manifestar sua decisão com relação à questão examinada em prazo razoável.
Outras características relevantes	N/A

10.2. ENAUTA NETHERLANDS B.V.

10.2.1. Denominação social, CNPJ, sede e objeto social

Denominação Social: Enauta Netherlands B.V.;

CNPJ: N/A;

Sede: Cidade de Rotterdam, na Coolsingel 104, Unit 2.1, 3011 AG Rotterdam, Holanda.

Objeto Social: A Enauta Netherlands B.V. tem como principal atividade constituir, gerenciar e supervisionar empresas, realizar todos os tipos de atividades industriais e comerciais, bem como todas e quaisquer atividades que estejam relacionadas às já descritas.

10.2.2. Informações descritas nos itens 1.1, 1.2, 1.11, 1.14, 6.1, 7.1, 8.2, 11.2, 12.1 e 12.3 do formulário de referência

10.2.2.1. Descrever sumariamente o histórico da Enauta Netherlands B.V.

A Enauta Netherlands B.V. foi constituída em janeiro de 2013 com o objetivo de auxiliar no gerenciamento das empresas e negócios do Grupo Enauta na Holanda. Desde a sua constituição, a Enauta Energia S.A. detém 100% do capital social da Enauta Netherlands B.V.

10.2.2.2. Descrever sumariamente as atividades principais desenvolvidas pela Enauta Netherlands B.V.

A Enauta Netherlands B.V. é uma empresa de responsabilidade limitada registrada em Rotterdam, Holanda e tem como principal atividade constituir, gerenciar e supervisionar empresas, realizar todos os tipos de atividades industriais e comerciais, bem como todas e quaisquer atividades que estejam relacionadas às já descritas. A Enauta Netherlands B.V possui 100% das ações do capital total emitido da Atlanta Field B.V.

10.2.2.3. Indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Enauta Netherlands B.V.

Não houve aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Enauta Netherlands B.V.

10.2.2.4. Indicar alterações significativas na forma de condução dos negócios da Enauta Netherlands B.V.

Não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Enauta Netherlands B.V.

10.2.2.5. Identificar o acionista ou grupo de acionistas controladores, indicando em relação a cada um deles: (a) nome; (b) nacionalidade; (c) CPF/CNPJ; (d) quantidade de ações detidas, por classe e espécie; (e) percentual detido em relação à respectiva classe ou espécie; (f) percentual detido em relação ao total do capital social; (g) se participa de acordo de acionistas; (h) se o acionista for pessoa jurídica, lista contendo as informações referidas nos subitens "a" a "d" acerca de seus controladores diretos e indiretos, até os controladores que sejam pessoas naturais, ainda que tais informações sejam tratadas como sigilosas por força de negócio jurídico ou pela legislação do país em que forem constituídos ou domiciliados o sócio ou controlador; (i) se o acionista for residente ou domiciliado no exterior, o nome ou denominação social e o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do seu mandatário ou representante legal no País; (j) data da última alteração.

A Emissora, por meio de sua controlada direta, Enauta Energia S.A., detém 100% do capital social da Enauta Netherlands B.V. Para informações adicionais sobre o organograma dos acionistas e do grupo econômico da Enauta Netherlands B.V., vide item 6.5 do Formulário de Referência da Emissora.

10.2.2.6. Descrever as principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal da Enauta Netherlands B.V.

Principais características das políticas de indicação e preenchimento de cargos, se houver, e, caso o emissor a divulgue, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado

A Enauta Netherlands B.V. não possui na data deste Prospecto política de indicação e preenchimento de cargos. Por questões relacionadas à legislação holandesa, um dos *managing directors* da Enauta Netherlands B.V. precisa, necessariamente, ser um residente da Holanda.

Se há mecanismos de avaliação de desempenho, informando, em caso positivo: (i) a periodicidade das avaliações e sua abrangência; (ii) metodologia adotada e os principais critérios utilizados nas avaliações; (iii) se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos

A Enauta Netherlands B.V. não possui na data deste Prospecto mecanismos de avaliação de desempenho.

Regras de identificação e administração de conflitos de interesses

O Conselho de Administração da Emissora aprovou, em 24 de abril de 2019, a Política de Transações com Partes Relacionadas e demais situações de Potencial Conflito de Interesses. A Política de Transações com Partes Relacionadas se aplica às empresas do Grupo Enauta, incluindo a Enauta Netherlands B.V, no que for aplicável, observada a legislação local. Para informações adicionais, vide item 7.1(c) do Formulário de Referência da Emissora.

Número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de gênero

A Enauta Netherlands B.V. não possui na data deste Prospecto levantamento do número total de membros da administração agrupados por identidade autodeclarada de gênero.

Número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de cor ou raça

A Enauta Netherlands B.V. não possui na data deste Prospecto levantamento do número total de membros da administração agrupados por identidade autodeclarada de cor ou raça.

Número total de membros agrupados por outros atributos de diversidade que a Enauta Netherlands entenda relevantes

A Enauta Netherlands B.V. não possui na data deste Prospecto levantamento do número total de membros da administração agrupados por outros atributos de diversidade que a Enauta Netherlands B.V. entenda relevantes.

Se houver, objetivos específicos que o emissor possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal

A Enauta Netherlands B.V. não possui na data deste Prospecto objetivos específicos com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração.

Papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima

A Enauta Netherlands B.V. não possui na data deste Prospecto definição do papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima.

10.2.2.7. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: (a) órgão; (b) número total de membros; (c) número de membros remunerados; (d) remuneração segregada em (d.i) remuneração fixa anual (segregada em salário ou pró-labora, benefícios diretos e indiretos, remuneração por participação em comitês e outros); (d.ii) remuneração variável (segregada em bônus, participação nos resultados, remuneração por participação em reuniões, comissões e outros); (d.iii) benefícios pós empregos; (d.iv) benefícios motivados pela cessão do exercício do cargo; (d.v) remuneração baseada em ações, incluindo opções; (e) valor, por órgão, da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal; (f) total da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

O pessoal chave da administração é definido como aquelas pessoas com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Enauta Netherlands B.V. O pessoal chave da administração inclui apenas os *board members*, que atuam também como *managing directors* da Enauta Netherlands B.V, o que está de acordo com o "*Articles of Association*" da Enauta Netherlands B.V.

Os *board members não residentes* na Holanda não receberam remuneração da Enauta Netherlands B.V. nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente.

A remuneração total do *board member* residente na Holanda durante o ano foi de US$ 103.725 em 2022, US$ 184.844 em 2021 e US$ 213.965 em 2020.

Além do acima mencionado, Your Trust (Netherlands) B.V. ("Your Trust") prestou serviços de administração para a Enauta Netherlands B.V. Por estes serviços, foi cobrada uma taxa de e US$ 68.499 durante o ano de 2022, US$ 44.216 durante o ano de 2021 e US$ 38.643 durante o ano de 2020.

Esta taxa de serviço inclui a provisão de um funcionário da Your Trust para atuar como *managing director* da Enauta Netherlands B.V. A taxa de diretoria é acordada separadamente entre a Enauta Netherlands B.V. e a Your Trust e, portanto, isto não está incluído na divulgação do pessoal chave da administração.

10.2.2.8. Com exceção das operações que se enquadrem nas hipóteses do art. 3º, II, "a", "b" e "c", do Anexo F da Resolução da CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 80"), informar, em relação às transações com partes relacionadas que, segundo as normas contábeis, devam ser divulgadas nas demonstrações financeiras individuais ou consolidadas da Enauta Netherlands B.V. e que tenham sido celebradas no último exercício social ou estejam em vigor no exercício social corrente: (a) nome das partes relacionadas; (b) relação das partes com a Enauta Netherlands B.V.; (c) data da transação; (d) objeto do contrato; (e) se a Enauta Netherlands B.V. é credor ou devedor; (f) montante envolvido no negócio; (g) saldo existente; (h) montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio, se for possível aferir; (i) garantias e seguros relacionados; (j) duração; (k) condições de rescisão ou extinção; (l) natureza e razões para a operação; (m) taxa de juros cobrada, se aplicável; (n) medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses; (o) demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

N/A

10.2.2.9. Elaborar tabela contendo as seguintes informações sobre o capital social: (a) capital emitido, separado por classe e espécie; (b) capital subscrito, separado por classe e espécie; (c) capital integralizado, separado por classe e espécie; (d) prazo para integralização do capital ainda não integralizado, separado por classe e espécie; (e) capital autorizado, informando o limite remanescente para novas emissões, em quantidade de ações ou valor do capital; (f) títulos conversíveis em ações e condições para conversão

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Dólares)	Prazo de integralização	Classe de ações (quantidade de ações ordinárias)	Classe de ações (quantidade de ações preferenciais)	Quantidade total de ações (Unidades)	Outros títulos conversíveis
Tipo de capital	**Capital Emitido**					
21/12/2020	1.000,00	N/A	1	N/A	1	N/A
Tipo de capital	**Capital Subscrito**					
21/12/2020	1.000,00	N/A	1	N/A	1	N/A
Tipo de capital	**Capital Integralizado**					
21/12/2020	1.000,00	N/A	1	N/A	1	N/A
Tipo de capital	**Capital Autorizado**					
-	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

10.2.2.10. Descrever outros valores mobiliários emitidos no Brasil que não sejam ações e que não tenham vencido ou sido resgatados, indicando: (a) identificação do valor mobiliário; (b) quantidade; (c) valor nominal global; (d) data de emissão; (e) saldo devedor em aberto na data de encerramento do último exercício social; (f) restrições à circulação; (g) conversibilidade em ações ou conferência de direito de subscrever ou comprar ações da Enauta Netherlands B.V., informando (g.i) condições; (g.ii) efeitos sobre o capital social; (h) possibilidade de resgate, indicando (h.i) hipóteses de resgate; (h.ii) fórmula de cálculo do valor de resgate; (j) quando os valores mobiliários forem de dívida, indicar, quando aplicável, (i.i) vencimento, inclusive as condições de vencimento antecipado; (i.ii) juros; (i.iii) garantia e, se real, descrição do bem objeto; (i.iv) na ausência de garantia, se o crédito é quirografário ou subordinado; (i.v) eventuais restrições impostas à Enauta Netherlands B.V. em relação à distribuição de dividendos, à alienação de determinados ativos à contratação de novas dívidas, à emissão de novos valores mobiliários e à realização de operações societárias envolvendo a Enauta Netherlands B.V., seus controladores ou controladas; (i.vi) o agente fiduciário, indicando os principais termos do contrato; (j) condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários; (k) outras características relevantes

Na data deste Prospecto, a Enauta Netherlands B.V. não possuía valores mobiliários emitidos no Brasil que não sejam ações e não tenham vencido ou sido resgatados.

10.3. ATLANTA FIELD B.V

10.3.1. Denominação social, CNPJ, sede e objeto social

Denominação social: Atlanta Field B.V.;

CNPJ: N/A;

Sede: Cidade de Rotterdam, na Coolsingel 104, Unit 2.1, 3011 AG Rotterdam, Holanda;

Objeto Social: De acordo com o Artigo 3º do "*Articles of Association*" da Atlanta Field B.V., seu objeto social tem como principais atividades, dentre outras, a aquisição, orçamento, construção, compra, venda, locação, arrendamento ou afretamento de materiais e equipamentos a serem utilizados para a exploração de hidrocarbonetos no campo de Atlanta, bem como as atividades de aquisição, participação e administração e supervisionamento de negócios e sociedades. Também são parte do objeto social da Atlanta Field B.V. a prestação de consultoria para outras entidades, o financiamento de negócios e empresas de interesse da Atlanta Field B.V por meio dos mais variados instrumentos de financiamento, a outorga de garantias e oneração de ativos em benefício de suas obrigações assumidas em instrumentos financeiros e comerciais e a realização de todos os tipos de atividades industriais, financeiras e comerciais, e toda e qualquer atividade que esteja relacionada ou possa estar relacionada com as atividades do seu objeto social, direta ou indiretamente.

10.3.2. Informações descritas nos itens 1.1, 1.2, 1.11, 1.14, 6.1, 7.1, 8.2, 11.2, 12.1 e 12.3 do formulário de referência

10.3.2.1. Descrever sumariamente o histórico da Atlanta Field B.V.

A Atlanta Field B.V. foi criada em novembro de 2012 com o objetivo de auxiliar na parceria conjunta da concessão do Campo de Atlanta, no Bloco BS-4.

Os acionistas originais da Atlanta Field B.V eram a Dommo Netherlands Holding B.V. (40% de participação), FR Barra 1 S.à r.l. (30% de participação) e Enauta Netherlands B.V., anteriormente conhecida como QGEP Netherlands B.V. (30% de participação).

A partir de 25 de outubro de 2019, 40% das ações da Dommo na Atlanta Field B.V foram transferidas para a Enauta Netherlands B.V. (20%) e para a FR Barra 1 S.à r.l. (20%). A partir desta data, os acionistas da Atlanta Field B.V passaram a ser: FR Barra 1 S.à r.l. (50% de participação) e Enauta Netherlands B.V. (50% de participação).

Em 25 de junho de 2021, a Atlanta Field B.V. assinou a emenda ao contrato de concessão do bloco BS-4, onde está localizado o Campo de Atlanta, tendo concluído o processo de transferência da participação de 50% detida pela Barra para a Enauta Netherlands B.V. A partir desta data, a Enauta Netherlands B.V. começou a reconhecer todos os resultados de Atlanta Field B.V. em suas demonstrações financeiras, tendo em vista os 50% anteriormente detidos. A partir de 7 de julho de 2021, a Enauta Netherlands B.V. passou a ser proprietária de 100% das ações da Atlanta Field B.V.

A Atlanta Field B.V. e a Yinson Bouvardia Holdings Pte Ltd., subsidiária do Yinson Group, celebraram um Contrato de Opção de compra, ou "*Contrato de Opção*". De acordo com o Contrato de Opção, a Yinson Bouvardia Holdings Pte Ltd., a seu exclusivo critério, poderia adquirir todo o capital social emitido da AFPS, empresa proprietária da plataforma e cujas ações pertencem 100% à Atlanta.

Em 14 de julho de 2023, a Enauta recebeu do Yinson Group confirmação sobre a intenção de exercer a opção de compra acima referida, e, desta forma o Yinson Group, através da Yinson Bouvardia Holdings Pte Ltd., se tornou o proprietário da AFPS, por valor equivalente a US$465 milhões na data do exercício da opção ("Alienação AFPS"). A venda da AFPS foi concluída em 31 de julho de 2023, antes da conclusão da FPSO Atlanta e o acordo de afretamento por tempo e o acordo de operação e manutenção se tornarão efetivos, por 15 anos, podendo ser prorrogados por mais cinco anos.

A compra do FPSO Atlanta pela Yinson Bouvardia Holdings Pte Ltd. foi financiada, por meio de "*project finance*", no montante total de US$379 milhões por 15 anos, com garantias reais e corporativas, pela Atlanta Field B.V., dentre as quais se inclui a hipoteca do FPSO em favor da Atlanta Field B.V.

Na data deste Prospecto, o FPSO Atlanta encontra-se no estaleiro Drydocks World em Dubai passando pelos trabalhos de adaptação, com priorização do uso de equipamentos originais, otimizando custo e tempo.

10.3.2.2. Descrever sumariamente as principais atividades desenvolvidas pela Atlanta Field B.V.

A Atlanta Field B.V. é uma empresa de responsabilidade limitada registrada em Rotterdam, Holanda e, de acordo com o Artigo 3º do "*Articles of Association*" da Atlanta Field B.V., seu objeto social tem como principais atividades, dentre outras, a aquisição, orçamento, construção, compra, venda, locação, arrendamento ou afretamento de materiais e equipamentos a serem utilizados para a exploração de hidrocarbonetos no campo de Atlanta, bem como as atividades de aquisição, participação e administração e supervisionamento de negócios e sociedades. Também são parte do objeto social da Atlanta Field B.V. a prestação de consultoria para outras entidades, o financiamento de negócios e empresas de interesse da Atlanta Field B.V por meio dos mais variados instrumentos de financiamento, a outorga de garantias e oneração de ativos em benefício de suas obrigações assumidas em instrumentos financeiros e comerciais e a realização de todos os tipos de atividades industriais, financeiras e comerciais, e toda e qualquer atividade que esteja relacionada ou possa estar relacionada com as atividades do seu objeto social, direta ou indiretamente.

10.3.2.3. Indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Atlanta Field B.V.

Com exceção da Alienação AFPS descrita no item 10.3.2.1 acima, não houve aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Atlanta Field B.V.

10.3.2.4. Indicar alterações significativas na forma de condução dos negócios da Atlanta Field B.V.

Com exceção da Alienação AFPS descrita no item 10.3.2.1 acima, não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Atlanta Field B.V.

10.3.2.5. Identificar o acionista ou grupo de acionistas controladores, indicando em relação a cada um deles: (a) nome; (b) nacionalidade; (c) CPF/CNPJ; (d) quantidade de ações detidas, por classe e espécie; (e) percentual detido em relação à respectiva classe ou espécie; (f) percentual detido em relação ao total do capital social; (g) se participa de acordo de acionistas; (h) se o acionista for pessoa jurídica, lista contendo as informações referidas nos subitens "a" a "d" acerca de seus controladores diretos e indiretos, até os controladores que sejam pessoas naturais, ainda que tais informações sejam tratadas como sigilosas por força de negócio jurídico ou pela legislação do país em que forem constituídos ou domiciliados o sócio ou controlador; (i) se o acionista for residente ou domiciliado no exterior, o nome ou denominação social e o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do seu mandatário ou representante legal no País; (j) data da última alteração

A Emissora, por meio de sua controlada indireta, Enauta Netherlands B.V., detém 100% do capital social da Atlanta Field B.V. Para informações adicionais sobre o organograma dos acionistas e do grupo econômico da Atlanta Field B.V., vide item 6.5 do Formulário de Referência da Emissora.

10.3.2.6. Descrever as principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal da Atlanta Field B.V.

Principais características das políticas de indicação e preenchimento de cargos, se houver, e, caso o emissor a divulgue, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado

A Atlanta Field B.V. não possui na data deste Prospecto política de indicação e preenchimento de cargos. Por questões relacionadas à legislação holandesa, um dos *managing directors* da Atlanta Field B.V. precisa, necessariamente, ser um residente da Holanda.



Se há mecanismos de avaliação de desempenho, informando, em caso positivo: (i) a periodicidade das avaliações e sua abrangência; (ii) metodologia adotada e os principais critérios utilizados nas avaliações; (iii) se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos

A Atlanta Field B.V não possui na data deste Prospecto mecanismos de avaliação de desempenho.

Regras de identificação e administração de conflitos de interesses

O Conselho de Administração da Emissora aprovou, em 24 de abril de 2019, a Política de Transações com Partes Relacionadas e demais situações de Potencial Conflito de Interesses. A Política de Transações com Partes Relacionadas se aplica às empresas do Grupo Enauta, incluindo a Atlanta Field B.V, no que for aplicável, observada a legislação local. Para informações adicionais, vide item 7.1(c) do Formulário de Referência da Emissora.

Número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de gênero

A Atlanta Field B.V. não possui na data deste Prospecto levantamento do número total de membros da administração agrupados por identidade autodeclarada de gênero.

Número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de cor ou raça

A Atlanta Field B.V. não possui na data deste Prospecto levantamento do número total de membros da administração agrupados por identidade autodeclarada de cor ou raça.

Número total de membros agrupados por outros atributos de diversidade que a Atlanta Field B.V. entenda relevantes

A Atlanta Field B.V. não possui na data deste Prospecto levantamento do número total de membros da administração agrupados por outros atributos que a Atlanta Field B.V. entenda relevantes;

Se houver, objetivos específicos que o emissor possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal

A Atlanta Field B.V. não possui na data deste Prospecto objetivos específicos com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração.

Papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima

A Atlanta Field B.V. não possui na data deste Prospecto definição do papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima.

10.3.2.7. **Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: (a) órgão; (b) número total de membros; (c) número de membros remunerados; (d) remuneração segregada em (d.i) remuneração fixa anual (segregada em salário ou pró-labora, benefícios diretos e indiretos, remuneração por participação em comitês e outros); (d.ii) remuneração variável (segregada em bônus, participação nos resultados, remuneração por participação em reuniões, comissões e outros); (d.iii) benefícios pós empregos; (d.iv) benefícios motivados pela cessão do exercício do cargo; (d.v) remuneração baseada em ações, incluindo opções; (e) valor, por órgão, da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal; (f) total da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal**

O pessoal chave da administração é definido como aquelas pessoas com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Atlanta Field B.V. O pessoal chave da administração inclui apenas os *board members*, que atuam também como *managing directors* da Atlanta Field B.V, o que está de acordo com o "*Articles of Association*" da Atlanta Field B.V.

Os *board members* não receberam remuneração da Atlanta Field B.V. nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente.

Além do acima mencionado, Your Trust Netherlands B.V. ("Your Trust"), prestou serviços de administração à Atlanta Field B.V. Por estes serviços, foi cobrada uma taxa de US$ 70.382 durante o ano de 2022, US$ 57.576 durante o ano de 2021 e US$ 57.643 durante o ano de 2020.

Esta taxa de serviço inclui a provisão de um funcionário do Your Trust para atuar como *managing director* da

Atlanta Field B.V. A taxa de diretoria é acordada separadamente entre a Atlanta Field B.V. e a Your Trust e, portanto, isto não está incluído na divulgação do pessoal chave da administração.

10.3.2.8. **Com exceção das operações que se enquadrem nas hipóteses do art. 3º, II, "a", "b" e "c", do anexo 30-XXXIII da Resolução da CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 80"), informar, em relação às transações com partes relacionadas que, segundo as normas contábeis, devam ser divulgadas nas demonstrações financeiras individuais ou consolidadas da Atlanta Field B.V. e que tenham sido celebradas no último exercício social ou estejam em vigor no exercício social corrente: (a) nome das partes relacionadas; (b) relação das partes com a Atlanta Field B.V.; (c) data da transação; (d) objeto do contrato; (e) se a Atlanta Field B.V. é credor ou devedor; (f) montante envolvido no negócio; (g) saldo existente; (h) montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio, se for possível aferir; (i) garantias e seguros relacionados; (j) duração; (k) condições de rescisão ou extinção; (l) natureza e razões para a operação; (m) taxa de juros cobrada, se aplicável; (n) medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses; (o) demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado**

N/A

10.3.2.9. Elaborar tabela contendo as seguintes informações sobre o capital social: (a) capital emitido, separado por classe e espécie; (b) capital subscrito, separado por classe e espécie; (c) capital integralizado, separado por classe e espécie; (d) prazo para integralização do capital ainda não integralizado, separado por classe e espécie; (e) capital autorizado, informando o limite remanescente para novas emissões, em quantidade de ações ou valor do capital; (f) títulos conversíveis em ações e condições para conversão

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Dólares)	Prazo de integralização	Classe de ações (quantidade de ações ordinárias)	Classe de ações (quantidade de ações preferenciais)	Quantidade total de ações (Unidades)	Outros títulos conversíveis
Tipo de capital	**Capital Emitido**					
24/06/2021	6.531,36	N/A	27.214	N/A	27.214	N/A
Tipo de capital	**Capital Subscrito**					
24/06/2021	6.531,36	N/A	27.214	N/A	27.214	N/A
Tipo de capital	**Capital Integralizado**					
24/06/2021	6.531,36	N/A	27.214	N/A	27.214	N/A
Tipo de capital	**Capital Autorizado**					
-	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

10.3.2.10. Descrever outros valores mobiliários emitidos no Brasil que não sejam ações e que não tenham vencido ou sido resgatados, indicando: (a) identificação do valor mobiliário; (b) quantidade; (c) valor nominal global; (d) data de emissão; (e) saldo devedor em aberto na data de encerramento do último exercício social; (f) restrições à circulação; (g) conversibilidade em ações ou conferência de direito de subscrever ou comprar ações da Atlanta Field B.V., informando (g.i) condições; (g.ii) efeitos sobre o capital social; (h) possibilidade de resgate, indicando (h.i) hipóteses de resgate; (h.ii) fórmula de cálculo do valor de resgate; (j) quando os valores mobiliários forem de dívida, indicar, quando aplicável, (i.i) vencimento, inclusive as condições de vencimento antecipado; (i.ii) juros; (i.iii) garantia e, se real, descrição do bem objeto; (i.iv) na ausência de garantia, se o crédito é quirografário ou subordinado; (i.v) eventuais restrições impostas à Atlanta Field B.V. em relação à distribuição de dividendos, à alienação de determinados ativos à contratação de novas dívidas, à emissão de novos valores mobiliários e à realização de operações societárias envolvendo a Atlanta Field B.V., seus controladores ou controladas; (i.vi) o agente fiduciário, indicando os principais termos do contrato; (j) condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários; (k) outras características relevantes

Na data deste Prospecto, a Atlanta Field B.V. não possuía valores mobiliários emitidos no Brasil que não sejam ações e não tenham vencido ou sido resgatados.

11. DOCUMENTOS OU INFORMAÇÕES INCORPORADOS A ESTE PROSPECTO POR REFERÊNCIA OU COMO ANEXOS

11.1. Último formulário de referência entregue pela Emissora

As informações referentes à situação financeira da Emissora e outras informações a ela relativa, tais como histórico, atividades, estrutura organizacional, propriedades, plantas e equipamentos, composição do capital social, administração, recursos humanos, processos judiciais, administrativos e arbitrais e as informações exigidas no item 11.1 e 11.2 da seção "*Documentos ou informações incorporados ao prospecto por referência ou como anexos*" do Anexo B da Resolução CVM 160, podem ser encontradas no Formulário de Referência da Emissora, elaborados nos termos da Resolução CVM 80, os quais se encontram disponíveis para consulta nos seguintes *websites*:

- **Emissora:** https://www.enauta.com.br/investidores/ (nesta página acessar "Informações para o Mercado" e em seguida "Publicações CVM").

- **CVM:** www.gov.br/cvm (nesta página acessar no menu à esquerda "Assuntos", em seguida "Regulados", clicar em "Regulados CVM (sobre e dados enviados à CVM)", selecionar "Companhias" e então "Informações Periódicas e Eventuais Enviadas à CVM". Digitar no campo de pesquisa "Enauta Participações" e clicar em "Continuar". Na tela seguinte, nos filtros de pesquisa selecionar a categoria "FRE - Formulário de Referência" e o intervalo de datas desejado, clicar em consultar).

- **B3:** http://www.b3.com.br (nesta página acessar "Empresas listadas" no menu à direita, digitar "Enauta" no campo "Nome da Empresa" e então clicar em "Buscar"; em seguida clicar em "ENAUTA PARTICIPAÇÕES S.A."; em seguida, clicar em "Relatórios Estruturados" no menu à direita e então selecionar o documento desejado).

11.2. Últimas informações trimestrais, demonstrações financeiras relativas aos 3 (três) últimos exercícios sociais encerrados, com os respectivos pareceres dos auditores independentes e eventos subsequentes, exceto quando o emissor não as possua por não ter iniciado suas atividades previamente ao referido período

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Emissora relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, bem como as últimas informações financeiras trimestrais da Emissora para o período de seis meses findo de 30 de junho de 2023, se encontram disponíveis para consulta nos seguintes *websites*:

- **Emissora:** https://www.enauta.com.br/investidores/ (nesta página acessar "Informações para o Mercado" e em seguida em "Central de Resultados", selecionar o ano desejado e na tabela acessar "Demonstrações Financeiras em Padrões Internacionais" para o trimestre desejado).

- **CVM:** www.gov.br/cvm (nesta página acessar no menu à esquerda "Assuntos", em seguida "Regulados", clicar em "Regulados CVM (sobre e dados enviados à CVM)", selecionar "Companhias" e então "Informações Periódicas e Eventuais Enviadas à CVM". Digitar no campo de pesquisa "Enauta Participações" e clicar em "Continuar". Na tela seguinte, nos filtros de pesquisa selecionar a categoria "Dados econômico-financeiros", o tipo "Demonstrações Financeiras Anuais Completas" ou "ITR - Informações Trimestrais" e o intervalo de datas desejado e clicar em consultar).

- **B3:** http://www.b3.com.br (nesta página acessar "Empresas listadas" no menu à direita, digitar "Enauta" no campo "Nome da Empresa" e então clicar em "Buscar"; em seguida clicar em "ENAUTA PARTICIPAÇÕES S.A."; em seguida, clicar em "Relatórios Estruturados" no menu à direita e então selecionar o documento desejado).

11.3. Ata da assembleia geral extraordinária ou da reunião do conselho de administração que deliberou a emissão

A Aprovação Societária da Emissora encontra-se anexa a este Prospecto na forma do Anexo I.

11.4. Estatuto Social Atualizado da Emissora

O estatuto social da Emissora encontra-se anexo a este Prospecto na forma do Anexo II.

11.5. Escritura de Emissão

A Escritura de Emissão encontra-se anexa a este Prospecto na forma do Anexo III.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

12. IDENTIFICAÇÃO DAS PESSOAS ENVOLVIDAS

12.1. Denominação social, endereço comercial, endereço eletrônico e telefones de contato do ofertante

Emissora
ENAUTA PARTICIPAÇÕES S.A. Avenida Almirante Barroso, nº 52, sala 1.301 (parte), Centro, CEP 20031-918, Rio de Janeiro - RJ At.: Pedro Medeiros e Felipe Silva Melo E-mail: ri@enauta.com.br Telefone: (21) 3509 5800 Website: https://www.enauta.com.br/

12.2. Nome, endereço comercial, endereço eletrônico e telefones de contato dos administradores que podem prestar esclarecimentos sobre a oferta

Vide seção 12.1.

12.3. Nome, endereço comercial, endereço eletrônico e telefones dos assessores (financeiros, jurídicos etc.) envolvidos na oferta e responsáveis por fatos ou documentos citados no prospecto

Consultor Legal dos Coordenadores
STOCCHE FORBES ADVOGADOS At.: Bruno Gandolfo / Thadeu Bretas Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4.100, 10º andar, Itaim Bibi, CEP 04538-132, São Paulo - SP Telefone: (11) 3755-5400 E-mail: bgandolfo@stoccheforbes.com.br / tbretas@stoccheforbes.com.br Website: www.stoccheforbes.com.br
Consultor Legal da Emissora
MATTOS FILHO, VEIGA FILHO, MARREY JR. E QUIROGA ADVOGADOS At.: Pablo Sorj Alameda Joaquim Eugênio de Lima, nº 447, CEP 01403-001, São Paulo - SP Telefone: (11) 3147-2605 E-mail: psorj@mattosfilho.com.br Website: www.mattosfilho.com.br

12.4. Nome, endereço comercial, endereço eletrônico e telefones dos auditores responsáveis por auditar as demonstrações financeiras dos 3 (três) últimos exercícios sociais

Auditores Independentes
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU AUDITORES INDEPENDENTES LTDA (para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2022) Rua São Bento, 18º, 15° e 16° andares, Centro, CEP: 20090-010, Rio de Janeiro - RJ Telefone: (21) 39810500, Fax (021) 39810600 At.: Marcelo de Figueiredo Seixas E-mail: mseixas@deloitte.com Website: www.deloitte.com.br **KPMG AUDITORES INDEPENDENTES LTDA. (para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020)** (anteriormente KPMG Auditores Independentes) Rua do Passeio, 38, setor 2, 17º andar - Rio de Janeiro/RJ – Brasil, CEP 20001-970 At.: Bernardo Moreira Peixoto Neto Telefone +55 (21) 2207-9400, Fax +55 (21) 2207-9000 Website: www.kpmg.com.br

12.5. Nome, endereço comercial, endereço eletrônico e telefones do agente fiduciário

Agente Fiduciário

VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA. Rua Gilberto Sabino, n° 215 - 4º Andar - Pinheiros, CEP: 05425-020, São Paulo - SP At: Eugênia Souza / Marcio Teixeira Telefone: (11) 3030-7177 E-mail: agentefiduciario@vortx.com.br; pu@vortx.com.br (para fins de precificação) Website: www.vortx.com.br

12.6. Declaração de que quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre a companhia e a distribuição em questão podem ser obtidas junto ao coordenador líder e/ou consorciados e na CVM

QUAISQUER OUTRAS INFORMAÇÕES OU ESCLARECIMENTOS SOBRE A EMISSORA E A DISTRIBUIÇÃO EM QUESTÃO PODEM SER OBTIDAS JUNTO AOS COORDENADORES, AOS PARTICIPANTES ESPECIAIS E NA CVM, CONFORME ENDEREÇOS A SEGUIR:

Coordenador Líder
XP INVESTIMENTOS CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A. Avenida Presidente Juscelino Kubitscheck, 1909, Torre Sul, 29º e 30º andares, Vila Nova Conceição CEP 04543-010 - São Paulo - SP At.: Departamento de Mercado de Capitais – DCM E-mail: dcm@xpi.com.br / juridicomc@xpi.com.br Tel.: (11) 4871-4448
BTG Pactual
BANCO BTG PACTUAL S.A. Praia de Botafogo, nº 501, 5º e 6º andares (parte), Botafogo CEP: 22250-040 - Rio de Janeiro - RJ At.: Daniel Vaz Telefone: (11) 3383-2000 E-mail: ol-legal-ofertas@btgpactual.com
ABC
ABC BRASIL DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A. Avenida Cidade Jardim, nº 803, 2º andar, Jardim Paulistano CEP: 01453-000- São Paulo - SP At.: Rodrigo Glette Tel.: (11) 3170-2425 E-mail: mercado.capitais@abcbrasil.com.br

12.7. No caso de oferta de emissor registrado, declaração de que o registro de emissor encontra-se atualizado

A Emissora declara que o seu registro de companhia aberta na categoria A na CVM encontra-se atualizado.

12.8. Declaração, nos termos do art. 24 da Resolução, atestando a veracidade das informações contidas no prospecto

A Emissora declara, ainda, que é responsável pela suficiência, veracidade, precisão, consistência e atualidade dos documentos da oferta e demais informações fornecidas ao mercado durante a oferta pública de distribuição.

Declaração do Coordenador Líder

O Coordenador Líder declara que tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que as informações prestadas pela Emissora, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro do emissor na CVM, são suficientes, verdadeiras, precisas, consistentes e atuais, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta.

13. OUTROS DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES QUE A CVM JULGAR NECESSÁRIOS

Item não aplicável.





(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

14. INFORMAÇÕES ADICIONAIS EM ATENDIMENTO AO CÓDIGO ANBIMA

Em atendimento às regras e disposições constantes do Código ANBIMA, adicionalmente às informações já constantes deste Prospecto, seguem abaixo informações adicionais referentes às Debêntures e à Oferta.

14.1. Seção de fatores de risco: descrição, sem mitigação, de todos e quaisquer fatores de risco considerados relevantes, assim entendidos aqueles que sejam capazes de afetar a decisão de investimento do potencial investidor

Veja a Seção "*4. Fatores de Risco*", na página 21 e seguintes deste Prospecto.

a. possibilidade de resgate antecipado e/ou a amortização antecipada de uma oferta pública de renda fixa, a exclusivo critério da emissora, incluindo a ocorrência de possíveis perdas financeiras para os investidores, inclusive por tributação.

Veja a Seção "*4. Fatores de Risco*", na página 21 e seguintes deste Prospecto.

b. o risco pertinente à eventual não colocação, ou colocação parcial, dos valores mobiliários objeto da oferta pública de renda fixa, bem como as consequências advindas da não colocação integral dos valores mobiliários ofertados.

Veja a Seção "*4. Fatores de Risco*", na página 21 e seguintes deste Prospecto.

14.2. Informações setoriais: descrição dos principais aspectos relacionados com o setor de atuação da Emissora.

14.3. Atividades exercidas pela Emissora

a. descrição dos negócios, processos produtivos e mercados de atuação da Emissora e de suas subsidiárias.

A Emissora figurava em 10º lugar entre as operadoras de petróleo e gás atualmente em operação no Brasil com base no volume de produção consolidado, com foco na operação e desenvolvimento de ativos produtores, de acordo com o boletim mensal de produção da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, referente à produção de petróleo e gás em dezembro de 2022. Também somos qualificados como "Operador A" pela ANP, o que nos permite atuar como operador em terra, águas rasas, profundas e ultra profundas.

O portfólio da Emissora de ativos em produção consiste em dois campos operacionais: (i) o Campo de Atlanta, no qual detemos 100% de participação, localizado na bacia de Santos, em águas profundas, e (ii) o Campo de Manati, no qual detemos 45% de participação, que está localizado na bacia de Camamu-Almada, em águas rasas. Nossas atividades de exploração e produção de petróleo e gás concentram-se, atualmente, em sete diferentes bacias: Santos, Espírito Santo, Camamu-Almada, Sergipe-Alagoas, Pará- Maranhão, Foz do Amazonas e Paraná.

O início das atividades de exploração e produção do grupo da Emissora ocorreu por meio de um processo de *farm-out* (contempla a venda parcial ou total dos direitos de concessão detidos por uma determinada companhia) realizado pela Petrobras entre os anos de 1998 e 2000, denominado "Round Zero". Nesse processo, foi adquirida participação representativa de 55% do bloco BCAM-40, localizado na bacia de Camamu-Almada, onde as partes do consórcio descobriram o Campo de Manati, em 2000. O Campo de Manati iniciou sua produção em 2007 e a Petrobras opera este campo, desde então. Atualmente, somos detentores de participação de 45% no Campo de Manati e esse ativo é uma fonte relevante de receita em reais, devido ao nosso contrato de *take-or-pay*, em andamento, com a Petrobras.

O Campo de Atlanta é um ativo fundamental em nosso portfólio. Em 2012, adquirimos participação equivalente a 30% da Shell no Campo de Atlanta por US$ 157,50 milhões. Em 2018, como resultado de um processo arbitral em face da Dommo, adquirimos uma participação adicional de 20% no Campo de Atlanta. Em 25 de junho de 2021, devido à saída da Barra Energia do consórcio, passamos a deter os 50% restantes de participação no Campo de Atlanta. Assim, na data deste Formulário de Referência, detemos 100% de participação no Campo de Atlanta, que é uma fonte relevante de receita em dólares americanos, devido à celebração de acordo de venda do óleo com a Shell Western. Para mais informações, veja a seção 1.2 do FRE.

b. fatores macroeconômicos que exerçam influência sobre os negócios da Emissora.

A situação financeira da Emissora e o resultado de suas operações são influenciados pelo cenário macroeconômico brasileiro e pela variação de preços dos principais insumos e produtos, especialmente do

petróleo, do câmbio e da taxa de juros. A inflação e as taxas de juros de referência podem influenciar os seus resultados, na medida em que podem gerar maior ou menor disponibilidade de renda, reduzir ou expandir a atividade econômica, ou afetar o volume de investimentos na economia.

No caso da inflação, a variação dos índices de inflação afeta as receitas, custos e despesas da Emissora, tendo em vista que o contrato de venda de gás natural proveniente do Campo de Manati celebrado com a Petrobras, assim como os contratos com os seus prestadores de serviços, são reajustados por índices atrelados à inflação. Ainda, os insumos que utilizados também podem sofrer pressão inflacionária. Além dos impactos no resultado operacional, a variação dos índices de inflação impacta também as despesas financeiras.

As variações das taxas de juros do mercado local e internacional poderiam afetar a liquidez e, consequentemente, influenciar a alavancagem futura da Emissora e sua facilidade em obter recursos junto às instituições financeiras. Além dos impactos no resultado operacional, a variação das taxas de juros impacta também as despesas financeiras.

Por fim, com relação à taxa de câmbio, parte dos custos de produção as Emissora, como custo de afretamento do FPSO, são precificados em dólares americanos e, portanto, sujeito a flutuações na taxa de câmbio. Para mais informações, veja a seção 2.2 do FRE.

c. listagem dos produtos e/ou serviços oferecidos pela emissora e participação percentual destes na receita líquida da Emissora.

As receitas da Companhia são originárias da produção e comercialização de hidrocarbonetos produzidos no Campo de Manati e no Campo de Atlanta, incluindo óleo e gás.

Período de seis meses findo em	30/06/2023
Óleo	81%
Gás	18%
Condensado	1%

Exercício social encerrado em	31/12/2022
Óleo	80%
Gás	19%
Condensado	1%

d. descrição dos produtos e/ou serviços em desenvolvimento.

A Emissora não possui plano de negócios relativos a novos produtos e serviços.

e. relacionamento com fornecedores e clientes.

No estabelecimento das relações com seus fornecedores, a Emissora classifica o escopo de cada contratação seguindo uma análise de risco caso a caso, o que permite o estabelecimento de critérios para alocação de responsabilidade naquele contrato, conforme valor e impacto operacional em seus projetos. A Emissora possui um procedimento de diligências prévias à contratação de fornecedores e prestadores de serviços considerados críticos, classificados de acordo com critérios de materialidade e exposição de riscos da Enauta.

A Emissora, por meio de sua controlada Enauta Energia, é parte em diversos contratos pelos quais são contratados bens e serviços diversos, complementares ou acessórios às atividades de E&P, bem como aqueles destinados a suportar suas atividades administrativas. Esses contratos, quando considerados em conjunto, são relevantes para os negócios da Emissora. Não há, todavia, contratos relevantes de bens ou serviços firmados com determinado fornecedor, cuja rescisão ou renegociação possa impactar substancialmente nossos negócios.

Os principais serviços contratados são: (i) aquisição e processamento de dados de geologia, geoquímica e geofísica; (ii) perfuração de poços; (iii) perfilagem e avaliação de poços; (iv) transporte aéreo e marítimo; (v) preparação de acessos e bases de perfuração; (vi) preparação de bases de logística e apoio; (vii) afretamento de FPSO; (viii) operação e manutenção de FPSO; e (ix) serviços para operação e suporte a produção de óleo.

As atividades de exploração e produção não contam com o processo de distribuição, na medida em que o petróleo e gás extraídos por nós são vendidos diretamente aos nossos clientes. Cabe observar que, na indústria de óleo e gás, as atividades e operações de *upstream* normalmente incluem o transporte do óleo e/ou gás natural do poço produtor até um ponto de entrega, que pode ser um navio-tanque junto à plataforma de produção ou oleoduto/gasoduto até um terminal *downstream* (inclui refinarias, plantas petroquímicas, distribuidoras e postos de combustíveis).

Na data deste Prospecto, todo óleo produzido pela Enauta Energia é vendido para a Shell Western Supply & Trading Limited ("Shell") através de um contrato de venda que engloba a totalidade do óleo produzido durante o Sistema de Produção Antecipada do Campo de Atlanta.

Além disso, todo gás natural produzido pela Emissora, na data deste Prospecto, é vendido para a Petrobras, nos termos do contrato de longo prazo firmado com nossa controlada Enauta Energia, na qualidade de sucessora da Manati S.A., outra controlada da Emissora que foi incorporada pela Enauta Energia em novembro de 2012. Todo óleo condensado produzido pela Emissora, na data deste Prospecto, é vendido para a DaxOil Refino S.A, nos termos do contrato de compra e venda firmado com a Enauta Energia (na qualidade de sucessora da Manati S.A.). Assim, a Shell e a Petrobras são os principais clientes da Emissora e são, individualmente, responsáveis por mais de 10% da receita líquida da Enauta.

Para informações sobre as receitas da Emissora, vide o item 2 deste Formulário de Referência

f. relação de dependência de mercados nacionais e/ou estrangeiros.

As operações de E&P da Emissora são integralmente desenvolvidas em território brasileiro. Ainda assim, a Emissora é atuante nos mercados nacional e internacional, obtendo receitas de clientes com sede no exterior.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a receita proveniente de clientes brasileiros totalizou R$443,8 milhões, correspondente a 20% da receita líquida total da Emissora. Já no período de seis meses findo em 30 de junho de 2023, a receita proveniente de clientes brasileiros totalizou R$161,3 milhões, correspondente a 19% da receita líquida total da Emissora.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a receita proveniente de clientes estrangeiros totalizou R$1.731,6 milhões, correspondente a 80% da receita líquida total da Emissora. No período de seis meses findo em 30 de junho de 2023, a receita proveniente de clientes estrangeiros totalizou R$ 705,8 milhões, correspondente a 82% da receita líquida total da Emissora. A totalidade das referidas receitas é proveniente do Reino Unido, através de contrato assinado com a Shell Western Supply & Trading Limited, com sede em Nassau, Bahamas

g. efeitos da ação governamental no negócio da emissora e regulação específica das atividades, se houver.

Contratos de Concessão de acordo com a Lei do Petróleo

O contrato de concessão é dividido em duas fases: (i) a de exploração; e (ii) a de produção. A fase de exploração pode durar de 3 a 8 anos, ao passo que a fase de produção pode durar até 27 anos, sendo permitida a prorrogação mediante aprovação da ANP.

Os principais termos e condições dos contratos de concessão, explicitados no artigo 43 da Lei do Petróleo, incluem: (i) definição do bloco objeto da concessão; (ii) prazos de duração e principais termos para as atividades de exploração e produção; (iii) regras e condições para a devolução e desocupação parcial das áreas concedidas; (iv) indicação das garantias a serem prestadas pela concessionária para assegurar o cumprimento do contrato de concessão, incluindo os investimentos exigidos em cada fase; (v) penalidades aplicáveis na hipótese de descumprimento pela concessionária dos termos contratuais; (vi) procedimentos relativos à transferência do contrato; e (vii) especificação de regras e condições para a devolução e desocupação completa das áreas concedidas, inclusive retirada de equipamentos e instalações, e a reversão de ativos.

Os principais direitos das concessionárias são: (i) exclusividade de exploração, desenvolvimento e produção na área sob concessão; (ii) propriedade sobre os hidrocarbonetos produzidos; (iii) direito de vender os hidrocarbonetos produzidos; e (iv) direito de exportar os hidrocarbonetos, desde que em observância às obrigações de fornecimento doméstico no caso de declaração de estado de emergência.

As principais obrigações das concessionárias são: (i) assunção de todos os custos e riscos relativos à exploração, desenvolvimento e produção dos hidrocarbonetos, incluindo responsabilidades relativas a danos ambientais; (ii) cumprimento das exigências relativas à aquisição de ativos e serviços de fornecedores internos, denominadas de conteúdo local; (iii) cumprimento das exigências relativas à execução do PEM apresentado na proposta vencedora; (iv) atividades de conservação de depósitos petrolíferos; (v) apresentação periódica à ANP de relatórios, dados e informações relevantes; (vi) pagamentos de participação governamental; (vii) cumprimento de planos de desenvolvimento aprovados pela ANP; e (viii) responsabilidade pelos custos relativos à desativação das instalações, nos termos da legislação brasileira e das melhores práticas da indústria petrolífera nacional.



Consórcios e *Joint Operating Agreements*

A fim de mitigar os riscos exploratórios e maximizar o alcance de seu portfólio, muitas companhias do setor brasileiro de petróleo e gás natural apresentam propostas como membros de consórcios. O processo envolve, antes da rodada de licitação, a celebração de um contrato entre as companhias para apresentação de proposta conjunta, o qual estabelece, entre outros, os termos e condições, o cronograma para o estudo conjunto da área em questão e as participações a serem detidas por cada um dos membros. Em geral, as partes arcam com os custos relativos à área sob concessão proporcionalmente à sua participação em tal área. A legislação brasileira também estabelece responsabilidade solidária entre os membros dos consórcios.

Após a rodada de licitação, prévia ou posteriormente à assinatura do contrato de concessão com a ANP, os membros do consórcio geralmente celebram um contrato operacional, denominado *Joint Operating Agreement*, que descreve os papéis e os mecanismos para a exploração e produção relativos ao bloco licitado. Em regra, os consórcios são administrados por um comitê operacional, responsável pela supervisão e pelas orientações gerais das operações conjuntas, representando a mais alta autoridade com poder decisório do consórcio.

Regulamentação Ambiental

Devido a exigências específicas presentes na legislação de localidades em que a Emissora atua, suas atividades dependem de licenças ambientais emitidas pelas autoridades ambientais federais, estaduais ou, eventualmente, autoridades municipais, sendo certo que a Emissora dedica os melhores esforços para cumprir e se adequar aos termos e condicionantes respectivamente previstos nestas licenças. Para maiores informações sobre efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades e regulamentação ambiental, vide item 1.6 do Formulário de Referência da Emissora.

h. informações sobre patentes, marcas e licenças.

Na data deste Prospecto, a Emissora não possui patentes registradas sob sua titularidade.

Marcas

A Emissora é titular de diversos registros de marcas junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial ("INPI"), sendo a marca "Enauta" atualmente utilizada nas suas atividades e de suas controladas. Os certificados de registro da marca "Enauta", considerando suas formas mista e figurativa, foram expedidos pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial em 5 de novembro de 2019.

Nomes de Domínio

A Emissora é titular de diversos registros de nomes de domínios associados às suas marcas, destacando-se "enauta.com.br" e "enauta.com", que são utilizados na condução de suas atividades, bem como nas atividades de suas controladas diretas e indiretas.

Concessões

A Emissora, através de suas controladas diretas, detém participação em 20 (vinte) concessões de petróleo e gás, em sete diferentes bacias: Santos, Espírito Santo, Sergipe-Alagoas, Camamu-Almada, Pará-Maranhão, Foz do Amazonas e Paraná.

Licenças

Devido a exigências específicas presentes na legislação de localidades em que a Emissora atua, as atividades de exploração, desenvolvimento e produção da Emissora requerem a obtenção de certas licenças, autorizações e outras aprovações regulamentares de várias autoridades governamentais, e tais operações são e serão regidas por leis e regulamentos que regem a exploração, desenvolvimento e produção, relações trabalhistas, saúde ocupacional, eliminação de resíduos, substâncias tóxicas, uso da terra, proteção ambiental, segurança e outros assuntos. Não pode haver garantia de que todas as licenças e autorizações que possamos requerer para realizar a exploração e desenvolvimento de nossos projetos serão obtidas ou renovadas em termos razoáveis ou em tempo hábil, ou que a implantação de projetos não terá um efeito adverso ao meio ambiente, à saúde e à segurança dos trabalhadores e da sociedade. Para a execução de novas estratégias de negócios, incluindo atividades como energia renovável, podemos precisar de autorizações, licenças e permissões de órgãos governamentais com os quais não tivemos interações significativas, como ANEEL e ANTAQ.



i. contratos relevantes celebrados pela Emissora.

Não foi celebrado nenhum contrato relevante pela Emissora ou por suas controladas que não fosse diretamente relacionado com suas atividades operacionais no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 e no período de seis meses findo em 30 de junho de 2023.

j. número de funcionários e política de recursos humanos.

A política de recursos humanos da Emissora é parte integrante de sua estratégia empresarial, por isso, a Emissora pratica uma administração de recursos humanos transparente, na qual o foco principal é a constante valorização e desenvolvimento de talentos, visando ao cumprimento das obrigações legais e trabalhistas e ao oferecimento de uma remuneração em linha com o mercado a partir da definição de uma estrutura de cargos e salários adequada aos seus processos organizacionais. A política de benefícios da Emissora busca uma compensação adequada, considerando a competência e responsabilidade de seus empregados, por meio da adoção de uma política de remuneração que prevê o pagamento de salários compatíveis com os praticados no mercado. A Emissora adota ainda um programa de participação de resultados para os nossos funcionários baseado no resultado financeiro, avaliação das metas das áreas e a avaliação individual.

A Emissora concentra na sua controlada Enauta Energia todo o corpo técnico administrativo responsável pelo desenvolvimento de suas atividades. Sendo assim, todos os números abaixo mencionados referem-se a sua controlada Enauta Energia:

Gênero - 30/06/2023							
Localização Geográfica	**Nível Hierárquico**	**Homens**	**Mulheres**	**Não binário**	**Outros**	**Prefere não responder**	**Total**
Sudeste	Diretoria	3	0	0	0	0	3
	Gerência / Coordenação	33	23	0	0	1	57
	Técnicos	22	8	0	0	2	32
	Analistas	32	39	0	1	1	73
Nordeste	Diretoria	0	0	0	0	0	0
	Gerência / Coordenação	1	0	0	0	0	1
	Técnicos	0	0	0	0	0	0
	Analistas	0	1	0	0	0	1
Total		91	71	0	1	4	167

k. informações sobre eventuais concorrentes nos mercados em que atua.

A Petrobras permanece sendo a maior empresa na indústria brasileira de petróleo e gás natural. Os principais participantes no mercado brasileiro de petróleo e gás natural incluem tanto renomadas companhias internacionais, como Shell, Equinor, Chevron, BP, Anadarko, Repsol/Sinopec, Petrogal, ExxonMobil e Ecopetrol, quanto companhias nacionais, como Eneva, PetroRecôncavo, PetroRio, 3R Petroleum, entre outras. Considerando o foco da Emissora nas atividades de E&P, consideramos que a presença de outras companhias no mercado de petróleo e gás natural traz oportunidades para a criação de alianças estratégicas no setor.

Após o final do monopólio da Petrobras sobre as atividades de E&P, particularmente nas últimas rodadas de licitação da ANP, a indústria de petróleo e gás atraiu um número significativo de novos concorrentes para o Brasil. O panorama competitivo criado pela Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997 ("Lei do Petróleo"), apresentou oportunidades para que pequenos concorrentes adentrassem no mercado brasileiro de E&P, principalmente em áreas terrestres, já que demandam menos capital.

Nas rodadas que aconteceram a partir de 2013, a ANP concentrou seus esforços em encorajar a participação de companhias brasileiras independentes nas licitações e, assim, aumentar a concorrência no setor. Em novembro de 2013, a ANP promoveu a 12ª Rodada de Licitações, arrecadando R$165,2 milhões em bônus de assinatura, decorrentes da aquisição de 72 blocos de exploração de gás em terra dos 240 blocos ofertados. Em razão de nossa estratégia de negócios, optamos por não participar desta rodada de licitação para participar de rodadas futuras, cujos ativos estivessem mais alinhados com nossa estratégia à época. Na 13ª Rodada de Licitações, em outubro de 2015, houve um total de 14 empresas ofertantes e a Enauta arrematou dois importantes blocos na bacia de Sergipe-Alagoas na região. A 14ª Rodada de Licitações, em setembro de 2017, contou com 17 empresas participantes. Nela, a Emissora conseguiu aumentar a sua presença na bacia de Sergipe- Alagoas.

A 15ª Rodada de Licitações ocorreu em 2018, configurando recorde de arrecadação entre as rodadas no regime de concessão. Foram arrematados 22 blocos marítimos dos 47 ofertados. Nesta rodada, a Enauta arrematou outros dois blocos na bacia de Sergipe-Alagoas. Em 2019, ocorreu a 16ª Rodada de Licitações e a companhia não arrematou blocos nesta rodada. Em 2021, a 17ª Rodada de Licitações teve um total de R$37,1 milhões em bônus ofertado, com 5 blocos arrematados na Bacia de Santos.

Desde 2018, A ANP promove a Oferta Permanente, que consiste na oferta contínua de blocos exploratórios e áreas com acumulações marginais localizados em bacias terrestres ou marítimas. A Emissora participou dos dois ciclos já iniciados e adquiriu sete blocos, sendo três localizados na Bacia de Sergipe-Alagoas e quatro na Bacia do Paraná. Nos dois ciclos mencionados muitas empresas participaram e arrematataram blocos de seu interesse.

Nos últimos anos, além das rodadas de licitação da ANP ofertando blocos na fase exploratória, o mercado tem oferecido diversos ativos já em fase de produção em função do reposicionamento de diversas companhias. A Petrobras, por exemplo, colocou à venda participações em ativos maduros, trazendo para o mercado uma grande gama de possibilidades e competição entre as empresas independentes do setor. Além da Petrobras, outras grandes empresas também iniciaram processos de desinvestimento, principalmente em função de um novo momento do setor, visando a transição energética, trazendo um segundo ciclo de oportunidades no Brasil. Em 2020, muitas empresas participaram de licitações para a aquisição de ativos maduros, campos de gás e refinarias.

14.4. Negócios com partes relacionadas: descrição dos negócios com empresas ou pessoas relacionadas com a Emissora, nos termos estabelecidos pela regulação.

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Serviços de Petróleo Constellation S.A.	26/09/2019	256.647,25	-	Não aplicável.	Prazo indeterminado.	Não	0,000000%
Relação com o emissor	Serviços de Petróleo Constellation S.A. - Sociedade sob Controle Comum na época da transação. Em 10 de junho de 2022 a Constellation deixou de ser uma parte relacionada da Companhia.						
Objeto contrato	O montante decorre de reembolso de despesas incorridas pelo compartilhamento de recursos humanos especializados da Enauta Energia S.A. em benefício da Serviços de Petróleo Constellation S.A. Os critérios de rateios consideraram os esforços demandados para cada atividade corporativa, com prazo de liquidação de 10 dias. No caso de atraso serão cobrados juros de 1% a.m. Como montante envolvido foram informados os valores totais reembolsados à Emissora desde a data inicial da transação.						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	A qualquer momento a partir de quando as partes passem a operar com infraestrutura independente, sujeito a notificação prévia com dois meses de antecedência.						
Natureza e razão para a operação	Reembolso pelo compartilhamento de recursos humanos especializados da Enauta Energia S.A. em benefício da Serviços de Petróleo Constellation S.A. A transação observou as condições praticadas pelo mercado, bem como os normativos e processos internos da Emissora, e foi aprovada de acordo com a política/procedimento vigente à época da contratação, ou seja, detalhando principais características e condições, valores, prazo, responsabilidade pelo recolhimento de impostos e taxas, etc..						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Quartz Energy Partners LLC	15/06/2022	R$ 300.000,00	0,00	R$125.000,00	180 dias	Não	0,000000%
Relação com o emissor	Consultoria administrada por um membro independente do Conselho de Administração da Emissora.						
Objeto contrato	A controlada Enauta Energia S.A. contratou o serviço de consultoria em operações de fusões e aquisições da empresa Quartz Energy Partners LLC, administrada por um membro independente do Conselho de Administração da Emissora.						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Cláusulas de término compatível com a prática do mercado e em linha com que a Emissora pratica com empresas não afiliadas. Este contrato foi rescindido em 3 de outubro de 2022 e o valor incorrido no exercício totalizou R$ 176 mil.						
Natureza e razão para a operação	Assessoria e formatação de oferta e negociação relacionadas a determinado projeto de fusões e aquisições, por tempo determinado. A transação observou as condições praticadas pelo mercado, bem como os normativos e processos internos da Emissora, e foi aprovada de acordo com a política/procedimento vigente à época da contratação, ou seja, detalhando principais características e condições, valores, prazo, responsabilidade pelo recolhimento de impostos e taxas, etc..						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							

14.5. Descrição detalhada das garantias prestadas para os valores mobiliários objeto da oferta pública de renda fixa, inclusive com percentual de cobertura sobre o total emitido

Veja o item "*n) Garantias - tipo, forma e descrição*" da Seção "*2.6. Em relação a cada série, classe e espécie do título ofertado*", nas páginas 9 e seguintes deste Prospecto.

14.6. Informação sobre o quórum mínimo estabelecido para as deliberações das assembleias gerais de credores previstos nos documentos específicos que regem a descrição do valor mobiliário da oferta pública de renda fixa

Nos termos da Escritura de Emissão, nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelos dispositivos da Escritura de Emissão que estipulam quóruns específicos, as decisões nas Assembleias Gerais de Debenturistas serão tomadas, por Debenturistas detentores de, no mínimo, (i) 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) das Debêntures em Circulação da 1ª Série, em primeira convocação, ou, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos Debenturistas das Debêntures da 1ª Série presentes, em segunda convocação, desde que estejam presentes, no mínimo, 20% (vinte por cento) das Debêntures em Circulação da 1ª Série; (ii) 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação da 2ª Série, em primeira convocação, ou, no mínimo, 50% mais 1 (um) das Debêntures em Circulação da 2ª Série, em segunda convocação; e, (iii) 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) das Debêntures em Circulação da 3ª Série, em primeira convocação, ou, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos Debenturistas das Debêntures da 3ª Série presentes, em segunda convocação, desde que estejam presentes, no mínimo, 20% (vinte por cento) das Debêntures em Circulação da 3ª Série, inclusive no caso de solicitação pela Emissora aos Debenturistas, antes da sua ocorrência, da concessão de renúncia prévia ou perdão temporário (*waiver*) aos Eventos de Vencimento Antecipado, sendo que, neste caso, deverá ser aplicável esse quórum para qualquer alteração na Escritura de Emissão em razão da aprovação da concessão da renúncia prévia ou perdão temporário (*waiver*).

A modificação relativa às características das Debêntures das respectivas séries que implique em alteração de qualquer das seguintes matérias somente poderá ser aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas, mediante deliberação favorável de Debenturistas representando, no mínimo, (a) 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação da 1ª Série; (b) 85% (oitenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação da 2ª Série; ou (c) 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação da3ª Série, em primeira ou segunda convocação: (i) Remuneração; (ii) Datas de Pagamento da Remuneração ou quaisquer valores previstos na Escritura de Emissão, incluindo condições de amortização e resgate; (iii) Data de Vencimento ou prazo de vigência; (iv) valores, montantes e datas de amortização do principal; (v) redação de quaisquer dos Eventos de Vencimento Antecipado ou sua supressão, exceto se em razão de aprovação da concessão da renúncia prévia ou perdão temporário (*waiver*), para o qual será aplicável o quórum da Cláusula 9.4.1. da Escritura de Emissão e previsto acima; (vi) alteração dos quóruns de deliberação previstos na Escritura de Emissão; (vii) disposições deste item; e (viii) criação de evento de repactuação.

O Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que tomar conhecimento da ocorrência de quaisquer dos Eventos de Vencimento Antecipado Não Automáticos. Nesta hipótese, a Assembleia Geral de Debenturistas se instalará com, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) das Debêntures em Circulação da respectiva Série, em primeira convocação, ou com qualquer quórum das Debêntures da respectiva Série, em segunda convocação. Uma vez instalada referida Assembleia Geral de Debenturistas, será necessário o quórum de Debenturistas que representem, no mínimo, (i) 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) das Debêntures em Circulação da Primeira Série, em primeira convocação, ou, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos Debenturistas das Debêntures da Primeira Série presentes, em segunda convocação, desde que estejam presentes, no mínimo, 20% (vinte por cento) das Debêntures em Circulação da Primeira Série; (ii) 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação da Segunda Série, em primeira ou segunda convocação; e (iii) 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) das Debêntures em Circulação da Terceira Série, em primeira convocação, ou, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos Debenturistas das Debêntures da Terceira Série presentes, em segunda convocação, desde que estejam presentes, no mínimo, 20% (vinte por cento) das Debêntures em Circulação da Terceira Série, para aprovar a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série, da Segunda Série ou da Terceira Série, conforme aplicável. Caso referida Assembleia Geral de Debenturistas não seja instalada por ausência de quórum, tanto em primeira quanto em segunda convocação e/ou caso, uma vez instalada, não seja obtido quórum de deliberação pelo **não** vencimento antecipado das Debêntures, seja em primeira ou em segunda convocação, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures.

14.7. Caso haja risco associado ao terceiro prestador de garantia e esse risco não seja diretamente relacionado à Emissora e/ou aos ofertantes: informação sobre a capacidade de pagamento do terceiro, assim como de seus fatores de risco

Veja a Seção "*4. Fatores de Risco*", na página 21 e seguintes deste Prospecto.

14.8. Caso haja risco associado ao terceiro prestador de garantia pessoa física, informação com a identificação do prestador e indicação se há ou não vínculo com a Emissora

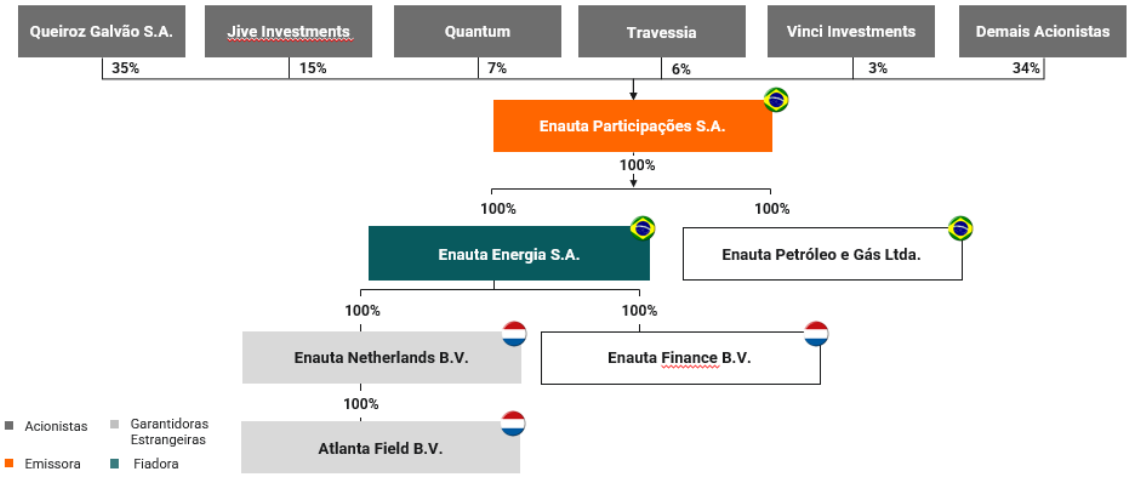
Item não aplicável à Oferta.



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

MATERIAL PUBLICITÁRIO

Estrutura societária e composição acionária



CONFIDENCIAL 7

MATERIAL PUBLICITÁRIO

Liderança com elevada capacidade de entrega



Décio Oddone
CEO
Experiência: **+37**



Carlos Mastrangelo
COO
Experiência: **+37**



Pedro Medeiros
CFO
Experiência: **+18**

Conselho de Administração
+70% dos Membros Independentes



Ana Marta Veloso
Membro Independente
Experiência: +20

Mateus Tessler
Membro Independente
Experiência: +20

Bruno Baratta
Membro Independente
Experiência: +20

Fábio Pinheiro
Membro Independente
Experiência: +20

Luiz Carlos Costamilan
Membro Independente
Experiência: +40

Ricardo de Queiroz Galvão
Membro Efetivo
Experiência: +30

Antonio A. de Queiroz Galvão
Membro Efetivo
Experiência: +40

MATERIAL PUBLICITÁRIO

Forte compromisso com ESG

prêmioanp DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA 2022 · Programa Brasileiro GHG Protocol · CDP · GRI · UN Global Compact · SASB · INTEGRATED REPORTING <IR> · Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada IGC · ENAT B3 LISTED NM

Ambiental

Zero Incidentes Ambientais

Empresa brasileira com menor volume de emissões por barril produzido
18,8 kg CO_2e/boe

Melhor Nota do CDP
Carbon Disclosure (2022) entre operadores independentes de petróleo no Brasil

Selo Gold Protocolo GHG

Prêmio ANP Inovação Ambiental
Investimento Científico e em Preservação Ambiental

Social

+10 Anos
Signatários do Pacto Global da ONU
Relatório Anual de Sustentabilidade

+20
Projetos Sociais Apoiados (2022)

Destaques
- ~40% de participação feminina no quadro funcional
- Comitê de Diversidade e Inclusão

Governança

Governança Corporativa
- Listada no Novo Mercado da B3
- Conselho de Administração com 71% de membros independentes
- Reservas Certificadas pela *Gaffney &Cline* desde 2011

Comitês do Conselho
- Financeiro
- Estratégia e Gestão
- Auditoria (Estatutário)
- Remuneração e Pessoas
- Governança, Ética e Sustentabilidade

CONFIDENCIAL 9

MATERIAL PUBLICITÁRIO

Portfolio



Notas: (1) EBITDAX: EBITDA mais despesas de exploração com poços sub-comerciais e secos. (2) Certificação de Reservas da GCA em 31/12/2022.

Manati – Offtaker: Petrobras

45%
Participação no consórcio

9,1mm boe
Reservas 2P²

~2,5 mm m³/d
Produção Média Diária (2022)

Atlanta – Offtaker: Shell

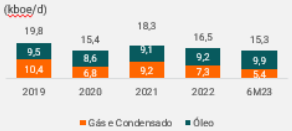
100%
Participação no consórcio

158,9 mbbl, US$ 3,3 bilhões
Reservas 2P² certificada, VPL 10

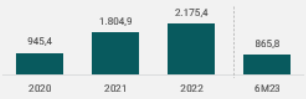
50 kbbl/d de óleo de baixo enxofre
Capacidade Produtiva do Sistema Definitivo

Destaques Consolidados

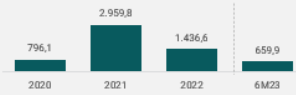
Produção Média
(kboe/d)



Receita Líquida
(R$ mm)



EBITDAX¹
(R$ mm)



10

MATERIAL PUBLICITÁRIO

Histórico de sucesso em desenvolvimento de projetos

Atlanta – Campo de Petróleo

- **2012** – Aquisição de Atlanta da Shell por US$ 157,5 milhões
- **2013** – Início do desenvolvimento com a perfuração do poço #2
- **2014** – Poço #3 horizontal perfurado com pico de produção de 4,0 kbpd)
- **2018-19** – Início de produção dos poços #2 e #3 (2018) e #4 (2019)
- **2022** – Investimento de até US$ 1,2 bilhão para o Sistema Definitivo de Atlanta, e Contrato com Yinson para entrega do FPSO Atlanta
- **2023** – Produção do poço #5 e conclusão de todos os poços da Fase 1 de Atlanta Yinson adquire o FPSO e inicia contrato de operação de 15 anos
- **2024+** – Primeiro Óleo de Atlanta com capacidade de produção de 50 kbbl/d



Manati – Campo de Gás

- **1998 -2000** – **Descoberta de Manati em parceria Enauta (55%) e** Petrobras (35%)
- **2007** – ***Farm out* de 10%** para a BrasOil (atual PRIO) **e início da produção**
- **2015** – Investimento na **instalação da estação de compressão** onshore
- **2023** – Capacidade de produção superior a 2,5 milhões m³/dia através de 6 poços



MATERIAL PUBLICITÁRIO

Forte Crescimento de Curto Prazo



Geração de Caixa Estável de Manati

- Contrato *take-or-pay* com Petrobras indexado para venda de 100% do gás;
- Manati estrategicamente localizado no 2º maior mercado de gás natural do país

Desenvolvimento do Campo de Atlanta

- 1º óleo do FPSO Atlanta em meados de 2024
- Expansão da Capacidade para 50 kbbl/dia
- Investimento inferior a US$500 milhões a realizar até 1º óleo
- Contratação de ~98% dos itens realizados
- Concessão prevista até 2044

Oportunidades de Geração de Valor

- Recursos com múltiplas oportunidades de crescimento de médio-prazo como Oliva, Atlanta NE, Atlanta W
- Otimização da estrutura de capital e da eficiência da alocação
- Experiência da equipe e ativos periféricos com oportunidades para diversificação
- Potencial de geração de valor adicional em Manati
- Investimento Seletivo em Ativos Exploratórios

Fonte: XXX, XXX, XXX | Notas: (1) XXX; (2) XXX; (3) XXX

CONFIDENCIAL 12

MATERIAL PUBLICITÁRIO

Desenvolvimento de Atlanta em Fases

Primeiro óleo da Fase 1 previsto para 2024 com capacidade de produção de 50 mil bbl por dia de petróleo de baixo enxofre
Conhecimento adquirido em seis anos do SPA apoiando investimento para 20 anos no FPSO Atlanta

Diferenciais do Sistema Definitivo

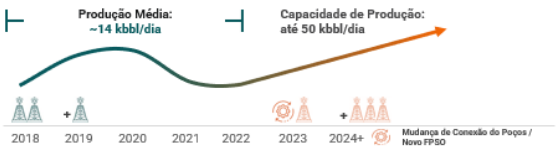
Perfuração e conclusão dos seis poços da Fase 1
- Poços com potencial superior a 15 kbbl/dia no pico
- Potencial para ramp-up acelerado da produção

FPSO Atlanta
- Aumento da capacidade para 50 kbbl/dia
- Armazenagem de 1,6 milhão de barris
- Novo sistema de bombeio com bombas multifásicas (MPP)
- Capacidade de processamento de água excede 130 kb/dia

Petróleo vendido com prêmio no mercado
Evolução significativa em eficiência operacional e logística

Expansão da Produção

(Média por ano kbbl/dia)



FPSO Petrojarl I

FPSO Atlanta

Principais Destaques	2020A	2021A	2022A	6M23
Produção líquida de petróleo (kbbl/d)	8,6	9,1	9,2	9,9
Receita líquida (R$ milhões)	659,3	1.314,3	1.731,6	704,5

Fonte: XXX, XXX, XXX | Notas: (1) XXX; (2) XXX; (3) XXX

MATERIAL PUBLICITÁRIO

Desenvolvimento de Atlanta em Fases

	Capacidade de Produção	Capacidade de Armazenagem	Capacidade de Tratamento de Água	Número de Poços	Sistema de Bombeio
EPSO Petrojarl I  Sistema de Produção Antecipada 3 a 7 Anos de Contrato	20-30 kkbl/dia	180 kkbl	11.500 bpd	3	3 MOBOs
FPSO Atlanta  Sistema Definitivo de Atlanta 15 + 5 Anos de Contrato	50 kkbl/dia	1.600 kkbl	130.000 bpd	1ª Fase: **6** 2ª Fase: **10**	3 M.P.P.s

- Em 01 de julho de 2023 ocorreu a **interrupção temporária** da produção do Campo de Atlanta em decorrência de falhas em componentes elétricos do sistema de bombeio submarino, com expectativa de **retomada a partir de outubro**
- As falhas observadas no sistema de bombeio submarino do **Sistema de Produção Antecipada**, na fase piloto, estão relacionadas à **vida útil das bombas**
- Para o **Sistema Definitivo**, com a entrada de operação do FPSO Atlanta, foi contratado um **novo sistema de bombeio submarino**, com vida útil esperada de mais de dez anos e tecnologia amplamente utilizada em projetos no Brasil e no mundo

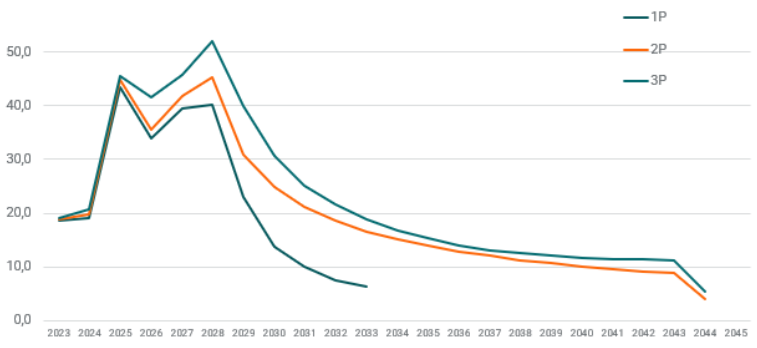
Fonte: XXX, XXX, XXX | Notas: (1) XXX; (2) XXX; (3) XXX

MATERIAL PUBLICITÁRIO

Desenvolvimento Atlanta – Destaques do FPSO para o Sistema Definitivo

- No início de 2022, a Enauta aprovou investimento de até US$1,2 bilhão no Sistema Definitivo (SD) com 1º óleo esperado em meados de 2024
- Enauta adquiriu a base para o FPSO Atlanta e contratou a Yinson para a conversão da plataforma estaleiro Drydocks World em Dubai
- Em julho de 2023, a Yinson exerceu opção de compra da plataforma e iniciou contrato de afretamento e operação por 15 anos.

Reservas de Produção (mm boe)



Fonte: Gaffney Cline

MATERIAL PUBLICITÁRIO

Entrega de equipamentos submarinos e FPSO Atlanta em etapa de conclusão











CONFIDENCIAL 16

MATERIAL PUBLICITÁRIO

Campo de Manati

Entre maiores campos de gás natural não-associado do Brasil
Produção e geração de fluxo de caixa estável

Visão Geral

- 45% de participação em consórcio com Petrobras (35%), Geopark (10%) e PRIO (10%)[1].
- Contrato exclusivo com a Petrobras *take-or-pay* com preços indexados à inflação.
- Estrategicamente localizado no Nordeste, 2º maior mercado de gás natural do país.
- Oportunidade de transformação futura conforme declínio de produção do campo.

Principais Destaques	2020A	2021A	2022A	6M23
Produção líquida de gás (kboe/d)	6,8	9,2	7,3	5,4
Receita líquida (gás + condensado, em R$ milhões)	286,2	490,7	443,8	161,3

Notas: (1) Em 03/11/2022, a PRIO anunciou a assinatura de contrato com a Gas Bridge Storage S.A. para a venda de sua participação no Campo de Manati


Plataforma *Offshore*


Instalação de Processamento de Gás *Onshore*

CONFIDENCIAL 17

MATERIAL PUBLICITÁRIO



Proposta Diferenciada de Valor

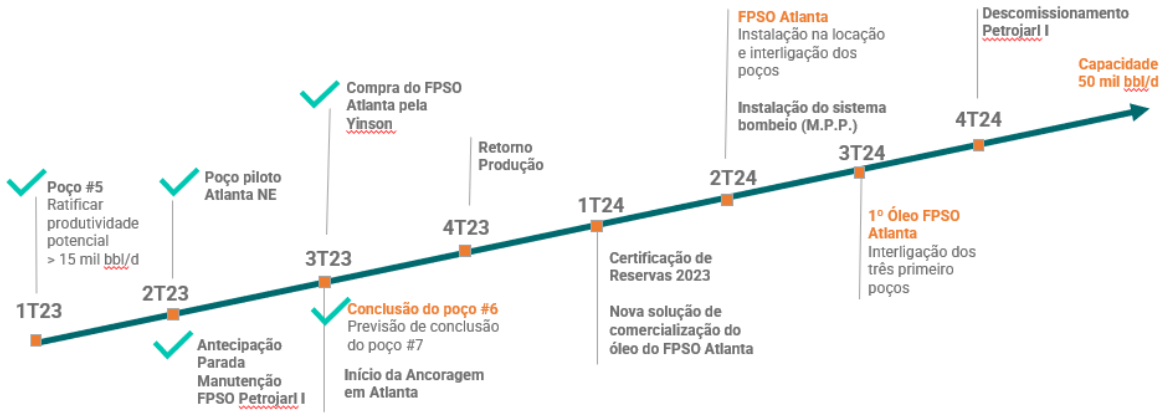
1. +22 anos de Empresa, Equipe com +35 Anos na Indústria de Óleo e Gás
2. Atlanta: Alto Crescimento de baixo custo no curto e médio prazo
3. Múltiplas Oportunidades de Geração de Valor no portfólio, Amplo Valor de Reservas
4. Sólido Histórico Operacional, Disciplina de Alocação e de Retorno no Capital Investido
5. Novo Alinhamento Societário e Conselho de Administração Independente
6. Melhores Práticas da Indústria em ESG e Segurança

CONFIDENCIAL 18

MATERIAL PUBLICITÁRIO

Atlanta: um ano para o 1° óleo

Importantes etapas de redução de riscos



MATERIAL PUBLICITÁRIO

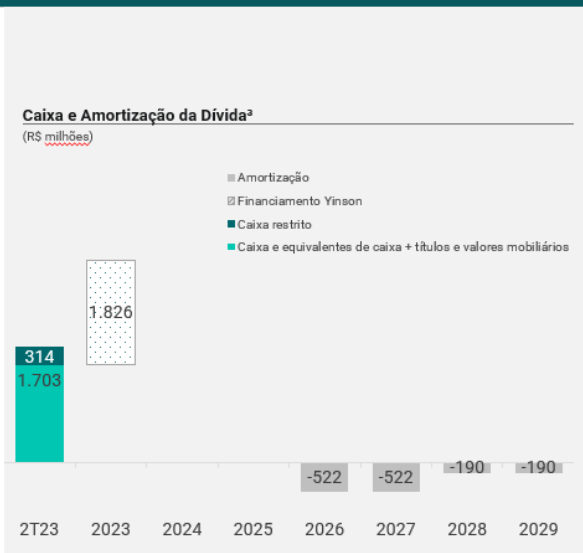
Atlanta: um ano para o 1° óleo



MATERIAL PUBLICITÁRIO

Solidez Financeira e Liquidez

	1ª Série Dezembro/22	2ª Série Dezembro/22
Valor Bruto (R$ milhões)	736,7	663,3
Taxa (%)	IPCA+ 9,8%*	CDI+4,2%
Prazo Médio e *Duration*	5,2 anos 4,2 anos	4,5 anos 3,3 anos
***Covenants* Financeiros**	▪ Dívida Líquida/EBITDAX ≤ 2,5x ▪ *Asset Life Coverage Ratio* ≥ 1,5x ▪ *Loan Life Coverage Ratio* ≥ 1,3x	
Restrição Distribuição de Dividendos	Limitada a 25% do lucro ou permitida desde que: ▪ Emissora esteja adimplente com as obrigações da 1ª Emissão; ▪ Dívida Líquida/EBITDAX, após Efetiva Distribuição de Recursos ≤ 1,50x até 31/01/25; ou ▪ Dívida Líquida/EBITDAX <= 1,75x caso rating >= AA- em perspectiva positiva ou estável²	
Garantia	Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória	

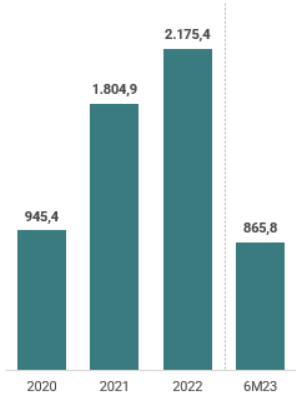


Notas: Data base 30 de junho de 2023. (1) R$ 560 milhões foram convertidos para dólares, por meio de swap, equivalente a uma dívida de US$ 109 milhões com juros totais fixos de 8,9% a.a. (2) A partir da data que ocorrer por último entre i) 31/01/2025 e ii) a comprovação de produção média diária consolidada nos últimos 6 meses correspondentes a, pelo menos, 35k boe/dia. (3) Fonte: Demonstrações Financeiras da Emissora do 2T23; financiamento Yinson equivale a US$ 379 milhões ao câmbio de 30/06/2023. Considera IPCA realizado até mai/23 e jun/23 considerando previsão ANBIMA e sem projeção futura de IPCA.

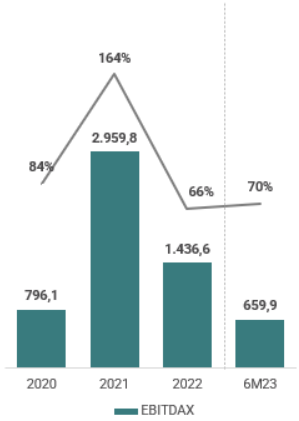
MATERIAL PUBLICITÁRIO

Perfil Financeiro

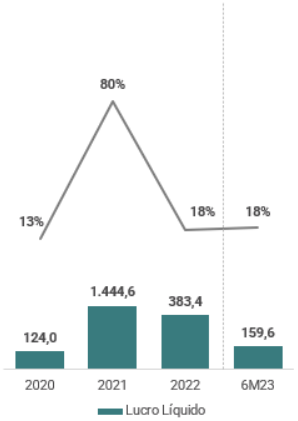
Receita Líquida
(R$ Milhões)



EBITDAX e Margem EBITDAX
(R$ Milhões e %)



Lucro Líquido e Margem Líquida
(R$ Milhões e %)



Fonte: Demonstrações Financeiras e RI da Companhia

MATERIAL PUBLICITÁRIO

Destaques de Crédito

1. **Gestão diferenciada na operação e desenvolvimento de campos de petróleo e gás**
   Equipe experiente, empresa com mais de 22 anos de atuação
   Reforço na diretoria e no Conselho de Administração com vasta experiência em Energia, Alocação de Capital e Governança
2. **Offtakers e parceiros de primeira linha, produtos com prêmio no mercado**
   Relacionamento com principais empresas do setor como Petrobras, Shell, ExxonMobil, Murphy
3. **Portfolio diversificado com potencial significativo de geração de caixa a partir de 2024**
   Combinação de fluxo de caixa de Manati com potencial do FPSO Atlanta
   Diversificação das operações em produções de Petróleo e Gás reduz riscos
4. **Sólido histórico operacional e financeiro em negócios de desenvolvimento e exploração**
   Mais de 10 anos de operações bem sucedidas, solidez financeira e retorno de capital
5. **Estrutura de capital em otimização, políticas de proteção de riscos ativa e programa de investimento previsível**
   Taxa de alavancagem baixa e Investimento contratado para Atlanta
6. **Melhores práticas de ESG**
   Governança e participação feminina na liderança empresa
   Histórico longo de mapeamento de emissões e remuneração associada a metas de eficiência

ANEXOS

ANEXO I	Aprovação Societária da Emissora
ANEXO II	Estatuto Social da Emissora
ANEXO III	Escritura de Emissão
ANEXO IV	Contrato de Alienação Fiduciária de Ações
ANEXO V	Contrato de Penhor da Concessão de Atlanta-Oliva
ANEXO VI	Contrato de Penhor da Concessão de Manati
ANEXO VII	Contrato de Cessão Fiduciária
ANEXO VIII	Contrato de Compartilhamento de Garantias



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO I

Aprovação Societária da Emissora

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DocuSign Envelope ID: 6791C969-C7E1-4798-8841-170ED550C583

ENAUTA PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ nº 11.669.021/0001-10
NIRE 33300292896

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 05 DE SETEMBRO DE 2023

1. DATA, HORA E LOCAL: Aos 05 (cinco) dias do mês de setembro de 2023, às 16:00, na sede social da Enauta Participações S.A. ("Companhia"), situada na cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Barroso, nº 52, sala 1301 (parte), Centro, CEP 20031-918.

2. CONVOCAÇÃO: Dispensada a convocação em virtude da presença a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia.

3. PRESENÇA: Estiveram presentes na reunião da Companhia, representando a totalidade dos membros em exercício do Conselho de Administração da Companhia, os Srs.: (i) Mateus Tessler Rocha; (ii) Ricardo de Queiroz Galvão; (iii) Luiz Carlos de Lemos Costamilan; (iv) Antônio Augusto de Queiroz Galvão; (v) Ana Marta Horta Veloso; (vi) Fábio de Barros Pinheiro; e (vii) Bruno Pirim Baratta. Fica consignada a participação de Conselheiros na forma prevista no Artigo 16, §7º do Estatuto Social da Companhia.

4. MESA: Presidente: Sr. Mateus Tessler Rocha; Secretária: Sra. Claudia Hesse.

5. ORDEM DO DIA: Deliberar a respeito:

(i) nos termos do artigo 59, caput e §1º da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), da realização, pela Companhia, da 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em até 3 (três) séries, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, no valor total de até R$ 1.100.000.000,00 (um bilhão e cem milhões de reais) ("Debêntures" e "Emissão", respectivamente), as quais serão objeto de distribuição pública, sob o regime misto de garantia firme e melhores esforços de colocação, de acordo com os termos previstos no "*Contrato de Coordenação, Estruturação e Distribuição Pública, sob o Regime Misto de Garantia Firme e Melhores Esforços de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em até 3 (Três) Séries, da Espécie Com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública, em Rito de Registro Automático, da 2ª (Segunda) Emissão da Enauta Participações S.A.*", a ser celebrado entre a Companhia, a Enauta Energia S.A., inscrita no CNPJ sob o n° 11.253.257/0001-71 ("Enauta Energia" ou "Fiadora"), a XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.332.886/0001-04 ("Coordenador Líder"), o BTG Pactual Investment Banking Ltda., inscrito no CNPJ sob o nº 46.482.072/0001-13 ("BTG Pacutal")

DocuSign Envelope ID: 6791C969-C7E1-4798-8841-170ED550C583

e a ABC Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., inscrito no CNPJ sob o nº 33.817.677/0001-76 ("ABC" e, em conjunto com o BTG Pactual e o Coordenador Líder, "Coordenadores"; e "Contrato de Distribuição", respectivamente), em conformidade com a Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei nº 6.385/76") e com a Resolução CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 160") e demais disposições e regulamentações aplicáveis, de acordo com os termos e condições acordados no "*Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em até 3 (Três) Séries, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública, em Rito de Registro Automático, da Enauta Participações S.A.*", a ser celebrado entre a Companhia, na qualidade de emissora e ofertante das Debêntures, a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., na qualidade de agente fiduciário representante dos titulares das Debêntures ("Vórtx" ou "Agente Fiduciário" e "Debenturistas", respectivamente) e a Enauta Energia, na qualidade de fiadora ("Escritura de Emissão" e "Oferta**"**, respectivamente);

(ii) em garantia do fiel, pontual e integral pagamento das Obrigações Garantidas (conforme definido abaixo), da outorga e celebração, pela Companhia, por meio de compartilhamento nos mesmos termos, pari passu e em mesmo grau de senioridade, com os titulares das debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, da primeira emissão da Companhia, emitidas nos termos do "*Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em até 2 (Duas) Séries, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Enauta Participações S.A.*", celebrado em 22 de novembro de 2022, conforme aditado, entre a Companhia, a Fiadora e a Vórtx, na qualidade de agente fiduciário, nos termos da Escritura de Emissão, ("Agente Fiduciário da Primeira Emissão" e "Primeira Emissão", respectivamente) e, do "*Contrato de Compartilhamento de Garantias Reais e Outras Avenças*", a ser celebrado entre o Agente Fiduciário e o Agente Fiduciário da Primeira Emissão ("Contrato de Compartilhamento de Garantias"), das seguintes garantias: **(a)** alienação fiduciária da totalidade das ações da Enauta Energia atualmente detidas pela Companhia, representando 100% de seu capital social, nos termos do "*Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças*", a ser celebrado entre a Companhia, na qualidade de alienante, a Enauta Energia, o Agente Fiduciário da Primeira Emissão e o Agente Fiduciário ("Contrato de Alienação Fiduciária de Ações"); e (b) cessão fiduciária dos direitos creditórios, atuais e/ou futuros, principais e acessórios, de titularidade da Companhia e/ou da Enauta Energia, decorrentes, relacionados e/ou emergentes das Contas Vinculadas (conforme definido abaixo) a qualquer tempo, inclusive os Investimentos Permitidos (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária), bem como todos os seus frutos e rendimentos, nos termos do "*Segundo Aditamento ao Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Contas Vinculadas e Direitos Creditórios e Outras Avenças*", a ser celebrado entre a Companhia, a Enauta

DocuSign Envelope ID: 6791C969-C7E1-4798-8841-170ED550C583

Energia, na qualidade de cedentes, o Agente Fiduciário da Primeira Emissão e o Agente Fiduciário ("Contrato de Cessão Fiduciária" e, em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, os Contratos de Garantia Estrangeiros e o Contratos de Penhor das Concessões (conforme abaixo definidos), os "Contratos de Garantia");

(iii) da autorização, pela Companhia, direta ou indiretamente por meio de procuradores, para realizar todos atos necessários para a formalização, efetivação e completa eficácia das deliberações aprovadas em reunião, incluindo, mas não se limitando, (a) a negociação das demais condições das Debêntures; (b) a elaboração e celebração, pelos representantes da Companhia, de todos os documentos da Oferta, incluindo, mas não se limitando, a Escritura de Emissão, o Contrato de Distribuição, os Contratos de Garantia e quaisquer outros instrumentos relacionados e/ou necessários para formalizar a contratação do Agente Fiduciário, dos Coordenadores, dos assessores legais e dos demais prestadores de serviços necessários à implementação da Emissão e da Oferta, tais como o Escriturador (conforme definido abaixo), o Agente de Liquidação (conforme definido abaixo), o Banco Depositário (conforme definido abaixo), a B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), dentre outros, podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos instrumentos de contratação e eventuais alterações em aditamentos aos respectivos instrumentos;

(iv) da autorização aos diretores da Companhia, da Enauta Energia e das Fiadoras Estrangeiras (conforme definido abaixo) e aos seus procuradores, conforme o caso, para a prática de todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à efetivação da Emissão, da Oferta e/ou relacionados às Garantias (conforme definido abaixo), bem como à outorga e aperfeiçoamento das Garantias, incluindo a assinatura, seja como parte e/ou interveniente-anuente, conforme o caso, dos documentos da Emissão e da Oferta, de qualquer notação de garantia, e de quaisquer aditamentos e anexos aos mesmos, procurações, notificações, cartas, documentos de *know your client*, certificados e quaisquer outros documentos relacionados à Emissão, à Oferta e à outorga e aperfeiçoamento das Garantias; e

(v) da ratificação de todos e quaisquer atos já praticados pela Companhia, direta ou indiretamente por meio de procuradores, para a efetivação da Emissão, da Oferta e/ou das Garantias (conforme definido abaixo), bem como todos aqueles necessários para a consecução das matérias constantes dos itens (i), (ii), (iii) e (iv) acima.

6. DELIBERAÇÕES APROVADAS: Antes de iniciar o exame da ordem do dia, os Conselheiros presentes aprovaram, por unanimidade, que a Ata desta Reunião do Conselho de Administração da Companhia fosse lavrada sob a forma de sumário, nos termos da lei, facultada a apresentação de votos e protestos, que serão recebidos pela Mesa e arquivados na sede da Companhia.

DocuSign Envelope ID: 6791C969-C7E1-4798-8841-170ED550C583

Passando aos itens constantes da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade dos votos presentes:

(i) aprovar a realização da Emissão e da Oferta pela Companhia, nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão, com as seguintes características e condições, a serem detalhadas e reguladas por meio da celebração da Escritura de Emissão:

(a) **Número da Emissão**. A Emissão constitui a 2ª (segunda) emissão de debêntures da Companhia.

(b) **Valor Total da Emissão**. O valor total da Emissão será de até R$ 1.100.000.000,00 (um bilhão e cem milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definida abaixo) ("Valor Total da Emissão"), sendo certo que (i) a quantidade de Debêntures a ser emitida; (ii) a existência de cada uma das Séries; e (iii) a quantidade de Debêntures a ser alocada em cada série, serão definidas de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding* (conforme definido abaixo) mediante o Sistema de Vasos Comunicantes (conforme definido abaixo), observado que a quantidade de Debêntures a ser alocada na Segunda Série será limitada a 50% (cinquenta por cento) da quantidade total de Debêntures efetivamente emitida e que qualquer Série poderá ser cancelada. Será permitida a Distribuição Parcial (conforme definido abaixo) das Debêntures, nos termos da Cláusula 3.6.4 da Escritura de Emissão, observada a colocação do Montante Mínimo (conforme definido abaixo). A Emissão e a Oferta não poderão ser aumentadas em nenhuma hipótese.

(c) **Número de Séries**. A Emissão será realizada em até 3 (três) séries (em conjunto, as "Séries", e, individual e indistintamente, "Série"), sendo (i) as Debêntures objeto da Oferta distribuídas no âmbito da primeira Série ("Primeira Série") doravante denominadas "Debêntures da Primeira Série"; (ii) as Debêntures objeto da Oferta distribuídas no âmbito da segunda Série ("Segunda Série") doravante denominadas "Debêntures da Segunda Série"; e (iii) as Debêntures objeto da Oferta distribuídas no âmbito da terceira Série ("Terceira Série") doravante denominadas "Debêntures da Terceira Série" e, em conjunto com as Debêntures da Primeira Série e as Debêntures da Segunda Série, ("Debêntures"). A quantidade de Debêntures a ser alocada nas outras Séries, bem como a quantidade de Séries a ser emitida, será definida após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* mediante o sistema de vasos comunicantes, ou seja, a quantidade de Debêntures, por Série, será diminuída da quantidade total de Debêntures, limitando, portanto, a quantidade de Debêntures a ser alocada na outra Série, sendo certo que a quantidade de Debêntures a ser alocada na Segunda Série será limitada a 50% (cinquenta por cento) da quantidade total de Debêntures efetivamente emitida ("Sistema de Vasos Comunicantes"),

DocuSign Envelope ID: 6791C969-C7E1-4798-8841-170ED550C583

observada a possiblidade de Distribuição Parcial e a colocação do Montante Mínimo.

(d) **Agente de Liquidação e Escriturador**. O Agente de Liquidação da presente Emissão e a instituição prestadora de serviços de Escrituração das Debêntures será a Vórtx ("Agente de Liquidação" e "Escriturador").

(e) **Colocação e Procedimento de Distribuição.** As Debêntures serão objeto de distribuição pública, a ser registrada sob o rito de registro automático, destinada a Investidores Qualificados, nos termos da Resolução CVM 160 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, com a intermediação dos Coordenadores, sob o regime misto de colocação, sendo que: (i) R$100.000.000,00 (cem milhões de reais), correspondentes a 100.000 (cem mil) Debêntures, serão colocadas sob o regime de melhores esforços de colocação, e (ii) R$1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), correspondentes a 1.000.000 (um milhão) de Debêntures, serão colocadas sob de garantia firme de colocação, de forma individual e não solidária, a ser prestada por cada Coordenador, de acordo com os termos previstos no Contrato de Distribuição. Será admitida a possibilidade de distribuição parcial das Debêntures, nos termos dos artigos 73 e 74 da Resolução CVM 160, sendo que a manutenção da Oferta está condicionada à subscrição e integralização do montante mínimo de R$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais) ("Montante Mínimo"). Caso durante o Procedimento de *Bookbuilding* não seja verificada demanda pelos Investidores Qualificados para a totalidade das Debêntures, até o final do prazo de colocação das Debêntures, as Debêntures representativas da diferença entre o Volume Total da Emissão e a demanda das Debêntures apurada junto aos Investidores Qualificados no Procedimento de *Bookbuilding*, nos termos da Escritura de Emissão, serão canceladas pela Companhia, observados os termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão e no Contrato de Distribuição ("Distribuição Parcial"). Na hipótese de Distribuição Parcial, a quantidade de Debêntures distribuída em melhores esforços de distribuição prevista na Escritura de Emissão será reduzida proporcionalmente, com o consequente cancelamento das Debêntures não subscritas e integralizadas, a ser formalizado por meio de aditamento à Escritura de Emissão, sem a necessidade de nova aprovação societária pela Companhia ou realização de Assembleia Geral de Debenturistas.

(f) **Destinação de Recursos**. Nos termos do artigo 2º, parágrafos 1º e 1º-B, da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme alterada ("Lei 12.431"), do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, conforme alterado ("Decreto 8.874"), da Resolução CMN nº 4.751, de 26 de setembro de 2019, conforme alterada ("Resolução CMN 4.751") e da Portaria da Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis do Ministério de Minas e Energia nº 62/SPG/MME, de 18 de

DocuSign Envelope ID: 6791C969-C7E1-4798-8841-170ED550C583

novembro de 2022 ("Portaria"), os recursos líquidos captados pela Companhia por meio da Emissão das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Terceira Série serão utilizados exclusivamente para (i) reembolso de gastos, despesas ou dívidas relacionadas à implantação do Projeto (conforme definido abaixo), ocorridas nos 24 (vinte e quatro) meses imediatamente anteriores à data de encerramento da Oferta; e/ou (ii) pagamento futuro de gastos, despesas e/ou dívidas a serem incorridos a partir da Data de Emissão e relacionados à Implementação e Desenvolvimento do Sistema Definitivo do Campo de Atlanta ("Projeto"), nos termos da Lei 12.431 e da Escritura de Emissão. Os recursos captados pela Companhia por meio da integralização das Debêntures da Segunda Série serão utilizados exclusivamente para o reforço do capital de giro da Companhia, bem como outros propósitos corporativos gerais.

(g) **Data de Emissão**. Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 15 de setembro de 2023 ("Data de Emissão").

(h) **Data de Início da Rentabilidade**. Para todos os fins e efeitos legais, a data de início da rentabilidade será a Data da Primeira Integralização (conforme definido abaixo) ("Data de Início da Rentabilidade").

(i) **Forma, Tipo e Comprovação de Titularidade**. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta emitido pelo Escriturador e, adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na B3, conforme o caso, será expedido por esta extrato em nome do Debenturista, que servirá como comprovante de titularidade de tais Debêntures.

(j) **Conversibilidade**. As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Companhia.

(k) **Espécie**. As Debêntures serão da espécie com garantia real, nos termos do artigo 58, *caput*, da Lei das Sociedades por Ações, com garantia adicional fidejussória, conforme estabelecido na Escritura de Emissão.

(l) **Prazo e Data de Vencimento**. Observado o disposto na Escritura de Emissão, (i) as Debêntures da Primeira Série terão prazo de vencimento de 6 (seis) anos ou 2.194 (dois mil cento e noventa e quatro) dias contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 17 de setembro de 2029 ("Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série"); e (ii) as Debêntures da Segunda Série terão prazo de vencimento de 5 (cinco) anos ou 1.827 (mil oitocentos e vinte e sete) dias contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de setembro de 2028 ("Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série"); e (iii) as Debêntures da Terceira Série terão prazo de vencimento de 6 (seis) anos ou

DocuSign Envelope ID: 6791C969-C7E1-4798-8841-170ED550C583

2.194 (dois mil cento e noventa e quatro) dias contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 17 de setembro de 2029 ("Data de Vencimento das Debêntures da Terceira Série", e, em conjunto com a Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série e a Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série, a "Data de Vencimento").

(m) **Valor Nominal Unitário**. O valor nominal unitário das Debêntures será de R$ 1.000,00 (mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

(n) **Quantidade de Debêntures:** Serão emitidas, inicialmente, 1.100.000 (um milhão e cem mil) Debêntures, a serem alocadas conforme demanda pelas Debêntures, apurada por meio do Procedimento de *Bookbuilding*, mediante o Sistema de Vasos Comunicantes, sendo certo que a quantidade de Debêntures a ser alocada na Segunda Série será limitada a 50% (cinquenta por cento) da quantidade total de Debêntures efetivamente emitida, observada a possibilidade de Distribuição Parcial e a colocação do Montante Mínimo.

(o) **Preço de Subscrição e Forma de Integralização**. As Debêntures serão subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, pelo seu Valor Nominal Unitário na primeira data de integralização das Debêntures ("Data da Primeira Integralização"), de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à B3. Caso qualquer Debênture venha a ser integralizada em data diversa e posterior à Data da Primeira Integralização, a integralização deverá considerar (i) o seu Valor Nominal Unitário Atualizado, para as Debêntures da Primeira Série; e/ou (ii) o seu Valor Nominal Unitário, para as Debêntures da Segunda Série e para as Debêntures da Terceira Série, em todos os casos, acrescido da respectiva Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Data da Primeira Integralização até a data de sua efetiva integralização. As Debêntures poderão ser subscritas com ágio ou deságio, a ser definido, se for o caso, no ato de subscrição das Debêntures, desde que aplicado de forma igualitária à totalidade das Debêntures da respectiva série, integralizadas em uma mesma data.

(p) **Atualização Monetária do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série**. O Valor Nominal Unitário (ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso), das Debêntures da Primeira Série será atualizado monetariamente mensalmente pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE ("IPCA"), desde a Data de Início da Rentabilidade até a data de seu efetivo pagamento ("Atualização Monetária das Debêntures da Primeira Série"), sendo o produto da Atualização Monetária das Debêntures da Primeira Série automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário (ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) das Debêntures da

DocuSign Envelope ID: 6791C969-C7E1-4798-8841-170ED550C583

Primeira Série ("Valor Nominal Unitário Atualizado"). A Atualização Monetária das Debêntures da Primeira Série será definida de acordo com os termos e fórmula a serem previstos na Escritura de Emissão.

(q) **Atualização Monetária do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série e das Debêntures da Terceira Série**. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série e das Debêntures da Terceira Série não será atualizado monetariamente.

(r) **Remuneração das Debêntures da Primeira Série**. Sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Primeira Série, incidirão juros remuneratórios a serem definidos no Procedimento de *Bookbuilding*, e, em qualquer caso, limitados ao que for maior entre: (i) a taxa interna de retorno do Tesouro IPCA+ (nova denominação da Nota do Tesouro Nacional, Série B – NTN-B), com vencimento em 2028, baseada na cotação indicativa divulgada pela ANBIMA em sua página na internet (http://www.anbima.com.br), apurada no fechamento do Dia Útil imediatamente anterior à data do Procedimento de *Bookbuilding*, acrescida exponencialmente de uma sobretaxa (*spread)* equivalente a 3,70% (três inteiros e setenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis; ou (ii) 8,75% (oito inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração das Debêntures da Primeira Série"), incidentes desde a Data de Início da Rentabilidade das Debêntures da Primeira Série, ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. O cálculo da Remuneração das Debêntures da Primeira Série será definido de acordo com os termos e fórmula a serem previstos na Escritura de Emissão.

(s) **Remuneração das Debêntures da Segunda Série**. Sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias do DI – Depósito Interfinanceiro de um dia, "*over extra grupo*", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 ("Taxa DI"), acrescida exponencialmente de uma sobretaxa (*spread)*, a ser definido no Procedimento de *Bookbuilding* e, em qualquer caso, limitada a 4,50% (quatro inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração das Debêntures da Segunda Série"). O cálculo da Remuneração das Debêntures da Segunda Série será definido de acordo com os termos e fórmula a serem previstos na Escritura de Emissão.

DocuSign Envelope ID: 6791C969-C7E1-4798-8841-170ED550C583

(t) **Remuneração das Debêntures da Terceira Série.** Sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios prefixados, correspondentes a um determinado percentual fixo ao ano a ser definido no Procedimento de *Bookbuilding* e, em qualquer caso, limitado ao que for maior entre: (i) a Taxa DI de *duration* mais próxima à *duration* das Debêntures da Terceira Série, conforme as Taxas Referenciais BM&FBOVESPA relativa à 'DI x Pré', 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, baseada na cotação indicativa do Dia Útil imediatamente anterior à data de realização do Procedimento de *Bookbuilding*, divulgada pela B3 em sua página na internet (acessível, nesta data, por meio do link https://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/servicos-de-dados/market-data/consultas/mercado-de-derivativos/precos-referenciais/taxas-referenciais-bm-fbovespa/), acrescida exponencialmente de sobretaxa (*spread*) de 3,75% (três inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano; e (ii) 14,75% (quatorze inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração das Debêntures da Terceira Série" e, em conjunto com a Remuneração das Debêntures da Primeira Série e a Remuneração das Debêntures da Segunda Série, "Remuneração"). O cálculo da Remuneração das Debêntures da Terceira Série será definido de acordo com os termos e fórmula a serem previstos na Escritura de Emissão.

(u) **Pagamento da Remuneração das Debêntures**. Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de eventual vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures ou Resgate Antecipado Facultativo, nos termos previstos na Escritura de Emissão, a (i) Remuneração das Debêntures Primeira Série será paga, semestralmente, a partir da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento realizado em 15 de março de 2024, e os demais pagamentos devidos sempre no dia 15 dos meses de setembro e março de cada ano, até a Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série (cada uma, uma "Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures Primeira Série"); (ii) Remuneração das Debêntures Segunda Série será paga, semestralmente, sendo o primeiro pagamento realizado em 15 de março de 2024, e os demais pagamentos devidos sempre no dia 15 dos meses de setembro e março de cada ano, até a Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série (cada uma, uma "Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures Segunda Série"); e (iii) Remuneração das Debêntures da Terceira Série será paga semestralmente, sendo o primeiro pagamento realizado em 15 de março de 2024 e os demais pagamentos devidos sempre no dia 15 dos meses de março e setembro de cada ano, até a Data de Vencimento das Debêntures da Terceira Série (cada uma, uma "Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Terceira Série" e, em conjunto com a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures

DocuSign Envelope ID: 6791C969-C7E1-4798-8841-170ED550C583

Primeira Série e a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures Segunda Série, a "Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures").

(v) **Amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Primeira Série**. O saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Primeira Série será amortizado em 5 (cinco) parcelas semestrais, devidas sempre nos dias 15 de março e 15 de setembro de cada ano, sendo que a primeira parcela será devida em 15 de setembro de 2027, e as demais parcelas serão devidas em cada uma das respetivas datas de amortização das Debêntures da Primeira Série, de acordo com as datas e percentuais indicados na Escritura de Emissão (cada uma, uma "Data de Amortização das Debêntures da Primeira Série").

(w) **Amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série e das Debêntures da Terceira Série**. O Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série será amortizado em uma única parcela, na Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série. O Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série será amortizado em uma única parcela, na Data de Vencimento das Debêntures da Terceira Série.

(x) **Local de Pagamento:** Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Companhia no respectivo vencimento utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela B3 para as Debêntures custodiadas eletronicamente nela; e/ou (ii) os procedimentos adotados pelo Escriturador, para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na B3.

(y) **Prorrogação dos Prazos:** Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se a data do vencimento coincidir com dia em que não houver expediente bancário no local de pagamento das Debêntures, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da B3, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado declarado nacional, sábado ou domingo ("Dia Útil").

(z) **Encargos Moratórios:** Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Companhia de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Companhia, ficarão sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) multa convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2,00% (dois inteiros por cento); e (ii) juros moratórios à razão de 1,00% (um inteiro por cento) ao mês, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento; ambos calculados sobre o montante devido e não pago ("Encargos Moratórios").

DocuSign Envelope ID: 6791C969-C7E1-4798-8841-170ED550C583

(aa) **Decadência dos Direitos aos Acréscimos**: Sem prejuízo do disposto na Escritura de Emissão, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Companhia, nas datas previstas na Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Companhia nos canais de publicação indicados na Escritura de Emissão, não lhe dará direito ao recebimento da Atualização Monetária das Debêntures da Primeira Série, da Remuneração das Debêntures e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento.

(bb) **Repactuação**: As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

(cc) **Publicidade**: Sem prejuízo de observar o disposto no artigo 13 da Resolução CVM 160, em relação à publicidade da Emissão e da Oferta, todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos titulares das Debêntures devem ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos no Jornal de Publicação da Companhia ("Aviso aos Debenturistas"), bem como na rede mundial de computadores (https://www.enauta.com.br/investidores/), observado o disposto no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações e os prazos legais, devendo a Companhia comunicar o Agente Fiduciário e a B3 a respeito de qualquer publicação na data da sua realização, sendo certo que, caso a Companhia altere seu Jornal de Publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo veículo para divulgação de suas informações.

(dd) **Tratamento Tributário**. As Debêntures da Primeira Série e as Debêntures da Terceira Série gozarão do tratamento tributário previsto nos artigos 1º e 2º da Lei 12.431, nos termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão.

(ee) **Classificação de Risco**. A Companhia se obriga a contratar agência de classificação de risco ("Agência de Classificação de Risco", cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder a Agência de Classificação de Risco nos termos previstos na Escritura de Emissão, desde que tal agência de classificação de risco seja a Standard & Poor's, a Moody's América Latina ou a Fitch Ratings), que atribuirá classificação de risco (*rating*) às Debêntures, em até 9 (nove) meses contados a partir da Data de Emissão ou simultaneamente à divulgação da classificação de risco da Primeira Emissão (conforme abaixo definido), o que ocorrer primeiro. A partir da data de contratação da Agência de Classificação de Risco, a Companhia deverá manter contratada a Agência de Classificação de Risco para a atualização da classificação de risco (*rating*) das Debêntures anualmente, durante todo o restante do prazo de vigência das Debêntures, bem como dar ampla divulgação de tais relatórios ao mercado.

DocuSign Envelope ID: 6791C969-C7E1-4798-8841-170ED550C583

(ff) **Garantia Fidejussória**. A Enauta Energia prestará fiança em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, em conformidade com o artigo 818 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), independentemente de outras garantias constituídas no âmbito da Emissão, obrigando-se solidariamente com a Companhia, em caráter irrevogável e irretratável, como fiadora, codevedora solidária e principal pagadora responsável pelo fiel, pontual e integral pagamento do Valor Total da Emissão, devido nos termos da Escritura de Emissão, acrescido da Atualização Monetária das Debêntures da Primeira Série, da Remuneração e dos Encargos Moratórios, conforme aplicável, bem como das demais obrigações pecuniárias presentes e futuras, principais e acessórias, previstas na Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantia, inclusive honorários advocatícios, despesas, custos, encargos, tributos, reembolsos ou indenizações, bem como as obrigações relativas ao Agente de Liquidação, ao Escriturador, à B3, ao Agente Fiduciário e demais prestadores de serviço envolvidos na Emissão, bem como honorários do Agente Fiduciário e despesas judiciais e extrajudiciais necessárias e comprovadamente incorridas pelo Agente Fiduciário ou Debenturistas, inclusive, na constituição, formalização, execução e/ou excussão das garantias previstas na Escritura de Emissão ("Obrigações Garantidas" e "Fiança", respectivamente), conforme termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão. Sem prejuízo da Fiança, a Enauta Netherlands B.V. ("Enauta Netherlands") e a Atlanta Field B.V. ("Atlanta Field" e, em conjunto, "Fiadoras Estrangeiras", sendo as Fiadoras Estrangeiras, em conjunto com a Enauta Energia, "Fiadoras") outorgarão garantias corporativas, regidas pelas leis da Holanda e observada as limitações impostas em tal legislação, nos termos da "*Notes Guarantee*" a ser outorgada pela Enauta Netherlands e da "*Notes Guarantee*" a ser outorgada pela Atlanta Field, as quais serão celebradas em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, em garantia do fiel, pontual e integral pagamento das Obrigações Garantidas ("Garantias Corporativas Estrangeiras").

(gg) **Garantias Reais**. Para assegurar o fiel, pontual e integral cumprimento da totalidade das Obrigações Garantidas, as Debêntures contarão, ainda, com as seguintes garantias reais (em conjunto, as "Garantias Reais" e, em conjunto com a "Garantia Fidejussória", as "Garantias"): **(i)** alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão da Enauta Energia ("Direitos de Participação"), bem de como (a) todas as ações: (1) derivadas de desdobramento, grupamento ou bonificação, inclusive mediante a permuta, venda ou qualquer outra forma de alienação das ações de emissão da Enauta Energia e quaisquer bens ou títulos nos quais as ações de emissão da Enauta Energia sejam convertidas (incluindo quaisquer depósitos, títulos ou valores mobiliários); (2) oriundas da

DocuSign Envelope ID: 6791C969-C7E1-4798-8841-170ED550C583

subscrição de novas ações representativas do capital social da Enauta Energia, bem como de bônus de subscrição, debêntures conversíveis, partes beneficiárias, certificados, títulos ou outros valores mobiliários conversíveis em ações, relacionados à participação societária na Enauta Energia; e (3) de emissão da Enauta Energia recebidas, conferidas e/ou adquiridas (direta ou indiretamente) por meio de consolidação, fusão, cisão, incorporação, permuta, substituição, divisão, reorganização societária ou de qualquer outra forma (observadas as restrições previstas no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e na Escritura de Emissão, conforme aplicável, sendo certo que o disposto na Escritura de Emissão deverá prevalecer em caso de conflito com o Contrato de Alienação Fiduciária), sejam tais ações ou direitos atualmente ou futuramente detidas, direta ou indiretamente, pela Companhia e pela Enauta Energia (em conjunto, as "Ações"), e (b) todos os dividendos (em dinheiro, espécie ou mediante distribuição de novas ações), lucros, frutos, rendimentos, pagamentos, créditos, remuneração, bonificações, direitos econômicos, juros sobre capital próprio, distribuições, reembolso de capital, bônus e demais valores efetivamente creditados, pagos, entregues, recebidos ou a serem recebidos ou de qualquer outra forma distribuídos em razão da titularidade das Ações, sem limitar, todas as preferências e vantagens que forem atribuídas expressamente às Ações, a qualquer título, inclusive lucros, proventos decorrentes do fluxo de dividendos, juros sobre o capital próprio, valores devidos por conta de redução de capital, amortização, resgate, reembolso ou outra operação e todos os demais proventos ou valores que de qualquer outra forma tenham sido e/ou que venham a ser declarados e ainda não tenham sido distribuídos, inclusive mediante a permuta, venda ou qualquer outra forma de disposição ou alienação das Ações, e quaisquer bens, valores mobiliários ou títulos nos quais as Ações sejam convertidas (incluindo quaisquer depósitos, títulos ou valores mobiliários) ("Ações Alienadas Fiduciariamente" e "Alienação Fiduciária de Ações", respectivamente), nos termos do "*Primeiro Aditamento e Consolidação ao Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças*", a ser celebrado, entre a Companhia, o Agente Fiduciário e a Enauta Energia, na qualidade de interveniente anuente ("Contrato de Alienação Fiduciária de Ações"), sem prejuízo ao disposto na Cláusula 4.27.2 da Escritura de Emissão; **(ii)** garantia sobre as ações de emissão da Enauta Netherlands e da Atlanta Field, nos termos do "*Deed of Amendment of Pledge of Shares*" a ser celebrado entre Enauta Netherlands, o Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário da Primeira Emissão e a Atlanta Field e do "*Deed of Amendment of Pledge of Shares*" a ser celebrado entre Enauta Energia, o Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário da Primeira Emissão e a Atlanta Field, sem prejuízo ao disposto na Cláusula 4.27.2 da Escritura de Emissão ("Contratos de Garantia Estrangeiros"); **(iii)** penhor da totalidade dos direitos detidos pela Enauta Energia emergentes de suas respectivas participações nos Contratos de Concessão (conforme

DocuSign Envelope ID: 6791C969-C7E1-4798-8841-170ED550C583

definido abaixo), conforme aditados e/ou renovados de tempos em tempos ("Penhor das Concessões"), nos termos dos "*Primeiro Aditamento e Consolidação ao Instrumento Particular de Penhor de Direitos Emergentes da Concessão de Atlanta-Oliva e Outras Avenças*" e do "*Primeiro Aditamento e Consolidação ao Instrumento Particular de Penhor de Direitos Emergentes da Concessão de Manati e Outras Avenças*", a serem celebrados, entre a Enauta Energia, na qualidade de empenhante, e o Agente Fiduciário (em conjunto, "Contratos de Penhor das Concessões"), sem prejuízo ao disposto na Cláusula 4.27.3 da Escritura de Emissão; **(iv)** cessão fiduciária (a) de todos e quaisquer direitos creditórios da Companhia, principais e acessórios, atuais e futuros (incluindo, sem limitação, recebíveis, créditos, direitos de indenização, seguros contratados e multas), decorrentes, relacionados e/ou emergentes de conta vinculada a ser aberta no Itaú Unibanco S.A. ("Banco Depositário"), movimentável exclusivamente pelo Banco Depositário ("Conta Pagamento e Acúmulo da Emissora"), de titularidade da Companhia, mas não movimentável por ela; e (b) de todos e quaisquer direitos creditórios da Enauta Energia, principais e acessórios, atuais e futuros (incluindo, sem limitação, recebíveis, créditos, direitos de indenização, seguros contratados e multas), decorrentes, relacionados e/ou emergentes de conta vinculada a ser aberta no Banco Depositário, movimentável exclusivamente pelo Banco Depositário ("Conta Acúmulo da Enauta Energia" e, em conjunto com a Conta Pagamento e Acúmulo da Emissora, a Conta Pagamento e Acúmulo da Emissora da Primeira Emissão e a Conta Acúmulo da Enauta Energia da Primeira Emissão (conforme definidas no Contrato de Cessão Fiduciária), as "Contas Vinculadas"), de titularidade da Enauta Energia, mas não movimentável por ela, nas quais deverão ser depositados, mensalmente, recursos equivalentes a 1/6 (um sexto) da próxima parcela de amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado, ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, e Remuneração das Debêntures, sendo certo que a Conta Pagamento e Acúmulo da Emissora deverá estar 100% (cem por cento) preenchida em cada mês de pagamento de amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado e Remuneração das Debêntures, e os recursos serão utilizados para o pagamento da referida parcela, conforme termos e condições previstos no Contrato de Cessão Fiduciária; e (c) dos recursos depositados, transitados e/ou mantidos ou a serem mantidos na Conta Pagamento e Acúmulo da Emissora e na Conta Acúmulo Enauta Energia a qualquer tempo, inclusive os Investimentos Permitidos (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária), bem como todos os seus frutos e rendimentos ("Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios"), nos termos do "*Segundo Aditamento e Consolidação ao Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Contas Vinculadas e Direitos Creditórios e Outras Avenças*", a ser celebrado, entre a Companhia e a Enauta Energia, na qualidade de cedentes, o Agente Fiduciário da Primeira Emissão e

DocuSign Envelope ID: 6791C969-C7E1-4798-8841-170ED550C583

o Agente Fiduciário ("Contrato de Cessão Fiduciária" e, em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, os Contratos de Garantia Estrangeiros e o Contratos de Penhor das Concessões, os "Contratos de Garantia"), sem prejuízo ao disposto na Cláusula 4.27.4 da Escritura de Emissão.

(hh) Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Terceira Série. Desde que observado o disposto no artigo 1º, parágrafo 1º, inciso II, combinado com o artigo 2º, parágrafo 1º, da Lei 12.431, nas disposições da Resolução CMN 4.751, ou normativo que venha substitui-los, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, bem como o prazo médio ponderado mínimo de 4 (quatro) anos dos pagamentos transcorridos entre a Data de Emissão e a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Primeira Série ou das Debêntures da Terceira Série (ou prazo inferior que venha a ser autorizado pela legislação ou regulamentação aplicáveis), a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar o resgate antecipado facultativo total das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Terceira Série ("Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Terceira Série"). Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Terceira Série, o valor devido pela Companhia será equivalente ao maior dos critérios mencionados nos itens (a) e (b) abaixo, sendo que, caso (b) seja maior que (a), o prêmio a ser pago pela Companhia será dado pela diferença entre (b) e (a) ("Prêmio de Resgate Antecipado das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Terceira Série"), conforme termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão.

(a) o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Primeira Série ou Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série, conforme o caso, acrescido (i) da Remuneração das Debêntures da Primeira Série e ou das Debêntures da Terceira Série, conforme o caso, *calculada pro rata temporis,* desde a Data de Início da Rentabilidade das Debêntures da Primeira Série ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série imediatamente anterior (inclusive), no caso das Debêntures da Primeira Série, ou desde a Data de Início da Rentabilidade das Debêntures da Terceira Série ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Terceira Série imediatamente anterior (inclusive), no caso das Debêntures da Terceira Série, até a data do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Terceira Série (exclusive); (ii) dos Encargos Moratórios, se houver; e (iii) de quaisquer obrigações pecuniárias e outros acréscimos referentes às Debêntures da Primeira Série, conforme aplicável; ou

DocuSign Envelope ID: 6791C969-C7E1-4798-8841-170ED550C583

(b) a soma das parcelas remanescentes (i) do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Primeira Série ou do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série, conforme o caso, e da Remuneração das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Terceira Série, desde a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Terceira Série até a Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série ou a Data de Vencimento das Debêntures da Terceira Série, conforme o caso, trazida a valor presente até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Terceira Série, utilizando-se como taxa percentual de desconto (A) a taxa interna de retorno da Tesouro IPCA+ (nova denominação da Nota do Tesouro Nacional, Série B – NTN-B) com *duration* mais próxima à *duration* remanescente das Debêntures da Primeira Série na data do efetivo resgate, no caso das Debêntures da Primeira Série, e (B) a taxa DI para 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis baseada no ajuste (interpolação) da curva 'DI x Pré', a ser divulgada pela B3 em sua página na internet, correspondente ao vértice com número de dias corridos mais próximo à *duration* remanescente das Debêntures da Terceira Série, a ser apurada no fechamento do Dia Útil imediatamente anterior à data do Resgate Antecipado Facultativo, no caso das Debêntures da Terceira Série na data do efetivo resgate; (ii) dos Encargos Moratórios, se houver; e (iii) de quaisquer obrigações pecuniárias e acréscimos referentes às Debêntures da Primeira Série e/ou às Debêntures da Terceira Série, conforme aplicável.

(ii) **Resgate Antecipado das Debêntures da Segunda Série**. A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a partir do 31º (trigésimo primeiro) mês da Data de Emissão, ou seja, a partir de 15 de abril de 2026 (inclusive), realizar o resgate antecipado facultativo total das Debêntures da Segunda Série ("Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série"). Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série, o valor devido pela Companhia aos titulares das Debêntures da Segunda Série será equivalente ao: (i) Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série a serem resgatadas, acrescido (ii) da Remuneração das Debêntures da Segunda Série, calculada *pro rata temporis*, devida desde a Data de Início da Rentabilidade das Debêntures da Segunda Série ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série (exclusive) ("Data do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda

DocuSign Envelope ID: 6791C969-C7E1-4798-8841-170ED550C583

Série"), acrescido (iii) de Encargos Moratórios, se aplicável, devidos e não pagos até a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série, acrescido (iv) de prêmio de 1,40% (um inteiro e quarenta centésimos por cento) ao ano, incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, calculado de forma exponencial de forma *pro rata temporis* considerando os Dias Úteis entre a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série e a Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série ("Prêmio de Resgate Antecipado das Debêntures da Segunda Série"), conforme termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão.

(jj) **Aquisição Facultativa**. A Companhia poderá, (i) após decorridos os 2 (dois) primeiros anos contados da Data de Emissão (ou prazo inferior que venha a ser autorizado pela legislação ou regulamentação aplicáveis), adquirir Debêntures em Circulação da Primeira Série e/ou Debêntures em Circulação da Terceira Série, e/ou (ii) a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação da Segunda Série, observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, desde que observe as eventuais regras expedidas pela CVM, devendo tal fato, se assim exigido pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Companhia ("Aquisição Facultativa"). As Debêntures adquiridas pela Companhia de acordo com a Escritura de Emissão poderão, a critério da Companhia: (i) ser canceladas, caso seja legalmente permitido, observado o disposto na Lei 12.431, nas regras expedidas pelo CMN e na regulamentação aplicável; (ii) permanecer na tesouraria da Companhia; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. Caso aplicável, as Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria nos termos da Escritura de Emissão, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Atualização Monetária das Debêntures da Primeira Série e a Remuneração aplicável às demais Debêntures, conforme aplicável, conforme termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão.

(kk) **Amortização Extraordinária das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Terceira Série**. As Debêntures da Primeira Série e as Debêntures da Terceira Série não poderão ser objeto de amortização extraordinária pela Companhia.

(ll) **Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da Segunda Série**. A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, após o término do 31º (trigésimo primeiro) mês contado da Data de Emissão, isto é, a partir de 15 de abril de 2026 (inclusive), realizar a amortização extraordinária parcial das Debêntures limitada a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável ("Amortização Extraordinária

DocuSign Envelope ID: 6791C969-C7E1-4798-8841-170ED550C583

Facultativa das Debêntures da Segunda Série"). Por ocasião da Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da Segunda Série, o valor devido pela Companhia será equivalente à (i) parcela do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série a serem amortizadas, acrescido (ii) da Remuneração das Debêntures da Segunda Série, calculada *pro rata temporis*, devida desde a Data de Início da Rentabilidade das Debêntures da Segunda Série ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data da Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da Segunda Série (exclusive) ("Data da Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da Segunda Série"), acrescido (iii) de Encargos Moratórios, se aplicável, devidos e não pagos até a Data da Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da Segunda Série, acrescido (iv) de prêmio de 1,40% (um inteiro e quarenta centésimos por cento) ao ano, incidente sobre a parcela do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, calculado de forma exponencial de forma *pro rata temporis* considerando os Dias Úteis entre a Data da Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da Segunda Série e a Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série ("Prêmio de Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da Segunda Série"), conforme termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão.

(mm) Oferta de Aquisição Obrigatória. Caso a Companhia, as Fiadoras ou quaisquer de suas Controladas Restritas (conforme definido na Escritura de Emissão) vendam, transfiram e/ou cedam de forma definitiva a terceiros não integrantes do seu grupo econômico quaisquer Ativos Não Restritos (conforme definido abaixo), em montante igual ou superior a 30% (trinta por cento), em uma ou mais transações, do EBITDAX dos últimos 12 (doze) meses relativos (a) ao Formulário de Informações Trimestrais (ITR) divulgado pela Companhia; ou (b) à demonstração financeira anual da Companhia, calculado conforme definido no Anexo III à presente Escritura, sendo certo que será definido entre (a) e (b) aquele cuja divulgação tenha ocorrido em data mais recente em relação à data do último evento de venda, transferência e/ou cessão, conforme aplicável, a Companhia deverá, observadas as regras estabelecidas na Resolução CVM 77 e a legislação e regulamentação aplicáveis, a Companhia deverá realizar uma oferta obrigatória para adquirir as Debêntures dos Debenturistas que optarem por alienar suas respectivas Debêntures, observados os termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão, devendo tal fato, se assim exigido pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Companhia ("Oferta de Aquisição Obrigatória"). Nos termos do artigo 1º, parágrafo 1º, inciso II, da Lei 12.431, a Oferta de Aquisição Obrigatória das Debêntures da Primeira Série e

DocuSign Envelope ID: 6791C969-C7E1-4798-8841-170ED550C583

das Debêntures da Terceira Série será realizada desde que transcorridos 2 (dois) anos contados da Data de Emissão das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Terceira Série, conforme o caso (ou qualquer outro prazo menor que venha a ser permitido por lei), sendo certo que, caso o prazo de 2 (dois) anos contados da Data de Emissão das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Terceira Série, conforme o caso, não tenha transcorrido (ou qualquer outro prazo menor que venha a ser permitido por lei), os recursos financeiros líquidos recebidos pela Companhia, pelas Fiadoras e/ou por Controladas Restritas em decorrência de tal venda, transferência ou cessão, deverão ser depositados e permanecer retidos em conta vinculada cedida fiduciariamente em favor dos Debenturistas por meio de aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária, sem necessidade de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas, até o momento em que seja permitida a realização da Oferta de Aquisição Obrigatória.

(nn) Vencimento Antecipado. Observados os termos da Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário deverá considerar antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis todas as obrigações da Companhia referentes às Debêntures, na ocorrência das seguintes hipóteses, sendo certo que prazos de cura, limites e/ou valores mínimos (*thresholds*), especificações, ressalvas, exceções e outros aspectos específicos à Emissão em relação a tais hipóteses serão negociados e definidos pela Companhia com os Coordenadores, e estabelecidos em comum acordo entre as partes, nos termos da Escritura de Emissão, prevalecendo, em qualquer caso, a redação ali prevista:

(i) o Agente Fiduciário deverá, automaticamente, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial à Companhia ou às Fiadoras, considerar antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis todas as obrigações da Companhia referentes às Debêntures na ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses ("Eventos de Vencimento Antecipado Automático"): **(1)** descumprimento, pela Companhia e/ou pelas Fiadoras, de quaisquer obrigações pecuniárias relativas (a) ao pagamento de amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado, Remuneração das Debêntures e Encargos Moratórios a serem previstos na Escritura de Emissão e/ou nas Garantias Corporativas Estrangeiras, (b) à multa prevista na Escritura de Emissão; e/ou (c) ao Contrato de Swap, não sanado no prazo a ser previsto na Escritura de Emissão; **(2)** (a) decretação de falência da Companhia, das Fiadoras, de Controladas Restritas e/ou de Controladas Relevantes; (b) mediação e/ou conciliação relacionadas à recuperação judicial e/ou à falência, pedido de autofalência ou propositura de medidas antecipatórias judiciais para quaisquer de tais procedimentos ou, ainda, qualquer processo judicial similar em outra jurisdição, pela Companhia, pelas Fiadoras, por Controladas Restritas e/ou por Controladas Relevantes; (c) mediação e/ou conciliação relacionadas à

DocuSign Envelope ID: 6791C969-C7E1-4798-8841-170ED550C583

recuperação judicial e/ou à falência, pedido de falência da Companhia, das Fiadoras, de Controladas Restritas e/ou de Controladas Relevantes, formulado por terceiros não elidido no prazo legal; ou (d) liquidação, dissolução ou extinção da Companhia, das Fiadoras, de Controladas Restritas e/ou de Controladas Relevantes, exceto, para esta alínea (d), se em decorrência de uma Reorganização Societária Permitida; ou ainda, a ocorrência de qualquer evento análogo que caracterize estado de insolvência, nos termos da legislação aplicável, observados os termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão; **(3)** mediação, conciliação ou plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano, ou medidas antecipatórias judiciais para quaisquer de tais procedimentos ou, ainda, qualquer processo judicial similar em outra jurisdição ou ainda, ingresso, pela Companhia, pelas Fiadoras, por Controladas Restritas e/ou por Controladas Relevantes, em juízo, com requerimento de recuperação judicial, ou qualquer processo antecipatório judicial similar, inclusive em outra jurisdição, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente, ou ainda, a ocorrência de qualquer evento análogo, nos termos da legislação aplicável; **(4)** caso a Companhia e/ou as Fiadoras venham a transferir ou por qualquer forma ceder a terceiros os direitos e obrigações decorrentes das Debêntures, da Escritura de Emissão e/ou dos Contratos de Garantia, observados os termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão; **(5)** anulação, nulidade ou inexequibilidade quanto à Emissão, bem como caso a Emissão e as Garantias venham a se tornar totalmente inválidas, nulas, inexequíveis ou ineficazes, por meio de decisão judicial, observados os termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão; **(6)** questionamento judicial, administrativo e/ou arbitral, pela Companhia, pelas Fiadoras, por Controladas (conforme definido abaixo) da Companhia e/ou das Fiadoras, acerca da existência, validade, legalidade ou exequibilidade da Escritura de Emissão e/ou dos Contratos de Garantia e/ou das Garantias Corporativas Estrangeiras, observados os termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão; **(7)** transformação (a) do tipo societário da Companhia, inclusive em caso de cancelamento do registro de companhia aberta da categoria "A" ou "B" perante a CVM; ou (b) em sociedade limitada ou outro tipo societário que não permita a emissão ou manutenção das Debêntures, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações; **(8)** declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida financeira (incluindo derivativos) e/ou obrigação financeira no mercado financeiro ou de capitais, local ou internacional, da Companhia, das Fiadoras e/ou de Controladas, observados os termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão; **(9)** perda da concessão objeto: (a) do "*Contrato de Concessão 48000.003573/97-91*" referente ao Campo de Atlanta e Oliva, originalmente

DocuSign Envelope ID: 6791C969-C7E1-4798-8841-170ED550C583

celebrado em 06 de agosto de 1998, entre ANP e Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, conforme aditado de tempos em tempos, inclusive para fins da cessão da referida concessão para a Enauta Energia; (b) do "*Contrato de Concessão 48000.003518/97-82*" referente ao Campo de Manati, originalmente celebrado em 06 de agosto de 1998, entre ANP e Petrobras, conforme aditado de tempos em tempos; e/ou (c) de contratos de concessão que venham a ser celebrados por Controladas Restritas desde que no âmbito da Concessão do Campo de Atlanta, relativa exclusivamente à parcela de Oliva, e/ou da Concessão do Campo de Manati, relativa exclusivamente à parcela de Camarão Norte (sendo (a), (b) e (c), em conjunto, os "Contratos de Concessão" e as "Concessões", respectivamente), em razão de caducidade, encampação, resilição ou outros eventos que resultem no término antecipado da concessão, nos termos dos respectivos Contratos de Concessão, por meio de decisão administrativa final, observados os termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão; e **(10)** resgate, recompra, amortização ou bonificação de ações de emissão da Companhia, distribuição e/ou pagamento, pela Companhia, de dividendos e/ou de juros sobre o capital próprio, e/ou qualquer outra forma de distribuição de recursos aos seus acionistas, observados os termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão;

(ii) o Agente Fiduciário deverá convocar assembleia geral de debenturistas, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que tomar conhecimento da ocorrência de quaisquer dos eventos listados na Escritura de Emissão como eventos de vencimento antecipado não automáticos, para que os Debenturistas deliberem a respeito da não declaração do vencimento antecipado de todas as obrigações da Companhia referentes às Debêntures na ocorrência das seguintes hipóteses ("Eventos de Vencimento Antecipado Não Automático" e, em conjunto com as Eventos de Vencimento Antecipado Automático, "Eventos de Vencimento Antecipado"): **(1)** descumprimento, pela Companhia e/ou pelas Fiadoras, de quaisquer obrigações pecuniárias que não sejam as obrigações previstas na Escritura, nos Contratos de Garantia ou nas Garantias, não sanado no prazo a ser previsto na Escritura de Emissão; **(2)** descumprimento, pela Companhia e/ou pelas Fiadoras, de quaisquer obrigações não pecuniárias constantes da Escritura de Emissão, dos Contratos de Garantia, do Contrato de Swap ou das Garantias Corporativas Estrangeiras, não sanado no prazo a ser previsto na Escritura de Emissão; **(3)** anulação, nulidade ou inexequibilidade de qualquer disposição relevante da Escritura de Emissão, dos Contratos de Garantia e/ou das Garantias Corporativas Estrangeiras, tornando-se inválidos, nulos, inexequíveis ou ineficazes, por meio de decisão judicial, observados os termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão; **(4)** perda, pela Companhia, pelas Fiadoras e/ou por suas Controladas Restritas, de quaisquer Concessões objeto dos Contratos de Concessão, em razão de caducidade,

DocuSign Envelope ID: 6791C969-C7E1-4798-8841-170ED550C583

encampação, resilição ou outros eventos que resultem no término antecipado da concessão, nos termos dos respectivos Contratos de Concessão, mediante decisão judicial ou administrativa cujos efeitos não tenham sido suspensos em até 15 (quinze) dias contados da data de publicação da referida decisão, observados os termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão; **(5)** perda, pelos seus atuais controladores, do controle da Companhia, das Fiadoras e/ou de suas Controladas Restritas, inclusive por meio de reorganização societária, observados os termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão; **(6)** cisão, fusão, incorporação ou incorporação de ações da Companhia, das Fiadoras e/ou de suas Controladas Restritas, ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Companhia, as Fiadoras e/ou suas Controladas Restritas, exceto por uma Reorganização Societária Permitida; **(7)** alteração material do objeto social da Companhia, das Fiadoras e/ou de Controladas Restritas, observados os termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão; **(8)** redução do capital social da Companhia, nos termos do artigo 173 da Lei das Sociedades por Ações, sem a prévia e expressa autorização dos Debenturistas, exceto se para absorção de prejuízos da Companhia; **(9)** aplicação dos recursos captados pela Emissão em destinação diversa do previsto na Escritura de Emissão; **(10)** protestos de títulos contra a Companhia, as Fiadoras e/ou suas Controladas, de acordo com os procedimentos legais aplicáveis, observados os termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão; **(11)** inadimplemento pela Companhia, pelas Fiadoras e/ou por suas Controladas, de quaisquer obrigações pecuniárias assumidas em dívida financeira no mercado de capitais, local ou internacional, observados os termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão; **(12)** inadimplemento pela Companhia, pelas Fiadoras, por suas Controladas Restritas e/ou Controladas Relevantes de quaisquer obrigações pecuniárias em valor unitário ou agregado, observados os termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão; **(13)** inadimplemento pela Companhia, pelas Fiadoras e/ou por suas Controladas Restritas, no contexto dos JOAs (conforme definido na Escritura de Emissão), observados os termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão; **(14)** rescisão ou término antecipado de Contratos Operacionais, observados os termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão; **(15)** caso a Companhia, as Fiadoras e/ou suas Controladas contraiam, a partir da data de assinatura da Escritura de Emissão, uma ou mais dívidas, observados os termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão; **(16)** desapropriação, confisco ou outra medida similar por qualquer entidade governamental brasileira da totalidade ou de parte substancial dos ativos e/ou direitos da Companhia, das Fiadoras, das Controladas Relevantes e/ou de suas Controladas Restritas que resultem em um Efeito Adverso Relevante, observados os termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão; **(17)** não cumprimento de decisão judicial, administrativa ou arbitral,

DocuSign Envelope ID: 6791C969-C7E1-4798-8841-170ED550C583

de exigibilidade imediata contra a Companhia, as Fiadoras e/ou suas Controladas Restritas e/ou suas Controladas Relevantes, observados os termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão; **(18)** cessação, interrupção, abandono e/ou paralisação, de forma total ou parcial (a) das Concessões ou de qualquer ativo necessário à implementação ou operação das Concessões; ou (b) das atividades e/ou das concessões detidas pela Companhia, pelas Fiadoras e/ou por suas Controladas Relevantes, observados os termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão; **(19)** caso aplicável e existente, alteração substancial que acarrete em aumento da exposição financeira da Companhia e/ou da Enauta Energia, novação ou rescisão de eventual operação de *swap* no âmbito da Emissão, observados os termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão; **(20)** caso aplicável e existente, não constituição de cessão fiduciária sobre os direitos creditórios da Companhia e/ou da Enauta Energia decorrentes de quaisquer derivativos relacionados à presente Emissão em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, observados os termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão; **(21)** as declarações prestadas pela Companhia e/ou pelas Fiadoras na Escritura de Emissão e/ou nos Contratos de Garantia forem falsas, incorretas ou enganosas, nestes últimos casos em qualquer aspecto relevante, na data em que foram prestadas; **(22)** não obtenção, não renovação, cancelamento, revogação, cassação ou suspensão das autorizações, alvarás e licenças, inclusive as ambientais, necessárias para o exercício das atividades desenvolvidas pela Companhia, pelas Fiadoras e/ou por suas Controladas Restritas, observados os termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão; **(23)** constituição, pela Companhia, pelas Fiadoras e/ou por Controladas Restritas, em favor de terceiro, de qualquer hipoteca, penhor, alienação fiduciária, cessão fiduciária, cessão ou promessa de cessão, usufruto, fideicomisso, promessa de venda, opção de compra, direito de preferência, encargo, gravame ou ônus, arresto, sequestro ou penhora, judicial ou extrajudicial, voluntário ou involuntário, ou outro ato que tenha o efeito prático similar a qualquer das expressões acima, em favor de terceiro, observados os termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão; **(24)** se a Companhia, as Fiadoras ou quaisquer de suas Controladas Restritas venderem, transferirem e/ou cederem (incluindo operações de *farm-out*) de forma definitiva a terceiros não integrantes do seu grupo econômico, quaisquer Ativos Restritos, observados os termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão; **(25)** se a Companhia, as Fiadoras ou quaisquer de suas Controladas Restritas venderem, transferirem e/ou cederem de forma definitiva a terceiros não integrantes do seu grupo econômico, quaisquer ativos, equipamentos, direitos, recebíveis, bens de sua propriedade, participações societárias detidas em outras sociedades, direitos decorrentes das Concessões (conforme definidas abaixo) e/ou direitos decorrentes da operação e/ou produção de reservas de

DocuSign Envelope ID: 6791C969-C7E1-4798-8841-170ED550C583

petróleo, observados os termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão; **(26)** questionamento judicial, administrativo e/ou arbitral, por Controladores da Companhia e/ou por Controladores das Fiadoras, acerca da existência, validade, legalidade ou exequibilidade da Escritura de Emissão e/ou das Garantias, observados os termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão; e **(27)** não cumprimento, pela Companhia, dos índices financeiros constantes da Escritura de Emissão, durante a vigência da Emissão, a serem acompanhados pelo Agente Fiduciário, observados os termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão.

(oo) **Demais condições**. Todas as demais condições e regras específicas a respeito da Emissão deverão ser tratadas detalhadamente na Escritura de Emissão.

(ii) em garantia do fiel, pontual e integral pagamento das Obrigações Garantidas, aprovar a outorga e celebração, pela Companhia, por meio de compartilhamento nos mesmos termos, *pari passu* e em mesmo grau de senioridade com os titulares das debêntures da Primeira Emissão, do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, por meio do qual será constituída a Alienação Fiduciária de Ações em favor dos Debenturistas e do Contrato de Cessão Fiduciária, por meio do qual será constituída a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em favor dos Debenturistas, bem como do Contrato de Compartilhamento de Garantias;

(iii) autorizar a Companhia, direta ou indiretamente por meio de procuradores, a realizar todos atos necessários para a formalização, efetivação e completa eficácia das deliberações aprovadas em reunião, incluindo, mas não se limitando, (a) a negociação das demais condições das Debêntures; (b) a elaboração e celebração, pelos representantes da Companhia, de todos os documentos da Oferta, incluindo, mas não se limitando, a Escritura de Emissão, o Contrato de Distribuição, os Contratos de Garantia e quaisquer outros instrumentos relacionados e/ou necessários para formalizar a contratação do Agente Fiduciário, do Coordenador Líder, dos assessores legais e dos demais prestadores de serviços necessários à implementação da Emissão e da Oferta, tais como o Escriturador, o Agente de Liquidação, a B3, dentre outros, podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos instrumentos de contratação e eventuais alterações em aditamentos aos respectivos instrumentos;

(iv) autorizar os diretores da Companhia, da Enauta Energia e das Fiadoras Estrangeiras e aos seus procuradores, conforme o caso, a praticar todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à efetivação da Emissão, da Oferta e/ou relacionados às Garantias, bem como à outorga e aperfeiçoamento das Garantias, incluindo a assinatura, seja como parte e/ou interveniente-anuente, conforme o caso, dos documentos de Emissão, de qualquer notação de garantia, e de quaisquer aditamentos e anexos aos mesmos, procurações, notificações, cartas, documentos de *know your client*, certificados

DocuSign Envelope ID: 6791C969-C7E1-4798-8841-170ED550C583

e quaisquer outros documentos relacionados à Emissão, à Oferta e à outorga e aperfeiçoamento das Garantias; e

(v) ratificar todos e quaisquer atos já praticados pela Companhia, direta ou indiretamente por meio de procuradores, para a efetivação da Emissão, da Oferta e/ou das Garantias, bem como todos aqueles necessários para a consecução das deliberações constantes dos itens (i), (ii), (iii) e (iv) acima.

7. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes.

Rio de Janeiro, 05 de setembro de 2023.

Mesa:

Mateus Tessler Rocha
Presidente

Claudia Hesse
Secretária

Conselheiros:

Mateus Tessler Rocha

Ricardo de Queiroz Galvão

Luiz Carlos de Lemos Costamilan

Antônio Augusto de Queiroz Galvão

Ana Marta Horta Veloso

Fábio de Barros Pinheiro

Bruno Pirim Baratta

DocuSign Envelope ID: 6791C969-C7E1-4798-8841-170ED550C583

Última página da Ata de Reunião do Conselho de Administração da Enauta Participações S.A., inscrita no CNPJ sob o nº. 11.669.021/0001-10, realizada em 05 de setembro de 2023, às 16h00min.

DocuSign

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 6791C969C7E147988841170ED550C583 Status: Concluído

Assunto: Complete com a DocuSign: Anexo III - Ata da RCA 05.09.2023 - Enauta P. 2a Emissão Deb (IQ)_VF.docx

Envelope fonte:

Documentar páginas: 26 Assinaturas: 9 Remetente do envelope:

Certificar páginas: 6 Rubrica: 0 Alessandra Lima

Assinatura guiada: Ativado Avenida Almirante Barroso, 52, salas 1101,1102 e 1301.

Selo com EnvelopeId (ID do envelope): Ativado RJ, RJ 20.031-918

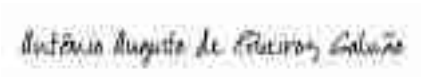
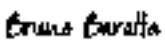
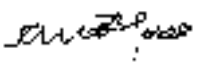
Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília alessandra.lima@enauta.com.br

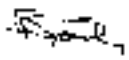
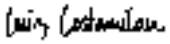
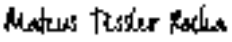
Endereço IP: 177.184.26.195

Rastreamento de registros

Status: Original Portador: Alessandra Lima Local: DocuSign

05/09/2023 17:28:05 alessandra.lima@enauta.com.br

Eventos do signatário	Assinatura	Registro de hora e data
Ana Marta Veloso aveloso.ca@enauta.com.br Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)	 Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 177.158.35.82	Enviado: 05/09/2023 17:36:46 Visualizado: 05/09/2023 18:27:14 Assinado: 05/09/2023 18:35:48
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Aceito: 05/09/2023 18:27:14 ID: 6aaa3096-3358-492f-90f4-ea041c3afb0a		
Antônio Augusto de Queiroz Galvão agalvao.ca@enauta.com.br Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)	 Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 201.65.174.34	Enviado: 05/09/2023 17:36:47 Visualizado: 05/09/2023 18:45:04 Assinado: 05/09/2023 18:45:59
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Aceito: 05/09/2023 18:45:04 ID: 10ba9416-e31e-45b0-acb4-97c690089bde		
Bruno Baratta bbaratta.ca@enauta.com.br Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)	 Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 20.226.68.230	Enviado: 05/09/2023 17:36:47 Visualizado: 05/09/2023 18:54:49 Assinado: 05/09/2023 18:55:08
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Aceito: 05/09/2023 18:54:49 ID: 45622ca2-0a55-4529-8883-866909f949fb		
Claudia Mathias Bueno Hesse claudia.hesse@enauta.com.br General Counsel Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)	 Adoção de assinatura: Desenhado no dispositivo Usando endereço IP: 144.178.124.162 Assinado com o uso do celular	Enviado: 05/09/2023 17:36:47 Visualizado: 05/09/2023 17:38:45 Assinado: 05/09/2023 17:40:28
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Aceito: 05/09/2023 17:38:45 ID: 724b6e79-70aa-46e9-845d-50b5ede4a4fd		

Eventos do signatário	Assinatura	Registro de hora e data
Fábio Pinheiro fpinheiro.ca@enauta.com.br Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)	 Adoção de assinatura: Desenhado no dispositivo Usando endereço IP: 45.237.201.242 Assinado com o uso do celular	Enviado: 05/09/2023 17:36:48 Visualizado: 05/09/2023 18:01:33 Assinado: 05/09/2023 18:11:35
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Aceito: 05/09/2023 18:01:33 ID: 2dfbe147-d4a7-489c-b737-f17096c6a4a9		
Luiz Costamilan lcostamilan.ca@enauta.com.br Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)	 Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 179.199.118.152 Assinado com o uso do celular	Enviado: 05/09/2023 17:36:48 Visualizado: 05/09/2023 18:03:45 Assinado: 06/09/2023 07:29:46
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Aceito: 29/11/2021 15:49:08 ID: 7218151b-4743-4832-9783-d10996549f94		
Mateus Tessler Rocha mtessler.ca@enauta.com.br Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)	 Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 67.159.229.6	Enviado: 05/09/2023 17:36:46 Visualizado: 05/09/2023 18:12:10 Assinado: 05/09/2023 18:14:57
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Aceito: 06/07/2023 11:08:09 ID: 39c30a43-44b5-4400-9866-3ad41bc289f9		
Ricardo de Queiroz Galvão rgalvao.ca@enauta.com.br Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)	 Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 179.218.182.31	Enviado: 05/09/2023 17:36:48 Visualizado: 05/09/2023 18:47:55 Assinado: 05/09/2023 18:48:43
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Aceito: 05/09/2023 18:47:55 ID: 9db64c83-2e41-4d2c-b31d-24fe231a5cd9		

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data

Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data

Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data

Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data

Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data

Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	05/09/2023 17:36:49
Entrega certificada	Segurança verificada	05/09/2023 18:47:55
Assinatura concluída	Segurança verificada	05/09/2023 18:48:43
Concluído	Segurança verificada	06/09/2023 07:29:46

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico

ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE

From time to time, Enauta Energia S.A. (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through the DocuSign system. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to this Electronic Record and Signature Disclosure (ERSD), please confirm your agreement by selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

Getting paper copies

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. You will have the ability to download and print documents we send to you through the DocuSign system during and immediately after the signing session and, if you elect to create a DocuSign account, you may access the documents for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a $0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

Withdrawing your consent

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

Consequences of changing your mind

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format, and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. Further, you will no longer be able to use the DocuSign system to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

All notices and disclosures will be sent to you electronically

Unless you tell us otherwise in accordance with the procedures described herein, we will provide electronically to you through the DocuSign system all required notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you during the course of our relationship with you. To reduce the chance of you inadvertently not receiving any notice or disclosure, we prefer to provide all of the required notices and disclosures to you by the same method and to the same address that you have given us. Thus, you can receive all the disclosures and notices electronically or in paper format through the paper mail delivery system. If you do not agree with this process, please let us know as described below. Please also see the paragraph immediately above that describes the consequences of your electing not to receive delivery of the notices and disclosures electronically from us.

How to contact Enauta Energia S.A.:

You may contact us to let us know of your changes as to how we may contact you electronically, to request paper copies of certain information from us, and to withdraw your prior consent to receive notices and disclosures electronically as follows:
To contact us by email send messages to: raphael.paiva@enauta.com.br

To advise Enauta Energia S.A. of your new email address

To let us know of a change in your email address where we should send notices and disclosures electronically to you, you must send an email message to us at raphael.paiva@enauta.com.br and in the body of such request you must state: your previous email address, your new email address. We do not require any other information from you to change your email address.

If you created a DocuSign account, you may update it with your new email address through your account preferences.

To request paper copies from Enauta Energia S.A.

To request delivery from us of paper copies of the notices and disclosures previously provided by us to you electronically, you must send us an email to raphael.paiva@enauta.com.br and in the body of such request you must state your email address, full name, mailing address, and telephone number. We will bill you for any fees at that time, if any.

To withdraw your consent with Enauta Energia S.A.

To inform us that you no longer wish to receive future notices and disclosures in electronic format you may:

i. decline to sign a document from within your signing session, and on the subsequent page, select the check-box indicating you wish to withdraw your consent, or you may;

ii. send us an email to raphael.paiva@enauta.com.br and in the body of such request you must state your email, full name, mailing address, and telephone number. We do not need any other information from you to withdraw consent.. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process..

Required hardware and software

The minimum system requirements for using the DocuSign system may change over time. The current system requirements are found here: https://support.docusign.com/guides/signer-guide-signing-system-requirements.

Acknowledging your access and consent to receive and sign documents electronically

To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please confirm that you have read this ERSD, and (i) that you are able to print on paper or electronically save this ERSD for your future reference and access; or (ii) that you are able to email this ERSD to an email address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format as described herein, then select the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

By selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures', you confirm that:

- You can access and read this Electronic Record and Signature Disclosure; and
- You can print on paper this Electronic Record and Signature Disclosure, or save or send this Electronic Record and Disclosure to a location where you can print it, for future reference and access; and
- Until or unless you notify Enauta Energia S.A. as described above, you consent to receive exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you by Enauta Energia S.A. during the course of your relationship with Enauta Energia S.A..

ANEXO II

Estatuto Social da Emissora

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

JUCERJA

NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.3.0029289-6

Tipo Jurídico

Sociedade anônima

Porte Empresarial

Normal

Nº do Protocolo

00-2023/348606-2

JUCERJA

Útimo arquivamento:
00005395345 - 29/03/2023

NIRE: 33.3.0029289-6

ENAUTA PARTICIPACOES S.A.

Boleto(s):

Hash: 93664B6B-9D36-4F07-A526-82783800E908

Orgão	Calculado	Pago
Junta	720,00	720,00
DNRC	0,00	0,00

Nome

ENAUTA PARTICIPACOES S.A.

TERMO DE AUTENTICAÇÃO

Código Ato

008

Eventos

Cód	Qtde.	Descrição do Ato / Evento
999	1	Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária / Sem Eventos (Empresa)
xxx	xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

CERTIFICO O DEFERIMENTO POR AFFONSO D' ANZICOURT E SILVA , JOSÉ ROBERTO BORGES E RENATO MANSUR SOB O NÚMERO E DATA ABAIXO:

NIRE / Arquivamento	CNPJ	Endereço / Endereço completo no exterior	Bairro	Municipio	Estado
00005460243	11.669.021/0001-10	Avenida ALMIRANTE BARROSO 0052	Centro	Rio de Janeiro	RJ
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx

Deferido em 07/05/2023 e arquivado em 08/05/2023

Jorge Paulo Magdaleno Filho

SECRETÁRIO GERAL

Nº de Páginas: 34

Capa Nº Páginas: 1/1

Observação:

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ENAUTA PARTICIPACOES S.A.
NIRE: 333.0029289-6 Protocolo: 00-2023/348606-2 Data do protocolo: 04/05/2023
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 08/05/2023 SOB O NÚMERO 00005460243 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: FCB4E960CC121FEED1CF31AFEC262B7AE2002D64C4E0965FEDD52DFB259944B3
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

JUCERJA

Pag. 01/34

Presidência da República
Secretaria de Micro e Pequena Empresa
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.3.0029289-6

Tipo Jurídico

Sociedade anônima

Porte Empresarial

Normal

Nº do Protocolo

0 0 - 2 0 2 3 / 3 4 8 6 0 6 - 2

04/05/2023 14:45:30

JUCERJA

Último arquivamento:

00005395345 - 29/03/2023

NIRE: 33.3.0029289-6

ENAUTA PARTICIPACOES S.A.

Boleto(s): 104372072

Hash: 93664B6B-9D36-4F07-A526-82783800E908

Orgão	Calculado	Pago
Junta	720,00	720,00
DREI	0,00	0,00

REQUERIMENTO

Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

ENAUTA PARTICIPACOES S.A.

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

Código do Ato
008

Código Evento	Qtde.	Descrição do ato / Descrição do evento
999	1	Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária / Sem Eventos (Empresa)
xxx	xxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Requerente

Nome:	Jonas Barcelos Rodrigues
Assinatura:	ASSINADO DIGITALMENTE O Requerente DECLARA, sob sua responsabilidade pessoal, sem prejuízo das sanções administrativas, cíveis e penais, a veracidade dos documentos e assinaturas apresentados no presente processo
Telefone de contato:	2135539395
E-mail:	jhzconthabil@gmail.com
Tipo de documento:	Digital
Data de criação:	04/05/2023
Data da 1ª entrada:	

Rio de Janeiro

Local

04/05/2023

Data

00-2023/348606-2

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ENAUTA PARTICIPACOES S.A.
NIRE: 333.0029289-6 Protocolo: 00-2023/348606-2 Data do protocolo: 04/05/2023
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 08/05/2023 SOB O NÚMERO 00005460243 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: FCB4E960CC121FEED1CF31AFEC262B7AE2002D64C4E0965FEDD52DFB259944B3
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
Pag. 02/34

ENAUTA PARTICIPAÇÕES S.A.

COMPANHIA ABERTA

CNPJ Nº 11.669.021/0001-10

NIRE 33.300.292.896

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2023

1. DATA, HORA E LOCAL: Aos 28 dias do mês de abril de 2023, às 10:00 horas, na sede da Enauta Participações S.A. ("Companhia"), de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma "Zoom", em linha com o parágrafo único do artigo 121, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A.") e com a Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM nº 81/22").

2. CONVOCAÇÃO: O Edital de Convocação foi publicado no Jornal Valor Econômico RJ nos dias 28, 29 e 30 de março de 2023 (nas páginas 6, 4 e 2, respectivamente), e no Jornal Valor Econômico SP nos dias 28, 29 e 30 de março de 2023 (nas páginas 12, 12 e 18, respectivamente), conforme disposto no artigo 124, parágrafo 1º, inciso II da Lei das S.A.

3. PUBLICAÇÕES PRÉVIAS: O Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e as respectivas Notas Explicativas, bem como o Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, foram publicados em 3 de março de 2023 no Jornal Valor Econômico RJ (nas páginas 3, 4, 5, 6 e 7, respectivamente) e em 3 de março de 2023 no Jornal Valor Econômico SP (nas páginas 8, 9, 10, 11 e 12, respectivamente), nos termos dos artigos 133 e 289 da Lei das S.A., bem como foram disponibilizados, juntamente com as demais informações e documentos previstos na regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") relacionados às matérias a serem deliberadas, com a antecedência exigida, na sede e no site da Companhia, no site da CVM e no site da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3").

4. PRESENÇAS: Compareceram acionistas representando 214.986.514 (duzentas e quatorze milhões, novecentas e oitenta e seis mil, quinhentas e quatorze) ações com direito de voto, correspondendo ao percentual aproximado de 81,61% do capital social da Companhia, excluídas as ações em tesouraria, em Assembleia Geral Ordinária, e acionistas representando 215.049.639 (duzentas e quinze milhões quarenta e nove mil, seiscentas e trinta e nove) ações com direito de voto, correspondendo ao percentual

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ENAUTA PARTICIPACOES S.A.
NIRE: 333.0029289-6 Protocolo: 00-2023/348606-2 Data do protocolo: 04/05/2023
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 08/05/2023 SOB O NÚMERO 00005460243 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: FCB4E960CC121FEED1CF31AFEC262B7AE2002D64C4E0965FEDD52DFB259944B3
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
Pag. 03/34

aproximado de 81,62% do capital social da Companhia, excluídas as ações em tesouraria, em Assembleia Geral Extraordinária, conforme presença registrada mediante boletins de voto à distância enviados pelos acionistas e mediante sistema eletrônico de participação à distância, nos termos do artigo 47 da Resolução CVM nº 81/22.

Desta forma, encontra-se atingido o quórum legal de instalação e deliberação de todas as matérias ora propostas. Registrou-se, ainda, a presença do Sr. Ricardo de Queiroz Galvão, Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia; dos Srs. Décio Fabrício Oddone da Costa, Paula Vasconcelos da Costa Cortê-Real e Carlos Ferraz Mastrangelo, integrantes da Diretoria da Companhia; de representante da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, a saber, o Sr. Marcelo de Figueiredo Seixas, nos termos do artigo 134, §1º da Lei das S.A.; e a presença do coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário, o Sr. José Manuel Matos Nicolau, conforme §2º, II, do art. 31-B da Resolução CVM nº 23, de 25 de fevereiro de 2021.

5. MESA: Nos termos do artigo 12, §3º, do Estatuto Social da Companhia e do artigo 128 da Lei das S.A., o Sr. Ricardo de Queiroz Galvão, na qualidade de Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia, exercerá a função de Presidente da Assembleia, convidando o Sr. Daniel de Avila Vio para secretariá-lo.

6. ORDEM DO DIA:

(a) Em Assembleia Geral Ordinária:

I. Tomar as contas dos administradores, e aprovar o relatório da administração da Companhia relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022;

II. Examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas do relatório da administração e do relatório dos auditores independentes;

III. Deliberar a destinação do resultado da Companhia apurado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022;

IV. Examinar, discutir e votar a proposta de remuneração global anual dos administradores; e

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ENAUTA PARTICIPACOES S.A.
NIRE: 333.0029289-6 Protocolo: 00-2023/348606-2 Data do protocolo: 04/05/2023
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 08/05/2023 SOB O NÚMERO 00005460243 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: FCB4E960CC121FEED1CF31AFEC262B7AE2002D64C4E0965FEDD52DFB259944B3
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA
Pag. 04/34

(b) Em Assembleia Geral Extraordinária:

V. Reformar os arts. 21, §5°, 22 e 23, parágrafo único, com a respectiva consolidação do Estatuto Social.

7. DELIBERAÇÕES: Dando início aos trabalhos, os acionistas examinaram os itens constantes da ordem do dia e deliberaram o quanto segue:

Em Assembleia Geral Ordinária

I. Aprovar, por unanimidade dos votos proferidos, sem reservas, conforme mapa de votação constante no Anexo I, as contas dos administradores e as demonstrações financeiras, acompanhadas do relatório da administração e do relatório dos auditores independentes, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, sendo consignado que os administradores presentes não participaram da deliberação;

II. Aprovar, por maioria dos votos proferidos, conforme mapa de votação constante no Anexo I, a seguinte destinação do resultado da Companhia apurado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022:

(i) o valor de R$19.168.752,57 (dezenove milhões, cento e sessenta e oito mil, setecentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e sete centavos) é destinado à reserva legal;

(ii) serão distribuídos, após a constituição da reserva legal, R$3.642,06 (três mil, seiscentos e quarenta e dois reais e seis centavos) correspondentes aos dividendos mínimos obrigatórios da Companhia e R$39.510.867,54 (trinta e nove milhões, quinhentos e dez mil, oitocentos e sessenta e sete reais e cinquenta e quatro centavos) como dividendos adicionais referentes ao lucro do exercício, totalizando uma distribuição de dividendos no valor de R$39.514.509,60 (trinta e nove milhões, quinhentos e quatorze mil, quinhentos e nove reais e sessenta centavos), correspondendo ao valor de R$0,1500000 por ação ordinária, podendo sofrer alteração conforme negociação de ações em tesouraria. O pagamento dos dividendos ora aprovados ocorrerá em 15 de maio de 2023, sem qualquer atualização ou juros entre a data desta Assembleia e a data do seu pagamento, utilizando-se como base a posição dos acionistas na data desta Assembleia. As ações da Companhia serão negociadas na condição "com" até e incluindo o dia 28 de abril de 2023, e passarão a ser negociadas "ex-dividendos" a partir de 02 de maio de 2023; e

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ENAUTA PARTICIPACOES S.A.
NIRE: 333.0029289-6 Protocolo: 00-2023/348606-2 Data do protocolo: 04/05/2023
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 08/05/2023 SOB O NÚMERO 00005460243 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: FCB4E960CC121FEED1CF31AFEC262B7AE2002D64C4E0965FEDD52DFB259944B3
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o n° de protocolo.

(iii) por fim, R$324.691.789,19 (trezentos e vinte e quatro milhões, seiscentos e noventa e um mil, setecentos e oitenta e nove reais e dezenove centavos) são destinados para a Reserva de Investimentos, prevista no artigo 32 do Estatuto Social da Companhia, que tem por finalidade assegurar a manutenção, o desenvolvimento e a expansão de suas atividades sociais.

III. Fixar, por maioria dos votos proferidos, conforme mapa de votação constante no Anexo I, a remuneração anual global dos Administradores da Companhia, de 1º de abril de 2023 até 31 de março de 2024, no valor global de R$6.947.832,00 (seis milhões, novecentos e quarenta e sete mil, oitocentos e trinta e dois reais). O referido montante deverá ser alocado entre os membros da Administração pelo Conselho de Administração, nos termos do artigo 19, "o", do Estatuto Social da Companhia.

Em Assembleia Geral Extraordinária

IV. Aprovar, por unanimidade dos votos proferidos, conforme mapa de votação constante no Anexo I, a reforma dos arts. 21, §5º, 22 e 23, parágrafo único, com a respectiva consolidação do Estatuto Social, de forma a contemplar: (i) a inclusão do novo item (g) no art. 21, §5º ; (ii) a exclusão do item (b) do art. 22; e (iii) alteração da redação do texto do parágrafo único do art. 23, de acordo com as redações a seguir:

"Art. 21, (...) §5º (....) (g) - a substituição do Diretor Financeiro, do Diretor de Relações com Investidores e do Diretor de Operações em suas ausências e impedimentos temporários, exercendo a respectiva competência determinada neste Estatuto"

"Art. 22 - Competência. Sem prejuízo das demais atribuições previstas em lei e neste Estatuto, compete à Diretoria desempenhar as matérias previstas neste Estatuto Social e, em especial, as abaixo relacionadas:

a) cumprir e fazer cumprir a orientação geral dos negócios da Companhia estabelecida pelo Conselho de Administração;

b) elaborar e propor, anualmente, ao Conselho de Administração o plano de investimento e o orçamento anual da Companhia;

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ENAUTA PARTICIPACOES S.A.
NIRE: 333.0029289-6 Protocolo: 00-2023/348606-2 Data do protocolo: 04/05/2023
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 08/05/2023 SOB O NÚMERO 00005460243 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: FCB4E960CC121FEED1CF31AFEC262B7AE2002D64C4E0965FEDD52DFB259944B3
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA
Pag. 06/34

c) elaborar, em cada exercício, o Relatório Anual de Administração e as Demonstrações Financeiras a serem submetidas ao Conselho de Administração e, posteriormente, à Assembleia Geral; e

d) cumprir e fazer cumprir a Política de Alçadas do Grupo Enauta".

"Art. 23 (...) Parágrafo Único - Outorga. As procurações deverão especificar os poderes conferidos e serão outorgadas em nome da Companhia nos termos deste Estatuto ou da Política de Alçadas do Grupo Enauta da seguinte forma: (i) pela assinatura de 02 (dois) Diretores em conjunto, para os casos em que o Procurador aja em conjunto com um Diretor ou com outro Procurador; e (ii) após aprovação da Diretoria colegiada, para os casos em que o procurador aja isoladamente ou para os casos em que dois procuradores ajam em conjunto para realização de transações bancárias".

O estatuto social da Companhia refletindo as modificações acima aprovadas passa a vigorar com a redação constante do Anexo II desta ata e será disponibilizado nos sites da CVM, da B3 e da Companhia.

8. LAVRATURA E PUBLICAÇÃO DA ATA: Nos termos do art. 13, §4º do Estatuto Social e do artigo 130, §1º, da Lei das S.A., conforme alterada, a presente ata será lavrada em forma sumária. Fica autorizada por unanimidade de votos dos presentes, a publicação da ata da Assembleia com omissão das assinaturas dos acionistas presentes, nos termos do artigo 130, §2º, da referida Lei.

9. REGISTROS: As manifestações de voto e de abstenções por escrito foram recebidas, numeradas e autenticadas pela Mesa, ficando arquivadas na sede da Companhia, nos termos do artigo 130, §1º, da Lei das S.A., conforme alterada.

10. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente deu por encerrada a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, da qual o Secretário lavrou a presente Ata, na forma sumária, que, lida e aceita em todos os seus termos, foi assinada, considerando-se assinantes os acionistas que enviaram suas instruções de voto por meio de boletim de voto à distância ou que tenham participado por meio de sistema eletrônico de participação à distância, nos termos do art. 47, §1º da Resolução CVM nº 81/22. A assembleia foi integralmente gravada, nos termos do inciso II do §1º do art. 28 da

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ENAUTA PARTICIPACOES S.A.
NIRE: 333.0029289-6 Protocolo: 00-2023/348606-2 Data do protocolo: 04/05/2023
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 08/05/2023 SOB O NÚMERO 00005460243 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: FCB4E960CC121FEED1CF31AFEC262B7AE2002D64C4E0965FEDD52DFB259944B3
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
Pag. 07/34

Resolução CVM nº 81/22, ficando arquivada na sede da Companhia pelo prazo determinado no art. 30, caput e §1º da Resolução CVM nº 81/22.

Rio de Janeiro, 28 de abril de 2023.

Mesa:

Ricardo de Queiroz Galvão
Presidente

Daniel de Avila Vio
Secretário

Acionistas que participaram à distância por meio de sistema eletrônico:

QUEIROZ GALVÃO S.A.
P.p Maria Pia Lonzetti

QUANTUM FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES
P.p Flávia Ramos Galvão

ISHARES IV Public Limited Company
P.p Willy Ferreira da Silva

ISHARES MSCI Brazil Small-Cap EFT
P.p Willy Ferreira da Silva

HYDROCENTER VALVULAS TUBOS E CONEXOES LTDA
P.p Alexandre Pedercini Issa

Acionistas que participaram por meio do boletim de voto à distância:

LEGAL AND GENERAL ASSURANCE PENSIONS MNG LTD
CITY OF LOS ANGELES FIRE AND POLICE PENSION PLAN
DIMENSIONAL EMERGING MKTS VALUE FUND
PUBLIC EMPLOYEES RETIREMENT SYSTEM OF OHIO
STATE ST GL ADV TRUST COMPANY INV FF TAX EX RET PLANS
FLORIDA RETIREMENT SYSTEM TRUST FUND
CALIFORNIA STATE TEACHERS RETIREMENT SYSTEM
FIDELITY INVESTMENTS MONEY MANAGEMENT INC

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ENAUTA PARTICIPACOES S.A.
NIRE: 333.0029289-6 Protocolo: 00-2023/348606-2 Data do protocolo: 04/05/2023
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 08/05/2023 SOB O NÚMERO 00005460243 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: FCB4E960CC121FEED1CF31AFEC262B7AE2002D64C4E0965FEDD52DFB259944B3
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
Pag. 08/34

LOS ANGELES COUNTY EMPLOYEES RET ASSOCIATION
INTERNATIONAL MONETARY FUND
TEACHERS RETIREMENT SYSTEM OF THE STATE OF ILLINOIS
THE BOARD OF.A.C.E.R.S.LOS ANGELES,CALIFORNIA
UTAH STATE RETIREMENT SYSTEMS
EMER MKTS CORE EQ PORT DFA INVEST DIMENS GROU
ALASKA PERMANENT FUND
CITY OF NEW YORK GROUP TRUST
OPSEU PENSION PLAN TRUST FUND
ISHARES PUBLIC LIMITED COMPANY
JOHN HANCOCK FUNDS II EMERGING MARKETS FUND
JOHN HANCOCK VARIABLE INS TRUST EMERGING MARKETS VALUE TRUST
ACADIAN GLOBAL MARKET NEUTRAL FUND, LLC
ISHARES MSCI EMERGING MARKETS SMALL CAP ETF
COLLEGE RETIREMENT EQUITIES FUND
EATON VANCE INT (IR) F PLC-EATON V INT (IR) PAR EM MKT FUND
SPDR SP EMERGING MARKETS SMALL CAP ETF
SSGATC I. F. F. T. E. R. P. S. S. M. E. M. S. C. I. S. L.F.
4UM SMALL CAPS FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES
VANGUARD TOTAL WORLD STOCK INDEX FUND, A SERIES OF
THE BANK OF NEW YORK MELLON EMP BEN COLLECTIVE INVEST FD PLA
ISHARES III PUBLIC LIMITED COMPANY
VANDERBILT UNIVERSITY
ST ST MSCI EMERGING MKT SMALL CI NON LENDING COMMON TRT FUND
VANECK VECTORS BRAZIL SMALL-CAP ETF
KAISER PERMANENTE GROUP TRUST
UPS GROUP TRUST
DELA DEPOSITARY ASSET MANAGEMENT B.V.
GMO GLOBAL R RETURN (UCITS) F, A SUB-FUND OF GMO FUNDS PLC
SSGA SPDR ETFS EUROPE I PLC
EMPLOYEES RETIREMENT SYSTEM OF TEXAS
FIDELITY INVESTMET TRUST: FIDELITY EMERGING MARKETS DISCOVER
ACADIAN EMERGING MARKETS SMALL CAP EQUITY FUND LLC
GMO RESOURCES FUND, A SERIES OF GMO TRUST
ISHARES MSCI GLOBAL ENERGY PRODUCERS ETF
MERCER QIF FUND PLC
FIRST TRUST EMERGING MARKETS SMALL CAP ALPHADEX FUND

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ENAUTA PARTICIPACOES S.A.
NIRE: 333.0029289-6 Protocolo: 00-2023/348606-2 Data do protocolo: 04/05/2023
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 08/05/2023 SOB O NÚMERO 00005460243 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: FCB4E960CC121FEED1CF31AFEC262B7AE2002D64C4E0965FEDD52DFB259944B3
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
Pag. 09/34

FLEXSHARES MORNINGSTAR EMERGING MARKETS FACTOR TILT INDEX F
ISHARES CORE MSCI EMERGING MARKETS ETF
MISSOURI EDUCATION PENSION TRUST
NORTHERN TRUST COMPANY SUB-ADVISED COLLECTIVE FUNDS TRUST
ROTHKO EMERGING MARKETS ALL CAP EQUITY FUND, L.P.
TEACHERS RETIREMENT SYSTEM OF THE CITY OF NEW YORK
STATE STREET GLOBAL ALL CAP EQUITY EX-US INDEX PORTFOLIO
ROTHKO EMERGING MARKETS SMALL CAP EQUITY FUND, L.P.
GMO BENCHMARK-FREE FUND, A SERIES OF GMO TRUST
JUNTO PARTICIPACOES FIA
ACADIAN COLLECTIVE INVESTMENT TRUST
AQR EMERGING SMALL CAP EQUITY FUND, L.P.
VANGUARD INV FUNDS ICVC-VANGUARD FTSE GLOBAL ALL CAP INDEX F
TIAA-CREF QUANT INTER SMALL-CAP EQUITY FUND
EMERGING MARKETS SMALL CAPITALIZATION EQUITY INDEX FUND
EMERGING MARKETS SMALL CAPIT EQUITY INDEX NON-LENDABLE FUND
EMERGING MARKETS SMALL CAPITALIZATION EQUITY INDEX FUND B
VANGUARD EMERGING MARKETS STOCK INDEX FUND
EXPLORADOR PANAM HORIZON FUND, LP
VANGUARD FIDUCIARY TRT COMPANY INSTIT T INTL STK MKT INDEX T
4UM ACOES FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES
JMALUCELLI 18 FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA CP
ARROWSTREET ACWI ALPHA EXTENSION FUND V (CAYMAN) L
VANGUARD F. T. C. INST. TOTAL INTL STOCK M. INDEX TRUST II
CPPIB MAP CAYMAN SPC
ARROWSTREET GLOBAL EQUITY - ALPHA EXTENSION FUND
ARROWSTREET EMERGING MARKET TRUST FUND
GMO RESOURCES UCITS FUND, A SUB-FUND OF GMO INVEST
ARROWSTREET ACWI REDUCED CARBON ALPHA EXTENSION TR
FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO CP IE -3102
ISHARES CORE MSCI EMERGING MARKETS IMI INDEX ETF
ISHARES EMERGING MARKETS IMI EQUITY INDEX FUND
BUREAU OF LABOR FUNDS - LABOR PENSION FUND
NEW YORK STATE COMMON RETIREMENT FUND
SCHRODER INTERNATIONAL SELECTION FUND
STATE OF NEW MEXICO STATE INV. COUNCIL
STICHTING DEPOSITARY APG EMERGING MARKETS EQUITY POOL

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ENAUTA PARTICIPACOES S.A.
NIRE: 333.0029289-6 Protocolo: 00-2023/348606-2 Data do protocolo: 04/05/2023
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 08/05/2023 SOB O NÚMERO 00005460243 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: FCB4E960CC121FEED1CF31AFEC262B7AE2002D64C4E0965FEDD52DFB259944B3
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
Pag. 10/34

VANGUARD TOTAL INTERNATIONAL STOCK INDEX FD, A SE VAN S F

9

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ENAUTA PARTICIPACOES S.A.
NIRE: 333.0029289-6 Protocolo: 00-2023/348606-2 Data do protocolo: 04/05/2023
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 08/05/2023 SOB O NÚMERO 00005460243 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: FCB4E960CC121FEED1CF31AFEC262B7AE2002D64C4E0965FEDD52DFB259944B3
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

ANEXO I– Mapa de Votação

Deliberação	Aprovar/Sim	Rejeitar/Não	Abster-se	Total
Tomar as contas dos administradores e votar as demonstrações financeiras, acompanhadas do relatório da administração e do relatório dos auditores independentes, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.	208.357.743	0	6.628.771	214.986.514
Destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 nos termos refletidos na proposta da administração submetida aos acionistas.	213.368.514	1.617.900	100	214.986.514
Fixação da remuneração dos administradores da Companhia, no valor global anual de R$6.947.832,00 (seis milhões, novecentos e quarenta e sete mil, oitocentos e trinta e dois reais), nos termos da proposta da administração submetida aos acionistas.	192.430.095	20.822.486	1.733.933	214.986.514
Reforma dos arts. 21, §5º, 22 e 23 parágrafo	215.049.539	0	100	215.049.639

10

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ENAUTA PARTICIPACOES S.A.
NIRE: 333.0029289-6 Protocolo: 00-2023/348606-2 Data do protocolo: 04/05/2023
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 08/05/2023 SOB O NÚMERO 00005460243 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: FCB4E960CC121FEED1CF31AFEC262B7AE2002D64C4E0965FEDD52DFB259944B3
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

Deliberação	Aprovar/Sim	Rejeitar/Não	Abster-se	Total
único do Estatuto Social.				

11

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ENAUTA PARTICIPACOES S.A.
NIRE: 333.0029289-6 Protocolo: 00-2023/348606-2 Data do protocolo: 04/05/2023
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 08/05/2023 SOB O NÚMERO 00005460243 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: FCB4E960CC121FEED1CF31AFEC262B7AE2002D64C4E0965FEDD52DFB259944B3
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

ANEXO II – Estatuto Social Consolidado

ESTATUTO SOCIAL
ENAUTA PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ Nº. 11.669.021/0001-10
NIRE: 33.300.292.896

CAPÍTULO I
DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, FILIAIS, OBJETO E DURAÇÃO

Art. 1º - *Denominação.* A Enauta Participações S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações que se rege pelo presente Estatuto Social, pela legislação aplicável e pelo Regulamento do Novo Mercado ("Regulamento do Novo Mercado") da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3").

Parágrafo Único – Com o ingresso da Companhia no Novo Mercado da B3, sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento do Novo Mercado.

Art. 2º - *Sede, Foro e Filiais.* A Companhia tem sua sede e foro na Capital do Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Barroso, nº 52, sala 1301 (parte), Centro, CEP 20031-918, podendo criar e extinguir filiais, agências ou outros estabelecimentos no país e no exterior, mediante deliberação da Diretoria colegiada.

Art. 3º - *Objeto Social.* A Companhia tem por objeto a participação em sociedades que se dediquem substancialmente a exploração, produção e comercialização de petróleo, gás natural e seus derivados, seja como sócia, acionista ou outras formas de associação, com ou sem personalidade jurídica.

Art. 4º - *Prazo de Duração.* O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ENAUTA PARTICIPACOES S.A.
NIRE: 333.0029289-6 Protocolo: 00-2023/348606-2 Data do protocolo: 04/05/2023
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 08/05/2023 SOB O NÚMERO 00005460243 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: FCB4E960CC121FEED1CF31AFEC262B7AE2002D64C4E0965FEDD52DFB259944B3
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA
Pag. 14/34

CAPÍTULO II
CAPITAL E AÇÕES

Art. 5º - *Capital.* O capital social é de R$2.135.496.103,82 (dois bilhões, cento e trinta e cinco milhões, quatrocentos e noventa e seis mil, cento e três reais e oitenta e dois centavos), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 265.806.905 (duzentas e sessenta e cinco milhões, oitocentas e seis mil, novecentas e cinco) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

§1º - *Voto por Ação.* Cada uma das ações ordinárias em que se divide o capital social dará direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia.

§2º - *Escrituração de Ações.* As ações da Companhia serão escriturais, mantidas em conta de depósito em nome de seus titulares, junto a uma instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e indicada pelo Conselho de Administração, podendo ser cobrada dos acionistas a remuneração de que trata o parágrafo 3º do artigo 35 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("LSA").

§3º - *Acionista Omisso.* A não realização, pelo subscritor, do valor subscrito, nas condições previstas no boletim ou na chamada, fará com que o mesmo fique, de pleno direito, constituído em mora, para fins dos artigos 106 e 107 da LSA, sujeitando-se ao pagamento do valor em atraso corrigido monetariamente de acordo com a variação do Índice Geral de Preços ao Mercado - IGP-M, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, ou seu substituto, na menor periodicidade legalmente admitida, além de juros de 12% (doze por cento) ao ano, *pro rata temporis* e multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor da prestação em atraso, devidamente atualizada.

§4º - *Grupamento e Desdobramento.* Por deliberação do Conselho de Administração, as ações que compõem o capital social da Companhia podem ser agrupadas ou desdobradas.

Art. 6º - *Capital Autorizado.* A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de R$4.000.000.000,00 (quatro bilhões de reais), excluídas as ações já emitidas, independentemente de reforma estatutária.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ENAUTA PARTICIPACOES S.A.
NIRE: 333.0029289-6 Protocolo: 00-2023/348606-2 Data do protocolo: 04/05/2023
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 08/05/2023 SOB O NÚMERO 00005460243 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: FCB4E960CC121FEED1CF31AFEC262B7AE2002D64C4E0965FEDD52DFB259944B3
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
Pag. 15/34

§1º - *Forma.* O aumento do capital social será realizado mediante deliberação do Conselho de Administração, a quem competirá estabelecer as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de sua integralização. Ocorrendo subscrição com integralização em bens, a competência para o aumento de capital será da Assembleia Geral, ouvido o Conselho Fiscal, caso instalado.

§2º - *Ações ordinárias e Bônus de Subscrição.* Dentro do limite do capital autorizado, a Companhia poderá emitir ações ordinárias e bônus de subscrição.

Art. 7º - *Exclusão do Direito de Preferência.* A Companhia poderá emitir ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição com exclusão do direito de preferência dos antigos acionistas, ou com redução do prazo para seu exercício, quando a colocação for feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda através de permuta de ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos do artigo 172 da LSA.

Art. 8º - *Recompra.* A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, adquirir as próprias ações para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, até o montante do saldo de lucro e de reservas, exceto a reserva legal, sem diminuição do capital social, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Art. 9º - *Planos de Remuneração.* A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração e mediante aprovação da Assembleia Geral, instituir plano de outorga de opções de ações ou outros modelos de remuneração baseado em ações, sem direito de preferência nas hipóteses previstas na regulamentação aplicável, para administradores, empregados e pessoas naturais prestadoras de serviço da Companhia e suas controladas diretas ou indiretas.

Art. 10 - *Ações Preferenciais, de Fruição e Partes Beneficiárias.* A Companhia não poderá emitir ações preferenciais, ações de fruição ou partes beneficiárias.

Art. 11 - *Reembolso em Direito de Retirada.* Obedecido o disposto no artigo 45 da LSA, o valor do reembolso a ser pago aos acionistas dissidentes terá por base o valor patrimonial da Companhia, constante do último balanço aprovado pela Assembleia Geral.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ENAUTA PARTICIPACOES S.A.
NIRE: 333.0029289-6 Protocolo: 00-2023/348606-2 Data do protocolo: 04/05/2023
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 08/05/2023 SOB O NÚMERO 00005460243 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: FCB4E960CC121FEED1CF31AFEC262B7AE2002D64C4E0965FEDD52DFB259944B3
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
Pag. 16/34

CAPÍTULO III
ASSEMBLEIA GERAL

Art. 12 - *Periodicidade.* A Assembleia Geral, com a competência prevista em lei e neste Estatuto Social, reúne-se ordinariamente dentro dos 04 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem.

§1º - *Representação por Procuradores.* Por ocasião das Assembleias Gerais, os acionistas que se fizerem representar por procuradores deverão apresentar procurações, sendo vedado o uso de procurações outorgadas por meios eletrônicos.

§2º - *Legitimação - Ações Escriturais.* Os titulares de ações escriturais ou em custódia deverão depositar na Companhia, com até 03 (três) dias de antecedência, os comprovantes expedidos pelas instituições financeiras depositárias e documentação de comprovação de poderes de representação como condição para a sua participação nas Assembleias.

§3º - *Presidência.* As Assembleias serão instaladas e presididas pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência, pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração. O Presidente da Assembleia indicará um secretário para auxiliá-lo nos trabalhos. Nos casos de ausência ou impedimento temporário do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho de Administração, a Assembleia Geral será presidida por outro Conselheiro ou por pessoa especialmente indicada pelo Presidente do Conselho de Administração.

§4º - *Prazo de Convocação.* As reuniões das Assembleias Gerais serão convocadas com o prazo de antecedência previsto em lei.

Art. 13 - *Representação.* Para tomar parte na Assembleia Geral, o acionista deverá apresentar no dia da realização da respectiva assembleia: (i) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou em custódia, na forma do artigo 126 da LSA, e/ou relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente datado de até 02 (dois) dias úteis antes da realização da Assembleia Geral; ou (ii) instrumento de mandato, devidamente

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ENAUTA PARTICIPACOES S.A.
NIRE: 333.0029289-6 Protocolo: 00-2023/348606-2 Data do protocolo: 04/05/2023
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 08/05/2023 SOB O NÚMERO 00005460243 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: FCB4E960CC121FEED1CF31AFEC262B7AE2002D64C4E0965FEDD52DFB259944B3
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA
Pag. 17/34

regularizado na forma da lei e deste Estatuto, na hipótese de representação do acionista. O acionista ou seu representante legal deverá comparecer à Assembleia Geral munido de documentos que comprovem sua identidade.

§1º - *Procurador*. O acionista poderá ser representado na Assembleia Geral por procurador constituído há menos de 01 (um) ano, que seja acionista, com o reconhecimento de firma do outorgante, administrador da Companhia, advogado, instituição financeira ou administrador de fundos de investimento que represente os condôminos.

§2º - *Deliberações*. As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as hipóteses especiais previstas em lei, serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco.

§3º - *Competência Privativa*. Sem prejuízo das demais matérias previstas em lei, competirá privativamente à Assembleia Geral:

a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia;

b) reformar este Estatuto Social;

c) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração;

d) eleger e destituir os membros do Conselho Fiscal, se instalado; e

e) deliberar acerca do cancelamento do registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários.

§4º - *Ata em Forma Sumária*. As atas das Assembleias deverão ser lavradas na forma de sumário dos fatos ocorridos, inclusive dissidências e protestos, contendo a transcrição das deliberações tomadas, observado o disposto no § 1º do artigo 130 da LSA.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ENAUTA PARTICIPACOES S.A.
NIRE: 333.0029289-6 Protocolo: 00-2023/348606-2 Data do protocolo: 04/05/2023
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 08/05/2023 SOB O NÚMERO 00005460243 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: FCB4E960CC121FEED1CF31AFEC262B7AE2002D64C4E0965FEDD52DFB259944B3
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
Pag. 18/34

CAPÍTULO IV
ADMINISTRAÇÃO

Seção I - Normas Gerais

Art. 14 - *Órgãos da Administração*. A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria.

Art. 15 - *Posse dos Administradores*. A posse dos administradores fica condicionada à assinatura de termo de posse, que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória referida no Artigo 36.

Parágrafo Único - *Comunicações*. Os administradores da Companhia deverão, imediatamente após a investidura no cargo, comunicar à Companhia a quantidade e as características dos valores mobiliários de emissão da Companhia de que sejam titulares, direta ou indiretamente, inclusive seus derivativos.

Seção II - Conselho de Administração

Art. 16 - *Composição*. O Conselho de Administração é composto por, no mínimo, 05 (cinco) e, no máximo, 07 (sete) membros, além de um outro número de suplentes a ser determinado em Assembleia Geral, limitado ao número de conselheiros eleitos, vinculados ou não a conselheiros efetivos específicos, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 02 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.

§1º - *Presidente e Vice-Presidente do Conselho*. O Conselho de Administração terá um Presidente, eleito pela maioria de votos de seus membros, na primeira reunião após a posse dos membros ou sempre que ocorrer vacância do cargo de Presidente, bem como um Vice-Presidente, também eleito pela maioria de votos dos membros, ao qual competirá substituir o Presidente para o exercício de suas funções.

§2º - *Vedação à acumulação de cargos*. Os cargos de Presidente do Conselho e de Diretor-Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa, observados os termos previstos no Regulamento do Novo Mercado.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ENAUTA PARTICIPACOES S.A.
NIRE: 333.0029289-6 Protocolo: 00-2023/348606-2 Data do protocolo: 04/05/2023
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 08/05/2023 SOB O NÚMERO 00005460243 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: FCB4E960CC121FEED1CF31AFEC262B7AE2002D64C4E0965FEDD52DFB259944B3
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
Pag. 19/34

§3º - *Conselheiros Independentes*. No mínimo 2 (dois) ou 20% (vinte por cento) dos membros do Conselho de Administração, o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao conselho de administração como conselheiros independentes ser deliberada na assembleia geral que os eleger. O Conselho de Administração deverá divulgar anualmente uma avaliação sobre a independência destes membros, devendo justificar quaisquer circunstâncias que possam afetar sua caracterização como independentes.

§4º - *Arredondamento*. Quando, em decorrência do cálculo do percentual referido no parágrafo acima, o resultado gerar um número fracionário, a Companhia deve proceder ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior.

§5º - *Investidura ao Cargo*. Os membros do Conselho de Administração serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse lavrado no Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração. Os membros do Conselho de Administração poderão ser destituídos a qualquer tempo pela Assembleia Geral, devendo permanecer em exercício nos respectivos cargos, até a investidura de seus sucessores.

§6º - *Ausência*. Em caso de ausência, os membros do Conselho de Administração serão substituídos da seguinte forma e na seguinte ordem: (a) por seu suplente específico, se houver, e não existindo esse suplente específico, (b) por um conselheiro efetivo, desde que nomeado pelo ausente como seu procurador, ficando desde já estabelecido que o conselheiro efetivo nomeado procurador pelo ausente está autorizado a proferir o seu próprio voto e, também, o voto do conselheiro ausente e, não havendo essa situação de nomeação de procurador, (c) por um suplente, convocado pelo Presidente do Conselho de Administração.

§7º - *Participação em Reuniões*. Os conselheiros poderão participar das reuniões do Conselho de Administração por intermédio de conferência telefônica, vídeo-conferência ou por qualquer outro meio de comunicação eletrônico, sendo considerados presentes à reunião e devendo confirmar seu voto através de declaração por escrito encaminhada ao Presidente do Conselho por carta, fac-simile ou correio eletrônico logo após o término da reunião. Uma vez recebida a declaração, o Presidente do Conselho ficará investido de plenos poderes para assinar a ata da reunião em nome do conselheiro.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ENAUTA PARTICIPACOES S.A.
NIRE: 333.0029289-6 Protocolo: 00-2023/348606-2 Data do protocolo: 04/05/2023
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 08/05/2023 SOB O NÚMERO 00005460243 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: FCB4E960CC121FEED1CF31AFEC262B7AE2002D64C4E0965FEDD52DFB259944B3
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
Pag. 20/34

Art. 17 - *Vacância*. No caso de vacância no cargo de conselheiro, não havendo suplente, o Conselho de Administração elegerá tantos conselheiros substitutos quantos forem os cargos vagos, sendo que os conselheiros eleitos nos termos deste Artigo terão o seu mandato encerrado na próxima Assembleia Geral que for realizada, devendo o conselheiro substituto ser eleito para completar o mandato do substituído.

Art. 18 - *Reuniões*. O Conselho de Administração reunir-se-á sempre que convocado por seu Presidente ou pela maioria dos seus membros, mediante comunicação por escrito ou por meio eletrônico, com, no mínimo, 03 (três) dias de antecedência, salvo casos de manifesta urgência, quando o prazo poderá ser reduzido. As comunicações deverão informar a hora, data, local e ordem do dia da reunião, anexando cópias dos documentos ou propostas a serem apreciados ou discutidos, podendo o Presidente do Conselho de Administração incluir outras matérias a serem discutidas na reunião em questão, desde que os membros do Conselho de Administração sejam comunicados a respeito da ordem do dia com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

§1º - A Companhia manterá cadastro dos endereços eletrônicos, a serem utilizados para efeito de convocação das reuniões do Conselho de Administração, cabendo aos respectivos conselheiros informar ao Presidente do Conselho de Administração quaisquer alterações de seus endereços eletrônicos.

§2º - *Dispensa de Convocação*. Serão consideradas regulares as reuniões a que comparecerem todos os membros, independente de quaisquer formalidades preliminares ou desde que todos manifestem por escrito sua concordância na dispensa das mesmas.

§3º - *Instalação e Quorum*. As reuniões do Conselho de Administração serão instaladas com a presença da maioria dos seus membros e as deliberações serão tidas como válidas se aprovadas pela maioria dos membros presentes, cabendo ao Presidente, além do seu voto pessoal, o voto de qualidade de desempate.

Art. 19 - *Competência*. Sem prejuízo das demais atribuições previstas em lei, e neste Estatuto Social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre as matérias previstas neste Estatuto Social, em especial as abaixo relacionadas:

a) estabelecer os objetivos, a política e a orientação geral dos negócios da Companhia;

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ENAUTA PARTICIPACOES S.A.
NIRE: 333.0029289-6 Protocolo: 00-2023/348606-2 Data do protocolo: 04/05/2023
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 08/05/2023 SOB O NÚMERO 00005460243 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: FCB4E960CC121FEED1CF31AFEC262B7AE2002D64C4E0965FEDD52DFB259944B3
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
Pag. 21/34

b) eleger, destituir e definir as atribuições dos membros da Diretoria, observados os limites estabelecidos pela Assembleia Geral ou por ela definidos;

c) nomear e destituir os auditores independentes da Companhia, quando for o caso;

d) fiscalizar a gestão dos Diretores;

e) manifestar-se previamente sobre o Relatório da Administração, as contas da Diretoria e as Demonstrações Financeiras da Companhia e examinar os balancetes mensais;

f) submeter à Assembleia Geral a proposta de destino a ser dado ao lucro líquido da Companhia, a distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio de cada exercício social ou relativo a períodos menores;

g) convocar as Assembleias Gerais;

h) aprovar o orçamento geral da Companhia e de controladas diretas;

i) aprovar o plano de negócios da Companhia;

j) fixar o limite de endividamento da Companhia;

k) aprovar a política de alçadas estatutárias da Companhia, aplicável à Companhia e às suas controladas diretas ("Política de Alçadas do Grupo Enauta");

l) deliberar as matérias indicadas como de competência do Conselho de Administração na Política de Alçadas do Grupo Enauta;

m) propor a Assembleia Geral o aumento ou a diminuição do capital social, bem como a forma de subscrição, integralização e emissão das ações;

n) deliberar sobre a emissão, pela Companhia, de bônus de subscrição, debêntures simples não conversíveis em ações e sem garantia real, ou outros títulos ou valores mobiliários, bem como de instrumentos de crédito para a captação de recursos, sejam *bonds*, *notes*, *commercial papers* ou outros de uso comum no mercado, deliberando sobre as suas condições de emissão e resgate;

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ENAUTA PARTICIPACOES S.A.
NIRE: 333.0029289-6 Protocolo: 00-2023/348606-2 Data do protocolo: 04/05/2023
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 08/05/2023 SOB O NÚMERO 00005460243 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: FCB4E960CC121FEED1CF31AFEC262B7AE2002D64C4E0965FEDD52DFB259944B3
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
Pag. 22/34

o) fixar a remuneração, dentro do valor global determinado pela Assembleia Geral, dos Conselheiros e Diretores, individualmente;

p) autorizar a amortização, resgate ou recompra de ações da própria Companhia para manutenção em tesouraria ou cancelamento, bem como deliberar sobre a eventual alienação das ações porventura em tesouraria;

q) propor à Assembleia Geral planos de outorga de opções de ações ou outros modelos de remuneração baseado em ações conforme art. 9º acima e, uma vez aprovados pela Assembleia Geral, aprovar os programas decorrentes dos referidos planos;

r) estabelecer o valor da participação nos lucros dos empregados da Companhia;

s) aumentar o capital social da Companhia dentro do limite autorizado pelo Estatuto Social, independentemente de reforma estatutária;

t) elaborar e divulgar parecer fundamentado sobre qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, nos termos do Regulamento do Novo Mercado;

u) manifestar-se previamente sobre eventual transformação, incorporação, fusão, cisão, aumento de capital social ou quaisquer operações de reorganização societária ou transações que possam ensejar mudança de controle da Companhia, devendo a manifestação conter análise a respeito do tratamento justo e equitativo aos acionistas da Companhia;

v) indicar membros do Comitê de Auditoria e demais comitês de assessoramento, bem como fixar os orçamentos anuais de tais comitês, observadas as disposições regulamentares vigentes;

w) fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria; e

x) exercer outras atribuições legais ou que lhe sejam conferidas pela Assembleia Geral, bem como resolver os casos omissos.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ENAUTA PARTICIPACOES S.A.
NIRE: 333.0029289-6 Protocolo: 00-2023/348606-2 Data do protocolo: 04/05/2023
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 08/05/2023 SOB O NÚMERO 00005460243 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: FCB4E960CC121FEED1CF31AFEC262B7AE2002D64C4E0965FEDD52DFB259944B3
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
Pag. 23/34

Art. 20 - *Comitês de Assessoramento*. O Conselho de Administração poderá determinar a criação de comitês de assessoramento além do Comitê de Auditoria previsto no Capítulo V abaixo, destinados a auxiliar os respectivos membros do Conselho de Administração, bem como definir a respectiva composição e atribuições específicas.

Seção III – Diretoria

Art. 21 - *Diretoria*. A Diretoria é o órgão de representação da Companhia, competindo-lhe praticar todos os atos de gestão para assegurar o seu funcionamento regular.

§1º - *Composição*. A Diretoria será composta por, no mínimo, 02 (dois) e, no máximo, 06 (seis) membros, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Financeiro, um Diretor de Relações com Investidores, um Diretor de Operações e os demais, Diretores sem designação específica, sendo que os cargos de Diretor de Relações com Investidores e de Diretor de Operações poderão ser cumulados com outros cargos de Diretoria. A designação dos cargos ocupados por cada diretor deve constar da ata do Conselho de Administração que deliberar sobre a eleição dos membros da diretoria.

§2º - *Mandato*. Os diretores serão eleitos para mandatos de até 02 (dois) anos, permitida a reeleição. O mandato dos diretores será prorrogado automaticamente até a eleição e posse dos respectivos substitutos, caso esses atos ocorram após o vencimento do mandato dos diretores.

§3º - *Vacância de Cargo*. Ocorrendo vacância de cargo de diretor, ou impedimento do titular, caberá ao Conselho de Administração eleger um novo diretor ou designar o substituto dentre os diretores restantes, fixando, em qualquer dos casos, o prazo de gestão e os respectivos vencimentos.

§4º - *Reuniões*. A Diretoria não é um órgão colegiado, podendo, contudo, reunir-se, sempre que necessário, a critério do Diretor Presidente, que também presidirá a reunião, para tratar de aspectos operacionais e para tomar as decisões que, conforme o presente Estatuto ou a Política de Alçadas do Grupo Enauta compita à Diretoria colegiada. A reunião da Diretoria será considerada instalada com a presença de diretores que representem a maioria dos seus membros.

§5º - *Diretor Presidente*. Compete ao Diretor Presidente: (a) submeter à aprovação do Conselho de Administração os planos de trabalho e orçamento anuais, os planos de

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ENAUTA PARTICIPACOES S.A.
NIRE: 333.0029289-6 Protocolo: 00-2023/348606-2 Data do protocolo: 04/05/2023
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 08/05/2023 SOB O NÚMERO 00005460243 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: FCB4E960CC121FEED1CF31AFEC262B7AE2002D64C4E0965FEDD52DFB259944B3
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
Pag. 24/34

investimento e os novos programas de expansão da Companhia e de suas sociedades controladas, promovendo a sua execução nos termos aprovados; (b) formular as estratégias e diretrizes operacionais da Companhia, bem como estabelecer os critérios para a execução das deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração, com a participação dos demais diretores; (c) exercer a supervisão de todas as atividades da Companhia; (d) coordenar e superintender as atividades da Diretoria, convocando e presidindo suas reuniões; (e) aprovar e supervisionar a participação das sociedades controladas pela Companhia em rodadas de licitação de blocos, bem como aprovar e gerir as parcerias firmadas para exploração desses blocos; (f) coordenar e supervisionar as atividades de exploração exercidas pelas sociedades controladas pela Companhia; (g) a substituição do Diretor Financeiro, do Diretor de Relações com Investidores e do Diretor de Operações em suas ausências e impedimentos temporários, exercendo a respectiva competência determinada neste Estatuto; e (h) exercer as demais atribuições que lhe forem conferidas pelo Conselho de Administração.

§6º - Diretor Financeiro. Compete ao Diretor Financeiro: (a) a execução das diretrizes determinadas pelo Conselho de Administração; (b) a administração financeira da Companhia; (c) a administração das áreas de controladoria e contabilidade; (d) a substituição do Diretor Presidente em suas ausências e impedimentos temporários, exercendo a respectiva competência determinada neste Estatuto; e (e) exercer as demais atribuições que lhe forem conferidas pelo Conselho de Administração.

§7º - *Diretor de Relações com Investidores*. Compete ao Diretor de Relações com Investidores: (a) divulgar e comunicar à Comissão de Valores Mobiliários e à B3, se for o caso, qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia, bem como zelar por sua ampla e imediata disseminação, simultaneamente em todos os mercados em que tais valores mobiliários sejam admitidos à negociação, além de outras atribuições definidas pelo Conselho de Administração; (b) prestar informações aos investidores; (c) manter atualizado o registro da Companhia, prestando as informações necessárias para tanto, tudo em conformidade com a regulamentação aplicável da Comissão de Valores Mobiliários; e (d) exercer as demais atribuições que lhe forem conferidas pelo Conselho de Administração.

§8º - *Diretor de Operações*. Compete ao Diretor de Operações, com relação às sociedades controladas pela Companhia: (a) coordenar e supervisionar a produção de petróleo, gás natural e produtos derivados e o preparo de sua movimentação; (b) coordenar e supervisionar as etapas de projeto e de operações para o desenvolvimento da produção

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ENAUTA PARTICIPACOES S.A.
NIRE: 333.0029289-6 Protocolo: 00-2023/348606-2 Data do protocolo: 04/05/2023
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 08/05/2023 SOB O NÚMERO 00005460243 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: FCB4E960CC121FEED1CF31AFEC262B7AE2002D64C4E0965FEDD52DFB259944B3
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
Pag. 25/34

de campos; (c) coordenar, supervisionar e otimizar o desempenho dos campos em produção; (d) estabelecer as previsões de produção; (e) assegurar que a Companhia cumpra o estabelecido pelos órgãos reguladores relacionados à sua área de atuação; e (f) exercer as demais atribuições que lhe forem conferidas pelo Conselho de Administração.

Art. 22 - *Competência.* Sem prejuízo das demais atribuições previstas em lei e neste Estatuto, compete à Diretoria desempenhar as matérias previstas neste Estatuto Social e, em especial, as abaixo relacionadas:

a) cumprir e fazer cumprir a orientação geral dos negócios da Companhia estabelecida pelo Conselho de Administração;

b) elaborar e propor, anualmente, ao Conselho de Administração o plano de investimento e o orçamento anual da Companhia;

c) elaborar, em cada exercício, o Relatório Anual de Administração e as Demonstrações Financeiras a serem submetidas ao Conselho de Administração e, posteriormente, à Assembleia Geral; e

d) cumprir e fazer cumprir a Política de Alçadas do Grupo Enauta.

Art. 23 - *Representação.* A representação da Companhia, observado o disposto neste Estatuto e na Política de Alçadas do Grupo Enauta, poderá se dar da seguinte forma: (a) em quaisquer casos, pela assinatura em conjunto do Diretor Presidente e mais 01 (um) Diretor; (b) para atos cuja aprovação dependa de deliberação da Assembleia Geral, do Conselho de Administração ou da Diretoria colegiada, (i) pela assinatura em conjunto de quaisquer 02 (dois) Diretores ou (ii) pela assinatura em conjunto por 01 (um) Diretor e 01 (um) Procurador, devidamente constituído na forma do Parágrafo Único deste Artigo 23; e (c) para os casos específicos previstos na Política de Alçadas do Grupo Enauta, (i) pelas assinaturas dos aprovadores indicados na Política, (ii) pelas assinaturas de quaisquer 02 (dois) Diretores em conjunto (ressalvado que será necessária a assinatura do Diretor Presidente quando for necessária a sua aprovação específica) ou (iii) pela assinatura de Procurador constituído de acordo com deliberação da Diretoria colegiada.

Parágrafo Único - *Outorga.* As procurações deverão especificar os poderes conferidos e serão outorgadas em nome da Companhia nos termos deste Estatuto ou da Política de Alçadas do Grupo Enauta da seguinte forma: (i) pela assinatura de 02 (dois) Diretores

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ENAUTA PARTICIPACOES S.A.
NIRE: 333.0029289-6 Protocolo: 00-2023/348606-2 Data do protocolo: 04/05/2023
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 08/05/2023 SOB O NÚMERO 00005460243 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: FCB4E960CC121FEED1CF31AFEC262B7AE2002D64C4E0965FEDD52DFB259944B3
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
Pag. 26/34

em conjunto, para os casos em que o Procurador aja em conjunto com um Diretor ou com outro Procurador; e (ii) após aprovação da Diretoria colegiada, para os casos em que o procurador aja isoladamente ou para os casos em que dois procuradores ajam em conjunto para realização de transações bancárias.

CAPÍTULO V
COMITÊ DE AUDITORIA

Art. 24 – *Composição*. O Comitê de Auditoria estatutário, órgão de assessoramento vinculado diretamente ao conselho de administração, é composto por, no mínimo, 3 (três) membros, sendo pelo menos 1 (um) membro conselheiro independente e 1 (um) membro com reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária (um único membro poderá acumular ambas essas características).

§1º - Os membros do Comitê de Auditoria, incluindo seu coordenador, serão indicados pelo Conselho de Administração, observadas as restrições previstas na regulamentação aplicável, devendo exercer seus cargos pelo prazo máximo de 10 (dez) anos.

§2º - As funções detalhadas do Comitê de Auditoria, as regras de convocação, instalação, votação e periodicidade das reuniões, as atividades de seu coordenador, bem como outros procedimentos operacionais estão definidos em seu regimento interno, aprovado pelo Conselho de Administração.

§3º - O Comitê de Auditoria possuirá autonomia operacional e dotação orçamentária, anual ou por projeto, dentro de limites aprovados pelo Conselho de Administração para conduzir ou determinar a realização de consultas, avaliações e investigações dentro do escopo de suas atividades, inclusive com a contratação e utilização de especialistas externos independentes.

Art. 25 – *Competência*. Compete ao Comitê de Auditoria, entre outras matérias:

a) opinar sobre a contratação e destituição de auditores independentes, supervisionar suas atividades, avaliando sua independência, qualidade dos serviços prestados e adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia;

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ENAUTA PARTICIPACOES S.A.
NIRE: 333.0029289-6 Protocolo: 00-2023/348606-2 Data do protocolo: 04/05/2023
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 08/05/2023 SOB O NÚMERO 00005460243 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: FCB4E960CC121FEED1CF31AFEC262B7AE2002D64C4E0965FEDD52DFB259944B3
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
Pag. 27/34

b) avaliar e monitorar a qualidade e integridade das informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras, apreciando-as sempre antes da sua divulgação;

c) acompanhar as atividades de auditoria interna e de controles internos da Companhia;

d) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, podendo requerer informações detalhadas de políticas e procedimentos relacionados com a remuneração da administração, a utilização de ativos da Companhia e as despesas incorridas em nome da Companhia;

e) avaliar, monitorar e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações entre partes relacionadas;

f) monitorar a qualidade e integridade das informações e medições divulgadas com base em dados contábeis ajustados e em dados não contábeis que acrescentem elementos não previstos na estrutura dos relatórios usuais das demonstrações financeiras;

g) elaborar relatório anual resumido, a ser apresentado juntamente com as demonstrações financeiras, contendo a descrição de suas atividades, os resultados e conclusões alcançados e as recomendações feitas, bem como quaisquer situações nas quais exista divergência significativa entre a administração da Companhia, os auditores independentes e o Comitê de Auditoria em relação às demonstrações financeiras da Companhia; e

h) possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação.

CAPÍTULO VI
CONSELHO FISCAL

Art. 26 - *Funcionamento.* O Conselho Fiscal da Companhia funcionará em caráter não permanente e, quando instalado, será composto por 03 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, todos residentes no país, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ENAUTA PARTICIPACOES S.A.
NIRE: 333.0029289-6 Protocolo: 00-2023/348606-2 Data do protocolo: 04/05/2023
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 08/05/2023 SOB O NÚMERO 00005460243 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: FCB4E960CC121FEED1CF31AFEC262B7AE2002D64C4E0965FEDD52DFB259944B3
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
Pag. 28/34

qualquer tempo pela Assembleia Geral para mandato de 01 (um) ano, sendo permitida a reeleição. O Conselho Fiscal da Companhia será composto, instalado e remunerado em conformidade com a legislação em vigor.

§1º - *Presidência.* O Conselho Fiscal terá um Presidente, eleito por seus membros na primeira reunião do órgão após sua instalação.

§2º - *Posse.* A posse dos membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, fica condicionada à assinatura de termo de posse, que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória referida no Artigo 36.

§3º - *Comunicações.* Os membros do Conselho Fiscal da Companhia deverão, imediatamente após a posse no cargo, comunicar à Companhia a quantidade e as características dos valores mobiliários de emissão da Companhia de que sejam titulares, direta ou indiretamente, inclusive derivativos.

§4º - *Vacância.* Ocorrendo a vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente ocupará seu lugar. Não havendo suplente, a Assembleia Geral será convocada para proceder à eleição de membro para o cargo vago.

§5º - *Restrições para Eleição.* Não poderá ser eleito para o cargo de membro do Conselho Fiscal da Companhia aquele que mantiver vínculo com sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, estando vedada, entre outros, a eleição da pessoa que: (a) seja empregado, acionista ou membro de órgão da administração, técnico ou fiscal de concorrente ou de acionista controlador ou controlada de concorrente; (b) seja cônjuge ou parente até 2º grau de membro de órgão da administração, técnico ou fiscal de concorrente ou de acionista controlador ou controlada de concorrente.

§6º - *Indicação de Membro.* Caso qualquer acionista deseje indicar um ou mais representantes para compor o Conselho Fiscal, que não tenham sido membros do Conselho Fiscal no período subsequente à última Assembleia Geral Ordinária, tal acionista deverá notificar a Companhia por escrito com 10 (dez) dias úteis de antecedência em relação à data da Assembleia Geral que elegerá os Conselheiros, informando o nome, a qualificação e o currículo profissional completo dos candidatos.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ENAUTA PARTICIPACOES S.A.
NIRE: 333.0029289-6 Protocolo: 00-2023/348606-2 Data do protocolo: 04/05/2023
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 08/05/2023 SOB O NÚMERO 00005460243 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: FCB4E960CC121FEED1CF31AFEC262B7AE2002D64C4E0965FEDD52DFB259944B3
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
Pag. 29/34

Art. 27 - *Reuniões*. Quando instalado, o Conselho Fiscal se reunirá, nos termos da lei, sempre que necessário e analisará, ao menos trimestralmente, as demonstrações financeiras.

§1º - *Dispensa de Convocação*. Independentemente de quaisquer formalidades, será considerada regularmente convocada a reunião à qual comparecer a totalidade dos membros do Conselho Fiscal.

§2º - *Manifestação*. O Conselho Fiscal se manifesta por maioria absoluta de votos, presente a maioria dos seus membros.

§3º - *Registro das Deliberações*. Todas as deliberações do Conselho Fiscal constarão de atas lavradas no respectivo livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal e assinadas pelos Conselheiros presentes.

CAPÍTULO VII
EXERCÍCIO SOCIAL E LUCROS

Art. 28 - *Exercício Social*. O exercício social durará de 1º de janeiro a 31 de dezembro de cada ano.

Art. 29 - *Demonstrações Financeiras e Informações*. Ao fim de cada exercício social e no último dia útil de cada trimestre civil, a Diretoria fará elaborar as demonstrações financeiras previstas em lei e no Regulamento de Listagem do Novo Mercado.

Parágrafo Único: A Companhia deverá realizar apresentação pública, para divulgar informações sobre seus resultados trimestrais e demonstrações financeiras, no prazo e nos termos previstos no Regulamento do Novo Mercado.

Art. 30 - *Dividendos Antecipados*. O Conselho de Administração poderá declarar dividendos à conta de lucros ou de reservas de lucros, apurados em demonstrações financeiras relacionadas a qualquer período de tempo, que serão considerados antecipação do dividendo mínimo obrigatório deste Estatuto.

Art. 31 - *Destinação do Lucro Líquido*. A Companhia distribuirá, em cada exercício social, dividendos obrigatórios de, no mínimo, 0,001% (zero vírgula zero zero um por

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ENAUTA PARTICIPACOES S.A.
NIRE: 333.0029289-6 Protocolo: 00-2023/348606-2 Data do protocolo: 04/05/2023
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 08/05/2023 SOB O NÚMERO 00005460243 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: FCB4E960CC121FEED1CF31AFEC262B7AE2002D64C4E0965FEDD52DFB259944B3
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
Pag. 30/34

cento) do lucro líquido ajustado, calculado de acordo com o que dispõe o artigo 202 da LSA.

Art. 32 - *Reserva de Investimentos*. Após a destinação do lucro líquido para constituição da reserva legal e distribuição de dividendos obrigatórios, a parcela remanescente, por proposta do Conselho de Administração, poderá ser total ou parcialmente destinada à constituição de "Reserva de Investimentos", que tem por finalidade assegurar a manutenção, o desenvolvimento e a expansão das atividades sociais. O limite máximo desta reserva será de até 100% do capital social, observado que o saldo desta reserva, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas as reservas de lucros a realizar, as reservas para contingências e a reserva de incentivos fiscais, não poderá ultrapassar 100% do valor do capital social.

Art. 33 - *Correção Monetária e Prescrição*. Os dividendos atribuídos aos acionistas serão pagos nos prazos da lei, somente incidindo correção monetária e/ou juros se assim for determinado pela Assembleia Geral, e, se não reclamados dentro de 03 (três) anos contados da deliberação do ato que autorizou sua distribuição, prescreverão em favor da Companhia.

Art. 34 - *Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Antecipados*. O Conselho de Administração poderá levantar balanços em qualquer espaço de tempo para o fim de promover distribuições de juros sobre o capital próprio. Os dividendos intermediários e os juros sobre o capital próprio deverão sempre ser imputados ao dividendo obrigatório.

CAPÍTULO VIII
DA ALIENAÇÃO DO CONTROLE ACIONÁRIO

Art. 35 - *Da Alienação de Controle*. A alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do controle se obrigue a realizar oferta pública de aquisição de ações tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ENAUTA PARTICIPACOES S.A.
NIRE: 333.0029289-6 Protocolo: 00-2023/348606-2 Data do protocolo: 04/05/2023
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 08/05/2023 SOB O NÚMERO 00005460243 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: FCB4E960CC121FEED1CF31AFEC262B7AE2002D64C4E0965FEDD52DFB259944B3
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
Pag. 31/34

CAPÍTULO IX
CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA

Art. 36 - *Câmara Arbitral.* A Companhia, seus acionistas, administradores, membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na LSA, no Estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

§1º - O tribunal arbitral será composto por 03 (três) árbitros, nomeados nos termos do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado.

§2º - A sede da arbitragem será o Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Brasil. A língua da arbitragem será o português. A arbitragem será processada e julgada de acordo com o Direito brasileiro.

§3º - Sem prejuízo da validade desta cláusula arbitral, o requerimento de medidas cautelares e de urgência pelas Partes, antes de constituído o tribunal arbitral, poderá ser remetido ao Árbitro de Apoio, na forma do item 5.1 do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, ou, alternativamente, ao Poder Judiciário. A partir da constituição do tribunal arbitral, todas as medidas cautelares ou de urgência deverão ser pleiteadas diretamente a este, ficando este desde já autorizado a manter, revogar ou modificar as medidas cautelares e de urgência anteriormente requeridas ao Árbitro de Apoio ou ao Poder Judiciário.

CAPÍTULO X
LIQUIDAÇÃO DA COMPANHIA

Art. 37 - *Liquidação.* A Companhia entrará em liquidação nos casos determinados em lei, cabendo à Assembleia Geral eleger o liquidante ou liquidantes, e, se for o caso, o Conselho Fiscal para tal finalidade, obedecidas as formalidades legais.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ENAUTA PARTICIPACOES S.A.
NIRE: 333.0029289-6 Protocolo: 00-2023/348606-2 Data do protocolo: 04/05/2023
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 08/05/2023 SOB O NÚMERO 00005460243 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: FCB4E960CC121FEED1CF31AFEC262B7AE2002D64C4E0965FEDD52DFB259944B3
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
Pag. 32/34

CAPÍTULO XI
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 38 - *Acordo de Acionistas*. A Companhia observará os acordos de acionistas arquivados em sua sede, sendo expressamente vedado aos integrantes da mesa diretora da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração acatar declaração de voto de qualquer acionista, signatário de Acordo de Acionistas devidamente arquivado na sede social, que for proferida em desacordo com o que tiver sido ajustado no referido acordo, sendo também expressamente vedado à Companhia aceitar e proceder à transferência de ações e/ou à oneração e/ou à cessão de direito de preferência à subscrição de ações e/ou de outros valores mobiliários que não respeitar aquilo que estiver previsto e regulado em acordo de acionistas.

Art. 39 - *Casos Omissos*. Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral, regulados de acordo com o que preceitua a LSA e respeitadas as regras do Regulamento do Novo Mercado.

Art. 40 - *Pagamento dos Dividendos*. O pagamento dos dividendos, aprovado em Assembleia Geral, bem como a distribuição de ações provenientes de aumento do capital, serão efetuados no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a partir da data em que forem declarados.

Art. 41 - *Negociação de Próprias Ações*. A Companhia poderá negociar com suas próprias ações, observadas as disposições legais e as normas que vierem a ser expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

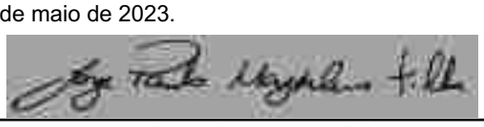
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ENAUTA PARTICIPACOES S.A.
NIRE: 333.0029289-6 Protocolo: 00-2023/348606-2 Data do protocolo: 04/05/2023
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 08/05/2023 SOB O NÚMERO 00005460243 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: FCB4E960CC121FEED1CF31AFEC262B7AE2002D64C4E0965FEDD52DFB259944B3
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
Pag. 33/34

IDENTIFICAÇÃO DOS ASSINANTES

CERTIFICO QUE O ATO DA ENAUTA PARTICIPACOES S.A., NIRE 33.3.0029289-6, PROTOCOLO 00-2023/348606-2, ARQUIVADO EM 08/05/2023, SOB O NÚMERO (S) 00005460243, FOI ASSINADO DIGITALMENTE.

CPF/CNPJ	Nome
261.208.957-87	JONAS BARCELOS RODRIGUES

08 de maio de 2023.



Jorge Paulo Magdaleno Filho
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ENAUTA PARTICIPACOES S.A.
NIRE: 333.0029289-6 Protocolo: 00-2023/348606-2 Data do protocolo: 04/05/2023
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 08/05/2023 SOB O NÚMERO 00005460243 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: FCB4E960CC121FEED1CF31AFEC262B7AE2002D64C4E0965FEDD52DFB259944B3
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

ANEXO III

Escritura de Emissão

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DocuSign Envelope ID: 998A61E6-892C-4F1F-ABBF-667E5080F4FB

Autorregulação ANBIMA

Agente Fiduciário

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª (SEGUNDA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM ATÉ 3 (TRÊS) SÉRIES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, EM RITO DE REGISTRO AUTOMÁTICO, DA ENAUTA PARTICIPAÇÕES S.A.

entre

ENAUTA PARTICIPAÇÕES S.A.
como Emissora

VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.
representando a comunhão dos titulares das debêntures objeto da presente Emissão

e

ENAUTA ENERGIA S.A.
na qualidade de Fiadora

06 de setembro de 2023

Digitalizado com CamScanner

DocuSign Envelope ID: 998A61E6-892C-4F1F-ABBF-667E5080F4FB

Autorregulação ANBIMA

Agente Fiduciário

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2º (SEGUNDA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM ATÉ 3 (TRÊS) SÉRIES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, EM RITO DE REGISTRO AUTOMÁTICO, DA ENAUTA PARTICIPAÇÕES S.A.

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas ("**Partes**"):

(I) **ENAUTA PARTICIPAÇÕES S.A.**, companhia aberta, em fase operacional, com registro de emissor de valores mobiliários perante a Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") sob o nº 2236-5, com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Barroso, nº 52, sala 1301 (parte), Centro, CEP 20031-918, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("**CNPJ/MF**") sob o nº 11.669.021/0001-10 e na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("**JUCERJA**") sob o NIRE 33300292896 ("**Emissora**"), neste ato representada na forma de seu estatuto social;

(II) **VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, instituição financeira, devidamente constituída e validamente existente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, com sua sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, nº 215, 4º andar, Pinheiros, CEP 05.425-020, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.610.500/0001-88, na qualidade de agente fiduciário, nomeada neste instrumento, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**"), para representar, perante a Emissora, a comunhão dos interesses dos Debenturistas ("**Vórtx**" ou "**Agente Fiduciário**"), neste ato representada na forma de seu estatuto social;

e ainda, como fiadora:

(III) **ENAUTA ENERGIA S.A.**, sociedade por ações, sem registro de emissor de valores mobiliários perante a CVM, com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Barroso, nº 52, sala 1101, 1102 e 1301 (parte), Centro, CEP 20031-918, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.253.257/0001-71 e na JUCERJA sob o NIRE 33300291598 ("**Enauta Energia**" ou "**Fiadora**"), neste ato representada na forma de seu estatuto social;

vêm, por meio desta e na melhor forma de direito, firmar o presente "*Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em até 3 (Três) Séries, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional*

Digitalizado com CamScanner

DocuSign Envelope ID: 998A61E6-892C-4F1F-ABBF-667E5080F4FB

Fidejussória, para Distribuição Pública, em Rito de Registro Automático, da Enauta Participações S.A." ("**Escritura de Emissão**"), mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA I
AUTORIZAÇÕES

1.1. Autorização da Emissora

1.1.1. A presente Escritura de Emissão é celebrada de acordo com a deliberação do Conselho de Administração da Emissora, realizada em 05 de setembro de 2023 ("**Aprovação Societária da Emissora**"), a qual aprovou: **(i)** a Emissão (conforme definido abaixo) e seus termos e condições, nos termos do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações; **(ii)** a Oferta (conforme definido abaixo) e seus termos e condições, nos termos da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei nº 6.385/76**") e da Resolução da CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada ("**Resolução CVM 160**"), e das demais disposições legais aplicáveis ("**Oferta**"); **(iii)** a outorga das Garantias Reais (conforme definido abaixo); **(iv)** a autorização à diretoria da Emissora a realizar todos atos necessários para a efetivação das deliberações aprovadas na Aprovação Societária da Emissora, incluindo a elaboração e celebração dos documentos da Oferta, aditamentos a esta Escritura de Emissão e a formalização da contratação do Agente Fiduciário, dos Coordenadores (conforme definido abaixo), dos assessores legais e dos demais prestadores de serviços necessários à implementação da Emissão, da Oferta e das Garantias (conforme definido abaixo), tais como o Escriturador (conforme definido abaixo), o Agente de Liquidação (conforme definido abaixo), a B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão – Balcão B3 ("**B3**"), dentre outros, podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos instrumentos de contratação e eventuais alterações em aditamentos; e **(vi)** a ratificação de todos os atos já praticados relacionados às deliberações acima.

1.2. Autorização da Enauta Energia

1.2.1. A Fiança (conforme definido abaixo), a garantia sobre as ações de emissão da Enauta Netherlands B.V. e da Atlanta Field B.V., o Penhor das Concessões (conforme definido abaixo) e a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios (conforme definido abaixo) outorgados pela Enauta Energia em garantia das Debêntures (conforme definido abaixo) foram aprovadas de acordo com a deliberação da assembleia geral extraordinária de acionistas da Enauta Energia, realizada em 05 de setembro de 2023 ("**Aprovação Societária da Enauta Energia**" e, em conjunto com a Aprovação Societária da Emissora, as "**Aprovações Societárias**").

Digitalizado com CamScanner

Autorregulação ANBIMA
Agente Fiduciário

CLÁUSULA II
REQUISITOS

2.1. A 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em até 3 (três) séries, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, para distribuição pública, sob regime misto de garantia firme e melhores esforços de colocação, da Emissora ("**Emissão**"), e a Oferta serão realizadas com observância aos seguintes requisitos:

2.1.1. ***Registro Automático da Oferta na CVM***

2.1.1.1. A Oferta será realizada nos termos da Resolução CVM 160 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, e será objeto de registro na CVM, por meio do rito de registro automático de distribuição, não estando sujeita à análise prévia da CVM, nos termos do artigo 26, inciso V, alínea "b", da Resolução CVM 160, destinadas a Investidores Qualificados (conforme definido abaixo).

2.1.1.2 Nesse sentido, tendo em vista o rito e o público-alvo adotados, a Oferta contará com prospectos preliminar e definitivo e lâmina, elaborados nos termos da Resolução CVM 160 e em observância ao Código ANBIMA (conforme abaixo definido), a serem divulgados, com destaque e sem restrições de acesso, nas páginas de rede mundial de computadores da Emissora, dos Coordenadores (conforme abaixo definido), da B3 e da CVM, nos termos do artigo 13 da Resolução CVM 160 ("**Meios de Divulgação"**).

2.1.2. ***Registro da Oferta na ANBIMA***

2.1.2.1. A Oferta deverá ser registrada na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("**ANBIMA**"), nos termos do artigo 20, inciso I, do "*Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários*", em vigor desde 02 de janeiro de 2023 ("**Código ANBIMA**"), em até 15 (quinze) dias contados da data de divulgação do anúncio de encerramento da Oferta ("**Anúncio de Encerramento**").

Digitalizado com CamScanner

Autorregulação ANBIMA

Agente Fiduciário

2.1.3. *Arquivamento e Publicação das Aprovações Societárias*

2.1.3.1. A ata da Aprovação Societária da Emissora será arquivada na JUCERJA e publicada no jornal "Valor Econômico" ("**Jornal de Publicação Emissora**"), com divulgação simultânea da íntegra do documento na página do Jornal de Publicação Emissora na rede mundial de computadores, conforme legislação em vigor, nos termos do artigo 62, inciso I, e do artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.3.2. A ata da Aprovação Societária da Enauta Energia será arquivada na JUCERJA e publicada no jornal "Valor Econômico" ("**Jornal de Publicação Enauta Energia**"), com divulgação simultânea da íntegra do documento na página do Jornal de Publicação Enauta Energia na rede mundial de computadores, conforme legislação em vigor, nos termos do artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.3.3. A Emissora e a Enauta Energia se comprometem a enviar ao Agente Fiduciário 1 (uma) cópia da ata de cada uma das Aprovações Societárias devidamente arquivadas na JUCERJA, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de obtenção do referido arquivamento. A Emissora e a Enauta Energia se comprometem, ainda, a encaminhar ao Agente Fiduciário cópia simples da publicação da ata da Aprovação Societária da Emissora, ou o respectivo arquivo eletrônico no formato "*pdf*", no mesmo prazo aqui previsto, contado da respectiva publicação. A Emissora e a Enauta Energia se obrigam ainda a cumprir com quaisquer exigências que possam vir a ser formuladas pela JUCERJA no respectivo prazo estabelecido nesta Escritura de Emissão.

2.1.3.4. Os atos societários que eventualmente venham a ser praticados após o arquivamento desta Escritura de Emissão relacionados à Emissão, à Oferta e/ou à Fiança também serão arquivados, publicados e entregues ao Agente Fiduciário, conforme aplicável, nos termos das Cláusulas 2.1.3.1, 2.1.3.2 e 2.1.3.3 acima.

2.1.4. *Arquivamento e Averbação de na JUCERJA e nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da Escritura de Emissão e de seus eventuais aditamentos*

2.1.4.1. Esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos serão protocolados pela Emissora na JUCERJA, conforme o disposto no artigo 62, inciso II, e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de sua assinatura. Uma cópia eletrônica no formato "*pdf*" desta Escritura de Emissão e de seus eventuais aditamentos, devidamente inscritos na JUCERJA, deverá ser enviada pela Emissora ao Agente Fiduciário em até 5 (cinco) Dias Úteis após o respectivo arquivamento.

Digitalizado com CamScanner

DocuSign Envelope ID: 998A61E6-892C-4F1F-ABBF-667E5080F4FB

Autorregulação ANBIMA

Agente Fiduciário

2.1.4.2. Em virtude da Fiança, a presente Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos deverão ser registrados, pela Emissora, às suas expensas, perante os Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro e da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo ("**Cartórios de Registro de Títulos e Documentos**") no prazo de 20 (vinte) dias contados das respectivas datas de assinatura, nos termos dos artigos 129 e 130, da Lei n° 6.015, de 31 de dezembro de 1973, conforme alterada ("**Lei n° 6.015/73**"), sendo certo que tais documentos deverão ser protocolados perante os Cartórios de Registro de Títulos e Documentos em até 10 (dez) Dias Úteis contados da data de sua assinatura. As vias originais (ou, caso aplicável, as vias eletrônicas, contendo a chancela digital do respectivo registro) desta Escritura de Emissão devidamente registradas nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos deverão ser enviadas pela Emissora ao Agente Fiduciário no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de registro. As vias originais (ou, caso aplicável, as vias eletrônicas, contendo a chancela digital do respectivo registro) de aditamentos a esta Escritura de Emissão devidamente registradas nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos deverão ser enviadas pela Emissora ao Agente Fiduciário no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de registro. A Emissora se obriga a cumprir quaisquer exigências que possam vir a ser formuladas pelos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos no respectivo prazo estabelecido nesta Escritura de Emissão.

2.1.5. ***Registro das Garantias Reais***

2.1.5.1. As Garantias Reais (conforme definidas abaixo) deverão ser devidamente constituídas observados os procedimentos e prazos previstos em cada Contrato de Garantia (conforme definido abaixo).

2.1.6. ***Depósito para Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica***

2.1.6.1. As Debêntures serão depositadas para: (a) distribuição pública no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("**MDA**"), administrado e operacionalizado pela B3, sendo a distribuição liquidada financeiramente no âmbito da B3; e (b) observado o disposto na Cláusula 2.1.5.2, negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários ("**CETIP21**"), administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações e os eventos de pagamento liquidados financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3.

2.1.6.2. Não obstante o disposto na Cláusula 2.1.5.1 acima, nos termos do artigo 86, inciso III, da Resolução CVM 160, as Debêntures poderão ser negociadas: (i) livremente entre Investidores Qualificados a qualquer momento; e (ii) com o público

Digitalizado com CamScanner

investidor em geral após decorridos 6 (seis) meses contados da data de divulgação do Anúncio de Encerramento.

2.1.6. *Enquadramento do Projeto*

2.1.6.1. As Debêntures da Primeira Série (conforme definido abaixo) e as Debêntures da Terceira Série (conforme definido abaixo) contarão com o incentivo previsto no artigo 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme alterada ("**Lei 12.431**"), do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, conforme alterado ("**Decreto 8.874**"), e da Resolução CMN nº 4.751, de 26 de setembro de 2019, conforme alterada ("**Resolução CMN 4.751**") ou normas posteriores que as alterem, substituam ou complementem, tendo em vista o enquadramento do Projeto (conforme definido abaixo) como projeto prioritário pelo Ministério de Minas e Energia ("**MME**"), por meio da Portaria da Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis do MME nº 62/SPG/MME, de 18 de novembro de 2022 ("**Portaria**").

CLÁUSULA III
CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social da Emissora: A Emissora tem por objeto social a participação em sociedades que se dediquem substancialmente à exploração, produção e comercialização petróleo, gás natural e seus derivados, seja como sócia, acionista ou outras formas de associação, com ou sem personalidade jurídica ("**Objeto Social**").

3.2. Número da Emissão: A presente Emissão constitui a 2ª (segunda) emissão de debêntures da Emissora.

3.3. Valor Total da Emissão: O valor total da Emissão será de até R$ 1.100.000.000,00 (um bilhão e cem milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definida abaixo) ("**Valor Total da Emissão**"), sendo certo que (i) a quantidade de Debêntures a ser emitida; (ii) a existência de cada uma das Séries; e (iii) a quantidade de Debêntures a ser alocada em cada série, serão definidas de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding* (conforme definido abaixo) mediante o Sistema de Vasos Comunicantes (conforme definido abaixo), observado que a quantidade de Debêntures a ser alocada na Segunda Série será limitada a 50% (cinquenta por cento) da quantidade total de Debêntures efetivamente emitida e que qualquer Série poderá ser cancelada. Será permitida a Distribuição Parcial (conforme definido abaixo) das Debêntures, nos termos da Cláusula 3.6.4 abaixo, observada a colocação do Montante Mínimo (conforme definido abaixo). A Emissão e a Oferta não poderão ser aumentadas em nenhuma hipótese.

Digitalizado com CamScanner

3.3.1 Os valores a serem alocados na Primeira Série (conforme definido abaixo) e na Terceira Série (conforme definido abaixo), de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, não superarão, em conjunto, o valor determinado e aprovado na Portaria.

3.3.2 O Valor Total da Emissão, a existência de cada uma das Séries, e o volume a ser alocado em cada uma das Séries serão ratificados por meio de aditamento a esta Escritura de Emissão, nos termos do **Anexo I** a esta Escritura de Emissão, anteriormente à Data de Primeira Integralização (conforme definido abaixo), sem necessidade de nova deliberação societária de quaisquer das Partes ou aprovação por Assembleia Geral de Debenturistas.

3.4. Número de Séries

3.4.1. A Emissão será realizada em até 3 (três) séries (em conjunto, as "**Séries**", e, individual e indistintamente, "**Série**"), sendo (i) as Debêntures objeto da Oferta distribuídas no âmbito da primeira Série ("**Primeira Série**") doravante denominadas "**Debêntures da Primeira Série**"; (ii) as Debêntures objeto da Oferta distribuídas no âmbito da segunda Série ("**Segunda Série**") doravante denominadas "**Debêntures da Segunda Série**"; e (iii) as Debêntures objeto da Oferta distribuídas no âmbito da terceira Série ("**Terceira Série**") doravante denominadas "**Debêntures da Terceira Série**" e, em conjunto com as Debêntures da Primeira Série e as Debêntures da Segunda Série, "**Debêntures**".

3.4.2. A quantidade de Debêntures a ser alocada em cada uma das Séries, bem como a quantidade de Séries a ser emitida, será definida após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* mediante o sistema de vasos comunicantes, ou seja, a quantidade de Debêntures, por Série, será diminuída da quantidade total de Debêntures, limitando, portanto, a quantidade de Debêntures a ser alocada nas outras Séries, sendo certo que a quantidade de Debêntures a ser alocada na Segunda Série será limitada a 50% (cinquenta por cento) da quantidade total de Debêntures efetivamente emitida ("**Sistema de Vasos Comunicantes**"), observada a possiblidade de Distribuição Parcial e a colocação do Montante Mínimo.

3.4.3. A existência de cada uma das Séries e a quantidade de Debêntures a ser alocada em cada uma das Séries serão ratificadas por meio de aditamento a esta Escritura de Emissão, nos termos do **Anexo I** a esta Escritura de Emissão, anteriormente à Data de Primeira Integralização (conforme definido abaixo), sem necessidade de nova deliberação societária de quaisquer das Partes ou aprovação por Assembleia Geral de Debenturistas.

Digitalizado com CamScanner

DocuSign Envelope ID: 998A61E6-892C-4F1F-ABBF-667E5080F4FB

Autorregulação ANBIMA

Agente Fiduciário

3.5. Agente de Liquidação e Escriturador

3.5.1. O Agente de Liquidação da presente Emissão será a **VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 22.610.500/0001-88 ("**Agente de Liquidação**").

3.5.2. A instituição prestadora de serviços de Escrituração das Debêntures será a **VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.610.500/0001-88 ("**Escriturador**").

3.5.3. O Agente de Liquidação e o Escriturador poderão ser substituídos a qualquer tempo, mediante aprovação dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos da Cláusula 9 abaixo.

3.6. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.6.1 As Debêntures serão objeto de distribuição pública, a ser registrada sob o rito de registro automático, destinada a Investidores Qualificados, nos termos da Resolução CVM 160 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, com a intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários ("**Coordenadores**", sendo a instituição intermediária líder, "**Coordenador Líder**"), sob o regime misto de colocação, sendo que: (i) R$100.000.000,00 (cem milhões de reais), correspondentes a 100.000 (cem mil) Debêntures, serão colocadas sob o regime de melhores esforços de colocação, e (ii) R$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), correspondentes a 1.000.000 (um milhão) Debêntures, serão colocadas sob de garantia firme de colocação, de forma individual e não solidária, a ser prestada por cada Coordenador, de acordo com os termos previstos no "*Contrato de Coordenação, Estruturação e Distribuição Pública, sob o Regime Misto de Garantia Firme e Melhores Esforços de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em até 3 (Três) Séries, da Espécie Com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública, em Rito de Registro Automático, da 2ª (Segunda) Emissão da Enauta Participações S.A.*", a ser celebrado entre a Emissora, a Enauta Energia e os Coordenadores ("**Contrato de Distribuição**").

3.6.2. Nos termos do Contrato de Distribuição, será adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento, organizado pelos Coordenadores, com recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, para definir (i) a demanda das Debêntures, de forma a definir o número de séries da emissão das Debêntures, conforme Sistema de Vasos Comunicantes; (ii) a quantidade e o volume final da emissão das Debêntures,

Digitalizado com CamScanner

DocuSign Envelope ID: 998A61E6-892C-4F1F-ABBF-667E5080F4FB

observada a possibilidade de Distribuição Parcial e o Montante Mínimo; e (iii) a taxa final da remuneração aplicável às Debêntures de cada série ("**Procedimento de *Bookbuilding***"), sendo certo que o resultado do Procedimento de *Bookbuilding* será ratificado por meio de aditamento a esta Escritura de Emissão, nos termos do **Anexo I** a esta Escritura de Emissão, anteriormente à Data de Primeira Integralização, sem necessidade de nova deliberação societária de quaisquer das Partes ou aprovação por Assembleia Geral de Debenturistas.

3.6.3. O plano de distribuição das Debêntures seguirá o procedimento descrito no artigo 49 da Resolução CVM 160, conforme previsto no Contrato de Distribuição. O plano de distribuição será estabelecido mediante os seguintes termos principais, sem prejuízo de outros estabelecidos no Contrato de Distribuição:

(i) os Coordenadores, com expressa anuência da Emissora, organizarão o plano de distribuição das Debêntures, tendo como público-alvo da Oferta Investidores Qualificados, observado o disposto na Resolução CVM 160 e no Contrato de Distribuição;

(ii) a colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos da B3 e com o plano de distribuição descrito no Contrato de Distribuição e nesta Escritura de Emissão;

(iii) nos termos do artigo 57 da Resolução CVM 160, a Oferta sairá a mercado a partir da data em que o aviso ao mercado for divulgado e os Investidores Qualificados poderão apresentar seus pedidos de reserva durante o período de reserva indicado no prospecto preliminar;

(iv) nos termos do artigo 59, da Resolução CVM 160, o período de distribuição terá início após, cumulativamente, a obtenção do registro da Oferta na CVM, a divulgação do anúncio de início e a disponibilização do prospecto definitivo para os investidores;

(v) as Debêntures poderão ser distribuídas pelos Coordenadores a partir do início do período de distribuição indicado no item (iv) acima;

(vi) não será concedido qualquer tipo de desconto pelos Coordenadores aos Investidores Qualificados interessados em adquirir as Debêntures, sem prejuízo do ágio ou deságio, nos termos da Cláusula 4.9.2. abaixo;

(vii) a Emissão e a Oferta não poderão ser aumentadas em nenhuma hipótese; e

Digitalizado com CamScanner

(viii) não será constituído fundo de manutenção de liquidez e não será firmado contrato de estabilização de preços com relação às Debêntures.

3.6.4. Será admitida a possibilidade de distribuição parcial das Debêntures, nos termos dos artigos 73 e 74 da Resolução CVM 160, sendo que a manutenção da Oferta está condicionada à subscrição e integralização do montante mínimo de R$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais) ("**Montante Mínimo**"). Caso durante o Procedimento de *Bookbuilding* não seja verificada demanda pelos Investidores Qualificados para a totalidade das Debêntures, até o final do prazo de colocação das Debêntures, as Debêntures representativas da diferença entre o Volume Total da Emissão e a demanda das Debêntures apurada junto aos Investidores Qualificados no Procedimento de *Bookbuilding*, nos termos desta Escritura de Emissão, serão canceladas pela Emissora, observados os termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Distribuição ("**Distribuição Parcial**").

3.6.4.1. Diante da possibilidade de Distribuição Parcial, os Investidores Qualificados poderão, no ato de aceitação da Oferta, condicionar sua adesão a que haja distribuição: (i) da totalidade das Debêntures objeto da Oferta, sendo que, se tal condição não for implementada, o Investidor Qualificado não será elegível a efetuar o pagamento do preço de subscrição; ou (ii) de uma proporção ou quantidade mínima de Debêntures originalmente objeto da Oferta, definida conforme critério do próprio Investidor Qualificado, sendo certo que não poderá ser inferior ao Montante Mínimo, podendo o Investidor Qualificado, no momento da aceitação, indicar se, caso seja implementada a condição prevista, permanecerá com a totalidade das Debêntures a serem subscritas por tal Investidor Qualificado ou com a quantidade equivalente à proporção entre a quantidade de Debêntures efetivamente distribuída e a quantidade de Debêntures originalmente objeto da Oferta, sendo certo que, na falta da manifestação, presumir-se-á o interesse do Investidor Qualificado em receber a totalidade das Debêntures a serem subscritas, conforme especificada no respectivo documento de aceitação. Se o Investidor Qualificado tiver indicado proporção ou quantidade mínima e tal condição não for implementada, o Investidor Qualificado não será elegível a efetuar o pagamento do preço de subscrição.

3.6.4.1. Na hipótese de Distribuição Parcial, a quantidade de Debêntures distribuída em melhores esforços de distribuição prevista nesta Escritura de Emissão será reduzida proporcionalmente, com o consequente cancelamento das Debêntures não subscritas e integralizadas, a ser formalizada por meio de aditamento à presente Escritura de Emissão, sem a necessidade de nova aprovação societária pela Emissora ou

Digitalizado com CamScanner

DocuSign Envelope ID: 998A61E6-892C-4F1F-ABBF-667E5080F4FB

realização de Assembleia Geral de Debenturistas. O aditamento de que trata esta Cláusula será registrado nos termos da Cláusula 2.1.4 acima.

3.6.5. Nos termos da Resolução da CVM nº 30, de 11 de maio de 2021, conforme alterada ("**Resolução CVM 30**"), e para fins da Oferta, serão considerados:

(a) "**Investidores Profissionais**": (i) instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; (ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (iv) pessoas naturais ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor profissional mediante termo próprio, de acordo com o Anexo A da Resolução CVM 30; (v) fundos de investimento; (vi) clubes de investimento, desde que tenham a carteira gerida por administrador de carteira de valores mobiliários autorizado pela CVM; (vii) assessores de investimento, administradores de carteira de valores mobiliários, analistas de valores mobiliários e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; (viii) investidores não residentes; e (ix) fundos patrimoniais.

(b) "**Investidores Qualificados**": (i) Investidores Profissionais; (ii) pessoas naturais ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio, de acordo com o Anexo B da Resolução CVM 30; (iii) as pessoas naturais que tenham sido aprovadas em exames de qualificação técnica ou possuam certificações aprovadas pela CVM como requisitos para o registro de assessores de investimento, administradores de carteira de valores mobiliários, analistas de valores mobiliários e consultores de valores mobiliários, em relação a seus recursos próprios, em relação a seus recursos próprios; e (iv) clubes de investimento, desde que tenham a carteira gerida por um ou mais cotistas que sejam investidores qualificados.

3.6.5.1. Os regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios são considerados Investidores Profissionais ou Investidores Qualificados apenas se reconhecidos como tais conforme regulamentação específica do órgão de governo competente na esfera federal.

Digitalizado com CamScanner

DocuSign Envelope ID: 998A61E6-892C-4F1F-ABBF-667E5080F4FB

Autorregulação ANBIMA
Agente Fiduciário

3.7. Destinação dos Recursos

3.7.1. Nos termos do artigo 2º, parágrafos 1º e 1º-B, da Lei 12.431, do Decreto 8.874, da Resolução CMN 4.751 e da Portaria, os recursos líquidos captados pela Emissora por meio da Emissão das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Terceira Série serão utilizados exclusivamente para (i) reembolso de gastos, despesas ou dívidas relacionadas à implantação do Projeto, ocorridas nos 24 (vinte e quatro) meses imediatamente anteriores à data de encerramento da Oferta; e/ou (ii) pagamento futuro de gastos, despesas e/ou dívidas a serem incorridos a partir da Data de Emissão e relacionados ao Projeto, nos termos da Lei 12.431:

Objetivo do Projeto	Implementação e Desenvolvimento do Sistema Definitivo do Campo de Atlanta ("**Projeto**") que, no total, irá contemplar 10 (dez) poços produtores. Os poços produtores do Campo de Atlanta são horizontais, com aproximadamente 800 metros de extensão no reservatório, com uma inclinação de 88° e completados por Árvores de Natal Molhada do tipo Horizontal (ANMH) projetadas para intervenção e instalação via sonda de perfuração ou a cabo via guindaste. No Sistema de Produção Antecipada (SPA), foram perfurados e completados três poços entre 2013 e 2019 (7-ATL-2HP-RJS, 7-ATL-3H-RJS e 7-ATL-4HB-RJS). Em 2023, para o Sistema Definitivo (SD), estão previstas a perfuração e completação de mais três poços na primeira fase (7-ATL-5H-RJS, 7-ATL-6H-RJS e 7-ATL-7HA-RJS). A atividade foi concluída em fevereiro e agosto para os poços 7-ATL-5H-RJS e 7-ATL-6H-RJS, respectivamente, e encontra-se em andamento para o poço 7-ATL-7HA-RJS. Até 2027 serão perfurados mais dois poços na segunda fase e até 2029 serão perfurados os últimos dois poços de Atlanta. Não há previsão de poços de injeção de água.
Data de início do Projeto	24/01/2022.

Digitalizado com CamScanner

DocuSign Envelope ID: 998A61E6-892C-4F1F-ABBF-667E5080F4FB

Fase atual do Projeto	Fase de Produção do Campo de Atlanta, nos termos do Plano de Desenvolvimento nº 06 e Resolução de Diretoria da ANP n° 241/2022.
Data estimada de encerramento do Projeto	30/06/2024 (data prevista para entrada em produção do Sistema Definitivo de Produção).
Volume estimado de recursos financeiros necessários para a realização do Projeto	US$ 1.368 milhões (um bilhão, trezentos e sessenta e oito milhões de dólares norte-americanos)
Valor das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Terceira Série que será destinado ao Projeto	100% (cem por cento) dos Recursos Líquidos
Alocação dos recursos a serem captados por meio das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Terceira Série	Os recursos serão destinados nos termos da Cláusula 3.7.1 acima.
Percentual dos recursos financeiros necessários ao Projeto provenientes das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Terceira Série	Aproximadamente 16,2% (dezesseis inteiros e dois décimos por cento), considerando a alocação do Valor Total da Emissão nas Debêntures da Primeira Série e nas Debêntures da Terceira Série, e 14,7% (quatorze inteiros e sete décimos por cento), considerando a alocação do Montante Mínimo nas Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Terceira Série.

3.7.2. Os recursos captados pela Emissora por meio da integralização das Debêntures da Segunda Série serão utilizados exclusivamente para o reforço do capital de giro da Emissora, bem como outros propósitos corporativos gerais.

3.7.3. A Emissora enviará ao Agente Fiduciário declaração em papel timbrado e assinada pelos representantes legais, atestando a destinação dos recursos da presente Emissão nos termos do Anexo IX desta Escritura de Emissão, anualmente, a contar da Data de Emissão. A obrigação de comprovação da destinação de recursos subsistirá até

Digitalizado com CamScanner

DocuSign Envelope ID: 998A61E6-892C-4F1F-ABBF-667E5080F4FB

que comprovada, pela Emissora, a utilização da totalidade dos recursos decorrentes das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Terceira Série.

3.7.4. Sempre que solicitado por escrito por autoridades para fins de atendimento às normas e exigências de órgãos reguladores e fiscalizadores, em até 15 (quinze) Dias Úteis do recebimento da solicitação, ou em prazo menor, se assim solicitado por qualquer autoridade ou determinado por norma, a Emissora se obriga a enviar ao Agente Fiduciário os documentos que, a critério das respectivas autoridades ou órgãos reguladores, comprovem o emprego dos recursos oriundos das Debêntures nas atividades indicadas acima.

CLÁUSULA IV
CARACTERÍSTICAS GERAIS DAS DEBÊNTURES

4.1. Data de Emissão: Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 15 de setembro de 2023 ("**Data de Emissão**").

4.2. Data de Início da Rentabilidade: Para todos os fins e efeitos legais, a data de início da rentabilidade será a Data da Primeira Integralização (conforme definido abaixo) ("**Data de Início da Rentabilidade**").

4.3. Forma, Tipo e Comprovação de Titularidade: As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta emitido pelo Escriturador e, adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na B3, conforme o caso, será expedido por esta extrato em nome do Debenturista, que servirá como comprovante de titularidade de tais Debêntures.

4.4. Conversibilidade: As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.5. Espécie: As Debêntures serão da espécie com garantia real, nos termos do artigo 58, *caput*, da Lei das Sociedades por Ações, com garantia adicional fidejussória, conforme estabelecido nas Cláusulas 4.26 e 4.27 abaixo.

4.6. Prazo e Data de Vencimento: Observado o disposto nesta Escritura de Emissão, (i) as Debêntures da Primeira Série terão prazo de vencimento de 6 (seis) anos ou 2.194 (dois mil cento e noventa e quatro) dias contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 17 de setembro de 2029 ("**Data de Vencimento das Debêntures da**

Digitalizado com CamScanner

Autorregulação ANBIMA

Agente Fiduciário

Primeira Série"); (ii) as Debêntures da Segunda Série terão prazo de vencimento de 5 (cinco) anos ou 1.827 (mil oitocentos e vinte e sete) dias contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de setembro de 2028 ("**Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série**"); e (iii) as Debêntures da Terceira Série terão prazo de vencimento de 6 (seis) anos ou 2.194 (dois mil cento e noventa e quatro) dias contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 17 de setembro de 2029 ("**Data de Vencimento das Debêntures da Terceira Série**", e, em conjunto com a Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série e a Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série, a "**Data de Vencimento**").

4.7. Valor Nominal Unitário: O valor nominal unitário das Debêntures será de R$ 1.000,00 (mil reais), na Data de Emissão ("**Valor Nominal Unitário**").

4.8. Quantidade de Debêntures: Serão emitidas, inicialmente, 1.100.000 (um milhão e cem mil) Debêntures, a serem alocadas conforme demanda pelas Debêntures, apurada por meio do Procedimento de *Bookbuilding*, mediante o Sistema de Vasos Comunicantes, sendo certo que a quantidade de Debêntures a ser alocada na Segunda Série será limitada a 50% (cinquenta por cento) da quantidade total de Debêntures efetivamente emitida, observada a possibilidade de Distribuição Parcial e a colocação do Montante Mínimo.

4.9. Preço de Subscrição e Forma de Integralização

4.9.1. As Debêntures serão subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, pelo seu Valor Nominal Unitário na primeira data de integralização das Debêntures ("**Data da Primeira Integralização**"), de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à B3. Caso qualquer Debênture venha a ser integralizada em data diversa e posterior à Data da Primeira Integralização, a integralização deverá considerar (i) o seu Valor Nominal Unitário Atualizado para as Debêntures da Primeira Série; e/ou (ii) o seu Valor Nominal Unitário para as Debêntures da Segunda Série e para as Debêntures da Terceira Série, em todos os casos, acrescido da respectiva Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data da Primeira Integralização até a data de sua efetiva integralização.

4.9.2. As Debêntures poderão ser subscritas com ágio ou deságio, a ser definido, se for o caso, no ato de subscrição das Debêntures, desde que aplicado de forma igualitária à totalidade das Debêntures da respectiva série, integralizadas em uma mesma data.

Digitalizado com CamScanner

Autorregulação ANBIMA

Agente Fiduciário

4.10. Atualização Monetária do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série

4.10.1. O Valor Nominal Unitário (ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso), das Debêntures da Primeira Série será atualizado monetariamente pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE ("**IPCA**"), desde a Data de Início da Rentabilidade até a data de seu efetivo pagamento ("**Atualização Monetária das Debêntures da Primeira Série**"), sendo o produto da Atualização Monetária das Debêntures da Primeira Série automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário (ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) das Debêntures da Primeira Série ("**Valor Nominal Unitário Atualizado**"). A Atualização Monetária das Debêntures da Primeira Série será calculada conforme a fórmula abaixo:

$$VNa = VNe \times C$$

onde:

VNa = Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Primeira Série calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento.

VNe = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures da Primeira Série informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento.

C = Fator acumulado das variações mensais do IPCA, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^{n} \left[\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{dup/dut} \right]$$

onde:

n = número total de índices utilizados na Atualização Monetária das Debêntures da Primeira Série, sendo "n" um número inteiro.

NI_k = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês de atualização caso a atualização seja em data anterior ou na própria data de aniversário do ativo. Após a data de aniversário, valor do número-índice do mês de atualização.

Digitalizado com CamScanner

DocuSign Envelope ID: 998A61E6-892C-4F1F-ABBF-667E5080F4FB

O mês de atualização refere-se à data de cálculo das Debêntures da Primeira Série.

NI_{k-1} = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês "k".

dup = número de Dias Úteis entre a Data de Início da Rentabilidade das Debêntures da Primeira Série ou a última Data de Aniversário (conforme definido abaixo) das Debêntures da Primeira Série e a data de cálculo, limitado ao número total de Dias Úteis de vigência do IPCA, sendo "dup" um número inteiro;

dut = número de Dias Úteis entre a última e a próxima Data de Aniversário das Debêntures da Primeira Série, sendo "dut" um número inteiro.

A aplicação do IPCA incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem necessidade de ajuste à Escritura de Emissão ou de qualquer outra formalidade.

i. O IPCA deverá ser utilizado considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo IBGE;

ii. Considera-se "**Data de Aniversário**" todo dia 15 (quinze) de cada mês;

iii. Considera-se como mês de atualização o período mensal compreendido entre duas Datas de Aniversário consecutivas das Debêntures da Primeira Série;

iv. O fator resultante da expressão abaixo descrita é considerado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento:

$$\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}}\right)^{\frac{dup}{dut}}$$

v. O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento; e

vi. Os valores dos finais de semana ou feriados serão iguais ao valor do Dia Útil subsequente, apropriando o "*pro rata*" do último Dia Útil anterior.

Digitalizado com CamScanner

Autorregulação ANBIMA

Agente Fiduciário

4.10.2. **Indisponibilidade do IPCA:** No caso de indisponibilidade temporária do IPCA quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão para as Debêntures da Primeira Série, será utilizada, em sua substituição, a projeção do IPCA calculada com base na média coletada junto ao Comitê de Acompanhamento Macroeconômico da ANBIMA, informadas e coletadas a cada projeção do IPCA-I5 e IPCA Final, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas das Debêntures da Primeira Série, quando da divulgação posterior do IPCA.

4.10.3. Na ausência de apuração e/ou divulgação do IPCA por prazo superior a 30 (trinta) dias contados da data esperada para sua apuração e/ou divulgação ("**Período de Ausência do IPCA**") ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial, o IPCA deverá ser substituído pelo seu substituto legal ou, no caso de inexistir substituto legal para o IPCA, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de até 5 (cinco) Dias Úteis a contar do final do prazo de 30 (trinta) dias acima mencionado ou do evento de extinção ou inaplicabilidade, conforme o caso, convocar Assembleia Geral de Debenturistas das Debêntures da Primeira Série, na forma e nos prazos estipulados nesta Escritura de Emissão, conforme Cláusula 9 abaixo, para os Debenturistas das Debêntures da Primeira Série definirem, em comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável e os requisitos da Lei 12.431, o novo parâmetro a ser aplicado, o qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época ("**Taxa Substitutiva das Debêntures da Primeira Série**"). Até a deliberação da Taxa Substitutiva das Debêntures da Primeira Série, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura, a mesma variação produzida pelo último IPCA divulgado.

4.10.4. Caso o IPCA venha a ser divulgado antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas das Debêntures da Primeira Série, referida assembleia não será mais realizada, e o IPCA, a partir da data de sua divulgação, passará a ser utilizado para o cálculo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Primeira Série desde o dia de sua indisponibilidade.

4.10.5. Caso a Taxa Substitutiva das Debêntures da Primeira Série venha a acarretar a perda do benefício gerado pelo tratamento tributário previsto na Lei 12.431, a Emissora deverá, a seu exclusivo critério, optar por: (i) arcar com todos os tributos devidos e acrescer aos pagamentos devidos sob as Debêntures da Primeira Série os valores adicionais suficientes para que os Debenturistas das Debêntures da Primeira Série recebam tais pagamentos como se os referidos valores adicionais não fossem incidentes; ou (ii) desde que assim autorizado por regulamentação específica, nos termos da Lei 12.431 e da Resolução CMN 4.751, resgatar antecipadamente a totalidade

Digitalizado com CamScanner

das Debêntures da Primeira Série e, consequentemente, cancelar a totalidade das Debêntures da Primeira Série, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos contados da realização da Assembleia Geral de Debenturistas das Debêntures da Primeira Série, pelo Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Primeira Série, acrescido da Remuneração das Debêntures da Primeira Série devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data da Primeira Integralização das Debêntures da Primeira Série ou da Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série (conforme definido abaixo) imediatamente anterior, sem a incidência de multa ou prêmio de qualquer natureza, observado que, se houver incidência de tributos sobre a Emissão até a data do efetivo resgate, a Emissora deverá acrescer aos pagamentos de quaisquer montantes relativos às Debêntures da Primeira Série valores adicionais suficientes para que os Debenturistas das Debêntures da Primeira Série recebam tais pagamentos como se os referidos tributos não fossem incidentes. Adicionalmente, caso a Emissora opte por resgatar a totalidade das Debêntures da Primeira Série nos termos do item (ii) acima, para cálculo da Atualização Monetária das Debêntures da Primeira Série será utilizada as projeções ANBIMA para o IPCA, coletadas junto ao Comitê de Acompanhamento Macroeconômico da ANBIMA.

4.10.6. Caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva das Debêntures da Primeira Série entre os Debenturistas das Debêntures da Primeira Série e a Emissora, em deliberação realizada em Assembleia Geral de Debenturistas das Debêntures da Primeira Série, de acordo com o quórum estabelecido nesta Escritura de Emissão, ou caso não haja quórum de instalação e/ou deliberação em tal Assembleia Geral de Debenturistas das Debêntures da Primeira Série, em segunda convocação, observado o disposto na Lei 12.431, nas regras expedidas pelo CMN e na regulamentação aplicável, a Emissora deverá resgatar antecipadamente a totalidade das Debêntures da Primeira Série em Circulação (conforme definido abaixo), sem multa ou prêmio de qualquer natureza, por valor a ser calculado da mesma forma prevista no Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Primeira Série (conforme definido abaixo), em uma das seguintes datas, o que ocorrer primeiro: (i) caso seja legalmente permitida a realização do resgate antecipado das Debêntures da Primeira Série, nos termos da Lei 12.431, da Resolução CMN 4.751 ou de outra forma, desde que venha a ser legalmente permitido e devidamente regulamentado pelas regras expedidas pelo CMN e pela legislação e regulamentação aplicáveis, inclusive em relação ao eventual prazo mínimo para o referido resgate antecipado, se houver, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas das Debêntures da Primeira Série ou da data em que a mesma deveria ter ocorrido, conforme aplicável; ou (ii) caso não seja legalmente permitida a realização do resgate antecipado das Debêntures da Primeira Série, nos termos da Lei 12.431, da Resolução CMN 4.751 ou de outra forma, desde que venha a ser legalmente permitido e devidamente

Digitalizado com CamScanner

DocuSign Envelope ID: 998A61E6-892C-4F1F-ABBF-667E5080F4FB

regulamentado pelas regras expedidas pelo CMN e pela legislação e regulamentação aplicáveis, resgatar antecipadamente a totalidade das Debêntures da Primeira Série, com o consequente cancelamento de tais Debêntures da Primeira Série, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos contados da data em que se torne legalmente permitido à Emissora realizar o resgate antecipado das Debêntures da Primeira Série, nos termos da Lei 12.431, da Resolução CMN 4.751 ou de outra forma, desde que venha a ser legalmente permitido e devidamente regulamentado pelas regras expedidas pelo CMN e pela legislação e regulamentação aplicáveis. Para cálculo da Remuneração das Debêntures da Primeira Série aplicável às Debêntures da Primeira Série a serem resgatadas e, consequentemente, canceladas, para cada dia do Período de Ausência do IPCA será utilizada as projeções ANBIMA para o IPCA, coletadas junto ao Comitê de Acompanhamento Macroeconômico da ANBIMA.

4.11. Atualização Monetária do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série e das Debêntures da Terceira Série: O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série e das Debêntures da Terceira Série não será atualizado monetariamente.

4.12. Remuneração das Debêntures da Primeira Série

4.12.1. Sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Primeira Série incidirão juros remuneratórios a serem definidos no Procedimento de *Bookbuilding* e, em qualquer caso, limitados ao que for maior entre: (i) a taxa interna de retorno do Tesouro IPCA+ (nova denominação da Nota do Tesouro Nacional, Série B – NTN-B), com vencimento em 2028, baseada na cotação indicativa divulgada pela ANBIMA em sua página na internet (http://www.anbima.com.br), apurada no fechamento do Dia Útil imediatamente anterior à data do Procedimento de *Bookbuilding*, acrescida exponencialmente de uma sobretaxa (*spread)* equivalente a 3,70% (três inteiros e setenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis; ou (ii) 8,75% (oito inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("**Remuneração das Debêntures da Primeira Série**"), incidentes desde a Data de Início da Rentabilidade das Debêntures da Primeira Série, ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. O cálculo da Remuneração das Debêntures da Primeira Série:

$$J = VNa \times (Fator\ Spread - 1)$$

onde:

Digitalizado com CamScanner

J = valor unitário da Remuneração das Debêntures da Primeira Série devida ao final do Período de Capitalização das Debêntures da Primeira Série (conforme definido abaixo), calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento.

VNa = Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Primeira Série informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento.

Fator *spread* = fator de spread fixo, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator Spread} = \left[\left(\frac{\text{spread}}{100}+1\right)^{\frac{n}{252}}\right]^{\frac{DP}{DT}}$$

onde:

Spread = taxa de *spread* informada com 4 (quatro) casas decimais, a ser definida no Procedimento de *Bookbuilding*.

N = número de Dias Úteis entra a data do próximo Período de Capitalização das Debêntures da Primeira Série (conforme definido abaixo) e a data do Período de Capitalização das Debêntures da Primeira Série anterior, sendo "n" um número inteiro.

DT = número de Dias Úteis entre o último e o próximo Período de Capitalização das Debêntures da Primeira Série, sendo "DT" um número inteiro.

DP = número de Dias Úteis entre o último Período de Capitalização das Debêntures da Primeira Série e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.

4.12.2. O "**Período de Capitalização das Debêntures da Primeira Série**" é, para o primeiro Período de Capitalização das Debêntures da Primeira Série, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Início da Rentabilidade das Debêntures da Primeira Série, inclusive, e termina na Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série, exclusive, sendo certo que, para os demais Períodos de Capitalização das Debêntures da Primeira Série, será o intervalo de tempo que se iniciar na Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série imediatamente anterior, inclusive, e terminar na Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série subsequente, exclusive. Cada Período de Capitalização das Debêntures da

Digitalizado com CamScanner

Primeira Série sucede o anterior sem solução de continuidade até a Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série.

4.13. Remuneração das Debêntures da Segunda Série

4.13.1. Sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias do DI – Depósito Interfinanceiro de um dia, "*over extra grupo*", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 ("**Taxa DI**"), acrescida exponencialmente de uma sobretaxa (*spread)* a ser definida no Procedimento de *Bookbuilding* e, em qualquer caso, limitada a 4,50% (quatro inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("**Remuneração das Debêntures da Segunda Série**").

4.13.2. A Remuneração das Debêntures da Segunda Série será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série (ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série), desde a Data de Início da Rentabilidade das Debêntures da Segunda Série, ou Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série imediatamente anterior (inclusive) até a data de pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série em questão, data de declaração de vencimento antecipado em decorrência de um Evento de Inadimplemento (conforme definido abaixo) ou na data de um eventual Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série (conforme definido abaixo), o que ocorrer primeiro. A Remuneração da Debêntures da Segunda Série será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

J	=	valor unitário da Remuneração das Debêntures da Segunda Série devido ao final do Período de Capitalização das Debêntures da Segunda Série (conforme definido abaixo) e calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

Digitalizado com CamScanner

Autorregulação ANBIMA

Agente Fiduciário

VNe = Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento; e

FatorJuros = Fator de Juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread* calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento. Apurado da seguinte forma:

FatorJuros= (Fator DI x Fator*Spread*)

onde:

Fator DI = Produtório das Taxas DI, com uso de percentual aplicado, da data de início do Período de Capitalização das Debêntures da Segunda Série, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

onde:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

n_{DI} = número total de Taxas DI, consideradas na atualização do ativo, sendo "nDI" um número inteiro;

TDI_K = Taxa DI, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1\right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

K = número de ordem das Taxas DI, variando de 1 (um) até "n";

Digitalizado com CamScanner

Autorregulação ANBIMA

Agente Fiduciário

DI_K = Taxa DI, divulgada pela B3, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais; e

Fator*Spread* = sobretaxa de juros fixo, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator}Spread = \left[\left(\frac{Spread}{100}+1\right)^{\frac{n}{252}}\right]^{\frac{DP}{DT}}$$

onde:

Spread = taxa de *spread* informada com 4 (quatro) casas decimais, a ser definida no Procedimento de *Bookbuilding*;

N = número de Dias Úteis entre a data do próximo Período de Capitalização das Debêntures da Segunda Série e a data do período de capitalização anterior, sendo "n" um número inteiro;

DT = número de Dias Úteis entre o último e o próximo Período de Capitalização das Debêntures da Segunda Série, sendo "DT" um número inteiro; e

DP = número de Dias Úteis entre o último Período de Capitalização das Debêntures da Segunda Série e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.

4.13.3. Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1+TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

4.13.4. Se os fatores diários estiverem acumulados, considerar-se-á o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

Digitalizado com CamScanner

Autorregulação ANBIMA

Agente Fiduciário

4.13.5. O fator resultante da expressão (Fator DI x Fator*Spread*) é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

4.13.6. A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

4.13.7. Observado o disposto na Cláusula 4.13.8 abaixo, se, a qualquer tempo durante a vigência das Debêntures da Segunda Série, não houver divulgação da Taxa DI, será aplicada a última Taxa DI disponível até o momento para cálculo da Remuneração das Debêntures da Segunda Série, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e o titular das Debêntures da Segunda Série quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável.

4.13.8. Caso a Taxa DI deixe de ser divulgada por prazo superior a 30 (trinta) dias, ou caso seja extinta, ou haja a impossibilidade legal de aplicação da Taxa DI para cálculo da Remuneração das Debêntures da Segunda Série, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de até 5 (cinco) Dias Úteis a contar do final do prazo de 30 (trinta) dias acima mencionado ou do evento de extinção ou inaplicabilidade, conforme o caso, convocar Assembleia Geral de Debenturistas das Debêntures da Segunda Série, na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura de Emissão, conforme definidos na Cláusula 9 abaixo, a qual terá como objeto a deliberação pelos titulares de Debêntures da Segunda Série, em comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures da Segunda Série, parâmetro este que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis de Remuneração das Debêntures da Segunda Série. Caso não haja acordo sobre o novo parâmetro de Remuneração das Debêntures da Segunda Série, entre a Emissora e os titulares das Debêntures da Segunda Série, representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Segunda Série em Circulação (conforme definido abaixo) em primeira ou segunda convocação, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures da Segunda Série, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados da data de encerramento da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas das Debêntures da Segunda Série, ou em prazo superior que venha a ser definido em comum acordo em referida assembleia, pelo seu Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, acrescido da Remuneração das Debêntures da Segunda Série devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início da rentabilidade das Debêntures da Segunda Série ou da Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso. As Debêntures da Segunda Série resgatadas nos termos deste item serão canceladas pela Emissora. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração das

Digitalizado com CamScanner

DocuSign Envelope ID: 998A61E6-892C-4F1F-ABBF-667E5080F4FB

Autorregulação ANBIMA

Agente Fiduciário

Debêntures da Segunda Série a serem adquiridas, para cada dia do período em que a ausência de taxas, será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente.

4.13.9. O "**Período de Capitalização das Debêntures da Segunda Série**" é, para o primeiro Período de Capitalização das Debêntures da Segunda Série, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Início da Rentabilidade das Debêntures da Segunda Série, inclusive, e termina na Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série, exclusive, sendo certo que para os demais Períodos de Capitalização das Debêntures da Segunda Série, será o intervalo de tempo que se iniciar na Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série imediatamente anterior, inclusive, e terminar na Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série subsequente, exclusive. Cada Período de Capitalização das Debêntures da Segunda Série sucede o anterior sem solução de continuidade até a Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série.

4.14. Remuneração das Debêntures da Terceira Série

4.14.1. Sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios prefixados, correspondentes a um determinado percentual fixo ao ano a ser definido no Procedimento de *Bookbuilding* e, em qualquer caso, limitado ao que for maior entre: (i) a Taxa DI de *duration* mais próxima à *duration* das Debêntures da Terceira Série, conforme as Taxas Referenciais BM&FBOVESPA relativa à 'DI x Pré', 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, baseada na cotação indicativa do Dia Útil imediatamente anterior à data de realização do Procedimento de Bookbuilding, divulgada pela B3 em sua página na internet (acessível, nesta data, por meio do link https://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/servicos-de-dados/market-data/consultas/mercado-de-derivativos/precos-referenciais/taxas-referenciais-bm-fbovespa/), acrescida exponencialmente de sobretaxa (spread) de 3,75% (três inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano; e (ii) 14,75% (quatorze inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("**Remuneração das Debêntures da Terceira Série**" e, em conjunto com a Remuneração das Debêntures da Primeira Série e a Remuneração das Debêntures da Segunda Série, "**Remuneração**").

4.14.2. A Remuneração das Debêntures da Terceira Série será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série (ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série), desde a Data de Início da Rentabilidade das Debêntures da Terceira Série, ou Data de Pagamento da

Digitalizado com CamScanner

Remuneração das Debêntures da Terceira Série imediatamente anterior (inclusive) até a data de pagamento da Remuneração das Debêntures da Terceira Série em questão, data de declaração de vencimento antecipado em decorrência de um Evento de Inadimplemento (conforme definido abaixo) ou na data de um eventual Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Terceira Série (conforme definido abaixo), o que ocorrer primeiro. A Remuneração da Debêntures da Terceira Série será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = Vne \times (FatorJuros - 1)$$

Onde:

"J" = Valor Unitário da Remuneração das Debêntures da Terceira Série acumulada, devida no final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo), calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

"Vne" = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série, conforme o caso, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

"FatorJuros" = sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = [(i/100+1)^{(DP/252)}]$$

Onde:

"i" = taxa de juros fixa, não expressa em percentual, informada com 4 (quatro) casas decimais a ser apurada na data do Procedimento de *Bookbuilding*;

"DP" = número de Dias Úteis entre a Data de Início da Rentabilidade das Debêntures da Terceira Série, no caso do primeiro Período de Capitalização das Debêntures da Terceira Série, ou da última Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Terceira Série (inclusive), no caso dos demais Períodos de Capitalização e a data de cálculo (exclusive), sendo "DP" um número inteiro.

4.14.3. O "**Período de Capitalização das Debêntures da Terceira Série**" é, para o primeiro Período de Capitalização das Debêntures da Terceira Série, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Início da Rentabilidade das Debêntures da Terceira Série, inclusive, e termina na Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Terceira Série, exclusive, sendo certo que para os demais Períodos de Capitalização das

Digitalizado com CamScanner

DocuSign Envelope ID: 998A61E6-892C-4F1F-ABBF-667E5080F4FB

Debêntures da Terceira Série, será o intervalo de tempo que se iniciar na Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Terceira Série imediatamente anterior, inclusive, e terminar na Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Terceira Série subsequente, exclusive. Cada Período de Capitalização das Debêntures da Terceira Série sucede o anterior sem solução de continuidade até a Data de Vencimento das Debêntures da Terceira Série.

4.15. Pagamento da Remuneração das Debêntures. Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de eventual vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures ou Resgate Antecipado Facultativo, nos termos previstos na Escritura de Emissão, a (i) Remuneração das Debêntures Primeira Série será paga, semestralmente, a partir da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento realizado em 15 de março de 2024, e os demais pagamentos devidos sempre no dia 15 dos meses de setembro e março de cada ano, até a Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série (cada uma, uma "**Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures Primeira Série**"); (ii) Remuneração das Debêntures Segunda Série será paga, semestralmente, sendo o primeiro pagamento realizado em 15 de março de 2024, e os demais pagamentos devidos sempre no dia 15 dos meses de setembro e março de cada ano, até a Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série (cada uma, uma "**Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures Segunda Série**"); e (iii) Remuneração das Debêntures da Terceira Série será paga semestralmente, sendo o primeiro pagamento realizado em 15 de março de 2024 e os demais pagamentos devidos sempre no dia 15 dos meses de março e setembro de cada ano, até a Data de Vencimento das Debêntures da Terceira Série (cada uma, uma "**Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Terceira Série**" e em conjunto com a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures Primeira Série e a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série, a "**Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures**").

4.15.1. Farão jus ao recebimento de qualquer valor devido aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão aqueles que sejam titulares das Debêntures ao final do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento.

Digitalizado com CamScanner

Autorregulação ANBIMA

Agente Fiduciário

4.16. Amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Primeira Série

4.16.1. O Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Primeira Série será amortizado em 5 (cinco) parcelas semestrais, devidas sempre nos dias 15 de março e 15 de setembro de cada ano, sendo que a primeira parcela será devida em 15 de setembro de 2027, e as demais parcelas serão devidas em cada uma das respetivas datas de amortização das Debêntures da Primeira Série, de acordo com as datas indicadas na 2ª (segunda) coluna da tabela abaixo (cada uma, uma "**Data de Amortização das Debêntures da Primeira Série**") e percentuais previstos na 3ª (terceira) coluna da tabela a seguir:

Parcela	Data de Amortização das Debêntures da Primeira Série	Percentual do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Primeira Série a ser amortizado
1ª	15 de setembro de 2027	20,0000%
2ª	15 de março de 2028	25,0000%
3ª	15 de setembro de 2028	33,3333%
4ª	15 de março de 2029	50,0000%
5ª	Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série	100,0000%

4.17. Amortização do Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série e das Debêntures da Terceira Série

4.17.1. O Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série será amortizado em uma única parcela, na Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série.

4.17.2. O Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série será amortizado em uma única parcela, na Data de Vencimento das Debêntures da Terceira Série.

4.18. Local de Pagamento: Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no respectivo vencimento utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela B3 para as Debêntures custodiadas eletronicamente nela; e/ou (ii) os procedimentos adotados pelo Escriturador, para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na B3.

Digitalizado com CamScanner

Autorregulação ANBIMA

Agente Fiduciário

4.19. Prorrogação dos Prazos: Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se a data do vencimento coincidir com dia em que não houver expediente bancário no local de pagamento das Debêntures, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da B3, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado declarado nacional, sábado ou domingo ("**Dia Útil**").

4.20. Encargos Moratórios: Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora, ficarão sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) multa convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2,00% (dois inteiros por cento); e (ii) juros moratórios à razão de 1,00% (um inteiro por cento) ao mês, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento; ambos calculados sobre o montante devido e não pago ("**Encargos Moratórios**").

4.21. Decadência dos Direitos aos Acréscimos: Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.20 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora nos canais de publicação indicados na Cláusula 4.23, não lhe dará direito ao recebimento da Atualização Monetária das Debêntures da Primeira Série, da Remuneração das Debêntures e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento.

4.22. Repactuação: As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

4.23. Publicidade: Sem prejuízo de observar o disposto no artigo 13 da Resolução CVM 160, em relação à publicidade da Emissão e da Oferta, todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos titulares das Debêntures devem ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos no Jornal de Publicação da Emissora ("**Aviso aos Debenturistas**"), bem como na rede mundial de computadores (https://www.enauta.com.br/investidores/), observado o disposto no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário e a B3 a respeito de qualquer publicação na data da sua realização, sendo certo que, caso a Emissora altere seu Jornal de Publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo veículo para divulgação de suas informações.

Digitalizado com CamScanner

DocuSign Envelope ID: 998A61E6-892C-4F1F-ABBF-667E5080F4FB

Autorregulação ANBIMA

Agente Fiduciário

4.24. Tratamento Tributário

4.24.1. As Debêntures da Primeira Série e as Debêntures da Terceira Série gozam do tratamento tributário previsto nos artigos 1º e 2º da Lei 12.431.

4.24.2. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária diferente daquelas previstas na Lei 12.431, este deverá encaminhar ao Agente de Liquidação e ao Escriturador, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes da data prevista para recebimento de quaisquer valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos, nos termos da legislação tributária em vigor e da Lei 12.431.

4.24.3. O Debenturista que tenha apresentado documentação comprobatória de sua condição de imunidade ou isenção tributária, nos termos da Cláusula 4.24.2 acima, e que tiver essa condição alterada por disposição normativa, ou por deixar de atender as condições e requisitos porventura prescritos no dispositivo legal aplicável, ou ainda, tiver essa condição questionada por autoridade judicial, fiscal ou regulamentar competente, deverá comunicar esse fato, de forma detalhada e por escrito, ao Agente de Liquidação e ao Escriturador, bem como prestar qualquer informação adicional em relação ao tema que lhe seja solicitada pelo Agente de Liquidação, pelo Escriturador ou pela Emissora.

4.24.4. Caso a Emissora não utilize os recursos na forma prevista na Cláusula 3.7 acima, dando causa ao seu desenquadramento da Lei 12.431, a Emissora será responsável pela multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor da Emissão das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Terceira Série não alocado no Projeto, observado os termos do artigo 2º parágrafos 5º, 6º e 7º da Lei 12.431.

4.24.5. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.24.4 acima, caso, a qualquer momento durante a vigência da presente Escritura de Emissão e até a Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série ou a Data de Vencimento das Debêntures da Terceira Série, conforme o caso, as Debêntures da Primeira Série e/ou as Debêntures da Terceira Série, por fato, ato ou omissão da Emissora, deixem de gozar do tratamento tributário previsto na Lei 12.431, a Emissora deverá arcar com todos os tributos devidos e acrescer aos pagamentos devidos sob as Debêntures da Primeira Série e/ou as Debêntures da Terceira Série, os valores adicionais suficientes para que os Debenturistas das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Terceira Série recebam tais pagamentos como se os referidos valores adicionais não fossem incidentes.

Digitalizado com CamScanner

DocuSign Envelope ID: 998A61E6-892C-4F1F-ABBF-667E5080F4FB

4.24.6. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.24.5 e na Cláusula 4.24.6 acima, caso, a qualquer momento durante a vigência da presente Escritura de Emissão e até a Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série ou a Data de Vencimento das Debêntures da Terceira Série, conforme o caso, as Debêntures da Primeira Série e/ou as Debêntures da Terceira Série deixem de gozar do tratamento tributário previsto na Lei 12.431, em decorrência de eventos que não sejam de responsabilidade da Emissora, esta deverá, a seu exclusivo critério, optar por: (i) arcar com todos os tributos devidos e acrescer aos pagamentos devidos sob as Debêntures da Primeira Série e/ou as Debêntures da Terceira Série, os valores adicionais suficientes para que os Debenturistas das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Terceira Série recebam tais pagamentos como se os referidos valores adicionais não fossem incidentes; ou (ii) desde que assim autorizado por regulamentação específica, nos termos da Lei 12.431 e da Resolução CMN 4.751, resgatar a totalidade das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Terceira Série, no prazo de até 90 (noventa) dias corridos contados da data do evento que verificou-se a perda do tratamento tributário, pelo Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Primeira Série ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série, acrescido da Remuneração das Debêntures da Primeira Série ou das Debêntures da Terceira Série aplicável, devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Início da Rentabilidade das Debêntures da Primeira Série ou da Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série imediatamente anterior, no caso das Debêntures da Primeira Série, ou a partir da Data de Início da Rentabilidade das Debêntures da Terceira Série ou da Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Terceira Série imediatamente anterior, no caso das Debêntures da Terceira Série, sem a incidência de multa ou prêmio de qualquer natureza. O pagamento referente ao item (i) deverá ser realizado fora do âmbito da B3 e de acordo com instruções recebidas do Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Terceira Série.

4.25. Classificação de Risco: A Emissora se obriga a contratar agência de classificação de risco ("**Agência de Classificação de Risco**", cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder a Agência de Classificação de Risco nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, desde que tal agência de classificação de risco seja a Standard & Poor's, a Moody's América Latina ou a Fitch Ratings) para atribuição de classificação de risco (*rating*) às Debêntures em até 9 (nove) meses contados a partir da Data de Emissão ou simultaneamente à divulgação da classificação de risco da Primeira Emissão (conforme abaixo definido), o que ocorrer primeiro. A partir da data de contratação da Agência de Classificação de Risco, a Emissora deverá manter contratada a Agência de Classificação de Risco para a atualização da classificação de risco (*rating*)

Digitalizado com CamScanner

das Debêntures anualmente, durante todo o restante do prazo de vigência das Debêntures, bem como dar ampla divulgação de tais relatórios ao mercado.

4.25.1. As informações acima prestadas deverão ser cuidadosamente analisadas pelos potenciais Investidores Qualificados e não possuem o escopo ou função de orientação de investimento ou desinvestimento, pelo Agente Fiduciário.

4.26. Garantia Fidejussória

4.26.1. A Enauta Energia, por este ato e na melhor forma de direito, presta fiança em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, em conformidade com o artigo 818 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("**Código Civil**"), independentemente de outras garantias constituídas no âmbito da Emissão, obrigando-se solidariamente com a Emissora, em caráter irrevogável e irretratável, como fiadora, codevedora solidária e principal pagadora responsável pelo fiel, pontual e integral pagamento do Valor Total da Emissão, devido nos termos desta Escritura de Emissão, acrescido da Atualização Monetária das Debêntures da Primeira Série, da Remuneração e dos Encargos Moratórios, conforme aplicável, bem como das demais obrigações pecuniárias presentes e futuras, principais e acessórias, previstas nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantia, inclusive honorários advocatícios, despesas, custos, encargos, tributos, reembolsos ou indenizações, bem como as obrigações relativas ao Agente de Liquidação, ao Escriturador, à B3, ao Agente Fiduciário e demais prestadores de serviço envolvidos na Emissão, bem como honorários do Agente Fiduciário e despesas judiciais e extrajudiciais necessárias e comprovadamente incorridas pelo Agente Fiduciário ou Debenturistas, inclusive, na constituição, formalização, execução e/ou excussão das garantias previstas nesta Escritura de Emissão ("**Obrigações Garantidas**" e "**Fiança**", respectivamente).

4.26.2. A Fiança será paga pela Enauta Energia, independentemente de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Emissora venha a ter ou exercer em relação às suas obrigações, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis após recebimento de notificação por escrito do Agente Fiduciário à Fiadora.

4.26.3. Todo e qualquer pagamento realizado pela Enauta Energia em relação à Fiança ora prestada será efetuado livre e líquido, sem a dedução de quaisquer tributos, impostos, taxas, contribuições de qualquer natureza, encargos ou retenções, presentes ou futuros, bem como de quaisquer juros, multas ou demais exigibilidades fiscais, devendo a Enauta Energia pagar as quantias adicionais que sejam necessárias para que os Debenturistas recebam, após tais deduções, recolhimentos ou pagamentos, quantia

Digitalizado com CamScanner

DocuSign Envelope ID: 998A61E6-892C-4F1F-ABBF-667E5080F4FB

equivalente à que teria sido recebida se tais deduções, recolhimentos ou pagamentos não fossem aplicáveis.

4.26.4. A Enauta Energia se obriga, independentemente de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Emissora venha a ter ou exercer em relação às suas obrigações, a pagar qualquer valor devido pela Emissora nos termos da presente Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando, às Obrigações Garantidas, nas respectivas datas de pagamento e/ou imediatamente após o vencimento antecipado das Debêntures, independentemente de comunicação, notificação ou outra formalidade pelo Agente Fiduciário. Os pagamentos serão realizados pela Enauta Energia de acordo com os procedimentos estabelecidos nesta Escritura de Emissão, fora do âmbito B3.

4.26.5. A Enauta Energia expressamente renuncia aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 277, 333, parágrafo único, 364, 365, 366, 368, 821, 824, 827, 829, parágrafo único, 830, 834, 835, 836, 837, 838 e 839 do Código Civil, e nos artigos 130, 131 e 794 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, conforme alterada ("**Código de Processo Civil**").

4.26.6. A Enauta Energia sub-rogar-se-á nos direitos dos Debenturistas caso venha a honrar, total ou parcialmente, a Fiança, observado o limite da parcela da dívida efetivamente por ela honrada, nos termos do disposto na Cláusula 4.26.7 abaixo.

4.26.7. A Enauta Energia, desde já, concorda e se obriga a, somente após a integral liquidação de todos os valores devidos aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário nos termos desta Escritura de Emissão, exigir e/ou demandar a Emissora, conforme o caso, em decorrência de qualquer valor que tiver honrado nos termos desta Escritura de Emissão.

4.26.8. A Enauta Energia concorda e se obriga a, caso receba qualquer valor da Emissora em decorrência de qualquer valor que tiver honrado nos termos das Debêntures e/ou desta Escritura de Emissão antes da integral quitação de todas as Obrigações Garantidas, repassar, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data de seu recebimento, tal valor ao Agente Fiduciário, para pagamento aos Debenturistas.

4.26.9. Em hipótese alguma, eventual discussão judicial entre a Enauta Energia e os Debenturistas implicará em atraso ou suspensão de cumprimento das obrigações assumidas pela Emissora e pela Enauta Energia.

Digitalizado com CamScanner

DocuSign Envelope ID: 998A61E6-892C-4F1F-ABBF-667E5080F4FB

4.26.10. A Fiança poderá ser excutida e exigida pelo Agente Fiduciário quantas vezes forem necessárias até a integral e efetiva liquidação de todas as Obrigações Garantidas.

4.26.11. A Fiança permanecerá válida e plenamente eficaz em caso de aditamentos, alterações e quaisquer outras modificações nesta Escritura de Emissão e nos demais documentos da Oferta.

4.26.12. A presente Fiança, prestada em caráter irrevogável e irretratável, entra em vigor na Data de Emissão e permanecerá válida até a data do pagamento integral das Obrigações Garantidas ("**Prazo de Vigência da Fiança**"). A Enauta Energia, desde já, reconhece como prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil, a data de pagamento integral das Obrigações Garantidas, ficando estabelecido que tal disposição poderá ser alterada mediante aprovação prévia dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.

4.26.13. Cabe ao Agente Fiduciário, conforme função que lhe é atribuída por esta Escritura de Emissão e pela Lei das Sociedades por Ações, requerer a execução judicial ou extrajudicial da Fiança prevista na Cláusula 4.26.1 acima e seguintes desta Escritura de Emissão, uma vez verificada qualquer hipótese de insuficiência ou inadimplemento de pagamento de quaisquer valores, principais ou acessórios, devidos pela Emissora e/ou pela Enauta Energia nos termos desta Escritura de Emissão.

4.26.14. Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução da Fiança em favor dos Debenturistas não ensejará, sob hipótese nenhuma, a perda de qualquer direito ou faculdade aqui previsto.

4.26.15. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá, ainda, ser admitida ou invocada pela Enauta Energia com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.

4.26.16. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.26.1 acima, a Enauta Netherlands B.V. ("**Enauta Netherlands**") e a Atlanta Field B.V. ("**Atlanta Field**" e, em conjunto com a Enauta Netherlands, "**Fiadoras Estrangeiras**", sendo as Fiadoras Estrangeiras, em conjunto com a Enauta Energia, "**Fiadoras**") outorgarão garantias corporativas, regidas pelas leis da Holanda e observadas as limitações impostas em tal legislação, nos termos da "*Notes Guarantee*" a ser outorgada pela Enauta Netherlands e da "*Notes Guarantee*" a ser outorgada pela Atlanta Field, as quais serão celebradas em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, em garantia do fiel, pontual e integral pagamento das Obrigações Garantidas ("**Garantias Corporativas Estrangeiras**").

Digitalizado com CamScanner

DocuSign Envelope ID: 998A61E6-892C-4F1F-ABBF-667E5080F4FB

Autorregulação ANBIMA
Agente Fiduciário

4.26.17. A Emissora e a Enauta Energia se comprometem a fazer com que toda e qualquer Controlada Restrita (conforme definido abaixo) que venha a ser controlada, direta ou indiretamente, pela Emissora e/ou pela Enauta Energia, figure como fiadora, codevedora solidária e principal pagadora responsável pelo fiel, pontual e integral pagamento das Obrigações Garantidas, nos termos desta Cláusula 4.26.

4.26.17.1. A Fiança prestada por Controladas Restritas, nos termos da Cláusula 4.26.17 acima, deverá ser formalizada, sem a necessidade de prévia aprovação em Assembleia Geral de Debenturistas, mediante a celebração de aditamento à presente Escritura de Emissão nos termos do modelo constante do **Anexo II** a esta Escritura de Emissão, ou mediante a celebração de instrumento apartado regido pelas leis do local da sede da respectiva Controlada Restrita, conforme aplicável, (i) em até 15 (quinze) Dias Úteis contados da data em que a referida entidade tenha se tornado uma Controlada Restrita, para o caso de Controladas Restritas com sede no Brasil; e (ii) 25 (vinte e cinco) Dias Úteis contados da data em que a referida entidade tenha se tornado uma Controlada Restrita, para o caso de Controladas Restritas com sede em outros países. As fianças de sociedades estrangeiras deverão observar as limitações legais impostas pela legislação da localidade da sede de cada umas das Controladas Restritas.

4.27 Garantias Reais

4.27.1. Para assegurar o fiel, pontual e integral cumprimento da totalidade das Obrigações Garantidas, as Debêntures contarão, ainda, com as seguintes garantias (em conjunto, as "**Garantias Reais**" e, em conjunto com a "**Garantia Fidejussória**", as "**Garantias**"):

(i) alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão da Enauta Energia ("**Direitos de Participação**"), bem de como (a) todas as ações: (1) derivadas de desdobramento, grupamento ou bonificação, inclusive mediante a permuta, venda ou qualquer outra forma de alienação das ações de emissão da Enauta Energia e quaisquer bens ou títulos nos quais as ações de emissão da Enauta Energia sejam convertidas (incluindo quaisquer depósitos, títulos ou valores mobiliários); (2) oriundas da subscrição de novas ações representativas do capital social da Enauta Energia, bem como de bônus de subscrição, debêntures conversíveis, partes beneficiárias, certificados, títulos ou outros valores mobiliários conversíveis em ações, relacionados à participação societária na Enauta Energia; e (3) de emissão da Enauta Energia recebidas, conferidas e/ou adquiridas (direta ou indiretamente) por meio de consolidação, fusão, cisão, incorporação, permuta, substituição, divisão,

Digitalizado com CamScanner

DocuSign Envelope ID: 998A61E6-892C-4F1F-ABBF-667E5080F4FB

reorganização societária ou de qualquer outra forma (observadas as restrições previstas no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e na Escritura de Emissão, conforme aplicável, sendo certo que o disposto na Escritura de Emissão deverá prevalecer em caso de conflito com o Contrato de Alienação Fiduciária), sejam tais ações ou direitos atualmente ou futuramente detidas, direta ou indiretamente, pela Emissora e pela Enauta Energia (em conjunto, as "**Ações**"), e (b) todos os dividendos (em dinheiro, espécie ou mediante distribuição de novas ações), lucros, frutos, rendimentos, pagamentos, créditos, remuneração, bonificações, direitos econômicos, juros sobre capital próprio, distribuições, reembolso de capital, bônus e demais valores efetivamente creditados, pagos, entregues, recebidos ou a serem recebidos ou de qualquer outra forma distribuídos em razão da titularidade das Ações, sem limitar, todas as preferências e vantagens que forem atribuídas expressamente às Ações, a qualquer título, inclusive lucros, proventos decorrentes do fluxo de dividendos, juros sobre o capital próprio, valores devidos por conta de redução de capital, amortização, resgate, reembolso ou outra operação e todos os demais proventos ou valores que de qualquer outra forma tenham sido e/ou que venham a ser declarados e ainda não tenham sido distribuídos, inclusive mediante a permuta, venda ou qualquer outra forma de disposição ou alienação das Ações, e quaisquer bens, valores mobiliários ou títulos nos quais as Ações sejam convertidas (incluindo quaisquer depósitos, títulos ou valores mobiliários) ("**Ações Alienadas Fiduciariamente**" e "**Alienação Fiduciária de Ações**", respectivamente), nos termos do "*Primeiro Aditamento e Consolidação ao Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças*", a ser celebrado, entre a Emissora, o Agente Fiduciário e a Enauta Energia, na qualidade de interveniente anuente ("**Contrato de Alienação Fiduciária de Ações**"), sem prejuízo ao disposto na Cláusula 4.27.2 abaixo;

(ii) garantia sobre as ações de emissão da Enauta Netherlands e da Atlanta Field, nos termos do "*Deed of Amendment of Pledge of Shares*" a ser celebrado entre Enauta Netherlands, o Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário da Primeira Emissão e a Atlanta Field e do "*Deed of Amendment of Pledge of Shares*" a ser celebrado entre Enauta Energia, o Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário da Primeira Emissão e a Atlanta Field, sem prejuízo ao disposto na Cláusula 4.27.2 abaixo ("**Contratos de Garantia Estrangeiros**");

(iii) penhor da totalidade dos direitos detidos pela Enauta Energia emergentes de suas respectivas participações nos Contratos de Concessão (conforme

Digitalizado com CamScanner

DocuSign Envelope ID: 998A61E6-892C-4F1F-ABBF-667E5080F4FB

definido abaixo), conforme aditados e/ou renovados de tempos em tempos ("**Penhor das Concessões**"), nos termos dos "*Primeiro Aditamento e Consolidação ao Instrumento Particular de Penhor de Direitos Emergentes da Concessão de Atlanta-Oliva e Outras Avenças*" e do "*Primeiro Aditamento e Consolidação ao Instrumento Particular de Penhor de Direitos Emergentes da Concessão de Manati e Outras Avenças*", a serem celebrados, entre a Enauta Energia, na qualidade de empenhante, e o Agente Fiduciário (em conjunto, "**Contratos de Penhor das Concessões**"), sem prejuízo ao disposto na Cláusula 4.27.3 abaixo;

(iv) cessão fiduciária (a) de todos e quaisquer direitos creditórios da Emissora, principais e acessórios, atuais e futuros (incluindo, sem limitação, recebíveis, créditos, direitos de indenização, seguros contratados e multas), decorrentes, relacionados e/ou emergentes de conta vinculada a ser aberta no Itaú Unibanco S.A. ("**Banco Depositário**"), movimentável exclusivamente pelo Banco Depositário ("**Conta Pagamento e Acúmulo da Emissora**"), de titularidade da Emissora, mas não movimentável por ela; e (b) de todos e quaisquer direitos creditórios da Enauta Energia, principais e acessórios, atuais e futuros (incluindo, sem limitação, recebíveis, créditos, direitos de indenização, seguros contratados e multas), decorrentes, relacionados e/ou emergentes de conta vinculada a ser aberta no Banco Depositário, movimentável exclusivamente pelo Banco Depositário ("**Conta Acúmulo da Enauta Energia**" e, em conjunto com a Conta Pagamento e Acúmulo da Emissora, a Conta Pagamento e Acúmulo da Emissora da Primeira Emissão e a Conta Acúmulo da Enauta Energia da Primeira Emissão (conforme definidas no Contrato de Cessão Fiduciária), as "**Contas Vinculadas**"), de titularidade da Enauta Energia, mas não movimentável por ela, nas quais deverão ser depositados, mensalmente, recursos equivalentes a 1/6 (um sexto) da próxima parcela de amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado, ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, e Remuneração das Debêntures, sendo certo que a Conta Pagamento e Acúmulo da Emissora deverá estar 100% (cem por cento) preenchida em cada mês de pagamento de amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado e Remuneração das Debêntures, e os recursos serão utilizados para o pagamento da referida parcela, conforme termos e condições previstos no Contrato de Cessão Fiduciária; e (c) dos recursos depositados, transitados e/ou mantidos ou a serem mantidos na Conta Pagamento e Acúmulo da Emissora e na Conta Acúmulo Enauta Energia a qualquer tempo, inclusive os Investimentos Permitidos (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária), bem como todos os seus frutos e rendimentos ("**Cessão Fiduciária de Direitos**

Digitalizado com CamScanner

Autorregulação ANBIMA

Agente Fiduciário

Creditórios"), nos termos do "*Segundo Aditamento e Consolidação ao Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Contas Vinculadas e Direitos Creditórios e Outras Avenças*", a ser celebrado, entre a Emissora e a Enauta Energia, na qualidade de cedentes, e o Agente Fiduciário ("**Contrato de Cessão Fiduciária**" e, em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, os Contratos de Garantia Estrangeiros e o Contratos de Penhor das Concessões, os "**Contratos de Garantia**"), sem prejuízo ao disposto na Cláusula 4.27.4 abaixo.

4.27.2. A Emissora e a Enauta Energia se comprometem a fazer com que as ações e/ou quotas de emissão de toda e qualquer Controlada Restrita que venha a ser controlada, direta ou indiretamente, pela Emissora e/ou pela Enauta Energia, sejam objeto de alienação fiduciária ou garantia análoga regida pelas leis do local da sede da respectiva Controlada Restrita, conforme aplicável, mediante a celebração do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, observados os termos e condições previstos no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, e/ou mediante a celebração de instrumento apartado regido pelas leis do local da sede da respectiva Controlada Restrita, conforme aplicável, (i) em até 15 (quinze) Dias Úteis contados da data em que a referida entidade tenha se tornado uma Controlada Restrita, para o caso de Controladas Restritas com sede no Brasil; e (ii) 25 (vinte e cinco) Dias Úteis contados da data em que a referida entidade tenha se tornado uma Controlada Restrita, para o caso de Controladas Restritas com sede em outros países, sem necessidade de nova deliberação societária de quaisquer das Partes ou aprovação por Assembleia Geral de Debenturistas para a sua celebração.

4.27.3. A Emissora e a Enauta Energia se comprometem a fazer com que os direitos emergentes de concessões que tenham por objeto os ativos das Concessões (conforme definido abaixo) de toda e qualquer Controlada Restrita que venha a ser controlada direta ou indiretamente, pela Emissora e/ou pela Enauta Energia, sejam objeto de penhor ou garantia análoga regida pelas leis do local da sede da respectiva Controlada Restrita, conforme aplicável, mediante a celebração de aditamento ao Contrato de Penhor das Concessões, observados os termos e condições previstos no Contrato de Penhor das Concessões, conforme aplicável, (i) em até 15 (quinze) Dias Úteis contados da data em que a referida Controlada Restrita se torne titular das referidas concessões, para o caso de Controladas Restritas com sede no Brasil; e (ii) 25 (vinte e cinco) Dias Úteis contados da data em que a referida Controlada Restrita se torne titular das referidas concessões, para o caso de Controladas Restritas com sede em outros países, sem necessidade de nova deliberação societária de quaisquer das Partes ou aprovação por Assembleia Geral de Debenturistas para a sua celebração.

Digitalizado com CamScanner

4.27.4. Caso aplicável e existente, como garantia adicional às Obrigações Garantidas, a Emissora e a Enauta Energia cederão fiduciariamente todos os direitos e créditos, atuais e futuros, decorrentes do lucro que a Emissora e a Enauta Energia aufeririam oriundo de Contratos de Swap (conforme definido abaixo), caso exista variação positiva ("**Cessão Fiduciária de Swaps**"), mediante a celebração de aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária ("**Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios de Swap**"), sem necessidade, para fins de celebração do aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária, conforme aplicável, de nova deliberação societária de quaisquer das Partes ou aprovação por Assembleia Geral de Debenturistas.

4.27.5. As Garantias Reais são outorgadas em benefício conjunto dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, e são compartilhadas nos mesmos termos, *pari passu* e em mesmo grau de senioridade, com os titulares das debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, da primeira emissão da Emissora, emitidas nos termos do "*Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em até 2 (Duas) Séries, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Enauta Participações S.A.*", celebrado em 22 de novembro de 2022, conforme aditado, entre a Emissora, a Fiadora e a Vórtx, na qualidade de agente fiduciário ("**Agente Fiduciário da Primeira Emissão**"; "**Primeira Emissão**" e "**Escritura Primeira Emissão**"), nos termos da Cláusula 4.26.5 da Escritura Primeira Emissão e, do "*Contrato de Compartilhamento de Garantias Reais e Outras Avenças*" a ser celebrado entre o Agente Fiduciário e o Agente Fiduciário da Primeira Emissão ("**Contrato de Compartilhamento de Garantias**").

4.27.5.1. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.27.5 acima, as Garantias Reais poderão ser objeto de compartilhamento com eventuais novas dívidas nos mesmos termos, *pari passu* e em mesmo grau de senioridade, proporcionalmente ao (i) valor total da Primeira Emissão, na primeira data de integralização da Primeira Emissão; e (ii) Valor Total da Emissão na Data da Primeira Integralização, desde que o resultado da soma dos itens (i) e (ii) acima com o valor total de eventual nova dívida objeto de compartilhamento, seja igual ou inferior a R$2.500.000.000,00 (dois bilhões e quinhentos milhões de reais) ("**Valor Total das Captações**"), sem ordem de preferência de recebimento entre os respectivos credores no caso de excussão, conforme previsto nos Contratos de Garantia e no Contrato de Compartilhamento de Garantias, por meio de aditamento ao Contrato de Compartilhamento de Garantias, sem necessidade, para fins do Compartilhamento das Garantias e da celebração dos aditamentos aos Contratos de Garantia, conforme aplicável, de nova deliberação societária de quaisquer das Partes ou aprovação por

Digitalizado com CamScanner

DocuSign Envelope ID: 998A61E6-892C-4F1F-ABBF-667E5080F4FB

Assembleia Geral de Debenturistas, sendo certo que o percentual das Garantias Reais que será garantido no âmbito desta Emissão seguirá conforme disposto abaixo:

Percentual de Garantias Reais no âmbito da Emissão = Valor Total da Emissão na Data da Primeira Integralização / Valor Total das Captações

4.27.5.2. Na hipótese de pré-pagamento, pela Emissora, das obrigações garantidas no âmbito do Contrato de Compartilhamento de Garantias, a Emissora poderá, em substituição ao valor pré-pago, somar ao Valor Total da Emissão na Data da Primeira Integralização novas dívidas a fim de recompor o Valor Total das Captações, sem necessidade, para fins do Compartilhamento das Garantias e para a celebração dos aditamentos aos Contratos de Garantia, conforme aplicável, de nova deliberação societária de quaisquer das Partes ou aprovação por Assembleia Geral de Debenturistas, observado o disposto na Cláusula 4.27.5.1 acima, sendo certo que (i) a nova dívida não poderá ter uma data de vencimento anterior à data de vencimento da dívida objeto do pré-pagamento; (ii) o prazo médio da nova dívida será, ao menos, igual ao prazo médio da dívida objeto de pré-pagamento, no momento de seu pré-pagamento, observado, em todos os casos, o disposto na Cláusula 6.2.1., itens (xv) e (xxiii) desta Escritura de Emissão.

4.27.6. O Agente Fiduciário e/ou os Debenturistas poderão executar as Garantias simultaneamente ou em qualquer ordem, observado que isso não significará a renúncia a qualquer direito ou à faculdade de usufruir desse direito futuramente, até a liquidação total das Obrigações Garantidas. Os demais termos e condições das Garantias Reais encontram-se previstos nos respectivos Contratos de Garantia. Em caso de conflito entre os termos das Garantias Reais e a presente Escritura de Emissão, os termos da Escritura de Emissão deverão prevalecer.

4.27.7. As Garantias mencionadas acima deverão ser concedidas de forma irrevogável e irretratável pela Emissora e pela Enauta Energia, conforme aplicável, e deverão ser válidas até a liquidação total das Obrigações Garantidas, salvo se disposto de forma diversa na presente Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando, o disposto na Cláusula 5.6 desta Escritura de Emissão.

4.27.8. Na hipótese de excussão das Garantias, o Agente Fiduciário contratará assessorial legal especializada para a execução das Garantias, seja em jurisdição nacional ou internacional, sempre que necessário, sendo certo que o escritório de advocacia a ser contratado deverá ser previamente aprovado pelos Debenturistas. Os honorários advocatícios e despesas decorrentes e acessórias de todo o procedimento de execução serão integralmente arcados pela Emissora, mediante prévia aprovação e

Digitalizado com CamScanner

adiantamento. Caso o Agente Fiduciário necessite realizar diretamente o pagamento de qualquer despesa decorrente ou acessória à execução das Garantias, em observância dos deveres e obrigações regulatórias inerentes à sua função, a Emissora deverá reembolsar o Agente Fiduciário no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da solicitação pelo Agente Fiduciário e envio de cópia dos respectivos comprovantes de pagamento, observados o disposto na Cláusula 8.5.5 da presente Escritura de Emissão.

CLÁUSULA V

RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO TOTAL, AQUISIÇÃO FACULTATIVA DAS DEBÊNTURES E AMORTIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA

5.1. Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Terceira Série

5.1.1. Desde que observado o disposto no artigo 1º, parágrafo 1º, inciso II, combinado com o artigo 2º, parágrafo 1º, da Lei 12.431, nas disposições da Resolução CMN 4.751, ou normativo que venha substitui-lo, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, bem como o prazo médio ponderado mínimo de 4 (quatro) anos dos pagamentos transcorridos entre a Data de Emissão e a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Primeira Série ou das Debêntures da Terceira Série (ou prazo inferior que venha a ser autorizado pela legislação ou regulamentação aplicáveis), a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar o resgate antecipado facultativo total das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Terceira Série ("**Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Terceira Série**"). Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Terceira Série, o valor devido pela Emissora será equivalente ao maior dos critérios mencionados nos itens (a) e (b) abaixo ("**Valor de Resgate Antecipado das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Terceira Série**"), sendo que, caso (b) seja maior que (a), o prêmio a ser pago pela Emissora será dado pela diferença entre (b) e (a) ("**Prêmio de Resgate Antecipado das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Terceira Série**"):

(a) o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Primeira Série ou o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série, conforme o caso, acrescido (i) da Remuneração das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Terceira Série calculada *pro rata temporis,* desde a Data de Início da Rentabilidade das Debêntures da Primeira Série ou a Data de Pagamento da Remuneração das

Digitalizado com CamScanner

Autorregulação ANBIMA

Agente Fiduciário

Debêntures da Primeira Série imediatamente anterior (inclusive), no caso das Debêntures da Primeira Série, ou desde a Data de Início da Rentabilidade das Debêntures da Terceira Série ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Terceira Série imediatamente anterior (inclusive), no caso das Debêntures da Terceira Série, até a data do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Terceira Série (exclusive); (ii) dos Encargos Moratórios, se houver; e (iii) de quaisquer obrigações pecuniárias e outros acréscimos referentes às Debêntures da Primeira Série e/ou às Debêntures da Terceira Série, conforme aplicável; ou

(b) a soma das parcelas remanescentes (i) do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Primeira Série ou do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série, conforme o caso, e da Remuneração das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Terceira Série, desde a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Terceira Série até a Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série ou a Data de Vencimento das Debêntures da Terceira Série, conforme o caso, trazida a valor presente até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Terceira Série, utilizando-se como taxa percentual de desconto (A) a taxa interna de retorno da Tesouro IPCA+ (nova denominação da Nota do Tesouro Nacional, Série B – NTN-B) com *duration* mais próxima a *duration* remanescente das Debêntures da Primeira Série na data do efetivo resgate, no caso das Debêntures da Primeira Série, e (B) a taxa DI para 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis baseada no ajuste (interpolação) da curva 'DI x Pré', a ser divulgada pela B3 em sua página na internet[1], correspondente ao vértice com número de dias corridos mais próximo à *duration* remanescente das Debêntures da Terceira Série, a ser apurada no fechamento do Dia Útil imediatamente anterior à data do Resgate Antecipado Facultativo, no caso das Debêntures da Terceira Série; (ii) dos Encargos Moratórios, se houver; e (iii) de quaisquer obrigações pecuniárias e acréscimos referentes às Debêntures da Primeira Série e/ou às Debêntures da Terceira Série, conforme aplicável:

[1] Disponível nessa data em https://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/servicos-de-dados/market-data/consultas/mercado-de-derivativos/precos-referenciais/taxas-referenciais-bm-fbovespa/

Digitalizado com CamScanner

$$VP = \left[\sum_{k=1}^{n}\left(\frac{VNEk}{FVPk} \times C\right)\right]$$

onde:

VP = somatório do valor presente das parcelas de pagamento das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Terceira Série;

C = Para as Debêntures da Primeira Série, corresponde ao fator da variação acumulada do IPCA, apurado e divulgado pelo IBGE calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado desde a Data de Emissão até a data do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Primeira Série. Para as Debêntures da Terceira Série, corresponde a 1,0000 (um inteiro);

VNEk = valor unitário de cada um dos "k" valores futuros devidos das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Terceira Série, sendo o valor de cada parcela "k" equivalente ao pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Terceira Série e/ou da amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Primeira Série e/ou do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série, conforme o caso, referenciado à primeira data de integralização;

n = número total de eventos de pagamento a serem realizados das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Terceira Série, conforme o caso, sendo "n" um número inteiro;

FVPk = fator de valor presente, apurado conforme fórmula a seguir, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento:

$$FVPk = \{[(1 + Taxa\ Desconto)^{\frac{nk}{252}}]\}$$

onde:

Taxa Desconto = para as Debêntures da Primeira Série, corresponde à taxa interna de retorno da NTN-B, com duration mais próxima a duration remanescente das Debêntures da Primeira Série na data do efetivo resgate. Para as Debêntures da Terceira Série, corresponde à taxa DI para 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, baseada no ajuste (interpolação) da curva 'DI x Pré',

Digitalizado com CamScanner

a ser divulgada pela B3 em sua página na internet[2], equivalente ao vértice com número de dias corridos mais próximo à *duration* remanescente das Debêntures da Terceira Série, a ser apurada no fechamento do Dia Útil imediatamente anterior à data do efetivo resgate;

nk = número de Dias Úteis entre a data do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Terceira Série e a data de vencimento programada de cada parcela "k" vincenda.

5.1.2. Caso a data de realização do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Terceira Série coincida com uma Data de Amortização das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Terceira Série e/ou Data de Pagamento da Remuneração da Primeira Série e/ou das Debêntures da Terceira Série, o Prêmio de Resgate Antecipado das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Terceira Série deverá ser calculado sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Primeira Série ou sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série após o referido pagamento.

5.1.3. O Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Terceira Série somente será realizado mediante envio de comunicação individual aos Debenturistas das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Terceira Série, conforme o caso, ou publicação de anúncio pela Emissora, nos termos da Cláusula 4.23 acima, em ambos os casos com cópia para o Agente Fiduciário, B3 e à ANBIMA, com 10 (dez) Dias Úteis de antecedência da data em que se pretende realizar o efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Terceira Série, sendo que na referida comunicação deverá constar: (a) a data de realização do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Terceira Série, que deverá ser um Dia Útil; (b) a menção ao Valor de Resgate Antecipado das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Terceira Série e ao Prêmio de Resgate Antecipado das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Terceira Série, se aplicável; e (c) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Terceira Série.

[2] Disponível nessa data em https://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/servicos-de-dados/market-data/consultas/mercado-de-derivativos/precos-referenciais/taxas-referenciais-bm-fbovespa/

Digitalizado com CamScanner

DocuSign Envelope ID: 998A61E6-892C-4F1F-ABBF-667E5080F4FB

Autorregulação ANBIMA

Agente Fiduciário

5.1.4. O Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Terceira Série custodiadas eletronicamente na B3 seguirá os procedimentos de liquidação de eventos adotados por ela. Caso as Debêntures da Primeira Série e/ou as Debêntures da Terceira Série não estejam custodiadas eletronicamente na B3, o Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Primeira Série será realizado por meio do Escriturador. A B3 deverá ser comunicada com 3 (três) Dias Úteis de antecedência da data de realização do resgate.

5.1.5. As Debêntures da Primeira Série e as Debêntures da Terceira Série resgatadas pela Emissora, conforme previsto nesta Cláusula, serão obrigatoriamente canceladas.

5.1.6. Não será admitido o resgate antecipado facultativo parcial das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Terceira Série.

Digitalizado com CamScanner

Autorregulação ANBIMA

Agente Fiduciário

5.2. Resgate Antecipado das Debêntures da Segunda Série

5.2.1. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a partir do 31º (trigésimo primeiro) mês da Data de Emissão, ou seja, a partir de 15 de abril de 2026 (inclusive), realizar o resgate antecipado facultativo total das Debêntures da Segunda Série ("**Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série**"). Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série, o valor devido pela Emissora aos titulares das Debêntures da Segunda Série será equivalente ao: (i) Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série a serem resgatadas, acrescido (ii) da Remuneração das Debêntures da Segunda Série, calculada *pro rata temporis*, devida desde a Data de Início da Rentabilidade das Debêntures da Segunda Série ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série (exclusive) ("**Data do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série**"), acrescido (iii) de Encargos Moratórios, se aplicável, devidos e não pagos até a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série, acrescido (iv) de prêmio de 1,40% (um inteiro e quarenta centésimos por cento) ao ano, incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, calculado de forma exponencial de forma *pro rata temporis* considerando os Dias Úteis entre a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série e a Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série, conforme fórmula a seguir ("**Prêmio de Resgate Antecipado das Debêntures da Segunda Série**" e "**Valor de Resgate Antecipado das Debêntures da Segunda Série**", respectivamente):

> PUprêmio = [(1+Prêmio de Resgate Antecipado das Debêntures da Segunda Série)^(Prazo Remanescente/252)-1]* PUdebênture
>
> Onde:
>
> Prêmio de Resgate Antecipado das Debêntures da Segunda Série = 1,40% (um inteiro e quarenta centésimos por cento) ao ano;
>
> Prazo Remanescente = quantidade de Dias Úteis, contados, conforme o caso, da data do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série (inclusive) até a Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série (exclusive); e

Digitalizado com CamScanner

PUdebênture = saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, acrescido da Remuneração das Debêntures da Segunda Série, calculada pro rata temporis desde a data de pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série imediatamente anterior até a data do efetivo pagamento do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série.

5.2.2. Caso a data de realização do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série coincida com uma Data de Amortização das Debêntures da Segunda Série e/ou Data de Pagamento da Remuneração da Segunda Série, o Prêmio de Resgate Antecipado das Debêntures da Segunda Série deverá ser calculado sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série após o referido pagamento.

5.2.3. O Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série somente será realizado mediante envio de comunicação individual aos Debenturistas das Debêntures da Segunda Série, ou publicação de anúncio pela Emissora, nos termos da Cláusula 4.23 acima, em ambos os casos com cópia para o Agente Fiduciário, B3 e à ANBIMA, com 10 (dez) Dias Úteis de antecedência da data em que se pretende realizar o efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série, sendo que na referida comunicação deverá constar: (i) a data de realização do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série, que deverá ser um Dia Útil; (ii) a menção ao Valor de Resgate Antecipado das Debêntures da Segunda Série e ao Prêmio de Resgate Antecipado das Debêntures da Segunda Série; e (iii) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série.

5.2.4. O Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série custodiadas eletronicamente na B3 seguirá os procedimentos de liquidação de eventos adotados por ela. Caso as Debêntures da Segunda Série não estejam custodiadas eletronicamente na B3, o Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série será realizado por meio do Escriturador. A B3 deverá ser comunicada com 3 (três) Dias Úteis de antecedência da data de realização do resgate.

5.2.5. As Debêntures da Segunda Série resgatadas pela Emissora, conforme previsto nesta Cláusula, serão obrigatoriamente canceladas.

5.2.6. Não será admitido o resgate antecipado facultativo parcial das Debêntures da Segunda Série.

Digitalizado com CamScanner

Autorregulação ANBIMA
Agente Fiduciário

5.3. Aquisição Facultativa

5.3.1. A Emissora poderá, (i) após decorridos os 2 (dois) primeiros anos contados da Data de Emissão (ou prazo inferior que venha a ser autorizado pela legislação ou regulamentação aplicáveis), adquirir Debêntures em Circulação da Primeira Série e Debêntures em Circulação da Terceira Série, e/ou (ii) a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação da Segunda Série, observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, desde que observe as eventuais regras expedidas pela CVM, devendo tal fato, se assim exigido pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora ("**Aquisição Facultativa**"). As Debêntures adquiridas pela Emissora de acordo com esta Cláusula poderão, a critério da Emissora: (i) ser canceladas, caso seja legalmente permitido, observado o disposto na Lei 12.431, nas regras expedidas pelo CMN e na regulamentação aplicável; (ii) permanecer na tesouraria da Emissora; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. Caso aplicável, as Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Atualização Monetária das Debêntures da Primeira Série e à Remuneração aplicável às demais Debêntures, conforme aplicável.

5.3.2. Caso a Emissora pretenda adquirir Debêntures por valor superior ao Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Primeira Série e/ou Valor Nominal Unitário (ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário) das Debêntures da Segunda Série e/ou das Debêntures da Terceira Série, conforme aplicável, deve, previamente à aquisição, comunicar sua intenção ao Agente Fiduciário e a todos os titulares das respectivas Debêntures, nos termos e condições estabelecidos no artigo 19 e seguintes da Resolução da CVM nº 77, de 29 de março de 2022. Na hipótese de cancelamento das Debêntures, esta Escritura de Emissão deverá ser aditada para refletir tal cancelamento, sem necessidade de nova deliberação societária de quaisquer das Partes ou aprovação por Assembleia Geral de Debenturistas.

5.3.3. A Aquisição Facultativa das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Terceira Série poderá ocorrer após 2 (dois) anos contados da Data de Emissão, e observado o disposto na Lei 12.431 e na regulamentação aplicável da CVM e do CMN, ou antes de tal data, desde que venha a ser legalmente permitido, nos termos no artigo 1º, §1º, inciso II da Lei 12.431, da regulamentação do CMN ou de outra legislação ou regulamentação aplicável.

Digitalizado com CamScanner

DocuSign Envelope ID: 998A61E6-892C-4F1F-ABBF-667E5080F4FB

Autorregulação ANBIMA

Agente Fiduciário

5.4. Amortização Extraordinária das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Terceira Série

5.4.1. As Debêntures da Primeira Série e as Debêntures da Terceira Série não poderão ser objeto de amortização extraordinária pela Emissora.

5.5. Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da Segunda Série

5.5.1. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, após o término do 31º (trigésimo primeiro) mês contado da Data de Emissão, isto é, a partir de 15 de abril de 2026 (inclusive), realizar a amortização extraordinária parcial das Debêntures limitada a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável ("**Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da Segunda Série**"). Por ocasião da Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da Segunda Série, o valor devido pela Emissora será equivalente à (i) parcela do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série a serem amortizadas, acrescido (ii) da Remuneração das Debêntures da Segunda Série, calculada *pro rata temporis*, devida desde a Data de Início da Rentabilidade das Debêntures da Segunda Série ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data da Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da Segunda Série (exclusive) ("**Data da Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da Segunda Série**"), acrescido (iii) de Encargos Moratórios, se aplicável, devidos e não pagos até a Data da Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da Segunda Série, acrescido (iv) de prêmio de 1,40% (um inteiro e quarenta centésimos por cento) ao ano, incidente sobre a parcela do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, calculado de forma exponencial de forma *pro rata temporis* considerando os Dias Úteis entre a Data da Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da Segunda Série e a Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série, conforme fórmula a seguir ("**Prêmio de Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da Segunda Série**" e "**Valor de Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da Segunda Série**", respectivamente):

PUprêmio = [(1+Prêmio de Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da Segunda Série)^(Prazo Remanescente/252)-1]* PUdebênture

Onde:

Digitalizado com CamScanner

Autorregulação ANBIMA

Agente Fiduciário

Prêmio de Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da Segunda Série = 1,40% (um inteiro e quarenta centésimos por cento) ao ano;
Prazo Remanescente = quantidade de Dias Úteis, contados, conforme o caso, da data da Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da Segunda Série (inclusive) até a Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série (exclusive); e

PUdebênture = parcela do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, acrescido da Remuneração das Debêntures da Segunda Série, calculada pro rata temporis desde a data de pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série imediatamente anterior até a data do efetivo pagamento da Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da Segunda Série.

5.5.1.1. O valor remanescente da Remuneração das Debêntures da Segunda Série continuará a ser capitalizado e deverá ser pago na data de pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série imediatamente subsequente.

5.5.2. Caso a data de realização da Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da Segunda Série coincida com uma Data de Amortização das Debêntures da Segunda Série e/ou Data de Pagamento da Remuneração da Segunda Série, o Prêmio de Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da Segunda Série deverá ser calculado sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série após o referido pagamento.

5.5.3. A Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da Segunda Série somente será realizada mediante envio de comunicação individual aos Debenturistas, ou publicação de anúncio, nos termos da Cláusula 4.23 acima, em ambos os casos com cópia para o Agente Fiduciário, B3 e à ANBIMA, com 10 (dez) Dias Úteis de antecedência da data em que se pretende realizar a efetiva Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da Segunda Série, sendo que na referida comunicação deverá constar: (i) a data de realização da Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da Segunda Série, que deverá ser um Dia Útil; (ii) a menção ao Valor de Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da Segunda Série; e (iii) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização da Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da Segunda Série.

5.5.3. A Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da Segunda Série para as Debêntures da Segunda Série custodiadas eletronicamente na B3 seguirá os procedimentos de liquidação de eventos adotados por ela. Caso as Debêntures da

Digitalizado com CamScanner

DocuSign Envelope ID: 998A61E6-892C-4F1F-ABBF-667E5080F4FB

Segunda Série não estejam custodiadas eletronicamente na B3, a Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da Segunda Série será realizada por meio do Escriturador.

5.5.4. A realização da Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da Segunda Série deverá abranger, proporcionalmente, todas as Debêntures da Segunda Série e deverá obedecer ao limite de amortização de 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário.

5.6. Oferta de Aquisição Obrigatória

5.6.1. Caso a Emissora, as Fiadoras ou quaisquer de suas Controladas Restritas vendam, transfiram e/ou cedam de forma definitiva a terceiros não integrantes do seu grupo econômico quaisquer Ativos Não Restritos (conforme definido abaixo), em montante igual ou superior a 30% (trinta por cento), em uma ou mais transações, do EBITDAX dos últimos 12 (doze) meses relativos (a) ao Formulário de Informações Trimestrais (ITR) divulgado pela Emissora; ou (b) à demonstração financeira anual da Emissora, calculado conforme definido no Anexo III à presente Escritura, sendo certo que será definido entre (a) e (b) aquele cuja divulgação tenha ocorrido em data mais recente em relação à data do último evento de venda, transferência e/ou cessão, conforme aplicável, a Emissora deverá, observadas as regras estabelecidas na Resolução CVM 77 e a legislação e regulamentação aplicáveis ("**Evento de Pagamento Obrigatório**"), a Emissora deverá realizar uma oferta obrigatória para adquirir as Debêntures dos Debenturistas que optarem por alienar suas respectivas Debêntures, observados os termos e condições previstos nas Cláusulas abaixo, devendo tal fato, se assim exigido pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora ("**Oferta de Aquisição Obrigatória**").

5.6.1.1. Nos termos do artigo 1º, parágrafo 1º, inciso II, da Lei 12.431, a Oferta de Aquisição Obrigatória das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Terceira Série será realizada desde que transcorridos 2 (dois) anos contados da Data de Emissão das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Terceira Série, conforme o caso (ou qualquer outro prazo menor que venha a ser permitido por lei), sendo certo que, caso o prazo de 2 (dois) anos contados da Data de Emissão das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Terceira Série não tenha transcorrido (ou qualquer outro prazo menor que venha a ser permitido por lei), os recursos financeiros líquidos recebidos pela Emissora, pelas Fiadoras e/ou por Controladas Restritas em decorrência de tal venda, transferência ou cessão, deverão ser depositados e permanecer retidos em conta vinculada cedida fiduciariamente em favor dos

Digitalizado com CamScanner

Autorregulação ANBIMA

Agente Fiduciário

Debenturistas por meio de aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária, sem necessidade de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas, até o momento em que seja permitida a realização da Oferta de Aquisição Obrigatória.

5.6.2. A Oferta de Aquisição Obrigatória será endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas da Primeira Série, da Segunda Série e da Terceira Série para aceitar a aquisição das Debêntures de que forem titulares, de acordo com os termos e condições previstos nas cláusulas abaixo.

5.6.3. Não obstante a Oferta de Aquisição Obrigatória ser sempre endereçada à totalidade dos Debenturistas, conforme descrito na Cláusula 5.6.2 acima, serão resgatadas apenas as Debêntures daqueles Debenturistas que decidirem pela adesão à Oferta de Aquisição Obrigatória. As Debêntures dos Debenturistas que não aderirem à Oferta de Aquisição Obrigatória permanecerão vigentes até a sua respectiva Data de Vencimento, observadas as demais possibilidades de liquidação antecipada e vencimento antecipado previstas nesta Escritura de Emissão, sendo certo que caso a Emissora realize uma Oferta de Aquisição Obrigatória, não poderá ser configurado evento de vencimento antecipado para fins do item (xxv) da Cláusula 6.2.1 abaixo.

5.6.4. A Emissora realizará a Oferta de Aquisição Obrigatória por meio de comunicação enviada aos Debenturistas, com cópia para o Agente Fiduciário, ou publicação de anúncio, nos termos da Cláusula 4.23 acima, em ambos os casos com cópia para a B3 ("**Comunicação de Oferta de Aquisição Obrigatória**") que deverá ser enviada em até 3 (três) Dias Úteis após a ocorrência de um Evento de Pagamento Obrigatório, sendo certo que na referida comunicação deverá constar: (a) as informações e os detalhes dos eventos descritos na Cláusula 5.6.1 acima que ensejaram a Oferta de Aquisição Obrigatória; (b) que a Oferta de Aquisição Obrigatória será oferecida à totalidade dos Debenturistas, observado o disposto na Cláusula 5.6.3 acima; (c) a forma e o prazo de manifestação, à Emissora, pelo Debenturista que aceitar a Oferta de Aquisição Obrigatória, que deverá ser, no máximo, de 15 (quinze) dias contados da Comunicação de Oferta de Aquisição Obrigatória; (d) a data efetiva para a aquisição das Debêntures e pagamento aos Debenturistas, que não poderá ser superior a 120 (cento e vinte) dias após a ocorrência do Evento de Pagamento Obrigatório que ensejou a Oferta de Aquisição Obrigatória, observado, para todos os fins, (1) o disposto na Cláusula 5.6.1.1 acima; e (2) no caso de mais de uma venda, transferência e/ou cessão, a data da transação mais recente que ensejou o Evento de Pagamento Obrigatório; e (e) as demais informações necessárias para tomada de decisão e operacionalização pelos Debenturistas.

Digitalizado com CamScanner

DocuSign Envelope ID: 998A61E6-892C-4F1F-ABBF-667E5080F4FB

5.6.5. Após a publicação dos termos da Oferta de Aquisição Obrigatória, os Debenturistas que optarem pela adesão à referida oferta terão que se manifestar à Emissora e formalizar sua adesão no sistema da B3, no prazo e forma dispostos na Comunicação de Oferta de Aquisição Obrigatória, a qual ocorrerá em uma única data para todas as Debêntures, observado o prazo disposto na Cláusula 5.6.4 acima.

5.6.6. O valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures objeto da Oferta de Aquisição Obrigatória será equivalente ao Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Primeira Série ou ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures da Segunda Série ou das Debêntures da Terceira Série, acrescido: (a) da respectiva Remuneração, calculada, *pro rata temporis*, desde a Data da Primeira Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data da efetiva aquisição; (b) dos Encargos Moratórios, se houver; e (c) de quaisquer obrigações pecuniárias e outros acréscimos referentes às Debêntures.

5.6.7. As Debêntures adquiridas pela Emissora de acordo com esta Cláusula poderão, a critério da Emissora: (i) ser canceladas, caso seja legalmente permitido, observado o disposto na Lei 12.431, na Resolução CMN 4.751, nas regras expedidas pelo CMN e na regulamentação aplicável; (ii) permanecer na tesouraria da Emissora; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. Caso aplicável, as Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures, conforme aplicável. Na hipótese de cancelamento das Debêntures, esta Escritura de Emissão deverá ser aditada para refletir tal cancelamento.

5.6.8. A aquisição ocorrerá, conforme o caso, de acordo com: (i) os procedimentos estabelecidos pela B3, para as Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na B3; ou (ii) os procedimentos adotados pelo Banco Liquidante e Escriturador, para as Debêntures que não estiverem custodiadas eletronicamente na B3.

5.6.9. A Emissora deverá: (i) na data de término do prazo de adesão à Oferta de Aquisição Obrigatória, confirmar ao Agente Fiduciário, que deverá informar os Debenturistas, se a aquisição das Debêntures será efetivamente realizada; e (ii) com antecedência mínima de 5 (cinco) Dias Úteis da data da aquisição, comunicar ao Escriturador e à B3 a data da aquisição.

Digitalizado com CamScanner

DocuSign Envelope ID: 998A61E6-892C-4F1F-ABBF-667E5080F4FB

Autorregulação ANBIMA

Agente Fiduciário

CLÁUSULA VI
VENCIMENTO ANTECIPADO

6.1. Vencimento Antecipado Automático

6.1.1. O Agente Fiduciário deverá, automaticamente, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial à Emissora ou às Fiadoras, considerar antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis todas as obrigações da Emissora referentes às Debêntures, e, simultaneamente, exigirá da Emissora e/ou das Fiadoras o pagamento do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Primeira Série e do Valor Nominal Unitário (ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário) das Debêntures da Segunda Série e das Debêntures da Terceira Série, conforme aplicável, acrescido da respectiva Remuneração até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, na ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses ("**Eventos de Vencimento Antecipado Automático**"):

(i) descumprimento, pela Emissora e/ou pelas Fiadoras, de quaisquer obrigações pecuniárias relativas (a) ao pagamento de amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Primeira Série ou do Valor Nominal Unitário (ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário) das Debêntures da Segunda Série ou das Debêntures da Terceira Série, da Remuneração das Debêntures e dos Encargos Moratórios previstos nesta Escritura de Emissão e/ou nas Garantias Corporativas Estrangeiras, (b) à multa prevista na Cláusula 4.24.4 acima; e/ou (c) ao Contrato de Swap ("**Obrigações Pecuniárias Principais**"), não sanado no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados das respectivas datas de vencimento;

(ii) (a) decretação de falência da Emissora, das Fiadoras, de Controladas Restritas e/ou de Controladas Relevantes; (b) mediação e/ou conciliação relacionadas à recuperação judicial e/ou à falência, pedido de autofalência ou propositura de medidas antecipatórias judiciais para quaisquer de tais procedimentos ou, ainda, qualquer processo judicial similar em outra jurisdição, pela Emissora, pelas Fiadoras, por Controladas Restritas e/ou por Controladas Relevantes; (c) mediação e/ou conciliação relacionadas à recuperação judicial e/ou à falência, pedido de falência ou propositura de medidas antecipatórias judiciais para quaisquer de tais procedimentos ou, ainda, qualquer processo judicial similar em outra jurisdição, da Emissora, das Fiadoras, de Controladas Restritas e/ou de Controladas Relevantes, formulado por terceiros não elidido no prazo

Digitalizado com CamScanner

DocuSign Envelope ID: 998A61E6-892C-4F1F-ABBF-667E5080F4FB

Autorregulação ANBIMA
Agente Fiduciário

legal; ou (d) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora, das Fiadoras, de Controladas Restritas e/ou de Controladas Relevantes, exceto, para esta alínea (d), se em decorrência de uma Reorganização Societária Permitida; ou ainda, a ocorrência de qualquer evento análogo que caracterize estado de insolvência, nos termos da legislação aplicável. Para fins da presente Escritura de Emissão (1) "**Controlada(s) Relevante(s)**" significam quaisquer das Controladas (conforme definido abaixo) da Emissora e/ou das Fiadoras que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) do EBITDAX consolidado da Emissora, apurado com base nas demonstrações financeiras auditadas mais recentes; e (2) "**Controlada(s) Restrita(s)**" significam quaisquer entidades que sejam detentoras ou se tornem detentoras de quaisquer Ativos Restritos (conforme definido abaixo);

(iii) propositura, pela Emissora, pelas Fiadoras, por Controladas Restritas e/ou por Controladas Relevantes, de mediação, conciliação ou plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano, ou medidas antecipatórias judiciais para quaisquer de tais procedimentos ou, ainda, qualquer processo judicial similar em outra jurisdição ou ainda, ingresso, pela Emissora, pelas Fiadoras, por Controladas Restritas e/ou por Controladas Relevantes, em juízo, com requerimento de recuperação judicial, ou qualquer processo antecipatório judicial similar, inclusive em outra jurisdição, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente, ou ainda, a ocorrência de qualquer evento análogo, nos termos da legislação aplicável;

(iv) caso a Emissora e/ou as Fiadoras venham a transferir ou por qualquer forma ceder a terceiros os direitos e obrigações decorrentes das Debêntures, da presente Escritura de Emissão e/ou dos Contratos de Garantia, exceto se decorrente de uma Reorganização Societária Permitida;

(v) anulação, nulidade ou inexequibilidade quanto à Emissão, bem como caso a Emissão e as Garantias venham a se tornar totalmente inválidas, nulas, inexequíveis ou ineficazes, por meio de decisão judicial, exceto caso referida decisão judicial seja suspensa ou revertida em até 15 (quinze) dias contados da data de publicação da referida decisão;

(vi) questionamento judicial, administrativo e/ou arbitral, pela Emissora, pelas Fiadoras, por Controladas (conforme definido abaixo) da Emissora e/ou das Fiadoras, acerca da existência, validade, legalidade ou exequibilidade desta

Digitalizado com CamScanner

DocuSign Envelope ID: 998A61E6-892C-4F1F-ABBF-667E5080F4FB

Escritura de Emissão e/ou dos Contratos de Garantia e/ou das Garantias Corporativas Estrangeiras. Para fins desta Escritura de Emissão, "**Controladas**" significam quaisquer sociedades direta ou indiretamente controladas pela Emissora e/ou pelas Fiadoras, conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações;

(vii) transformação (a) do tipo societário da Emissora, inclusive em caso de cancelamento do registro de companhia aberta da categoria "A" ou "B" perante a CVM; ou (b) em sociedade limitada ou outro tipo societário que não permita a emissão ou manutenção das Debêntures, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;

(viii) declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida financeira (incluindo derivativos) e/ou obrigação financeira no mercado financeiro ou de capitais, local ou internacional, da Emissora, das Fiadoras e/ou de Controladas, em valor individual ou agregado, superior a US$ 30.000.000,00 (trinta milhões de dólares), ou o seu equivalente em outras moedas, exceto por declarações de vencimento antecipado de dívidas de Controladas que não sejam Controladas Restritas ou Fiadoras, em que (i) não existam garantias reais ou fidejussórias prestadas pela Emissora e/ou pelas Fiadoras e/ou por Controladas Restritas, coobrigação ou obrigação de aporte de recursos pela Emissora e/ou pelas Fiadoras; e (ii) não haja pagamento, pela Emissora e/ou pelas Fiadoras e/ou por Controladas Restritas, do valor devido;

(ix) perda da concessão objeto: (a) do "*Contrato de Concessão 48000.003573/97-91*" referente ao Campo de Atlanta e Oliva, originalmente celebrado em 06 de agosto de 1998, entre ANP e Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras ("**Petrobras**"), conforme aditado de tempos em tempos, inclusive para fins da cessão da referida concessão para a Enauta Energia; (b) do "*Contrato de* Concessão 48000.003518/97-82" referente ao Campo de Manati, originalmente celebrado em 06 de agosto de 1998, entre ANP e Petrobras, conforme aditado de tempos em tempos; e/ou (c) de contratos de concessão que venham a ser celebrados por Controladas Restritas desde que no âmbito da Concessão do Campo de Atlanta, relativa exclusivamente à parcela de Oliva, e/ou da Concessão do Campo de Manati, relativa exclusivamente à parcela de Camarão Norte (sendo (a), (b) e (c), em conjunto, os "**Contratos de Concessão**" e as "**Concessões**", respectivamente), em razão de caducidade, encampação, resilição ou outros eventos que resultem no término antecipado da concessão, nos termos dos respectivos Contratos de Concessão, por meio de decisão administrativa final, sendo certo que para este item não serão consideradas a devolução do Campo

Digitalizado com CamScanner

de Atlanta relativa exclusivamente à parcela de Oliva e a devolução do Campo de Manati relativa exclusivamente à parcela de Camarão Norte, desde que não gere um Efeito Adverso Relevante; e

(x) resgate, recompra, amortização ou bonificação de ações de emissão da Emissora, distribuição e/ou pagamento, pela Emissora, de dividendos e/ou de juros sobre o capital próprio, e/ou qualquer outra forma de distribuição de recursos aos seus acionistas, exceto **(a)** pela distribuição de dividendos limitada a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro da Emissora, ou **(b)** a partir da data que ocorrer por último entre (b.i) 31 de janeiro de 2025; e (b.ii) a comprovação de produção média diária consolidada nos últimos 6 (seis) meses correspondente a, pelo menos, 35.000 (trinta e cinco mil) barris de óleo equivalentes (*boe*) por dia, desde que, cumulativamente, (1) a Emissora esteja adimplente perante os Debenturistas com relação às obrigações previstas na presente Escritura de Emissão; e (2) o índice Dívida Líquida/EBITDAX calculado (conforme definido no **Anexo III** à presente Escritura), apurado imediatamente antes e depois do efetivo pagamento de dividendos, observado o disposto no Anexo III à presente Escritura, seja e permaneça, após efetiva distribuição de recursos, menor ou igual a 1,50x (um inteiro e cinquenta centésimos vezes), sendo certo que caso tenha sido obtida a classificação de risco (rating) das Debêntures igual ou superior a "AA-", em perspectiva positiva ou estável, atribuído por Agência de Classificação de Risco, o índice Dívida Líquida/EBITDAX aplicável para fins deste item (2) deverá ser menor ou igual a 1,75x (um inteiro e setenta e cinco centésimos vezes).

6.1.2. A Emissora e/ou a Enauta Energia obrigam-se a, nos casos em que não existir prazo específico, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da ocorrência de quaisquer dos eventos descritos nos itens acima, comunicar ao Agente Fiduciário para que este tome as providências devidas. O descumprimento desse dever pela Emissora e/ou pela Enauta Energia não impedirá o Agente Fiduciário e/ou os Debenturistas de, a seu critério, exercer seus poderes, faculdades e pretensões previstos nesta Escritura de Emissão.

6.2 Vencimento Antecipado Não Automático

6.2.1. O Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que tomar conhecimento da ocorrência de quaisquer dos eventos listados abaixo, para que os Debenturistas deliberem a respeito da não declaração do vencimento antecipado de todas as obrigações da Emissora referentes às Debêntures e, uma vez declarado o vencimento antecipado, exigirá da Emissora e/ou das Fiadoras o pagamento do Valor Nominal Unitário

Digitalizado com CamScanner

DocuSign Envelope ID: 998A61E6-892C-4F1F-ABBF-667E5080F4FB

Autorregulação ANBIMA

Agente Fiduciário

Atualizado das Debêntures da Primeira Série e do Valor Nominal Unitário (ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário) das Debêntures da Segunda Série e das Debêntures da Terceira Série, acrescido da respectiva Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos da Escritura de Emissão ("**Eventos de Vencimento Antecipado Não Automático**" e, em conjunto com as Eventos de Vencimento Antecipado Automático, "**Eventos de Vencimento Antecipado**"):

(i) descumprimento, pela Emissora e/ou pelas Fiadoras, de quaisquer obrigações pecuniárias que não sejam as obrigações previstas na Cláusula 6.1.1., item (i) desta Escritura, nos Contratos de Garantia ou nas Garantias, não sanado no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados das respectivas datas de vencimento, sendo certo que o prazo previsto neste inciso não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo de cura específico;

(ii) descumprimento, pela Emissora e/ou pelas Fiadoras, de quaisquer obrigações não pecuniárias constantes desta Escritura de Emissão, dos Contratos de Garantia, do Contrato de *Swap* ou das Garantias Corporativas Estrangeiras, que não seja sanado no prazo de 15 (quinze) Dias Úteis, contados do respectivo inadimplemento, observados os respectivos prazos de cura, quando aplicável, sendo certo que o prazo previsto neste inciso não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo de cura específico;

(iii) anulação, nulidade ou inexequibilidade de qualquer disposição relevante da Escritura de Emissão, dos Contratos de Garantia e/ou das Garantias Corporativas Estrangeiras, tornando-se inválidos, nulos, inexequíveis ou ineficazes, por meio de decisão judicial, exceto caso referida decisão judicial seja suspensa ou revertida no de até 15 (quinze) dias contados da data de publicação da referida decisão;

(iv) sem prejuízo ao disposto no inciso (ix) da Cláusula 6.1.1 acima, perda, pela Emissora, pelas Fiadoras e/ou por suas Controladas Restritas, de quaisquer Concessões objeto dos Contratos de Concessão, em razão de caducidade, encampação, resilição ou outros eventos que resultem no término antecipado da concessão, nos termos dos respectivos Contratos de Concessão, mediante decisão judicial ou administrativa cujos efeitos não tenham sido suspensos em até 15 (quinze) dias contados da data de publicação da referida decisão, sendo certo que para este item não serão consideradas a devolução do Campo de Atlanta relativa exclusivamente à parcela de Oliva e a devolução do Campo de

Digitalizado com CamScanner

DocuSign Envelope ID: 998A61E6-892C-4F1F-ABBF-667E5080F4FB

Manati relativa exclusivamente à parcela de Camarão Norte, desde que não gere um Efeito Adverso Relevante;

(v) perda, pelos seus atuais controladores, do controle da Emissora, das Fiadoras e/ou de suas Controladas Restritas, inclusive por meio de reorganização societária, exceto (a) se previamente aprovada pelos Debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas, observado o quórum de deliberação estabelecido nesta Escritura de Emissão; (b) se resultar em um controle difuso da Emissora, assim entendido como aquele exercido por grupo de acionistas que não seja signatário de acordo de votos e que não esteja sob controle comum e nem atue representando um interesse comum; (c) por reorganizações societárias entre sociedades Controladas pela Emissora; ou (d) por qualquer reorganização societária que resulte na liquidação, dissolução ou extinção das Fiadoras Estrangeiras, de modo que os Ativos Restritos detidos pelas referidas Fiadoras Estrangeiras sejam transferidos ou alienados, de qualquer forma, para outras sociedades Controladas pela Emissora, desde que, nos casos do itens (c) e (d), cumulativamente: (1) seja observado o disposto nas Cláusulas 4.26.17, 4.27.2 e/ou 4.27.3 acima, conforme aplicável, com relação à(s) entidade(s) que receber(em), por qualquer forma, os Ativos Restritos envolvidos na referida reorganização societária, inclusive de modo que as referidas entidades se tornem Fiadoras e onerem suas ações em favor da presente Emissão; (2) as ações e/ou quotas de emissão da(s) entidade(s) que receber(em), por qualquer forma, os Ativos Restritos envolvidos na referida reorganização societária não estejam oneradas em favor de terceiros; e (3) caso o índice Dívida Líquida/EBITDAX apurado imediatamente antes da efetiva reorganização societária, com relação aos últimos 12 (doze) meses relativos (a) ao Formulário de Informações Trimestrais (ITR) divulgado pela Emissora; ou (b) à demonstração financeira anual da Emissora, conforme aplicável, sendo certo que será definido entre (a) e (b) aquele cuja divulgação tenha ocorrido em data mais recente em relação à data imediatamente antes da respectiva reorganização societária, seja menor ou igual a 2,50x (dois inteiros e cinquenta centésimos vezes) e permaneça menor ou igual a 2,50x (dois inteiros e cinquenta centésimos vezes), após a conclusão da referida reorganização societária, considerando, neste último caso, o índice Dívida Líquida/EBITDAX, pro forma consolidado, apurado imediatamente após a conclusão da reorganização societária, com relação aos últimos 12 (doze) meses relativos (i) ao Formulário de Informações Trimestrais (ITR) divulgado pela Emissora; ou (ii) à demonstração financeira anual da Emissora, calculado nos termos do Anexo III à presente Escritura de Emissão, conforme aplicável, sendo certo que será definido entre (i) e (ii) aquele que cuja divulgação tenha ocorrido em data mais recente em relação à data imediatamente anterior à respectiva

Digitalizado com CamScanner

reorganização societária, mediante envio de declaração pela Emissora confirmando o atendimento ao respectivo índice, acompanhada da memória de cálculo do referido índice (quaisquer dos itens (a) a (d) acima são aqui referidos como "**Reorganização Societária Permitida**");

(vi) cisão, fusão, incorporação ou incorporação de ações da Emissora, das Fiadoras e/ou de suas Controladas Restritas, ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Emissora, as Fiadoras e/ou suas Controladas Restritas, exceto por uma Reorganização Societária Permitida;

(vii) alteração material do objeto social da Emissora, das Fiadoras e/ou de Controladas Restritas, de tal forma que o novo objeto social passe a suprimir qualquer relação direta ou indireta com a exploração, produção e comercialização de petróleo, gás natural e seus derivados, dentre outras atividades, atualmente dispostas em seus respectivos estatutos sociais;

(viii) redução do capital social da Emissora, nos termos do artigo 173 da Lei das Sociedades por Ações, sem a prévia e expressa autorização dos Debenturistas, exceto se para absorção de prejuízos da Emissora;

(ix) aplicação dos recursos captados pela Emissão em destinação diversa do previsto nesta Escritura de Emissão;

(x) protestos de títulos contra a Emissora, as Fiadoras e/ou suas Controladas, de acordo com os procedimentos legais aplicáveis, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a US$ 30.000.000,00 (trinta milhões de dólares), ou o seu equivalente em outras moedas, exceto (i) se a Emissora e/ou as Fiadoras comprovarem no prazo máximo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento da notificação do protesto, que (a) referido protesto foi indevidamente efetuado, ou foi sustado, cancelado ou objeto de medida judicial que o tenha suspendido; ou (b) foi apresentada garantia em juízo, aceita pelo Poder Judiciário; e (ii) em caso de protesto de títulos contra Controladas que não sejam Controladas Restritas ou Fiadoras, em que (a) não existam garantias reais ou fidejussórias prestadas pela Emissora, pelas Fiadoras e/ou por Controladas Restritas, coobrigação ou obrigação de aporte de recursos pela Emissora e/ou pelas Fiadoras; e (b) não haja pagamento, pela Emissora, pelas Fiadoras e/ou por Controladas Restritas, do valor devido;

(xi) inadimplemento pela Emissora, pelas Fiadoras e/ou por suas Controladas, de quaisquer obrigações pecuniárias assumidas em dívida financeira no mercado de

Digitalizado com CamScanner

DocuSign Envelope ID: 998A61E6-892C-4F1F-ABBF-667E5080F4FB

capitais, local ou internacional, em valor unitário ou agregado, superior a US$ 30.000.000,00 (trinta milhões de dólares), ou o seu equivalente em outras moedas, exceto (a) se sanado no prazo de cura previsto no respectivo instrumento; ou (b) caso o respectivo instrumento não estabeleça prazo de cura, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados do inadimplemento, exceto por inadimplementos de dívidas de Controladas que não sejam Controladas Restritas ou Fiadoras, em que (a) não existam garantias reais ou fidejussórias prestadas pela Emissora, pelas Fiadoras e/ou por Controladas Restritas, coobrigação ou obrigação de aporte de recursos pela Emissora, pelas Fiadoras e/ou Controladas Restritas; e (b) não haja pagamento, pela Emissora, pelas Fiadoras e/ou por Controladas Restritas, do valor devido;

(xii) inadimplemento pela Emissora, pelas Fiadoras, por suas Controladas Restritas e/ou Controladas Relevantes de quaisquer obrigações pecuniárias em valor unitário ou agregado, superior a US$ 30.000.000,00 (trinta milhões de dólares), ou o seu equivalente em outras moedas, assumidas em contratos de fornecimento e de prestação de serviços ("**Contratos Operacionais**"), exceto (a) se sanado no prazo de cura previsto no respectivo instrumento; (b) caso o respectivo instrumento não estabeleça prazo de cura, em até 15 (quinze) Dias Úteis contados do inadimplemento; (c) caso tal inadimplemento não resulte em Efeito Adverso Relevante (conforme definido abaixo); ou (d) caso a obrigação inadimplida esteja sendo objeto de questionamento de boa-fé, pela Emissora, pelas Fiadoras, por suas Controladas Restritas e/ou Controladas Relevantes, conforme aplicável, observados os prazos e procedimentos previstos no respectivo instrumento;

(xiii) inadimplemento pela Emissora, pelas Fiadoras e/ou por suas Controladas Restritas, no contexto dos JOAs de (i) quaisquer obrigações pecuniárias em valor unitário ou agregado, superior a US$ 30.000.000,00 (trinta milhões de dólares), ou o seu equivalente em outras moedas; ou (ii) obrigações que impliquem em cessação das receitas a serem recebidas pela Emissora, pelas Fiadoras e/ou por suas Controladas Restritas, em ambos os casos, exceto se sanado no prazo de cura previsto no respectivo instrumento;

(xiv) rescisão ou término antecipado de Contratos Operacionais, exceto (a) caso a respectiva rescisão ou término não resulte em Efeito Adverso Relevante (conforme definido abaixo); ou (b) caso o término antecipado esteja sendo objeto de questionamento de boa-fé, pela Emissora, pelas Fiadoras, por suas Controladas Restritas e/ou Controladas Relevantes, observados os prazos e

Digitalizado com CamScanner

DocuSign Envelope ID: 998A61E6-892C-4F1F-ABBF-667E5080F4FB

procedimentos previstos no respectivo instrumento, desde que a rescisão e/ou o término antecipado estejam suspensos;

(xv) caso a Emissora, as Fiadoras e/ou suas Controladas contraiam, a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, uma ou mais dívidas, exceto na hipótese em que o índice Dívida Líquida/EBITDAX, apurado imediatamente antes da contratação da nova dívida, com relação aos últimos 12 (doze) meses relativos (a) ao Formulário de Informações Trimestrais (ITR) divulgado pela Emissora; ou (b) à demonstração financeira anual da Emissora, conforme aplicável, sendo certo que será definido entre (a) e (b) aquele cuja divulgação tenha ocorrido em data mais recente em relação à data imediatamente anterior à data da respectiva contratação da dívida, seja menor ou igual a 2,50x (dois inteiros e cinquenta centésimos vezes) e permaneça menor ou igual a 2,50x (dois inteiros e cinquenta centésimos vezes), após a contratação da referida dívida, considerando, neste último caso, o índice Dívida Líquida/EBITDAX, pro forma consolidado, apurado imediatamente após a contratação da referida dívida, com relação aos 12 (doze) meses relativos (a) ao Formulário de Informações Trimestrais (ITR) divulgado pela Emissora; ou (b) à demonstração financeira anual da Emissora, calculada nos termos do Anexo III à presente Escritura de Emissão, sendo certo que será definido entre (a) e (b) aquele cuja divulgação tenha ocorrido em data mais recente em relação à data imediatamente anterior à data da respectiva contratação, mediante envio de declaração pela Emissora confirmando o atendimento ao respectivo índice, acompanhada da memória de cálculo do referido índice, sendo certo que, caso a destinação dos recursos captados seja para a aquisição de quaisquer ativos por parte da Emissora, das Fiadoras e/ou de suas Controladas, o índice Dívida Líquida/EBITDAX deverá ser calculado considerando o EBITDAX do ativo adquirido ("**Endividamento Permitido**");

(xvi) desapropriação, confisco ou outra medida similar por qualquer entidade governamental brasileira da totalidade ou de parte substancial dos ativos e/ou direitos da Emissora, das Fiadoras, das Controladas Relevantes e/ou de suas Controladas Restritas que resultem em um Efeito Adverso Relevante, exceto se referida medida for suspensa ou revertida em prazo de até 15 (quinze) dias contados da data de publicação da referida medida;

(xvii) não cumprimento de decisão judicial, administrativa ou arbitral, de exigibilidade imediata contra a Emissora, as Fiadoras e/ou suas Controladas Restritas e/ou suas Controladas Relevantes, em montante individual ou agregado, superior a US$ 30.000.000,00 (trinta milhões de dólares), ou o seu equivalente em outras moedas que resulte em um Efeito Adverso Relevante, exceto se referida medida

Digitalizado com CamScanner

DocuSign Envelope ID: 998A61E6-892C-4F1F-ABBF-667E5080F4FB

for suspensa ou revertida em prazo de até 15 (quinze) dias contados da data de publicação da referida decisão;

(xviii) cessação, interrupção, abandono e/ou paralisação, de forma total ou parcial (a) das Concessões ou de qualquer ativo necessário à implementação ou operação das Concessões; ou (b) das atividades e/ou das concessões detidas pela Emissora, pelas Fiadoras e/ou por suas Controladas Relevantes, em ambos os casos (a) e (b) por um prazo superior a 45 (quarenta e cinco) dias consecutivos ou 60 (sessenta) dias alternados dentro do período de 1 (um) ano, e desde que causem um Efeito Adverso Relevante;

(xix) caso aplicável e existente, alteração substancial que acarrete em aumento da exposição financeira da Emissora e/ou da Enauta Energia, novação ou rescisão de eventual operação de *swap* no âmbito da Emissão, contratada para mitigar o risco de variação da cotação do dólar norte-americano em relação à Taxa DI e ao IPCA, a ser registrada em instituição registradora devidamente autorizada pela CVM e/ou pelo Banco Central do Brasil, bem como qualquer confirmação adicional celebrada no âmbito da Emissão ("**Contrato de Swap**");

(xx) caso aplicável e existente, não constituição de cessão fiduciária sobre os direitos creditórios da Emissora e/ou da Enauta Energia decorrentes de quaisquer derivativos relacionados à presente Emissão em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, observado o disposto na Cláusula 4.27.4 acima, no prazo de 20 (vinte) Dias Úteis contados do recebimento, pela Emissora, da assinatura de todas as partes ao aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária;

(xxi) as declarações prestadas pela Emissora e/ou pelas Fiadoras na Escritura de Emissão e/ou nos Contratos de Garantia forem falsas, incorretas ou enganosas, nestes últimos casos em qualquer aspecto relevante, na data em que foram prestadas;

(xxii) não obtenção, não renovação, cancelamento, revogação, cassação ou suspensão das autorizações, alvarás e licenças, inclusive as ambientais, necessárias para o exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora, pelas Fiadoras e/ou por suas Controladas Restritas, exceto por aquelas autorizações, alvarás e licenças (a) que estejam em processo tempestivo de obtenção ou renovação pela Emissora, pelas Fiadoras e/ou por suas Controladas Restritas, desde que estejam autorizadas a continuar suas atividades regularmente; (b) cuja ausência esteja sendo discutida de boa-fé nas esferas judicial ou administrativa por meio de procedimentos adequados pela Emissora e/ou pelas Fiadoras, desde que a

Digitalizado com CamScanner

DocuSign Envelope ID: 998A61E6-892C-4F1F-ABBF-667E5080F4FB

exigibilidade da referida autorização, alvará e/ou licença esteja suspensa, e a Emissora, as Fiadoras e suas Controladas Restritas estejam autorizadas a continuar suas atividades regularmente; ou (c) que não causem um Efeito Adverso Relevante ou um Impacto Adverso Reputacional Relevante. Para fins desta Cláusula, "**Impacto Adverso Reputacional Relevante**" significa um impacto adverso relevante à situação reputacional em decorrência de: **(1)** (x) instauração de procedimento administrativo, arbitral ou judicial de responsabilização contra a Emissora, as Fiadoras e/ou as Controladas Restritas, conforme aplicável, em razão (x) da ocorrência de atos de violação da Legislação Anticorrupção; (y) da ocorrência de atos de incentivo à prostituição, conforme aplicável; e/ou (z) da utilização de trabalho infantil ou trabalho em condições análogas às de escravo e/ou inclusão da Emissora, das Fiadoras e/ou das Controladas Restritas, conforme aplicável, no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas às de escravo ou utilização de trabalho infantil; e/ou **(2)** decisão judicial imediatamente exequível contra a Emissora, as Fiadoras e/ou as Controladas Restritas em razão de crimes contra a Legislação Socioambiental;

(xxiii) constituição, pela Emissora, pelas Fiadoras e/ou por Controladas Restritas, em favor de terceiro, de qualquer hipoteca, penhor, alienação fiduciária, cessão fiduciária, cessão ou promessa de cessão, usufruto, fideicomisso, promessa de venda, opção de compra, direito de preferência, encargo, gravame ou ônus, arresto, sequestro ou penhora, judicial ou extrajudicial, voluntário ou involuntário, ou outro ato que tenha o efeito prático similar a qualquer das expressões acima ("**Ônus**"), em favor de terceiro, sobre **(a)** quaisquer recebíveis e/ou direitos creditórios da Emissora, das Fiadoras e/ou de Controladas Restritas, incluindo mas não se limitando a recebíveis de venda do óleo e gás, contas vinculadas, receitas acessórias e valores advindos do acionamento de apólices de seguros e garantias de performance, desde que decorrentes de contratos (inclusive de natureza operacional), acordos e/ou instrumentos celebrados no âmbito das Concessões; **(b)** quaisquer participações societárias, ativos ou direitos creditórios derivados de todo e qualquer contrato, participações societárias ou ativo no âmbito do FPSO Atlanta – Unidade Flutuante de Produção, Armazenamento e Transferência (*Floating, Production, Storage and Offloading*), plataformas fixas, autoeleváveis, semissubmersíveis, e/ou navios sondas, que sejam de propriedade da Emissora, das Fiadoras e/ou de Controladas Restritas e que sejam relacionados à produção das Concessões, inclusive que tenham sido objeto de operações de interligação (*tie-back*) ou unitização; **(c)** quaisquer reservas de petróleo nas quais a Emissora e/ou as Fiadoras detenham o direito de exploração, desenvolvimento, produção e/ou

Digitalizado com CamScanner

DocuSign Envelope ID: 998A61E6-892C-4F1F-ABBF-667E5080F4FB

quaisquer outras atividades similares e acessórias, desde que decorrentes de contratos, acordos e/ou instrumentos celebrados no âmbito das Concessões; **(d)** quaisquer direitos emergentes das Concessões; **(e)** lucros, dividendos, juros sobre capital próprio e/ou qualquer forma de remuneração sobre o capital das Fiadoras e/ou de Controladas Restritas; **(f)** quaisquer direitos creditórios de titularidade da Emissora e/ou das Fiadoras decorrentes de mútuos celebrados entre si e/ou com suas Controladas; ou **(g)** contratos de direito de uso de superfície, desde que relacionados ou decorrentes de contratos, acordos e/ou instrumentos celebrados no âmbito das Concessões (sendo as alíneas (a) a (g) deste item, em conjunto, "**Ativos Restritos**" e "***Negative Pledge***"), exceto pelos Ônus permitidos conforme disposto no Anexo VI à presente Escritura de Emissão ("**Ônus Permitidos**");

(xxiv) se a Emissora, as Fiadoras ou quaisquer de suas Controladas Restritas venderem, transferirem e/ou cederem (incluindo operações de *farm-out*) de forma definitiva a terceiros não integrantes do seu grupo econômico, quaisquer Ativos Restritos, exceto **(1)** pelos Ônus Permitidos; ou **(2)** cumulativamente (x) em montante não superior a 30% (trinta por cento), em uma ou mais transações, do EBITDAX consolidado das Concessões, dos últimos 12 (doze) meses relativos (a) ao Formulário de Informações Trimestrais (ITR) divulgado pela Emissora; ou (b) à demonstração financeira anual da Emissora, calculada nos termos do Anexo III à presente Escritura de Emissão, sendo certo que será definido entre (a) e (b) aquele cuja divulgação tenha ocorrido em data mais recente em relação à data do último evento de venda, transferência e/ou cessão; e (y) desde que tenha sido apresentado um Laudo de Avaliação de Venda (conforme abaixo definido) para apurar o valor de mercado do Ativo Restrito objeto da venda, transferência e/ou cessão; e (z) a Emissora, as Fiadoras ou quaisquer de suas Controladas Restritas, conforme o caso, realize o procedimento de substituição de garantia conforme descrito no Anexo VIII à presente Escritura de Emissão ("**Procedimento de Substituição de Garantias**");

(xxv) se a Emissora, as Fiadoras ou quaisquer de suas Controladas Restritas venderem, transferirem e/ou cederem de forma definitiva a terceiros não integrantes do seu grupo econômico, quaisquer ativos, equipamentos, direitos, recebíveis, bens de sua propriedade, participações societárias detidas em outras sociedades, direitos decorrentes das Concessões (conforme definidas abaixo) e/ou direitos decorrentes da operação e/ou produção de reservas de petróleo, que não sejam Ativos Restritos ("**Ativos Não Restritos**"), em montante superior a 30% (trinta por cento), em uma ou em mais transações, do EBITDAX consolidado dos últimos 12 (doze) meses relativos (a) ao Formulário de Informações Trimestrais (ITR)

Digitalizado com CamScanner

DocuSign Envelope ID: 998A61E6-892C-4F1F-ABBF-667E5080F4FB

divulgado pela Emissora; ou (b) à demonstração financeira anual da Emissora, calculada nos termos do **Anexo III** à presente Escritura, sendo certo que será definido entre (a) e (b) aquele cuja divulgação tenha ocorrido em data mais recente em relação à data do último evento de venda, transferência e/ou cessão, conforme aplicável, exceto (i) se realizada uma Oferta de Aquisição Obrigatória nos termos da Cláusula 5.6.1 acima, sendo certo que a porcentagem acima referida será calculada com base nos valores efetivamente recebidos pela Emissora, pelas Fiadoras ou por quaisquer de suas Controladas Restritas, conforme aplicável, a partir da respectiva venda, transferência e/ou cessão, descontando-se portanto quaisquer custos associados à transação, incluindo, mas não se limitando, impostos, comissões e despesas operacionais; (ii) pelo disposto no Anexo VII à presente Escritura de Emissão ("**Ônus Permitidos Ativos Não Restritos**"); ou (iii) se em decorrência de uma Reorganização Societária Permitida;

(xxvi) questionamento judicial, administrativo e/ou arbitral, por Controladores da Emissora e/ou por Controladores das Fiadoras, acerca da existência, validade, legalidade ou exequibilidade desta Escritura de Emissão e/ou das Garantias. Para fins desta Cláusula, "**Controladores**" significam quaisquer sociedades direta ou indiretamente controladoras da Emissora e/ou das Fiadoras, conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações;

(xxvii) não cumprimento, pela Emissora, dos seguintes índices financeiros, durante a vigência da Emissão, a serem acompanhados pelo Agente Fiduciário, auferidos em bases trimestrais, nas datas de divulgação das demonstrações financeiras anuais auditadas da Emissora e nas datas de divulgação de suas informações financeiras trimestrais relativas ao respectivo trimestre, sendo certo que a primeira apuração deverá ocorrer com base nas informações financeiras trimestrais relativas ao período de 9 meses encerrado em 30 setembro de 2023 (em conjunto, os "**Índices Financeiros**"):

(a) *Asset Life Coverage Ratio ("ALCR")*: maior ou igual a 1,50x (um inteiro e cinquenta centésimos vezes), calculado conforme previsto no **Anexo IV** à presente Escritura de Emissão.

(b) *Loan Life Coverage Ratio ("LLCR")*: maior ou igual a 1,30x (um inteiro e trinta centésimo vezes), calculado conforme previsto no **Anexo IV** à presente Escritura de Emissão.

Digitalizado com CamScanner

DocuSign Envelope ID: 998A61E6-892C-4F1F-ABBF-667E5080F4FB

6.3. A Emissora e/ou a Enauta Energia obrigam-se a, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data da ocorrência de quaisquer dos eventos descritos nos itens acima, comunicar o Agente Fiduciário para que este tome as providências devidas. O descumprimento desse dever pela Emissora e/ou pela Enauta Energia não impedirá o Agente Fiduciário e/ou os Debenturistas de, a seu critério, exercer seus poderes, faculdades e pretensões previstos nesta Escritura de Emissão, inclusive o de declarar o vencimento antecipado das Debêntures.

6.4. A Assembleia Geral de Debenturistas mencionada na Cláusula 6.2.1 acima se instalará com, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) das Debêntures em Circulação da respectiva Série, em primeira convocação, ou com qualquer quórum das Debêntures da respectiva Série, em segunda convocação.

6.5. Uma vez instalada a Assembleia Geral de Debenturistas prevista na Cláusula 6.2.1 acima, será necessário o quórum de Debenturistas que representem, no mínimo, (i) 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) das Debêntures em Circulação da Primeira Série, em primeira convocação, ou, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos Debenturistas das Debêntures da Primeira Série presentes, em segunda convocação, desde que estejam presentes, no mínimo, 20% (vinte por cento) das Debêntures em Circulação da Primeira Série; (ii) 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação da Segunda Série, em primeira ou segunda convocação; e (iii) 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) das Debêntures em Circulação da Terceira Série, em primeira convocação, ou, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos Debenturistas das Debêntures da Terceira Série presentes, em segunda convocação, desde que estejam presentes, no mínimo, 20% (vinte por cento) das Debêntures em Circulação da Terceira Série, para aprovar a **não** declaração do vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série, da Segunda Série ou da Terceira Série, conforme aplicável.

6.6. Caso a Assembleia Geral de Debenturistas mencionada na Cláusula 6.2.1 acima não seja instalada por ausência de quórum, tanto em primeira quanto em segunda convocação e/ou caso, uma vez instalada a Assembleia Geral de Debenturistas, não seja obtido quórum de deliberação pelo **não** vencimento antecipado das Debêntures, seja em primeira ou em segunda convocação, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures.

6.7. Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá, imediatamente, enviar notificação, por meio de e-mail, (a) à Emissora, com cópia para B3 e para a Enauta Energia, e (b) ao Agente de Liquidação.

Digitalizado com CamScanner

DocuSign Envelope ID: 998A61E6-892C-4F1F-ABBF-667E5080F4FB

6.8. Em caso de vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a pagar a totalidade das Debêntures, com o seu consequente cancelamento, obrigando-se aos pagamentos previstos nas Cláusulas 6.1.1 e 6.2.1 acima, além dos demais encargos devidos nos termos desta Escritura de Emissão, em até 2 (dois) Dias Úteis da consideração do vencimento antecipado pelo Agente Fiduciário.

6.9. Os *thresholds* mencionados nas Cláusulas 6.1.1 e 6.2.1 acima serão reajustados anualmente pela variação acumulada do *Consumer Price Index* (CPI), divulgado pelo U.*S. Bureau of Labor Statistics – Department of Labor* desde a Data de Emissão.

CLÁUSULA VII
OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DA ENAUTA ENERGIA

7.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora obriga-se a:

(i) fornecer ao Agente Fiduciário:

(a) em até 90 (noventa) dias contados da data do encerramento de cada exercício social, ou em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da efetiva divulgação, o que ocorrer primeiro, (i) cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas, relativas ao exercício social então encerrado preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos na República Federativa do Brasil, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos Auditores Independentes (conforme definido abaixo), assim como de todas as informações periódicas e eventuais exigidas pelos normativos da CVM, nos prazos ali previstos, relatórios, comunicados ou demais documentos que devam ser entregues à CVM, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da efetiva divulgação, por qualquer meio, àquela autarquia;

(b) em até 10 (dez) Dias Úteis após o envio das demonstrações financeiras informadas no item (a) acima e previamente ao relatório anual, declaração assinada por representantes legais da Emissora na forma do seu estatuto social atestando (a) que permanecem válidas as disposições contidas na Escritura de Emissão (b) não ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento

Digitalizado com CamScanner

DocuSign Envelope ID: 998A61E6-892C-4F1F-ABBF-667E5080F4FB

Antecipado; e (c) a inexistência de descumprimento de obrigações, principais e acessórias, da Emissora perante os Debenturistas e o Agente Fiduciário, nos termos desta Escritura de Emissão;

(c) até 45 (quarenta e cinco) dias após o término de cada trimestre social, ou em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da efetiva divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia de suas informações financeiras trimestrais relativas ao respectivo trimestre, acompanhadas de notas explicativas e de revisão dos Auditores Independentes, preparadas de acordo com os princípios contábeis determinados pela legislação e regulamentação em vigor, com exceção para o último trimestre de cada exercício social, para o qual será apresentada, após o término do respectivo exercício social, ou em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da efetiva divulgação, cópia da demonstração financeira anual relativa ao respectivo ano, nos termos descritos item (a) acima;

(d) cópia dos avisos aos Debenturistas, fatos relevantes, conforme definidos na Resolução da CVM nº 44, de 23 de agosto de 2021, conforme alterada ("**Resolução CVM 44**"), assim como atas de assembleias gerais e reuniões do Conselho de Administração da Emissora, caso aplicável, que, de alguma forma, envolvam interesse dos Debenturistas, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da sua publicação ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados, conforme aplicável;

(e) em até 10 (dez) Dias Úteis da data de solicitação, qualquer informação relevante para a presente Emissão que lhe venha a ser razoavelmente solicitada, por escrito, pelo Agente Fiduciário;

(f) comunicar em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que tomar conhecimento de sua ocorrência, sobre qualquer ato ou fato que possa causar a suspensão das atividades da Emissora ou das Fiadoras e que comprometam de maneira relevante: (i) a capacidade da Emissora e/ou das Fiadoras de cumprir pontualmente as obrigações pecuniárias relacionadas às Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão; ou (ii) as condições econômicas, financeiras ou operacionais da Emissora, das Fiadoras e/ou das Controladas Restritas ("**Efeito Adverso Relevante**");

Digitalizado com CamScanner

DocuSign Envelope ID: 998A61E6-892C-4F1F-ABBF-667E5080F4FB

(g) comunicar em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que tomar conhecimento de sua ocorrência, sobre qualquer o descumprimento de qualquer obrigação prevista na Escritura de Emissão e/ou nos Contratos de Garantia;

(h) o organograma, todos os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório anual, conforme Resolução da CVM nº 17, de 9 de fevereiro de 2021, conforme alterada ("**Resolução CVM 17**"), que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização do mencionado relatório. O referido organograma do grupo societário da Emissora deverá conter, inclusive, acionistas, controladas, sociedades sob Controle Comum, Coligadas, e integrante de bloco de controle, no encerramento de cada exercício social, conforme informações disponibilizadas no Formulário de Referência da Emissora e na rede mundial de computadores (https://www.enauta.com.br/investidores/);

(i) 1 (uma) via original, com a lista de presença, e uma cópia eletrônica (PDF) com a devida chancela digital da JUCERJA ou das vias originais, conforme o caso, dos atos e reuniões dos Debenturistas que integrem a Emissão, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados do referido arquivamento na JUCERJA; e

(j) em até 5 (cinco) Dias Úteis da data de sua emissão, uma cópia da opinião legal endereçada ao Agente Fiduciário e assinada pelos assessores jurídicos estrangeiros, certificando a validade dos aspectos legais relacionados aos Contratos de Garantia Estrangeiros, conforme a jurisdição aplicável.

(ii) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, por Auditores Independentes, conforme aplicável;

(iii) manter a qualificação necessária perante a ANP para operar as respectivas Concessões, nos termos da regulamentação aplicável;

Digitalizado com CamScanner

Autorregulação ANBIMA
Agente Fiduciário

(iv) não realizar transações com sociedades Controladoras e/ou Controladas, exceto (a) se previamente aprovado pelos Debenturistas; ou (b) por operações realizadas no âmbito do curso ordinário dos negócios da Emissora, sendo certo que tais transações operacionais deverão ser realizadas em contraprestações comutativas (*arm's length*), desde que em bases de mercado, observada a legislação e a regulamentação aplicáveis;

(v) convocar, nos termos da Cláusula 9 abaixo, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacionem com a presente Emissão, nos termos desta Escritura de Emissão, caso o Agente Fiduciário deva fazer, nos termos da presente Escritura de Emissão, mas não o faça;

(vi) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;

(vii) efetuar o pagamento dos serviços relacionados ao depósito das Debêntures na B3;

(viii) efetuar o recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de sua responsabilidade, inclusive em relação a eventuais taxas que venham eventualmente a ser exigidas, conforme o caso, pela B3 e/ou pela CVM e/ou ANBIMA em razão da Emissão e da Oferta;

(ix) arcar com todos os custos (a) decorrentes da distribuição das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu depósito na B3; (b) de registro desta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos, na JUCERJA e nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, conforme aplicável, bem como dos atos societários da Emissora e/ou da Enauta Energia na JUCERJA; (c) de publicação ou disponibilização, conforme o caso, dos atos societários da Emissora e/ou das Fiadoras necessários à realização da Emissão e à Oferta; e (d) de contratação do Agente Fiduciário, do Escriturador, do Agente de Liquidação e do Banco Depositário;

(x) cumprir as obrigações estabelecidas no artigo 89 da Resolução CVM 160, quais sejam:

Digitalizado com CamScanner

DocuSign Envelope ID: 998A61E6-892C-4F1F-ABBF-667E5080F4FB

(a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com a regulamentação da CVM;

(b) submeter suas demonstrações financeiras de encerramento de exercício a auditor independente devidamente registrado na CVM;

(c) divulgar, até o dia anterior ao início das negociações, na sua página na rede mundial de computadores e em sistema disponibilizado pela B3, suas demonstrações financeiras de encerramento de exercício, acompanhadas de notas explicativas e do relatório de um dos Auditores Independentes, relativas aos três últimos exercícios sociais encerrados;

(d) divulgar as demonstrações financeiras subsequentes, acompanhadas de notas explicativas e relatórios dos Auditores Independentes, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social, na sua página da rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos, e em sistema disponibilizado pela B3;

(e) observar as disposições da Resolução CVM 44 no tocante ao dever de sigilo e vedações à negociação;

(f) divulgar na rede mundial de computadores a ocorrência de fatos relevantes, conforme definidos pelo artigo 2º da Resolução CVM 44, comunicando imediatamente ao Agente Fiduciário aqueles fatos relevantes relacionados às Debêntures e mantendo-os disponíveis por um prazo de 3 (três) anos, bem como realiza-los em sistema disponibilizado pela B3; e

(g) divulgar em sua página na rede mundial de computadores o relatório anual e demais comunicações enviadas pelo Agente Fiduciário na mesma data de seu recebimento, observada ainda o disposto no inciso "d" acima;

(xi) manter contratados durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Escriturador, o Agente de Liquidação, a B3 e o Agente Fiduciário;

(xii) efetuar o pagamento de todas as despesas razoavelmente incorridas e devidamente comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser

Digitalizado com CamScanner

DocuSign Envelope ID: 998A61E6-892C-4F1F-ABBF-667E5080F4FB

necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão;

(xiii) apresentar todos os documentos e informações exigidos pela B3, ANBIMA e/ou pela CVM no prazo estabelecido por essas entidades;

(xiv) comparecer nas Assembleias Gerais de Debenturistas convocadas pela Emissora, enquanto nas assembleias convocadas pelos Debenturistas ou pelo Agente Fiduciário, a presença dos representantes legais da Emissora será facultativa, a não ser quando ela seja solicitada pelos Debenturistas ou pelo Agente Fiduciário, conforme o caso, hipótese em que será obrigatória;

(xv) guardar, pelo prazo de 5 (cinco) anos contados da presente data, toda a documentação relativa à Oferta;

(xvi) manter as Debêntures registradas para negociação no mercado secundário durante o prazo de vigência das Debêntures, arcando com os custos do referido registro;

(xvii) contratar e manter contratados, bem como renovar na periodicidade indicada na respectiva apólice, até a quitação integral das Debêntures, os seguros necessários à manutenção de suas atividades em linha com os padrões de mercado e exigências comumente aplicáveis a projetos do porte e natureza daqueles desenvolvidos e operados pela Emissora, pelas Fiadoras e pelas Controladas Restritas, conforme aplicável;

(xviii) cumprir, em todos os aspectos, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativo, exceto se (a) de boa-fé, a Emissora seja parte em processo relacionado ao descumprimento de tais leis, regras ou regulamentos nas esferas administrativa ou judicial, por meio de procedimentos apropriados, desde que a aplicabilidade de tais leis, regras ou regulamentos esteja suspensa; ou (b) o descumprimento não ensejar um Efeito Adverso Relevante ou um Impacto Adverso Reputacional Relevante;

(xix) manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual e Municipal, exceto se (a) de boa-fé, a Emissora seja parte em processo relacionado ao descumprimento de respectivos pagamentos,

Digitalizado com CamScanner

DocuSign Envelope ID: 998A61E6-892C-4F1F-ABBF-667E5080F4FB

regras ou regulamentos nas esferas administrativa ou judicial, por meio de procedimentos apropriados, desde que a exigibilidade do pagamento de tais tributos esteja suspensa; ou (b) o inadimplemento não ensejar um Efeito Adverso Relevante;

(xx) observar, cumprir e/ou fazer cumprir, por si e por suas Controladas, a legislação ambiental aplicável as suas atividades, inclusive a legislação pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente e Resoluções do CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente ("**Legislação Ambiental**"), adotando sempre que exigido pela regulamentação aplicável, as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar e corrigir eventuais danos comprovados, exceto se (a) de boa-fé, a Emissora e/ou as suas Controladas seja(m) parte(s) em processo relacionado ao descumprimento de respectivas leis, regras ou regulamentos nas esferas administrativa ou judicial, por meio de procedimentos apropriados, desde que a aplicabilidade de tais leis, regras ou regulamentos esteja suspensa; ou (b) o descumprimento não ensejar um Efeito Adverso Relevante ou um Impacto Adverso Reputacional Relevante;

(xxi) observar, cumprir e/ou fazer cumprir, por si e por suas Controladas, a legislação concernente à saúde e segurança ocupacional, à discriminação de raça ou de gênero, ao não incentivo à prostituição, ou incentivo à mão-de-obra infantil e/ou em condição análoga à de escravo ou aos direitos dos silvícolas, em especial, mas não se limitando, ao direito sobre as áreas de ocupação indígena, assim declaradas pela autoridade competente ("**Legislação de Proteção Social**", em conjunto com a Legislação Ambiental, a "**Legislação Socioambiental**"), bem como cumprir todas as ordens legais emanadas com base no ordenamento jurídico por autoridades competentes, adotando sempre que exigido pela regulamentação aplicável, as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar e corrigir eventuais danos comprovados;

(xxii) observar, cumprir e/ou fazer cumprir, por si e por suas Controladas, por seus administradores e membros do conselho de administração, no estrito exercício das respectivas funções, agindo em nome da Emissora e/ou de suas Controladas, as normas relativas a atos de corrupção em geral, nacional e estrangeiras, incluindo, mas não se limitando, as Leis nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, nº 7.492, de 16 de junho de 1986, nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (ou outras normas de licitações e contratos da administração pública), nº 9.613, de 3 de março de

Digitalizado com CamScanner

DocuSign Envelope ID: 998A61E6-892C-4F1F-ABBF-667E5080F4FB

1998, o Decreto-Lei n° 2.848/40, Decreto nº 5.687, de 31 de janeiro de 2006 que promulgou a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 31 de outubro de 2003, a Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, conforme alterada, a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, conforme alterada, a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, conforme alterada, o Decreto nº 11.129, de 11 de julho de 2022 ("**Decreto 11.129**"), conforme alterado, a U.S. Foreign Corrupt Practices Act of 1977 e a UK Bribery Act, conforme aplicável ("**Legislação Anticorrupção**"), devendo envidar seus melhores esforços para (a) adotar políticas e procedimentos internos que assegurem integral cumprimento da Lei 12.846, nos termos do Decreto 11.129; (b) dar conhecimento pleno de tais normas a todos os seus profissionais e/ou os demais prestadores de serviços; (c) abster-se de praticar atos de corrupção e de agir de forma lesiva à administração pública nacional, no seu interesse ou para seu benefício, exclusivo ou não; (d) caso tenha conhecimento de qualquer ato ou fato que viole aludidas normas, comunicar em até 5 (cinco) Dias Úteis o Agente Fiduciário; e (e) realizar eventuais pagamentos devidos aos Debenturistas exclusivamente por meio do agente de liquidação ou por transferência eletrônica, conforme o caso;

(xxiii) manter o Projeto enquadrado nos termos da Lei 12.431 durante a vigência das Debêntures e comunicar o Agente Fiduciário, em até 5 (cinco) Dias Úteis, sobre o recebimento de qualquer intimação acerca da instauração de qualquer processo administrativo ou judicial, que possa resultar no desenquadramento do Projeto como prioritário, nos termos da Lei 12.431;

(xxiv) ter as demonstrações financeiras da Emissora auditadas por um dos seguintes auditores independentes: PriceWaterhouseCoopers, KPMG Auditores Independentes, Ernst & Young Terco Auditores Independentes S/S ou Deloitte Touche Tomatsu Auditores Independentes ("**Auditores Independentes**");

(xxv) atualizar anualmente, até cada data de aniversário da Data de Emissão, o relatório de certificação de reservas, indicados no Anexo IV à presente Escritura de Emissão, elaborado por uma das certificadoras dentre as listadas no Anexo V à presente Escritura de Emissão; e

(xxvi) a partir da data de contratação da Agência de Classificação de Risco prevista na Cláusula 4.25 acima, manter contratada, às suas expensas, a Agência de Classificação de Risco, devendo, ainda, (i) atualizar anualmente, a partir do

Digitalizado com CamScanner

primeiro relatório e até a Data de Vencimento, o relatório da classificação de risco da Emissão elaborado; (ii) divulgar amplamente ao mercado os relatórios com as súmulas das classificações de risco; e (iii) entregar ao Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco preparados pela Agência de Classificação de Risco no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de seu recebimento pela Emissora; observado que, caso a Agência de Classificação de Risco contratada cesse suas atividades no Brasil ou, por qualquer motivo, esteja ou seja impedida de emitir a classificação de risco das Debêntures, a Emissora deverá, a seu exclusivo critério, (1) contratar outra agência de classificação de risco sem necessidade de aprovação dos Debenturistas, bastando notificar o Agente Fiduciário, desde que tal agência de classificação de risco seja a Standard & Poor's, a Moody's América Latina ou a Fitch Ratings; ou (2) notificar o Agente Fiduciário e convocar Assembleia Geral de Debenturistas para que estes definam a agência de classificação de risco substituta.

7.2. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Enauta Energia obriga-se a:

(i) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, por Auditores Independentes, conforme aplicável;

(ii) manter a qualificação necessária perante a ANP para operar as respectivas Concessões, nos termos da regulamentação aplicável;

(iii) não realizar transações com sociedades Controladoras e/ou Controladas, exceto (a) se previamente aprovado pelos Debenturistas; ou (b) por operações realizadas no âmbito do curso ordinário dos negócios da Emissora, sendo certo que tais transações operacionais deverão ser realizadas em contraprestações comutativas (*arm's length*), desde que em bases de mercado, observada a legislação e a regulamentação aplicáveis;

(iv) não realizar operações fora de seu objeto social que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os Debenturistas, nos termos desta Escritura de Emissão, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;

Digitalizado com CamScanner

DocuSign Envelope ID: 998A61E6-892C-4F1F-ABBF-667E5080F4FB

(v) contratar e manter contratados, bem como renovar na periodicidade indicada na respectiva apólice, até a quitação integral das Debêntures, os seguros necessários à manutenção de suas atividades em linha com os padrões de mercado e exigências comumente aplicáveis a projetos do porte e natureza daqueles desenvolvidos e operados pela Emissora, pelas Fiadoras e pelas Controladas Restritas, conforme aplicável;

(vi) cumprir, em todos os aspectos, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativo, exceto se (a) de boa-fé, a Enauta Energia seja parte em processo relacionado ao descumprimento de tais leis, regras ou regulamentos nas esferas administrativa ou judicial, por meio de procedimentos apropriados, desde que a aplicabilidade de tais leis, regras ou regulamentos esteja suspensa; ou (b) o descumprimento não ensejar um Efeito Adverso Relevante ou um Impacto Adverso Reputacional Relevante;

(vii) manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual e Municipal, exceto se (a) de boa-fé, a Enauta Energia seja parte em processo relacionado ao descumprimento de respectivos pagamentos, regras ou regulamentos nas esferas administrativa ou judicial, por meio de procedimentos apropriados, desde que a exigibilidade do pagamento de tais tributos esteja suspensa; ou (b) o inadimplemento não ensejar um Efeito Adverso Relevante;

(viii) observar, cumprir e/ou fazer cumprir, por si e por suas Controladas, a Legislação Ambiental, adotando sempre que exigido pela regulamentação aplicável, as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar e corrigir eventuais danos comprovados, exceto se (a) de boa-fé, a Enauta Energia e/ou as suas Controladas seja(m) parte(s) em processo relacionado ao descumprimento de respectivas leis, regras ou regulamentos nas esferas administrativa ou judicial, por meio de procedimentos apropriados, desde que a aplicabilidade de tais leis, regras ou regulamentos esteja suspensa; ou (b) o descumprimento não ensejar um Efeito Adverso Relevante ou um Impacto Adverso Reputacional Relevante;

(ix) observar, cumprir e/ou fazer cumprir, por si e por suas Controladas, a Legislação de Proteção Social, bem como cumprir todas as ordens legais emanadas com base no ordenamento jurídico por autoridades competentes, adotando sempre que exigido pela regulamentação aplicável,

Digitalizado com CamScanner

as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar e corrigir eventuais danos comprovados;

(x) observar, cumprir e/ou fazer cumprir, por si, por seus administradores e membros do conselho de administração, no estrito exercício das respectivas funções, agindo em nome da Enauta Energia e/ou de suas Controladas, a Legislação Anticorrupção, devendo envidar seus melhores esforços para (i) adotar políticas e procedimentos internos que assegurem integral cumprimento da Lei 12.846, nos termos do Decreto 11.129; (ii) dar conhecimento pleno de tais normas a todos os seus profissionais e/ou os demais prestadores de serviços; (iii) abster-se de praticar atos de corrupção e de agir de forma lesiva à administração pública nacional, no seu interesse ou para seu benefício, exclusivo ou não; (iv) caso tenha conhecimento de qualquer ato ou fato que viole aludidas normas, comunicar em até 5 (cinco) Dias Úteis o Agente Fiduciário; e (v) realizar eventuais pagamentos devidos aos Debenturistas exclusivamente por meio do Agente de Liquidação ou por transferência eletrônica, conforme o caso; e

(xi) ter as demonstrações financeiras da Enauta Energia auditadas por um dos Auditores Independentes.

CLÁUSULA VIII
AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1. Nomeação

8.1.1. A Emissora constitui e nomeia Agente Fiduciário da Emissão Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., qualificada no preâmbulo desta Escritura de Emissão, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar a comunhão dos Debenturistas.

8.2. Declarações

8.2.1. O Agente Fiduciário dos Debenturistas, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara, sob as penas da lei:

(i) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstas na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;

Digitalizado com CamScanner

DocuSign Envelope ID: 998A61E6-892C-4F1F-ABBF-667E5080F4FB

(ii) conhece e aceita integralmente esta Escritura de Emissão, bem como todas suas Cláusulas e condições;

(iii) é instituição financeira devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade anônima, de acordo com as leis brasileiras;

(iv) está devidamente autorizado e obteve todas as autorizações, inclusive, conforme aplicável, legais, societárias, regulatórias e de terceiros, necessárias à celebração desta Escritura de Emissão e ao cumprimento de todas as obrigações aqui e ali previstas, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais, societários, regulatórios e de terceiros necessários para tanto;

(v) não tem qualquer impedimento legal, conforme parágrafo terceiro do artigo 66, da Lei das Sociedades por Ações, para exercer a função que lhe é conferida;

(vi) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas na Resolução CVM 17;

(vii) o representante legal do Agente Fiduciário que assina esta Escritura de Emissão tem, conforme o caso, poderes societários e/ou delegados para assumir, em nome do Agente Fiduciário, as obrigações aqui previstas e, sendo mandatário, tem os poderes legitimamente outorgados, estando o respectivo mandato em pleno vigor;

(viii) esta Escritura de Emissão e as obrigações aqui previstas constituem obrigações lícitas, válidas, vinculantes e eficazes do Agente Fiduciário, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;

(ix) a celebração, os termos e condições desta Escritura de Emissão e o cumprimento das obrigações aqui previstas (a) não infringem o estatuto social do Agente Fiduciário; (b) não infringem qualquer contrato ou instrumento do qual o Agente Fiduciário seja parte e/ou pelo qual qualquer de seus ativos esteja sujeito; (c) não infringem qualquer disposição legal ou regulamentar a que o Agente Fiduciário e/ou qualquer de seus ativos esteja sujeito; e (d) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete o Agente Fiduciário e/ou qualquer de seus ativos;

Digitalizado com CamScanner

(x) verificou a veracidade das informações relativas à Fiança e a consistência das demais informações contidas nesta Escritura de Emissão, com base nas informações prestadas pela Emissora e pela Enauta Energia;

(xi) está ciente das disposições da Circular do Banco Central do Brasil nº 1.832, de 31 de outubro de 1990;

(xii) não tem, sob as penas de lei, qualquer impedimento legal, conforme o artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, a Resolução CVM 17 e demais normas aplicáveis, para exercer a função que lhe é conferida;

(xiii) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 6º da Resolução CVM 17;

(xiv) não tem qualquer ligação com a Emissora e/ou com a Enauta Energia que o impeça de exercer suas funções;

(xv) assegurará tratamento equitativo a todos os Debenturistas; e

(xvi) na data de celebração desta Escritura de Emissão, conforme organograma encaminhado pela Emissora e para os fins do disposto no artigo 6º, §2º, da Resolução CVM 17, o Agente Fiduciário identificou que presta serviços de agente fiduciário em outras emissões de valores mobiliários da Emissora, sociedade Coligada, Controlada, Controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora, conforme descritas no Anexo X da presente Escritura de Emissão.

8.3. Substituição

8.3.1. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de celebração desta Escritura de Emissão e/ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a integral quitação de todas as obrigações nos termos desta Escritura de Emissão, ou até sua efetiva substituição, conforme aplicável.

8.3.2. Em caso de impedimentos, renúncia, intervenção, liquidação extrajudicial ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, aplicam-se as seguintes regras:

Digitalizado com CamScanner

DocuSign Envelope ID: 998A61E6-892C-4F1F-ABBF-667E5080F4FB

(i) é facultado aos Debenturistas, após o encerramento da Oferta, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;

(ii) caso o Agente Fiduciário não possa continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos Debenturistas, mediante convocação de Assembleia Geral de Debenturistas, solicitando sua substituição;

(iii) caso o Agente Fiduciário renuncie às suas funções, deverá permanecer no exercício de suas funções até que uma instituição substituta seja indicada pela Emissora e aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas e efetivamente assuma as suas funções;

(iv) será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário, que poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas representando, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM; na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo aqui previsto, caberá à Emissora realiza-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário;

(v) a substituição do Agente Fiduciário deve ser comunicada à CVM no prazo de até 7 (sete) Dias Úteis contados do registro do aditamento a esta Escritura de Emissão, nos termos do artigo 9º da Resolução CVM 17;

(vi) juntamente com a comunicação a respeito da substituição, deverá ser encaminhada, à CVM, declaração assinada por diretor estatutário do novo agente fiduciário sobre a não existência de situação de conflito de interesses que impeça o exercício da função;

Digitalizado com CamScanner

DocuSign Envelope ID: 998A61E6-892C-4F1F-ABBF-667E5080F4FB

(vii) os pagamentos ao Agente Fiduciário substituído serão realizados observando-se a proporcionalidade ao período da efetiva prestação dos serviços;

(viii) o agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso (a) a Emissora não tenha concordado com o novo valor da remuneração do agente fiduciário proposto pela Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere o inciso IV acima; ou (b) a Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere o inciso IV acima não delibere sobre a matéria; e

(ix) aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados pela CVM.

8.4. Deveres

8.4.1. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

(i) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados de Agente Fiduciário, nos termos da legislação vigente e exercer suas atividades com boa-fé, transparência e lealdade para com os Debenturistas;

(ii) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência com que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;

(iii) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão e realizar imediata convocação da Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre sua substituição;

(iv) conservar em boa guarda toda a documentação relativa ao exercício de suas funções;

(v) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações relativas à Fiança e a consistência das demais informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;

Digitalizado com CamScanner

DocuSign Envelope ID: 998A61E6-892C-4F1F-ABBF-667E5080F4FB

(vi) diligenciar junto à Emissora para que a Escritura de Emissão e seus aditamentos sejam registrados na JUCERJA e no cartório de registro de títulos e documentos de que trata a Cláusula 2.1.3.2 desta Escritura de Emissão;

(vii) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias pela Emissora, alertando os Debenturistas no relatório anual de que trata o inciso (xvi) abaixo, sobre as inconsistências ou omissões de que tenha conhecimento;

(viii) opinar sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;

(ix) solicitar, quando julgar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas da Emissora e/ou da Enauta Energia, dos distribuidores cíveis, das varas de Fazenda Pública da localidade onde se situe o bem dado em garantia, cartórios de protesto, varas da Justiça do Trabalho, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza o domicílio ou a sede do estabelecimento principal da Emissora e/ou da Enauta Energia, conforme o caso;

(x) solicitar, quando considerar necessário, auditoria externa na Emissora e/ou na Enauta Energia;

(xi) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão;

(xii) comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;

(xiii) elaborar, no prazo legal, relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b), da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 15 da Resolução CVM 17, que deverá conter, ao menos, as informações abaixo, devendo, para tanto, a Emissora e a Enauta Energia enviar todas as informações financeiras, atos societários e organograma do grupo societário da Emissora (que deverá conter, nos termos do Formulário de Referência da Emissora (conforme abaixo definido), os Controladores, as Controladas, as Coligadas, e os integrantes de bloco de controle) e atos societários necessários à

Digitalizado com CamScanner

DocuSign Envelope ID: 998A61E6-892C-4F1F-ABBF-667E5080F4FB

realização do relatório que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados no prazo de até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização do relatório:

(9) cumprimento pela Emissora e pela Enauta Energia de suas obrigações de prestação de informações periódicas, indicando as inconsistências ou omissões de que tenha conhecimento;

(b) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no exercício social com efeitos relevantes para os Debenturistas;

(c) comentários sobre indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora, relacionados às cláusulas contratuais destinadas a proteger o interesse dos Debenturistas e que estabelecem condições que não devem ser descumpridas pela Emissora

(d) quantidade de Debêntures emitidas, quantidade de Debêntures em Circulação e saldo cancelado no período;

(e) resgate, amortização, repactuação e pagamento da Remuneração no período;

(f) constituição e aplicações em fundo de amortização ou outros tipos de fundos, quando houver;

(g) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio das Debêntures, de acordo com os dados obtidos com a Emissora;

(h) relação dos bens e valores eventualmente entregues à sua administração;

(i) cumprimento das demais obrigações assumidas pela Emissora e/ou pela Enauta Energia, nos termos desta Escritura de Emissão;

(j) existência de outras emissões de valores mobiliários, públicas ou privadas, realizadas pela própria Emissora e/ou por sociedade Coligada, Controlada, Controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado no mesmo exercício como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstas no artigo 1º, inciso XI, alíneas (a) a (f), do Artigo 15 da Resolução CVM 17; e

Digitalizado com CamScanner

DocuSign Envelope ID: 998A61E6-892C-4F1F-ABBF-667E5080F4FB

(k) declaração sobre a não existência de situação de conflito de interesses que impeça o Agente Fiduciário a continuar a exercer a função;

(xiv) disponibilizar o relatório a que se refere o inciso XVI no prazo máximo de 4 (quatro) meses contados do encerramento de cada exercício social da Emissora, ao menos na página da rede mundial de computadores da Emissora, bem como enviá-lo para a Emissora, para divulgação na forma prevista na regulamentação específica;

(xv) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões perante a Emissora, o Escriturador, o Agente de Liquidação e a B3, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora e os Debenturistas, assim que subscreverem, integralizarem ou adquirirem as Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Escriturador, o Agente de Liquidação e a B3 a atenderem quaisquer solicitações realizadas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;

(xvi) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, inclusive daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;

(xvii) comunicar os Debenturistas a respeito de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações financeiras assumidas nesta Escritura de Emissão, incluindo as cláusulas destinadas a proteger o interesse dos Debenturistas e que estabelecem condições que não devem ser descumpridas pela Emissora, indicando as consequências para os Debenturistas e as providências que pretende tomar a respeito do assunto, em até 7 (sete) Dias Úteis contados da ciência pelo Agente Fiduciário do inadimplemento;

(xviii) divulgar as informações referidas na alínea (k) do inciso XVI acima em sua página na Internet tão logo delas tenha conhecimento; e

(xix) divulgar aos Debenturistas e demais participantes do mercado, em sua página na Internet e/ou em sua central de atendimento, em cada Dia Útil, o saldo devedor unitário das Debêntures, calculado pela Emissora.

Digitalizado com CamScanner

DocuSign Envelope ID: 998A61E6-892C-4F1F-ABBF-667E5080F4FB

Autorregulação ANBIMA

Agente Fiduciário

8.4.2 No caso de inadimplemento de quaisquer condições da Emissão, o Agente Fiduciário deve usar de toda e qualquer medida prevista em lei ou nesta Escritura de Emissão para proteger direitos ou defender os interesses dos Debenturistas, na forma do artigo 12 da Resolução CVM 17, incluindo:

(i) considerar, observadas as condições desta Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures, e cobrar seu principal e acessórios;

(i) tomar quaisquer outras providências necessárias para que os Debenturistas realizem seus créditos; e

(iii) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial, recuperação extrajudicial da Emissora, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral de Debenturistas.

8.4.3. O Agente Fiduciário se balizará nas informações que lhe forem disponibilizadas pela Emissora e/ou pela Enauta Energia para acompanhar o atendimento dos Índices Financeiros.

8.4.4. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

8.4.5. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.

8.4.6. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Resolução CVM 17, dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, desta Escritura de Emissão, estando o Agente Fiduciário isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido das disposições legais e regulamentares aplicáveis e/ou desta Escritura de Emissão.

Digitalizado com CamScanner

DocuSign Envelope ID: 998A61E6-892C-4F1F-ABBF-667E5080F4FB

Autorregulação ANBIMA

Agente Fiduciário

8.4.5. A Emissora e a Enauta Energia deverão comunicar ao Agente Fiduciário, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis da data em que a Emissora tomar conhecimento, o descumprimento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão.

8.5. Remuneração e Despesas do Agente Fiduciário

8.5.1. Será devida ao Agente Fiduciário ou à instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão: (i) uma parcela de implantação no valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais), devida até o 5º (quinto) Dia Útil contado da data de assinatura da presente Escritura de Emissão; e (ii) parcelas anuais no valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais), sendo a primeira parcela devida no mesmo dia do vencimento da parcela (i) acima do ano subsequente e as demais no mesmo dia dos anos subsequentes; e (iii) adicionalmente, serão devidas ao Agente Fiduciário parcelas de R$ 500,00 (quinhentos reais) a cada verificação dos Índices Financeiros, devidas até o 5º (quinto) dia do mês subsequente contado da verificação.

8.5.2. Caso a operação seja desmontada, o valor da parcela (ii) será devido pela Emissora a título de "*abort fee*" até o 5° (quinto) Dia Útil contado da comunicação do cancelamento da operação, observado que:

(i) as parcelas citadas acima serão reajustadas pela variação positiva acumulada do IPCA/IBGE, ou na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas pro rata die, se necessário e caso aplicável;

(ii) as parcelas citadas acima, serão acrescidas dos seguintes impostos: Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, Contribuição para o Programa de Integração Social – PIS, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL e Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF e de quaisquer outros tributos e despesas que venham a incidir sobre a remuneração devida ao Agente Fiduciário, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento;

(iii) a remuneração recorrente do Agente Fiduciário será devida até a liquidação integral dos valores mobiliários ou até o cumprimento de todas as obrigações exigidas ao Agente Fiduciário no âmbito da Emissão. Em nenhuma hipótese será cabível pagamento *pro rata temporis* ou devolução, mesmo que parcial, da remuneração do Agente Fiduciário;

Digitalizado com CamScanner

DocuSign Envelope ID: 998A61E6-892C-4F1F-ABBF-667E5080F4FB

(iv) em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa contratual de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IPCA, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*;

(v) a remuneração não inclui despesas consideradas necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário durante a implantação e vigência dos seus serviços, as quais serão cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas cobranças acompanhadas dos respectivos comprovantes, emitidas diretamente em nome da Emissora ou mediante reembolso, após prévia aprovação, sempre que possível, quais sejam: publicações em geral; notificações, extração de certidões, despesas cartorárias, fotocópias, digitalizações, envio de documentos, viagens, alimentação e estadias, despesas com especialistas, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal aos Debenturistas.

8.5.3. Todas as despesas decorrentes de procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e sempre que possível adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas, correspondem a depósitos, custas e taxas judiciárias nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. Os honorários de sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportados pelos Debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.

8.5.4. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma prevista na Cláusula 8.5.2 acima será acrescido à dívida da Emissora e da Enauta Energia, tendo preferência sobre esta na ordem de pagamento.

8.5.5. O Agente Fiduciário, no entanto, fica desde já ciente e concorda com o risco de não ter as despesas previstas na Cláusula 8.5.2 acima reembolsadas pela Emissora, conforme o caso, caso tenham sido realizadas em discordância com (i) critérios de bom senso e razoabilidade geralmente aceitos em relações comerciais do gênero ou (ii) a função fiduciária que lhe é inerente.

Digitalizado com CamScanner

DocuSign Envelope ID: 998A61E6-892C-4F1F-ABBF-667E5080F4FB

8.5.6. Adicionalmente, a Emissora antecipará ao Agente Fiduciário todas as despesas necessárias e razoáveis (que devem ser comprovadas) para prestar os serviços descritos nesta Escritura de Emissão, proteger os direitos e interesses dos investidores ou para realizar seus créditos. Quando houver negativa para custeio de tais despesas pela Emissora, os Debenturistas deverão antecipar todos os custos a serem despendidos pelo Agente Fiduciário, na proporção de seus créditos, e posteriormente, ressarcidas pela Emissora. As despesas a serem antecipadas deverão ser previamente aprovadas pelos Debenturistas e pela Emissora. São exemplos de despesas que poderão ser realizadas pelo Agente Fiduciário: (i) publicação de relatórios, avisos, editais e notificações, despesas cartorárias, conforme previsto neste instrumento e na legislação aplicável, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis; (ii) despesas com conferências e contatos telefônicos; (iii) obtenção de certidões, fotocópias, digitalizações, envio de documentos; (iv) locomoções entre estados da federação, alimentação, transportes e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções e devidamente comprovadas; (v) se aplicável, todas as despesas necessárias para realizar vistoria nas obras ou empreendimentos financiados com recursos da integralização (vi) conferência, validação ou utilização de sistemas para checagem, monitoramento ou obtenção de opinião técnica ou legal de documentação ou informação prestada pela Emissora para cumprimento das suas obrigações; (vii) revalidação de laudos de avaliação, se o caso, nos termos do Ofício Circular CVM nº 1/2021 SRE; e (viii) custos e despesas relacionadas à B3/CETIP.

8.5.7. Caso seja necessário o ressarcimento de despesas ao Agente Fiduciário este deverá ser efetuado em até 05 (cinco) Dias Úteis após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora e envio de cópia dos respectivos comprovantes de pagamento.

8.5.8. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldados na forma prevista nas cláusulas acima será acrescido à dívida da Emissora, tendo preferência na ordem de pagamento. O Agente Fiduciário poderá se utilizar de recursos eventualmente existentes nas contas garantias para saldar as despesas e honorários inadimplentes, devendo realizar a respectiva notificação aos investidores e emissores com antecedência ao que fizer e realizando a respectiva prestação de contas obrigatoriamente.

8.5.9. O Agente Fiduciário não antecipará recursos para pagamento de despesas decorrentes da Emissão, sendo certo que tais recursos serão sempre devidos e antecipados pela Emissora, ou pelos investidores, desde que previamente por eles

Digitalizado com CamScanner

DocuSign Envelope ID: 998A61E6-892C-4F1F-ABBF-667E5080F4FB

aprovados.

8.5.9.1. Em caso de qualquer demanda relacionada às Garantias Corporativas Estrangeiras, tais recursos serão sempre devidos e reembolsados pela Emissora, ou, ainda, antecipados pelos investidores, desde que, em ambos os casos, previamente por eles aprovados, incluindo, mas não se limitando, a contratação de assessores legais ou prestadores de serviço a fim de garantir a excussão das garantias estrangeiras.

8.5.10. Em caso de inadimplemento, pela Emissora, ou de reestruturação das condições da operação, será devida ao Agente Fiduciário uma remuneração adicional equivalente a R$ 600,00 (seiscentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado às atividades relacionadas à Emissão, incluindo, mas não se limitando, (i) a execução das garantias, (ii) ao comparecimento em reuniões formais ou conferências telefônicas com a Emissora, os Debenturistas ou demais partes da Emissão, inclusive respectivas assembleias; (iii) a análise e/ou confecção de eventuais aditamentos aos Documentos da Operação, atas de assembleia e/ou quaisquer documentos necessários ao disposto no item seguinte; e (iv) implementação das consequentes decisões tomadas em tais eventos, remuneração esta a ser paga no prazo de 10 (dez) dias após a conferência e aprovação pela Emissora do respectivo "Relatório de Horas".

8.5.11. As parcelas citadas na Cláusula 8.5 poderão ser faturadas por qualquer empresa do grupo econômico do Agente Fiduciário, incluindo, mas não se limitando, a Vórtx Serviços Fiduciários Ltda., inscrita no CNPJ/MF nº 17.595.680/0001-36.

CLÁUSULA IX
ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

9.1. Disposições Gerais

9.1.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas ("**Assembleia Geral de Debenturistas**").

(vi) a Assembleia Geral de Debenturistas será realizada separadamente entre as Séries, computando-se em separado os respectivos quóruns de convocação, instalação e deliberação, quando as matérias a serem deliberadas se referirem a interesses específicos a cada uma das Séries, quais sejam (a) alterações a (a.1) Remuneração da respectiva Série, sua forma de cálculo e as datas de pagamento da Remuneração da respectiva Série; (a.2) amortização ordinária, sua forma de

Digitalizado com CamScanner

cálculo e as datas de pagamento da respectiva Série; (a.3) Data de Vencimento; e (a.4) Valor Nominal Unitário; (b) a renúncia ou perdão temporário (*waiver*) para o cumprimento de obrigações da Emissora; e (c) demais assuntos específicos a uma determinada Série; e

(vii) a Assembleia Geral de Debenturistas será realizada conjuntamente, computando-se, em conjunto, os respectivos quóruns de convocação, instalação e deliberação, quando as matérias a serem deliberadas não abrangerem qualquer dos assuntos indicados na alínea (i) acima, incluindo, mas não se limitando, (a) a quaisquer alterações relativas aos eventos de vencimento antecipado dispostos nesta Escritura de Emissão; (b) declaração ou não declaração de vencimento antecipado das Debêntures; (c) alteração na espécie das Debêntures; (d) os quóruns de instalação e deliberação em Assembleias Gerais de Debenturistas, conforme previstos nesta Cláusula 9; (e) obrigações da Emissora e/ou da Enauta Energia previstas nesta Escritura de Emissão; (f) obrigações do Agente Fiduciário; (g) quaisquer alterações nos procedimentos aplicáveis às Assembleias Gerais de Debenturistas; e (h) criação de qualquer evento de repactuação.

9.1.2. Os procedimentos previstos nesta Cláusula 9 serão aplicáveis às Assembleias Gerais de Debenturistas de todas as Séries, em conjunto, e Assembleias Gerais de Debenturistas de cada uma das respectivas Séries, individualmente, conforme o caso, e os quóruns aqui previstos deverão ser calculados levando-se em consideração o total de Debêntures objeto da Emissão (assim consideradas as Debêntures da Primeira Série, as Debêntures da Segunda Série e as Debêntures da Terceira Série) ou o total de Debêntures da respectiva Série, conforme o caso.

9.1.3. Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, a respeito das assembleias gerais de acionistas.

9.1.4. Para efeito da constituição do quórum de instalação e/ou deliberação a que se refere esta Cláusula 9, serão consideradas "**Debêntures em Circulação**" todas as Debêntures em circulação no mercado da respectiva Série, excluídas as Debêntures que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam de propriedade de seus Controladores ou de qualquer de suas Controladas ou Coligadas, bem como dos respectivos diretores ou conselheiros e respectivos cônjuges. Para efeitos de quórum de deliberação não serão computados, ainda, os votos em branco.

9.1.5. Sem prejuízo das demais disposições desta Escritura de Emissão, as Assembleias Gerais de Debenturistas poderão ser realizadas de forma exclusivamente ou parcialmente digital, observadas as disposições da Resolução da CVM nº 81 de 29 de

Digitalizado com CamScanner

março de 2022, conforme alterada.

9.2. Convocação

9.2.1. As Assembleias Gerais de Debenturistas poderão ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas titulares de, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou das Debêntures em Circulação da respectiva Série, conforme o caso, ou pela CVM.

9.2.2. A convocação das Assembleias Gerais de Debenturistas se dará mediante anúncio publicado, pelo menos, 3 (três) vezes no Jornal de Publicação, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.

9.2.3. As Assembleias Gerais de Debenturistas deverão ser realizadas, em primeira convocação, no prazo mínimo de 21 (vinte e um) dias corridos, contados da data da primeira publicação da convocação, ou, não se realizando a Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação, em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias corridos contados da data da publicação do novo anúncio de convocação.

9.2.4. Independente das formalidades previstas na legislação aplicável e nesta Escritura de Emissão para convocação, será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação da respectiva Série.

9.2.5. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os Debenturistas, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas.

9.3. Quórum de Instalação

9.3.1. Nos termos do artigo 71, parágrafo terceiro, da Lei das Sociedades por Ações, as Assembleias Gerais de Debenturistas se instalarão, com, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) das Debêntures em Circulação da respectiva Série, em primeira convocação, ou com qualquer quórum das Debêntures da respectiva Série, em segunda convocação, observado os quóruns de instalação específicos desta Escritura

Digitalizado com CamScanner

de Emissão, incluindo, mas não se limitando, os quóruns mencionados nas Cláusulas 6.4 e 6.5 acima.

9.4. Quórum de Deliberação

9.4.1. Nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelos dispositivos desta Escritura de Emissão que estipulam quóruns específicos, as decisões nas Assembleias Gerais de Debenturistas serão tomadas, por Debenturistas detentores de, no mínimo, (i) 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) das Debêntures em Circulação da Primeira Série, em primeira convocação, ou, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos Debenturistas das Debêntures da Primeira Série presentes, em segunda convocação, desde que estejam presentes, **no mínimo, 20% (vinte por cento) das Debêntures em Circulação da Primeira Série**; (ii) 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação da Segunda Série, em primeira convocação, **ou, no mínimo, 50% mais 1 (um) das Debêntures em Circulação da Segunda Série, em segunda convocação**; e (iii) 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) das Debêntures em Circulação da Terceira Série, em primeira convocação, ou, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos Debenturistas das Debêntures da Terceira Série presentes, em segunda convocação, desde que estejam presentes, **no mínimo, 20% (vinte por cento) das Debêntures em Circulação da Terceira Série**, inclusive no caso de solicitação pela Emissora aos Debenturistas, antes da sua ocorrência, da concessão de renúncia prévia ou perdão temporário (*waiver*) aos Eventos de Vencimento Antecipado, sendo que, neste caso, deverá ser aplicável esse quórum para qualquer alteração na Escritura de Emissão em razão da aprovação da concessão da renúncia prévia ou perdão temporário (*waiver*).

9.4.1.1. A modificação relativa às características das Debêntures das respectivas séries que implique em alteração de qualquer das seguintes matérias somente poderá ser aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas, mediante deliberação favorável de Debenturistas representando, no mínimo, (a) 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação da Primeira Série; ou (b) 85% (oitenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação da Segunda Série; ou (c) 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação da Terceira Série, em primeira ou segunda convocação: (i) Remuneração; (ii) Datas de Pagamento da Remuneração ou quaisquer valores previstos nesta Escritura de Emissão, incluindo condições de amortização e resgate; (iii) Data de Vencimento ou prazo de vigência; (iv) valores, montantes e datas de amortização do principal; (v) redação de quaisquer dos Eventos de Vencimento Antecipado ou sua supressão, exceto se em razão de aprovação da concessão da renúncia prévia ou perdão temporário (*waiver*), para o qual será aplicável o quórum da Cláusula 9.4.1 acima; (vi)

Digitalizado com CamScanner

alteração dos quóruns de deliberação previstos nesta Escritura de Emissão; (vii) disposições desta Cláusula; e (viii) criação de evento de repactuação.

9.4.3. Será obrigatória a presença de representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas convocadas pela Emissora, enquanto nas assembleias convocadas pelos Debenturistas, ou pelo Agente Fiduciário, a presença dos representantes legais da Emissora será facultativa, a não ser quando ela seja solicitada pelos Debenturistas ou pelo Agente Fiduciário, conforme o caso, hipótese em que será obrigatória.

9.4.4. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas para prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

9.5. Mesa Diretora

9.5.1. A presidência e secretaria das Assembleias Gerais de Debenturistas caberão aos representantes dos Debenturistas, eleitos pelos Debenturistas presentes, ou àqueles que forem designados pela CVM.

CLÁUSULA X
DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DA ENAUTA ENERGIA

10.1. A Emissora e a Enauta Energia declaram e garantem ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura de Emissão, que:

(i) são sociedades por ações, devidamente constituídas com existência válida e em situação regular segundo as leis do Brasil;

(ii) têm plenos poderes para conduzir seus negócios, bem como estão devidamente autorizadas a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;

(iii) estão devidamente autorizadas a celebrarem esta Escritura de Emissão, assumindo as obrigações financeiras e não financeiras dela decorrentes, bem como a cumprir todas as disposições aqui contidas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto, sem resultar em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer Ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora e por aqueles já existentes na presente data, exceto pelos pelas Garantias Reais

Digitalizado com CamScanner

DocuSign Envelope ID: 998A61E6-892C-4F1F-ABBF-667E5080F4FB

constituídas no âmbito da presente Emissão; (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; ou (d) descumprimento de qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral;

(iv) os seus representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, cada qual em seu respectivo nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor de acordo com o estatuto social e documentos constitutivos da Emissora e da Enauta Energia, conforme aplicável;

(v) exceto o mencionado na Cláusula 2 desta Escritura de Emissão, nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento pela Emissora e pela Fiadora de suas obrigações nos termos da presente Escritura de Emissão, dos Contratos de Garantia ou das Debêntures ou para a realização da Emissão;

(vi) esta Escritura de Emissão constitui obrigação legalmente válida e vinculante da Emissora e da Enauta Energia, exequível de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 784 do Código de Processo Civil;

(vii) estão em dia com todas as taxas, impostos e demais tributos e encargos governamentais devidos de qualquer forma pela Emissora e/ou pela Enauta Energia, conforme aplicável, e, ou, ainda, impostos a elas ou a quaisquer de seus bens, direitos, propriedades ou ativos, ou relativo aos seus negócios, resultados e lucros foram integralmente pagos quando devidos, exceto (a) pelos tributos objeto de processos judiciais e administrativos descritos no Formulário de Referência da Emissora na presente data; (b) pelo descumprimento que esteja sendo discutido de boa-fé nas esferas administrativa ou judicial por meio de procedimentos adequados pela Emissora e/ou pela Enauta Energia, e cujo pagamento esteja com a exigibilidade suspensa; ou (c) pelo descumprimento que não cause um Efeito Adverso Relevante;

(viii) no melhor do seu conhecimento, não há qualquer ação judicial, processo administrativo ou arbitral, do qual tenha sido citada ou intimada que possa vir a causar Efeito Adverso Relevante, exceto pelos processos descritos no Formulário de Referência da Emissora na presente data;

Digitalizado com CamScanner

DocuSign Envelope ID: 998A61E6-892C-4F1F-ABBF-667E5080F4FB

(ix) têm todas as concessões, autorizações e licenças legalmente necessárias à exploração de seus negócios, inclusive os Contratos de Concessão e todas as licenças, autorizações e concessões necessárias para a operação do Projeto, conforme seu estágio atual, e execução das atividades da Emissora, da Enauta Energia e de suas Controladas, exceto por aquelas autorizações, concessões, alvarás e licenças (a) que estejam em processo tempestivo de obtenção ou renovação pela Emissora, pela Enauta Energia e/ou por suas Controladas; (b) cuja ausência esteja sendo discutida de boa-fé nas esferas judicial e administrativa por meio de procedimentos adequados pela Emissora, pela Enauta Energia e/ou por suas Controladas, para os quais tenha sido obtido efeito suspensivo; ou (c) que não causem um Efeito Adverso Relevante ou um Impacto Adverso Reputacional Relevante;

(x) no melhor do seu conhecimento, cumprem as leis, regulamentos e normas administrativas relevantes para a execução de suas atividades relacionadas ao Projeto, das atividades necessárias aos Contratos de Concessão e das atividades executadas pela Emissora, pela Enauta Energia e por suas Controladas, exceto (a) pelas matérias objeto dos processos descritos na versão mais recente formulário de referência da Emissora, elaborado nos termos da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, e que se encontra vigente e arquivado na CVM nesta data ("**Formulário de Referência**"); (b) pelo descumprimento que esteja sendo discutido de boa-fé nas esferas administrativa ou judicial por meio de procedimentos adequados pela Emissora, pela Enauta Energia e/ou por suas Controladas, cuja aplicabilidade esteja suspensa; ou (c) pelo descumprimento que não cause um Efeito Adverso Relevante ou um Impacto Adverso Reputacional Relevante;

(xi) cumprem com o disposto na Legislação Ambiental aplicável à condução dos negócios da Emissora, da Enauta Energia e de suas Controladas e à execução das suas atividades, exceto (a) pelas matérias objeto dos processos descritos no Formulário de Referência na presente data; (b) pelo descumprimento que esteja sendo discutido de boa-fé nas esferas administrativa ou judicial por meio de procedimentos adequados pela Emissora e/ou pela Enauta Energia, para os quais tenha sido obtido efeito suspensivo; ou (c) pelo descumprimento que não cause um Efeito Adverso Relevante ou um Impacto Adverso Reputacional Relevante;

(xii) no melhor do seu conhecimento, Emissora, a Enauta Energia e suas Controladas cumprem com o disposto na Legislação de Proteção Social;

Digitalizado com CamScanner

DocuSign Envelope ID: 998A61E6-892C-4F1F-ABBF-667E5080F4FB

(xiii) cumprem e fazem com que suas Controladas cumpram, bem como seus administradores e membros do conselho de administração, no estrito exercício das respectivas funções, agindo em nome da Emissora, da Enauta Energia e/ou de suas Controladas, as Leis Anticorrupção, envidando seus melhores esforços para: (a) desenvolver políticas e procedimentos internos para assegurar o integral cumprimento de tais normas, dando pleno conhecimento de tais normas a todos os profissionais que venham a se relacionar com a Emissora, com a Enauta Energia ou com as Controladas; e (b) abster-se de praticar atos de corrupção e de agir de forma lesiva à administração pública, nacional e estrangeira, no seu interesse ou para seu benefício, exclusivo ou não;

(xiv) no melhor do seu conhecimento, não houve qualquer violação, incluindo, mas não se limitando ao oferecimento de denúncia ou instauração de procedimento administrativo ou judicial, por autoridade competente, contra a Emissora e/ou suas Controladas em decorrência da violação de qualquer dispositivo, lei ou regulamento contra prática de corrupção ou atos lesivos à administração pública, incluindo a Legislação Anticorrupção;

(xv) não há qualquer ligação entre a Emissora e/ou a Enauta Energia com o Agente Fiduciário ou conhecimento de fato que o impeça de exercer, plenamente, suas funções com relação à presente Emissão, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;

(xvi) as demonstrações financeiras da Emissora e da Enauta Energia que compreendem os balanços patrimoniais dos anos calendários de 2020, 2021 e 2022 encerrados em 31 de dezembro de cada ano, bem como as informações financeiras trimestrais da Emissora referentes ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2023, são verdadeiros, consistentes, corretos e suficientes na data em que foram preparados; refletem, de forma clara e precisa, a posição financeira e patrimonial, os resultados, operações e fluxos de caixa da Emissora e da Enauta Energia no período e nas datas de referência e foram auditadas;

(xvii) não omitiram nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial na situação econômico-financeira ou jurídica da Emissora e/ou das Fiadoras em prejuízo dos Debenturistas;

Digitalizado com CamScanner

DocuSign Envelope ID: 998A61E6-892C-4F1F-ABBF-667E5080F4FB

(xviii) têm plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI *Over*, inclusive acerca da forma de cálculo da Remuneração das Debêntures da Segunda Série, a qual foi acordada por livre vontade da Emissora, em observância ao princípio da boa-fé;

(xix) a Destinação de Recursos está de acordo com os termos da Lei 12.431 e da Portaria;

(xx) o Projeto foi devidamente enquadrado nos termos da Lei 12.431 e considerado como prioritário nos termos da Portaria; e

(xxi) a presente Emissão corresponde à 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures da Emissora.

10.3. Caso for constado pela Emissora e pela Enauta Energia, conforme o caso, que qualquer declaração era inverídica ou enganosa na data em que foi prestada, a Emissora e/ou a Enauta Energia comprometem-se a notificar em até 5 (cinco) Dias Úteis da ciência do fato o Agente Fiduciário.

CLÁUSULA XI
DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Comunicações

11.1.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

i) para a Emissora e a Fiadora:

Avenida Almirante Barroso, nº 52, sala 1301 (parte), Centro
CEP: 20031-918, Rio de Janeiro - RJ
At.: Pedro Medeiros e Felipe Silva Melo
Telefone: 21 3509 5800
E-mail: pedro.medeiros@enauta.com.br e felipe.melo@enauta.com.br

ii) para o Agente Fiduciário:

VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.
Rua Gilberto Sabino, 215 - 4º Andar - Pinheiros
CEP: 05425-020, São Paulo – SP

Digitalizado com CamScanner

Autorregulação ANBIMA
Agente Fiduciário

At: Eugênia Souza || Marcio Teixeira
Telefone: (11) 3030-7177
E-mail: agentefiduciario@vortx.com.br; pu@vortx.com.br (para fins de precificação)

iii) para o Agente de Liquidação e para o Escriturador:

VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.
Rua Gilberto Sabino, 2–5 - 4º Andar - Pinheiros
CEP: 05425-020, São Paulo – SP
At. Alcides Fuertes || Fernanda Acunzo Mencarini
Telefone (11) 3030-7185 || (11) 3030-7177
E-mail: spb@vortx.com.br escrituracao@vortx.com.br

11.1.2 As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios, nos endereços acima. As comunicações feitas por correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente).

11.1.3. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada imediatamente pela respectiva Parte aos demais.

11.1.4. Com exceção das obrigações assumidas com formas de cumprimento específicas, o cumprimento das obrigações pactuadas neste instrumento e nos demais documentos da Emissão referentes ao envio de documentos e informações periódicas ao Agente Fiduciário, ocorrerá exclusivamente através da plataforma VX Informa.

11.1.5. Para os fins deste contrato, entende-se por "VX Informa" a plataforma digital disponibilizada pelo Agente Fiduciário em seu website (https://vortx.com.br). Para a realização do cadastro é necessário acessar https://portal.vortx.com.br/register e solicitar acesso ao sistema.

11.2. Renúncia

11.2.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão, desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba a quaisquer das Partes em razão de qualquer inadimplemento da outra Parte prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou

Digitalizado com CamScanner

DocuSign Envelope ID: 998A61E6-892C-4F1F-ABBF-667E5080F4FB

concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

11.3. Despesas

11.3.1. A Emissora ou a Fiadora, na qualidade de devedora solidária da Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, arcará com todos os custos relativos à Emissão e à distribuição, incluindo, sem limitação, despesas com a contratação de Agente Fiduciário, assessores legais, Agente de Liquidação, Escriturador e registros de documentos, que sejam expressamente aprovados pela Emissora.

11.4. Título Executivo Extrajudicial e Execução Específica

11.4.1. Esta Escritura de Emissão e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos do artigo 784, incisos I e III, do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 497, 815 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.

11.5. Aditamento à Presente Escritura de Emissão

11.5.1. Quaisquer aditamentos a esta Escritura de Emissão deverão ser celebrados pela Emissora, pelo Agente Fiduciário e pela Fiadora e, em todos os casos, posteriormente arquivados na JUCERJA e nos respectivos Cartório de Registro de Títulos e Documentos.

11.6. Disposições Gerais

11.6.1. Esta Escritura de Emissão é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes e seus sucessores a qualquer título.

11.6.2. A invalidação ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das Cláusulas desta Escritura de Emissão não afetará as demais, que permanecerão sempre válidas e eficazes até o cumprimento, pelas Partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidação ou nulidade de qualquer Cláusula desta Escritura de Emissão, as Partes desde já se comprometem a negociar, no menor prazo possível, em substituição ao item declarado inválido ou nulo, a inclusão, nesta Escritura de

Digitalizado com CamScanner

Autorregulação ANBIMA
Agente Fiduciário

Emissão, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da Cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das Partes quando da negociação da Cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.

11.6.3. As Partes concordam que a presente Escritura de Emissão, assim como os demais documentos da Emissão poderão ser alterados, sem a necessidade de qualquer aprovação dos Debenturistas, sempre que e somente (i) quando tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a exigências de adequação a normas legais, regulamentares ou exigências da CVM, ANBIMA ou B3, conforme o caso; (ii) quando verificado erro material, seja ele um erro grosseiro, de digitação ou aritmético; ou ainda (iii) em virtude da atualização dos dados cadastrais das Partes, tais como alteração na razão social, endereço e telefone, entre outros, desde que não haja qualquer custo ou despesa adicional para os Debenturistas.

11.6.5. As partes consentem, de maneira livre, esclarecida e inequívoca, com a utilização de seus dados pessoais para a realização da operação de crédito ora estabelecida, nos termos e propósitos contidos nos Documentos da Operação, autorizando expressamente, desde já, o compartilhamento destas informações com as partes envolvidas. Além disso, declara conhecer que este documento integra uma operação estruturada no âmbito do mercado de capitais e, portanto, as informações aqui descritas, inclusive seus dados pessoais, podem ser veiculados a quaisquer terceiros.

11.6.6. Esta Escritura de Emissão será regida e interpretada de acordo com as leis do Brasil.

11.6.7. Com exceção das obrigações assumidas com formas de cumprimento específicas, o cumprimento das obrigações pactuadas nesta Escritura de Emissão e nos demais Documentos da Operação referentes ao envio de documentos e informações periódicas ao Agente Fiduciário ocorrerá exclusivamente através da plataforma VX Informa, a plataforma digital disponibilizada pelo Agente Fiduciário em seu website (https://vortx.com.br). Para a realização do cadastro é necessário acessar https://portal.vortx.com.br/register e solicitar acesso ao sistema.

11.7 Assinatura por Certificado Digital

11.7.1 As Partes assinam a presente Escritura de Emissão por meio eletrônico, sendo consideradas válidas apenas as assinaturas eletrônicas realizadas por meio de certificado digital, validado conforme a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001. As Partes

Digitalizado com CamScanner

DocuSign Envelope ID: 998A61E6-892C-4F1F-ABBF-667E5080F4FB

reconhecem, de forma irrevogável e irretratável, a autenticidade, validade e a plena eficácia da assinatura por certificado digital, para todos os fins de direito.

11.7.2. Esta Escritura de Emissão produz efeitos para todas as Partes a partir da data nela indicada, ainda que uma ou mais partes realizem a assinatura eletrônica em data posterior. Ademais, ainda que alguma das partes venha a assinar eletronicamente este instrumento em local diverso, o local de celebração deste instrumento é, para todos os fins, a Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, conforme abaixo indicado.

11.8 Foro

11.8.1. As Partes elegem o foro da comarca da capital do estado de São Paulo, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser, como competente para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes desta Escritura de Emissão.

Estando assim certas e ajustadas, as Partes, obrigando-se por si e sucessores, firmam esta Escritura de Emissão de forma digital, juntamente com 2 (duas) testemunhas abaixo identificadas, que também a assinam.

São Paulo, 06 de setembro de 2023.

(As assinaturas seguem nas páginas seguintes.)

Digitalizado com CamScanner

Autorregulação ANBIMA

Agente Fiduciário

Página de Assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em até 3 (Três) Séries, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública, em Rito de Registro Automático, da Enauta Participações S.A.

ENAUTA PARTICIPAÇÕES S.A.

DocuSigned by:
Assinado por: DECIO FABRICIO ODDONE DA COSTA:44911211091
CPF: 44911211091
Papel: Diretor
Data/Hora da Assinatura: 06/09/2023 | 16:21:33 BRT
ICP Brasil
53D1ACCD897D4514BF61B0E278505D61

Nome:

Cargo:

DocuSigned by:
Assinado por: PEDRO RODRIGUES GALVAO DE MEDEIROS:09875589780
CPF: 09875589780
Papel: Diretor
Data/Hora da Assinatura: 06/09/2023 | 16:41:14 BRT
ICP Brasil
[illegible]57B41E0B267AD7AB23E168F

Nome:

Cargo:

VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

DocuSigned by:
Assinado por: MATHEUS GOMES FARIA:05813311769
CPF: 05813311769
Papel: Procurador
Data/Hora da Assinatura: 06/09/2023 | 18:55:52 BRT
ICP Brasil
[illegible]7A46A4AFFF31E46553096B

Nome:

Cargo:

DocuSigned by:
Assinado por: JOSE EDUARDO GAMBOA JUNQUEIRA:42308529830
CPF: 42308529830
Papel: Procurador
Data/Hora da Assinatura: 06/09/2023 | 18:54:01 BRT
ICP Brasil
[illegible]84E9FAF8B1F77AE8659F2

Nome:

Cargo:

ENAUTA ENERGIA S.A.

DocuSigned by:
Assinado por: DECIO FABRICIO ODDONE DA COSTA:44911211091
CPF: 44911211091
Papel: Diretor
Data/Hora da Assinatura: 06/09/2023 | 16:23:25 BRT
ICP Brasil
53D1ACCD897D4514BF61B0E278505D61

Nome:

Cargo:

DocuSigned by:
Assinado por: PEDRO RODRIGUES GALVAO DE MEDEIROS:09875589780
CPF: 09875589780
Papel: Diretor
Data/Hora da Assinatura: 06/09/2023 | 16:41:18 BRT
ICP Brasil
[illegible]57B41E0B267AD7AB23E168F

Nome:

Cargo:

TESTEMUNHAS:

DocuSigned by:
Assinado por: BRENDA RIBEIRO DE OLIVEIRA:44645126822
CPF: 44645126822
Data/Hora da Assinatura: 06/09/2023 | 18:49:26 BRT
ICP Brasil
[illegible]96FE81D0F68E41506B7A

Nome:

CPF/MF:

DocuSigned by:
Assinado por: FELIPE SILVA MELO:09424128770
CPF: 09424128770
Data/Hora da Assinatura: 06/09/2023 | 17:24:52 BRT
ICP Brasil
[illegible]347DCA4E55180E94F9B6A

Nome:

CPF/MF:

Digitalizado com CamScanner

DocuSign Envelope ID: 998A61E6-892C-4F1F-ABBF-667E5080F4FB

ANEXO I

MODELO DE ADITAMENTO À ESCRITURA DE EMISSÃO – PROCEDIMENTO DE BOOKBUILDING

Digitalizado com CamScanner

DocuSign Envelope ID: 998A61E6-892C-4F1F-ABBF-667E5080F4FB

Autorregulação ANBIMA

Agente Fiduciário

PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª (SEGUNDA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM ATÉ 3 (TRÊS) SÉRIES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, EM RITO DE REGISTRO AUTOMÁTICO, DA ENAUTA PARTICIPAÇÕES S.A

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas ("**Partes**"):

(I) **ENAUTA PARTICIPAÇÕES S.A.**, companhia aberta, com registro de emissor de valores mobiliários perante a Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") sob o nº 2236-5, com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Barroso, nº 52, sala 1301 (parte), Centro, CEP 20031-918, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("**CNPJ/MF**") sob o nº 11.669.021/0001-10 e na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("**JUCERJA**") sob o NIRE 33300292896 ("**Emissora**"), neste ato representada na forma de seu estatuto social;

(II) **VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, instituição financeira, devidamente constituída e validamente existente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, com sua sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, nº 215, 4º andar, Pinheiros, CEP 05.425-020, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.610.500/0001-88, na qualidade de agente fiduciário, nomeada neste instrumento, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**"), para representar, perante a Emissora, a comunhão dos interesses dos Debenturistas ("**Agente Fiduciário**"), neste ato representada na forma de seu estatuto social;

e ainda, como fiadora:

(III) **ENAUTA ENERGIA S.A.**, sociedade por ações, sem registro de emissor de valores mobiliários perante a CVM, com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Barroso, nº 52, sala 1101, 1102 e 1301 (parte), Centro, CEP 20031-918, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.253.257/0001-71 e na JUCERJA sob o NIRE 33300291598 ("**Enauta Energia**" ou "**Fiadora**"), neste ato representada na forma de seu estatuto social;

RESOLVEM firmar o presente "*Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em até 3 (Três) Séries, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional*

Digitalizado com CamScanner

Autorregulação ANBIMA

Agente Fiduciário

Fidejussória, para Distribuição Pública, em Rito de Registro Automático, da Enauta Participações S.A." ("Aditamento"), nos termos e condições abaixo.

CONSIDERANDO QUE:

(i) em [•] de [•] de 2023, as Partes celebraram o "*Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em até 3 (Três) Séries, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública, em Rito de Registro Automático, da Enauta Participações S.A.*" ("Escritura de Emissão"), o qual foi devidamente arquivado na JUCERJA em [•] de [•] de 2023, sob o nº [•];

(ii) a Escritura de Emissão foi celebrada com base nas deliberações da reunião do Conselho de Administração da Emissora, realizada em [•] de [•] de 2023 ("Aprovação Societária da Emissora"), cuja ata foi devidamente arquivada na JUCERJA em [•] de [•] de 2023, sob o nº [•], e foi publicada no jornal "Valor Econômico" ("Jornal de Publicação"), em [•] de [•] de 2023, nos termos do artigo 289, §3º da Lei das Sociedades por Ações, a qual autorizou, entre outros, a realização da 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em até 3 (três) séries, para distribuição pública, de distribuição da Emissora ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente) e, também, a celebração deste Aditamento para fins de ratificação do resultado do Procedimento de *Bookbuilding*;

(iii) conforme previsto na Escritura de Emissão, após a finalização do Procedimento de *Bookbuilding*, em [•] de [•] de 2023, foi definida a demanda das Debêntures, a qual resultou na definição (i) das Remunerações das Debêntures; (ii) da existência ou não da Segunda Série; e (iii) da quantidade de Debêntures a serem alocadas em cada Série;

(iv) em razão da realização do Procedimento de *Bookbuilding*, conforme previsto na Escritura de Emissão, as Partes desejam alterar a Escritura de Emissão, sem necessidade de realização de Assembleia Geral de Debenturistas ou nova aprovação societária pela Emissora, mediante a celebração, pelas Partes, do presente Aditamento e cumprimento das formalidades previstas na Escritura de Emissão Original; e

(v) nos termos da Aprovação Societária da Emissora e da Cláusula 3.4.3 da Escritura de Emissão, e tendo em vista que as Debêntures ainda não foram subscritas e integralizadas, não se faz necessária a realização de nova aprovação societária da

Digitalizado com CamScanner

Autorregulação ANBIMA

Agente Fiduciário

Emissora ou a realização de Assembleia Geral de Debenturistas para a formalização e/ou aprovação deste Aditamento.

Os termos aqui iniciados em letra maiúscula, que estejam no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuído na Escritura de Emissão e/ou no presente Aditamento, ainda que posteriormente ao seu uso.

1. AUTORIZAÇÃO E DEFINIÇÕES

1.1. O presente Aditamento é celebrado com base nas deliberações aprovadas na Aprovação Societária da Emissora, na assembleia geral extraordinária da Fiadora, realizada em [•] de [•] de 2023, cuja ata foi devidamente arquivada na JUCERJA em [•] de [•] de 2023, sob o nº [•] ("Aprovação Societária da Fiadora") e nas previsões da Escritura de Emissão, sem a necessidade de realização de nova aprovação societária da Emissora e/ou da Fiadora ou de realização de Assembleia Geral de Debenturistas.

2. REQUISITOS

2.1. Arquivamento e Publicação das Aprovações Societárias

2.1.1. A Aprovação Societária da Emissora foi registrada na JUCERJA em [•] de [•] de 2023, sob o nº [•], e foi publicada no Jornal de Publicação da Emissora em [•] de [•] de 2023, nos termos do artigo 289, § 3º da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.2. A Aprovação Societária da Fiadora foi registrada na JUCERJA em [•] de [•] de 2022, sob o nº [•], e foi publicada no Jornal de Publicação, em [•] de [•] de 2023, nos termos do artigo 289, § 3º da Lei das Sociedades por Ações.

2.2. Arquivamento e Averbação de na JUCERJA e nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da Escritura de Emissão e de seus eventuais aditamentos

2.2.1. A Escritura de Emissão foi devidamente arquivada na JUCERJA em [•] de [•] de 2023, sob o nº [•], nos termos do artigo 62, inciso II, e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações e registrada no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro em [•] de [•] de 2023, sob o nº [•] e no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo em [•] de [•] de 2023, sob o nº [•].

2.2.2. Nos termos do artigo 62, inciso II, e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, este Aditamento deverá ser protocolado pela Emissora na JUCERJA, conforme

Digitalizado com CamScanner

o disposto no artigo 62, inciso II, e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de sua assinatura. Uma cópia eletrônica no formato "pdf" deste Aditamento, devidamente inscritos na JUCERJA, deverá ser enviada pela Emissora ao Agente Fiduciário em até 5 (cinco) Dias Úteis após o respectivo arquivamento.

2.2.3. Em virtude da Fiança, o presente Aditamento deverá ser registrado, pela Emissora, às suas expensas, perante os Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro e da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo ("Cartórios de Registro de Títulos e Documentos") no prazo de 20 (vinte) dias contados da datas de sua assinatura, nos termos do artigo 130, da Lei n° 6.015, de 31 de dezembro de 1973, conforme alterada ("Lei n° 6.015/73"), sendo certo que este Aditamento deverá ser protocolado perante os Cartórios de Registro de Títulos e Documentos em até 10 (dez) Dias Úteis contados da data de sua assinatura. As vias originais (ou, caso aplicável, as vias eletrônicas, contendo a chancela digital do respectivo registro) deste Aditamento devidamente registradas nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos deverão ser enviadas pela Emissora ao Agente Fiduciário no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de registro. A Emissora se obriga a cumprir quaisquer exigências que possam vir a ser formuladas pelos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos no respectivo prazo estabelecido na Escritura de Emissão.

3. ALTERAÇÕES

3.1. Tendo em vista a finalização do Procedimento de *Bookbuilding*, em [•] de [•] de 2023, resolvem as Partes aditar as Cláusulas 3.3, 3.4, 3.4, 3.6.2., 3.7.1, 4.8, 4.12, 4.13 e 4.14 da Escritura de Emissão e excluir as Cláusulas 3.3.1, 3.3.2, 3.4.3 e 4.8.1 da Escritura de Emissão, a fim de refletir o Valor Total da Emissão, o Número de Séries, a Quantidade de Debêntures, a Remuneração das Debêntures, de modo que as referidas Cláusulas passam a vigorar com as seguintes redações:

*"**3.3. Valor Total da Emissão**: O valor total da Emissão será de R$ [•] ([•] reais), na Data de Emissão (conforme definida abaixo) ("**Valor Total da Emissão**"), sendo R$ [•] ([•] reais) na Primeira Série (conforme definida abaixo), R$ [•] ([•] reais) na Segunda Série (conforme definida abaixo) e R$ [•] ([•] reais) na Terceira Série (conforme definida abaixo)."*

Digitalizado com CamScanner

DocuSign Envelope ID: 998A61E6-892C-4F1F-ABBF-667E5080F4FB

Autorregulação ANBIMA
Agente Fiduciário

"***3.4. Número de Séries***"

*"3.4.1. A Emissão será realizada em [•] ([•]) séries (em conjunto, as "**Séries**", e, individual e indistintamente, "**Série**"), sendo (i) as Debêntures objeto da Oferta distribuídas no âmbito da primeira Série ("**Primeira Série**") doravante denominadas "**Debêntures da Primeira Série**"; (ii) as Debêntures objeto da Oferta distribuídas no âmbito da segunda Série ("**Segunda Série**") doravante denominadas "**Debêntures da Segunda Série**"; e as Debêntures objeto da Oferta distribuídas no âmbito da terceira Série ("**Terceira Série**") doravante denominadas "**Debêntures da Terceira Série**"."*

*"3.4.2. A quantidade de Debêntures a serem alocadas em cada uma das Séries, bem como a quantidade de Séries, foi definida após a conclusão do Procedimento de Bookbuilding mediante o sistema de vasos comunicantes, ou seja, a quantidade de Debêntures, por Série, foi diminuída da quantidade total de Debêntures, limitando, portanto, a quantidade de Debêntures alocada na outra Série ("**Sistema de Vasos Comunicantes**")."*

*"3.6.2. Nos termos do Contrato de Distribuição, foi adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento, organizado pelos Coordenadores , com recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, para definir (i) a demanda das Debêntures, de forma a definir o número de séries da emissão das Debêntures, conforme Sistema de Vasos Comunicantes e ressalvado que qualquer uma das respectivas séries poderá ser cancelada; (ii) a quantidade e o volume final da emissão das Debêntures; e (iii) a taxa final da remuneração aplicável às Debêntures de cada série ("**Procedimento de Bookbuilding**"), sendo certo que o resultado do Procedimento de Bookbuilding foi ratificado por meio de aditamento a esta Escritura de Emissão, nos termos do Anexo I a esta Escritura de Emissão, anteriormente à Data de Primeira Integralização, sem necessidade de nova deliberação societária de quaisquer das Partes ou aprovação por Assembleia Geral de Debenturistas."*

"3.7.1. Nos termos do artigo 2º, parágrafos 1º e 1º-B, da Lei 12.431, do Decreto 8.874, da Resolução CMN 4.751 e da Portaria, os recursos líquidos captados pela Emissora por meio da Emissão das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Terceira Série serão utilizados exclusivamente para (i) reembolso de gastos, despesas ou dívidas relacionadas à implantação do Projeto, ocorridas nos 24 (vinte e quatro) meses imediatamente anteriores à data de encerramento da Oferta; e/ou (ii) pagamento futuro de gastos, despesas e/ou dívidas a serem

Digitalizado com CamScanner

incorridos a partir da Data de Emissão e relacionados ao Projeto, nos termos da Lei 12.431:

Objetivo do Projeto	*Implementação e Desenvolvimento do Sistema Definitivo do Campo de Atlanta ("**Projeto**") que, no total, irá contemplar 10 (dez) poços produtores. Os poços produtores do Campo de Atlanta são horizontais, com aproximadamente 800 metros de extensão no reservatório, com uma inclinação de 88° e completados por Árvores de Natal Molhada do tipo Horizontal (ANMH) projetadas para intervenção e instalação via sonda de perfuração ou a cabo via guindaste. No Sistema de Produção Antecipada (SPA), foram perfurados e completados três poços entre 2013 e 2019 (7-ATL-2HP-RJS, 7-ATL-3H-RJS e 7-ATL-4HB-RJS). Em 2023, para o Sistema Definitivo (SD), estão previstas a perfuração e completação de mais três poços na primeira fase (7-ATL-5H-RJS, 7-ATL-6H-RJS e 7-ATL-7HA-RJS). A atividade foi concluída em fevereiro e agosto para os poços 7-ATL-5H-RJS e 7-ATL-6H-RJS, respectivamente, e encontra-se em andamento para o poço 7-ATL-7HA-RJS. Até 2027 serão perfurados mais dois poços na segunda fase e até 2029 serão perfurados os últimos dois poços de Atlanta. Não há previsão de poços de injeção de água.*
Data de início do Projeto	*24/01/2022.*
Fase atual do Projeto	*Fase de Produção do Campo de Atlanta, nos termos do Plano de Desenvolvimento nº 06 e Resolução de Diretoria da ANP n° 241/2022.*
Data estimada de encerramento do Projeto	*30/06/2024 (data prevista para entrada em produção do Sistema Definitivo de Produção).*

Digitalizado com CamScanner

Volume estimado de recursos financeiros necessários para a realização do Projeto	*US$ 1.368 milhões (um bilhão, trezentos e sessenta e oito milhões de dólares norte-americanos)*
Valor das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Terceira Série que será destinado ao Projeto	*100% (cem por cento) dos Recursos Líquidos*
Alocação dos recursos a serem captados por meio das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Terceira Série	*Os recursos serão destinados nos termos da Cláusula 3.7.1 acima.*
Percentual dos recursos financeiros necessários ao Projeto provenientes das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Terceira Série	*Aproximadamente [•]% ([•]), considerando a alocação do Valor Total da Emissão nas Debêntures da Primeira Série e nas Debêntures da Terceira Série.*

"

*"4.8. **Quantidade de Debêntures**: Serão emitidas [•] ([•]) Debêntures, sendo (i) [•] ([•]) Debêntures da Primeira Série; (ii) [•] ([•]) Debêntures da Segunda Série; e (iii) [•] ([•]) Debêntures da Terceira Série ("**Debêntures**")."*

"4.12. Remuneração das Debêntures da Primeira Série"

*"4.12.1. Sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Primeira Série incidirão juros remuneratórios correspondentes a [•]% ([•] por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("**Remuneração das Debêntures da Primeira Série**"), incidentes desde a Data de Início da*

Digitalizado com CamScanner

DocuSign Envelope ID: 998A61E6-892C-4F1F-ABBF-667E5080F4FB

Rentabilidade das Debêntures da Primeira Série, ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. O cálculo da Remuneração das Debêntures da Primeira Série:

$$J = VNa \times (Fator\ Spread - 1)$$

onde:

J = valor unitário da Remuneração das Debêntures da Primeira Série devida ao final do Período de Capitalização das Debêntures da Primeira Série (conforme definido abaixo), calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento.

VNa = Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Primeira Série informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento.

Fator spread = fator de spread fixo, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator Spread} = \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1\right)^{\frac{n}{252}}\right]^{\frac{DP}{DT}}$$

onde:

Spread = [•].

N = número de Dias Úteis entra a data do próximo Período de Capitalização das Debêntures da Primeira Série (conforme definido abaixo) e a data do Período de Capitalização das Debêntures da Primeira Série anterior, sendo "n" um número inteiro.

DT = número de Dias Úteis entre o último e o próximo Período de Capitalização das Debêntures da Primeira Série, sendo "DT" um número inteiro.

DP = número de Dias Úteis entre o último Período de Capitalização das Debêntures da Primeira Série e a data atual, sendo "DP" um número inteiro."

"**4.13. Remuneração das Debêntures da Segunda Série**"

Digitalizado com CamScanner

DocuSign Envelope ID: 998A61E6-892C-4F1F-ABBF-667E5080F4FB

*"4.13.1. Sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, incidirão juros remuneratórios correspondentes a variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias do DI – Depósito Interfinanceiro de um dia, "over extra grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 ("**Taxa DI**"), acrescida exponencialmente de uma sobretaxa (spread) equivalente a [•]% ([•] por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("**Remuneração das Debêntures da Segunda Série**")."*

"4.13.2. A Remuneração das Debêntures da Segunda Série será calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série (ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série), desde a Data de Início da Rentabilidade das Debêntures da Segunda Série, ou Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série imediatamente anterior (inclusive) até a data de pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série em questão, data de declaração de vencimento antecipado em decorrência de um Evento de Inadimplemento (conforme definido abaixo) ou na data de um eventual Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série (conforme definido abaixo), o que ocorrer primeiro. A Remuneração da Debêntures da Segunda Série será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

J	=	*valor unitário da Remuneração das Debêntures da Segunda Série devido ao final do Período de Capitalização das Debêntures da Segunda Série (conforme definido abaixo) e calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;*
VNe	=	*Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento; e*

Digitalizado com CamScanner

DocuSign Envelope ID: 998A61E6-892C-4F1F-ABBF-667E5080F4FB

Autorregulação ANBIMA

Agente Fiduciário

FatorJuros = *Fator de Juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de spread calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento. Apurado da seguinte forma:*

FatorJuros= (Fator DI x FatorSpread)

onde:

Fator DI = *Produtório das Taxas DI, com uso de percentual aplicado, da data de início do Período de Capitalização das Debêntures da Segunda Série, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:*

onde:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

n_{DI} = *número total de Taxas DI, consideradas na atualização do ativo, sendo "nDI" um número inteiro;*

TDI_K = *Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:*

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1\right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

DI_K = *Taxa DI, divulgada pela B3, válida por 1 (um) Dia Útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais; e*

Digitalizado com CamScanner

DocuSign Envelope ID: 998A61E6-892C-4F1F-ABBF-667E5080F4FB

Autorregulação ANBIMA

Agente Fiduciário

FatorSpread = *sobretaxa de juros fixo, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:*

$$FatorSpread = \left[\left(\frac{Spread}{100}+1\right)^{\frac{n}{252}}\right]^{\frac{DP}{DT}}$$

onde:

Spread = *[•];*

N = *número de Dias Úteis entre a data do próximo Período de Capitalização das Debêntures da Segunda Série e a data do período de capitalização anterior, sendo "n" um número inteiro;*

DT = *número de Dias Úteis entre o último e o próximo Período de Capitalização das Debêntures da Segunda Série, sendo "DT" um número inteiro; e*

DP = *número de Dias Úteis entre o último Período de Capitalização das Debêntures da Segunda Série e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.*

*"**4.14. Remuneração das Debêntures da Terceira Série***

*4.14.1. Sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série, incidirão juros remuneratórios prefixados, correspondentes a um determinado percentual fixo ao ano equivalente a [•]% ([•]) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("**Remuneração das Debêntures da Terceira Série**" e, em conjunto com a Remuneração das Debêntures da Primeira Série e a Remuneração das Debêntures da Segunda Série, "**Remuneração**").*

Digitalizado com CamScanner

DocuSign Envelope ID: 998A61E6-892C-4F1F-ABBF-667E5080F4FB

4.14.2. A Remuneração das Debêntures da Terceira Série será calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série (ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série), desde a Data de Início da Rentabilidade das Debêntures da Terceira Série, ou Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Terceira Série imediatamente anterior (inclusive) até a data de pagamento da Remuneração das Debêntures da Terceira Série em questão, data de declaração de vencimento antecipado em decorrência de um Evento de Inadimplemento (conforme definido abaixo) ou na data de um eventual Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Terceira Série (conforme definido abaixo), o que ocorrer primeiro. A Remuneração da Debêntures da Terceira Série será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = Vne \times (FatorJuros - 1)$$

Onde:

"J" = Valor Unitário da Remuneração das Debêntures da Terceira Série acumulada, devida no final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo), calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

"Vne" = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série, conforme o caso, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

"FatorJuros" = sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = [(i/100+1)^{(DP/252)}]$$

Onde:

"i" = [•];

"DP" = número de Dias Úteis entre a Data de Início da Rentabilidade das Debêntures da Terceira Série, no caso do primeiro Período de Capitalização das Debêntures da Terceira Série, ou da última Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Terceira Série (inclusive), no caso dos demais Períodos de Capitalização e a data de cálculo (exclusive), sendo "DP" um número inteiro."

Digitalizado com CamScanner

Autorregulação ANBIMA
Agente Fiduciário

4. RATIFICAÇÕES

4.1. Ficam ratificadas e permanecem em pleno vigor e efeito, nos termos em que se encontram redigidas, todas as demais cláusulas, itens, características e condições constantes da Escritura de Emissão que não tenham sido expressamente alterados por este Aditamento.

4.2. A Emissora e a Fiadora, neste ato, declaram e garantem ao Agente Fiduciário que todas as declarações e garantias previstas na Escritura de Emissão não expressamente alteradas por este Aditamento permanecem verdadeiras, corretas e plenamente válidas e eficazes na data de assinatura deste Aditamento.

5. DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes do presente Aditamento. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora e/ou da Fiadora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

5.2. Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem as disposições afetadas por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

5.3. Este Aditamento é regido pelas Leis da República Federativa do Brasil.

5.4. Este Aditamento e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e III do artigo 784 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos deste Aditamento comportam execução específica e se submetem às disposições dos artigos 814 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos deste Aditamento.

5.5. Este Aditamento é celebrado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes e seus sucessores a qualquer título.

Digitalizado com CamScanner

DocuSign Envelope ID: 998A61E6-892C-4F1F-ABBF-667E5080F4FB

5.6. As Partes elegem o foro da comarca da capital do estado de São Paulo, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser, como competente para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes desta Escritura de Emissão.

5.7. As Partes assinam o presente Aditamento por meio eletrônico, sendo consideradas válidas apenas as assinaturas eletrônicas realizadas por meio de certificado digital, validado conforme a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001. As Partes reconhecem, de forma irrevogável e irretratável, a autenticidade, validade e a plena eficácia da assinatura por certificado digital, para todos os fins de direito.

5.8. Este Aditamento produz efeitos para todas as Partes a partir da data nela indicada, ainda que uma ou mais partes realizem a assinatura eletrônica em data posterior. Ademais, ainda que alguma das partes venha a assinar eletronicamente este instrumento em local diverso, o local de celebração deste instrumento é, para todos os fins, a Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, conforme abaixo indicado.

E por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam o presente Aditamento, eletronicamente, na presença de 2 (duas) testemunhas.

São Paulo, [•] de [•] de 2023.

(incluir assinaturas)

Digitalizado com CamScanner

DocuSign Envelope ID: 998A61E6-892C-4F1F-ABBF-667E5080F4FB

Autorregulação ANBIMA

Agente Fiduciário

ANEXO II

MODELO DE ADITAMENTO À ESCRITURA DE EMISSÃO – REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA PERMITIDA

Digitalizado com CamScanner

DocuSign Envelope ID: 998A61E6-892C-4F1F-ABBF-667E5080F4FB

Autorregulação ANBIMA

Agente Fiduciário

[•] ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª (SEGUNDA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM [•] ([•]) SÉRIES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, EM RITO DE REGISTRO AUTOMÁTICO, DA ENAUTA PARTICIPAÇÕES S.A

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas ("**Partes**"):

(I) **ENAUTA PARTICIPAÇÕES S.A.**, companhia aberta, com registro de emissor de valores mobiliários perante a Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") sob o nº 2236-5, com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Barroso, nº 52, sala 1301 (parte), Centro, CEP 20031-918, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("**CNPJ/MF**") sob o nº 11.669.021/0001-10 e na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("**JUCERJA**") sob o NIRE 33300292896 ("**Emissora**"), neste ato representada na forma de seu estatuto social;

(II) **VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, instituição financeira, devidamente constituída e validamente existente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, com sua sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, nº 215, 4º andar, Pinheiros, CEP 05.425-020, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.610.500/0001-88, na qualidade de agente fiduciário, nomeada neste instrumento, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**"), para representar, perante a Emissora, a comunhão dos interesses dos Debenturistas ("**Agente Fiduciário**"), neste ato representada na forma de seu estatuto social;

e ainda, como fiadoras:

(III) **ENAUTA ENERGIA S.A.**, sociedade por ações, sem registro de emissor de valores mobiliários perante a CVM, com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Barroso, nº 52, sala 1101, 1102 e 1301 (parte), Centro, CEP 20031-918, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.253.257/0001-71 e na JUCERJA sob o NIRE 33300291598 ("**Enauta Energia**"), neste ato representada na forma de seu estatuto social; e

(IV) **[•]**, com sede na cidade do [•], estado do [•], na [•], inscrita no CNPJ/ME sob o nº [•] e na Junta Comercial do Estado de [•] sob o NIRE nº [•] ("**[•]**", e em conjunto com Enauta Energia, as "**Fiadoras Brasileiras**"), neste ato representada na forma de seu estatuto social; e

Digitalizado com CamScanner

RESOLVEM firmar o presente "*[•] Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em [•] ([•]) Séries, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública, em Rito de Registro Automático, da Enauta Participações S.A.*" ("Aditamento"), nos termos e condições abaixo.

CONSIDERANDO QUE:

(i) em [•] de [•] de 2023, as Partes celebraram o "*Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em até 3 (Três) Séries, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública, em Rito de Registro Automático, da Enauta Participações S.A.*" ("Escritura de Emissão"), o qual foi devidamente arquivado na JUCERJA em [•] de [•] de 2023, sob o nº [•];

(ii) a Escritura de Emissão foi celebrada com base nas deliberações da reunião do Conselho de Administração da Emissora, realizada em [•] de [•] de 2023 ("Aprovação Societária da Emissora"), cuja ata foi devidamente arquivada na JUCERJA em [•] de [•] de 2023, sob o nº [•], e foi publicada no jornal "Valor Econômico" ("Jornal de Publicação"), em [•] de [•] de 2023, nos termos do artigo 289, §3º da Lei das Sociedades por Ações, a qual autorizou, entre outros, a realização da 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em até 3 (três) séries, para distribuição pública, de distribuição da Emissora ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente) e, também, a celebração deste Aditamento para fins da prestação de fiança por uma Controlada Restrita;

(iii) conforme previsto na Escritura de Emissão, a Emissora e a Enauta Energia se comprometeram a fazer com que toda e qualquer Controlada Restrita (conforme definido na Escritura de Emissão) que venha a ser integralmente controlada, direta ou indiretamente, pela Emissora e/ou pela Enauta Energia, figure como fiadora, codevedora solidária e principal pagadora responsável pelo fiel, pontual e integral pagamento das Obrigações Garantidas;

(iv) em [•] de [•] de 202[•], a [•] adquiriu a propriedade de um Ativo Restrito (conforme definido na Escritura de Emissão), e, portanto, qualificou-se como uma Controlada Restrita (conforme definido na Escritura de Emissão), de modo que as Partes desejam alterar a Escritura de Emissão para incluir a [•] como fiadora, codevedora solidária e principal pagadora responsável pelo fiel, pontual e integral pagamento das Obrigações Garantidas, sem necessidade de realização de Assembleia Geral de Debenturistas ou nova aprovação societária pela

Digitalizado com CamScanner

DocuSign Envelope ID: 998A61E6-892C-4F1F-ABBF-667E5080F4FB

Emissora, mediante a celebração, pelas Partes, do presente Aditamento e cumprimento das formalidades previstas na Escritura de Emissão; e

Os termos aqui iniciados em letra maiúscula, que estejam no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuído na Escritura de Emissão e/ou no presente Aditamento, ainda que posteriormente ao seu uso.

1. AUTORIZAÇÃO E DEFINIÇÕES

1.1. O presente Aditamento é celebrado com base nas deliberações aprovadas na Aprovação Societária da Emissora, na assembleia geral extraordinária da Enauta Energia, realizada em [•] de [•] de 2023, cuja ata foi devidamente arquivada na JUCERJA em [•] de [•] de 2023, sob o nº [•] ("Aprovação Societária da Enauta Energia"), na assembleia geral extraordinária da [•], realizada em [•] de [•] de 202[•], cuja ata foi devidamente arquivada na JUCE[•] em [•] de [•] de 202[•], sob o nº [•] ("Aprovação Societária da [•]") e nas previsões da Escritura de Emissão, sem a necessidade de realização de nova aprovação societária da Emissora e/ou da Enauta Energia ou de realização de Assembleia Geral de Debenturistas.

2 REQUISITOS

2.1.1 Arquivamento e Publicação das Aprovações Societárias

2.1.2 A Aprovação Societária da Emissora foi registrada na JUCERJA em [•] de [•] de 2023, sob o nº [•], e foi publicada no Jornal de Publicação da Emissora em [•] de [•] de 2023, nos termos do artigo 289, § 3º da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.3 A Aprovação Societária da Enauta Energia foi registrada na JUCERJA em [•] de [•] de 2023, sob o nº [•], e foi publicada no Jornal de Publicação, em [•] de [•] de 2023, nos termos do artigo 289, § 3º da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.4 A Aprovação Societária da [•] foi registrada na JUCE[•] em [•] de [•] de 202[•], sob o nº [•], e foi publicada no Jornal de Publicação, em [•] de [•] de 202[•], nos termos do artigo 289, § 3º da Lei das Sociedades por Ações.

2.2. Arquivamento e Averbação na JUCERJA e nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da Escritura de Emissão e de seus eventuais aditamentos

2.2.1. A Escritura de Emissão foi devidamente arquivada na JUCERJA em [•] de [•] de 2023, sob o nº [•], nos termos do artigo 62, inciso II, e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações e registrada no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do

Digitalizado com CamScanner

Autorregulação ANBIMA

Agente Fiduciário

Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro em [•] de [•] de 2023, sob o nº [•] e no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo em [•] de [•] de 2023, sob o nº [•].

2.2.2. Nos termos do artigo 62, inciso II, e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, este Aditamento deverá ser protocolado pela Emissora na JUCERJA, conforme o disposto no artigo 62, inciso II, e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de sua assinatura. Uma cópia eletrônica no formato "pdf" deste Aditamento, devidamente inscritos na JUCERJA, deverá ser enviada pela Emissora ao Agente Fiduciário em até 5 (cinco) Dias Úteis após o respectivo arquivamento.

2.2.3. Em virtude da Fiança, o presente Aditamento deverá ser registrado, pela Emissora, às suas expensas, perante os Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro e da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo ("Cartórios de Registro de Títulos e Documentos") no prazo de 20 (vinte) dias contados da datas de sua assinatura, nos termos do artigo 130, da Lei n° 6.015, de 31 de dezembro de 1973, conforme alterada ("Lei n° 6.015/73"), sendo certo que est Aditamento deverá ser protocolado perante os Cartórios de Registro de Títulos e Documentos em até 10 (dez) Dias Úteis contados da data de sua assinatura. As vias originais (ou, caso aplicável, as vias eletrônicas, contendo a chancela digital do respectivo registro) deste Aditamento devidamente registradas nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos deverão ser enviadas pela Emissora ao Agente Fiduciário no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de registro. A Emissora se obriga a cumprir quaisquer exigências que possam vir a ser formuladas pelos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos no respectivo prazo estabelecido na Escritura de Emissão.

3. ALTERAÇÕES

3.1. Tendo em vista a aquisição, pela [•], da propriedade de um Ativo Restrito, qualificando-se, assim, como uma Controlada Restrita, resolvem as Partes aditar as Cláusulas 4.26.1 a 4.26.16 da Escritura de Emissão, a fim de refletir o ingresso da [•] como fiadora, de modo que as referidas Cláusulas passam a vigorar com as seguintes redações:

*"4.26.1. As Fiadoras Brasileiras, por este ato e na melhor forma de direito, prestam fiança em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, em conformidade com o artigo 818 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("**Código Civil**"), independentemente de outras garantias constituídas no âmbito da Emissão, obrigando-se solidariamente com a Emissora, em caráter irrevogável e irretratável, como fiadora, codevedora solidária e*

Digitalizado com CamScanner

DocuSign Envelope ID: 998A61E6-892C-4F1F-ABBF-667E5080F4FB

*principal pagadora responsável pelo fiel, pontual e integral pagamento do Valor Total da Emissão, devido nos termos desta Escritura de Emissão, acrescido da Atualização Monetária das Debêntures da Primeira Série, da Remuneração e dos Encargos Moratórios, conforme aplicável, bem como das demais obrigações pecuniárias presentes e futuras, principais e acessórias, previstas nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantia, inclusive honorários advocatícios, despesas, custos, encargos, tributos, reembolsos ou indenizações, bem como as obrigações relativas ao Agente de Liquidação, ao Escriturador, à B3, ao Agente Fiduciário e demais prestadores de serviço envolvidos na Emissão, bem como honorários do Agente Fiduciário e despesas judiciais e extrajudiciais necessárias e comprovadamente incorridas pelo Agente Fiduciário ou Debenturistas, inclusive, na constituição, formalização, execução e/ou excussão das garantias previstas nesta Escritura de Emissão ("**Obrigações Garantidas**" e "**Fiança**", respectivamente).*

4.26.2. A Fiança será paga pelas Fiadoras Brasileiras, independentemente de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Emissora venha a ter ou exercer em relação às suas obrigações, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis após recebimento de notificação por escrito do Agente Fiduciário às Fiadoras Brasileiras.

4.26.3. Todo e qualquer pagamento realizado pelas Fiadoras Brasileiras em relação à Fiança ora prestada será efetuado livre e líquido, sem a dedução de quaisquer tributos, impostos, taxas, contribuições de qualquer natureza, encargos ou retenções, presentes ou futuros, bem como de quaisquer juros, multas ou demais exigibilidades fiscais, devendo as Fiadoras Brasileiras pagar as quantias adicionais que sejam necessárias para que os Debenturistas recebam, após tais deduções, recolhimentos ou pagamentos, quantia equivalente à que teria sido recebida se tais deduções, recolhimentos ou pagamentos não fossem aplicáveis.

4.26.4. As Fiadoras Brasileiras se obrigam, independentemente de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Emissora venha a ter ou exercer em relação às suas obrigações, a pagar qualquer valor devido pela Emissora nos termos da presente Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando, às Obrigações Garantidas, nas respectivas datas de pagamento e/ou imediatamente após o vencimento antecipado das Debêntures, independentemente de comunicação, notificação ou outra formalidade pelo Agente Fiduciário. Os pagamentos serão realizados pela Enauta Energia de acordo com os procedimentos estabelecidos nesta Escritura de Emissão, fora do âmbito B3.

Digitalizado com CamScanner

DocuSign Envelope ID: 998A61E6-892C-4F1F-ABBF-667E5080F4FB

*4.26.5. As Fiadoras Brasileiras expressamente renunciam aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 277, 333, parágrafo único, 364, 365, 366, 368, 821, 824, 827, 829, parágrafo único, 830, 834, 835, 836, 837, 838 e 839 do Código Civil, e nos artigos 130, 131 e 794 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, conforme alterada ("**Código de Processo Civil**").*

4.26.6. As Fiadoras Brasileiras sub-rogar-se-ão nos direitos dos Debenturistas caso venha a honrar, total ou parcialmente, a Fiança, observado o limite da parcela da dívida efetivamente por ela honrada, nos termos do disposto na Cláusula 4.26.7 abaixo.

4.26.7. As Fiadoras Brasileiras, desde já, concordam e se obrigam a, somente após a integral liquidação de todos os valores devidos aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário nos termos desta Escritura de Emissão, exigir e/ou demandar a Emissora, conforme o caso, em decorrência de qualquer valor que tiver honrado nos termos desta Escritura de Emissão.

4.26.8. As Fiadoras Brasileiras concordam e se obrigam a, caso receba qualquer valor da Emissora em decorrência de qualquer valor que tiver honrado nos termos das Debêntures e/ou desta Escritura de Emissão antes da integral quitação de todas as Obrigações Garantidas, repassar, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data de seu recebimento, tal valor ao Agente Fiduciário, para pagamento aos Debenturistas.

4.26.9. Em hipótese alguma, eventual discussão judicial entre as Fiadoras Brasileiras e os Debenturistas implicará em atraso ou suspensão de cumprimento das obrigações assumidas pela Emissora e pelas Fiadoras Brasileiras.

4.26.10. A Fiança poderá ser excutida e exigida pelo Agente Fiduciário quantas vezes forem necessárias até a integral e efetiva liquidação de todas as Obrigações Garantidas.

4.26.11. A Fiança permanecerá válida e plenamente eficaz em caso de aditamentos, alterações e quaisquer outras modificações nesta Escritura de Emissão e nos demais documentos da Oferta.

*4.26.12. A presente Fiança, prestada em caráter irrevogável e irretratável, entra em vigor na Data de Emissão e permanecerá válida até a data do pagamento integral das Obrigações Garantidas ("**Prazo de Vigência da Fiança**"). As Fiadoras Brasileiras, desde já, reconhecem como prazo determinado, para fins*

Digitalizado com CamScanner

DocuSign Envelope ID: 998A61E6-892C-4F1F-ABBF-667E5080F4FB

do artigo 835 do Código Civil, a data de pagamento integral das Obrigações Garantidas, ficando estabelecido que tal disposição poderá ser alterada mediante aprovação prévia dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.

4.26.13. Cabe ao Agente Fiduciário, conforme função que lhe é atribuída por esta Escritura de Emissão e pela Lei das Sociedades por Ações, requerer a execução judicial ou extrajudicial da Fiança prevista na Cláusula 4.26.1 acima e seguintes desta Escritura de Emissão, uma vez verificada qualquer hipótese de insuficiência ou inadimplemento de pagamento de quaisquer valores, principais ou acessórios, devidos pela Emissora e/ou pelas Fiadoras Brasileiras nos termos desta Escritura de Emissão.

4.26.14. Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução da Fiança em favor dos Debenturistas não ensejará, sob hipótese nenhuma, a perda de qualquer direito ou faculdade aqui previsto.

4.26.15. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá, ainda, ser admitida ou invocada pelas Fiadoras Brasileiras com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.

*4.26.16. [Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.26.1 acima, a Enauta Netherlands B.V. ("**Enauta Netherlands**") e a Atlanta Field B.V. ("**Atlanta Field**" e, em conjunto com a Enauta Netherlands, "**Fiadoras Estrangeiras**", sendo as Fiadoras Estrangeiras, em conjunto com as Fiadoras Brasileiras, "**Fiadoras**") outorgarão garantias corporativas, regidas pelas leis da Holanda e observadas as limitações impostas em tal legislação, nos termos da "Notes Guarantee" a ser outorgada pela Enauta Netherlands e da "Notes Guarantee" a ser outorgada pela Atlanta Field, as quais serão celebradas em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, em garantia do fiel, pontual e integral pagamento das Obrigações Garantidas ("**Garantias Corporativas Estrangeiras**").*"][3]

3.2. Em função do quanto disposto acima, fica ajustado que (a) o termo "**Fiadora**" definido na Escritura de Emissão deverá ser lido como "**Fiadoras Brasileiras**", o qual deverá compreender a Enauta Energia e a [•]; e (b) o termo "**Fiadoras**" definido na Escritura de Emissão deverá compreender as Fiadoras Estrangeiras e as Fiadoras Brasileiras.

---

[3] Nota à minuta: Caso as Fiadoras Estrangeiras sejam liquidadas conforme o conceito de Reorganização Societária Permitida, essa cláusula não deverá ser considerada.

Digitalizado com CamScanner

Autorregulação ANBIMA
Agente Fiduciário

3.3. Sem prejuízo ao disposto nas Cláusulas 3.1 e 3.2 acima, as Partes desde já concordam que as obrigações previstas na Cláusula 7.2 da Escritura de Emissão passarão a ser aplicáveis a todas as Fiadoras Brasileiras, Sendo certo que a [•], neste ato, reconhece e assume tais obrigações.

4. RATIFICAÇÕES

4.1. Ficam ratificadas e permanecem em pleno vigor e efeito, nos termos em que se encontram redigidas, todas as demais cláusulas, itens, características e condições constantes da Escritura de Emissão que não tenham sido expressamente alterados por este Aditamento.

4.2. [A Emissora e as Fiadoras Brasileiras, neste ato, declaram e garantem ao Agente Fiduciário que todas as declarações e garantias previstas na Escritura de Emissão não expressamente alteradas por este Aditamento permanecem verdadeiras, corretas e plenamente válidas e eficazes na data de assinatura deste Aditamento.][4]

5. DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes do presente Aditamento. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora e/ou das Fiadoras Brasileiras prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

5.2. Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem as disposições afetadas por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

5.3. Este Aditamento é regido pelas Leis da República Federativa do Brasil.

5.4. Este Aditamento e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e III do artigo 784 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos deste Aditamento comportam execução específica e se submetem às disposições dos artigos 814 e seguintes do Código de Processo Civil,

[4] Nota à minuta: As declarações e garantias poderão ser ajustadas para refletir a realidade da Emissora e das Fiadoras na época de celebração do respectivo aditamento.

Digitalizado com CamScanner

DocuSign Envelope ID: 998A61E6-892C-4F1F-ABBF-667E5080F4FB

sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos deste Aditamento.

5.5. Este Aditamento é celebrado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes e seus sucessores a qualquer título.

5.6. As Partes elegem o foro da comarca da capital do Estado de São Paulo, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser, como competente para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes desta Escritura de Emissão.

5.7. As Partes assinam o presente Aditamento por meio eletrônico, sendo consideradas válidas apenas as assinaturas eletrônicas realizadas por meio de certificado digital, validado conforme a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001. As Partes reconhecem, de forma irrevogável e irretratável, a autenticidade, validade e a plena eficácia da assinatura por certificado digital, para todos os fins de direito.

5.8. Este Aditamento produz efeitos para todas as Partes a partir da data nela indicada, ainda que uma ou mais partes realizem a assinatura eletrônica em data posterior. Ademais, ainda que alguma das partes venha a assinar eletronicamente este instrumento em local diverso, o local de celebração deste instrumento é, para todos os fins, a Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, conforme abaixo indicado.

E por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam o presente Aditamento, eletronicamente, na presença de 2 (duas) testemunhas.

São Paulo, [•] de [•] de 202[•].

(incluir assinaturas)

Digitalizado com CamScanner

DocuSign Envelope ID: 998A61E6-892C-4F1F-ABBF-667E5080F4FB

Autorregulação ANBIMA

Agente Fiduciário

ANEXO III

FORMA DE CÁLCULO DÍVIDA LÍQUIDA/EBITDAX

Índice obtido pela divisão entre Dívida Líquida (conforme definido abaixo) e o EBITDAX (conforme definido abaixo) consolidados dos últimos 12 (doze) meses em relação (a) ao último Formulário de Informações Trimestrais (ITR) divulgado da Emissora; ou (b) a demonstração financeira anual, conforme aplicável, sendo certo que será definido entre (a) e (b) aquele cuja divulgação tenha ocorrido em data mais recente.

Para os fins desta Escritura de Emissão:

"**EBITDAX**" significa, para qualquer período, com relação aos últimos 12 (doze) meses imediatamente anteriores à data do respectivo evento, o índice financeiro utilizado pela indústria de óleo e gás calculado como o EBITDA, correspondente ao resultado líquido do referido período (exceto despesas financeiras líquidas de qualquer arrendamento que, exclusivamente devido à implementação da IFRS 16, seriam contabilizadas como arrendamentos financeiros ou de capital), acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações e amortizações do referido período (exceto por depreciações e amortizações em relação aos direitos de uso de propriedade sob qualquer arrendamento que, exclusivamente devido à implementação da IFRS 16, seriam contabilizados como arrendamentos financeiros ou de capital), nos termos do art. 3º da Resolução da CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, somado às despesas de exploração com poços secos ou subcomerciais.

"**Dívida Líquida**" significa a Dívida Total (conforme definido abaixo) menos o saldo em caixa títulos e valores mobiliários, caixa e o saldo de aplicações financeiras;

"**Dívida Líquida/EBITDAX**" significa a razão entre Dívida Líquida e EBITDAX conforme definido acima.

Digitalizado com CamScanner

DocuSign Envelope ID: 998A61E6-892C-4F1F-ABBF-667E5080F4FB

Autorregulação ANBIMA
Agente Fiduciário

ANEXO IV
FORMA DE CÁLCULO ÍNDICES FINANCEIROS

Índices financeiros auferidos em bases trimestrais, nas datas de divulgação das demonstrações financeiras anuais auditadas da Emissora e nas datas de divulgação de suas informações financeiras trimestrais auditadas relativas ao respectivo trimestre, conforme (i) relatório de certificação de reservas elaborado por uma das certificadoras, dentre as indicadas no **Anexo V** à presente Escritura de Emissão ("**Certificadora**"), (i) emitido para o Campo de Atlanta em 17 de janeiro de 2023, com data-base de 31 de dezembro de 2022; e (ii) emitido para o Campo de Manati em 10 de janeiro de 2023, com data-base de 31 de dezembro de 2022 ou qualquer relatório mais recente divulgado ao mercado, conforme atualizados no mínimo anualmente nos termos da Cláusula 7.1, item (xxv), da Escritura de Emissão (**"Relatório de Reservas Aplicável"**), (ii) atualizações trimestrais dos cálculos de Fluxos de Caixa (definido abaixo) a partir da atualização do Oil Price (definido abaixo) e da Oil Production (definido abaixo) a serem fornecidas pela Emissora (**"Atualizações Trimestrais"**) e (iii) pelas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora auditadas de 31 de dezembro de cada ano ou das informações financeiras trimestrais (ITRs) consolidados da Emissora referentes a cada trimestre.

1. *Asset Life Coverage Ratio ("ALCR")*: índice obtido pela divisão entre (1) 1.5P PV10 ALCR até o segundo ano de medição (inclusive) e 1.5PDP PV10 ALCR a partir do terceiro ano de medição, considerando o prazo remanescente total da totalidade de reservas existentes; e (2) a Dívida Total subtraída do saldo das Contas Vinculadas e do saldo constante da conta vinculada de depósito do Valor Retido (conforme definido no Anexo VIII a esta Escritura de Emissão).

2. *Loan Life Coverage Ratio ("LLCR")*: índice obtido pela divisão entre (1) 1.5P PV10 LLCR até o segundo ano de medição (inclusive) e 1.5PDP PV10 LLCR a partir do terceiro ano de medição, considerando as reservas existentes das Concessões e dos Ativos Restritos durante o prazo remanescente das dívidas referentes ao Valor Total das Captações; e (2) Saldo Nominal Atualizado do Valor Total das Captações subtraída do saldo das Contas Vinculadas e do saldo constante da conta vinculada de depósito do Valor Retido (conforme definido no Anexo VIII a esta Escritura de Emissão).

Digitalizado com CamScanner

DocuSign Envelope ID: 998A61E6-892C-4F1F-ABBF-667E5080F4FB

Autorregulação ANBIMA
Agente Fiduciário

Sendo:

"**1.5P**" significa a média aritmética entre as reservas estimadas provadas (1P *Reserves*) e prováveis (2P *Reserves*), conforme informações indicadas pelo Relatório de Reservas Aplicável.

"**1.5PDP**" significa a média aritmética entre as Reservas Desenvolvidas Provadas (1P *Developed Reserves*) e Desenvolvidas Prováveis (2P *Developed Reserves*), conforme informações indicadas pelo Relatório de Reservas Aplicável.

"**1.5P PV10 ALCR**" significa a média aritmética entre o valor presente líquido, descontado a taxa de 10% (dez por cento) ao ano, dos Fluxos de Caixa oriundos das Reservas Provadas (1P *Reserves*) e Prováveis (2P *Reserves*) de cada Campo, conforme informações indicadas pelo Relatório de Reservas Aplicável ou pelas Atualizações Trimestrais. O 1.5P PV10 de cada Campo de propriedade da Emissora e/ou por qualquer entidade controlada direta ou indiretamente pela Emissora e/ou das Fiadoras, deverão ser somados para cálculo dos Índices Financeiros.

"**1.5PDP PV10 ALCR**" significa a média aritmética entre o valor presente líquido, descontado a taxa de 10% (dez por cento) ao ano, dos Fluxos de Caixa oriundos das Reservas Desenvolvida Provada (1P *Developed Reserves*) e Desenvolvida Provável (2P *Developed Reserves*) de cada Campo, conforme informações indicadas pelo Relatório de Reservas Aplicável ou pelas Atualizações Trimestrais. O 1.5PDP PV10 de cada Campo de propriedade da Emissora e/ou por qualquer entidade controlada direta ou indiretamente pela Emissora e/ou das Fiadoras, deverão ser somados para cálculo dos Índices Financeiros.

"**1.5P PV10 LLCR**" significa a média aritmética entre o valor presente líquido, descontado a taxa de 10% (dez por cento) ao ano, dos Fluxos de Caixa oriundos das Reservas Provadas (1P *Reserves*) e Prováveis (2P *Reserves*) das Concessões e demais reservas aplicáveis no âmbito dos Ativos Restritos, conforme informações indicadas pelo Relatório de Reservas Aplicável ou pelas Atualizações Trimestrais. O 1.5P PV10 das Concessões e demais reservas aplicáveis no âmbito dos Ativos Restritos de propriedade da Emissora e/ou por qualquer entidade controlada direta ou indiretamente pela Emissora e/ou das Fiadoras deverão ser somados para cálculo dos Índices Financeiros.

Digitalizado com CamScanner

DocuSign Envelope ID: 998A61E6-892C-4F1F-ABBF-667E5080F4FB

Autorregulação ANBIMA

Agente Fiduciário

"**1.5PDP PV10 LLCR**" significa a média aritmética entre o valor presente líquido, descontado a taxa de 10% (dez por cento) ao ano, dos Fluxos de Caixa oriundos das Reservas Desenvolvida Provada (1P *Developed Reserves*) e Desenvolvida Provável (2P *Developed Reserves*) das Concessões e demais reservas aplicáveis no âmbito dos Ativos Restritos conforme informações indicadas pelo Relatório de Reservas Aplicável ou pelas Atualizações Trimestrais. O 1.5P PV10 das Concessões e demais reservas aplicáveis no âmbito dos Ativos Restritos de propriedade da Emissora e/ou por qualquer entidade controlada direta ou indiretamente pela Emissora e/ou das Fiadoras deverão ser somados para cálculo dos Índices Financeiros.

"**Fluxos de Caixa**" significa a projeção do fluxo de caixa esperado para determinado campo nos diferentes níveis de reservas certificadas. O Fluxo de Caixa determina o corte econômico da Reserva Certificada e será parte do anexo ao Relatório de Reservas Aplicável. O Fluxo de Caixa será composto pelas receitas líquidas futuras esperadas da venda do óleo ou gás descontados os custos operacionais associados, sendo que:

"**Oil Price**" será utilizado o preço do petróleo conforme considerado nas Certificações de Reservas ou, para as revisões trimestrais, os contratos futuros de petróleo brent futuro (*brent forward oil prices*) para os períodos subsequentes divulgados pela ICE Futures Europe Commodities na data de fechamento de cada trimestre, somado ao prêmio/desconto de qualidade e localização.

"**Oil Production**" será, dentro do período de 12 (doze) meses decorridos da última certificação de reserva do ativo emitida pela Certificadora, a "Oil Production" em MMbbl estimada para o ano de apuração, descontada pela produção acumulada realizada de cada trimestre decorrido. Para os demais anos subsequentes será utilizado como base o previsto pela Certificadora com base na última certificação de reserva do ativo.

"**Dívida Total**": significa, de modo consolidado entre Emissora, as Fiadoras e por qualquer entidade controlada direta ou indiretamente pela Emissora e/ou pelas Fiadoras, no que diz respeito a empréstimos, a somatória de: (I) valor de principal de todos os endividamentos no que diz respeito a empréstimos; (II) valor de principal e prêmio, caso haja, de todas as obrigações consolidadas representadas por debêntures, *bonds*, notas promissórias ou outros títulos e/ou valores mobiliários similares; (III) todas as obrigações consolidadas de pagar o valor diferido e não pago do preço de aquisição de ativos (incluindo contingências relacionadas a aquisição de ativos) as quais são consideradas passivos de acordo com o IFRS; (IV) todas as obrigações de reembolso em relação ao valor nominal das cartas de crédito ou instrumentos similares; (V) todas as obrigações consolidadas, na sua condição de arrendatária em contratos de leasing, em conformidade com os termos dos contratos de leasing registrados como leasing de bens

Digitalizado com CamScanner

DocuSign Envelope ID: 998A61E6-892C-4F1F-ABBF-667E5080F4FB

do imobilizado (exceto por qualquer leasing que, exclusivamente em razão da implementação do IFRS 16, seja contabilizado como leasing financeiro e operacional), conforme aplicável; (VI) todas as Dívidas de terceiros garantidas por ônus sobre qualquer ativo; (VII) os valores referentes às obrigações de resgate ou recompra de ações preferenciais ou ações conversíveis ou resgatáveis por Dívida da Emissora e/ou das controladas da Emissora (excluindo, em cada caso, dividendos acumulados); (VIII) contratos de derivativos (excluindo os contratos para fins de *hedge*); (IX) todas as Dívidas de terceiros garantidas (por garantia fidejussória) pela Emissora e pelas Fiadoras, até o limite efetivamente garantido pelas mesmas. Para fins da definição acima, "**Dívida**" será considerada: (A) em relação às obrigações contingentes, a responsabilidade máxima na ocorrência de tal contingencia que originou a obrigação; (B) com relação à Dívida garantida por ônus sobre ativos, mas não a obrigação, contingente ou não, o menor entre (x) o valor de mercado desse ativo na data de criação do ônus e (y) o valor dessa Dívida; (C) em relação a qualquer contrato de derivativo previsto no item (VIII) acima, o valor líquido a ser pago caso o referido contrato de derivativo fosse rescindido naquele momento; e (D) caso contrário, o saldo do principal ainda não pago da mesma.

Digitalizado com CamScanner

DocuSign Envelope ID: 998A61E6-892C-4F1F-ABBF-667E5080F4FB

Autorregulação ANBIMA

Agente Fiduciário

ANEXO V

LISTA DE CERTIFICADORAS

- Gaffney, Cline & Associates (Gaffney Cline)
- DeGolyer & MacNaughton (D&M)
- Netherland, Sewell & Associates (NSAI)

Digitalizado com CamScanner

DocuSign Envelope ID: 998A61E6-892C-4F1F-ABBF-667E5080F4FB

Autorregulação ANBIMA
Agente Fiduciário

ANEXO VI

ÔNUS PERMITIDOS

Para fins da presente Escritura de Emissão, "**Ônus Permitidos**" significam:

(i) Ônus atualmente existentes (incluindo, mas não se limitando, aos Ônus dos contratos firmados com a Yinson Bouvardia Holdings PTE. LTD. ("**Yinson**"), sendo certo que não poderá haver qualquer alteração nas condições comerciais, incluindo, mas não se limitando, prazo, preço e juros, e/ou na estrutura de garantias vigente do "*Call Option Agreement*", celebrado em 21 de fevereiro de 2022 entre a Atlanta Field, a AFPS B.V. e a Yinson, de modo a acarretar qualquer piora nas condições para a Emissora, para as Fiadoras, para as Controladas Restritas e/ou para as Controladas Relevantes, na condição de credoras, incluindo àquelas em relação às outorgas de garantia previstas no respectivo financiamento, exceto mediante prévia aprovação dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas);

(ii) Ônus criados de acordo com os Contratos de Garantia e/ou com o Contrato de Swap;

(iii) Ônus criados nos termos do "*Oil Prepayment Facility Agreement*" e quaisquer outros instrumentos celebrados entre a Emissora e/ou pela Enauta Energia e qualquer instituição qualificada a ser definida a exclusivo critério da Emissora e/ou da Enauta Energia, conforme aplicável ("**Contrapartes Contratos Antecipação de Cargas**"), para antecipação de cargas ("**Contrato(s) Antecipação de Cargas**"), assim como qualquer Ônus criado no âmbito de operações de *hedge* relacionadas aos Contratos Antecipação de Cargas ("***Hedge* Antecipação de Cargas**"), desde que todo e qualquer Contrato Antecipação de Cargas observe, cumulativamente, as seguintes condições (a) valor máximo de US$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares); (b) prazo de até 1 (um) ano; e (c) a destinação dos recursos captados seja exclusivamente para capital de giro da Emissora e/ou da Enauta Energia, exceto em relação ao exercício social de 2023, cujo valor da antecipação poderá ser de até US$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares) para os contratos existentes entre a Emissora e as Contrapartes dos Contratos Antecipação de Cargas, sendo certo que, em qualquer hipótese, a Emissora e/ou a Enauta Energia, conforme aplicável, deverão contratar *hedge* para o valor integral da transação, fixando o preço do óleo negociado com base em valor mínimo da curva de mercado para o mesmo período de exposição;

Digitalizado com CamScanner

DocuSign Envelope ID: 998A61E6-892C-4F1F-ABBF-667E5080F4FB

(iv) quaisquer Ônus impostos por lei, decisão ou regulamento aplicável incorridos no curso normal dos negócios da Emissora, das Fiadoras e/ou de suas Controladas para cumprir obrigações (a) fiscais (inclusive arrolamento e outros gravames), incluindo, mas não se limitando, àquelas relativas ao Repetro, ao Repetro-Sped e/ou a quaisquer regimes de admissão temporária de ativos, nos termos do Decreto nº 6.759 de 05 de fevereiro de 2009 ou qualquer outro que o substitua ("**Decreto 6.759**"); (b) trabalhistas e/ou comerciais; (c) regulatórias perante a ANP, o MME e demais autoridades regulatórias aplicáveis, incluindo, mas não se limitando, a obrigações de constituição de garantias de performance, de garantias suplementares, de penhor de petróleo e/ou obrigações de descomissionamento; ou (d) estatutárias da Emissora, das Fiadoras e/ou de suas Controladas, exclusivamente no âmbito das Concessões;

(v) quaisquer Ônus, direitos e obrigações criados no âmbito das Concessões e nos acordos de operação conjunta ("**JOAs**"), Contratos de Concessão e/ou instrumentos de consórcios e demais instrumentos existentes na data de assinatura da Escritura de Emissão, conforme aplicável, no que se refere às Concessões;

(vi) em razão de venda parcial das Concessões por meio de uma ou mais operações de *farm-out*, desde que (i) limitados a 30% (trinta por cento) do EBITDAX consolidado da Emissora dos últimos 12 (doze) meses relativos (a) ao Formulário de Informações Trimestrais (ITR) divulgado pela Emissora; ou (b) à demonstração financeira anual da Emissora, calculado conforme definido no Anexo III à presente Escritura, sendo certo que será definido entre (a) e (b) aquele cuja divulgação tenha ocorrido em data mais recente em relação à data da última venda parcial, considerando o valor agregado entre as Concessões e (ii) tenha sido apresentado um Laudo Avaliação de Venda (conforme abaixo definido) para apurar o valor de mercado do Ativo Restrito objeto da venda, transferência e/ou cessão, sendo certo que nesse caso deverá ser observado o Procedimento de Substituição de Garantia.

Digitalizado com CamScanner

DocuSign Envelope ID: 998A61E6-892C-4F1F-ABBF-667E5080F4FB

Autorregulação ANBIMA
Agente Fiduciário

ANEXO VII

ÔNUS PERMITIDOS ATIVOS NÃO RESTRITOS

Para fins da presente Escritura de Emissão, "**Ônus Permitidos Ativos Não Restritos**" significam:

(i) Ônus atualmente existentes;

(ii) Ônus criados no âmbito do Contrato Antecipação de Cargas, assim como qualquer Ônus criado no âmbito do *Hedge* Antecipação de Cargas, desde que o Contrato Antecipação de Cargas e o *Hedge* Antecipação de Cargas observem, cumulativamente, as seguintes condições (a) valor máximo de US$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares); (b) prazo de até 1 (um) ano; e (c) a destinação dos recursos captados seja exclusivamente para capital de giro da Emissora e/ou da Enauta Energia, exceto em relação ao exercício social de 2023, cujo valor da antecipação poderá ser de até US$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares) para os contratos existentes entre a Emissora e Contraparte do Contrato Antecipação de Cargas, sendo certo que, em qualquer hipótese, a Emissora e/ou a Enauta Energia, conforme aplicável, deverão contratar *hedge* para o valor integral da transação, fixando o preço do óleo negociado com base em valor mínimo da curva de mercado para o mesmo período de exposição;

(iii) quaisquer Ônus impostos por lei, decisão ou regulamento aplicável incorridos no curso normal dos negócios da Emissora, das Fiadoras e/ou de suas Controladas para cumprir obrigações (a) fiscais (inclusive arrolamento e outros gravames), incluindo, mas não se limitando, àquelas relativas ao Repetro, ao Repetro-Sped e/ou a quaisquer regimes de admissão temporária de ativos, nos termos do Decreto 6.759; (b) trabalhistas e/ou comerciais; (c) regulatórias perante a ANP, o MME e demais autoridades regulatórias aplicáveis, incluindo, mas não se limitando, obrigações de constituição de garantias de performance, de garantias suplementares, de penhor de petróleo e obrigações de descomissionamento; ou (d) estatutárias da Emissora, das Fiadoras e/ou de suas Controladas, exclusivamente no âmbito das Concessões;

(iv) quaisquer Ônus, direitos e obrigações criados no âmbito de qualquer concessão e JOAs, contratos de concessão e/ou instrumentos de consórcios e demais

Digitalizado com CamScanner

DocuSign Envelope ID: 998A61E6-892C-4F1F-ABBF-667E5080F4FB

instrumentos existentes na data de assinatura da Escritura de Emissão, conforme aplicável, no que se refere às Concessões;

(v) em razão de venda parcial de qualquer concessão por meio de uma ou mais operações de *farm-out*, desde que limitados a 30% (trinta por cento) do EBITDAX consolidado da Emissora dos últimos 12 (doze) meses relativos (a) ao Formulário de Informações Trimestrais (ITR) divulgado pela Emissora; ou (b) à demonstração financeira anual da Emissora, calculado nos termos do Anexo III à presente Escritura, sendo certo que será definido entre (a) e (b) aquele cuja divulgação tenha ocorrido em data mais recente em relação à data da última venda parcial, considerando o valor agregado entre as Concessões; e

(vi) quaisquer Ônus cuja criação seja decorrente de quaisquer operações financeiras por parte da Emissora e de quaisquer de suas Controladas desde que aprovadas nos termos da Escritura de Emissão, inclusive para aquisição do respectivo ativo e operações de Project Finance, com exceção das Controladas Restritas.

Digitalizado com CamScanner

DocuSign Envelope ID: 998A61E6-892C-4F1F-ABBF-667E5080F4FB

Autorregulação ANBIMA

Agente Fiduciário

ANEXO VIII

PROCEDIMENTO DE SUBSTITUIÇÃO DE GARANTIA

O seguinte procedimento deverá ser adotado:

(a) a Emissora, as Fiadoras e/ou as Controladas Restritas, conforme aplicável, deverão depositar e manter retidos os recursos financeiros líquidos recebidos referente à venda, transferência e/ou cessão (observado o valor apurado nos termos do Laudo de Avaliação de Venda abaixo), conforme aplicável ("Valor Retido") em conta vinculada a ser cedida fiduciariamente em favor dos Debenturistas por meio de aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária, sem necessidade, tanto para a liberação do bem objeto de venda, transferência e/ou cessão quanto para a celebração do referido aditamento, de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas;

(b) o Valor Retido poderá ser liberado exclusivamente para investimentos em bens, ativos ou direitos adicionais (incluindo ativos intangíveis) de mesma natureza dos Ativos Restritos vendidos, transferidos e/ou cedidos, em substituição aos existentes ("Novos Ativos Restritos"). Para fins de esclarecimento, a Emissora, as Fiadoras e/ou as Controladas Restritas não poderão utilizar o Valor Retido para a aquisição de bens, ativos ou direitos adicionais de natureza diversa de seus respectivos objetos sociais;

(c) após a aquisição dos Novos Ativos Restritos de mesma natureza que os ativos dados em Garantia na Data de Emissão, a Emissora, as Fiadoras e/ou as Controladas Restritas deverão oferecer os Novos Ativos Restritos em garantia em favor do Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, por meio (i) de alienação fiduciária/penhor de ações; ou (ii) penhor de direitos de concessão, por meio de aditamento aos Contratos de Penhor das Concessões ou constituição de novo instrumento de penhor de direitos de concessão, conforme aplicável ("Garantia Adicional" e "Instrumento de Garantia Adicional", respectivamente);

(d) para fins de constituição da Garantia Adicional, a Emissora deverá apresentar o Laudo de Avaliação de Compra (conforme definido abaixo), o qual deverá constatar que a Garantia Adicional (i) no âmbito de venda de ativos, que não as Concessões, possui valor de mercado (*valuation*) igual ou superior ao valor do respectivo Ativo Restrito objeto de venda, transferência e/ou cessão; ou (ii) no âmbito das Concessões, que (1) encontra-se em fase de produção operacional no âmbito das Concessões; (2) detém valor de mercado (*valuation*) igual ou superior ao valor do respectivo Ativo Restrito objeto de venda, transferência e/ou cessão; e (3) um nível de reservas auferidas com base a 1.5P igual ou superior ao valor do Ativo Restrito vendido, transferido ou cedido,

Digitalizado com CamScanner

em ambos os casos (i) e (ii) conforme disposto no Laudo de Avaliação de Venda ("Montante de Garantia Mínimo");

(e) o valor da Garantia Adicional deverá ser igual ou superior ao Montante de Garantia Mínimo, sendo certo que, caso o valor da Garantia Adicional seja superior ao Montante de Garantia Mínimo, não será admitida a liberação dos bens, ativos ou direitos que compõem a referida Garantia Adicional e que excedam o Montante de Garantia Mínimo;e

(f) os bens, ativos e direitos que compõem a Garantia Adicional serão imediatamente considerados Ativos Restritos no âmbito desta Escritura de Emissão, sendo certo que a Substituição de Garantia e a constituição da Garantia Adicional sobre os Ativos Restritos deverá ser formalizada em até 20 (vinte) Dias Úteis, nos termos previstos na Escritura de Emissão.

Para fim deste Procedimento de Substituição de Garantia, deverá ser apresentado laudo de avaliação a ser elaborado por um avaliador independente (i.e. que não esteja envolvido na consecução das atividades referentes ao M&A), a ser contratado pela e às expensas da Emissora, dentre (i) um dos dez bancos de investimento brasileiros com melhor ranking em operações de fusões e aquisições (M&A) conforme divulgado pela ANBIMA; (ii) uma das dez firmas de consultoria e assessoria financeira com melhor ranking em operações de fusões e aquisições (M&A) conforme divulgado pela ANBIMA; ou (iii) uma das seguintes firmas de contabilidade (*big four*) dentre PricewaterhouseCoopers, Ernst & Young, Deloitte Touche Tohmatsu and KPMG para constatar (a) o valor de mercado dos Ativos Restritos (inclusive da respectiva Concessão) que venham a ser objeto de venda, transferência e/ou cessão, ainda que para fins de constituição de Valor Retido e/ou para substituição por Garantia Adicional ("**Laudo de Avaliação de Venda**") e (b) o valor de mercado da Garantia Adicional ("**Laudo de Avaliação de Compra**"), em ambos os casos sendo datado de, no máximo, 30 (trinta) Dias Úteis anteriores à data prevista para as respectivas transações de compra e/ou venda.

Digitalizado com CamScanner

DocuSign Envelope ID: 998A61E6-892C-4F1F-ABBF-667E5080F4FB

Autorregulação ANBIMA

Agente Fiduciário

ANEXO IX

MODELO DE DECLARAÇÃO DE COMPROVAÇÃO DE DESTINAÇÃO DE RECURSOS ORIUNDOS DA 1ª (PRIMEIRA SÉRIE) E DA 3ª (TERCEIRA) DA 2ª (SEGUNDA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM ATÉ 3 (TRÊS) SÉRIES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA ENAUTA PARTICIPAÇÕES S.A. ("EMISSÃO")

Período: [==]/[==]/[==] até [==]/[==]/[==]

A **ENAUTA PARTICIPAÇÕES S.A.**, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Barroso, nº 52, sala 1301 (parte), Centro, CEP 20031-918, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda ("**CNPJ/MF**") sob o n° 11.669.021/0001-10, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("**Emissora**"), declara para os devidos fins que utilizou, os recursos obtidos por meio da Primeira Série e da Terceira Série da Emissão, realizada em [•] de [•] de 2023, exclusivamente, nos termos da Cláusula 3.7 da Escritura de Emissão de Debêntures, conforme descrito no relatório de gastos na forma do **ANEXO A**.

A Emissora declara que as despesas elencadas no **ANEXO A** não foram utilizadas para fins de comprovação de destinação de recursos de nenhum outro instrumento de dívida emitido pela Emissora e/ou empresas do grupo.

São Paulo, [•] de [•] de 20[•].

ENAUTA PARTICIPAÇÕES S.A.

Nome:	Nome:
Cargo:	Cargo:

Digitalizado com CamScanner

DocuSign Envelope ID: 998A61E6-892C-4F1F-ABBF-667E5080F4FB

Autorregulação ANBIMA

Agente Fiduciário

ANEXO A

MODELO DE RELATÓRIO DE USO DE GASTOS DA PRIMEIRA SÉRIE E DA TERCEIRA SÉRIE DA EMISSÃO

Projeto	Fornecedor	Data de Pagamento	Valor	Descrição do Gasto

Digitalizado com CamScanner

DocuSign Envelope ID: 998A61E6-892C-4F1F-ABBF-667E5080F4FB

Autorregulação ANBIMA
Agente Fiduciário

ANEXO X

Outras emissões do Agente Fiduciário

Emissor	Quantidade	Remuneração	Emissão	Série	Data de Emissão	Vencimento	Inadimplemento no Período	Garantias
ENAUTA PARTICIPACOES S.A.	736.675	IPCA + 9,83 %	1	1	15/12/2022	15/12/2029	Adimplente	Garantia Corporativa, Penhor de Outros, Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Alienação Fiduciária de Ações, Fiança
ENAUTA PARTICIPACOES S.A.	663.325	CDI + 4,25 %	1	2	15/12/2022	15/12/2027	Adimplente	Garantia Corporativa, Penhor de Outros, Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Fiança, Alienação Fiduciária de Ações

Digitalizado com CamScanner

DocuSign

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 998A61E6892C4F1FABBF667E5080F4FB
Status: Concluído
Assunto: Complete com a DocuSign: Deb Enauta 2ª Emissão - Escritura de Emissão (v. sign-off) .pdf
Envelope fonte:
Documentar páginas: 145
Assinaturas: 8
Certificar páginas: 6
Rubrica: 0
Assinatura guiada: Ativado
Selo com EnvelopeId (ID do envelope): Ativado
Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

Remetente do envelope:
Isis Larissa Mangabeira Goncalves Donato
AV BRIGADEIRO FARIA LIMA, 4100
SP, SP 04.538-132
idonato@stoccheforbes.com.br
Endereço IP: 189.112.41.137

Rastreamento de registros

Status: Original
06/09/2023 14:50:15

Portador: Isis Larissa Mangabeira Goncalves Donato
idonato@stoccheforbes.com.br

Local: DocuSign

Eventos do signatário	Assinatura	Registro de hora e data
Brenda Ribeiro de Oliveira bro@vortx.com.br Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital **Detalhes do provedor de assinatura:** Tipo de assinatura: ICP Smart Card Emissor da assinatura: AC Certisign RFB G5 CPF do signatário: 44645126822 **Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:** Aceito: 06/09/2023 18:48:44 ID: 8cd065dc-9794-4ee1-ad94-3df73768f6fd	DocuSigned by: Brenda Ribeiro de Oliveira 70B8878BCC5946F... Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 163.116.233.39	Enviado: 06/09/2023 15:29:33 Reenviado: 06/09/2023 18:29:58 Visualizado: 06/09/2023 18:48:44 Assinado: 06/09/2023 18:49:30
Décio Fabrício Oddone da Costa decio.oddone@enauta.com.br Decio Oddone CEO Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital **Detalhes do provedor de assinatura:** Tipo de assinatura: ICP Smart Card Emissor da assinatura: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5 CPF do signatário: 44911211091 Cargo do Signatário: Diretor **Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:** Aceito: 06/09/2023 16:17:42 ID: 1f804e6b-831b-4b1f-a724-7fe37c190693	DocuSigned by: 53D150CD897D451... Adoção de assinatura: Desenhado no dispositivo Usando endereço IP: 191.57.26.11	Enviado: 06/09/2023 15:29:33 Visualizado: 06/09/2023 15:56:01 Assinado: 06/09/2023 16:23:34
Felipe Silva Melo felipe.melo@enauta.com.br Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital **Detalhes do provedor de assinatura:** Tipo de assinatura: ICP Smart Card Emissor da assinatura: AC SERASA RFB v5 CPF do signatário: 09424128770 **Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:** Aceito: 06/09/2023 17:15:01 ID: b4393fc1-d380-4e08-b1df-329d73732027	DocuSigned by: Felipe Silva Melo DD688E5495D347D... Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 177.184.26.195	Enviado: 06/09/2023 15:29:36 Visualizado: 06/09/2023 17:15:01 Assinado: 06/09/2023 17:24:57

Digitalizado com CamScanner

Eventos do signatário	Assinatura	Registro de hora e data
José Eduardo Gamboa Junqueira jej@vortx.com.br Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital **Detalhes do provedor de assinatura:** Tipo de assinatura: ICP Smart Card Emissor da assinatura: AC SERASA RFB v5 CPF do signatário: 42308529830 Cargo do Signatário: Procurador **Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:** Aceito: 06/09/2023 18:53:24 ID: 7aace315-a1bf-42ec-b71f-24890528886e	DocuSigned by: José Eduardo Gamboa Junqueira 82CAE08FF53B4E9... Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 163.116.233.78	Enviado: 06/09/2023 15:29:34 Reenviado: 06/09/2023 18:29:59 Visualizado: 06/09/2023 18:53:24 Assinado: 06/09/2023 18:54:06
Matheus Gomes Faria mgf@vortx.com.br Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital **Detalhes do provedor de assinatura:** Tipo de assinatura: ICP Smart Card Emissor da assinatura: AC Certisign RFB G5 CPF do signatário: 05813311769 Cargo do Signatário: Procurador **Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:** Aceito: 06/09/2023 18:46:27 ID: 81f6f8e6-8e3e-47d3-899f-c5a8012edfbe	DocuSigned by: Matheus Gomes Faria 295347A0C17A46A... Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 163.116.233.34	Enviado: 06/09/2023 15:29:35 Reenviado: 06/09/2023 18:30:00 Visualizado: 06/09/2023 18:30:10 Assinado: 06/09/2023 18:55:57
Pedro Rodrigues Galvão de Medeiros pedro.medeiros@enauta.com.br Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital **Detalhes do provedor de assinatura:** Tipo de assinatura: ICP Smart Card Emissor da assinatura: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5 CPF do signatário: 09875589780 Cargo do Signatário: Diretor **Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:** Aceito: 06/09/2023 16:40:56 ID: 2bf976c4-8c29-4a5b-862d-ec066d908fd8	DocuSigned by: Pedro Rodrigues Galvão de Medeiros 58ACA0FD457B41E... Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 50.74.174.235	Enviado: 06/09/2023 15:29:35 Visualizado: 06/09/2023 16:40:56 Assinado: 06/09/2023 16:41:22

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de entrega do editor	**Status**	**Registro de hora e data**
Evento de entrega do agente	**Status**	**Registro de hora e data**
Eventos de entrega intermediários	**Status**	**Registro de hora e data**
Eventos de entrega certificados	**Status**	**Registro de hora e data**
Eventos de cópia	**Status**	**Registro de hora e data**
Eventos com testemunhas	**Assinatura**	**Registro de hora e data**
Eventos do tabelião	**Assinatura**	**Registro de hora e data**
Eventos de resumo do envelope	**Status**	**Carimbo de data/hora**
Envelope enviado	Com hash/criptografado	06/09/2023 15:29:36

Digitalizado com CamScanner

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Entrega certificada	Segurança verificada	06/09/2023 16:40:56
Assinatura concluída	Segurança verificada	06/09/2023 16:41:22
Concluído	Segurança verificada	06/09/2023 18:55:59

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico

Digitalizado com CamScanner

ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE

From time to time, STOCCHE, FORBES, FILIZZOLA, CLAPIS, PASSARO E MEYER SOCIEDADE DE ADVOGADOS (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through the DocuSign system. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to this Electronic Record and Signature Disclosure (ERSD), please confirm your agreement by selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

Getting paper copies

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. You will have the ability to download and print documents we send to you through the DocuSign system during and immediately after the signing session and, if you elect to create a DocuSign account, you may access the documents for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a $0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

Withdrawing your consent

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

Consequences of changing your mind

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format, and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. Further, you will no longer be able to use the DocuSign system to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

All notices and disclosures will be sent to you electronically

Digitalizado com CamScanner

Unless you tell us otherwise in accordance with the procedures described herein, we will provide electronically to you through the DocuSign system all required notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you during the course of our relationship with you. To reduce the chance of you inadvertently not receiving any notice or disclosure, we prefer to provide all of the required notices and disclosures to you by the same method and to the same address that you have given us. Thus, you can receive all the disclosures and notices electronically or in paper format through the paper mail delivery system. If you do not agree with this process, please let us know as described below. Please also see the paragraph immediately above that describes the consequences of your electing not to receive delivery of the notices and disclosures electronically from us.

How to contact STOCCHE, FORBES, FILIZZOLA, CLAPIS, PASSARO E MEYER SOCIEDADE DE ADVOGADOS:

You may contact us to let us know of your changes as to how we may contact you electronically, to request paper copies of certain information from us, and to withdraw your prior consent to receive notices and disclosures electronically as follows:
To contact us by email send messages to: fnogueira@stoccheforbes.com.br

To advise STOCCHE, FORBES, FILIZZOLA, CLAPIS, PASSARO E MEYER SOCIEDADE DE ADVOGADOS of your new email address

To let us know of a change in your email address where we should send notices and disclosures electronically to you, you must send an email message to us at fnogueira@stoccheforbes.com.br and in the body of such request you must state: your previous email address, your new email address. We do not require any other information from you to change your email address.

If you created a DocuSign account, you may update it with your new email address through your account preferences.

To request paper copies from STOCCHE, FORBES, FILIZZOLA, CLAPIS, PASSARO E MEYER SOCIEDADE DE ADVOGADOS

To request delivery from us of paper copies of the notices and disclosures previously provided by us to you electronically, you must send us an email to fnogueira@stoccheforbes.com.br and in the body of such request you must state your email address, full name, mailing address, and telephone number. We will bill you for any fees at that time, if any.

To withdraw your consent with STOCCHE, FORBES, FILIZZOLA, CLAPIS, PASSARO E MEYER SOCIEDADE DE ADVOGADOS

Digitalizado com CamScanner

To inform us that you no longer wish to receive future notices and disclosures in electronic format you may:

i. decline to sign a document from within your signing session, and on the subsequent page, select the check-box indicating you wish to withdraw your consent, or you may;

ii. send us an email to fnogueira@stoccheforbes.com.br and in the body of such request you must state your email, full name, mailing address, and telephone number. We do not need any other information from you to withdraw consent.. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process..

Required hardware and software

The minimum system requirements for using the DocuSign system may change over time. The current system requirements are found here: https://support.docusign.com/guides/signer-guide-signing-system-requirements.

Acknowledging your access and consent to receive and sign documents electronically

To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please confirm that you have read this ERSD, and (i) that you are able to print on paper or electronically save this ERSD for your future reference and access; or (ii) that you are able to email this ERSD to an email address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format as described herein, then select the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

By selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures', you confirm that:

- You can access and read this Electronic Record and Signature Disclosure; and
- You can print on paper this Electronic Record and Signature Disclosure, or save or send this Electronic Record and Disclosure to a location where you can print it, for future reference and access; and
- Until or unless you notify STOCCHE, FORBES, FILIZZOLA, CLAPIS, PASSARO E MEYER SOCIEDADE DE ADVOGADOS as described above, you consent to receive exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you by STOCCHE, FORBES, FILIZZOLA, CLAPIS, PASSARO E MEYER SOCIEDADE DE ADVOGADOS during the course of your relationship with STOCCHE, FORBES, FILIZZOLA, CLAPIS, PASSARO E MEYER SOCIEDADE DE ADVOGADOS.

Digitalizado com CamScanner

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO IV

Contrato de Alienação Fiduciária de Ações

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DocuSign Envelope ID: FFD59807-84C9-47DB-B8B5-592565F6A9B7

PRIMEIRO ADITAMENTO E CONSOLIDAÇÃO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE AÇÕES E OUTRAS AVENÇAS

Este "*Primeiro Aditamento e Consolidação ao Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças*" ("Primeiro Aditamento") é celebrado por e entre:

(1) ENAUTA PARTICIPAÇÕES S.A., companhia aberta, com registro de emissor de valores mobiliários perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") sob o nº 2236-5, com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Barroso, nº 52, sala 1301 (parte), Centro, CEP 20031-918, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 11.669.021/0001-10 e na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA") sob o NIRE 33300292896 ("Emissora" ou "Acionista"), neste ato representada na forma de seu estatuto social;

(2) VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., instituição financeira, devidamente constituída e validamente existente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, com sua sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, nº 215, 4º andar, Pinheiros, CEP 05.425-020, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.610.500/0001-88, na qualidade de agente fiduciário representante dos Debenturistas da Primeira Emissão (conforme abaixo definido) e dos Debenturistas da Segunda Emissão (conforme abaixo definido) ("Agente Fiduciário da Primeira Emissão" ou "Agente Fiduciário da Segunda Emissão" ou cada qual, individualmente e indistintamente, "Agente Fiduciário" e, quando referidos em conjunto, "Agentes Fiduciários", conforme o caso), neste ato representada na forma de seu contrato social; e

como parte interveniente-anuente:

(3) ENAUTA ENERGIA S.A., sociedade por ações, sem registro de emissor de valores mobiliários perante a CVM, com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Barroso, nº 52, sala 1101, 1102 e 1301 (parte), Centro, CEP 20031-918, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.253.257/0001-71 e na JUCERJA sob o NIRE 33300291598 ("Enauta Energia" ou "Companhia"), neste ato representada na forma de seu estatuto social.

sendo a Acionista, os Agentes Fiduciários e a Companhia referidos como as "Partes" e, individualmente, como "Parte".

CONSIDERANDO QUE

(A) em 22 de novembro de 2022, foi celebrado o "*Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em até 2 (Duas) Séries, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Enauta Participações S.A.*" pela Emissora, pelo Agente Fiduciário da Primeira Emissão e pela Enauta Energia, conforme aditado em 21 de dezembro de 2022 pelo "*Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de*

DocuSign Envelope ID: FFD59807-84C9-47DB-B8B5-592565F6A9B7

Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em até 2 (Duas) Séries, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Enauta Participações S.A." ("Escritura de Emissão da Primeira Emissão"), por meio do qual a Emissora realizou sua 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em 2 (duas) séries, no valor total de R$ 1.400.000.000,00 (um bilhão e quatrocentos milhões de reais), na data de emissão ("Debêntures da Primeira Emissão"), as quais foram objeto de distribuição pública, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, da Lei nº 6.385 de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, e das demais leis e normas regulamentares aplicáveis;

(B) para assegurar o fiel, pontual, correto e integral cumprimento das Obrigações Garantidas (conforme definido abaixo), a Acionista se comprometeu, em caráter irrevogável e irretratável, a alienar fiduciariamente em favor do Agente Fiduciário da Primeira Emissão, na qualidade de representante dos Debenturistas da Primeira Emissão, as Ações e Direitos Alienados Fiduciariamente (conforme definidos abaixo) nos termos do "*Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças*", celebrado pela Acionista, pela Enauta Energia e pelo Agente Fiduciário da Primeira Emissão em 29 de novembro de 2023, e registrado no 4º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Pessoa Jurídica da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sob o nº 5.434.199 em 1 de dezembro de 2022 e no 5º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro sob o nº 1014276 em 2 de dezembro de 2022 ("Contrato" e "Alienação Fiduciária", respectivamente);

(C) em 06 de setembro de 2023, foi celebrado o "*Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em até 3 (Três) Séries, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública, em Rito de Registro Automático, da Enauta Participações S.A.*" entre a Emissora, o Agente Fiduciário da Segunda Emissão e a Enauta Energia ("Escritura de Emissão da Segunda Emissão", e em conjunto com a Escritura de Emissão da Primeira Emissão, as "Escrituras de Emissão"), por meio do qual foram estabelecidos os termos e condições da 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em até 3 (três) séries, da Emissora, no valor total de até R$ 1.100.000.000,00 (um bilhão e cem milhões de reais), na data de emissão ("Debêntures da Segunda Emissão" e em conjunto com as Debêntures da Primeira Emissão, as "Debêntures"), as quais serão objeto de distribuição pública, sob o rito de registro automático, nos termos da Resolução da CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 160"), e das demais leis e normas regulamentares aplicáveis;

(D) nos termos da cláusula 4.26.5 da Escritura de Emissão da Primeira Emissão, os titulares das Debêntures da Primeira Emissão ("Debenturistas da Primeira Emissão") expressamente autorizaram o compartilhamento da Alienação Fiduciária e das demais Garantias Reais (conforme definido na Escritura de Emissão da Primeira Emissão);

(E) nos termos da Escritura da Segunda Emissão, a Alienação Fiduciária e as demais

DocuSign Envelope ID: FFD59807-84C9-47DB-B8B5-592565F6A9B7

Garantias Reais serão outorgadas em benefício dos titulares das Debêntures da Segunda Emissão ("Debenturistas da Segunda Emissão" e, em conjunto com os Debenturistas da Primeira Emissão, os "Debenturistas"), observado que os termos e condições do compartilhamento das Garantias Reais entre os credores, quer seja, os Debenturistas, representados pelos Agentes Fiduciários, estão regulados no "*Contrato de Compartilhamento de Garantias e Outras Avenças*", celebrado em 06 de setembro de 2023 entre os Agentes Fiduciários ("Contrato de Compartilhamento" e "Compartilhamento das Garantias Reais", respectivamente); e

(F) em conformidade com a Cláusula 2.12 do Contrato, as Partes desejam aditar o Contrato para formalizar a inclusão dos Debenturistas da Segunda Emissão, representados pelo Agente Fiduciário da Segunda Emissão, como novo credor no âmbito do Contrato.

RESOLVEM, por esta, e na melhor forma de direito, celebrar o presente Primeiro Aditamento, que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA I - DEFINIÇÕES E INTERPRETAÇÕES

1.1. Os termos em letras maiúsculas utilizados, mas não definidos no presente Primeiro Aditamento, terão os mesmos significados que lhe foram atribuídos no Contrato e nas Escrituras de Emissão. Todas as referências aqui contidas a quaisquer acordos ou documentos deverão ser interpretadas como uma referência a tais acordos ou documentos conforme aditados, alterados, modificados ou complementados de tempos em tempos. Todas as referências aqui contidas à lei aplicável deverão ser interpretadas como uma referência a tais leis, regulamentos, decretos, instruções, decisões normativas, medidas provisórias ou qualquer outra decisão em qualquer jurisdição aplicável, com força de lei ou não. Todas as referências a quaisquer das Partes deverão ser interpretadas como uma referência a tal Parte, seus respectivos sucessores, beneficiários e cessionários permitidos. As definições com denominação no singular incluem o plural e vice-versa.

1.2. Salvo qualquer outra disposição em contrário prevista neste Primeiro Aditamento, todos os termos e condições do Contrato aplicam-se total e automaticamente a este Primeiro Aditamento, *mutatis mutandis*, e deverão ser consideradas como uma parte integral deste, como se estivessem transcritos neste Primeiro Aditamento.

1.3. Todas as menções aos Agentes Fiduciários no presente instrumento deverão ser entendidas como o Agente Fiduciário da Primeira Emissão, agindo em nome e para o benefício da comunhão dos Debenturistas da Primeira Emissão, e Agente Fiduciário da Segunda Emissão, agindo em nome e para o benefício da comunhão e dos Debenturistas da Segunda Emissão.

CLÁUSULA II – OBJETO

DocuSign Envelope ID: FFD59807-84C9-47DB-B8B5-592565F6A9B7

2.1. Na forma do disposto no Contrato (conforme aditado, alterado e modificado de tempos em tempos, inclusive por meio deste Primeiro Aditamento), em função do Compartilhamento das Garantias Reais, o presente Primeiro Aditamento tem por objeto a formalização da inclusão dos Debenturistas da Segunda Emissão, representados pelo Agente Fiduciário da Segunda Emissão, na qualidade de novo credor que passará a compartilhar a presente garantia com os Debenturistas da Primeira Emissão, representados pelo Agente Fiduciário da Primeira Emissão, nos termos da Cláusula 2.12 do Contrato e nos termos do Contrato de Compartilhamento.

2.2 Tendo em vista o Compartilhamento das Garantias Reais e para incluir as principais características das Debêntures da Segunda Emissão, as Partes resolvem: (i) alterar a definição de "Obrigações Garantidas" prevista na Cláusula 2.1 do Contrato; (ii) substituir os Anexos I, II e V ao Contrato; e (iii) incluir o Anexo VIII ao Contrato, sendo que o Contrato, na sua integralidade, incluindo seus anexos, passará a vigorar na forma do Anexo A ao presente Primeiro Aditamento.

2.3. Por meio do presente Primeiro Aditamento, as Partes acordam, ainda, que a procuração outorgada nos termos do Contrato será, a partir da presente data, revogada, devendo ser substituída por procuração com o mesmo teor e conteúdo e celebrada na mesma data do presente Primeiro Aditamento, por meio da qual a Acionista se comprometerá a outorgar poderes aos Agentes Fiduciários, nos termos previstos na Cláusula 9 do Contrato e na forma do Anexo VII do Anexo A ao presente Primeiro Aditamento.

2.4 À luz do exposto acima, a Acionista e a Companhia se obrigam a efetuar os registros determinados pela Cláusula 4 do Contrato.

2.5 De forma que não restem dúvidas, as Partes acordam que a versão do Anexo A ao presente Primeiro Aditamento será, a partir da presente data, a única versão consolidada do Contrato, cancelando e substituindo quaisquer outros entendimentos ou acordos anteriores entre as Partes relativos ao mesmo objeto, sejam esses entendimentos ou acordos verbais ou escritos.

CLÁUSULA III - DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1. A Acionista e a Companhia ratificam, expressamente e de forma integral, em relação a si própria, todas as declarações, garantias e obrigações respectivamente contratadas no Contrato (na forma do Anexo A ao presente Primeiro Aditamento), como se tais obrigações estivessem inteiramente transcritas neste Primeiro Aditamento.

3.2. Caso qualquer das disposições deste Primeiro Aditamento venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

DocuSign Envelope ID: FFD59807-84C9-47DB-B8B5-592565F6A9B7

3.3. O presente Primeiro Aditamento será regido e interpretado em conformidade com as leis do Brasil. Fica eleito o foro da cidade de São Paulo, estado de São Paulo, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou possa vir a ser, como competente para dirimir quaisquer controvérsias ou litígios decorrentes ou relacionados a este Primeiro Aditamento.

3.4. Qualquer alteração ao Contrato, conforme alterado pelo presente Primeiro Aditamento, só poderá ser realizada mediante novo aditamento celebrado por todas as Partes, precedida de autorização pelos Debenturistas da Primeira Emissão e pelos Debenturistas da Segunda Emissão outorgada em assembleia geral de debenturistas da respectiva emissão, exceto nas hipóteses (i) expressamente permitidas nos termos das Escrituras de Emissão ou do Contrato; ou (ii) em que referido aditamento tiver a finalidade de corrigir erros manifestos ou de natureza estilística, menores ou puramente técnicos, e que não alterem os direitos e obrigações de quaisquer das Partes.

3.5. As Partes desde já reconhecem o presente Primeiro Aditamento como título executivo extrajudicial, nos termos dos incisos III e V do artigo 784 do Código de Processo Civil.

3.6. As Partes assinam o presente Primeiro Aditamento por meio eletrônico, sendo consideradas válidas apenas as assinaturas eletrônicas realizadas por meio de certificado digital, validado conforme a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001. As Partes reconhecem, de forma irrevogável e irretratável, a autenticidade, validade e a plena eficácia da assinatura por certificado digital, para todos os fins de direito. As Partes convencionam que, para todos os fins de direito a data de início da produção de efeitos do presente Primeiro Aditamento será a data do presente documento, ainda que qualquer das Partes venha a assinar eletronicamente este Primeiro Aditamento em data posterior, por qualquer motivo, hipótese em que as Partes, desde logo, concordam com a retroação dos efeitos deste instrumento para a data aqui mencionada.

E, por estarem assim certas e ajustadas, as Partes firmam este Contrato eletronicamente, juntamente com 2 (duas) testemunhas abaixo identificadas, que também o assinam.

São Paulo, 06 de setembro de 2023

[AS ASSINATURAS SEGUEM NA PÁGINA SEGUINTE]

DocuSign Envelope ID: FFD59807-84C9-47DB-B8B5-592565F6A9B7

(Página de Assinaturas do "Primeiro Aditamento e Consolidação ao Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia e Outras Avenças")

ENAUTA PARTICIPAÇÕES S.A.

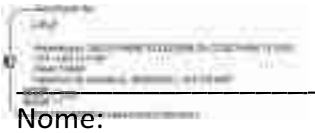


Nome:
Cargo:



Nome:
Cargo:

ENAUTA ENERGIA S.A.



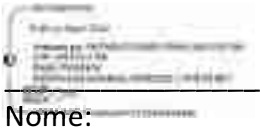
Nome:
Cargo:



Nome:
Cargo:

VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA

Na qualidade de Agente Fiduciário da Primeira Emissão e Agente Fiduciário da Segunda Emissão



Nome:
Cargo:

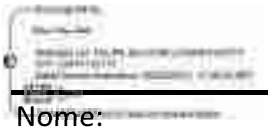


Nome:
Cargo:

Testemunhas:



Nome:
CPF:



Nome:
CPF:

DocuSign Envelope ID: FFD59807-84C9-47DB-B8B5-592565F6A9B7

ANEXO A AO PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE AÇÕES E OUTRAS AVENÇAS

CONTRATO CONSOLIDADO

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE AÇÕES E OUTRAS AVENÇAS

Este "*Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças*" ("Contrato") é celebrado por e entre:

(1) ENAUTA PARTICIPAÇÕES S.A., companhia aberta, com registro de emissor de valores mobiliários perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") sob o nº 2236-5, com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Barroso, nº 52, sala 1301 (parte), Centro, CEP 20031-918, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 11.669.021/0001-10 e na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA") sob o NIRE 33300292896 ("Emissora" ou "Acionista"), neste ato representada na forma de seu estatuto social;

(2) VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., instituição financeira, devidamente constituída e validamente existente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, com sua sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, nº 215, 4º andar, Pinheiros, CEP 05.425-020, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.610.500/0001-88, na qualidade de agente fiduciário representante dos Debenturistas da Primeira Emissão (conforme abaixo definido) e dos Debenturistas da Segunda Emissão (conforme abaixo definido) ("Agente Fiduciário da Primeira Emissão" ou "Agente Fiduciário da Segunda Emissão", cada qual, individualmente e indistintamente, "Agente Fiduciário" e, quando considerados em conjunto, "Agentes Fiduciários", conforme o caso), neste ato representada na forma de seu contrato social;

como parte interveniente-anuente:

(3) ENAUTA ENERGIA S.A., sociedade por ações, sem registro de emissor de valores mobiliários perante a CVM, com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Barroso, nº 52, sala 1101, 1102 e 1301 (parte), Centro, CEP 20031-918, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.253.257/0001-71 e na JUCERJA sob o NIRE 33300291598 ("Enauta Energia" ou "Companhia"), neste ato representada na forma de seu estatuto social.

sendo a Acionista, os Agentes Fiduciários e a Companhia referidos como as "Partes" e, individualmente, como "Parte".

CONSIDERANDO QUE

DocuSign Envelope ID: FFD59807-84C9-47DB-B8B5-592565F6A9B7

(A) em 22 de novembro de 2022, foi celebrado o "*Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em até 2 (Duas) Séries, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Enauta Participações S.A.*" pela Emissora, pelo Agente Fiduciário da Primeira Emissão e pela Enauta Energia, conforme aditado em 21 de dezembro de 2022 pelo "*Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em até 2 (Duas) Séries, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Enauta Participações S.A.*" ("Escritura de Emissão da Primeira Emissão"), por meio da qual a Emissora emitiu a sua 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em 2 (duas) séries, no valor total de R$ 1.400.000.000,00 (um bilhão e quatrocentos milhões de reais), na data de emissão ("Debêntures da Primeira Emissão"), as quais foram objeto de distribuição pública, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, da Lei nº 6.385 de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, e das demais leis e normas regulamentares aplicáveis;

(B) em 06 de setembro de 2023, foi celebrado o "*Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em até 3 (Três) Séries, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública, em Rito de Registro Automático, da Enauta Participações S.A.*" pela Emissora, pelo Agente Fiduciário da Segunda Emissão e pela Enauta Energia ("Escritura de Emissão da Segunda Emissão", em conjunto com a Escritura de Emissão da Primeira Emissão", as "Escrituras de Emissão"), conforme aditada de tempos em tempos, por meio por meio do qual foram estabelecidos os termos e condições da 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em até 3 (três) séries, da Emissora, no valor total de até R$ 1.100.000.000,00 (um bilhão e cem milhões de reais), na data de emissão ("Debêntures da Segunda Emissão" e, em conjunto com as Debêntures da Primeira Emissão, "Debêntures"), as quais serão objeto de distribuição pública, sob o rito de registro automático, nos termos da Resolução da CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 160"), e das demais leis e normas regulamentares aplicáveis

(C) para assegurar o fiel, pontual, correto e integral cumprimento das Obrigações Garantidas (conforme definido abaixo), a Acionista se comprometeu, em caráter irrevogável e irretratável, a alienar fiduciariamente em favor dos titulares das Debêntures da Primeira Emissão ("Debenturistas da Primeira Emissão"), representados pelo Agente Fiduciário da Primeira Emissão, e dos titulares das Debêntures da Segunda Emissão ("Debenturistas da Segunda Emissão" e, em conjunto com os Debenturistas da Primeira Emissão, os

DocuSign Envelope ID: FFD59807-84C9-47DB-B8B5-592565F6A9B7

"Debenturistas"), representados pelo Agente Fiduciário da Segunda Emissão, as Ações e Direitos Alienados Fiduciariamente (conforme definidos abaixo);

(D) na presente data, a Acionista é legitima titular e possuidora direta de 100% (cem por cento) das ações representativas do capital social da Enauta Energia; e

(E) a constituição e a outorga da presente Alienação Fiduciária (conforme abaixo definida), bem como a celebração do presente Contrato foram aprovadas em Reunião do Conselho de Administração da Acionista, realizada em 05 de setembro de 2023.

RESOLVEM, por esta, e na melhor forma de direito, celebrar o presente Contrato, que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

1. DEFINIÇÕES

1.1. Definições. Os termos em letras maiúsculas utilizados, mas não definidos no presente Contrato, terão os mesmos significados que lhe foram atribuídos nas Escrituras de Emissão. Todas as referências aqui contidas a quaisquer acordos ou documentos deverão ser interpretadas como uma referência a tais acordos ou documentos conforme aditados, alterados, modificados ou complementados de tempos em tempos. Todas as referências aqui contidas à lei aplicável deverão ser interpretadas como uma referência a tais leis, regulamentos, decretos, instruções, decisões normativas, medidas provisórias ou qualquer outra decisão em qualquer jurisdição aplicável, com força de lei ou não. Todas as referências a quaisquer das Partes deverão ser interpretadas como uma referência a tal Parte, seus respectivos sucessores, beneficiários e cessionários permitidos. As definições com denominação no singular incluem o plural e vice-versa.

1.2. Salvo qualquer outra disposição em contrário prevista neste Contrato, todos os termos e condições das Escrituras de Emissão aplicam-se total e automaticamente a este Contrato, mutatis mutandis, e deverão ser consideradas como uma parte integral deste, como se estivessem transcritos neste Contrato.

1.3. Todas as menções aos Agentes Fiduciários no presente Contrato deverão ser entendidas como o Agente Fiduciário da Primeira Emissão, agindo em nome e para o benefício da comunhão dos Debenturistas da Primeira Emissão, e o Agente Fiduciários da Segunda Emissão, agindo em nome e benefício da comunhão dos Debenturistas da Segunda Emissão.

2. OBJETO

2.1. Objeto. Para assegurar o fiel, pontual, integral pagamento das obrigações assumidas pela Emissora **(i)** na Escritura de Emissão da Primeira Emissão, incluindo, sem limitação, o Valor Total da Emissão, devido nos termos da Escritura de Emissão da Primeira Emissão, acrescido da Atualização Monetária das Debêntures da Primeira Emissão, conforme aplicável para cada Série, da Remuneração e dos Encargos Moratórios (conforme definidos na Escritura

DocuSign Envelope ID: FFD59807-84C9-47DB-B8B5-592565F6A9B7

de Emissão da Primeira Emissão), conforme aplicável, bem como das demais obrigações pecuniárias presentes e futuras, principais e acessórias, previstas na Escritura de Emissão da Primeira Emissão e nos Contratos de Garantia, inclusive honorários advocatícios, despesas, custos, encargos, tributos, reembolsos ou indenizações, bem como as obrigações relativas ao Agente de Liquidação, ao Escriturador, à B3, ao Agente Fiduciário da Primeira Emissão e demais prestadores de serviço envolvidos na Primeira Emissão, bem como honorários do Agente Fiduciário da Primeira Emissão e despesas judiciais e extrajudiciais necessárias e comprovadamente incorridas pelo Agente Fiduciário da Primeira Emissão ou Debenturistas da Primeira Emissão, inclusive, na constituição, formalização, execução e/ou excussão das garantias previstas na Escritura de Emissão da Primeiro Emissão; e **(ii)** na Escritura de Emissão da Segunda Emissão, incluindo, sem limitação, o Valor Total da Emissão, devido nos termos da Escritura de Emissão da Segunda Emissão, acrescido da Atualização Monetária das Debêntures da Segunda Emissão, conforme aplicável para cada Série, da Remuneração e dos Encargos Moratórios (conforme definidos na Escritura de Emissão da Segunda Emissão), conforme aplicável, bem como das demais obrigações pecuniárias presentes e futuras, principais e acessórias, previstas na Escritura de Emissão da Segunda Emissão, inclusive honorários advocatícios, despesas, custos, encargos, tributos, reembolsos ou indenizações, bem como as obrigações relativas ao Agente de Liquidação, ao Escriturador, à B3, ao Agente Fiduciário da Segunda Emissão e demais prestadores de serviço envolvidos na Emissão, bem como honorários do Agente Fiduciário da Segunda Emissão e despesas judiciais e extrajudiciais necessárias e comprovadamente incorridas pelo Agente Fiduciário da Segunda Emissão ou Debenturistas da Segunda Emissão, inclusive, na constituição, formalização, execução e/ou excussão das garantias previstas na Escritura de Emissão da Segunda Emissão ("Obrigações Garantidas"), conforme resumidamente descritas no Anexo I, a Acionista, neste ato, de forma irrevogável e irretratável, aliena fiduciariamente em favor dos Debenturistas da Primeira Emissão, aqui representados pelo Agente Fiduciário da Primeira Emissão, e em favor dos Debenturistas da Segunda Emissão, aqui representadas pelo Agente Fiduciário da Segunda Emissão, e seus respectivos sucessores e possíveis cessionários, nos termos do artigo 66-B da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, conforme alterada ("Lei do Mercado de Capitais"), dos Artigos 1.361 e seguintes da Lei n° 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil Brasileiro"), dos artigos 40, 100 e 113 da Lei das Sociedades por Ações, a propriedade fiduciária, o domínio resolutivo e a posse indireta, dos seguintes bens e direitos ("Alienação Fiduciária"):

(i) ações (incluindo, sem limitação, ações ordinárias, ações preferenciais ou de qualquer classe), existentes ou que venham a ser emitidas, representativas do capital social da Enauta Energia, correspondentes a 100% (cem por cento) do capital social da Enauta Energia, conforme descritas no Anexo II deste Contrato ("Ações Alienadas Fiduciariamente");

(ii) todas as ações (a) derivadas de desdobramento, grupamento ou bonificação, inclusive mediante a permuta, venda ou qualquer outra forma de alienação das ações de emissão da Enauta Energia e quaisquer bens ou títulos nos quais as ações de emissão da Enauta Energia sejam convertidas (incluindo quaisquer depósitos, títulos ou valores

DocuSign Envelope ID: FFD59807-84C9-47DB-B8B5-592565F6A9B7

mobiliários); (b) oriundas da subscrição de novas ações representativas do capital social da Enauta Energia, bem como de bônus de subscrição, debêntures conversíveis, partes beneficiárias, certificados, títulos ou outros valores mobiliários conversíveis em ações, relacionados à participação societária na Enauta Energia; e (c) de emissão da Enauta Energia recebidas, conferidas e/ou adquiridas (direta ou indiretamente) por meio de consolidação, fusão, cisão, incorporação, permuta, substituição, divisão, reorganização societária ou de qualquer outra forma (observadas as restrições previstas no presente Contrato e nas Escrituras de Emissão, conforme aplicável), sejam tais ações ou direitos atualmente ou futuramente detidas, direta ou indiretamente, pela Acionista ("Ações Adicionais"); e

(iii) todos os dividendos (em dinheiro, espécie ou mediante distribuição de novas ações), lucros, frutos, rendimentos, pagamentos, créditos, remuneração, bonificações, direitos econômicos, juros sobre capital próprio, distribuições, reembolso de capital, bônus e demais valores efetivamente creditados, pagos, entregues, recebidos ou a serem recebidos ou de qualquer outra forma distribuídos em razão da titularidade das Ações Alienadas Fiduciariamente e/ou das Ações Adicionais, sem limitar, todas as preferências e vantagens que forem atribuídas expressamente às Ações Alienadas Fiduciariamente e/ou das Ações Adicionais, a qualquer título, inclusive lucros, proventos decorrentes do fluxo de dividendos, juros sobre o capital próprio, valores devidos por conta de redução de capital, amortização, resgate, reembolso ou outra operação e todos os demais proventos ou valores que de qualquer outra forma tenham sido e/ou que venham a ser declarados e ainda não tenham sido distribuídos, inclusive mediante a permuta, venda ou qualquer outra forma de disposição ou alienação das Ações Alienadas Fiduciariamente e/ou das Ações Adicionais, e quaisquer bens, valores mobiliários ou títulos nos quais as Ações Alienadas Fiduciariamente e/ou das Ações Adicionais sejam convertidas (incluindo quaisquer depósitos, títulos ou valores mobiliários) ("Direitos Relacionados às Ações" e, em conjunto com as Ações Alienadas Fiduciariamente e as Ações Adicionais, "Ações e Direitos Alienados Fiduciariamente").

2.2. As Ações Adicionais serão automaticamente incorporadas e sujeitas à Alienação Fiduciária constituída sob este Contrato, independentemente de quaisquer formalidades adicionais, na medida permitida pela lei aplicável, passando, para todos os fins de direito, conforme o caso, a integrar a definição de "Ações Alienadas Fiduciariamente" e "Ações e Direitos Alienados Fiduciariamente").

2.2.1. As Ações Adicionais reputar-se-ão perfeitas tão logo passem a existir, independentemente da assinatura de qualquer outro documento ou da prática de qualquer outro ato por qualquer das Partes deste Contrato. Não obstante, a Acionista obriga-se a (i) comunicar por escrito, em até 10 (dez) Dias Úteis, aos Agentes Fiduciários, acerca da existência de Ações Adicionais, com o envio de cópia dos documentos que evidenciam tais ações e direitos; e (ii) em até 15 (quinze) Dias Úteis contados da subscrição ou aquisição de tais Ações Adicionais, praticar todos os atos necessários ao aperfeiçoamento da presente

DocuSign Envelope ID: FFD59807-84C9-47DB-B8B5-592565F6A9B7

Alienação Fiduciária, incluindo, sem limitação, (a) a celebração de instrumento aditivo ao presente Contrato, substancialmente conforme o Anexo III deste Contrato, para atualização da descrição das Ações Alienadas Fiduciariamente no Anexo II ao presente Contrato; e (b) averbação dos respectivos aditivos à margem dos registros referentes a este Contrato nos respectivos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos competentes, nos termos e prazos indicados na Cláusula 4 abaixo.

2.3. As Partes concordam que os Agentes Fiduciários não serão responsáveis pela verificação da veracidade das informações aqui fornecidas, as quais serão fornecidas pela Acionista sob sua exclusiva responsabilidade. Além disso, os Agentes Fiduciários não serão responsáveis por decidirem se aceitam ou não qualquer substituição de Ações e Direitos Alienados Fiduciariamente ou qualquer Reforço de Garantia (conforme definido abaixo), sendo certo que tais decisões deverão ser tomadas pelos Debenturistas da Primeira Emissão, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, de acordo com a Escritura de Emissão da Primeira Emissão, e pelos Debenturistas da Segunda Emissão, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, de acordo com a Escritura de Emissão da Segunda Emissão.

2.4. Preferência Absoluta. A Acionista concorda e reconhece que o ônus com prioridade absoluta constituído neste Contrato em favor dos Debenturistas da Primeira Emissão, representados pelo Agente Fiduciário da Primeira Emissão, e em favor dos Debenturistas da Segunda Emissão, representados pelo Agente Fiduciário da Segunda Emissão, é, de acordo com a legislação brasileira aplicável, sênior em todos os aspectos e anterior a quaisquer outros ônus sobre as Ações e Direitos Alienados Fiduciariamente, não obstante a data, forma ou ordem de concessão, penhora ou aperfeiçoamento de tais outros ônus, observada os termos e condições do Compartilhamento das Garantias Reais, nos termos do Contrato de Compartilhamento (conforme abaixo definido).

2.5. Extensão da Alienação Fiduciária. Este Contrato constitui garantia real com prioridade absoluta, sendo que nenhuma alteração ou aditamento às Escrituras de Emissão ou em qualquer documento ou acordo relacionado a ela deverá afetar a validade deste Contrato, observada o Compartilhamento das Garantias Reais. A Alienação Fiduciária abrangerá qualquer aditamento ou extensão futura das Obrigações Garantidas, bem como quaisquer outras extensões e alterações independente de qualquer pagamento intermediário ou quitação em parte das Obrigações Garantidas.

2.6. Aditamentos. Não obstante as disposições da Cláusula 2.5 acima, caso sejam realizadas:

a) quaisquer alterações nos termos das Escrituras de Emissão, na medida em que tais alterações modifiquem as Obrigações Garantidas descritas no Anexo I ao presente Contrato, este Contrato deverá ser aditado, a fim de refletir os termos e condições atualizados das Obrigações Garantidas, sem a necessidade de qualquer aprovação prévia dos Debenturistas, em sede da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas; ou

DocuSign Envelope ID: FFD59807-84C9-47DB-B8B5-592565F6A9B7

b) quaisquer alterações nas Ações e Direitos Alienados Fiduciariamente em razão de uma Reorganização Societária Permitida (conforme definidos nas Escrituras de Emissão), este Contrato deverá ser aditado, a fim de refletir os termos e condições atualizados das Ações e Direitos Alienados Fiduciariamente e/ou sua respectiva liberação, conforme aplicável, sem a necessidade de qualquer aprovação prévia dos Debenturistas, em sede da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas.

2.6.1. A Acionista deverá encaminhar aos Agentes Fiduciários via registrada do eventual aditamento mencionado na Cláusula 2.5 acima de acordo com os termos e condições da Cláusula 4 abaixo.

2.7. Como resultado da Alienação Fiduciária constituída por meio do presente Contrato, a Acionista reconhece e concorda que a propriedade fiduciária, o domínio resolúvel e a posse indireta sobre as Ações e Direitos Alienados Fiduciariamente são transferidos, como garantia, em favor dos Debenturistas, representados pelos respectivos Agentes Fiduciários, e que a Acionista manterá a posse direta das Ações e Direitos Alienados Fiduciariamente somente na qualidade de fiel depositária, conforme estabelecido no artigo 1.361 e seguintes do Código Civil Brasileiro, até a integral quitação das Obrigações Garantidas.

2.8. Descrição das Obrigações Garantidas. Para os fins do artigo 66-B da Lei do Mercado de Capitais e do artigo 1.362 do Código Civil Brasileiro, os termos e condições das Obrigações Garantidas são aqueles resumidos e descritos no Anexo I deste Contrato.

2.9. Reforço de Garantia. Para os fins do artigo 1.425 do Código Civil Brasileiro, caso quaisquer Ações e Direitos Alienados Fiduciariamente sejam objeto de penhora, arresto ou qualquer outra medida judicial de efeito semelhante ("Evento de Deterioração"), que não tenha sido devidamente sanada dentro do prazo de cura de 15 (quinze) dias contados da data de publicação da referida medida ("Prazo de Cura"), a Acionista obriga-se, em até 2 (dois) Dias Úteis contados do Prazo de Cura, (i) a comunicar os Agentes Fiduciários sobre o respectivo Evento de Deterioração para que os Agentes Fiduciários convoquem, cada um, a respectiva Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre novos bens e/ou direitos em substituição ou reforço das Ações e Direitos Alienados Fiduciariamente, a fim de recompor integralmente a garantia ("AGD – Reforço de Garantia" e "Reforço da Garantia", respectivamente); e (ii) caso o Agente Fiduciário não o faça, a convocar AGD – Reforço de Garantia.

2.9.1. Após a aprovação do Reforço de Garantia no âmbito da AGD – Reforço de Garantia, a Acionista deverá realizar a formalização do Reforço de Garantia por meio de constituição de nova garantia em até (i) 15 (quinze) Dias Úteis contados da data de realização da AGD – Reforço de Garantia, no caso de companhias com sede no Brasil; ou (ii) 25 (vinte e cinco) Dias Úteis da data de realização da AGD – Reforço de Garantia, no caso companhias com sede em outros países, conforme aplicável.

DocuSign Envelope ID: FFD59807-84C9-47DB-B8B5-592565F6A9B7

2.9.2. O instrumento de garantia que formalizará o Reforço de Garantia deverá identificar todos os direitos ou bens sobre os quais a alienação fiduciária será constituída e deverá ser interpretada como parte integrante deste Contrato para todos os fins. Para evitar dúvidas, as Partes reconhecem e concordam que nenhum Reforço de Garantia será aplicável se, nos termos da Cláusula 2.9 acima, o evento que criou a obrigação de Reforço de Garantia for revertido, suspenso e/ou sanado dentro do prazo estabelecido nos termos da Cláusula 2.9 acima.

2.9.3. As Partes desde já concordam e reconhecem que, em caso de conflito, as disposições previstas na Cláusula 2.9 acima deverão prevalecer sobre as disposições das Escrituras de Emissão.

2.10. Sujeita à Cláusula 17 abaixo, a Acionista deverá tomar todas as medidas para assegurar que os Debenturistas, representados pelos respectivos Agentes Fiduciários, mantenham preferência absoluta sobre as Ações e Direitos Alienados Fiduciariamente.

2.11. Ações e/ou Quotas de Emissão.

2.11.1. Observado o disposto na Cláusula 4.26.2 da Escritura de Emissão da Primeira Emissão e, com exceção da AFPS B.V., exclusivamente nos termos do item (iii) do Anexo VII da Escritura de Emissão da Primeira Emissão, conforme alterada, não poderão ser objeto de Ônus em favor de terceiros e deverão incorporar automaticamente a definição de *Negative Pledge* (conforme termos da Cláusula 6.2.1(xxiii) da Escritura de Emissão da Primeira Emissão), a Emissora e a Enauta Energia se comprometem a fazer com que as ações e/ou quotas de emissão de toda e qualquer Controlada Restrita que venha a ser controlada, direta ou indiretamente, pela Emissora e/ou pela Enauta Energia sejam objeto de alienação fiduciária ou garantia análoga regida pelas leis do local da sede da respectiva Controlada Restrita, conforme aplicável, mediante a celebração de (a) aditamento ao presente Contrato, substancialmente na forma do Anexo IV a este Contrato; (b) de Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, cujos termos e condições deverão ser substancialmente idênticos ao presente Contrato, observados, para sua celebração, os termos e condições previstos no presente Contrato; e/ou (c) instrumento apartado regido pelas leis do local da sede da respectiva Controlada Restrita, conforme aplicável, em até (i) 15 (quinze) Dias Úteis contados da data em que a referida entidade tenha se tornado uma Controlada Restrita, para o caso de Controladas Restritas com sede no Brasil; ou (ii) 25 (vinte e cinco) Dias Úteis contados da data em que a referida entidade tenha se tornado uma Controlada Restrita, para o caso de Controladas Restritas com sede em outros países, conforme aplicável, sem necessidade, para quaisquer das hipóteses previstas nos itens (a), (b) e (c) acima, de nova deliberação societária de quaisquer das Partes ou aprovação por Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Emissão para a sua celebração.

DocuSign Envelope ID: FFD59807-84C9-47DB-B8B5-592565F6A9B7

2.11.2. Observado o disposto na Cláusula 4.27.2 da Escritura de Emissão da Segunda Emissão e, com exceção da AFPS B.V., exclusivamente nos termos do item (iii) do Anexo VI da Escritura de Emissão da Segunda Emissão, conforme alterada não poderão ser objeto de Ônus em favor de terceiros e deverão incorporar automaticamente a definição de Negative Pledge conforme termos da Cláusula 6.2.1(xxiii) da Escritura de Emissão da Segunda Emissão), a Emissora e a Enauta Energia se comprometem a fazer com que as ações e/ou quotas de emissão de toda e qualquer Controlada Restrita que venha a ser controlada, direta ou indiretamente, pela Emissora e/ou pela Enauta Energia sejam objeto de alienação fiduciária ou garantia análoga regida pelas leis do local da sede da respectiva Controlada Restrita, conforme aplicável, mediante a celebração de (a) aditamento ao presente Contrato, substancialmente na forma do Anexo IV a este Contrato; (b) de Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, cujos termos e condição deverão ser substancialmente idênticos ao presente Contrato, observados, para sua celebração, os termos e condições previstos no presente Contrato; e/ou (c) instrumento apartado regido pelas leis do local da sede da respectiva Controlada Restrita, conforme aplicável, em até (i) 15 (quinze) Dias Úteis contados da data em que a referida entidade tenha se tornado uma Controlada Restrita, para o caso de Controladas Restritas com sede no Brasil; ou (ii) 25 (vinte e cinco) Dias Úteis contados da data em que a referida entidade tenha se tornado uma Controlada Restrita, para o caso de Controladas Restritas com sede em outros países, conforme aplicável, sem necessidade, para quaisquer das hipóteses previstas nos itens (a), (b) e (c) acima, de nova deliberação societária de quaisquer das Partes ou aprovação por Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Emissão para a sua celebração.

2.12. Compartilhamento das Garantias Reais. Observado o disposto na Cláusula da Escritura de Emissão da Primeira Emissão e na Cláusula 4.27.5 da Escritura de Emissão da Segunda Emissão, a presente Alienação Fiduciária poderá ser objeto de compartilhamento com eventuais novas dívidas, nos mesmos termos, *pari passu* e em mesmo grau de senioridade proporcionalmente ao: (i) valor total da Primeira Emissão, na primeira Data de Integralização da Primeira Emissão; (ii) valor total da Segunda Emissão na Data da Primeira Integralização, desde que o resultado da soma dos itens (i) e (ii) acima com o valor total de eventual nova dívida objeto do compartilhamento seja igual ou inferior a R$ 2.500.000.000,00 (dois bilhões e quinhentos milhões de reais), sem ordem de preferência de recebimento no caso de excussão, conforme detalhado neste Contrato e nos termos e condições do "*Contrato de Compartilhamento de Garantias e Outras Avenças*", celebrado em 06 de setembro de 2023 entre os Agentes Fiduciários ("Contrato de Compartilhamento" e "Compartilhamento das Garantias Reais", respectivamente), mediante a celebração de aditamento ao presente Contrato, substancialmente na forma do Anexo V a este Contrato, e sem necessidade, para fins do Compartilhamento das Garantias e para a celebração dos aditamentos ao presente Contrato, de nova deliberação societária de quaisquer das Partes ou aprovação por Assembleia Geral de Debenturistas.

DocuSign Envelope ID: FFD59807-84C9-47DB-B8B5-592565F6A9B7

3. DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS E FIEL DEPOSITÁRIO

3.1. Documentos Comprobatórios. O livro de registro de ações nominativas da Companhia ("Livro de Registro") e o livro de transferência de ações da Companhia ("Livro de Transferência" e, em conjunto com o Livro de Registro, os "Livros Societários"), bem como todos e quaisquer documentos que evidenciem quaisquer direitos sobre as Ações e Direitos Alienados Fiduciariamente (em conjunto com os Livros Societários, os "Documentos Comprobatórios").

3.2. Preservação do Documentos Comprobatórios. A Acionista se compromete a, sob sua própria responsabilidade, obrigação e expensas, preservar todas as instalações físicas e digitais necessárias para salvaguardar, preservar e organizar os Documentos Comprobatórios, bem como assume total e incondicional responsabilidade pela sua adequada manutenção, conservação e preservação.

3.3. Acesso aos Documentos Comprobatórios. O Agente Fiduciário da Primeira Emissão, em nome e em benefício dos Debenturistas da Primeira Emissão, e/ou o Agente Fiduciário da Segunda Emissão, em nome e em benefício dos Debenturistas da Segunda Emissão, e/ou de quaisquer profissionais contratados por estes, às expensas da Acionista, deverão ter (i) acesso irrestrito aos Documentos Comprobatórios a qualquer momento, desde que informado e/ou solicitado à Acionistas e à Companhia com, pelo menos, 5 (cinco) Dias Úteis de antecedência, ou em prazo inferior caso seja solicitado por um órgão judicial e/ou governamental/administrativo; (ii) autorização para fazer cópias dos Documentos Comprobatórios; e (iii) autorização para tomar qualquer medida razoavelmente necessária para verificar o cumprimento pela Acionista e pela Companhia das suas obrigações de acordo com este Contrato.

3.4. Posse dos Documentos Comprobatórios. Os Agentes Fiduciários, conforme autorizados pelas Escrituras de Emissão, renunciam ao direito de ter a posse direta dos Documentos Comprobatórios. A Acionista e a Companhia, por sua vez, deverão manter os Documentos Comprobatórios em sua posse direta, como fiéis depositários, de acordo com os artigos 627 e 1.361, §2º, do Código Civil Brasileiro.

3.5. Apresentação dos Documentos Comprobatórios. A Emissora e a Companhia comprometem-se a apresentar *pdfs* das versões originais dos Documentos Comprobatórios para os Agentes Fiduciários em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da respectiva solicitação pelos Agentes Fiduciários.

4. REGISTRO E APERFEIÇOAMENTO

4.1. A Acionista e a Companhia deverão, às suas exclusivas expensas, após a celebração deste Contrato:

(i) na data de assinatura deste Contrato e de eventuais aditamentos, fazer com que este

DocuSign Envelope ID: FFD59807-84C9-47DB-B8B5-592565F6A9B7

Contrato e/ou seus aditamentos, conforme aplicável, sejam mantidos na sede da Companhia;

(ii) dentro de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de assinatura deste Contrato, bem como da data de qualquer emissão, recebimento ou aquisição de quaisquer Ações Adicionais que demandem atualizações ou alterações no Livro de Registro, averbar a anotação da presente Alienação Fiduciária, constituída nos termos deste Contrato, no Livro de Registro de ações, conforme redação a seguir, de acordo com o artigo 40 da Lei das Sociedades por Ações, e enviar cópias autenticadas do Livro de Registro de ações para os Agentes Fiduciários:

"100% (*cem por cento*) *das ações* emitidas *pela Companhia detidas pela Enauta Participações S.A., bem como quaisquer ativos ou direitos nos quais as ações sejam ou venham a ser convertidas a qualquer momento e todos os rendimentos delas decorrentes, estão alienadas fiduciariamente em favor da Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Agente Fiduciário"), na qualidade de representantes (i) dos debenturistas da primeira emissão no âmbito do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em até 2 (Duas) Séries, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Enauta Participações S.A." celebrado em 29 de maio de 2022, conforme aditado; e (ii) dos debenturistas da segunda emissão no âmbito do "Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em até 3 (Três) Séries, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública, em Rito de Registro Automático, da Enauta Participações S.A." celebrado em 06 de setembro de 2023, conforme aditado, conforme os termos do "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças", celebrado em 29 de novembro de 2022, conforme aditado de tempos em tempos ("Contrato de Alienação Fiduciária"), o qual se encontra arquivado na sede da Companhia. As ações e direitos a ela relacionados não poderão ser, de qualquer modo, transferidos, cedidos ou alienados sem o prévio e expresso consentimento dos Agentes Fiduciários, e estão submetidas as demais disposições estabelecidas no referido Contrato de Alienação Fiduciária.*".

4.2. Registros. Dentro de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data de assinatura deste Contrato e de quaisquer aditamentos a este Contrato, a Acionista deverá (i) protocolar este Contrato e eventuais aditamentos a este Contrato para registro junto aos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das Cidades do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro e São Paulo, Estado de São Paulo ("Cartórios de Registro de Títulos e Documentos"); e (ii) fornecer aos Agentes Fiduciários cópia de evidência do(s) respectivo(s) protocolo(s) nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos.

4.2.1. Prazo de registro. O registro deste Contrato e de quaisquer de seus aditamentos nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos deverá ser obtido pela Acionista no prazo

DocuSign Envelope ID: FFD59807-84C9-47DB-B8B5-592565F6A9B7

máximo de 20 (vinte) dias contados das respectivas datas de assinatura do presente Contrato ou de quaisquer de seus aditamentos, conforme o caso, nos termos do artigo 130, da Lei n° 6.015, de 31 de dezembro de 1973, conforme alterada. A Acionista deverá, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados a partir do registro deste Contrato ou de qualquer de seus aditamentos nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, conforme o caso, entregar aos Agentes Fiduciários 1 (uma) via original deste Contrato e de eventuais aditamentos devidamente registrados nos respectivos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos.

4.3. Notificação de Ações Adicionais. Quando da emissão ou aquisição de Ações Adicionais, a Acionista deverá, dentro de 10 (dez) Dias Úteis, notificar os Agentes Fiduciários sobre a emissão ou aquisição das Ações Adicionais.

4.4. Responsabilidade das Formalidades. Todas as taxas, custos e despesas razoavelmente incorridos com relação aos registros, traduções, protocolos e outras formalidades descritas nesta Cláusula 4 serão arcados pela Acionista ou pela Companhia.

4.5. Descumprimento das Formalidades. As Partes concordam que o não cumprimento das disposições desta Cláusula 4 pela Acionista e/ou pela Companhia não deverá ser usado para contestar a Alienação Fiduciária.

5. DECLARAÇÕES, GARANTIAS E OBRIGAÇÕES

5.1. Declarações da Acionista e da Companhia. A Acionista e a Companhia pelo presente, declaram e garantem, individualmente, aos Debenturistas, representados cada qual por seu respectivo Agente Fiduciário, que:

(i) são sociedades por ações, devidamente constituídas com existência válida e em situação regular segundo as leis do Brasil;

(ii) têm plenos poderes para conduzir seus negócios, bem como estão devidamente autorizadas a desempenhar as atividades descritas em seus objetos sociais;

(iii) estão devidamente autorizadas a celebrarem este Contrato, assumindo as obrigações financeiras e não financeiras dele decorrentes, bem como a cumprir todas as disposições aqui contidas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto, sem resultar em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em quaisquer contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer Ônus (conforme definido nas Escrituras de Emissão) ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Acionista e/ou da Companhia, exceto os ônus decorrentes da constituição da garantia fiduciária objeto deste Contrato; (c) rescisão de quaisquer contratos ou instrumentos; ou (d) descumprimento de qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral;

DocuSign Envelope ID: FFD59807-84C9-47DB-B8B5-592565F6A9B7

(iv) os seus representantes legais que assinam este Contrato têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, cada qual em seu respectivo nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor de acordo com o estatuto social e documentos constitutivos da Acionista e da Companhia, conforme aplicável;

(v) este Contrato constitui obrigação legalmente válida e vinculante da Acionista e da Companhia, exequível de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 784 do Código de Processo Civil;

(vi) a Acionista é a única e legítima proprietária das Ações e Direitos Alienados Fiduciariamente descritos na Cláusula 2.1 deste Contrato, os quais estão livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames, encargos, restrições, reivindicações, ou pendências judiciais ou extrajudiciais de qualquer natureza, e não há opções, direitos de aquisição, direitos de preferência, direitos de primeira oferta, ou quaisquer outros acordos aplicáveis à cessão, venda, transferência ou aquisição das Ações e Direitos Alienados Fiduciariamente, incluindo aqueles que de qualquer forma impeçam ou limitem razoavelmente a Alienação Fiduciária aqui criado e que possam, ainda que indiretamente, prejudicar ou invalidar a alienação fiduciária objeto deste Contrato;

(vii) a procuração irrevogável outorgada nos termos da Cláusula 9.1 abaixo foi devidamente assinada pelos representantes legais da Acionista e concede os poderes nela indicados aos Agentes Fiduciários. A Acionista não concedeu nenhuma procuração semelhante a terceiros em relação às Ações e Direitos Alienados Fiduciariamente;

(viii) exceto pelas formalidades e registros previstos na Cláusula 4 acima e por qualquer outra autorização necessária perante a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis ("ANP") anos termos da Resolução ANP N° 785, de 16 de maio de 2019 ("Resolução ANP n° 785/2019") e/ou a aprovação perante o Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") que venha a ser aplicável em caso de eventual Excussão deste Contrato nos termos da Cláusula 7 abaixo, não é necessário obter qualquer aprovação governamental ou de terceiros (incluindo qualquer consentimento ou notificação a qualquer credor) ou qualquer outro consentimento, registro ou notificação para (a) a constituição da presente Alienação Fiduciária; (b) a validade e a exequibilidade deste Contrato de acordo com seus termos e condições; ou (c) a execução, pelos Debenturistas, representados cada qual por seu respectivo Agente Fiduciário, dos direitos aqui previstos;

(ix) as Ações Alienadas Fiduciariamente, conforme descritas no Anexo II deste Contrato (a) representam a totalidade do capital social da Companhia; (b) foram validamente emitidas, subscritas e integralizadas; e (c) são livremente transferíveis e não estão sujeitas a qualquer restrição que impeça a Acionista de ceder, transferir ou criar

DocuSign Envelope ID: FFD59807-84C9-47DB-B8B5-592565F6A9B7

garantias sobre as Ações Alienadas Fiduciariamente ou o Agente Fiduciário ou os Debenturistas de exercer seus direitos aqui previstos ou de acordo com a Escritura de Emissão;

(x) não há, com relação às Ações e Direitos Alienados Fiduciariamente das quais são titulares, quaisquer bônus de subscrição, opções, subscrições, reservas de ações ou outros acordos contratuais referentes à compra de tais Ações e Direitos Alienados Fiduciariamente ou de quaisquer outras ações do capital social ou de quaisquer valores mobiliários conversíveis em ações do capital social da Companhia, e não há quaisquer acordos pendentes (inclusive acordos de acionistas), direitos de preferência, direitos de resgate ou quaisquer outros direitos ou reivindicações de qualquer natureza, relativos a emissão, compra, recompra, resgate, transferência, votação ou direitos de preferência em relação às Ações e Direitos Alienados Fiduciariamente que restrinjam a transferência das referidas Ações e Direitos Alienados Fiduciariamente;

(xi) renuncia expressamente a qualquer direito que tenha e que possa afetar, ou dificultar, a excussão da presente Alienação Fiduciária pelo Agente Fiduciário;

(xii) não há qualquer ação judicial, processo administrativo ou arbitral em curso, do qual tenham sido citadas ou intimadas, bem como, no seu melhor conhecimento, não há qualquer investigação ou inquérito em curso, envolvendo ou que possa afetar a Acionista perante qualquer tribunal, órgão governamental ou árbitro que vise a anulação, invalidação, questionamento da Alienação Fiduciária e/ou das Ações e Direitos Alienados Fiduciariamente, exceto pelos processos descritos no formulário de referência da Acionista, elaborado nos termos da Resolução da CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, e que se encontra vigente e arquivado na CVM nesta data ("Formulário de Referência") na presente data;

(xiii) a garantia real constituída nos termos do presente Contrato em favor dos Debenturistas, representados cada qual por seu respectivo Agente Fiduciário, é, de acordo com a legislação brasileira aplicável, sênior em todos os aspectos e anterior a qualquer outro ônus sobre as Ações e Direitos Alienados Fiduciariamente, não obstante a data, forma ou ordem de concessão, vinculação ou aperfeiçoamento de tais outros ônus;

(xiv) em decorrência deste Contrato, as Ações e Direitos Alienados Fiduciariamente serão de propriedade fiduciária e, portanto, resolúvel, única e exclusiva dos Agentes Fiduciários;

(xv) aceitam integralmente e têm total ciência dos termos e condições previstos nas Escrituras de Emissão, incluindo, sem limitação, as obrigações, eventos de vencimento antecipado e os eventos de inadimplemento estabelecidos nos referidos instrumentos;

DocuSign Envelope ID: FFD59807-84C9-47DB-B8B5-592565F6A9B7

(xvi) exceto pelo ônus decorrente deste Contrato, as Ações e Direitos Alienados Fiduciariamente não são objeto de qualquer acordo de acionistas e encontram-se livres e desembaraçadas de todos e quaisquer ônus de qualquer natureza e não existe qualquer disposição ou cláusula contida em qualquer acordo, contrato ou avença de que seja parte, restringindo a Alienação Fiduciária ora contratada, ou discussões judiciais de qualquer natureza, ou impedimento de qualquer natureza que vede, restrinja, reduza ou limite, de qualquer forma, a constituição, manutenção ou eventual excussão da presente garantia sobre as Ações e Direitos Alienados Fiduciariamente; e

(xvii) as Ações e Direitos Alienados Fiduciariamente não se qualificam como bens essenciais às atividades da Acionista com o sentido disposto no artigo 49, parágrafo 3º, da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, conforme alterada de tempos em tempos (bens de capital necessários à sua atividade empresarial), e a Acionista não invocará o referido dispositivo com o objetivo de impedir, suspender ou de outro modo prejudicar a execução de qualquer das Obrigações Garantidas.

5.1.1. A Acionista e a Companhia obrigam-se a notificar os Agentes Fiduciários caso quaisquer das declarações prestadas nos termos desta 5.1 tornem-se inverídicas, inválidas ou incorretas ou insuficientes, nas datas em que foram prestadas, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que tiver ciência do fato.

5.1.2. Para fins do disposto no inciso "x" do artigo 11 da Resolução da CVM nº 17, de 9 de fevereiro de 2021, conforme alterada ("Resolução CVM 17"), na presente data, foi atribuído o valor de R$ 4.013.992.640,82 (quatro bilhões, treze milhões, novecentos e noventa e dois mil, seiscentos e quarenta reais e oitenta e dois centavos) aos Bens Alienados em Ações, sem qualquer atualização monetária. O referido valor foi baseado no estatuto social consolidado da Enauta Participações, conforme deliberação aprovada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de abril de 2023, devidamente arquivada na JUCERJA sob o nº 00005460243.

5.1.3. Fica acordado entre as Partes que o valor indicado na Cláusula 5.1.2 acima (i) está descrito no presente Contrato, única e exclusivamente, como referência, para verificação anual de suficiência de garantia, nos termos da Resolução CVM 17; e (ii) sob nenhuma hipótese será considerado para quaisquer outros fins, principalmente, mas não se limitando, para excussão da garantia, disputa judicial ou extrajudicial, os quais deverão obedecer aos termos e condições previstos neste Contrato.

5.1.4. Adicionalmente, fica acordado entre as Partes que os Agentes Fiduciários poderão, às expensas da Acionista, contratar empresa de avaliação para avaliar ou reavaliar os Bens Alienados em Ações, a qualquer momento, sem exigência de Assembleia Geral de Debenturistas de cada emissão.

DocuSign Envelope ID: FFD59807-84C9-47DB-B8B5-592565F6A9B7

5.2. Obrigações da Acionista e da Companhia. Além dos termos e condições previstos nas Escrituras de Emissão e dos demais termos e condições deste Contrato, até que as Obrigações Garantidas tenham sido integralmente quitadas, a Acionista e a Companhia se comprometem a:

(i) salvo disposição em contrário nas Escrituras de Emissão, neste Contrato ou mediante aprovação prévia dos Debenturistas, cada qual em sede de sua respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, não (a) criar, incorrer ou permitir a existência de qualquer ônus ou gravame ou direito real de garantia sobre as Ações e Direitos Alienados Fiduciariamente, além da Alienação Fiduciária objeto deste Contrato, ou dispor, de qualquer forma, total ou parcialmente, direta ou indiretamente, a título gratuito ou oneroso, das Ações e Direitos Alienados Fiduciariamente ou de quaisquer direitos a elas inerentes, exceto pelos Ônus Permitidos (conforme definido nas Escrituras de Emissão); (b) vender, comprometer-se a vender, ceder, transferir, emprestar, locar, alienar, conferir ao capital, instituir usufruto ou fideicomisso ou de qualquer forma dispor das respectivas Ações e Direitos Alienados Fiduciariamente; (c) autorizar a baixa das Ações e Direitos Alienados Fiduciariamente no Livro de Registro; e (d) tomar qualquer medida que possa restringir, depreciar ou diminuir a Alienação Fiduciária e os direitos criados por este Contrato, exceto na hipótese em que seja constituído Reforço de Garantia nos termos da Cláusula 2.9 acima;

(ii) não modificar, sem prévia e expressa autorização dos Debenturistas, cada qual em sede de sua respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, conforme aplicável, os contratos relativos às Ações e Direitos Alienados Fiduciariamente, caso tais alterações possam afetar, restringir ou diminuir esses direitos ou a excussão da Alienação Fiduciária pelos Agentes Fiduciários, conforme aplicável, exceto com relação às alterações exigidas pela lei ou pelos órgãos reguladores e autoridades competentes, às alterações permitidas no âmbito das Escrituras de Emissão ou às alterações devidamente aprovadas pelos Debenturistas, cada qual em sede de sua respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, sendo certo que tais alterações deverão ser informadas aos Agentes Fiduciários;

(iii) notificar, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados do seu conhecimento, os Agentes Fiduciários de qualquer acontecimento que possa reduzir, depreciar, modificar ou ameaçar a Alienação Fiduciária;

(iv) não ceder qualquer direito de subscrição a terceiros, permanecendo como única acionista da Enauta Energia, exceto nas hipóteses de Reorganização Societária Permitida, sendo certo que, caso outra sociedade do grupo econômico da Acionista e da Enauta Energia passe a deter ações do capital social da Enauta Energia, o presente Contrato deverá ser aditado para que tais Ações passem a integrar o conceito de Ações Alienadas Fiduciariamente, de modo que todas as ações de emissão da Enauta Energia, independentemente de quem seja o acionista, permaneçam oneradas com a

DocuSign Envelope ID: FFD59807-84C9-47DB-B8B5-592565F6A9B7

Alienação Fiduciária prevista neste Contrato, e sem necessidade, para fins de celebração do referido aditamento, de nova deliberação societária de quaisquer das Partes ou aprovação por Assembleia Geral de Debenturistas;

(v) não renunciar a qualquer dos direitos decorrentes das Ações e Direitos Alienados Fiduciariamente, exceto nos termos das Escrituras da Emissão ou mediante prévia aprovação dos Debenturistas, cada qual em sede de sua respectiva Assembleia Geral de Debenturistas;

(vi) expressamente renunciar a qualquer privilégio legal ou acordo contratual com terceiros que possa (a) impactar a Alienação Fiduciária criada pelo presente Contrato; (b) afetar o exercício de qualquer dos direitos dos Agentes Fiduciários previstos neste Contrato ou impedir a Acionista de cumprir com suas obrigações contratuais estabelecidas pelo presente Contrato; ou (c) afetar a livre e plena validade, eficácia, exequibilidade ou transferência das Ações e Direitos Alienados Fiduciariamente, no caso de excussão ou exercício, sendo certo que referida renuncia deverá ser estendida, incluindo mas não se limitando, a direitos de preferência, *tag-along, drag-along*, qualquer outro direito previsto na legislação aplicável, ou em qualquer outro documento, incluindo os documentos constitutivos da Acionista, ou qualquer outro contrato ou instrumento celebrado a qualquer momento;

(vii) defender-se, como também defender os direitos dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, de forma tempestiva e eficaz, de qualquer ato, ação, procedimento ou processo que possa, de qualquer forma, afetar de maneira relevante este Contrato e/ou as Ações e Direitos Alienados Fiduciariamente;

(viii) tratar qualquer ou quaisquer sucessor(es) ou substituto(s) dos Agentes Fiduciários como se fosse o(s) signatário() original(is) deste Contrato e das Escrituras de Emissão, concedendo-lhe(s) o exercício pleno e irrestrito de todos os direitos e prerrogativas originalmente atribuídos aos Agente Fiduciários, nos termos deste Contrato e das Escrituras de Emissão, conforme o caso;

(ix) efetuar o recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre as Ações e Direitos Alienados Fiduciariamente e que sejam de sua responsabilidade;

(x) manter e preservar todos os ônus constituídos neste Contrato e notificar os Agentes Fiduciários sobre qualquer evento, fato ou circunstância, incluindo, sem limitação, qualquer decisão, processo, reclamação, investigação ou mudança nas leis (ou na interpretação das mesmas), ou qualquer evento, fato ou circunstância ameaçada afete a validade, legalidade, aperfeiçoamento e/ou a prioridade da Alienação Fiduciária constituídas neste Contrato, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados a partir da data em que a Acionista tomar conhecimento de tal evento, fato ou circunstância;

DocuSign Envelope ID: FFD59807-84C9-47DB-B8B5-592565F6A9B7

(xi) cumprir com quaisquer outros requisitos e/ou formalidades oriundos da legislação aplicável, bem como fornecer comprovações do cumprimento de tais requisitos ou de outros que venham a ser instituídos no futuro conforme solicitado pelos Agentes Fiduciários, e que sejam necessários para a preservação integral da Alienação Fiduciária;

(xii) (a) preservar e manter sua existência legal como uma pessoa jurídica separada e independente; e (b) continuar a conduzir seus negócios conforme atualmente conduzidos e em conformidade em todos os aspectos materiais com todas as leis, alvarás, licenças e autorizações governamentais aplicáveis;

(xiii) tomar medidas e cooperar com os Agentes Fiduciários, agindo em nome e em benefício dos Debenturistas da Primeira Emissão e dos Debenturistas da Segunda Emissão, na hipótese em que a Execução (conforme definido abaixo) da presente Alienação Fiduciária deve ser iniciada nos termos da Cláusula 7 abaixo, no âmbito (a) do protocolo junto à ANP do pedido de consentimento e/ou das informações sobre o novo grupo controlador; e/ou (b) na obtenção do consentimento junto à ANP no caso de Execução da presente Alienação Fiduciária que resulte em uma mudança no controle societário da Companhia;

(xiv) cumprir todas as formalidades estabelecidas neste Contrato, incluindo a obrigação de providenciar os registros deste Contrato junto aos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos aplicáveis, nos termos da Cláusula 4 acima;

(xv) manter sempre válida e exequível a procuração concedida de acordo com a Cláusula 9.1 abaixo, devendo renová-la, sempre que necessário nos termos deste Contrato e do estatuto social da Acionista;

(xvi) exceto conforme previsto no presente Contrato e/ou nas Escrituras de Emissão, não firmar qualquer contrato ou acordo ou tomar qualquer medida que possa sob qualquer forma impactar negativamente ou impedir o pleno e absoluto exercício dos direitos dos Debenturistas, representados pelos respectivos Agentes Fiduciários, relacionados a este Contrato ou às Ações e Direitos Alienados Fiduciariamente;

(xvii) efetuar o Reforço da Garantia, caso necessário, nos prazos e formas previstos na Cláusula 2.9 acima;

(xviii) não votar pela alteração da política de dividendos da Enauta Energia e/ou de suas Controladas, atualmente existente nos termos dos respectivos documentos societários, que tenha por objetivo reduzir o percentual do lucro líquido destinado à remuneração dos acionistas da Enauta Energia e/ou de suas Controladas;

(xix) tomar todas as ações e medidas aplicáveis à Acionista e celebrar qualquer documento ou contrato adicional (incluindo quaisquer alterações a este Contrato, no todo ou em

DocuSign Envelope ID: FFD59807-84C9-47DB-B8B5-592565F6A9B7

parte) legalmente exigido para a preservação, manutenção, existência, aperfeiçoamento, validade ou exequibilidade da Alienação Fiduciária, de acordo com (a) mudanças nas disposições legais e regulamentares aplicáveis às Ações e Direitos Alienados Fiduciariamente e/ou a quaisquer das Partes; (b) alterações nos termos da Escritura de Emissão, na medida em que tais alterações modifiquem os termos e condições das Obrigações Garantidas descritas no Anexo I ao presente Contrato; e/ou (c) a necessidade de incluir qualquer outra pessoa como agente fiduciário da Primeira Emissão ou como agente fiduciário da Segunda Emissão, credor e/ou devedor fiduciário, a Acionista e a Companhia deverão celebrar e entregar aos Agentes Fiduciários, conforme aplicável, em até 10 (dez) Dias Úteis na hipótese da alínea (b), e 15 (quinze) Dias Úteis nas hipóteses das alíneas (a) e (c), ambos contados da respectiva data da uma solicitação nesse sentido, qualquer dos respectivos documentos e acordos que os Agentes Fiduciários, agindo cada qual em nome e benefício dos respectivos Debenturistas, possam legalmente solicitar; e

(xx) permitir o exercício, pelos Agentes Fiduciários, agindo cada qual em nome e benefício dos respectivos Debenturistas, conforme aplicável, de quaisquer dos direitos ou poderes a ela cedidos neste Contrato.

5.3. As Partes confirmam que a negociação e celebração deste Contrato seguiu os princípios de probidade e boa-fé, os quais também serão cumpridos pelas Partes no exercício dos seus direitos e no cumprimento das suas obrigações nos termos deste Contrato.

5.4. As Partes confirmam que exerceram sua liberdade de celebrar um contrato de acordo com os preceitos da ordem pública e o princípio da finalidade social deste Contrato, que também satisfaz os princípios de custo-benefício, razoabilidade e oportunidade, permitindo assim que as Partes alcancem seus respectivos objetivos e negócios corporativos, servindo, como resultado, a toda a Emissora.

5.5. Para os fins do Código Civil Brasileiro (incluindo seu artigo 157), cada Parte confirma e reconhece expressamente que (i) tem conhecimento e experiência na execução das atividades aqui contempladas; (ii) as obrigações das Partes de acordo com o presente são proporcionais e equilibradas; (iii) nenhum fato ou obrigação contida neste Contrato pode ser considerado ou pode constituir uma infração às leis aplicáveis, nem ao objeto e natureza deste Contrato; e (iv) está ciente de todas as circunstâncias relacionadas e das regras que regem este Contrato.

5.6. A Companhia expressa seu consentimento em relação à Alienação Fiduciária aqui criada, vinculada pelos termos e condições deste Contrato, nada tendo a se opor a eles.

6. DIREITOS DE VOTO, DIVIDENDOS, ETC.

6.1. Direito de Voto. A Acionista exercerá livremente seu direito de voto em relação às Ações Alienadas Fiduciariamente e às Ações Adicionais, conforme o caso, de acordo com o

DocuSign Envelope ID: FFD59807-84C9-47DB-B8B5-592565F6A9B7

artigo 113 da Lei das Sociedades Anônimas. Não obstante o exposto, o voto da Acionista nas assembleias de acionistas da Companhia será exercido, como segue:

(i) a Acionista poderá exercer todo e qualquer dos seus direitos de voto e seus direitos como acionista da Companhia livremente (inclusive para fins de distribuição de dividendos), desde que o exercício dos seus direitos não resulte em um Efeito Adverso Relevante (conforme definido nas Escrituras de Emissão) na prioridade, validade, exigibilidade ou efeito vinculante dos direitos de garantia criados nos termos deste Contrato, exceto (a) caso um Evento de Vencimento Antecipado tenha ocorrido e esteja em curso, e/ou (b) violem obrigações previstas nas Escrituras de Emissão ou no presente Contrato e/ou configurem Evento de Vencimento Antecipado previstos na Escrituras de Emissão, sendo certo que, nas hipóteses descritas nas alíneas (a) e (b), os direitos da Acionista deverão ser exercidos exclusivamente de acordo com as instruções prévias enviadas pelo Agente Fiduciário da Primeira Emissão, na qualidade de representante dos Debenturistas da Primeira Emissão, e pelo Agente Fiduciário da Segunda Emissão, na qualidade de representante dos Debenturistas da Segunda Emissão;

(ii) mediante ocorrência e continuidade de um Evento de Vencimento Antecipado (conforme previsto nas Escrituras de Emissão) ou em caso de vencimento final sem o correspondente pagamento do saldo devedor das Debêntures da Primeira Emissão ou da Debêntures da Segunda Emissão, a Acionista deverá exercer seus direitos de voto e seus direitos como acionista da Companhia somente de acordo com as instruções prévias enviadas pelo Agente Fiduciário da Primeira Emissão, na qualidade de representante dos Debenturistas da Primeira Emissão, e pelo Agente Fiduciário da Segunda Emissão, na qualidade de representante dos Debenturistas da Segunda Emissão. A Companhia e/ou a Acionista deverão informar aos Agentes Fiduciários, por meio de notificação escrita, sobre a realização de assembleia geral de acionistas da Companhia, pelo menos 30 (trinta) dias antes da data da realização da assembleia geral de acionistas. Caso a Acionista não receba as instruções por escrito do Agente Fiduciário da Primeira Emissão, agindo em nome e em benefício dos Debenturistas da Primeira Emissão, e do Agente Fiduciário da Segunda Emissão, agindo em nome e em benefício dos Debenturistas da Segunda Emissão, antes ou durante a assembleia, a Acionista deverá participar de tal assembleia e exercer seu papel de modo a preservar o *status* quo da Companhia no que diz respeito ao assunto sujeito à decisão dos acionistas.

6.2. Não obstante o exposto, nenhuma disposição deste Contrato deverá ser interpretada como uma obrigação da Acionista de transferir quaisquer direitos de voto para os Agentes Fiduciários.

6.3. Enquanto os Agentes Fiduciários não tiverem notificado a Acionista e a Companhia sobre a ocorrência e continuidade de um Evento de Vencimento Antecipado previsto em cada Escritura de Emissão, os Direitos Relacionados às Ações poderão ser pagos em relação às

DocuSign Envelope ID: FFD59807-84C9-47DB-B8B5-592565F6A9B7

Ações Alienadas Fiduciariamente ou às Ações Adicionais à Acionista na medida permitida pelas Escrituras de Emissão e qualquer outro documento relacionado às Obrigações Garantidas.

6.4. Mediante notificação dos Agentes Fiduciários à Acionista e à Companhia sobre a ocorrência e continuidade de um Evento de Vencimento Antecipado, os Direitos Relacionados às Ações, conforme aplicáveis, deverão ser pagos à Acionista em conta vinculada a ser indicada pelos Agentes Fiduciários.

7. EXCUSSÃO E COBRANÇA

7.1. Excussão da Garantia. Observado o disposto no Contrato de Compartilhamento, mediante a declaração de vencimento antecipado resultante de um Evento de Vencimento Antecipado previsto nas Escrituras de Emissão, ou o vencimento final das Debêntures da Primeira Emissão e/ou das Debêntures da Segunda Emissão sem que as respectivas Obrigações Garantidas tenham sido integralmente quitadas, a Acionista se obriga a assinar todos os documentos (incluindo instrumentos de transferência), tomar todas as medidas e praticar todos os outros atos (incluindo a entrega, transferência ou cessão das Ações e Direitos Alienados Fiduciariamente, no todo ou em parte, a qualquer cessionário ou outra pessoa indicada pelos Agentes Fiduciários), que venham a ser razoavelmente solicitados pelos Agentes Fiduciários, a fim de (i) implementar a Excussão (conforme definido abaixo) das Ações e Direitos Alienados Fiduciariamente; (ii) permitir que os Agentes Fiduciários, agindo cada qual em nome e benefício dos respectivos Debenturistas, exerçam todos os seus direitos relacionados às Ações e Direitos Alienados Fiduciariamente; (iii) providenciar a transferência das Ações e Direitos Alienados Fiduciariamente para o respectivo adquirente; ou (iv) exercer as ações previstas no presente Contrato ou na legislação aplicável.

7.2. Não obstante as disposições anteriores, observado o disposto no Contrato de Compartilhamento, mediante a declaração de vencimento antecipado resultante de um Evento de Vencimento Antecipado previsto nas Escrituras de Emissão, ou o vencimento final das Debêntures da Primeira Emissão e/ou das Debêntures da Segunda Emissão sem que as respectivas Obrigações Garantidas tenham sido integralmente quitadas, a propriedade plena das Ações e Direitos Alienados Fiduciariamente e a posse direta e indireta das Ações e Direitos Alienados Fiduciariamente e de seus frutos, consolidar-se-á em favor dos Agentes Fiduciários, agindo cada qual em nome e benefício dos respectivos Debenturistas, sendo que os Agentes Fiduciários, conforme previsto nas Escrituras de Emissão, estarão irrevogavelmente autorizados a promover a imediata excussão das Ações e Direitos Alienados Fiduciariamente, podendo dispor, cobrar, receber e/ou se apropriar (na medida do permitido pela legislação brasileira) das Ações e Direitos Alienados Fiduciariamente, ou parte delas, e prontamente vender, ceder, conceder uma opção ou opções de compra, ou de outra forma dispor e entregar as Ações e Direitos Alienados Fiduciariamente, no todo ou em parte, da maneira que for mais conveniente, e nos termos e condições que considerarem apropriados, desde que tal venda não possa ser feita por um preço que seja considerado um *preço vil* de acordo com a lei brasileira, sujeito aos termos e condições estabelecidos nesta Cláusula 7 e de acordo

DocuSign Envelope ID: FFD59807-84C9-47DB-B8B5-592565F6A9B7

com a lei aplicável, independentemente de qualquer aviso prévio ou posterior a Acionista, com a devida consideração ao disposto no Artigo 1.364 do Código Civil Brasileiro ("Excussão").

7.3. Obtenção de Relatório de Avaliação. No caso de Excussão das Ações e Direitos Alienados Fiduciariamente, os Agentes Fiduciários, agindo cada qual em nome e benefício dos respectivos Debenturistas, conforme aplicável, deverão, no menor prazo possível e indicativamente em até 45 (quarenta e cinco) dias contados do início do procedimento de Excussão, obter um relatório de avaliação, às expensas da Acionista, para fins de avaliação do valor de mercado das Ações e Direitos Alienados Fiduciariamente, desde que referida avaliação siga os procedimentos exigidos pela ANP e não entre em conflito com a Resolução ANP 785/2019 ("Relatório de Avaliação"). Quando da obtenção Relatório de Avaliação, (i) os Agentes Fiduciários terão 100 (cem) dias para oferecer as Ações e Direitos Alienados Fiduciariamente (no todo ou em parte) aos compradores potenciais (e durante tal período, a Acionista poderá apresentar compradores potenciais aos Agentes Fiduciários), ao final do qual os Direitos Relacionados às Ações poderão ser vendidos a qualquer comprador que tenha oferecido um preço de compra equivalente a pelo menos cem por cento (100%) do valor de mercado das respectivas Ações e Direitos Alienados Fiduciariamente indicados no Relatório de Avaliação; e (ii) se os Agentes Fiduciários não forem capazes de concluir a venda ao final do período de 100 (cem) dias mencionado, os Agentes Fiduciários, agindo cada qual em nome e benefício dos respectivos Debenturistas, conforme aplicável, poderão vender as Ações e Direitos Alienados Fiduciariamente pelo preço, termos e condições que julgar apropriados, desde que referida venda não seja realizada por um preço que seja considerado um preço vil, de acordo com a lei brasileira.

7.3.1. Para fim deste Relatório de Avaliação, deverá ser apresentado laudo de avaliação a ser elaborado por um avaliador independente (i.e. que não esteja envolvido na consecução das atividades referentes ao M&A), a ser contratado pela e às expensas da Emissora, dentre (i) um dos dez bancos de investimento brasileiros com melhor ranking em operações de fusões e aquisições (M&A) conforme divulgado pela ANBIMA; (ii) uma das dez firmas de consultoria e assessoria financeira com melhor ranking em operações de fusões e aquisições (M&A) conforme divulgado pela ANBIMA; ou (iii) uma das seguintes firmas de contabilidade (big four) dentre PricewaterhouseCoopers, Ernst & Young, Deloitte Touche Tohmatsu ou KPMG.

7.4. Autorização Prévia ANP. Em caso de Excussão da Alienação Fiduciária que resulte em uma mudança no controle societário da Enauta Energia, a Excussão estará sujeita, caso aplicável no momento da Excussão, às disposições do procedimento de cessão estabelecido no artigo 30 e seguintes da Resolução ANP n° 785/2019 e/ou, se aplicável, o CADE.

7.5. Excussões Sucessivas. Se a receita resultante da venda das Ações e Direitos Alienados Fiduciariamente não for suficiente para quitar integralmente as Obrigações Garantidas, os Agentes Fiduciários, agindo cada qual em nome e benefício dos respectivos Debenturistas, conforme aplicável, terão o direito de cobrar o saldo remanescente da Acionista e/ou executar

DocuSign Envelope ID: FFD59807-84C9-47DB-B8B5-592565F6A9B7

qualquer outra garantia que tenha sido concedida como garantia às Obrigações Garantidas, e todos os outros bens e direitos que possam não ter sido alienados permanecerão sujeitos à a Alienação Fiduciária como garantia das Obrigações Garantidas até que as Obrigações Garantidas tenham sido integralmente quitadas e este Contrato tenha sido rescindido de acordo com a Cláusula 12 abaixo. Os Agentes Fiduciários, agindo cada qual em nome e benefício dos respectivos Debenturistas, conforme aplicável, poderão, observado o disposto no Contrato de Compartilhamento, excutir a Alienação Fiduciária tantas vezes quantas forem necessárias para fins de quitação da totalidade das Obrigações Garantidas, ficando acordado que qualquer execução parcial da Alienação Fiduciária não afetará os termos e condições deste Contrato, observado o disposto na Cláusula 13.3 abaixo.

7.6. Valor Excedente Após Excussão. No caso de haver qualquer valor excedente resultante da execução da Alienação Fiduciária e da quitação integral das Obrigações Garantidas, tais recursos remanescentes deverão ser devolvidos à Acionista de acordo com o artigo 1.364 do Código Civil Brasileiro.

7.7. Deveres dos Agentes Fiduciários. Os Agentes Fiduciários, agindo cada qual em nome e benefício dos respectivos Debenturistas, conforme aplicável, utilizarão quaisquer rendimentos recebidos com relação às Ações e Direitos Alienados Fiduciariamente para a quitação das Obrigações Garantidas.

7.8. Renúncia. Na medida permitida pela lei aplicável e de acordo com a natureza das Obrigações Garantidas e disposições deste Contrato, a Acionista renuncia, em favor dos Agentes Fiduciários, agindo cada qual em nome e benefício dos respectivos Debenturistas, a qualquer privilégio legal ou contratual que possa afetar a livre e plena excussão da Alienação Fiduciária ou o exercício pelos Agentes Fiduciários, na qualidade de representantes dos Debenturistas, de quaisquer dos seus direitos nos termos deste Contrato e da lei aplicável.

8. DESPESAS

8.1. Despesas. A Acionista deverá reembolsar os Agentes Fiduciários, se aplicável, por todas as despesas documentadas, honorários e outros valores razoavelmente incorridos pelos Agentes Fiduciários (incluindo os honorários faturados, encargos e desembolsos de qualquer consultor dos Agentes Fiduciários), agindo em nome e em benefício dos Debenturistas e de acordo com os termos deste Contrato, em conexão com a celebração, registro, formalização, conservação e/ou aperfeiçoamento deste Contrato ou qualquer outro documento aqui produzido (incluindo alterações), e deverá transferir aos Agentes Fiduciários os rendimentos resultantes da execução deste Contrato.

8.2. Todos os pagamentos devidos pela Acionista aos Agentes Fiduciários de acordo com a Cláusula 8.1 acima deverão ser pagos em até 15 (quinze) Dias Úteis contados do envio, pelos Agentes Fiduciários, do respectivo comprovante da despesa, o qual será enviado de acordo com a Cláusula 19 abaixo.

DocuSign Envelope ID: FFD59807-84C9-47DB-B8B5-592565F6A9B7

9. PROCURAÇÃO

9.1. Procuração. A Acionista concede, nos termos do artigo 684 do Código Civil Brasileiro e com o seu estatuto social, procuração irrevogável aos Agentes Fiduciários (incluindo poderes para *substabelecer*), com poderes *ad judicia*, no todo ou em parte, com reservas, para que os Agente Fiduciários, agindo cada qual em nome e benefício dos respectivos Debenturistas, conforme o caso, tomem qualquer medida em relação aos assuntos previstos nesta Cláusula 9 em nome da Acionista ("Procuração"):

(i) praticar, na hipótese de omissão pela Acionista e pela Companhia, todos os atos, de qualquer natureza, exigidos ou necessários para formalizar, registrar ou averbar o Contrato ou quaisquer aditamentos ao Contrato, conforme o caso, perante os Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, sendo que os custos decorrentes serão arcados exclusivamente pela Acionista, conforme previsto no Contrato;

(ii) realizar, a qualquer momento, todos os atos necessários para a conservação, defesa e/ou execução da Alienação Fiduciária;

(iii) tomar todas as medidas para consolidar a plena propriedade das Ações e Direitos Alienados Fiduciariamente em favor dos Agentes Fiduciários no caso de excussão da Alienação Fiduciária;

(iv) exercer todo e qualquer direito da Acionista de cobrar, constituir em mora e receber pagamentos de qualquer natureza, incluindo direitos de vender, ceder, conceder opção sobre ou de outra forma alienar, a totalidade ou parte das Ações e Direitos Alienados Fiduciariamente, por meio de venda pública ou privada, de acordo com a lei aplicável e os termos deste Contrato, e independente de quaisquer notificações judiciais ou extrajudiciais;

(v) assinar qualquer documento e praticar qualquer ato relativo a Alienação Fiduciária e/ou as Ações e Direitos Alienados Fiduciariamente, sempre que tal ato ou documento for necessário para constituir, preservar, formalizar, aperfeiçoar, validar ou excutir a Alienação Fiduciária (incluindo dar e receber quitação);

(vi) representar a Acionista no Brasil, em juízo ou fora dele, perante terceiros e toda e qualquer entidade ou autoridade federal, estadual ou municipal, em todas as suas respectivas divisões e departamentos, incluindo, mas não se limitando, conforme aplicável, aos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, à Receita Federal do Brasil, ao Banco Central do Brasil, à ANP, ao CADE e a outros órgãos do sistema antitruste brasileiro, em relação à Alienação Fiduciária, às Ações e Direitos Alienados Fiduciariamente e a este Contrato e exercer todos os demais direitos concedidos à Acionista sobre o mesmo, com poderes para comprometer as Ações e Direitos Alienados Fiduciariamente, bem como alienar, transferindo-o de acordo com os

DocuSign Envelope ID: FFD59807-84C9-47DB-B8B5-592565F6A9B7

termos deste Contrato, bem como com poderes irrevogáveis para assinar todo e qualquer documento necessário para a transferência efetiva, receber e dar quitação;

(vii) solicitar toda e qualquer aprovação, registro ou consentimento prévio, que possa ser necessário para a efetiva excussão da Alienação Fiduciária e/ou para a cessão/transferência das Ações e Direitos Alienados Fiduciariamente, incluindo, mas não limitado a, aprovações ou consentimentos prévios de instituições financeiras, seguradoras, Banco Central do Brasil, Receita Federal do Brasil, ANP, CADE, outros órgãos do sistema antitruste brasileiro em relação à Alienação Fiduciária e quaisquer outras entidades ou autoridades federais, estaduais ou municipais, em todas as suas respectivas divisões e departamentos, ou quaisquer outros terceiros;

(viii) reter e recuperar a posse das Ações e Direitos Alienados Fiduciariamente, bem como os Documentos Comprobatórios, contra qualquer titular, inclusive a Acionista;

(ix) ceder e transferir direitos e obrigações da Acionista em relação às Ações e Direitos Alienados Fiduciariamente, no todo ou em parte, a terceiros;

(x) receber e utilizar os recursos provenientes da Excussão das Ações e Direitos Alienados Fiduciariamente, aplicando-os na liquidação das Obrigações Garantidas; e

(xi) realizar todo e qualquer ato e, assim como assinar todos os documentos necessários para o pleno cumprimento deste mandato, o qual poderá ser substabelecido, com poderes *ad judicia*, no todo ou em parte, com ou sem reservas, pelos Agentes Fiduciários, agindo em nome e em benefício dos Debenturistas, conforme julgar apropriado, assim como cancelar quaisquer substabelecimentos.

9.2. Para fins da Cláusula 9.1 acima, a Acionista celebrou, concomitantemente com a celebração do presente Contrato, e entregou aos Agentes Fiduciários Procurações substancialmente na forma do Anexo VI ao presente Contrato.

9.3. Enquanto este Contrato estiver em vigor, a procuração deverá permanecer válida e vigente até a integral quitação das Obrigações Garantidas, sendo certo que a procuração deverá ser renovada com, pelo menos, 30 (trinta) dias de antecedência de sua respectiva data de vencimento.

10. APLICAÇÃO DE VALORES

10.1. Aplicação de Valores. Quaisquer valores recebidos ou recuperados de tempos em tempos pelos Agentes Fiduciários por meio do exercício das medidas estabelecidas na Cláusula 7 acima deverão ser utilizados para a liquidação das Obrigações Garantidas.

DocuSign Envelope ID: FFD59807-84C9-47DB-B8B5-592565F6A9B7

11. ALTERAÇÕES RELACIONADAS ÀS OBRIGAÇÕES GARANTIDAS

11.1. A Acionista permanecerá vinculada, aos termos do presente Contrato, e as Ações e Direitos Alienados Fiduciariamente permanecerão sujeitos aos direitos de garantia ora outorgados, a todo o tempo, até o término do presente Contrato, sem limitação e sem qualquer reserva de direitos contra a Acionista, e independentemente da notificação ou anuência da Acionista, não obstante:

(i) qualquer renovação, prorrogação, aditamento, modificação, vencimento antecipado, transação, renúncia parcial, restituição ou quitação parcial, atinente às Obrigações Garantidas ou de invalidade parcial ou inexequibilidade de quaisquer dos documentos relacionados às Obrigações Garantidas;

(ii) qualquer alteração do prazo, forma, local, valor ou moeda de pagamento das Obrigações Garantidas, nos termos das Escrituras de Emissão;

(iii) qualquer ação (ou omissão) dos Agentes Fiduciário, agindo cada qual em nome e em benefício dos respectivos Debenturistas, renúncia no exercício de qualquer direito, poder ou prerrogativa e prorrogação do prazo de execução de qualquer direito, contidos nos documentos relacionados às Obrigações Garantidas, incluindo, mas não se limitando, as Escrituras de Emissão, ou nos termos da legislação aplicável; e/ou

(iv) a venda, permuta, renúncia, restituição, liberação ou quitação de qualquer outra garantia, direito de compensação ou outro direito de garantia real, a qualquer tempo, detido pelos Agentes Fiduciários, agindo cada qual em nome e em benefício dos respectivos Debenturistas, para o pagamento das Obrigações Garantidas.

12. RESCISÃO E QUITAÇÃO

12.1. Rescisão de Quitação. Após a quitação integral das Obrigações Garantidas, este Contrato será rescindido e os Agente Fiduciários, agindo em nome e em benefício dos Debenturistas da Primeira Emissão e dos Debenturistas da Segunda Emissão, conforme o caso, de acordo com as Escrituras de Emissão, deverão tomar todas as medidas razoavelmente solicitadas pela Acionista e todas as ações necessárias para liberar os direitos da garantia real aqui constituídos, às expensas da Acionista. A rescisão deste Contrato e a consequente liberação dos direitos reais de garantia aqui constituídos serão válidos e efetivos por meio de um termo de liberação assinado pelo Agente Fiduciário da Primeira Emissão, substancialmente na forma do Anexo VII a este Contrato, e pelo Agente Fiduciário da Segunda Emissão, substancialmente na forma do Anexo VIII a este Contrato, agindo em nome e em benefício dos Debenturistas, de acordo com as Escrituras de Emissão. Mediante solicitação e às expensas da Acionista, os Agentes Fiduciários comprometem-se a assinar e entregar à Acionista, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da respectiva solicitação pela Acionista, todos os documentos que possam ser razoavelmente necessários para implementar a rescisão

DocuSign Envelope ID: FFD59807-84C9-47DB-B8B5-592565F6A9B7

deste Contrato e a liberação dos ônus e gravames aqui constituídos, de acordo com as Escrituras de Emissão.

13. CONJUNTO DE GARANTIAS

13.1. Excussão Simultânea. Os direitos de garantia, poderes e medidas dos Debenturistas e dos Agentes Fiduciários nos termos deste Contrato são cumulativos e devem ser adicionais e independentes de todos os outros direitos de garantia, poderes e medidas concedidos aos Debenturistas e aos Agentes Fiduciário, nos termos das Escrituras de Emissão e da legislação aplicável, e podem ser exercidos sucessiva ou concomitantemente sem prejudicar os direitos dos Debenturistas e dos Agentes Fiduciário, conforme aplicável, nos termos deste Contrato ou de acordo com as Escrituras de Emissão, desde que respeite os termos e condições das Escrituras de Emissão e do Contrato de Compartilhamento.

13.2. As Partes reconhecem que (i) o exercício parcial ou o não exercício, a prorrogação de prazos, tolerância ou omissão com relação ao exercício de qualquer direito, poder ou privilégio aqui concedido a qualquer Parte e/ou por lei não constituirá novação, retirada ou renúncia de tal direito, poder ou privilégio, não impedirá seu exercício; e (ii) a retirada ou renúncia de tal direito será interpretada restritivamente e não será considerada como uma renúncia ou retirada de qualquer outro direito às Partes aqui concedido.

13.3. Nos termos do Contrato de Compartilhamento, não há qualquer ordem de preferência entre a Alienação Fiduciária e as demais Garantias Reais (conforme definido nas Escrituras de Emissão), sendo certo que as Garantias Reais poderão ser excutidas na ordem que melhor convier aos Debenturistas, representados pelo respectivo Agente Fiduciário.

14. RENÚNCIAS E ALTERAÇÕES

14.1. Este Contrato e suas disposições só serão modificados, alterados, suplementados ou dispensados com o consentimento expresso por escrito das Partes.

15. INDEPENDÊNCIA ENTRE AS DISPOSIÇÕES CONTRATUAIS

15.1. Caso qualquer disposição deste Contrato seja considerada como inválida, ilegal ou inexequível nos termos da legislação aplicável, tal disposição deverá se tornar ineficaz apenas na medida de tal invalidade, ilegalidade ou inexequibilidade, e não deverá afetar a validade, legalidade ou exequibilidade de quaisquer outras disposições deste Contrato. Conforme permitido pela legislação aplicável, as Partes deverão, de boa-fé, negociar e celebrar um aditamento a este Contrato para substituir qualquer disposição afetada por uma nova disposição que (i) reflita a intenção original das Partes na medida do permitido pela legislação aplicável, e (ii) seja válida e vinculante. Os direitos criados no âmbito deste Contrato constituem, na medida do permitido pela legislação aplicável, uma garantia contínua e

DocuSign Envelope ID: FFD59807-84C9-47DB-B8B5-592565F6A9B7

perfeita sobre as Ações e Direitos Alienados Fiduciariamente, exequível contra o Acionista de acordo com seus termos.

16. ACORDO INTEGRAL, SUCESSORES E CESSIONÁRIOS

16.1. Este Contrato estabelece a Alienação Fiduciária, nos termos e condições aqui estabelecidos, e permanecerá em pleno vigor e efeito até o pagamento integral de todas as Obrigações Garantidas. Este Contrato é vinculante perante a Acionista e a Companhia, seus sucessores e cessionários, e beneficiará os Debenturistas, seus sucessores, sub-rogados e cessionários.

16.2. Este Contrato deverá constituir uma garantia permanente e nenhuma modificação, aditamento ou complemento em relação a qualquer documento ou acordo relacionado a este Contrato deverá afetar a validade, o objeto deste Contrato e as obrigações impostas à Acionista e à Companhia por meio deste Contrato.

17. COMPROMISSOS E OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DOS AGENTES FIDUCIÁRIOS

17.1. Além das demais obrigações expressamente previstas neste Contrato e na Escritura de Emissão, os Agentes Fiduciários obrigam-se a:

(i) zelar pelo fiel desempenho das obrigações previstas neste Contrato e observar as disposições deste Contrato;

(ii) proteger os direitos dos Debenturistas sobre as Ações e Direitos Alienados Fiduciariamente, devendo, conforme o caso, negociar as Ações e Direitos Alienados Fiduciariamente da mesma forma que negociaria com propriedades ou direitos semelhantes de sua própria titularidade e obedecer a todas as demais disposições deste Contrato e das Escrituras de Emissão que tenham correlação com as atividades inerentes à proteção dos interesses dos Debenturistas; e

(iii) agir, na qualidade de representante dos Debenturistas, unicamente de acordo com as instruções que lhe forem passadas pelos Debenturistas, reunidos em cada assembleia geral de Debenturistas, nos termos das Escrituras de Emissão.

17.2. Substituição dos Agentes Fiduciário. A Acionista e a Companhia reconhecem, outrossim, que os Agentes Fiduciários poderão ser substituídos a qualquer tempo pelos Debenturistas da Primeira Emissão e pelos Debenturistas da Segunda Emissão, conforme deliberação em cada respectiva assembleia geral de Debenturistas, nos termos das Escrituras de Emissão. A Acionista e a Companhia se comprometem a tomar todas as providências que forem necessárias para formalizar a referida substituição, inclusive a celebração de aditamento a este Contrato.

DocuSign Envelope ID: FFD59807-84C9-47DB-B8B5-592565F6A9B7

18. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E FORO

18.1. Legislação Aplicável. Este Contrato deverá ser regido e interpretado de acordo com as leis da República Federativa do Brasil e constitui um título executivo extrajudicial de acordo com as disposições do artigo 784, incisos III e V da Lei nº 13.015, de 16 de março de 2015, conforme alterada ("Código Brasileiro de Processo Civil"). A Acionista e a Companhia, conforme aplicável, reconhecem e concordam que todas e quaisquer obrigações assumidas e que lhes possam ser impostas, de acordo com este Contrato ou relacionadas ao mesmo deverão estar sujeitas à execução específica de acordo com os artigos 497, 499, 500, 501, 536, 537, 806, 814, 815, 822 e 823 do Código Brasileiro de Processo Civil.

18.2. Foro. Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Contrato, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

19. COMUNICAÇÕES

19.1. Comunicações. Todos os avisos, notificações e quaisquer outras comunicações requeridas ou permitidas no âmbito Contrato deverão ser entregues ou transmitidas para os endereços estabelecidos abaixo, ou em qualquer outro endereço que possa ser designado por qualquer Parte, por meio de uma notificação à outra Parte.

Acionista:
ENAUTA PARTICIPAÇÕES S.A.
Avenida Almirante Barroso, nº 52, sala 1301, Centro
Rio de Janeiro/RJ, Brasil, 20.031-918
At.: Pedro Rodrigues de Medeiros e Felipe Silva Melo
Telefone: (21) 3509 5800
E-mail: pedro.medeiros@enauta.com.br e felipe.melo@enauta.com.br

Agente Fiduciário da Primeira Emissão:
VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.
Rua Gilberto Sabino, nº 215 - 4º Andar - Pinheiros
CEP: 05425-020, São Paulo – SP
At: Eugênia Souza || Marcio Teixeira
Telefone: (11) 3030-7177
E-mail: agentefiduciario@vortx.com.br; pu@vortx.com.br (para fins de precificação)

Agente Fiduciário da Segunda Emissão:
VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.
Rua Gilberto Sabino, nº 215 - 4º Andar - Pinheiros
CEP: 05425-020, São Paulo – SP
At: Eugênia Souza || Marcio Teixeira
Telefone: (11) 3030-7177

DocuSign Envelope ID: FFD59807-84C9-47DB-B8B5-592565F6A9B7

E-mail: agentefiduciario@vortx.com.br; pu@vortx.com.br (para fins de precificação)

Companhia:
ENAUTA ENERGIA S.A.
Avenida Almirante Barroso, No. 52, salas 1.101, 1.102 e 1.301, Centro
Rio de Janeiro/RJ, Brasil, 20.031-918
At.: Pedro Rodrigues de Medeiros e Felipe Silva Melo
Telefone: (21) 3509 5800
E-mail: pedro.medeiros@enauta.com.br e felipe.melo@enauta.com.br

20. DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. Anexos. Todos os anexos a este Contrato farão parte integrante deste Contrato. Se, entretanto, houver alguma inconsistência entre este Contrato e seus Anexos, as disposições deste Contrato prevalecerão.

20.2. Conflito entre disposições. Em caso de conflito entre as disposições contidas neste Contrato e na Escritura de Emissão, as disposições da Escritura de Emissão deverão prevalecer.

20.3. Os Agentes Fiduciários reconhecem os termos e condições das Escrituras de Emissão e não tomarão (ou se recusarão a tomar) qualquer ação que limite a Acionista ou a Companhia de tomar qualquer ação que de outra forma seja permitida pelas Escritura de Emissão.

20.4. Interpretação. Nada neste Contrato deverá ser interpretado como uma renúncia ou alteração a qualquer outra disposição contida nas Escrituras de Emissão.

20.5. Cessão ou transferência pela Acionista e Companhia. A Acionista e a Companhia não poderão ceder ou transferir, no todo ou em parte, este Contrato ou qualquer obrigação aqui contida, sem o acordo prévio por escrito dos Agentes Fiduciários, agindo cada qual em nome e em benefício dos respectivos Debenturistas, exceto se de outra forma permitido nos termos das Escrituras de Emissão.

20.6. Cessão ou transferência pelo Agente Fiduciário. Este Contrato pode ser cedido ou transferido pelo Agente Fiduciário da Primeira Emissão, em nome e para o benefício da comunhão dos Debenturistas da Primeira Emissão, e pelo Agente Fiduciário da Segunda Emissão, em nome e para benefício da comunhão dos Debenturistas da Segunda Emissão, sujeito às condições estabelecidas nas Escrituras de Emissão, e qualquer cessionário permitido deverá ser sub-rogado a todos os direitos e obrigações dos Agente Fiduciários conforme estabelecido neste Contrato ou outros contratos e instrumentos relacionados.

20.7. No cumprimento das suas obrigações nos termos deste Contrato, os Agentes Fiduciários terão todos os benefícios e proteções que lhe são concedidos nos termos deste Contrato, das Escrituras de Emissão e da legislação vigente.

DocuSign Envelope ID: FFD59807-84C9-47DB-B8B5-592565F6A9B7

20.8. Omissão. A omissão ou tolerância das Partes em exigir o estrito cumprimento dos termos e condições deste Contrato não constituirá novação ou renúncia, nem afetará seus direitos, que podem ser exercidos a qualquer momento.

20.9. Informações periódicas. Com exceção das obrigações assumidas com formas de cumprimento específicas, o cumprimento das obrigações pactuadas neste Contrato e nos demais documentos das Emissões referentes ao envio de documentos e informações periódicas aos Agentes Fiduciários, ocorrerá exclusivamente através da plataforma VX Informa.

20.9.1. Para os fins deste contrato, entende-se por "VX Informa" a plataforma digital disponibilizada pelos Agente Fiduciários em seu website (https://vortx.com.br). Para a realização do cadastro é necessário acessar https://portal.vortx.com.br/register e solicitar acesso ao sistema.

20.10. Assinatura eletrônica. As Partes concordam e convencionam que a celebração deste Contrato poderá ser feita por meio eletrônico, sendo consideradas válidas, apenas, as assinaturas eletrônicas realizadas por meio de certificado digital, validado conforme a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, conforme alterada. As Partes reconhecem, de forma irrevogável e irretratável, a autenticidade, validade e a plena eficácia da assinatura por certificado digital, para todos os fins de direito.

DocuSign Envelope ID: FFD59807-84C9-47DB-B8B5-592565F6A9B7

ANEXO I
OBRIGAÇÕES GARANTIDAS

(Termos utilizados neste Anexo I que não estiverem aqui definidos ou neste Contrato têm o significado que lhes foi atribuído nas Escrituras de Emissão)

ESCRITURA DE EMISSÃO DA PRIMEIRA EMISSÃO	
Emissora:	Enauta Participações S.A.
Valor Nominal Unitário:	O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, é de R$1.000,00 (mil reais).
Quantidade:	Foram emitidas 1.400.000 (um milhão e quatrocentas mil) Debêntures, sendo (i) 736.675 (setecentas e trinta e seis mil, seiscentas e setenta e cinco) Debêntures da Primeira Série; e (ii) 663.325 (seiscentas e sessenta e três mil, trezentas e vinte e cinco) Debêntures da Segunda Série ("Debêntures").
Número de Séries:	A Emissão foi realizada em 2 (duas) séries (em conjunto, as "Séries", e, individual e indistintamente, "Série"), sendo (i) as Debêntures objeto da Oferta distribuídas no âmbito da primeira Série ("Primeira Série") foram doravante denominadas "Debêntures da Primeira Série"; e (ii) as Debêntures objeto da Oferta distribuídas no âmbito da segunda Série ("Segunda Série") foram doravante denominadas "Debêntures da Segunda Série".
Valor Total da Emissão:	O valor total da Emissão foi de R$ 1.400.000.000,00 (um bilhão e quatrocentos milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definida abaixo) ("Valor Total da Emissão"), sendo certo que a quantidade de Debêntures alocada em cada série foi definida de acordo com o Procedimento de Bookbuilding mediante o Sistema de Vasos Comunicantes. Foi permitida a distribuição parcial das Debêntures, nos termos da Escritura de Emissão da Primeira Emissão.
Data de Emissão:	Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures foi o dia 15 de dezembro de 2022 ("Data de Emissão")
Data de Início da Rentabilidade:	Para todos os fins e efeitos legais, a data de início da rentabilidade foi a Data da Primeira Integralização (conforme definido abaixo) ("Data de Início da Rentabilidade").
Prazo e Data de Vencimento:	Observado o disposto na Escritura de Emissão da Primeira Emissão, (i) as Debêntures da Primeira Série terão prazo de vencimento de 7 (sete) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de dezembro de 2029 ("Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série"); e (ii) as

DocuSign Envelope ID: FFD59807-84C9-47DB-B8B5-592565F6A9B7

	Debêntures da Segunda Série terão prazo de vencimento de 5 (cinco) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de dezembro de 2027 ("Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série", e, em conjunto com a Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série, a "Data de Vencimento").
Amortização do Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Primeira Série:	O saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Primeira Série será amortizado em 8 (oito) parcelas semestrais, devidas sempre nos dias 15 de junho e 15 de dezembro de cada ano, sendo que a primeira parcela será devida em 15 de junho de 2026, e as demais parcelas serão devidas em cada uma das respetivas datas de amortização das Debêntures da Primeira Série, de acordo com as datas e percentuais indicados na Escritura de Emissão da Primeira Emissão.
Amortização do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série:	O saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série será amortizado em 2 (duas) parcelas, de acordo com as datas e percentuais indicados na Escritura de Emissão da Primeira Emissão.
Atualização Monetária do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série:	O Valor Nominal Unitário (ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso), das Debêntures da Primeira Série será atualizado monetariamente mensalmente pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE ("IPCA"), desde a Data de Início da Rentabilidade até a data de seu efetivo pagamento ("Atualização Monetária das Debêntures da Primeira Série"), sendo o produto da Atualização Monetária das Debêntures da Primeira Série, automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário (ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) das Debêntures da Primeira Série ("Valor Nominal Unitário Atualizado"). A Atualização Monetária das Debêntures da Primeira Série será calculada conforme a fórmula prevista na Escritura de Emissão da Primeira Emissão.
Atualização Monetária do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série:	O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série não será atualizado monetariamente.
Remuneração das Debêntures da Primeira Série:	Sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Primeira Série incidirão juros remuneratórios correspondentes a 9,8297% (nove inteiros, oito mil, duzentos e noventa e sete décimos de milésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e

DocuSign Envelope ID: FFD59807-84C9-47DB-B8B5-592565F6A9B7

	cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração das Debêntures da Primeira Série"), incidentes desde a Data de Início da Rentabilidade das Debêntures da Primeira Série, ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. O cálculo da Remuneração das Debêntures da Primeira Série é realizado conforme previsto na Escritura de Emissão da Primeira Emissão.
Remuneração das Debêntures da Segunda Série:	Sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, incidirão juros remuneratórios correspondentes a variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias do DI – Depósito Interfinanceiro de um dia, "over extra grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 ("Taxa DI"), acrescida exponencialmente de uma sobretaxa (spread) equivalente a 4,2500% (quatro inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis("Remuneração das Debêntures da Segunda Série").
Pagamento da Remuneração:	Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de eventual vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures ou Resgate Antecipado Facultativo, nos termos previstos na Escritura de Emissão da Primeira Emissão, a Remuneração será paga, semestralmente, a partir da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento realizado em 15 de junho de 2023, e os demais pagamentos devidos sempre no dia 15 dos meses de junho e dezembro de cada ano, até a Data de Vencimento das Debêntures da respectiva Série (cada uma, uma "Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures").
Encargos Moratórios:	Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de qualquer valor devido aos Debenturistas nos termos da Escritura de Emissão da Primeira Emissão, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora, devidamente acrescidos da Remuneração das Debêntures, ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial: (i) multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento); e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês calculados *pro rata temporis* ("Encargos Moratórios").
Local de Pagamento:	Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no respectivo vencimento utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela B3 para as Debêntures

DocuSign Envelope ID: FFD59807-84C9-47DB-B8B5-592565F6A9B7

	custodiadas eletronicamente nela; e/ou (ii) os procedimentos adotados pelo Escriturador, para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na B3.
Encargos Moratórios:	Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora, ficarão sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) multa convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2,00% (dois inteiros por cento); e (ii) juros moratórios à razão de 1,00% (um inteiro por cento) ao mês, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento; ambos calculados sobre o montante devido e não pago ("Encargos Moratórios").
Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Primeira Série:	Desde que observado o disposto no artigo 1º, parágrafo 1º, inciso II, combinado com o artigo 2º, parágrafo 1º, da Lei 12.431, nas disposições da Resolução CMN 4.751, ou normativo que venha substitui-lo, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, bem como o prazo médio ponderado mínimo de 4 (quatro) anos dos pagamentos transcorridos entre a Data de Emissão e a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Primeira Série (ou prazo inferior que venha a ser autorizado pela legislação ou regulamentação aplicáveis), a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar o resgate antecipado facultativo total das Debêntures da Primeira Série ("Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Primeira Série"). Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Primeira Série, o valor devido pela Emissora será equivalente ao maior dos critérios mencionados nos itens (a) e (b) da Cláusula 5.1.1 da Escritura de Emissão da Primeira Emissão, sendo que, caso (b) seja maior que (a), o prêmio a ser pago pela Emissora será dado pela diferença entre (b) e (a) ("Prêmio de Resgate Antecipado das Debêntures da Primeira Série").
Resgate Antecipado das Debêntures da Segunda Série:	A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a partir do 31º (trigésimo primeiro) mês da Data de Emissão, ou seja, a partir de 15 de julho de 2025 (inclusive), realizar o resgate antecipado facultativo total das Debêntures da Segunda Série ("Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série"). Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série, o valor devido pela Emissora aos titulares das Debêntures da Segunda Série será equivalente ao: (i) Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série a serem resgatadas, acrescido (ii) da

DocuSign Envelope ID: FFD59807-84C9-47DB-B8B5-592565F6A9B7

	Remuneração das Debêntures da Segunda Série, calculada *pro rata temporis*, devida desde a Data de Início da Rentabilidade das Debêntures da Segunda Série ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série (exclusive) ("Data do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série"), acrescido (iii) de Encargos Moratórios, se aplicável, devidos e não pagos até a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série, acrescido (iv) de prêmio de 1,40% (um inteiro e quarenta centésimos por cento) ao ano, incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, calculado de forma exponencial de forma *pro rata temporis* considerando os Dias Úteis entre a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série e a Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série ("Prêmio de Resgate Antecipado das Debêntures da Segunda Série").
Aquisição Facultativa:	A Emissora poderá, (i) após decorridos os 2 (dois) primeiros anos contados da Data de Emissão (ou prazo inferior que venha a ser autorizado pela legislação ou regulamentação aplicáveis), adquirir Debêntures em Circulação da Primeira Série, e/ou (ii) a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação da Segunda Série, observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, desde que observe as eventuais regras expedidas pela CVM, devendo tal fato, se assim exigido pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora ("Aquisição Facultativa"). As Debêntures adquiridas pela Emissora de acordo com esta Cláusula poderão, a critério da Emissora: (i) ser canceladas, caso seja legalmente permitido, observado o disposto na Lei 12.431, nas regras expedidas pelo CMN e na regulamentação aplicável; (ii) permanecer na tesouraria da Emissora; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado, observadas as restrições impostas pela Instrução CVM 476. Caso aplicável, as Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Atualização Monetária das Debêntures da Primeira Série e a Remuneração aplicável às demais Debêntures, conforme aplicável.
Amortização Extraordinária das Debêntures da Primeira Série:	As Debêntures da Primeira Série não poderão ser objeto de amortização extraordinária pela Emissora.

DocuSign Envelope ID: FFD59807-84C9-47DB-B8B5-592565F6A9B7

Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da Segunda Série:	A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, após o término do 31º (trigésimo primeiro) mês contado da Data de Emissão, isto é, a partir de 15 de julho de 2025 (inclusive), realizar a amortização extraordinária parcial das Debêntures limitada a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável ("Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da Segunda Série"). Por ocasião da Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da Segunda Série, o valor devido pela Emissora será equivalente à (i) parcela do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série a serem amortizadas, acrescido (ii) da Remuneração das Debêntures da Segunda Série, calculada *pro rata temporis*, devida desde a Data de Início da Rentabilidade das Debêntures da Segunda Série ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data da Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da Segunda Série (exclusive) ("Data da Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da Segunda Série"), acrescido (iii) de Encargos Moratórios, se aplicável, devidos e não pagos até a Data da Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da Segunda Série, acrescido (iv) de prêmio de 1,40% (um inteiro e quarenta centésimos por cento) ao ano, incidente sobre a parcela do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, calculado de forma exponencial de forma *pro rata temporis* considerando os Dias Úteis entre a Data da Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da Segunda Série e a Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série ("Prêmio de Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da Segunda Série").
Oferta de Aquisição Obrigatória:	Caso a Emissora, as Fiadoras ou quaisquer de suas Controladas Restritas vendam, transfiram e/ou cedam de forma definitiva a terceiros não integrantes do seu grupo econômico quaisquer Ativos Não Restritos (conforme definido na Escritura de Emissão da Primeira Emissão), em montante igual ou superior a 30% (trinta por cento), em uma ou mais transações, do EBITDAX (a) consolidado anual; ou (b) da informação financeira trimestral referente aos últimos 12 (doze) meses imediatamente anteriores à data do evento, sendo certo que será definido entre (a) e (b) aquele que representar o valor obtido em data mais próximo à data do último evento de venda, transferência e/ou cessão, conforme aplicável, a Emissora deverá, observadas as regras estabelecidas na Resolução CVM 77 e a legislação e regulamentação aplicáveis ("Evento de Pagamento Obrigatório"),

DocuSign Envelope ID: FFD59807-84C9-47DB-B8B5-592565F6A9B7

	a Emissora deverá realizar uma oferta obrigatória para adquirir as Debêntures dos Debenturistas que optarem por alienar suas respectivas Debêntures, observados os termos e condições previstos na Escritura de Emissão da Primeira Emissão, devendo tal fato, se assim exigido pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora ("Oferta de Aquisição Obrigatória").

ESCRITURA DE EMISSÃO DA SEGUNDA EMISSÃO	
Emissora	Enauta Participações S.A.
Valor Nominal Unitário:	O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R$1.000,00 (mil reais).
Quantidade:	Serão emitidas, inicialmente, 1.100.000 (um milhão e cem mil) Debêntures, a serem alocadas conforme demanda pelas Debêntures, apurada por meio do Procedimento de *Bookbuilding*, mediante o Sistema de Vasos Comunicantes, sendo certo que a quantidade de Debêntures a ser alocada na Segunda Série será limitada a 50% (cinquenta por cento) da quantidade total de Debêntures efetivamente emitida, observada a possibilidade de Distribuição Parcial e a colocação do Montante Mínimo ("Debêntures").
Número de Séries:	A Emissão será realizada em até 3 (três) séries (em conjunto, as "Séries", e, individual e indistintamente, "Série"), sendo (i) as Debêntures objeto da Oferta distribuídas no âmbito da primeira Série ("Primeira Série") doravante denominadas "Debêntures da Primeira Série"; e (ii) as Debêntures objeto da Oferta distribuídas no âmbito da segunda Série ("Segunda Série") doravante denominadas "Debêntures da Segunda Série"; e (iii) as Debêntures objeto da Oferta distribuídas no âmbito da terceira Série ("Terceira Série") doravante denominadas "Debêntures da Terceira Série" e, em conjunto com as Debêntures da Primeira Série e as Debêntures da Segunda Série, "Debêntures".
Valor Total da Emissão:	O valor total da Emissão será de até R$ 1.100.000.000,00 (um bilhão e cem milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definida abaixo) ("Valor Total da Emissão"), sendo certo que (i) a quantidade de Debêntures a ser emitida; (ii) a existência de cada uma das Séries; e (iii) a quantidade de Debêntures a ser alocada em cada série, serão definidas de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding* (conforme definido na Escritura de Emissão) mediante o Sistema de Vasos Comunicantes (conforme definido na Escritura de Emissão), observado que a quantidade de Debêntures

DocuSign Envelope ID: FFD59807-84C9-47DB-B8B5-592565F6A9B7

	a ser alocada na Segunda Série será limitada a 50% (cinquenta por cento) da quantidade total de Debêntures efetivamente emitida e que qualquer Série poderá ser cancelada. Será permitida a Distribuição Parcial das Debêntures, observada a colocação do Montante Mínimo. A Emissão e a Oferta não poderão ser aumentadas em nenhuma hipótese.
Montante Mínimo:	Será admitida a possibilidade de distribuição parcial das Debêntures, nos termos dos artigos 73 e 74 da Resolução CVM 160, sendo que a manutenção da Oferta está condicionada à subscrição e integralização do montante mínimo de R$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais) ("Montante Mínimo"). Caso durante o Procedimento de *Bookbuilding* não seja verificada demanda pelos Investidores Qualificados para a totalidade das Debêntures, até o final do prazo de colocação das Debêntures, as Debêntures representativas da diferença entre o Volume Total da Emissão e a demanda das Debêntures apurada junto aos Investidores Qualificados no Procedimento de *Bookbuilding*, nos termos desta Escritura de Emissão, serão canceladas pela Emissora, observados os termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Distribuição ("Distribuição Parcial").
Data de Emissão:	Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 15 de setembro de 2023 ("Data de Emissão")
Data de Início da Rentabilidade:	Para todos os fins e efeitos legais, a data de início da rentabilidade será a Data da Primeira Integralização (conforme definido na Escritura de Emissão) ("Data de Início da Rentabilidade").
Prazo e Data de Vencimento:	Observado o disposto nesta Escritura de Emissão, (i) as Debêntures da Primeira Série terão prazo de vencimento de 6 (seis) anos ou 2.194 (dois mil cento e noventa e quatro) dias contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 17 de setembro de 2029 ("Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série"); (ii) as Debêntures da Segunda Série terão prazo de vencimento de 5 (cinco) anos ou 1.827 (mil oitocentos e vinte e sete) dias contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de setembro de 2028 ("Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série); e (iii) as Debêntures da Terceira Série terão prazo de vencimento de 6 (seis) anos ou 2.194 (dois mil cento e noventa e quatro) dias contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 17 de setembro de 2029 ("Data de Vencimento das Debêntures da Terceira Série", e, em conjunto com a Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série e a Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série, a "Data de Vencimento").
Amortização do Valor Nominal Unitário	O Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Primeira Série será amortizado em 5 (cinco) parcelas semestrais, devidas

DocuSign Envelope ID: FFD59807-84C9-47DB-B8B5-592565F6A9B7

Atualizado das Debêntures da Primeira Série:	sempre nos dias 15 de março e 15 de setembro de cada ano, sendo que a primeira parcela será devida em 15 de setembro de 2027, e as demais parcelas serão devidas em cada uma das respetivas datas de amortização das Debêntures da Primeira Série, de acordo com as datas indicadas na Escritura de Emissão da Segunda Emissão.
Amortização do Valor Nominal Unitário ou do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série:	O Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série será amortizado em uma única parcela, na Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série.
Amortização do Valor Nominal Unitário ou do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série:	O Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série será amortizado em uma única parcela, na Data de Vencimento das Debêntures da Terceira Série.
Atualização Monetária do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série:	O Valor Nominal Unitário (ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso), das Debêntures da Primeira Série será atualizado monetariamente pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE ("IPCA"), , desde a Data de Início da Rentabilidade até a data de seu efetivo pagamento ("Atualização Monetária das Debêntures da Primeira Série"), sendo o produto da Atualização Monetária das Debêntures da Primeira Série, automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário (ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) das Debêntures da Primeira Série ("Valor Nominal Unitário Atualizado"). A Atualização Monetária das Debêntures da Primeira Série será calculada conforme a fórmula prevista na Escritura de Emissão da Segunda Emissão.
Atualização Monetária do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série:	O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série não será atualizado monetariamente.
Atualização Monetária do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série:	O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série não será atualizado monetariamente.

DocuSign Envelope ID: FFD59807-84C9-47DB-B8B5-592565F6A9B7

Remuneração das Debêntures da Primeira Série:	Sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Primeira Série incidirão juros remuneratórios a serem definidos no Procedimento de *Bookbuilding* e, em qualquer caso, limitados ao que for maior entre: (i) a taxa interna de retorno do Tesouro IPCA+ (nova denominação da Nota do Tesouro Nacional, Série B – NTN-B), com vencimento em 2028, baseada na cotação indicativa divulgada pela ANBIMA em sua página na internet (http://www.anbima.com.br), apurada no fechamento do Dia Útil imediatamente anterior à data do Procedimento de *Bookbuilding*, acrescida exponencialmente de uma sobretaxa (*spread)* equivalente a 3,70% (três inteiros e setenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis; ou (ii) 8,75% (oito inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração das Debêntures da Primeira Série"), incidentes desde a Data de Início da Rentabilidade das Debêntures da Primeira Série, ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. O cálculo da Remuneração das Debêntures da Primeira Série será realizado de acordo com a fórmula prevista na Escritura de Emissão da Segunda Emissão.
Remuneração das Debêntures da Segunda Série:	Sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias do DI – Depósito Interfinanceiro de um dia, "*over extra grupo*", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 ("Taxa DI"), acrescida exponencialmente de uma sobretaxa (*spread)* a ser definida no Procedimento de *Bookbuilding* e, em qualquer caso, limitada a 4,50% (quatro inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração das Debêntures da Segunda Série"). O cálculo da Remuneração das Debêntures da Segunda Série será realizado de acordo com a fórmula prevista na Escritura de Emissão da Segunda Emissão.
Remuneração das Debêntures da Terceira Série:	Sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios prefixados, correspondentes a um determinado percentual fixo ao ano a ser definido no Procedimento de *Bookbuilding* e, em qualquer caso, limitado ao que for maior entre: (i) a Taxa DI de *duration* mais próxima à *duration* das Debêntures

DocuSign Envelope ID: FFD59807-84C9-47DB-B8B5-592565F6A9B7

	da Terceira Série, conforme as Taxas Referenciais BM&FBOVESPA relativa à 'DI x Pré', 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, baseada na cotação indicativa do Dia Útil imediatamente anterior à data de realização do Procedimento de Bookbuilding, divulgada pela B3 em sua página na internet (acessível, nesta data, por meio do link https://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/servicos-de-dados/market-data/consultas/mercado-de-derivativos/precos-referenciais/taxas-referenciais-bm-fbovespa/), acrescida exponencialmente de sobretaxa (spread) de 3,75% (três inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano; e (ii) 14,75% (quatorze inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração das Debêntures da Terceira Série" e, em conjunto com a Remuneração das Debêntures da Primeira Série e a Remuneração das Debêntures da Segunda Série, "Remuneração"). O cálculo da Remuneração das Debêntures da Terceira Série será realizado de acordo com a fórmula prevista na Escritura de Emissão da Segunda Emissão.
Pagamento da Remuneração:	Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de eventual vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures ou Resgate Antecipado Facultativo, nos termos previstos na Escritura de Emissão da Segunda Emissão, a (i) Remuneração das Debêntures Primeira Série será paga, semestralmente, a partir da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento realizado em 15 de março de 2024, e os demais pagamentos devidos sempre no dia 15 dos meses de setembro e março de cada ano, até a Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série (cada uma, uma "Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures Primeira Série"); (ii) Remuneração das Debêntures Segunda Série será paga, semestralmente, sendo o primeiro pagamento realizado em 15 de março de 2024, e os demais pagamentos devidos sempre no dia 15 dos meses de setembro e março de cada ano, até a Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série (cada uma, uma "Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures Segunda Série"); e (iii) Remuneração das Debêntures da Terceira Série será paga semestralmente, sendo o primeiro pagamento realizado em 15 de março de 2024 e os demais pagamentos devidos sempre no dia 15 dos meses de março e setembro de cada ano, até a Data de Vencimento das Debêntures da Terceira Série (cada uma, uma "Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Terceira Série" e em conjunto com a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures Primeira Série e a Data de Pagamento da

DocuSign Envelope ID: FFD59807-84C9-47DB-B8B5-592565F6A9B7

	Remuneração das Debêntures da Segunda Série, a "Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures").
Encargos Moratórios:	Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de quantia devida aos Debenturistas nos termos da Escritura de Emissão da Segunda Emissão, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora, ficarão sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) multa convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2,00% (dois inteiros por cento); e (ii) juros moratórios à razão de 1,00% (um inteiro por cento) ao mês, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento; ambos calculados sobre o montante devido e não pago ("Encargos Moratórios").
Local de Pagamento:	Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no respectivo vencimento utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela B3 para as Debêntures custodiadas eletronicamente nela; e/ou (ii) os procedimentos adotados pelo Escriturador, para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na B3.
Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Terceira Série:	Desde que observado o disposto no artigo 1º, parágrafo 1º, inciso II, combinado com o artigo 2º, parágrafo 1º, da Lei 12.431, nas disposições da Resolução CMN 4.751, ou normativo que venha substitui-lo, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, bem como o prazo médio ponderado mínimo de 4 (quatro) anos dos pagamentos transcorridos entre a Data de Emissão e a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Primeira Série ou das Debêntures da Terceira Série (ou prazo inferior que venha a ser autorizado pela legislação ou regulamentação aplicáveis), a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar o resgate antecipado facultativo total das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Terceira Série ("Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Terceira Série"). Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Terceira Série, o valor devido pela Emissora será equivalente ao maior dos critérios mencionados nos itens (a) e (b) ("Valor de Resgate Antecipado das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Terceira Série") da Cláusula 5.1.1 da Escritura de Emissão da Segunda Emissão, sendo que, caso (b) seja maior que (a), o prêmio a ser pago pela Emissora será dado pela diferença entre (b) e (a) ("Prêmio de Resgate Antecipado das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Terceira Série").

DocuSign Envelope ID: FFD59807-84C9-47DB-B8B5-592565F6A9B7

Resgate Antecipado das Debêntures da Segunda Série:	A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a partir do 31º (trigésimo primeiro) mês da Data de Emissão, ou seja, a partir de 15 de abril de 2026 (inclusive), realizar o resgate antecipado facultativo total das Debêntures da Segunda Série ("Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série"). Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série, o valor devido pela Emissora aos titulares das Debêntures da Segunda Série será equivalente ao: (i) Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série a serem resgatadas, acrescido (ii) da Remuneração das Debêntures da Segunda Série, calculada *pro rata temporis*, devida desde a Data de Início da Rentabilidade das Debêntures da Segunda Série ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série (exclusive) ("Data do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série"), acrescido (iii) de Encargos Moratórios, se aplicável, devidos e não pagos até a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série, acrescido (iv) de prêmio de 1,40% (um inteiro e quarenta centésimos por cento) ao ano, incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, calculado de forma exponencial de forma *pro rata temporis* considerando os Dias Úteis entre a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série e a Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série ("Prêmio de Resgate Antecipado das Debêntures da Segunda Série" e "Valor de resgate Antecipado das Debêntures da Segunda Série", respectivamente).
Aquisição Facultativa:	A Emissora poderá, (i) após decorridos os 2 (dois) primeiros anos contados da Data de Emissão (ou prazo inferior que venha a ser autorizado pela legislação ou regulamentação aplicáveis), adquirir Debêntures em Circulação da Primeira Série e Debêntures em circulação da Terceira Série, e/ou (ii) a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação da Segunda Série, observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, desde que observe as eventuais regras expedidas pela CVM, devendo tal fato, se assim exigido pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora ("Aquisição Facultativa"). As Debêntures adquiridas pela Emissora de acordo com a Cláusula 5.3.1 da Escritura de Emissão da Segunda Emissão, poderão, a critério da Emissora: (i) ser canceladas, caso seja legalmente

DocuSign Envelope ID: FFD59807-84C9-47DB-B8B5-592565F6A9B7

	permitido, observado o disposto na Lei 12.431, nas regras expedidas pelo CMN e na regulamentação aplicável; (ii) permanecer na tesouraria da Emissora; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. Caso aplicável, as Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Atualização Monetária das Debêntures da Primeira Série e à Remuneração aplicável às demais Debêntures, conforme aplicável.
Amortização Extraordinária das Debêntures da Primeira Série e da Debêntures da Terceira Série:	As Debêntures da Primeira Série e as Debêntures da Terceira Série não poderão ser objeto de amortização extraordinária pela Emissora.
Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da Segunda Série:	A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, após o término do 31º (trigésimo primeiro) mês contado da Data de Emissão, isto é, a partir de 15 de abril de 2026 (inclusive), realizar a amortização extraordinária parcial das Debêntures limitada a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável ("Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da Segunda Série"). Por ocasião da Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da Segunda Série, o valor devido pela Emissora será equivalente à (i) parcela do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série a serem amortizadas, acrescido (ii) da Remuneração das Debêntures da Segunda Série, calculada *pro rata temporis*, devida desde a Data de Início da Rentabilidade das Debêntures da Segunda Série ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data da Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da Segunda Série (exclusive) ("Data da Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da Segunda Série"), acrescido (iii) de Encargos Moratórios, se aplicável, devidos e não pagos até a Data da Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da Segunda Série, acrescido (iv) de prêmio de 1,40% (um inteiro e quarenta centésimos por cento) ao ano, incidente sobre a parcela do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, calculado de forma exponencial de forma *pro rata temporis* considerando os Dias Úteis entre a Data da Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da Segunda Série e a Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série ("Prêmio de Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da Segunda Série" e "Valor de Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da Segunda Série").

DocuSign Envelope ID: FFD59807-84C9-47DB-B8B5-592565F6A9B7

Oferta de Aquisição Obrigatória:	Caso a Emissora, as Fiadoras ou quaisquer de suas Controladas Restritas vendam, transfiram e/ou cedam de forma definitiva a terceiros não integrantes do seu grupo econômico quaisquer Ativos Não Restritos (conforme definido na Escritura de Emissão da Segunda Emissão), em montante igual ou superior a 30% (trinta por cento), em uma ou mais transações, do EBITDAX (a) consolidado anual; ou (b) da informação financeira trimestral referente aos últimos 12 (doze) meses imediatamente anteriores à data do evento, sendo certo que será definido entre (a) e (b) aquele cuja divulgação tenha ocorrido em data mais recente em relação à data do último evento de venda, transferência e/ou cessão, conforme aplicável, a Emissora deverá, observadas as regras estabelecidas na Resolução CVM 77 e a legislação e regulamentação aplicáveis ("Evento de Pagamento Obrigatório"), a Emissora deverá realizar uma oferta obrigatória para adquirir as Debêntures dos Debenturistas que optarem por alienar suas respectivas Debêntures, observados os termos e condições previstos na Escritura de Emissão da Segunda Emissão, devendo tal fato, se assim exigido pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora ("Oferta de Aquisição Obrigatória").

As tabelas acima resumem certos termos das Obrigações Garantidas da Escritura de Emissão da Primeira Emissão e da Escritura de Emissão da Segunda Emissão e foram elaboradas pelas Partes com o objetivo de dar atendimento à legislação aplicável. No entanto, as presentes tabelas não se destinam e não serão interpretadas de modo a modificar, alterar, ou cancelar e substituir os termos e condições efetivos das Debêntures da Primeira Emissão e da Debêntures da Segunda Emissão e das demais Obrigações Garantidas ao longo do tempo; tampouco limitará os direitos dos Debenturistas da Primeira Emissão e dos Debenturistas da Segunda Emissão e/ou dos Agentes Fiduciário.

DocuSign Envelope ID: FFD59807-84C9-47DB-B8B5-592565F6A9B7

ANEXO II

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES ALIENADAS FIDUCIARIAMENTE

ENAUTA ENERGIA S.A.				
ACIONISTAS	**Nº AÇÕES**	**VALOR**	**PERCENTUAL**	**VALOR CONTÁBIL (data-base 30/06/2023)**
ENAUTA PARTICIPAÇÕES S.A.	191.262.711 (cento e noventa e uma milhões, duzentas e sessenta e duas mil e setecentas e onze) ações	R$ 2.042.553.134,00 (dois bilhões, quarenta e dois milhões, quinhentos e cinquenta e três mil e cento e trinta e quatro reais)	100% (cem por cento)	R$ 4.013.992.640,82 (quatro bilhões, treze milhões, novecentos e noventa e dois mil, seiscentos e quarenta reais e oitenta e dois centavos)
TOTAL	191.262.711 (cento e noventa e uma milhões, duzentas e sessenta e duas mil e setecentas e onze) ações	R$ 2.042.553.134,00 (dois bilhões, quarenta e dois milhões, quinhentos e cinquenta e três mil e cento e trinta e quatro reais)	100% (cem por cento)	R$ R$ 3.974.299.115,85 (três bilhões, novecentos e setenta e quatro milhões, duzentos e noventa e nove mil, cento e quinze reais e oitenta e cinco centavos)

DocuSign Envelope ID: FFD59807-84C9-47DB-B8B5-592565F6A9B7

ANEXO III

MODELO DE ADITAMENTO – AÇÕES ADICIONAIS

DocuSign Envelope ID: FFD59807-84C9-47DB-B8B5-592565F6A9B7

[•]º ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE AÇÕES E OUTRAS AVENÇAS

Este "[•]° Aditamento ao Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças" ("Contrato") é celebrado por e entre:

(1) ENAUTA PARTICIPAÇÕES S.A., companhia aberta, com registro de emissor de valores mobiliários perante a Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") sob o nº 2236-5, com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Barroso, nº 52, sala 1301 (parte), Centro, CEP 20031-918, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("**CNPJ/MF**") sob o nº 11.669.021/0001-10 e na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("**JUCERJA**") sob o NIRE 33300292896 ("**Emissora**" ou "**Acionista**"), neste ato representada na forma de seu estatuto social;

(2) VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., instituição financeira, devidamente constituída e validamente existente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, com sua sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, nº 215, 4º andar, Pinheiros, CEP 05.425-020, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.610.500/0001-88, na qualidade de agente fiduciário representante dos Debenturistas da Primeira Emissão (conforme abaixo definido) e dos Debenturistas da Segunda Emissão (conforme abaixo definido) ("Agente Fiduciário da Primeira Emissão" ou "Agente Fiduciário da Segunda Emissão" ou cada qual, individualmente e indistintamente, "Agente Fiduciário" e, quando referidos em conjunto, "Agentes Fiduciários", conforme o caso), neste ato representada na forma de seu contrato social; e

como parte interveniente-anuente:

(3) ENAUTA ENERGIA S.A., sociedade por ações, sem registro de emissor de valores mobiliários perante a CVM, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Barroso, nº 52, sala 1101, 1102 e 1301 (parte), Centro, CEP 20031-918, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.253.257/0001-71 e na JUCERJA sob o NIRE nº 33300291598 ("Enauta Energia" ou "Companhia"), neste ato representada na forma de seu estatuto social.

sendo a Acionista, os Agentes Fiduciários e a Companhia referidos como as "Partes" e, individualmente, como "Parte".

CONSIDERANDO QUE

(a) em 22 de novembro de 2022, foi celebrado o "*Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em até 2 (Duas) Séries, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional*

DocuSign Envelope ID: FFD59807-84C9-47DB-B8B5-592565F6A9B7

Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Enauta Participações S.A." pela Emissora, pelo Agente Fiduciário da Primeira Série e pela Enauta Energia, conforme aditado em 21 de dezembro de 2022 pelo "*Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em até 2 (Duas) Séries, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Enauta Participações S.A.*" ("Escritura de Emissão da Primeira Emissão"), por meio do qual a Emissora emitiu sua 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em até 2 (duas) séries, da Emissora, no valor total de R$ 1.400.000.000,00 (um bilhão e quatrocentos milhões de reais), na data de emissão ("Debêntures da Primeira Emissão"), as quais foram objeto de distribuição pública, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, da Lei nº 6.385 de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, e das demais leis e normas regulamentares aplicáveis;

(b) em 06 de setembro de 2023, foi celebrado o "*Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em até 3 (Três) Séries, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública, em Rito de Registro Automático, da Enauta Participações S.A*." pela Emissora, pelo Agente Fiduciário da Segunda Emissão e pela Enauta Energia ("Escritura de Emissão da Segunda Emissão", em conjunto com a Escritura de Emissão da Primeira Emissão", as "Escrituras de Emissão"), conforme aditada de tempos em tempos, por meio por meio do qual foram estabelecidos os termos e condições da 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em até 3 (três) séries, da Emissora, no valor total de até R$ 1.100.000.000,00 (um bilhão e cem milhões de reais), na data de emissão ("Debêntures da Segunda Emissão" e, em conjunto com as Debêntures da Primeira Emissão, "Debêntures"), as quais serão objeto de distribuição pública, sob o rito de registro automático, nos termos da Resolução da CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 160"), e das demais leis e normas regulamentares aplicáveis;

(c) para assegurar o fiel, pontual, correto e integral cumprimento das Obrigações Garantidas (conforme definido abaixo), a Acionista se comprometeu, em caráter irrevogável e irretratável, a alienar fiduciariamente em favor dos titulares das Debêntures da Primeira Emissão ("Debenturistas da Primeira Emissão"), representados pelo Agente Fiduciário da Primeira Emissão, e em favor dos titulares de Debêntures da Segunda Emissão ("Debenturistas da Segunda Emissão" e, em conjunto com os Debenturistas da Primeira Emissão, "Debenturistas"), representados pelo Agente Fiduciário da Segunda Emissão, as

DocuSign Envelope ID: FFD59807-84C9-47DB-B8B5-592565F6A9B7

Ações e Direitos Alienados Fiduciariamente (conforme definidos abaixo);

(d) em 29 de novembro de 2022 foi celebrado o "*Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças*", tendo como signatários os mesmos signatários deste Primeiro Aditamento, e registrado no 4º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Pessoa Jurídica da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sob o nº 5.434.199 em 1 de dezembro de 2022 e no 5º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro sob o nº 1014276 em 2 de dezembro de 2022, no qual, conforme seus termos e condições, a Acionista alienou fiduciariamente as Ações e Direitos para os Debenturistas da Primeira Série, representados pelo Agente Fiduciário da Primeira Emissão ("Contrato"); e

(e) em conformidade com a Cláusula 2.2 do Contrato, as Partes desejam aditar o Contrato para formalizar a inclusão de novas ações e direitos na definição de Ações e Direitos fiduciariamente alienados pela Alienante no âmbito do Contrato.

RESOLVEM, por esta, e na melhor forma de direito, celebrar o presente Aditamento, que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA I - DEFINIÇÕES E INTERPRETAÇÕES

1.1. Os termos em letras maiúsculas utilizados, mas não definidos no presente Aditamento, terão os mesmos significados que lhe foram atribuídos no Contrato, no CPG e nas Escrituras de Emissão. Todas as referências aqui contidas a quaisquer acordos ou documentos deverão ser interpretadas como uma referência a tais acordos ou documentos conforme aditados, alterados, modificados ou complementados de tempos em tempos. Todas as referências aqui contidas à lei aplicável deverão ser interpretadas como uma referência a tais leis, regulamentos, decretos, instruções, decisões normativas, medidas provisórias ou qualquer outra decisão em qualquer jurisdição aplicável, com força de lei ou não. Todas as referências a quaisquer das Partes deverão ser interpretadas como uma referência a tal Parte, seus respectivos sucessores, beneficiários e cessionários permitidos. As definições com denominação no singular incluem o plural e vice-versa.

1.2. Salvo qualquer outra disposição em contrário prevista neste Aditamento, todos os termos e condições do Contrato aplicam-se total e automaticamente a este Aditamento, *mutatis mutandis*, e deverão ser consideradas como uma parte integral deste, como se estivessem transcritos neste Aditamento.

1.3. Todas as menções aos Agentes Fiduciários no presente Contrato deverão ser entendidas como o Agente Fiduciário da Primeira Emissão, agindo em nome e para o benefício da comunhão dos Debenturistas da Primeira Emissão, e como o Agente

DocuSign Envelope ID: FFD59807-84C9-47DB-B8B5-592565F6A9B7

Fiduciários da Segunda Emissão, agindo em nome e benefício da comunhão dos Debenturistas da Segunda Emissão.

CLÁUSULA II – SUBSTITUIÇÃO DO ANEXO II

2.1. Na forma do disposto no Contrato (conforme aditado, alterado e modificado de tempos em tempos, inclusive por meio deste Aditamento), em função da aquisição de novas ações de emissão da Companhia pela Acionista reconhecem as Partes e os Agentes Fiduciários a substituição do Anexo II do Contrato pelo Anexo A deste Aditamento, formalizando assim a inclusão dessas Novas Ações e Direitos detidos pelas Acionistas na definição de Ações e Direitos fiduciariamente alienados no âmbito do Contrato.

2.2 A Acionista declara e garante que as Ações representam, na presente data, a totalidade das ações de emissão da Companhia, bem como foram devidamente autorizadas, validamente emitidas, tendo como totalmente subscritas e integralizadas [inserir quantidade] Ações de emissão da Companhia, que deverão ser integralizadas no prazo de [•] Dias Úteis a contar da assinatura deste Aditamento.

2.3 À luz do exposto acima, as Alienantes se obrigam a efetuar os registros determinados pela Cláusula IV do Contrato.

CLÁUSULA III - DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1. A Acionista declara e garante, individualmente, que as declarações prestadas na no Contrato permanecem verdadeiras, corretas e plenamente válidas e eficazes na data de assinatura deste Aditamento, como se estivessem inteiramente transcritas neste Aditamento.

3.2. A Acionista e a Companhia ratificam, expressamente e de forma integral, em relação a si própria, todas as obrigações respectivamente contratadas no Contrato, como se tais obrigações estivessem inteiramente transcritas neste Aditamento.

3.3. Exceto se expressamente alterado nos termos deste Aditamento, todas as disposições, termos e condições estabelecidos no Contrato deverão permanecer inteiramente em pleno vigor e efeito integralmente, sendo expressamente ratificados pelas Partes.

3.4. Caso qualquer das disposições deste Aditamento venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

DocuSign Envelope ID: FFD59807-84C9-47DB-B8B5-592565F6A9B7

3.5. O presente Aditamento será regido e interpretado em conformidade com as leis do Brasil. Fica eleito o foro da cidade de São Paulo, estado de São Paulo, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou possa vir a ser, como competente para dirimir quaisquer controvérsias ou litígios decorrentes ou relacionados a este Aditamento.

E, por estarem assim certas e ajustadas, as Partes firmam este Contrato, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

[*Local*], [*data*].
[PÁGINAS DE ASSINATURAS A SEREM INCLUÍDAS]

DocuSign Envelope ID: FFD59807-84C9-47DB-B8B5-592565F6A9B7

ANEXO IV

MODELO DE ADITAMENTO – REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA PERMITIDA

DocuSign Envelope ID: FFD59807-84C9-47DB-B8B5-592565F6A9B7

[•]º ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE AÇÕES E OUTRAS AVENÇAS

Este "[•]° Aditamento ao Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças" ("Contrato") é celebrado por e entre:

(1) ENAUTA PARTICIPAÇÕES S.A., companhia aberta, com registro de emissor de valores mobiliários perante a Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") sob o nº 2236-5, com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Barroso, nº 52, sala 1301 (parte), Centro, CEP 20031-918, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("**CNPJ/MF**") sob o nº 11.669.021/0001-10 e na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("**JUCERJA**") sob o NIRE 33300292896 ("**Emissora**" ou "**Acionista**"), neste ato representada na forma de seu estatuto social;

(2) VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., instituição financeira, devidamente constituída e validamente existente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, com sua sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, nº 215, 4º andar, Pinheiros, CEP 05.425-020, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.610.500/0001-88, na qualidade de agente fiduciário representante dos Debenturistas da Primeira Emissão (conforme abaixo definido) e dos Debenturistas da Segunda Emissão (conforme abaixo definido) ("Agente Fiduciário da Primeira Emissão" ou "Agente Fiduciário da Segunda Emissão" ou cada qual, individualmente e indistintamente, "Agente Fiduciário" e, quando referidos em conjunto, "Agentes Fiduciários", conforme o caso), neste ato representada na forma de seu contrato social; e

como parte interveniente-anuente:

(3) ENAUTA ENERGIA S.A., sociedade por ações, sem registro de emissor de valores mobiliários perante a CVM, com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Barroso, nº 52, sala 1101, 1102 e 1301 (parte), Centro, CEP 20031-918, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.253.257/0001-71 e na JUCERJA sob o NIRE 33300291598 ("**Enauta Energia**" ou "**Companhia**"), neste ato representada na forma de seu estatuto social.

sendo a Acionista, os Agentes Fiduciários e a Companhia referidos como as "**Partes**" e, individualmente, como "**Parte**".

CONSIDERANDO QUE

(A) em 22 de novembro de 2022, foi celebrado o "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em até 2 (Duas) Séries, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Enauta Participações S.A." pela Emissora, pelo Agente Fiduciário da Primeira Série e pela Enauta Energia, conforme aditado em 21 de dezembro de 2022 pelo "*Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de*

DocuSign Envelope ID: FFD59807-84C9-47DB-B8B5-592565F6A9B7

Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em até 2 (Duas) Séries, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Enauta Participações S.A." ("**Escritura de Emissão da Primeira Emissão**"), por meio do qual a Emissora emitiu sua 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em até 2 (duas) séries, da Emissora, no valor total de R$ 1.400.000.000,00 (um bilhão e quatrocentos milhões de reais), na data de emissão ("**Debêntures da Primeira Emissão**"), as quais foram objeto de distribuição pública, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, da Lei nº 6.385 de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, e das demais leis e normas regulamentares aplicáveis;

(**B**) em 06 de setembro de 2023, foi celebrado o "*Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em até 3 (Três) Séries, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública, em Rito de Registro Automático, da Enauta Participações S.A.*" pela Emissora, pelo Agente Fiduciário da Segunda Emissão e pela Enauta Energia ("**Escritura de Emissão da Segunda Emissão**", em conjunto com a Escritura de Emissão da Primeira Emissão", as "**Escrituras de Emissão**"), conforme aditada de tempos em tempos, por meio por meio do qual foram estabelecidos os termos e condições da 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em até 3 (três) séries, da Emissora, no valor total de até R$ 1.100.000.000,00 (um bilhão e cem milhões de reais), na data de emissão ("**Debêntures da Segunda Emissão**" e, em conjunto com as Debêntures da Primeira Emissão, "**Debêntures**"), as quais serão objeto de distribuição pública, sob o rito de registro automático, nos termos da Resolução da CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada ("**Resolução CVM 160**"), e das demais leis e normas regulamentares aplicáveis;

(C) para assegurar o fiel, pontual, correto e integral cumprimento das Obrigações Garantidas (conforme definido abaixo), a Acionista se comprometeu, em caráter irrevogável e irretratável, a alienar fiduciariamente em favor dos titulares das Debêntures da Primeira Emissão ("Debenturistas da Primeira Emissão"), representados pelo Agente Fiduciário da Primeira Emissão, e em favor dos titulares de Debêntures da Segunda Emissão ("Debenturistas da Segunda Emissão" e, em conjunto com os Debenturistas da Primeira Emissão, "Debenturistas"), as Ações e Direitos Alienados Fiduciariamente (conforme definidos abaixo);

(D) em 29 de novembro de 2022 foi celebrado o "*Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças*", tendo como signatários os mesmos signatários deste Primeiro Aditamento, e registrado no 4º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Pessoa Jurídica da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sob o nº 5.434.199, em 1 de dezembro de 2022 e no 5º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro sob o nº 1014276 em 2 de dezembro de 2022, no qual, conforme seus termos e condições, a Acionista alienou fiduciariamente as Ações e Direitos para os Debenturistas da Primeira Série, representados pelo Agente Fiduciário da Primeira Emissão ("Contrato"); e

DocuSign Envelope ID: FFD59807-84C9-47DB-B8B5-592565F6A9B7

(E) em conformidade com a Cláusula 2.11 do Contrato, as Partes desejam aditar o Contrato para formalizar a realização de uma Reorganização Societária Permitida (conforme definido nas Escrituras de Emissão).

RESOLVEM, por esta, e na melhor forma de direito, celebrar o presente Aditamento, que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA I - DEFINIÇÕES E INTERPRETAÇÕES

1.1. Os termos em letras maiúsculas utilizados, mas não definidos no presente Aditamento, terão os mesmos significados que lhe foram atribuídos no Contrato e nas Escrituras de Emissão. Todas as referências aqui contidas a quaisquer acordos ou documentos deverão ser interpretadas como uma referência a tais acordos ou documentos conforme aditados, alterados, modificados ou complementados de tempos em tempos. Todas as referências aqui contidas à lei aplicável deverão ser interpretadas como uma referência a tais leis, regulamentos, decretos, instruções, decisões normativas, medidas provisórias ou qualquer outra decisão em qualquer jurisdição aplicável, com força de lei ou não. Todas as referências a quaisquer das Partes deverão ser interpretadas como uma referência a tal Parte, seus respectivos sucessores, beneficiários e cessionários permitidos. As definições com denominação no singular incluem o plural e vice-versa.

1.2. Salvo qualquer outra disposição em contrário prevista neste Aditamento, todos os termos e condições do Contrato aplicam-se total e automaticamente a este Aditamento, *mutatis mutandis*, e deverão ser consideradas como uma parte integral deste, como se estivessem transcritos neste Aditamento.

1.3. Todas as menções aos Agentes Fiduciários no presente instrumento deverão ser entendidas como o Agente Fiduciário da Primeira Emissão, agindo em nome e para o benefício da comunhão dos Debenturistas da Primeira Emissão, e do Agente Fiduciário da Segunda Emissão, agindo em nome e para o benefício da comunhão dos Debenturistas Segunda Emissão.

CLÁUSULA II – OBJETO

2.1. Na forma do disposto no Contrato (conforme aditado, alterado e modificado de tempos em tempos, inclusive por meio deste Aditamento), em função da Reorganização Societária Permitida, por meio do qual [=*descrever a reorganização societária*=], o presente Aditamento tem por objeto a formalização da [*inclusão das ações de emissão do [•]/substituição das ações de emissão do [•] pelas ações de emissão do [•]*] do objeto da Alienação Fiduciária, nos termos previstos na Cláusula 2.11 do Contrato.

DocuSign Envelope ID: FFD59807-84C9-47DB-B8B5-592565F6A9B7

2.2 Tendo em vista a Reorganização Societária Permitida, as Partes resolvem alterar a Cláusula 2.1 do Contrato, de modo a [complementar/adequar] a descrição das Ações e Direitos Alienados Fiduciariamente como objeto da Alienação Fiduciária.

2.3. À luz do exposto acima, a Acionista e a Companhia se obrigam a efetuar os registros determinados pela Cláusula IV do Contrato.

CLÁUSULA III - DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1. A Acionista declara e garante, individualmente, que as declarações prestadas na no Contrato permanecem verdadeiras, corretas e plenamente válidas e eficazes na data de assinatura deste Aditamento, como se estivessem inteiramente transcritas neste Aditamento.

3.2. A Acionista e a Companhia ratificam, expressamente e de forma integral, em relação a si própria, todas as obrigações respectivamente contratadas no Contrato, como se tais obrigações estivessem inteiramente transcritas neste Aditamento.

3.3. Exceto se expressamente alterado nos termos deste Aditamento, todas as disposições, termos e condições estabelecidos no Contrato deverão permanecer inteiramente em pleno vigor e efeito integralmente, sendo expressamente ratificados pelas Partes.

3.4. Caso qualquer das disposições deste Aditamento venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

3.5. O presente Aditamento será regido e interpretado em conformidade com as leis do Brasil. Fica eleito o foro da cidade de São Paulo, estado de São Paulo, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou possa vir a ser, como competente para dirimir quaisquer controvérsias ou litígios decorrentes ou relacionados a este Aditamento.

E, por estarem assim certas e ajustadas, as Partes firmam este Contrato, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

[*Local*], [*data*].
[PÁGINAS DE ASSINATURAS A SEREM INCLUÍDAS]

DocuSign Envelope ID: FFD59807-84C9-47DB-B8B5-592565F6A9B7

ANEXO V
MODELO DE ADITAMENTO – COMPARTILHAMENTO DAS GARANTIAS

[•]º ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE AÇÕES E OUTRAS AVENÇAS

Este "[•]° Aditamento ao Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças" ("Contrato") é celebrado por e entre:

(1) ENAUTA PARTICIPAÇÕES S.A., companhia aberta, com registro de emissor de valores mobiliários perante a Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") sob o nº 2236-5, com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Barroso, nº 52, sala 1301 (parte), Centro, CEP 20031-918, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("**CNPJ/MF**") sob o nº 11.669.021/0001-10 e na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("**JUCERJA**") sob o NIRE 33300292896 ("**Emissora**" ou "**Acionista**"), neste ato representada na forma de seu estatuto social;

(2) VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., instituição financeira, devidamente constituída e validamente existente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, com sua sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, nº 215, 4º andar, Pinheiros, CEP 05.425-020, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.610.500/0001-88, na qualidade de agente fiduciário representante dos Debenturistas da Primeira Emissão (conforme abaixo definido) e dos Debenturistas da Segunda Emissão (conforme abaixo definido) ("Agente Fiduciário da Primeira Emissão" ou "Agente Fiduciário da Segunda Emissão" ("Agente Fiduciário da Primeira Emissão" ou "Agente Fiduciário da Segunda Emissão");

(3) [•], instituição financeira, devidamente constituída e validamente existente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, com sua sede na [•], inscrita no CNPJ/MF sob o nº [•], na qualidade de [•], neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Agente Fiduciário da [•] Emissão" e, em conjunto com o Agente Fiduciário da Primeira Emissão" ou "Agente Fiduciário da Segunda Emissão", os "Agentes Fiduciários")

como parte interveniente-anuente:

(4) ENAUTA ENERGIA S.A., sociedade por ações, sem registro de emissor de valores mobiliários perante a CVM, com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Barroso, nº 52, sala 1101, 1102 e 1301 (parte), Centro, CEP 20031-918, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.253.257/0001-71 e na JUCERJA sob o NIRE 33300291598 ("**Enauta Energia**" ou "**Companhia**"), neste ato representada na forma de seu estatuto social.

sendo a Acionista, os Agentes Fiduciários e a Companhia referidos como as "**Partes**" e, individualmente, como "**Parte**".

DocuSign Envelope ID: FFD59807-84C9-47DB-B8B5-592565F6A9B7

CONSIDERANDO QUE

(A) em 22 de novembro de 2022, foi celebrado o "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em até 2 (Duas) Séries, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Enauta Participações S.A." pela Emissora, pelo Agente Fiduciário da Primeira Série e pela Enauta Energia, conforme aditado em 21 de dezembro de 2022 pelo "*Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em até 2 (Duas) Séries, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Enauta Participações S.A.*" ("**Escritura de Emissão da Primeira Emissão**"), por meio do qual a Emissora emitiu sua 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em até 2 (duas) séries, da Emissora, no valor total de R$ 1.400.000.000,00 (um bilhão e quatrocentos milhões de reais), na data de emissão ("**Debêntures da Primeira Emissão**"), as quais foram objeto de distribuição pública, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, da Lei nº 6.385 de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, e das demais leis e normas regulamentares aplicáveis;

(B) em 06 de setembro de 2023, foi celebrado o "*Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em até 3 (Três) Séries, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública, em Rito de Registro Automático, da Enauta Participações S.A.*" pela Emissora, pelo Agente Fiduciário da Segunda Emissão e pela Enauta Energia ("**Escritura de Emissão da Segunda Emissão**", em conjunto com a Escritura de Emissão da Primeira Emissão", as "**Escrituras de Emissão**"), conforme aditada de tempos em tempos, por meio por meio do qual foram estabelecidos os termos e condições da 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em até 3 (três) séries, da Emissora, no valor total de até R$ 1.100.000.000,00 (um bilhão e cem milhões de reais), na data de emissão ("**Debêntures da Segunda Emissão**" e, em conjunto com as Debêntures da Primeira Emissão, "**Debêntures**"), as quais serão objeto de distribuição pública, sob o rito de registro automático, nos termos da Resolução da CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada ("**Resolução CVM 160**"), e das demais leis e normas regulamentares aplicáveis;

(C) para assegurar o fiel, pontual, correto e integral cumprimento das Obrigações Garantidas (conforme definido abaixo), a Acionista se comprometeu, em caráter irrevogável e irretratável, a alienar fiduciariamente em favor dos titulares das Debêntures da Primeira Emissão ("Debenturistas da Primeira Emissão"), representados pelo Agente Fiduciário da Primeira Emissão, e em favor dos titulares de Debêntures da Segunda Emissão ("Debenturistas da Segunda Emissão" e, em conjunto com os Debenturistas da Primeira Emissão, "Debenturistas"), as Ações e Direitos Alienados Fiduciariamente (conforme definidos abaixo);

(D) em 29 de novembro de 2022 foi celebrado o "*Instrumento Particular de Alienação*

DocuSign Envelope ID: FFD59807-84C9-47DB-B8B5-592565F6A9B7

Fiduciária de Ações e Outras Avenças", tendo como signatários os mesmos signatários deste Primeiro Aditamento, e registrado no 4º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Pessoa Jurídica da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sob o nº 5.434.199, em 1 de dezembro de 2022 e no 5º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro sob o nº 1014276 em 2 de dezembro de 2022, no qual, conforme seus termos e condições, a Acionista alienou fiduciariamente as Ações e Direitos para os Debenturistas da Primeira Série, representados pelo Agente Fiduciário da Primeira Emissão ("Contrato");

(E) nos termos da Escritura da Segunda Emissão, a Alienação Fiduciária e as demais Garantias Reais serão outorgadas em benefício dos titulares das Debêntures da Segunda Emissão ("Debenturistas da Segunda Emissão" e, em conjunto com os Debenturistas da Primeira Emissão, os "Debenturistas"), observado que os termos e condições do compartilhamento das Garantias Reais entre os credores, quer seja, os Debenturistas, representados pelos Agentes Fiduciários, estão regulados no "Contrato de Compartilhamento de Garantias e Outras Avenças", celebrado em [•] de [•] de 2023 entre os Agentes Fiduciários ("Contrato de Compartilhamento" e "Compartilhamento das Garantias Reais", respectivamente); e

(F) em conformidade com a Cláusula 2.12 do Contrato, as Partes desejam aditar o Contrato para formalizar a inclusão [•], representados pelo Agente Fiduciário da [•] Emissão, como novo credor no âmbito do Contrato.

RESOLVEM, por esta, e na melhor forma de direito, celebrar o presente Aditamento, que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA I DEFINIÇÕES E INTERPRETAÇÕES

1.1. Os termos em letras maiúsculas utilizados, mas não definidos no presente Aditamento, terão os mesmos significados que lhe foram atribuídos no Contrato e na Escritura de Emissão. Todas as referências aqui contidas a quaisquer acordos ou documentos deverão ser interpretadas como uma referência a tais acordos ou documentos conforme aditados, alterados, modificados ou complementados de tempos em tempos. Todas as referências aqui contidas à lei aplicável deverão ser interpretadas como uma referência a tais leis, regulamentos, decretos, instruções, decisões normativas, medidas provisórias ou qualquer outra decisão em qualquer jurisdição aplicável, com força de lei ou não. Todas as referências a quaisquer das Partes deverão ser interpretadas como uma referência a tal Parte, seus respectivos sucessores, beneficiários e cessionários permitidos. As definições com denominação no singular incluem o plural e vice-versa.

1.2. Salvo qualquer outra disposição em contrário prevista neste Aditamento, todos os termos e condições do Contrato aplicam-se total e automaticamente a este Aditamento, *mutatis mutandis*, e deverão ser consideradas como uma parte integral deste, como se estivessem transcritos neste Aditamento.

DocuSign Envelope ID: FFD59807-84C9-47DB-B8B5-592565F6A9B7

1.3. Todas as menções aos Agentes Fiduciários no presente instrumento deverão ser entendidas como o Agente Fiduciário da Primeira Emissão, agindo em nome e para o benefício da comunhão dos Debenturistas da Primeira Emissão, o Agente Fiduciário da Segunda Emissão, agindo em nome e para o benefício da comunhão dos Debenturistas da Segunda Emissão, e o Agente Fiduciário da [•] Emissão, agindo em nome e para benefício da comunhão dos Debenturistas da [•] Emissão.

CLÁUSULA II – OBJETO

2.1. Na forma do disposto no Contrato (conforme aditado, alterado e modificado de tempos em tempos, inclusive por meio deste Aditamento), em função do Compartilhamento das Garantias Reais, o presente Aditamento tem por objeto a formalização da inclusão do [•], na qualidade de novo credor que passará a compartilhar a presente garantia com o Agente Fiduciário, nos mesmos termos, pari passu e em mesmo grau de senioridade, observada a proporção prevista na Cláusula 2.12 do Contrato e o disposto no Contrato de Compartilhamento celebrado entre os Credores nos termos da Cláusula 4.26.5 da Escritura de Emissão da Primeira Emissão e da Cláusula 4.27.5 da Escritura de Emissão da Segunda Emissão

2.2 Tendo em vista o Compartilhamento das Garantias Reais, as Partes resolvem alterar a definição de "Obrigações Garantidas" prevista na Cláusula 2.1 do Contrato e substituir o Anexo I do Contrato pelo Anexo A ao presente Aditamento, de modo a incluir as principais características da nova dívida.

2.3. Sem prejuízo ao disposto acima, a Acionista se compromete a outorgar procuração em favor do [•], nos termos previstos na Cláusula 9 do Contrato.

2.3 À luz do exposto acima, a Acionista e a Companhia se obrigam a efetuar os registros determinados pela Cláusula IV do Contrato.

CLÁUSULA III - DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1. A Acionista declara e garante, individualmente, que as declarações prestadas na no Contrato permanecem verdadeiras, corretas e plenamente válidas e eficazes na data de assinatura deste Aditamento, como se estivessem inteiramente transcritas neste Aditamento.

3.2. A Acionista e a Companhia ratificam, expressamente e de forma integral, em relação a si própria, todas as obrigações respectivamente contratadas no Contrato, como se tais obrigações estivessem inteiramente transcritas neste Aditamento.

3.3. Exceto se expressamente alterado nos termos deste Aditamento, todas as disposições, termos e condições estabelecidos no Contrato deverão permanecer inteiramente em pleno vigor e efeito integralmente, sendo expressamente ratificados pelas Partes.

DocuSign Envelope ID: FFD59807-84C9-47DB-B8B5-592565F6A9B7

3.4. Caso qualquer das disposições deste Aditamento venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

3.5. O presente Aditamento será regido e interpretado em conformidade com as leis do Brasil. Fica eleito o foro da cidade de São Paulo, estado de São Paulo, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou possa vir a ser, como competente para dirimir quaisquer controvérsias ou litígios decorrentes ou relacionados a este Aditamento.

E, por estarem assim certas e ajustadas, as Partes firmam este Contrato, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

[*Local*], [*data*].
[PÁGINAS DE ASSINATURAS A SEREM INCLUÍDAS]

DocuSign Envelope ID: FFD59807-84C9-47DB-B8B5-592565F6A9B7

ANEXO VI

MODELO DE PROCURAÇÃO

Em [•] de [•] de 2023, pela presente procuração, a Outorgante abaixo definida:

(1) ENAUTA PARTICIPAÇÕES S.A., companhia aberta, com registro de emissor de valores mobiliários perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") sob o nº 2236-5, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Barroso, nº 52, sala 1301 (parte), Centro, CEP 20031-918, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 11.669.021/0001-10 e na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA") sob o NIRE 33300292896, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Outorgante");

por este ato nomeia

(2) VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., instituição financeira, com sede na Rua Gilberto Sabino, nº 215 – 4º andar, Pinheiros, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05.425-020, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.610.500/0001-88, atuando na qualidade de agente fiduciário representando a comunhão dos titulares das Debêntures da Primeira Emissão e dos titulares das Debêntures da Segunda Emissão (cada qual, individualmente e indistintamente, "Outorgado" e, em conjunto, "Outorgados", conforme o caso);

em caráter irrevogável e irretratável, como seus procuradores, agindo em nome e pela Outorgante, com poderes amplos e específicos para agirem em seu nome e como seus representantes no exercício de todos os atos que se fizerem necessários com relação ao "*Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças*" celebrado entre a Outorgante, os Outorgados e a Enauta Energia S.A. ("Companhia"), em 29 de novembro de 2022, e ao "*Primeiro Aditamento e Consolidação ao Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças*", celebrado em 06 de setembro de 2023 (conforme aditado, modificado, alterado e consolidado de tempos em tempos, "Contrato"), incluindo, mas não se limitando a, poderes e autoridade para, até que as Obrigações Garantidas (conforme definido no Contrato) tenham sido inteiramente quitadas, tais como expressamente confirmado por escrito pelo Outorgado:

(i) praticar, na hipótese de omissão pela Outorgante e pela Companhia, todos os atos, de qualquer natureza, exigidos ou necessários para formalizar, registrar ou averbar o Contrato ou quaisquer aditamentos ao Contrato, conforme o caso, perante os Cartórios de Registro de Títulos e Documentos (conforme definido no Contrato), sendo que os custos decorrentes serão arcados exclusivamente pela Outorgante, conforme previsto no Contrato;

(ii) realizar, a qualquer momento, todos os atos necessários para a conservação, defesa

DocuSign Envelope ID: FFD59807-84C9-47DB-B8B5-592565F6A9B7

e/ou execução da Alienação Fiduciária (conforme definido no Contrato);

(iii) tomar todas as medidas para consolidar a plena propriedade das Ações e Direitos Alienados Fiduciariamente (conforme definido no Contrato) em favor dos Outorgados no caso de excussão da Alienação Fiduciária;

(iv) exercer todo e qualquer direito da Outorgante de cobrar, constituir em mora e receber pagamentos de qualquer natureza, incluindo direitos de vender, ceder, conceder opção sobre ou de outra forma alienar, a totalidade ou parte das Ações e Direitos Alienados Fiduciariamente, por meio de venda pública ou privada, de acordo com a lei aplicável e os termos deste Contrato, e independente de quaisquer notificações judiciais ou extrajudiciais;

(v) assinar qualquer documento e praticar qualquer ato relativo a Alienação Fiduciária e/ou as Ações e Direitos Alienados Fiduciariamente, sempre que tal ato ou documento for necessário para constituir, preservar, formalizar, aperfeiçoar, validar ou excutir a Alienação Fiduciária (incluindo dar e receber quitação);

(vi) representar a Outorgante no Brasil, em juízo ou fora dele, perante terceiros e toda e qualquer entidade ou autoridade federal, estadual ou municipal, em todas as suas respectivas divisões e departamentos, incluindo, mas não se limitando, conforme aplicável, aos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, à Receita Federal do Brasil, ao Banco Central do Brasil, à ANP, ao CADE e a outros órgãos do sistema antitruste brasileiro, em relação à Alienação Fiduciária, às Ações e Direitos Alienados Fiduciariamente e a este Contrato e exercer todos os demais direitos concedidos à Outorgante sobre o mesmo, com poderes para comprometer as Ações e Direitos Alienados Fiduciariamente, bem como alienar, transferindo-o de acordo com os termos deste Contrato, bem como com poderes irrevogáveis para assinar todo e qualquer documento necessário para a transferência efetiva, receber e dar quitação;

(vii) solicitar toda e qualquer aprovação, registro ou consentimento prévio, que possa ser necessário para a efetiva excussão da Alienação Fiduciária e/ou para a cessão/transferência das Ações e Direitos Alienados Fiduciariamente, incluindo, mas não limitado a, aprovações ou consentimentos prévios de instituições financeiras, seguradoras, Banco Central do Brasil, Receita Federal do Brasil, ANP, CADE, outros órgãos do sistema antitruste brasileiro em relação à Alienação Fiduciária e quaisquer outras entidades ou autoridades federais, estaduais ou municipais, em todas as suas respectivas divisões e departamentos, ou quaisquer outros terceiros;

(viii) reter e recuperar a posse das Ações e Direitos Alienados Fiduciariamente, bem como os Documentos Comprobatórios, contra qualquer titular, inclusive a Outorgante;

(ix) ceder e transferir direitos e obrigações da Outorgante em relação às Ações e Direitos Alienados Fiduciariamente, no todo ou em parte, a terceiros;

(x) receber e utilizar os recursos provenientes da Excussão das Ações e Direitos Alienados

DocuSign Envelope ID: FFD59807-84C9-47DB-B8B5-592565F6A9B7

Fiduciariamente, aplicando-os na liquidação das Obrigações Garantidas (conforme definido no Contrato); e

(xi) realizar todo e qualquer ato e, assim como assinar todos os documentos necessários para o pleno cumprimento deste mandato, o qual poderá ser substabelecido, com poderes ad judicia, no todo ou em parte, com ou sem reservas, pelos Agentes Fiduciários, agindo em nome e em benefício dos Debenturistas (conforme definido no Contrato), conforme julgar apropriado, assim como cancelar quaisquer substabelecimentos.

Os termos utilizados em maiúscula e não definidos na presente procuração terão o mesmo significado que lhes foram atribuídos no Contrato.

Esta procuração será válida e eficaz enquanto viger o Contrato ou enquanto subsistirem as Obrigações Garantidas.

Os poderes outorgados nesta procuração são adicionais aos poderes outorgados pela Outorgante aos Outorgados nos termos do Contrato ou de qualquer outro documento e não anulam nem revogam tais poderes.

Esta Procuração é regida e interpretada de acordo com as leis do Brasil.

A presente procuração foi assinada pela Outorgante em [•] de [•] de 2023, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo.

ENAUTA PARTICIPAÇÕES S.A.

_____	_____
Nome:	Nome:
Cargo:	Cargo:

DocuSign Envelope ID: FFD59807-84C9-47DB-B8B5-592565F6A9B7

ANEXO VII

MODELO DE TERMO DE LIBERAÇÃO

Por meio do presente instrumento particular e na melhor forma de direito, a **VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, constituída sob a forma de sociedade empresária limitada, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.277, 2º andar, Jardim Paulistano, CEP 01.452-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.610.500/0001-88, neste ato representada por seus representantes legais devidamente constituídos nos termos de seu contrato social e identificados na respectiva página de assinatura do presente termo ("Agente Fiduciário da Primeira Emissão"), na qualidade de agente fiduciário, representando a comunhão dos titulares das debêntures no âmbito da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em 2 (duas) séries, da **ENAUTA PARTICIPAÇÕES S.A.**, companhia aberta, com registro de emissor de valores mobiliários perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") sob o nº 2236-5, com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Barroso, nº 52, sala 1301 (parte), Centro, CEP 20031-918, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("CNPJ/MF") sob o nº 11.669.021/0001-10 ("Emissora"), no montante total de R$ 1.400.000.000,00 (um bilhão e quatrocentos milhões de reais) ("Primeira Emissão" e "Debêntures da Primeira Emissão", respectivamente), nos termos do "*Primeiro Aditamento e Consolidação* ao *Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças*", celebrado em 06 de setembro de 2023, entre a Emissora, os Agentes Fiduciários e a Enauta Energia S.A., conforme aditado, registrado no [•]° Ofício de Registro de Documentos de [•], em [•] de [•] de [•], sob o n° [•] ("Contrato"), autoriza a liberação da cessão fiduciária constituída por meio do Contrato.

[•], [•] de [•] de [•].

[PÁGINAS DE ASSINATURAS A SEREM INCLUÍDAS]

DocuSign Envelope ID: FFD59807-84C9-47DB-B8B5-592565F6A9B7

ANEXO VIII

MODELO DE TERMO DE LIBERAÇÃO

Por meio do presente instrumento particular e na melhor forma de direito, a **VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, constituída sob a forma de sociedade empresária limitada, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.277, 2º andar, Jardim Paulistano, CEP 01.452-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.610.500/0001-88, neste ato representada por seus representantes legais devidamente constituídos nos termos de seu contrato social e identificados na respectiva página de assinatura do presente termo ("Agente Fiduciário da Segunda Emissão"), na qualidade de agente fiduciário, representando a comunhão dos titulares das debêntures no âmbito da 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em até 3 (três) séries, da **ENAUTA PARTICIPAÇÕES S.A.**, companhia aberta, com registro de emissor de valores mobiliários perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") sob o nº 2236-5, com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Barroso, nº 52, sala 1301 (parte), Centro, CEP 20031-918, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("CNPJ/MF") sob o nº 11.669.021/0001-10 ("Emissora"), no montante total de até R$ 1.100.000.000,00 (um bilhão e cem milhões de reais) ("Segunda Emissão" e "Debêntures da Segunda Emissão", respectivamente), nos termos do "*Primeiro Aditamento e Consolidação ao Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças*", celebrado em 06 de setembro de 2023, entre a Emissora, os Agentes Fiduciários e a Enauta Energia S.A., conforme aditado, registrado no [•]° Ofício de Registro de Documentos de [•], em [•] de [•] de [•], sob o n° [•] ("Contrato"), autoriza a liberação da cessão fiduciária constituída por meio do Contrato.

[•], [•] de [•] de [•].

[PÁGINAS DE ASSINATURAS A SEREM INCLUÍDAS]

DocuSign

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: FFD5980784C947DBB8B5592565F6A9B7 Status: Concluído

Assunto: Complete com a DocuSign: Deb 160 Enauta - Primeiro Aditamento ao Contrato de Alienação Fiduciár...

Envelope fonte:

Documentar páginas: 74 Assinaturas: 8 Remetente do envelope:

Certificar páginas: 6 Rubrica: 0 Isis Larissa Mangabeira Goncalves Donato

Assinatura guiada: Ativado AV BRIGADEIRO FARIA LIMA, 4100

Selo com EnvelopeId (ID do envelope): Ativado SP, SP 04.538-132

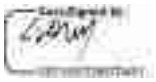
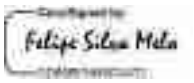
Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília idonato@stoccheforbes.com.br

Endereço IP: 189.112.41.137

Rastreamento de registros

Status: Original Portador: Isis Larissa Mangabeira Goncalves Donato Local: DocuSign

06/09/2023 15:36:06 idonato@stoccheforbes.com.br

Eventos do signatário	Assinatura	Registro de hora e data
Brenda Ribeiro de Oliveira bro@vortx.com.br Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital **Detalhes do provedor de assinatura:** Tipo de assinatura: ICP Smart Card Emissor da assinatura: AC Certisign RFB G5 CPF do signatário: 44645126822 **Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:** Aceito: 06/09/2023 18:52:26 ID: 0de98f08-66f0-4eb4-bf11-611caddc644d	 Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 163.116.233.39	Enviado: 06/09/2023 15:39:23 Reenviado: 06/09/2023 18:30:23 Visualizado: 06/09/2023 18:52:26 Assinado: 06/09/2023 18:53:03
Décio Fabrício Oddone da Costa decio.oddone@enauta.com.br Decio Oddone CEO Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital **Detalhes do provedor de assinatura:** Tipo de assinatura: ICP Smart Card Emissor da assinatura: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5 CPF do signatário: 44911211091 Cargo do Signatário: Diretor **Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:** Aceito: 06/09/2023 16:40:29 ID: b7e4fd2a-ae7c-4d27-b21e-9716ee39e6d7	 Adoção de assinatura: Desenhado no dispositivo Usando endereço IP: 191.57.26.101	Enviado: 06/09/2023 15:39:24 Visualizado: 06/09/2023 16:27:34 Assinado: 06/09/2023 16:41:16
Felipe Silva Melo felipe.melo@enauta.com.br Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital **Detalhes do provedor de assinatura:** Tipo de assinatura: ICP Smart Card Emissor da assinatura: AC SERASA RFB v5 CPF do signatário: 09424128770 **Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:** Aceito: 06/09/2023 17:27:18 ID: 76b179dd-feba-4749-9b82-a62f24b9db62	 Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 177.184.26.195	Enviado: 06/09/2023 15:39:26 Visualizado: 06/09/2023 17:27:18 Assinado: 06/09/2023 17:29:48

Eventos do signatário	Assinatura	Registro de hora e data
José Eduardo Gamboa Junqueira jej@vortx.com.br Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital **Detalhes do provedor de assinatura:** Tipo de assinatura: ICP Smart Card Emissor da assinatura: AC SERASA RFB v5 CPF do signatário: 42308529830 Cargo do Signatário: Procurador **Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:** Aceito: 06/09/2023 16:06:46 ID: f1b2caac-b2ce-4508-94fb-4d54c622fbd4	 Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 163.116.233.78	Enviado: 06/09/2023 15:39:24 Visualizado: 06/09/2023 16:06:46 Assinado: 06/09/2023 16:07:17
Matheus Gomes Faria mgf@vortx.com.br Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital **Detalhes do provedor de assinatura:** Tipo de assinatura: ICP Smart Card Emissor da assinatura: AC Certisign RFB G5 CPF do signatário: 05813311769 Cargo do Signatário: Procurador **Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:** Aceito: 06/09/2023 18:37:14 ID: 89ce78d2-4428-4161-a117-e7b43f87b27b	 Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 163.116.233.34	Enviado: 06/09/2023 15:39:25 Reenviado: 06/09/2023 18:30:24 Visualizado: 06/09/2023 18:37:14 Assinado: 06/09/2023 18:45:50
Pedro Rodrigues Galvão de Medeiros pedro.medeiros@enauta.com.br Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital **Detalhes do provedor de assinatura:** Tipo de assinatura: ICP Smart Card Emissor da assinatura: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5 CPF do signatário: 09875589780 Cargo do Signatário: Diretor **Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:** Aceito: 06/09/2023 16:37:39 ID: 7011228c-a42d-4c20-ae77-28931b98dec2	 Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 50.74.174.235	Enviado: 06/09/2023 15:39:26 Visualizado: 06/09/2023 16:37:39 Assinado: 06/09/2023 16:38:11

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data

Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data

Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data

Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data

Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data

Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	06/09/2023 15:39:26

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Entrega certificada	Segurança verificada	06/09/2023 16:37:39
Assinatura concluída	Segurança verificada	06/09/2023 16:38:11
Concluído	Segurança verificada	06/09/2023 18:53:03

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico

ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE

From time to time, STOCCHE, FORBES, FILIZZOLA, CLAPIS, PASSARO E MEYER SOCIEDADE DE ADVOGADOS (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through the DocuSign system. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to this Electronic Record and Signature Disclosure (ERSD), please confirm your agreement by selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

Getting paper copies

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. You will have the ability to download and print documents we send to you through the DocuSign system during and immediately after the signing session and, if you elect to create a DocuSign account, you may access the documents for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a $0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

Withdrawing your consent

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

Consequences of changing your mind

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format, and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. Further, you will no longer be able to use the DocuSign system to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

All notices and disclosures will be sent to you electronically

Unless you tell us otherwise in accordance with the procedures described herein, we will provide electronically to you through the DocuSign system all required notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you during the course of our relationship with you. To reduce the chance of you inadvertently not receiving any notice or disclosure, we prefer to provide all of the required notices and disclosures to you by the same method and to the same address that you have given us. Thus, you can receive all the disclosures and notices electronically or in paper format through the paper mail delivery system. If you do not agree with this process, please let us know as described below. Please also see the paragraph immediately above that describes the consequences of your electing not to receive delivery of the notices and disclosures electronically from us.

How to contact STOCCHE, FORBES, FILIZZOLA, CLAPIS, PASSARO E MEYER SOCIEDADE DE ADVOGADOS:

You may contact us to let us know of your changes as to how we may contact you electronically, to request paper copies of certain information from us, and to withdraw your prior consent to receive notices and disclosures electronically as follows:
To contact us by email send messages to: fnogueira@stoccheforbes.com.br

To advise STOCCHE, FORBES, FILIZZOLA, CLAPIS, PASSARO E MEYER SOCIEDADE DE ADVOGADOS of your new email address

To let us know of a change in your email address where we should send notices and disclosures electronically to you, you must send an email message to us at fnogueira@stoccheforbes.com.br and in the body of such request you must state: your previous email address, your new email address. We do not require any other information from you to change your email address.

If you created a DocuSign account, you may update it with your new email address through your account preferences.

To request paper copies from STOCCHE, FORBES, FILIZZOLA, CLAPIS, PASSARO E MEYER SOCIEDADE DE ADVOGADOS

To request delivery from us of paper copies of the notices and disclosures previously provided by us to you electronically, you must send us an email to fnogueira@stoccheforbes.com.br and in the body of such request you must state your email address, full name, mailing address, and telephone number. We will bill you for any fees at that time, if any.

To withdraw your consent with STOCCHE, FORBES, FILIZZOLA, CLAPIS, PASSARO E MEYER SOCIEDADE DE ADVOGADOS

To inform us that you no longer wish to receive future notices and disclosures in electronic format you may:

i. decline to sign a document from within your signing session, and on the subsequent page, select the check-box indicating you wish to withdraw your consent, or you may;

ii. send us an email to fnogueira@stoccheforbes.com.br and in the body of such request you must state your email, full name, mailing address, and telephone number. We do not need any other information from you to withdraw consent.. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process..

Required hardware and software

The minimum system requirements for using the DocuSign system may change over time. The current system requirements are found here: https://support.docusign.com/guides/signer-guide-signing-system-requirements.

Acknowledging your access and consent to receive and sign documents electronically

To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please confirm that you have read this ERSD, and (i) that you are able to print on paper or electronically save this ERSD for your future reference and access; or (ii) that you are able to email this ERSD to an email address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format as described herein, then select the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

By selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures', you confirm that:

- You can access and read this Electronic Record and Signature Disclosure; and
- You can print on paper this Electronic Record and Signature Disclosure, or save or send this Electronic Record and Disclosure to a location where you can print it, for future reference and access; and
- Until or unless you notify STOCCHE, FORBES, FILIZZOLA, CLAPIS, PASSARO E MEYER SOCIEDADE DE ADVOGADOS as described above, you consent to receive exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you by STOCCHE, FORBES, FILIZZOLA, CLAPIS, PASSARO E MEYER SOCIEDADE DE ADVOGADOS during the course of your relationship with STOCCHE, FORBES, FILIZZOLA, CLAPIS, PASSARO E MEYER SOCIEDADE DE ADVOGADOS.

ANEXO V

Contrato de Penhor da Concessão de Atlanta-Oliva

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DocuSign Envelope ID: F86019E8-5B19-498C-9102-248C6B6FD536

PRIMEIRO ADITAMENTO E CONSOLIDAÇÃO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE PENHOR DE DIREITOS EMERGENTES DA CONCESSÃO DE ATLANTA-OLIVA E OUTRAS AVENÇAS

Este "*Primeiro Aditamento e Consolidação ao Instrumento Particular de Penhor de Direitos Emergentes da Concessão de Atlanta-Oliva e Outras Avenças*" ("Primeiro Aditamento") é celebrado por e entre:

(1) ENAUTA ENERGIA S.A., sociedade por ações, sem registro de emissor de valores mobiliários perante a CVM, com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Barroso, nº 52, sala 1101, 1102 e 1301 (parte), Centro, CEP 20031-918, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 11.253.257/0001-71 e na JUCERJA sob o NIRE 33300291598, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Enauta Energia" ou "Empenhante"); e

(2) VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., instituição financeira, devidamente constituída e validamente existente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, com sua sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, nº 215, 4º andar, Pinheiros, CEP 05.425-020, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.610.500/0001-88, na qualidade de agente fiduciário representante dos Debenturistas da Primeira Emissão (conforme abaixo definido) e dos Debenturistas da Segunda Emissão (conforme abaixo definido) ("Agente Fiduciário da Primeira Emissão" ou "Agente Fiduciário da Segunda Emissão" ou cada qual, individualmente e indistintamente, "Agente Fiduciário" e, quando referidos em conjunto, "Agentes Fiduciários", conforme o caso), neste ato representada na forma de seu contrato social;

sendo a Empenhante e os Agentes Fiduciários referidos como as "Partes" e, individualmente, como "Parte".

CONSIDERANDO QUE

(A) em 22 de novembro de 2022, foi celebrado o "*Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em até 2 (Duas) Séries, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Enauta Participações S.A.*" pela Emissora, pelo Agente Fiduciário da Primeira Emissão e pela Enauta Energia, conforme aditado em 21 de dezembro de 2022 pelo "*Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em até 2 (Duas) Séries, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Enauta Participações S.A.*" ("Escritura de Emissão da Primeira Emissão"), por meio do qual a Emissora realizou a sua 1ª (primeira)

DocuSign Envelope ID: F86019E8-5B19-498C-9102-248C6B6FD536

emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em 2 (duas) séries, no valor total de R$ 1.400.000.000,00 (um bilhão e quatrocentos milhões de reais), na data de emissão ("Debêntures da Primeira Emissão"), as quais foram objeto de distribuição pública, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, da Lei nº 6.385 de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, e das demais leis e normas regulamentares aplicáveis;

(B) para assegurar o fiel, pontual, correto e integral cumprimento das Obrigações Garantidas (conforme definido abaixo), a Empenhante se comprometeu, em caráter irrevogável e irretratável, a empenhar em favor do Agente Fiduciário da Primeira Emissão, na qualidade de representante dos Debenturistas da Primeira Emissão, os Direitos Empenhados (conforme definidos abaixo), nos termos do "*Instrumento Particular de Penhor de Direitos Emergentes da Concessão de Atlanta-Oliva e Outras Avenças*", celebrado pela Empenhante e o Agente Fiduciário da Primeira Emissão, em 29 de novembro de 2022, registrado no 4º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Pessoa Jurídica da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sob o nº 5.434.197, em 1 de dezembro de 2022, e no 3º Serviço Registral de Títulos e Documentos, da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, em 1 de dezembro de 2022 sob o nº 1190765, com registro no Livro P-82 sob nº de ordem 322430 (o "Contrato");

(C) em 06 de setembro de 2023, foi celebrado o "*Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em até 3 (Três) Séries, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública, em Rito de Registro Automático, da Enauta Participações S.A.*", entre a Emissora, o Agente Fiduciário da Segunda Emissão e a Enauta Energia ("Escritura de Emissão da Segunda Emissão", e em conjunto com a Escritura de Emissão da Primeira Emissão, as "Escrituras de Emissão"), por meio do qual foram estabelecidos os termos e condições da 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em até 3 (três) séries, da Emissora, no valor total de até R$ 1.100.000.000,00 (um bilhão e cem milhões de reais), na data de emissão ("Debêntures da Segunda Emissão" e em conjunto com as Debêntures da Primeira Emissão, as "Debêntures"), as quais serão objeto de distribuição pública, sob o rito de registro automático, nos termos da Resolução da CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 160"), e das demais leis e normas regulamentares aplicáveis;

(D) nos termos da cláusula 4.26.5 da Escritura de Emissão da Primeira Emissão, os titulares das Debêntures da Primeira Emissão ("Debenturistas da Primeira Emissão") expressamente autorizaram o compartilhamento do Penhor e das demais Garantias Reais (conforme definido na Escritura de Emissão da Primeira Emissão);

DocuSign Envelope ID: F86019E8-5B19-498C-9102-248C6B6FD536

(E) nos termos da Escritura da Segunda Emissão, o Penhor e as demais Garantias Reais serão outorgadas em benefício dos titulares das Debêntures da Segunda Emissão ("Debenturistas da Segunda Emissão" e, em conjunto com os Debenturistas da Primeira Emissão, os "Debenturistas"), observado que os termos e condições do compartilhamento das Garantias Reais entre os credores, quer seja, os Debenturistas, representados pelos Agentes Fiduciários, estão regulados no "*Contrato de Compartilhamento de Garantias e Outras Avenças*", celebrado em 06 de setembro de 2023 entre os Agentes Fiduciários ("Contrato de Compartilhamento" e "Compartilhamento das Garantias Reais", respectivamente); e

(F) em conformidade com a Cláusula 2.10 do Contrato, as Partes desejam aditar o Contrato para formalizar a inclusão dos titulares das Debêntures da Segunda Emissão ("Debenturistas da Segunda Emissão"), representados pelo Agente Fiduciário da Segunda Emissão, como novo credor no âmbito do Contrato.

RESOLVEM, por esta, e na melhor forma de direito, celebrar o presente Primeiro Aditamento, que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA I DEFINIÇÕES E ALTERAÇÕES

1.1. Os termos em letras maiúsculas utilizados, mas não definidos no presente Primeiro Aditamento, terão os mesmos significados que lhe foram atribuídos no Contrato e nas Escrituras de Emissão. Todas as referências aqui contidas a quaisquer acordos ou documentos deverão ser interpretadas como uma referência a tais acordos ou documentos conforme aditados, alterados, modificados ou complementados de tempos em tempos. Todas as referências aqui contidas à lei aplicável deverão ser interpretadas como uma referência a tais leis, regulamentos, decretos, instruções, decisões normativas, medidas provisórias ou qualquer outra decisão em qualquer jurisdição aplicável, com força de lei ou não. Todas as referências a quaisquer das Partes deverão ser interpretadas como uma referência a tal Parte, seus respectivos sucessores, beneficiários e cessionários permitidos. As definições com denominação no singular incluem o plural e vice-versa.

1.2. Salvo qualquer outra disposição em contrário prevista neste Primeiro Aditamento, todos os termos e condições do Contrato aplicam-se total e automaticamente a este Primeiro Aditamento, *mutatis mutandis*, e deverão ser consideradas como uma parte integral deste, como se estivessem transcritos neste Primeiro Aditamento.

1.3. Todas as menções aos Agentes Fiduciários no presente instrumento deverão ser entendidas como o Agente Fiduciário da Primeira Emissão, agindo em nome e para o benefício da comunhão dos titulares dos Debenturistas da Primeira Emissão, e Agente Fiduciário da Segunda Emissão, agindo em nome e para o benefício da comunhão e dos

DocuSign Envelope ID: F86019E8-5B19-498C-9102-248C6B6FD536

Debenturistas da Segunda Emissão.

CLÁUSULA II – OBJETO

2.1. Na forma do disposto no Contrato (conforme aditado, alterado e modificado de tempos em tempos, inclusive por meio deste Aditamento), em função do Compartilhamento das Garantias Reais (conforme abaixo definido), o presente Primeiro Aditamento tem por objeto a formalização da inclusão dos Debenturistas da Segunda Emissão, representados pelo Agente Fiduciário da Segunda Emissão, na qualidade de novo credor que passará a compartilhar a presente garantia com os Debenturistas da Primeira Emissão, representados pelo Agente Fiduciário da Primeira Emissão, nos termos da Cláusula 2.10 do Contrato e nos termos do Contrato de Compartilhamento.

2.2. Tendo em vista o Compartilhamento das Garantias Reais e para incluir as principais características da Segunda Emissão, as Partes resolvem: (i) alterar a definição de "Obrigações Garantidas" prevista na Cláusula 2.1 do Contrato; (ii) substituir os Anexos I , III, IV e V ao Contrato; e (iii) incluir o Anexo VIII ao Contrato, sendo que o Contrato, na sua integralidade, incluindo seus anexos, passará a vigorar na forma do Anexo A ao presente Primeiro Aditamento.

2.3. Por meio do presente Primeiro Aditamento, as Partes acordam, ainda, que a procuração outorgada nos termos do Contrato será, a partir da presente data, revogada, devendo ser substituída por procuração com o mesmo teor e conteúdo e celebrada na mesma data do presente Primeiro Aditamento, por meio da qual a Acionista se comprometerá a outorgar poderes aos Agentes Fiduciários, nos termos previstos na Cláusula 9 do Contrato, e na forma do Anexo VI do Anexo A ao presente Primeiro Aditamento.

2.4. À luz do exposto acima, a Empenhante se obriga a efetuar os registros determinados pela Cláusula 4 do Contrato.

2.5. De forma que não restem dúvidas, as Partes acordam que a versão do Anexo A ao presente Primeiro Aditamento será, a partir da presente data, a única versão consolidada do Contrato, cancelando e substituindo quaisquer outros entendimentos ou acordos anteriores entre as Partes relativos ao mesmo objeto, sejam esses entendimentos ou acordos verbais ou escritos.

CLÁUSULA III - DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1. A Empenhante ratifica, expressamente e de forma integral, em relação a si própria, todas as declarações, garantias e obrigações respectivamente contratadas no Contrato (na forma do Anexo A ao presente Primeiro Aditamento), como se tais obrigações estivessem inteiramente transcritas neste Primeiro Aditamento.

DocuSign Envelope ID: F86019E8-5B19-498C-9102-248C6B6FD536

3.2. Caso qualquer das disposições deste Primeiro Aditamento venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

3.3. O presente Primeiro Aditamento será regido e interpretado em conformidade com as leis do Brasil. Fica eleito o foro da cidade de São Paulo, estado de São Paulo, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou possa vir a ser, como competente para dirimir quaisquer controvérsias ou litígios decorrentes ou relacionados a este Primeiro Aditamento.

3.4. Qualquer alteração ao Contrato, conforme aditado por este Primeiro Aditamento, só poderá ser realizada mediante novo aditamento celebrado por todas as Partes, precedida de autorização pelos Debenturistas da Primeira Emissão e pelos Debenturistas da Segunda Emissão outorgada em assembleia geral de debenturistas da respectiva emissão, exceto nas hipóteses (i) expressamente permitidas nos termos das Escrituras de Emissão ou do Contrato; ou (ii) em que referido aditamento tiver a finalidade de corrigir erros manifestos ou de natureza estilística, menores ou puramente técnicos, e que não alterem os direitos e obrigações de quaisquer das Partes.

3.5. As Partes desde já reconhecem o presente Primeiro Aditamento como título executivo extrajudicial, nos termos dos incisos III e V do artigo 784 do Código de Processo Civil.

3.6. As Partes assinam o presente Primeiro Aditamento por meio eletrônico, sendo consideradas válidas apenas as assinaturas eletrônicas realizadas por meio de certificado digital, validado conforme a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001. As Partes reconhecem, de forma irrevogável e irretratável, a autenticidade, validade e a plena eficácia da assinatura por certificado digital, para todos os fins de direito. As Partes convencionam que, para todos os fins de direito a data de início da produção de efeitos do presente Primeiro Aditamento será a data do presente documento, ainda que qualquer das Partes venha a assinar eletronicamente este Primeiro Aditamento em data posterior, por qualquer motivo, hipótese em que as Partes, desde logo, concordam com a retroação dos efeitos deste instrumento para a data aqui mencionada.

E, por estarem assim certas e ajustadas, as Partes firmam este Contrato, eletronicamente, juntamente com 2 (duas) testemunhas abaixo identificadas, que também o assinam.

São Paulo, 06 de setembro de 2023
[AS ASSINATURAS SEGUEM NA PÁGINA SEGUINTE]

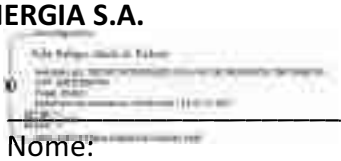
DocuSign Envelope ID: F86019E8-5B19-498C-9102-248C6B6FD536

(Página de Assinaturas do "Primeiro Aditamento e Consolidação ao Instrumento Particular de Penhor de Direitos Emergentes da Concessão Atlanta Oliva e Outras Avenças")

ENAUTA ENERGIA S.A.



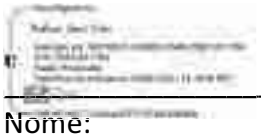
Nome:
Cargo:



Nome:
Cargo:

VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA

Na qualidade de Agente Fiduciário da Primeira Emissão e Agente Fiduciário da Segunda Emissão

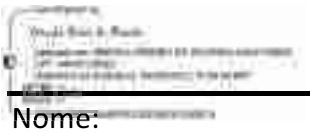


Nome:
Cargo:

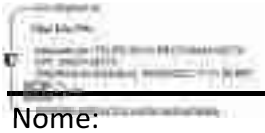


Nome:
Cargo:

Testemunhas:



Nome:
CPF:



Nome:
CPF:

DocuSign Envelope ID: F86019E8-5B19-498C-9102-248C6B6FD536

ANEXO A AO PRIMEIRO ADITAMENTO E CONSOLIDAÇÃO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE PENHOR DE DIREITOS EMERGENTES DA CONCESSÃO DE ATLANTA-OLIVA E OUTRAS AVENÇAS

CONTRATO CONSOLIDADO

INSTRUMENTO PARTICULAR DE PENHOR DE DIREITOS EMERGENTES DA CONCESSÃO DE ATLANTA-OLIVA E OUTRAS AVENÇAS

Este *"Instrumento Particular de Penhor de Direitos Emergentes da Concessão de Atlanta-Oliva e Outras Avenças*" ("Contrato") é celebrado por e entre:

(1) ENAUTA ENERGIA S.A., sociedade por ações, sem registro de emissor de valores mobiliários perante a CVM, com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Barroso, nº 52, sala 1101, 1102 e 1301 (parte), Centro, CEP 20031-918, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF")sob o nº 11.253.257/0001-71 e na JUCERJA sob o NIRE 33300291598, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Enauta Energia" ou "Empenhante");

(2) VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., instituição financeira, devidamente constituída e validamente existente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, com sua sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, nº 215, 4º andar, Pinheiros, CEP 05.425-020, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.610.500/0001-88, na qualidade de agente fiduciário representante dos Debenturistas da Primeira Emissão (conforme abaixo definido) e dos Debenturistas da Segunda Emissão (conforme abaixo definido) ("Agente Fiduciário da Primeira Emissão" ou "Agente Fiduciário da Segunda Emissão" ou cada qual, individualmente e indistintamente, "Agente Fiduciário" e, quando considerados em conjunto, "Agentes Fiduciários", conforme o caso), neste ato representada na forma de seu contrato social;

sendo a Empenhante e os Agentes Fiduciários referidos como as "Partes" e, individualmente, como "Parte".

CONSIDERANDO QUE

(A) em 22 de novembro de 2022, foi celebrado o "*Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em até 2 (Duas) Séries, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Enauta Participações S.A.*" pela Enauta Participações S.A. ("Emissora"), pelo Agente Fiduciário da Primeira Emissão e pela Enauta Energia conforme aditado em 21 de dezembro de 2022 pelo "*Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de*

DocuSign Envelope ID: F86019E8-5B19-498C-9102-248C6B6FD536

Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em até 2 (Duas) Séries, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Enauta Participações S.A." ("Escritura de Emissão da Primeira Emissão"), por meio da qual a Emissora realizou a sua 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em 2 (duas) séries, no valor total de R$ 1.400.000.000,00 (um bilhão e quatrocentos milhões reais), na data de emissão ("Debêntures da Primeira Emissão"), as quais foram objeto de distribuição pública, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, da Lei nº 6.385 de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, e das demais leis e normas regulamentares aplicáveis;

(B) em 06 de setembro de 2023, foi celebrado o "*Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em até 3 (Três) Séries, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública, em Rito de Registro Automático, da Enauta Participações S.A.*" pela Emissora, pelo Agente Fiduciário da Segunda Emissão e pela Enauta Energia ("Escritura de Emissão da Segunda Emissão", em conjunto com a Escritura de Emissão da Primeira Emissão", as "Escrituras de Emissão"), conforme aditada de tempos em tempos, por meio por meio do qual foram estabelecidos os termos e condições da 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em até 3 (três) séries, da Emissora, no valor total de até R$ 1.100.000.000,00 (um bilhão e cem milhões de reais), na data de emissão ("Debêntures da Segunda Emissão" e, em conjunto com as Debêntures da Primeira Emissão, "Debêntures"), as quais serão objeto de distribuição pública, sob o rito de registro automático, nos termos da Resolução da CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 160"), e das demais leis e normas regulamentares aplicáveis;

(C) para assegurar o fiel, pontual, correto e integral cumprimento das Obrigações Garantidas (conforme definido abaixo), a Empenhante se comprometeu, em caráter irrevogável e irretratável, a empenhar em favor dos titulares das Debêntures da Primeira Emissão ("Debenturistas da Primeira Emissão")representados pelo Agente Fiduciário da Primeira Emissão, e dos titulares das Debêntures da Segunda Emissão ("Debenturistas da Segunda Emissão" e, em conjunto com os Debenturistas da Primeira Emissão, os "Debenturistas"), representados pelo Agente Fiduciário da Segunda Emissão, os Direitos Empenhados (conforme definidos abaixo);

(D) na presente data, a Empenhante é legitima titular e possuidora direta dos Direitos Empenhados; e

DocuSign Envelope ID: F86019E8-5B19-498C-9102-248C6B6FD536

(E) a constituição e a outorga do presente Penhor (conforme abaixo definida), bem como a celebração do presente Contrato foram aprovadas em assembleia geral extraordinária de acionistas da Enauta Energia, realizada em 05 de setembro de 2023.

RESOLVEM, por esta, e na melhor forma de direito, celebrar o presente Contrato, que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

1. DEFINIÇÕES

1.1. Definições. Os termos em letras maiúsculas utilizados, mas não definidos no presente Contrato, terão os mesmos significados que lhe foram atribuídos nas Escrituras de Emissão. Todas as referências aqui contidas a quaisquer acordos ou documentos deverão ser interpretadas como uma referência a tais acordos ou documentos conforme aditados, alterados, modificados ou complementados de tempos em tempos. Todas as referências aqui contidas à lei aplicável deverão ser interpretadas como uma referência a tais leis, regulamentos, decretos, instruções, decisões normativas, medidas provisórias ou qualquer outra decisão em qualquer jurisdição aplicável, com força de lei ou não. Todas as referências a quaisquer das Partes deverão ser interpretadas como uma referência a tal Parte, seus respectivos sucessores, beneficiários e cessionários permitidos. As definições com denominação no singular incluem o plural e vice-versa.

1.2. Salvo qualquer outra disposição em contrário prevista neste Contrato, todos os termos e condições das Escrituras de Emissão aplicam-se total e automaticamente a este Contrato, *mutatis mutandis*, e deverão ser consideradas como uma parte integral deste, como se estivessem transcritos neste Contrato.

1.3. Todas as menções aos Agentes Fiduciários no presente Contrato deverão ser entendidas como o Agente Fiduciário da Primeira Emissão, agindo em nome e para o benefício da comunhão dos Debenturistas da Primeira Emissão, e o Agente Fiduciário da Segunda Emissão, agindo em nome e benefício da comunhão dos Debenturistas da Segunda Emissão.

2. OBJETO

2.1. Objeto. Para assegurar o fiel, pontual, integral pagamento das obrigações assumidas pela Emissora **(i)** na Escritura de Emissão da Primeira Emissão, incluindo, sem limitação, o Valor Total da Emissão, devido nos termos da Escritura de Emissão da Primeira Emissão, acrescido da Atualização Monetária das Debêntures da Primeira Emissão, conforme aplicável para cada Série, da Remuneração e dos Encargos Moratórios (conforme definidos na Escritura de Emissão da Primeira Emissão), conforme aplicável, bem como das demais obrigações pecuniárias presentes e futuras, principais e acessórias, previstas na Escritura de Emissão da Primeira Emissão e nos Contratos de Garantia, inclusive honorários advocatícios, despesas, custos, encargos, tributos,

DocuSign Envelope ID: F86019E8-5B19-498C-9102-248C6B6FD536

reembolsos ou indenizações, bem como as obrigações relativas ao Agente de Liquidação, ao Escriturador, à B3, ao Agente Fiduciário da Primeira Emissão e demais prestadores de serviço envolvidos na Primeira Emissão, bem como honorários do Agente Fiduciário da Primeira Emissão e despesas judiciais e extrajudiciais necessárias e comprovadamente incorridas pelo Agente Fiduciário da Primeira Emissão ou Debenturistas da Primeira Emissão, inclusive, na constituição, formalização, execução e/ou excussão das garantias previstas na Escritura de Emissão da Primeiro Emissão; e **(ii)** na Escritura de Emissão da Segunda Emissão, incluindo, sem limitação, o Valor Total da Emissão, devido nos termos da Escritura de Emissão da Segunda Emissão, acrescido da Atualização Monetária das Debêntures da Segunda Emissão, conforme aplicável para cada Série, da Remuneração e dos Encargos Moratórios (conforme definidos na Escritura de Emissão da Segunda Emissão), conforme aplicável, bem como das demais obrigações pecuniárias presentes e futuras, principais e acessórias, previstas na Escritura de Emissão da Segunda Emissão, inclusive honorários advocatícios, despesas, custos, encargos, tributos, reembolsos ou indenizações, bem como as obrigações relativas ao Agente de Liquidação, ao Escriturador, à B3, ao Agente Fiduciário da Segunda Emissão e demais prestadores de serviço envolvidos na Emissão, bem como honorários do Agente Fiduciário da Segunda Emissão e despesas judiciais e extrajudiciais necessárias e comprovadamente incorridas pelo Agente Fiduciário da Segunda Emissão ou Debenturistas da Segunda Emissão, inclusive, na constituição, formalização, execução e/ou excussão das garantias previstas na Escritura de Emissão da Segunda Emissão ("Obrigações Garantidas"), conforme resumidamente descritas no Anexo I, a Empenhante, neste ato, de forma irrevogável e irretratável, empenha em primeiro grau em favor dos Debenturistas da Primeira Emissão, aqui representados pelo Agente Fiduciário da Primeira Emissão, e em favor dos Debenturistas da Segunda Emissão, aqui representados pelo Agente Fiduciário da Segunda Emissão, e seus respectivos sucessores e possíveis cessionários, nos termos do artigo 1.451 e seguintes da Lei n° 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil Brasileiro"), da Resolução da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis ("ANP") n° 785, de 16 de maio de 2019 ("Resolução ANP 785/2019"), e das demais leis aplicáveis, a totalidade dos direitos detidos pela Empenhante emergentes da sua participação direta sob o Contrato de Concessão nº 48000.003573/97-91, datado originalmente de 6 de agosto de 1998, e aditado pela última vez em 25 de junho de 2021, celebrado por e entre a Empenhante e a ANP relativo à exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e/ou gás natural nos campos de Atlanta e Oliva ("Contrato de Concessão"), conforme existente na data do presente Contrato ou posteriormente alterado, renovado e/ou modificado de qualquer outra forma, a qualquer momento ("Direitos Empenhados" e "Penhor").

2.1.1. Para os fins deste Contrato, os Direitos Empenhados significam a participação da Empenhante no Contrato de Concessão e todos os direitos da Empenhante emergentes do Contrato de Concessão, incluindo o direito de receber qualquer quantia que seja ou possa se tornar, efetiva ou potencialmente, devida ou pagável à Empenhante, nos

DocuSign Envelope ID: F86019E8-5B19-498C-9102-248C6B6FD536

termos do Contrato de Concessão, incluindo, mas não se limitando a, todos os valores pagáveis à Empenhante até e mediante o término ou rescisão do Contrato de Concessão, como indenizações devidas pelo Poder Concedente, compensação, dentre outros.

2.1.2. As Partes concordam que os Agentes Fiduciários não serão responsáveis pela verificação da veracidade das informações aqui fornecidas, as quais serão fornecidas pela Empenhante sob sua exclusiva responsabilidade. Além disso, os Agentes Fiduciários não serão responsáveis por decidirem se aceitam ou não qualquer substituição de Direitos Empenhados ou qualquer Reforço de Garantia (conforme definido abaixo), sendo certo que tais decisões deverão ser tomadas pelos Debenturistas da Primeira Emissão, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, de acordo com a Escritura de Emissão da Primeira Emissão, e pelos Debenturistas da Segunda Emissão, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, de acordo com a Escritura de Emissão da Segunda Emissão.

2.2. Preferência Absoluta. A Empenhante concorda e reconhece que o ônus com prioridade absoluta constituído neste Contrato em favor dos Debenturistas da Primeira Emissão, representados pelo Agente Fiduciário da Primeira Emissão, e em favor dos Debenturistas da Segunda Emissão, representados pelo Agente Fiduciário da Segunda Emissão é, de acordo com a legislação brasileira aplicável, sênior em todos os aspectos e anterior a quaisquer outros ônus sobre os Direitos Empenhados, não obstante a data, forma ou ordem de concessão, penhora ou aperfeiçoamento de tais outros ônus, observado o Compartilhamento das Garantias Reais, nos termos do Contrato de Compartilhamento (conforme abaixo definido).

2.3. Extensão do Penhor. Este Contrato constitui garantia real com prioridade absoluta, sendo que nenhuma alteração ou aditamento às Escrituras de Emissão ou em qualquer documento ou acordo relacionado a ela deverá afetar a validade deste Contrato, observado (i) o Compartilhamento das Garantias Reais; (ii) eventual devolução do Campo de Atlanta relativa exclusivamente à parcela de Oliva, nos termos das Escrituras da Emissão; e (iii) eventuais operações de *farm-out* por parte da Empenhante, nos termos permitidos nas Escrituras de Emissão (sendo (i) e (ii), em conjunto, "Alienações Permitidas"). O Penhor abrangerá qualquer aditamento ou extensão futura das Obrigações Garantidas, bem como quaisquer outras extensões e alterações independente de qualquer pagamento intermediário ou quitação em parte das Obrigações Garantidas.

2.4. Aditamentos. Não obstante as disposições da Cláusula 2.3 acima, caso sejam realizadas quaisquer alterações nos termos das Escrituras de Emissão, na medida em que tais alterações modifiquem as Obrigações Garantidas descritas no Anexo I ao presente Contrato, este Contrato deverá ser aditado, a fim de refletir os termos e condições atualizados das Obrigações Garantidas.

DocuSign Envelope ID: F86019E8-5B19-498C-9102-248C6B6FD536

2.4.1. A Empenhante deverá encaminhar aos Agentes Fiduciários via registrada do eventual aditamento mencionado na Cláusula 2.4, de acordo com os termos e condições da Cláusula 4 abaixo.

2.5. Compensação pecuniária. Nenhuma compensação pecuniária será devida à Empenhante em razão do Penhor constituído neste Contrato.

2.6. Descrição das Obrigações Garantidas. Para os fins do artigo 1.424 do Código Civil Brasileiro, os termos e condições das Obrigações Garantidas são aqueles resumidos e descritos no Anexo I a este Contrato.

2.7. Prerrogativas dos Agentes Fiduciários. O Agente Fiduciário da Primeira Emissão, em nome e em benefício dos Debenturistas da Primeira Emissão, e o Agente Fiduciário da Segunda Emissão, em nome e em benefício dos Debenturistas da Segunda Emissão poderão exercer todos os direitos e prerrogativas previstos nos artigos 1.433 e 1.434 do Código Civil Brasileiro em relação aos Direitos Empenhados, nos termos das Escrituras de Emissão.

2.8. Reforço de Garantia. Para os fins do artigo 1.425 do Código Civil Brasileiro, caso quaisquer Direitos Empenhados sejam objeto de penhora, arresto ou qualquer outra medida judicial de efeito semelhante ("Evento de Deterioração"), que não tenha sido devidamente sanada dentro do prazo de cura de 15 (quinze) dias contados da data de publicação da referida medida ("Prazo de Cura"), a Emissora obriga-se, em até 2 (dois) Dias Úteis contados do Prazo de Cura, (i) a comunicar os Agentes Fiduciários sobre o respectivo Evento de Deterioração para que os Agentes Fiduciários convoquem cada um, uma Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre novos direitos em substituição ou reforço dos Direitos Empenhados, a fim de recompor integralmente a garantia ("AGD – Reforço de Garantia" e "Reforço da Garantia", respectivamente); e (ii) caso os Agentes Fiduciários não o façam, a convocar AGD – Reforço de Garantia.

2.9.1 Após a aprovação do Reforço de Garantia no âmbito da AGD – Reforço de Garantia, a Emissora deverá realizar a formalização do Reforço de Garantia por meio de constituição de nova garantia em até (i) 15 (quinze) Dias Úteis contados da data de realização da AGD – Reforço de Garantia, no caso de companhias com sede no Brasil; ou (ii) 25 (vinte e cinco) Dias Úteis da data de realização da AGD – Reforço de Garantia, no caso companhias com sede em outros países, conforme aplicável.

2.9.2 O instrumento de garantia que formalizará o Reforço de Garantia deverá identificar todos os direitos ou bens sobre os quais o penhor será constituído e deverá ser interpretado como parte integrante deste Contrato para todos os fins. Para evitar dúvidas, as Partes reconhecem e concordam que nenhum Reforço de Garantia será aplicável se, nos termos da Cláusula 2.9 acima, o evento que criou

DocuSign Envelope ID: F86019E8-5B19-498C-9102-248C6B6FD536

a obrigação de Reforço de Garantia for revertido, suspenso e/ou sanado dento do prazo estabelecido nos termos da Cláusula 2.9 acima.

2.9.3 As Partes desde já concordam e reconhecem que, em caso de conflito, as disposições previstas na Cláusula 2.9 acima deverão prevalecer sobre as disposições das Escrituras de Emissão.

2.9. Direitos Emergente de Concessão. Observado o disposto na Cláusula 4.26.3 da Escritura de Emissão da Primeira Emissão e na Cláusula 4.27.3 da Escritura de Emissão da Segunda Emissão, a Emissora e a Enauta Energia se comprometem a fazer com que os direitos emergentes de concessões que tenham por objeto os ativos das Concessões de toda e qualquer Controlada Restrita (conforme definido nas Escrituras de Emissão) que venha a ser controlada, direta ou indiretamente, pela Emissora e/ou pela Enauta Energia, sejam objeto de penhor ou garantia análoga regida pelas leis do local da sede da respectiva Controlada Restrita, conforme aplicável, mediante a celebração de aditamento ao Contrato de Penhor das Concessões, substancialmente na forma do Anexo II, e/ou mediante a celebração de um novo contrato de penhor, conforme aplicável, (i) em até 15 (quinze) Dias Úteis contados da data em que a referida Controlada Restrita se torne titular das referidas concessões, para o caso de Controladas Restritas com sede no Brasil; e (ii) 25 (vinte e cinco) Dias Úteis contados da data em que a referida Controlada Restrita se torne titular das referidas concessões, para o caso de Controladas Restritas com sede em outros países, sem necessidade, em quaisquer dos casos, de nova deliberação societária de quaisquer das Partes ou aprovação por Assembleia Geral de Debenturistas para a sua celebração.

2.10. Compartilhamento das Garantias Reais. Observado o disposto na Cláusula 4.26.5 da Escritura de Emissão da Primeira Emissão e na Cláusula 4.27.5 da Escritura de Emissão da Segunda Emissão, o presente Penhor poderá ser objeto de compartilhamento com eventuais novas dívidas, nos mesmos termos, *pari passu* e em mesmo grau de senioridade, proporcionalmente ao: (i) valor total da Primeira Emissão, na primeira Data de Integralização da Primeira Emissão; (ii) valor total da Segunda Emissão na Data da Primeira Integralização, desde que o resultado da soma dos itens (i) e (ii) acima com o valor total de eventual nova dívida objeto do compartilhamento seja igual ou inferior a R$ 2.500.000.000,00 (dois bilhões e quinhentos milhões de reais) ("**Valor Total das Captações**"), sem ordem de preferência de recebimento no caso de excussão, conforme detalhado neste Contrato e nos termos e condições do "*Contrato de Compartilhamento de Garantias e Outras Avenças*", celebrado em 06 de setembro de 2023 entre os Agentes Fiduciários ("Contrato de Compartilhamento" e "Compartilhamento das Garantias Reais", respectivamente), mediante a celebração de aditamento ao presente Contrato, substancialmente na forma do Anexo III a este Contrato, e sem necessidade, para fins do Compartilhamento das Garantias e para a celebração dos aditamentos ao presente Contrato, de nova deliberação societária de quaisquer das Partes ou aprovação por Assembleia Geral de Debenturistas

DocuSign Envelope ID: F86019E8-5B19-498C-9102-248C6B6FD536

2.11. Exoneração. O cumprimento parcial das Obrigações Garantidas não importa em exoneração correspondente do presente Penhor.

3. DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS E FIEL DEPOSITÁRIO

3.1. Documentos Comprobatórios. Os documentos de suporte aos Direitos Empenhados consistirão em vias do Contrato de Concessão, conforme existentes na data do presente ou posteriormente alterados, renovados e/ou de outra forma modificados, a qualquer momento, bem como todos e quaisquer documentos que evidenciem quaisquer direitos emergentes do Contrato de Concessão ("Documentos Comprobatórios").

3.2. Preservação do Documentos Comprobatórios. A Empenhante se compromete a, sob sua própria responsabilidade, obrigação e expensas, preservar todas as instalações físicas e digitais necessárias para salvaguardar, preservar e organizar os Documentos Comprobatórios, bem como assume total e incondicional responsabilidade pela sua adequada manutenção, conservação e preservação.

3.3. Acesso aos Documentos Comprobatórios. O Agente Fiduciário da Primeira Emissão, em nome e em benefício dos Debenturistas da Primeira Emissão, e/ou o Agente Fiduciário da Segunda Emissão, em nome e em benefício dos Debenturistas da Segunda Emissão, e/ou de quaisquer profissionais contratados por estes, às expensas da Empenhante, deverão ter (i) acesso irrestrito aos Documentos Comprobatórios a qualquer momento, desde que informado e/ou solicitado à Empenhante com, pelo menos, 5 (cinco) Dias Úteis de antecedência, ou em prazo inferior caso seja solicitado por um órgão judicial e/ou governamental/administrativo; (ii) autorização para fazer cópias dos Documentos Comprobatórios; e (iii) autorização para tomar qualquer medida razoavelmente necessária para verificar o cumprimento pela Empenhante das suas obrigações de acordo com este Contrato.

3.4. Posse dos Documentos Comprobatórios. Os Agentes Fiduciários, conforme autorizados pelas Escrituras de Emissão, renunciam ao direito de ter a posse direta dos Documentos Comprobatórios. A Empenhante, por sua vez, deverá manter os Documentos Comprobatórios em sua posse direta, como fiéis depositários, de acordo com os artigos 627 e 1.361, §2º, do Código Civil Brasileiro.

3.5. Apresentação dos Documentos Comprobatórios. A Empenhante compromete-se a apresentar *pdfs* das versões originais dos Documentos Comprobatórios para os Agentes Fiduciários em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da respectiva solicitação pelos Agentes Fiduciários.

DocuSign Envelope ID: F86019E8-5B19-498C-9102-248C6B6FD536

4. REGISTRO E APERFEIÇOAMENTO

4.1. Registros. Dentro de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de assinatura deste Contrato e de quaisquer aditamentos a este Contrato, a Empenhante deverá (i) protocolar este Contrato e eventuais aditamentos a este Contrato para registro junto aos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das Cidades do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro e de São Paulo, Estado de São Paulo ("Cartórios de Registro de Títulos e Documentos"); e (ii) fornecer aos Agentes Fiduciários cópia de evidência do respectivo protocolo nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos.

4.1.1. Prazo de registro. O registro deste Contrato e de quaisquer de seus aditamentos nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos deverá ser obtido pela Empenhante no prazo máximo de 20 (vinte) dias contados das respectivas datas de assinatura do presente Contrato ou de quaisquer de seus aditamentos, conforme o caso, nos termos do artigo 130, da Lei n° 6.015, de 31 de dezembro de 1973, conforme alterada. A Empenhante deverá, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados a partir do registro deste Contrato ou de qualquer de seus aditamentos nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, conforme o caso, entregar aos Agentes Fiduciários 1 (uma) via original deste Contrato e de eventuais aditamentos devidamente registrados nos respectivos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos.

4.2. Notificação da ANP. A Empenhante deverá encaminhar (i) notificação à ANP informando sobre a celebração deste Contrato, de acordo com o modelo de notificação previsto no Anexo IV deste Contrato em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da assinatura deste Contrato ("Notificação da ANP"); e (ii) comprovação aos Agentes Fiduciários de que a formalidade prevista no subitem (i) acima foi devidamente cumprida em até 5 (cinco) Dias Úteis contados do envio da Notificação da ANP.

4.3. Notificação das Contrapartes. A Empenhante deverá encaminhar (i) notificação às contrapartes consorciadas do Contrato de Concessão, conforme alteradas de tempos em tempos ("Contrapartes"), conforme aplicável, informando sobre a assinatura deste Contrato, de acordo com o modelo de notificação previsto no Anexo V deste Contrato em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da assinatura deste Contrato ("Notificação das Contrapartes"); e (ii) comprovação aos Agentes Fiduciários de que a formalidade prevista no subitem (i) acima foi devidamente cumprida em até 5 (cinco) Dias Úteis contados do envio da Notificação das Contrapartes.

4.4. Responsabilidade das Formalidades. Todas as taxas, custos e despesas razoavelmente incorridos com relação aos registros, traduções, protocolos e outras formalidades descritas nesta Cláusula 4 serão arcados pela Empenhante.

DocuSign Envelope ID: F86019E8-5B19-498C-9102-248C6B6FD536

4.5. Descumprimento das Formalidades. As Partes concordam que o não cumprimento das disposições desta Cláusula 4 pela Empenhante não deverá ser usado para contestar o Penhor.

4.6. Cessão do Contrato de Concessão. Em caso de cessão ou transferência de todo ou parte do Contrato de Concessão para a Emissora, quaisquer das Fiadoras e/ou Controladas Restritas (conforme definido nas Escrituras de Emissão), em decorrência de uma Reorganização Societária Permitida (conforme definido nas Escrituras de Emissão), nos termos da Cláusula 4.26 da Escritura de Emissão da Primeira Emissão e da Cláusula 4.27 da Escritura de Emissão da Segunda Emissão, (i) a Empenhante e os Agentes Fiduciários, na qualidade representante dos Debenturistas, deverão celebrar aditamento a este Contrato, em até 15 (quinze) Dias Úteis contados da referida cessão ou transferência, para substituir a Enauta Energia na qualidade de empenhante dos Direitos Empenhados, sem quaisquer alterações adicionais a quaisquer termos e condições deste Contrato, substancialmente conforme o modelo de aditamento previsto no Anexo II a este Contrato; e (ii) a Empenhante deverá cumprir as obrigações estabelecidas nesta Cláusula 4.

5. DECLARAÇÕES, GARANTIAS E OBRIGAÇÕES

5.1. Declarações da Empenhante. A Empenhante, pelo presente, declara e garante aos Debenturistas, representados cada qual por seu respectivo Agente Fiduciário, que:

(i) é sociedade por ações, devidamente constituída com existência válida e em situação regular segundo as leis do Brasil;

(ii) tem plenos poderes para conduzir seus negócios, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;

(iii) está devidamente autorizada a celebrar este Contrato, assumindo as obrigações financeiras e não financeiras dele decorrentes, bem como a cumprir todas as disposições aqui contidas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto, sem resultar em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em quaisquer contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer Ônus (conforme definido nas Escrituras de Emissão) ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Empenhante, exceto os ônus decorrentes da constituição da garantia fiduciária objeto deste Contrato; (c) rescisão de quaisquer contratos ou instrumentos; ou (d) descumprimento de qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral;

(iv) os seus representantes legais que assinam este Contrato têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, cada qual em seu respectivo nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente

DocuSign Envelope ID: F86019E8-5B19-498C-9102-248C6B6FD536

outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor de acordo com o estatuto social e documentos constitutivos da Empenhante;

(v) este Contrato constitui obrigação legalmente válida e vinculante da Empenhante, exequível de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 784 do Código de Processo Civil;

(vi) é a legítima proprietária dos Direitos Empenhados descritos na Cláusula 2.1 deste Contrato, que são livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames, encargos, restrições, reivindicações ou pendências judiciais ou extrajudiciais de qualquer natureza, e não há opções, direitos de aquisição, direitos de preferência, direitos de primeira oferta, ou quaisquer outros acordos aplicáveis à cessão, venda, transferência ou aquisição dos Direitos Empenhados, incluindo aqueles que de qualquer forma impeçam ou limitem o Penhor aqui criado, e que possam, ainda que indiretamente, prejudicar ou invalidar o penhor objeto deste Contrato, sendo certo que eventuais contratos de operação conjunta e seus respectivos aditamentos que venham a ser celebrados no futuro no âmbito do Contrato de Concessão não poderão conter disposições que possam limitar, invalidar ou de qualquer forma prejudicar a constituição e/ou a Excussão (conforme definido abaixo) dos Direitos Empenhados;

(vii) a procuração concedida de acordo com a Cláusula 9.1 abaixo foi devidamente assinada pelos representantes legais da Empenhante e concede os poderes nela indicados aos Agentes Fiduciários. A Empenhante não concedeu nenhuma procuração semelhante a terceiros em relação aos Direitos Empenhados;

(viii) exceto pelas formalidades e registros previstos na Cláusula 4 acima e por qualquer outra autorização necessária perante a ANP nos termos da Resolução ANP 785/2019 e/ou a aprovação perante o Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") que venha a ser aplicável em caso de eventual Excussão deste Contrato nos termos da Cláusula 6 abaixo, não é necessário obter qualquer aprovação governamental ou de terceiros (incluindo qualquer consentimento ou notificação a qualquer credor) ou qualquer outro consentimento, registro ou notificação para (a) a constituição do presente Penhor; (b) a validade e a exequibilidade deste Contrato de acordo com seus termos e condições; ou (c) a execução, pelos Debenturistas, representados cada qual por seu respectivo Agente Fiduciário, dos direitos aqui previstos;

(ix) renuncia expressamente a qualquer direito que tenha e que possa afetar, ou dificultar, a excussão do presente Penhor pelos Agentes Fiduciários;

(x) não há qualquer ação judicial, processo administrativo ou arbitral em curso, do qual tenham sido citadas ou intimadas, bem como, no seu melhor conhecimento, não há qualquer investigação ou inquérito em curso, envolvendo ou que possa afetar a Empenhante perante qualquer tribunal, órgão governamental ou árbitro que vise a

DocuSign Envelope ID: F86019E8-5B19-498C-9102-248C6B6FD536

anulação, invalidação, questionamento do Penhor e/ou dos Direitos Empenhados, exceto pelos processos descritos no formulário de referência da Emissora, elaborado nos termos da Resolução da CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada , e que se encontra vigente e arquivado na CVM nesta data ("Formulário de Referência") na presente data;

(xi) a garantia real constituída nos termos do presente Contrato em favor dos Debenturistas, representados cada qual por seu respectivo Agente Fiduciário, é, de acordo com a legislação brasileira aplicável, sênior em todos os aspectos e anterior a qualquer outro ônus sobre os Direitos Empenhados, não obstante a data, forma ou ordem de concessão, vinculação ou aperfeiçoamento de tais outros ônus;

(xii) exceto pelo ônus decorrente deste Contrato, os Direitos Empenhados encontram-se livres e desembaraçadas de todos e quaisquer ônus de qualquer natureza e não existe qualquer disposição ou cláusula contida em qualquer acordo, contrato ou avença de que seja parte, inclusive contratos e/ou acordos celebrados com terceiros, restringindo o Penhor ora contratado, ou discussões judiciais de qualquer natureza, ou impedimento de qualquer natureza que vede, restrinja, reduza ou limite, de qualquer forma, a constituição, manutenção ou eventual excussão da presente garantia sobre os Direitos Empenhados;

(xiii) aceita integralmente e tem total ciência dos termos e condições previstos nas Escrituras de Emissão, incluindo, sem limitação, as obrigações, eventos de vencimento antecipado e os eventos de inadimplemento estabelecidos nos referidos instrumentos;

(xiv) os Direitos Empenhados não se qualificam como bens essenciais às atividades da Empenhante com o sentido disposto no artigo 49, parágrafo 3º, da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, conforme alterada de tempos em tempos (bens de capital necessários à sua atividade empresarial), e a Empenhante não invocará o referido dispositivo com o objetivo de impedir, suspender ou de outro modo prejudicar a execução de qualquer das Obrigações Garantidas; e

(xv) a celebração deste Contrato é compatível com a capacidade econômica, financeira e operacional da Empenhante, de forma que o Penhor dos Direitos Empenhados de sua titularidade prevista neste Contrato não acarretará qualquer impacto negativo relevante nas suas capacidades econômica, financeira e operacional, ou nas suas capacidades de honrar quaisquer compromissos e obrigações.

5.2. Obrigações da Empenhante. Além dos termos e condições previstos nas Escrituras de Emissão e dos demais termos e condições deste Contrato, até que as Obrigações Garantidas tenham sido integralmente quitadas, a Empenhante se compromete a:

DocuSign Envelope ID: F86019E8-5B19-498C-9102-248C6B6FD536

(i) manter e preservar todos os Direitos Empenhados sujeitos ao Penhor de acordo com os termos deste Contrato e de seus eventuais aditamentos;

(ii) salvo disposição em contrário nas Escrituras de Emissão, neste Contrato ou mediante aprovação prévia dos Debenturistas, cada qual em sede de sua respectiva Assembleia Geral de Debenturistas e pelas Alienações Permitidas, não (a) criar, incorrer ou permitir a existência de qualquer ônus ou gravame ou direito real de garantia sobre os Direitos Empenhados, além do Penhor objeto deste Contrato, ou dispor, de qualquer forma, total ou parcialmente, direta ou indiretamente, a título gratuito ou oneroso, dos Direitos Empenhados ou de quaisquer direitos a elas inerentes, exceto pelos Ônus Permitidos (conforme definido nas Escrituras de Emissão); (b) vender, comprometer-se a vender, ceder, transferir, emprestar, locar, alienar, conferir ao capital, instituir usufruto ou fideicomisso ou de qualquer forma dispor dos respectivos Direitos Empenhados, bem como não celebrar quaisquer contratos ou acordos que permitam quaisquer dos eventos descritos neste item; e (c) tomar qualquer medida que possa restringir, depreciar ou diminuir o Penhor e os direitos criados por este Contrato, exceto na hipótese em que seja constituído Reforço de Garantia nos termos da Cláusula 2.9 acima;

(iii) não modificar, sem prévia e expressa autorização dos Agentes Fiduciários, conforme aplicável, o Contrato de Concessão, caso tais alterações possam afetar, restringir ou diminuir esses direitos ou a excussão do Penhor pelos Agentes Fiduciários, conforme aplicável, exceto com relação às alterações exigidas pela lei ou pelos órgãos reguladores e autoridades competentes, às alterações permitidas no âmbito das Escrituras de Emissão ou às alterações devidamente aprovadas pelos Debenturistas, cada qual em sede de sua respectiva Assembleia Geral de Debenturistas , sendo certo que tais alterações deverão ser informadas aos Agentes Fiduciários;

(iv) notificar, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados do seu conhecimento, os Agentes Fiduciários de qualquer acontecimento que possa reduzir, depreciar, modificar ou ameaçar o Penhor, exceto no caso de Alienações Permitidas;

(v) não renunciar a qualquer dos direitos decorrentes dos Direitos Empenhados, exceto (a) nos termos das Escrituras da Emissão; (b) mediante prévia aprovação dos Debenturistas, cada qual em sede de sua respectiva Assembleia Geral de Debenturistas; ou (c) no caso de Alienações Permitidas;

(vi) expressamente renunciar a qualquer privilégio legal ou acordo contratual com terceiros que possa, de maneira relevante, (a) impactar o Penhor criado pelo presente Contrato; (b) afetar o exercício de qualquer dos direitos dos Agentes Fiduciários previstos neste Contrato ou impedir a Empenhante de cumprir com suas obrigações contratuais estabelecidas pelo presente Contrato; ou (c) afetar a livre e plena validade, eficácia, exequibilidade ou transferência dos Direitos Empenhados, no caso de excussão

DocuSign Envelope ID: F86019E8-5B19-498C-9102-248C6B6FD536

ou exercício, sendo certo que referida renuncia deverá ser estendida, incluindo mas não se limitando, a direitos de preferência, qualquer outro direito previsto na legislação aplicável, ou em qualquer outro documento, incluindo os documentos constitutivos da Empenhante, ou qualquer outro contrato ou instrumento celebrado a qualquer momento;

(vii) defender-se, como também defender os direitos dos Debenturistas, representados pelos Agentes Fiduciários, de forma tempestiva e eficaz, de qualquer ato, ação, procedimento ou processo que possa, de qualquer forma, afetar de maneira relevante este Contrato e/ou os Direitos Empenhados;

(viii) tratar qualquer sucessor ou substituto dos Agentes Fiduciários como se fosse um signatário original deste Contrato e das Escrituras de Emissão, concedendo-lhe o exercício pleno e irrestrito de todos os direitos e prerrogativas originalmente atribuídos aos Agentes Fiduciários, nos termos deste Contrato e das Escrituras de Emissão, conforme o caso;

(ix) efetuar o recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre os Direitos Empenhados e que sejam de sua responsabilidade;

(x) manter e preservar todos os ônus constituídos neste Contrato e notificar os Agentes Fiduciários sobre qualquer evento, fato ou circunstância, incluindo, sem limitação, qualquer decisão, processo, reclamação, investigação ou mudança nas leis (ou na interpretação das mesmas), ou qualquer evento, fato ou circunstância ameaçada que afete a validade, legalidade, aperfeiçoamento e/ou a prioridade do Penhor constituído neste Contrato, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados a partir da data em que a Empenhante tomar conhecimento de tal evento, fato ou circunstância;

(xi) cumprir com quaisquer outros requisitos e/ou formalidades oriundos da legislação aplicável, bem como fornecer comprovações do cumprimento de tais requisitos ou de outros que venham a ser instituídos no futuro conforme solicitado do Agente Fiduciário, e que sejam necessários para a preservação integral do Penhor;

(xii) (a) preservar e manter sua existência legal como uma pessoa jurídica separada e independente; e (b) continuar a conduzir seus negócios como conduzido atualmente e em conformidade, em todos os aspectos materiais, com todas as leis, alvarás, licenças e autorizações governamentais aplicáveis;

(xiii) protocolar e/ou cooperar com os Agentes Fiduciários, agindo em nome e em benefício dos Debenturistas no âmbito do protocolo do pedido de consentimento da ANP, conforme aplicável, na hipótese de Excussão (conforme definido abaixo) nos termos da Cláusula 6 abaixo;

DocuSign Envelope ID: F86019E8-5B19-498C-9102-248C6B6FD536

(xiv) cumprir todas as formalidades estabelecidas neste Contrato, incluindo a obrigação de providenciar os registros deste Contrato junto aos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos aplicáveis, nos termos da Cláusula 4 acima;

(xv) manter sempre válida e exequível procuração concedida de acordo com a Cláusula 9.1 abaixo, devendo renová-la sempre que necessário nos termos deste Contrato e do Estatuto Social da Empenhante;

(xvi) exceto conforme previsto no presente Contrato e/ou nas Escrituras de Emissão, não firmar qualquer contrato ou acordo ou tomar qualquer medida que possa sob qualquer forma impactar negativamente ou impedir o pleno e absoluto exercício dos direitos dos Debenturistas, cada qual em sede de sua respectiva Assembleia Geral de Debenturistas relacionados a este Contrato e/ou aos Direitos Empenhados;

(xvii) efetuar o Reforço de Garantia, caso necessário, nos prazos e formas previstos na Cláusula 2.9 acima;

(xviii) abster-se de concordar, autorizar ou de qualquer forma realizar qualquer pagamento, redução ou retenção, relacionados a quaisquer dos Direitos Empenhados, exceto conforme exigido por lei ou de outra forma permitido nos termos deste Contrato, do Contrato de Concessão e/ou das Escrituras de Emissão; e

(xix) tomar todas as ações e medidas aplicáveis à Empenhante e celebrar qualquer documento ou contrato adicional (incluindo quaisquer alterações a este Contrato, no todo ou em parte) legalmente exigido para a preservação, manutenção, existência, aperfeiçoamento, validade ou exequibilidade do Penhor, de acordo com (a) mudanças nas disposições legais e regulamentares aplicáveis aos Direitos Empenhados e/ou a quaisquer das Partes; (b) alterações nos termos das Escrituras de Emissão, na medida em que tais alterações modifiquem os termos e condições das Obrigações Garantidas descritas no Anexo I ao presente Contrato; e/ou (c) a necessidade de incluir qualquer outra pessoa como agente fiduciário da Primeira Emissão ou como agente fiduciário da Segunda Emissão, credor e/ou devedor fiduciário, a Empenhante deverá celebrar e entregar aos Agentes Fiduciários, conforme aplicável, em até 10 (dez) Dias Úteis na hipótese da alínea (b), e 15 (quinze) Dias Úteis nas hipóteses das alíneas (a) e (c), ambos contados da respectiva data da solicitação nesse sentido, qualquer dos respectivos documentos e acordos que os Agentes Fiduciários, agindo cada qual em nome e benefício dos respectivos Debenturistas, conforme aplicável, possam legalmente solicitar; e

(xx) permitir o exercício, pelos Agentes Fiduciários, agindo cada qual em nome e benefício dos Debenturistas, conforme aplicável, de quaisquer dos direitos ou poderes a ela cedidos neste Contrato.

DocuSign Envelope ID: F86019E8-5B19-498C-9102-248C6B6FD536

5.3. As Partes confirmam que a negociação e celebração deste Contrato seguiu os princípios de probidade e boa-fé, os quais também serão cumpridos pelas Partes no exercício dos seus direitos e no cumprimento das suas obrigações nos termos deste Contrato.

5.4. As Partes confirmam que exerceram sua liberdade de celebrar um contrato de acordo com os preceitos da ordem pública e o princípio da finalidade social deste Contrato, que também satisfaz os princípios de custo-benefício, razoabilidade e oportunidade, permitindo assim que as Partes alcancem seus respectivos objetivos e negócios corporativos, servindo, como resultado, a toda a Emissora.

5.5. Para os fins do Código Civil Brasileiro (incluindo seu artigo 157), cada Parte confirma e reconhece expressamente que (i) tem conhecimento e experiência na execução das atividades aqui contempladas; (ii) as obrigações das Partes de acordo com o presente são proporcionais e equilibradas; (iii) nenhum fato ou obrigação contida neste Contrato pode ser considerado ou pode constituir uma infração às leis aplicáveis, nem ao objeto e natureza deste Contrato; e (iv) está ciente de todas as circunstâncias relacionadas e das regras que regem este Contrato.

5.6. A Empenhante, pelo presente, expressa seu consentimento em relação aos Direitos Empenhados aqui criados, vinculados pelos termos e condições deste Contrato, nada tendo a se opor a eles.

6. EXECUÇÃO E COBRANÇA

6.1. Excussão da Garantia. Observado o disposto no Contrato de Compartilhamento, mediante a declaração de vencimento antecipado resultante de um Evento de Vencimento Antecipado previsto nas Escrituras de Emissão, ou o vencimento final das Debêntures da Primeira Emissão e/ou das Debêntures da Segunda Emissão sem que as respectivas Obrigações Garantidas tenham sido integralmente quitadas, a Empenhante se obriga a assinar todos os documentos (incluindo instrumentos de transferência), tomar todas as medidas e praticar todos os outros atos (incluindo a entrega, transferência ou cessão dos Direitos Empenhados, no todo ou em parte, a qualquer cessionário ou outra pessoa indicada pelos Agentes Fiduciários), que venham a ser razoavelmente solicitados pelos Agentes Fiduciários, a fim de (i) implementar a Excussão (conforme definido abaixo) dos Direitos Empenhados; (ii) permitir que os Agentes Fiduciários, agindo cada qual em nome e em benefício dos Debenturistas, conforme aplicável, exerçam todos os seus direitos relacionados aos Direitos Empenhados; (iii) providenciar a transferência dos Direitos Empenhados para o

DocuSign Envelope ID: F86019E8-5B19-498C-9102-248C6B6FD536

respectivo adquirente; ou (iv) exercer as ações previstas no presente Contrato ou na legislação aplicável.

6.2. Não obstante as disposições anteriores, observado o disposto no Contrato de Compartilhamento, mediante a declaração de vencimento antecipado resultante de um Evento de Vencimento Antecipado previsto nas Escrituras de Emissão, ou o vencimento final das Debêntures da Primeira Emissão e/ou das Debêntures da Segunda Emissão sem que as respectivas Obrigações Garantidas tenham sido integralmente quitadas, os Agentes Fiduciários, agindo cada qual em nome e benefício dos respectivos Debenturistas, sendo que os Agentes Fiduciários, conforme previsto nas Escrituras de Emissão, estarão irrevogavelmente autorizados (quer seja ou não tomada qualquer medida de Excussão do Penhor e independente de qualquer direito que o Penhor possa ter a qualquer benefício de ordem ou direito similar (que é aqui renunciado pela Empenhante até o limite máximo permitido por lei), para dispor, cobrar, receber, apropriar-se (na medida do permitido pela legislação brasileira) e/ou executar os Direitos Empenhados, ou parte deles, e pode prontamente vender, ceder, conceder uma opção ou opções de compra, ou de outra forma dispor e entregar os Direitos Empenhados, no todo ou em parte, da forma e nos termos e condições que considerarem apropriados, inclusive promovendo sua execução judicial ou excussão extrajudicial, sem ordem de preferência, sujeito aos termos e condições estabelecidos nesta Cláusula 6 e de acordo com a lei aplicável, independentemente de qualquer aviso prévio ou subsequente a Empenhante ("Excussão").

6.3. Obtenção de Relatório de Avaliação. No caso de Excussão dos Direitos Empenhados, os Agentes Fiduciários, agindo cada qual em nome e em benefício dos Debenturistas, conforme aplicável, deverão, no menor prazo possível e indicativamente em até 45 (quarenta e cinco) dias contados do início do procedimento de Excussão, obter um relatório de avaliação, às expensas da Empenhante, para fins de avaliação do valor de mercado dos Direitos Empenhados, desde que referida avaliação siga os procedimentos exigidos pela ANP e não entre em conflito com a Resolução ANP 785/2019 ("Relatório de Avaliação"). Quando da obtenção Relatório de Avaliação, (i) os Agentes Fiduciários terão 100 (cem) dias para oferecer os Direitos Empenhados (no todo ou em parte) aos compradores potenciais (e durante tal período, a Empenhante poderá apresentar compradores potenciais aos Agentes Fiduciários), ao final do qual os Direitos Empenhados poderão ser vendidos a qualquer comprador que tenha oferecido um preço de compra equivalente a pelo menos cem por cento (100%) do valor de mercado dos respectivos Direitos Empenhados indicados no Relatório de Avaliação; e (ii) se os Agentes Fiduciários não forem capazes de concluir a venda ao final do período de 100 (cem) dias mencionado, os Agentes Fiduciários, agindo cada qual em nome e em benefício dos Debenturistas, conforme aplicável, poderão vender os Direitos Empenhados pelo preço, termos e condições que julgar apropriados, desde que referida venda não seja realizada por um preço que seja considerado um preço vil, de acordo com a lei brasileira.

DocuSign Envelope ID: F86019E8-5B19-498C-9102-248C6B6FD536

6.3.1. Para fim deste Relatório de Avaliação, deverá ser apresentado laudo de avaliação a ser elaborado por (a) um avaliador independente (i.e. que não esteja envolvido na consecução das atividades referentes ao M&A), a ser contratado pela e às expensas da Empenhante, dentre (i) um dos dez bancos de investimento brasileiros com melhor ranking em operações de fusões e aquisições (M&A) conforme divulgado pela ANBIMA; (ii) uma das dez firmas de consultoria e assessoria financeira com melhor ranking em operações de fusões e aquisições (M&A) conforme divulgado pela ANBIMA; ou (iii) uma das seguintes firmas de contabilidade (big four) dentre PricewaterhouseCoopers, Ernst & Young, Deloitte Touche Tohmatsu ou KPMG; e (b) uma certificadora, dentre as indicadas nas Escrituras de Emissão.

6.4. Autorização prévia ANP. Qualquer transferência de titularidade da concessão objeto do Contrato de Concessão (inclusive por meio da Excussão do Penhor) estará sujeita à autorização prévia da ANP, seguindo as disposições do procedimento de cessão estabelecido na Resolução ANP 785/2019, caso aplicável.

6.5. Excussões Sucessivas. Se a receita resultante da Excussão dos Direitos Empenhados não for suficiente para quitar integralmente as Obrigações Garantidas, os Agentes Fiduciários, agindo cada qual em nome e em benefício dos Debenturistas, conforme aplicável, terão o direito de cobrar o saldo remanescente da Emissora e/ou da Empenhante, executar qualquer outra garantia que tenha sido concedida como garantia às Obrigações Garantidas, sem ordem específica de execução, e todos os outros bens e direitos que possam não ter sido penhorados permanecerão sujeitos ao Penhor como garantia das Obrigações Garantidas até que as Obrigações Garantidas tenham sido integralmente quitadas e este Contrato tenha sido rescindido de acordo com a Cláusula 12 abaixo. Os Agentes Fiduciários, agindo cada qual em nome e em benefício dos Debenturistas, conforme aplicável, poderão, observado o disposto no Contrato de Compartilhamento, excutir o Penhor tantas vezes quantas forem necessárias para fins de quitação da totalidade das Obrigações Garantidas, ficando acordado que qualquer execução parcial do Penhor não afetará os termos e condições deste Contrato, observado o disposto na Cláusula 13.3 abaixo.

6.6. A Empenhante pelo presente renuncia irrevogavelmente a quaisquer direitos que possam ser transferidos à Empenhante por sub-rogação ou de outra forma até a quitação integral das Obrigações Garantidas, incluindo, mas não se limitando, a quaisquer reclamações de recurso que a Empenhante possa adquirir contra qualquer pessoa no caso de (i) a Empenhante pagar qualquer dívida da Emissora ou qualquer outro devedor; ou (ii) uma execução pelos Agentes Fiduciários, agindo cada qual em nome e benefício dos Debenturistas, conforme aplicável, de seus direitos, nos termos deste Contrato.

6.7. Enriquecimento sem causa. A Empenhante reconhece que a não-sub-rogação prevista na Cláusula 6.5 acima não resultará em enriquecimento sem causa de nenhuma

DocuSign Envelope ID: F86019E8-5B19-498C-9102-248C6B6FD536

das Partes, considerando que: (i) a Empenhante é um beneficiária direta das Debêntures; (ii) no caso de execução ou rescisão deste Contrato, a não-sub-rogação representará um aumento equivalente e proporcional no valor dos Direitos Empenhados; e (iii) qualquer valor residual de venda dos Direitos Empenhados será reembolsado à Empenhante mediante a quitação integral das Obrigações Garantidas.

6.8. Valor Excedente Após Excussão. No caso de haver qualquer valor excedente resultante da execução do Penhor e da quitação integral das Obrigações Garantidas, tais recursos remanescentes deverão ser devolvidos à Empenhante, de acordo com o artigo 1.435 do Código Civil Brasileiro.

6.9. Deveres dos Agentes Fiduciários. Os Agentes Fiduciários, agindo cada qual em nome e benefício dos Debenturistas, conforme aplicável, utilizarão quaisquer rendimentos recebidos com relação aos Direitos Empenhados para a quitação das Obrigações Garantidas.

6.10. Renúncia. Na medida permitida pela lei aplicável e de acordo com a natureza das Obrigações Garantidas e disposições deste Contrato, a Empenhante renuncia, em favor dos Agentes Fiduciários, agindo cada qual em nome e benefício dos respectivos Debenturistas, a qualquer privilégio legal ou contratual que possa afetar a livre e plena excussão do Penhor ou o exercício pelos Agentes Fiduciários, na qualidade de representantes dos Debenturistas, de quaisquer dos seus direitos nos termos deste Contrato e da lei aplicável.

6.11. Órgão regulador. Nos termos da Resolução ANP 785/2019, os Agentes Fiduciários, deverão (i) notificar a ANP dentro de 5 (cinco) dias contados do primeiro ato de Execução do penhor de acordo com este Contrato; e (ii) se aplicável no momento da excussão, solicitar a autorização prévia e expressa da ANP para a transferência efetiva da propriedade das concessões nos Contratos de Concessão, conforme estabelecido.

6.12. A Empenhante (i) concorda em envidar seus melhores esforços para colaborar conforme necessário no procedimento desta Cláusula 6; (ii) compromete-se a assinar quaisquer documentos (tais como alterações de concessão e outros documentos de cessão) legalmente necessários para transferir o Contrato de Concessão; e (iii) autoriza expressamente os Agentes Fiduciários a assinarem quaisquer documentos considerados legalmente necessários para a referida transferência em nome da Empenhante e de acordo com a procuração no Anexo VI deste Contrato.

7. EXERCÍCIO DOS DIREITOS CONTRA A EMPENHANTE

7.1. No exercício dos seus direitos contra a Empenhante no âmbito deste Contrato, conforme estabelecido por lei ou por este Contrato, os Agentes Fiduciários, agindo de

DocuSign Envelope ID: F86019E8-5B19-498C-9102-248C6B6FD536

acordo com os termos deste Contrato, diretamente ou através dos seus representantes, sucessores ou cessionários, poderá exercer os direitos a que tem direito contra qualquer terceiro ou em relação à garantia das Obrigações Garantidas ou qualquer direito de indenização relacionado a ela, e nenhuma omissão ou atraso por parte dos Agentes Fiduciários, agindo de acordo com os termos deste Contrato, qualquer dos seus respectivos agentes, sucessores ou cessionários, em exercer tais direitos ou cobrar quaisquer pagamentos de tais terceiros ou em executar quaisquer títulos ou exercer quaisquer direitos de reembolso, ou qualquer exoneração de tais terceiros, exonerará a Empenhante de qualquer obrigação de acordo com este Contrato, nem diminuirá ou de qualquer forma prejudicará ou afetará os direitos, quer sejam expressos, implícitos ou atribuídos sob a lei aplicável aos Agentes Fiduciários, agindo de acordo com os termos deste Contrato.

8. DESPESAS

8.1. Despesas. A Empenhante deverá reembolsar os Agentes Fiduciários, se aplicável, por todas as despesas comprovadas, honorários e outros valores razoavelmente incorridos pelos Agentes Fiduciários (incluindo os honorários faturados, encargos e desembolsos de qualquer advogado dos Agentes Fiduciários), agindo cada qual em nome e benefício dos respectivos Debenturistas e de acordo com os termos deste Contrato, em conexão com a celebração, registro, formalização, conservação e/ou aperfeiçoamento deste Contrato ou qualquer outro documento aqui produzido (incluindo alterações), e deverá transferir para os Agentes Fiduciários o produto resultante da execução deste Contrato.

8.1.1. Os Agentes Fiduciários poderão se recusar a cumprir qualquer dever ou exercer qualquer direito ou poder, a menos que receba indenização ou garantia satisfatória contra os custos, despesas e responsabilidades que possam ser razoavelmente incorridos por ele no cumprimento de tal dever ou no exercício de tal direito ou poder; desde que nada aqui seja considerado como obrigando qualquer Debenturista a fornecer tal indenização ou garantia.

8.2. Todos os pagamentos devidos pelos Agentes Fiduciários de acordo com a Cláusula 8.1 acima deverão ser pagos em até 15 (quinze) Dias Úteis contados da emissão, pelos Agentes Fiduciários, do respectivo aviso de débito, o qual será enviado de acordo com a Cláusula 19 abaixo.

9. PROCURAÇÃO

9.1. Procuração. A Empenhante concede, nos termos do artigo 684 do Código Civil Brasileiro e com o seu estatuto social, procuração irrevogável aos Agentes Fiduciários, agindo cada qual em nome e benefício dos Debenturistas (incluindo poderes para substabelecer), com poderes *ad judicia*, no todo ou em parte, com reservas, para que os

DocuSign Envelope ID: F86019E8-5B19-498C-9102-248C6B6FD536

Agentes Fiduciários, agindo em nome e em benefício dos Debenturistas, conforme o caso, tomem qualquer medida em relação às matérias previstas nesta Cláusula 9, em nome da Empenhante ("Procuração"):

(i) praticar, na hipótese de omissão pela Empenhante, todos os atos, de qualquer natureza, exigidos ou necessários para formalizar, registrar ou averbar o Contrato e quaisquer aditamentos ao Contrato, conforme o caso, perante os Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, sendo que os custos decorrentes serão arcados exclusivamente pela Empenhante, conforme previsto no Contrato;

(ii) realizar, a qualquer momento, todos os atos necessários para a conservação, defesa e/ou execução do Penhor;

(iii) exercer todo e qualquer direito da Empenhante de cobrar, constituir em mora e receber pagamentos de qualquer natureza, incluindo direitos de vender, ceder, conceder opção sobre ou de outra forma dispor, de todos ou parte dos Direitos Empenhados, por meio de venda pública ou privada, de acordo com a lei aplicável e os termos deste Contrato, e independente de quaisquer notificações judiciais ou extrajudiciais;

(iv) assinar qualquer documento e praticar qualquer ato relativo ao Penhor e/ou aos Direitos Empenhados, sempre que tal ato ou documento for necessário para constituir, preservar, formalizar, aperfeiçoar, validar ou realizar os Direitos Empenhados (incluindo dar e receber quitação);

(v) representar a Empenhante no Brasil, em juízo ou fora dele, perante terceiros e toda e qualquer entidade ou autoridade federal, estadual ou municipal, em todas as suas respectivas divisões e departamentos, incluindo, mas não se limitando, conforme aplicável, aos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, a Receita Federal Brasileira, o Banco Central do Brasil, a ANP, as Contrapartes do Contrato de Concessão, O CADE e outros órgãos do sistema antitruste brasileiro em relação ao Penhor, aos Direitos Empenhados e a este Contrato e exercer todos os outros direitos concedidos à Empenhante sobre os mesmos, com poderes para dispor dos Direitos Empenhados, transferindo-os de acordo com os termos deste Contrato, bem como com poderes irrevogáveis para assinar todo e qualquer documento necessário para a efetiva transferência, receber e dar quitação;

(vi) solicitar toda e qualquer aprovação, registro ou consentimento prévio, que possa ser necessário para a efetiva execução do Penhor e/ou para a cessão/transferência dos Direitos Empenhados, incluindo, mas não limitado a, aprovações ou consentimentos prévios de instituições financeiras, companhias de seguros, o Banco Central do Brasil, a Receita Federal do Brasil, a ANP, as Contrapartes do Contrato de Concessão, o CADE, outros órgãos do sistema antitruste brasileiro em

DocuSign Envelope ID: F86019E8-5B19-498C-9102-248C6B6FD536

relação ao Penhor e quaisquer outras entidades ou autoridades federais, estaduais ou municipais, em todas as suas respectivas divisões e departamentos, ou quaisquer outros terceiros;

(vii) realizar todo e qualquer ato necessário para observar devidamente a Resolução nº 785 da ANP, de 16 de maio de 2019;

(viii) reter e recuperar a posse dos Direitos Empenhados, bem como sua documentação relacionada, contra qualquer titular, incluindo a Empenhante;

(ix) ceder e transferir a terceiros, no todo ou em parte, os direitos e obrigações da Empenhante em relação aos Direitos Empenhados; e

(x) realizar todo e qualquer ato, assim como assinar todos os documentos necessários para o pleno cumprimento deste mandato, que pode ser substabelecido, com poderes *ad judicia*, no todo ou em parte, com ou sem reservas, pelos Agentes Fiduciários, agindo em nome e em benefício dos Debenturistas, conforme julgar apropriado, assim como cancelar quaisquer substabelecimentos.

9.2. Para fins da Cláusula 9.1 acima, a Empenhante celebrou, concomitantemente com a celebração do presente Contrato, e entregou aos Agentes Fiduciários, uma procuração substancialmente na forma do Anexo VI ao presente Contrato.

9.3. Enquanto este Contrato estiver em vigor, a procuração deverá permanecer válida e vigente até a integral quitação das Obrigações Garantidas, sendo certo que a procuração deverá ser renovada com, pelo menos, 30 (trinta) dias de antecedência de sua respectiva data de vencimento.

10. APLICAÇÃO DE VALORES

10.1. Aplicação de Valores. Quaisquer valores recebidos ou recuperados periodicamente pelos Agentes Fiduciários por meio do exercício das medidas estabelecidas na Cláusula 6 acima deverão ser utilizados para a liquidação das Obrigações Garantidas.

11. ALTERAÇÕES RELACIONADAS ÀS OBRIGAÇÕES GARANTIDAS

11.1. A Empenhante permanecerá obrigada nos termos do presente Contrato, e os Direitos Empenhados permanecerão sujeitos aos direitos de garantia ora outorgados, a todo o tempo, até o término do presente Contrato, sem limitação e sem qualquer reserva de direitos contra a Empenhante, e independentemente da notificação ou anuência da Emissora, não obstante:

DocuSign Envelope ID: F86019E8-5B19-498C-9102-248C6B6FD536

(i) qualquer renovação, prorrogação, aditamento, modificação, vencimento antecipado, transação, renúncia parcial, restituição ou quitação parcial, atinente às Obrigações Garantidas ou de invalidade parcial ou inexequibilidade de quaisquer dos documentos relacionados às Obrigações Garantidas;

(ii) qualquer alteração do prazo, forma, local, valor ou moeda de pagamento das Obrigações Garantidas, nos termos das Escrituras de Emissão;

(iii) qualquer ação (ou omissão) dos Agentes Fiduciários, agindo cada qual em nome e em benefício dos Debenturistas, conforme aplicável, renúncia no exercício de qualquer direito, poder ou prerrogativa e prorrogação do prazo de execução de qualquer direito, contidos nos documentos relacionados às Obrigações Garantidas, incluindo, mas não se limitando, as Escrituras de Emissão, ou nos termos da legislação aplicável; ou

(iv) a venda, permuta, renúncia, restituição, liberação ou quitação de qualquer outra garantia, direito de compensação ou outro direito de garantia real, a qualquer tempo, detido pelos Agentes Fiduciários, agindo cada qual em nome e em benefício dos Debenturistas, conforme aplicável, para o pagamento das Obrigações Garantidas.

12. RESCISÃO E QUITAÇÃO

12.1. Rescisão de Quitação. Após a quitação integral das Obrigações Garantidas, este Contrato será rescindido e os Agentes Fiduciários, agindo em nome e em benefício dos Debenturistas da Primeira Emissão e dos Debenturistas da Segunda Emissão, conforme o caso, de acordo com as Escrituras de Emissão, deverão tomar todas as medidas razoavelmente solicitadas pela Empenhante e todas as ações necessárias para liberar os direitos da garantia real aqui constituídos, às expensas da Empenhante. A rescisão deste Contrato e a consequente liberação dos direitos reais de garantia aqui constituídos serão válidos e efetivos por meio de um termo de liberação assinado pelo Agente Fiduciário da Primeira Emissão substancialmente na forma do Anexo VII a este Contrato, e pelo Agente Fiduciário da Segunda Emissão substancialmente na forma do Anexo VIII a este Contrato, agindo em nome e em benefício dos Debenturistas, de acordo com as Escrituras de Emissão. Mediante solicitação e às expensas da Empenhante, os Agentes Fiduciários comprometem-se a assinar e entregar à Empenhante, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da respectiva solicitação pela Empenhante, todos os documentos que possam ser razoavelmente necessários para implementar a rescisão deste Contrato e a liberação dos ônus e gravames aqui constituídos, de acordo com as Escrituras de Emissão.

DocuSign Envelope ID: F86019E8-5B19-498C-9102-248C6B6FD536

13. CONJUNTO DE GARANTIAS

13.1. Excussão Simultânea. Os direitos de garantia, poderes e medidas dos Debenturistas e dos Agentes Fiduciários nos termos deste Contrato são cumulativos e devem ser adicionais e independentes de todos os outros direitos de garantia, poderes e medidas concedidos aos Debenturistas e aos Agentes Fiduciários, nos termos das Escrituras de Emissão e da legislação aplicável, e podem ser exercidos sucessiva ou concomitantemente sem prejudicar os direitos dos Debenturistas e dos Agentes Fiduciários, conforme aplicável, nos termos deste Contrato ou de acordo com as Escrituras de Emissão, desde que respeite os termos e condições das Escrituras de Emissão e do Contrato de Compartilhamento.

13.2. As Partes reconhecem que (i) o exercício parcial ou o não exercício, a prorrogação de prazos, tolerância ou omissão com relação ao exercício de qualquer direito, poder ou privilégio aqui concedido a qualquer Parte e/ou por lei não constituirá novação, retirada ou renúncia de tal direito, poder ou privilégio, não impedirá seu exercício; e (ii) a retirada ou renúncia de tal direito será interpretada restritivamente e não será considerada como uma renúncia ou retirada de qualquer outro direito às Partes aqui concedido.

13.3. Nos termos do Contrato de Compartilhamento, não há qualquer ordem de preferência entre o Penhor e as demais Garantias Reais (conforme definido nas Escrituras de Emissão), sendo certo que as Garantias Reais poderão ser excutidas na ordem que melhor convier aos Debenturistas, representados pelo respectivo Agente Fiduciário.

14. RENÚNCIAS E ALTERAÇÕES

14.1. Este Contrato e suas disposições só serão modificados, alterados, suplementados ou dispensados com o consentimento expresso por escrito das Partes.

15. INDEPENDÊNCIA ENTRE AS DISPOSIÇÕES CONTRATUAIS

15.1. Caso qualquer disposição deste Contrato seja considerada como inválida, ilegal ou inexequível nos termos da legislação aplicável, tal disposição deverá se tornar ineficaz apenas na medida de tal invalidade, ilegalidade ou inexequibilidade, e não deverá afetar a validade, legalidade ou exequibilidade de quaisquer outras disposições deste Contrato. Conforme permitido pela legislação aplicável, as Partes deverão, de boa-fé, negociar e celebrar um aditamento a este Contrato para substituir qualquer disposição afetada por uma nova disposição que (i) reflita a intenção original das Partes; e/ou (ii) seja válida e vinculante. Os direitos criados no âmbito deste Contrato constituem, na medida do permitido pela legislação aplicável, uma garantia contínua e

DocuSign Envelope ID: F86019E8-5B19-498C-9102-248C6B6FD536

perfeita sobre os Direitos Empenhados, exequível contra a Empenhante de acordo com seus termos.

16. ACORDO INTEGRAL, SUCESSORES E CESSIONÁRIOS

16.1. Este Contrato estabelece o Penhor, nos termos e condições aqui estabelecidos, e permanecerá em pleno vigor e efeito até o pagamento integral de todas as Obrigações Garantidas. Este Contrato é vinculante perante a Empenhante, seus sucessores e cessionários, e beneficiará os Debenturistas, seus sucessores, sub-rogados e cessionários.

16.2. Este Contrato deverá constituir uma garantia permanente e nenhuma modificação, aditamento ou complemento em relação a qualquer documento ou acordo relacionado a este Contrato deverá afetar a validade, o objeto deste Contrato e as obrigações impostas à Empenhante por meio deste Contrato.

17. COMPROMISSOS E OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DOS AGENTES FIDUCIÁRIOS

17.1. Além das demais obrigações expressamente previstas neste Contrato e nas Escrituras de Emissão, os Agentes Fiduciários obrigam-se a:

(i) zelar pelo fiel desempenho das obrigações previstas neste Contrato e observar as disposições deste Contrato;

(ii) proteger os direitos dos Debenturistas sobre os Direitos Empenhados devendo, conforme o caso, negociar os Direitos Empenhados da mesma forma que negociaria com propriedades ou direitos semelhantes de sua própria titularidade e obedecer a todas as demais disposições deste Contrato e das Escrituras de Emissão que tenham correlação com as atividades inerentes à proteção dos interesses dos Debenturistas; e

(iii) agir, na qualidade de representante dos Debenturistas, unicamente de acordo com as instruções que lhe forem passadas pelos Debenturistas, reunidos em cada assembleia geral de Debenturistas, nos termos das Escrituras de Emissão.

17.2. Substituição do Agente Fiduciário. A Empenhante reconhece, outrossim, que os Agentes Fiduciários poderão ser substituídos a qualquer tempo pelos Debenturistas, conforme deliberação em assembleia geral de Debenturistas da Primeira Emissão e pelos Debenturistas da Segunda Emissão, nos termos das Escrituras de Emissão. A Empenhante se compromete a tomar todas as providências que forem necessárias para formalizar a referida substituição, inclusive a celebração de aditamento a este Contrato.

18. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E FORO

DocuSign Envelope ID: F86019E8-5B19-498C-9102-248C6B6FD536

18.1. Legislação Aplicável. Este Contrato deverá ser regido e interpretado de acordo com as leis da República Federativa do Brasil e constitui um título executivo extrajudicial de acordo com as disposições do artigo 784, incisos III e V da Lei nº 13.015, de 16 de março de 2015, conforme alterada ("Código Brasileiro de Processo Civil"). A Empenhante, conforme aplicável, reconhece e concorda que todas e quaisquer obrigações assumidas e que lhes possam ser impostas, de acordo com este Contrato ou relacionadas ao mesmo deverão estar sujeitas à execução específica de acordo com os artigos 497, 499, 500, 501, 536, 537, 806, 814, 815, 822 e 823 do Código Brasileiro de Processo Civil.

18.2. Foro. Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Contrato, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

19. COMUNICAÇÕES

19.1. Comunicações. Todos os avisos, notificações e quaisquer outras comunicações requeridas ou permitidas no âmbito Contrato deverão ser entregues ou transmitidas para os endereços estabelecidos abaixo, ou em qualquer outro endereço que possa ser designado por qualquer Parte, por meio de uma notificação à outra Parte.

Empenhante:
ENAUTA ENERGIA S.A.
Avenida Almirante Barroso, nº 52, salas 1.101, 1.102 e 1.301, Centro
Rio de Janeiro/RJ, Brasil, 20.031-918
At.: Pedro Rodrigues de Medeiros e Felipe Silva Melo
Telefone: (21) 3509 5800
E-mail: pedro.medeiros@enauta.com.br e felipe.melo@enauta.com.br

Agente Fiduciário da Primeira Emissão:
VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.
Rua Gilberto Sabino, nº 215 - 4º Andar - Pinheiros
CEP: 05425-020, São Paulo – SP
At: Eugênia Souza || Marcio Teixeira
Telefone: (11) 3030-7177
E-mail: agentefiduciario@vortx.com.br; pu@vortx.com.br (para fins de precificação)

Agente Fiduciário da Segunda Emissão:
VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.
Rua Gilberto Sabino, nº 215 - 4º Andar - Pinheiros
CEP: 05425-020, São Paulo – SP
At: Eugênia Souza || Marcio Teixeira
Telefone: (11) 3030-7177
E-mail: agentefiduciario@vortx.com.br; pu@vortx.com.br (para fins de precificação)

DocuSign Envelope ID: F86019E8-5B19-498C-9102-248C6B6FD536

20. DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. Anexos. Todos os anexos a este Contrato farão parte integrante deste Contrato. Se, entretanto, houver alguma inconsistência entre este Contrato e seus Anexos, as disposições deste Contrato prevalecerão.

20.2. Conflito entre disposições. Em caso de conflito entre as disposições contidas neste Contrato e nas Escrituras de Emissão, as disposições das Escrituras de Emissão deverão prevalecer.

20.2.1. Os Agentes Fiduciários reconhecem os termos e condições das Escrituras de Emissão e não tomarão (ou se recusarão a tomar) qualquer ação que limite a Empenhante de tomar qualquer ação que de outra forma seja permitida pelas Escrituras de Emissão.

20.3. Interpretação. Nada neste Contrato deverá ser interpretado como uma renúncia ou alteração a qualquer outra disposição contida nas Escrituras de Emissão.

20.4. Cessão ou transferência pela Empenhante. A Empenhante não poderá ceder ou transferir, no todo ou em parte, este Contrato ou qualquer obrigação aqui contida, sem o acordo prévio e por escrito dos Agentes Fiduciários, agindo cada qual em nome e benefício dos respectivos Debenturistas, exceto se de outra forma permitido pelas Escrituras de Emissão.

20.5. Cessão ou transferência pelo Agente Fiduciário. Este Contrato poderá ser cedido ou transferido pelo Agente Fiduciário da Primeira Emissão, em nome e para o benefício da comunhão dos Debenturistas da Primeira Emissão, e pelo e do Agente Fiduciário da Segunda Emissão, em nome e para o benefício da comunhão dos Debenturistas da Segunda Emissão, sujeito às condições estabelecidas nas Escrituras de Emissão, e qualquer cessionário permitido deverá ser sub-rogado a todos os direitos e obrigações dos Agentes Fiduciários conforme estabelecido neste Contrato ou outros contratos e instrumentos relacionados.

20.6. No cumprimento das suas obrigações nos termos deste Contrato, os Agentes Fiduciários terão todos os benefícios e proteções que lhe são concedidos nos termos das Obrigações Garantidas, deste Contrato, das Escrituras de Emissão e da legislação vigente.

20.7. Omissão. A omissão ou tolerância das Partes em exigir o estrito cumprimento dos termos e condições deste Contrato não constituirá novação ou renúncia, nem afetará seus direitos, que podem ser exercidos a qualquer momento.

DocuSign Envelope ID: F86019E8-5B19-498C-9102-248C6B6FD536

20.8. Informações periódicas. Com exceção das obrigações assumidas com formas de cumprimento específicas, o cumprimento das obrigações pactuadas neste Contrato e nos demais documentos das Emissões referentes ao envio de documentos e informações periódicas aos Agentes Fiduciários, ocorrerá exclusivamente através da plataforma VX Informa.

20.8.1. Para os fins deste contrato, entende-se por "VX Informa" a plataforma digital disponibilizada pelos Agentes Fiduciários em seu website (https://vortx.com.br). Para a realização do cadastro é necessário acessar https://portal.vortx.com.br/register e solicitar acesso ao sistema.

20.9. Assinatura eletrônica. As Partes concordam e convencionam que a celebração deste Contrato poderá ser feita por meio eletrônico, sendo consideradas válidas, apenas, as assinaturas eletrônicas realizadas por meio de certificado digital, validado conforme a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, conforme alterada. As Partes reconhecem, de forma irrevogável e irretratável, a autenticidade, validade e a plena eficácia da assinatura por certificado digital, para todos os fins de direito.

DocuSign Envelope ID: F86019E8-5B19-498C-9102-248C6B6FD536

ANEXO I
OBRIGAÇÕES GARANTIDAS

(Termos utilizados neste Anexo I que não estiverem aqui definidos ou neste Contrato têm o significado que lhes foi atribuído nas Escrituras de Emissão)

ESCRITURA DE EMISSÃO DA PRIMEIRA EMISSÃO	
Emissora	Enauta Participações S.A.
Valor Nominal Unitário:	O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, é de R$1.000,00 (mil reais).
Quantidade:	Foram emitidas 1.400.000 (um milhão e quatrocentas mil) Debêntures, sendo (i) 736.675 (setecentas e trinta e seis mil, seiscentas e setenta e cinco) Debêntures da Primeira Série; e (ii) 663.325 (seiscentas e sessenta e três mil, trezentas e vinte e cinco) Debêntures da Segunda Série ("Debêntures").
Número de Séries	A Emissão foi realizada em 2 (duas) séries (em conjunto, as "Séries", e, individual e indistintamente, "Série"), sendo (i) as Debêntures objeto da Oferta distribuídas no âmbito da primeira Série ("Primeira Série") foram doravante denominadas "Debêntures da Primeira Série"; e (ii) as Debêntures objeto da Oferta distribuídas no âmbito da segunda Série ("Segunda Série") foram doravante denominadas "Debêntures da Segunda Série".
Valor Total da Emissão:	O valor total da Emissão foi de R$ 1.400.000.000,00 (um bilhão e quatrocentos milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definida abaixo) ("Valor Total da Emissão"), sendo certo que a quantidade de Debêntures alocada em cada série foi definida de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding* mediante o Sistema de Vasos Comunicantes. Foi permitida a distribuição parcial das Debêntures, nos termos da Escritura de Emissão da Primeira Emissão.
Data de Emissão:	Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures foi o dia 15 de dezembro de 2022 ("Data de Emissão")
Data de Início da Rentabilidade:	Para todos os fins e efeitos legais, a data de início da rentabilidade foi a Data da Primeira Integralização (conforme definido na Escritura de Emissão) ("Data de Início da Rentabilidade").
Prazo e Data de Vencimento:	Observado o disposto na Escritura de Emissão da Primeira Emissão, (i) as Debêntures da Primeira Série terão prazo de vencimento de 7 (sete) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de dezembro de 2029 ("Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série"); e (ii) as Debêntures da Segunda Série terão prazo de vencimento de 5

DocuSign Envelope ID: F86019E8-5B19-498C-9102-248C6B6FD536

	(cinco) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de dezembro de 2027 ("Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série", e, em conjunto com a Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série, a "Data de Vencimento").
Amortização do Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Primeira Série:	O saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Primeira Série será amortizado em 8 (oito) parcelas semestrais, devidas sempre nos dias 15 de junho e 15 de dezembro de cada ano, sendo que a primeira parcela será devida em 15 de junho de 2026, e as demais parcelas serão devidas em cada uma das respetivas datas de amortização das Debêntures da Primeira Série, de acordo com as datas e percentuais indicados na Escritura de Emissão da Primeira Emissão.
Amortização do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série:	O saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série será amortizado em 2 (duas) parcelas, de acordo com as datas e percentuais indicados na Escritura de Emissão da Primeira Emissão.
Atualização Monetária do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série:	O Valor Nominal Unitário (ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso), das Debêntures da Primeira Série será atualizado monetariamente mensalmente pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE ("IPCA"), desde a Data de Início da Rentabilidade até a data de seu efetivo pagamento ("Atualização Monetária das Debêntures da Primeira Série"), sendo o produto da Atualização Monetária das Debêntures da Primeira Série, automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário (ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) das Debêntures da Primeira Série ("Valor Nominal Unitário Atualizado"). A Atualização Monetária das Debêntures da Primeira Série será calculada conforme a fórmula prevista na Escritura de Emissão da Primeira Emissão.
Atualização Monetária do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série:	O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série não será atualizado monetariamente.
Remuneração das Debêntures da Primeira Série:	Sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Primeira Série incidirão juros remuneratórios correspondentes a 9,8297% (nove inteiros, oito mil, duzentos e noventa e sete décimos de milésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração das Debêntures da

DocuSign Envelope ID: F86019E8-5B19-498C-9102-248C6B6FD536

	Primeira Série"), incidentes desde a Data de Início da Rentabilidade das Debêntures da Primeira Série, ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. O cálculo da Remuneração das Debêntures da Primeira Série é realizado conforme previsto na Escritura de Emissão da Primeira Emissão.
Remuneração das Debêntures da Segunda Série:	Sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, incidirão juros remuneratórios correspondentes a variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias do DI – Depósito Interfinanceiro de um dia, "over extra grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 ("Taxa DI"), acrescida exponencialmente de uma sobretaxa (spread) equivalente a 4,2500% (quatro inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis("Remuneração das Debêntures da Segunda Série").
Pagamento da Remuneração:	Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de eventual vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures ou Resgate Antecipado Facultativo, nos termos previstos na Escritura de Emissão da Primeira Emissão, a Remuneração será paga, semestralmente, a partir da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento realizado em 15 de junho de 2023, e os demais pagamentos devidos sempre no dia 15 dos meses de junho e dezembro de cada ano, até a Data de Vencimento das Debêntures da respectiva Série (cada uma, uma "Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures").
Encargos Moratórios:	Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de qualquer valor devido aos Debenturistas nos termos da Escritura de Emissão da Primeira Emissão, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora, devidamente acrescidos da Remuneração das Debêntures, ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial: (i) multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento); e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês calculados *pro rata temporis* ("Encargos Moratórios").
Local de Pagamento:	Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no respectivo vencimento utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela B3 para as Debêntures custodiadas eletronicamente nela; e/ou (ii) os procedimentos

DocuSign Envelope ID: F86019E8-5B19-498C-9102-248C6B6FD536

	adotados pelo Escriturador, para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na B3.
Encargos Moratórios:	Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora, ficarão sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) multa convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2,00% (dois inteiros por cento); e (ii) juros moratórios à razão de 1,00% (um inteiro por cento) ao mês, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento; ambos calculados sobre o montante devido e não pago ("Encargos Moratórios").
Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Primeira Série:	Desde que observado o disposto no artigo 1º, parágrafo 1º, inciso II, combinado com o artigo 2º, parágrafo 1º, da Lei 12.431, nas disposições da Resolução CMN 4.751, ou normativo que venha substitui-lo, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, bem como o prazo médio ponderado mínimo de 4 (quatro) anos dos pagamentos transcorridos entre a Data de Emissão e a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Primeira Série (ou prazo inferior que venha a ser autorizado pela legislação ou regulamentação aplicáveis), a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar o resgate antecipado facultativo total das Debêntures da Primeira Série ("Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Primeira Série"). Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Primeira Série, o valor devido pela Emissora será equivalente ao maior dos critérios mencionados nos itens (a) e (b) da Cláusula 5.1.1 da Escritura de Emissão da Primeira Emissão, sendo que, caso (b) seja maior que (a), o prêmio a ser pago pela Emissora será dado pela diferença entre (b) e (a) ("Prêmio de Resgate Antecipado das Debêntures da Primeira Série").
Resgate Antecipado das Debêntures da Segunda Série:	A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a partir do 31º (trigésimo primeiro) mês da Data de Emissão, ou seja, a partir de 15 de julho de 2025 (inclusive), realizar o resgate antecipado facultativo total das Debêntures da Segunda Série ("Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série"). Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série, o valor devido pela Emissora aos titulares das Debêntures da Segunda Série será equivalente ao: (i) Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série a serem resgatadas, acrescido (ii) da Remuneração das Debêntures da Segunda Série, calculada *pro*

DocuSign Envelope ID: F86019E8-5B19-498C-9102-248C6B6FD536

	rata temporis, devida desde a Data de Início da Rentabilidade das Debêntures da Segunda Série ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série (exclusive) ("Data do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série"), acrescido (iii) de Encargos Moratórios, se aplicável, devidos e não pagos até a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série, acrescido (iv) de prêmio de 1,40% (um inteiro e quarenta centésimos por cento) ao ano, incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, calculado de forma exponencial de forma *pro rata temporis* considerando os Dias Úteis entre a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série e a Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série ("Prêmio de Resgate Antecipado das Debêntures da Segunda Série").
Aquisição Facultativa:	A Emissora poderá, (i) após decorridos os 2 (dois) primeiros anos contados da Data de Emissão (ou prazo inferior que venha a ser autorizado pela legislação ou regulamentação aplicáveis), adquirir Debêntures em Circulação da Primeira Série, e/ou (ii) a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação da Segunda Série, observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, desde que observe as eventuais regras expedidas pela CVM, devendo tal fato, se assim exigido pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora ("Aquisição Facultativa"). As Debêntures adquiridas pela Emissora de acordo com esta Cláusula poderão, a critério da Emissora: (i) ser canceladas, caso seja legalmente permitido, observado o disposto na Lei 12.431, nas regras expedidas pelo CMN e na regulamentação aplicável; (ii) permanecer na tesouraria da Emissora; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado, observadas as restrições impostas pela Instrução CVM 476. Caso aplicável, as Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Atualização Monetária das Debêntures da Primeira Série e a Remuneração aplicável às demais Debêntures, conforme aplicável.
Amortização Extraordinária das Debêntures da Primeira Série:	As Debêntures da Primeira Série não poderão ser objeto de amortização extraordinária pela Emissora.

DocuSign Envelope ID: F86019E8-5B19-498C-9102-248C6B6FD536

Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da Segunda Série:	A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, após o término do 31º (trigésimo primeiro) mês contado da Data de Emissão, isto é, a partir de 15 de julho de 2025 (inclusive), realizar a amortização extraordinária parcial das Debêntures limitada a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável ("Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da Segunda Série"). Por ocasião da Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da Segunda Série, o valor devido pela Emissora será equivalente à (i) parcela do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série a serem amortizadas, acrescido (ii) da Remuneração das Debêntures da Segunda Série, calculada *pro rata temporis*, devida desde a Data de Início da Rentabilidade das Debêntures da Segunda Série ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data da Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da Segunda Série (exclusive) ("Data da Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da Segunda Série"), acrescido (iii) de Encargos Moratórios, se aplicável, devidos e não pagos até a Data da Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da Segunda Série, acrescido (iv) de prêmio de 1,40% (um inteiro e quarenta centésimos por cento) ao ano, incidente sobre a parcela do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, calculado de forma exponencial de forma *pro rata temporis* considerando os Dias Úteis entre a Data da Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da Segunda Série e a Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série ("Prêmio de Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da Segunda Série").
Oferta de Aquisição Obrigatória:	Caso a Emissora, as Fiadoras ou quaisquer de suas Controladas Restritas vendam, transfiram e/ou cedam de forma definitiva a terceiros não integrantes do seu grupo econômico quaisquer Ativos Não Restritos (conforme definido na Escritura de Emissão da Primeira Emissão), em montante igual ou superior a 30% (trinta por cento), em uma ou mais transações, do EBITDAX (a) consolidado anual; ou (b) da informação financeira trimestral referente aos últimos 12 (doze) meses imediatamente anteriores à data do evento, sendo certo que será definido entre (a) e (b) aquele que representar o valor obtido em data mais próximo à data do último evento de venda, transferência e/ou cessão, conforme aplicável, a Emissora deverá, observadas as regras estabelecidas na Resolução CVM 77 e a legislação e

DocuSign Envelope ID: F86019E8-5B19-498C-9102-248C6B6FD536

	regulamentação aplicáveis ("Evento de Pagamento Obrigatório"), a Emissora deverá realizar uma oferta obrigatória para adquirir as Debêntures dos Debenturistas que optarem por alienar suas respectivas Debêntures, observados os termos e condições previstos na Escritura de Emissão da Primeira Emissão, devendo tal fato, se assim exigido pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora ("Oferta de Aquisição Obrigatória").

ESCRITURA DE EMISSÃO DA SEGUNDA EMISSÃO	
Emissora	Enauta Participações S.A.
Valor Nominal Unitário:	O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R$1.000,00 (mil reais).
Quantidade:	Serão emitidas, inicialmente, 1.100.000 (um milhão e cem mil) Debêntures, a serem alocadas conforme demanda pelas Debêntures, apurada por meio do Procedimento de *Bookbuilding*, mediante o Sistema de Vasos Comunicantes, sendo certo que a quantidade de Debêntures a ser alocada na Segunda Série será limitada a 50% (cinquenta por cento) da quantidade total de Debêntures efetivamente emitida, observada a possibilidade de Distribuição Parcial e a colocação do Montante Mínimo ("Debêntures").
Número de Séries:	A Emissão será realizada em até 3 (três) séries (em conjunto, as "Séries", e, individual e indistintamente, "Série"), sendo (i) as Debêntures objeto da Oferta distribuídas no âmbito da primeira Série ("Primeira Série") doravante denominadas "Debêntures da Primeira Série"; e (ii) as Debêntures objeto da Oferta distribuídas no âmbito da segunda Série ("Segunda Série") doravante denominadas "Debêntures da Segunda Série"; e (iii) as Debêntures objeto da Oferta distribuídas no âmbito da terceira Série ("Terceira Série") doravante denominadas "Debêntures da Terceira Série" e, em conjunto com as Debêntures da Primeira Série e as Debêntures da Segunda Série, "Debêntures".
Valor Total da Emissão:	O valor total da Emissão será de até R$ 1.100.000.000,00 (um bilhão e cem milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definida abaixo) ("Valor Total da Emissão"), sendo certo que (i) a quantidade de Debêntures a ser emitida; (ii) a existência de cada uma das Séries; e (iii) a quantidade de Debêntures a ser alocada em cada série, serão definidas de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding* (conforme definido na Escritura de Emissão)

DocuSign Envelope ID: F86019E8-5B19-498C-9102-248C6B6FD536

	mediante o Sistema de Vasos Comunicantes (conforme definido na Escritura de Emissão), observado que a quantidade de Debêntures a ser alocada na Segunda Série será limitada a 50% (cinquenta por cento) da quantidade total de Debêntures efetivamente emitida e que qualquer Série poderá ser cancelada. Será permitida a Distribuição Parcial das Debêntures, observada a colocação do Montante Mínimo. A Emissão e a Oferta não poderão ser aumentadas em nenhuma hipótese.
Montante Mínimo:	Será admitida a possibilidade de distribuição parcial das Debêntures, nos termos dos artigos 73 e 74 da Resolução CVM 160, sendo que a manutenção da Oferta está condicionada à subscrição e integralização do montante mínimo de R$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais) ("Montante Mínimo"). Caso durante o Procedimento de *Bookbuilding* não seja verificada demanda pelos Investidores Qualificados para a totalidade das Debêntures, até o final do prazo de colocação das Debêntures, as Debêntures representativas da diferença entre o Volume Total da Emissão e a demanda das Debêntures apurada junto aos Investidores Qualificados no Procedimento de *Bookbuilding*, nos termos desta Escritura de Emissão, serão canceladas pela Emissora, observados os termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Distribuição ("Distribuição Parcial").
Data de Emissão:	Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 15 de setembro de 2023 ("Data de Emissão")
Data de Início da Rentabilidade:	Para todos os fins e efeitos legais, a data de início da rentabilidade será a Data da Primeira Integralização (conforme definido na Escritura de Emissão) ("Data de Início da Rentabilidade").
Prazo e Data de Vencimento:	Observado o disposto nesta Escritura de Emissão, (i) as Debêntures da Primeira Série terão prazo de vencimento de 6 (seis) anos ou 2.194 (dois mil cento e noventa e quatro) dias contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 17 de setembro de 2029 ("Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série"); (ii) as Debêntures da Segunda Série terão prazo de vencimento de 5 (cinco) anos ou 1.827 (mil oitocentos e vinte e sete) dias contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de setembro de 2028 ("Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série); e (iii) as Debêntures da Terceira Série terão prazo de vencimento de 6 (seis) anos ou 2.194 (dois mil cento e noventa e quatro) dias contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 17 de setembro de 2029 ("Data de Vencimento das Debêntures da Terceira Série", e, em conjunto com a Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série e a Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série, a "Data de Vencimento").

DocuSign Envelope ID: F86019E8-5B19-498C-9102-248C6B6FD536

Amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Primeira Série:	O Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Primeira Série será amortizado em 5 (cinco) parcelas semestrais, devidas sempre nos dias 15 de março e 15 de setembro de cada ano, sendo que a primeira parcela será devida em 15 de setembro de 2027, e as demais parcelas serão devidas em cada uma das respetivas datas de amortização das Debêntures da Primeira Série, de acordo com as datas indicadas na Escritura de Emissão da Segunda Emissão.
Amortização do Valor Nominal Unitário ou do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série:	O Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série será amortizado em uma única parcela, na Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série.
Amortização do Valor Nominal Unitário ou do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série:	O Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série será amortizado em uma única parcela, na Data de Vencimento das Debêntures da Terceira Série.
Atualização Monetária do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série:	O Valor Nominal Unitário (ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso), das Debêntures da Primeira Série será atualizado monetariamente pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE ("IPCA"), , desde a Data de Início da Rentabilidade até a data de seu efetivo pagamento ("Atualização Monetária das Debêntures da Primeira Série"), sendo o produto da Atualização Monetária das Debêntures da Primeira Série, automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário (ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) das Debêntures da Primeira Série ("Valor Nominal Unitário Atualizado"). A Atualização Monetária das Debêntures da Primeira Série será calculada conforme a fórmula prevista na Escritura de Emissão da Segunda Emissão.
Atualização Monetária do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série:	O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série não será atualizado monetariamente.
Atualização Monetária do Valor Nominal Unitário das	O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série não será atualizado monetariamente.

DocuSign Envelope ID: F86019E8-5B19-498C-9102-248C6B6FD536

Debêntures da Terceira Série:	
Remuneração das Debêntures da Primeira Série:	Sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Primeira Série incidirão juros remuneratórios a serem definidos no Procedimento de *Bookbuilding* e, em qualquer caso, limitados ao que for maior entre: (i) a taxa interna de retorno do Tesouro IPCA+ (nova denominação da Nota do Tesouro Nacional, Série B – NTN-B), com vencimento em 2028, baseada na cotação indicativa divulgada pela ANBIMA em sua página na internet (http://www.anbima.com.br), apurada no fechamento do Dia Útil imediatamente anterior à data do Procedimento de *Bookbuilding*, acrescida exponencialmente de uma sobretaxa (*spread)* equivalente a 3,70% (três inteiros e setenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis; ou (ii) 8,75% (oito inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração das Debêntures da Primeira Série"), incidentes desde a Data de Início da Rentabilidade das Debêntures da Primeira Série, ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. O cálculo da Remuneração das Debêntures da Primeira Série será realizado de acordo com a fórmula prevista na Escritura de Emissão da Segunda Emissão.
Remuneração das Debêntures da Segunda Série:	Sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias do DI – Depósito Interfinanceiro de um dia, "*over extra grupo*", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 ("Taxa DI"), acrescida exponencialmente de uma sobretaxa (*spread)* a ser definida no Procedimento de *Bookbuilding* e, em qualquer caso, limitada a 4,50% (quatro inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração das Debêntures da Segunda Série"). O cálculo da Remuneração das Debêntures da Segunda Série será realizado de acordo com a fórmula prevista na Escritura de Emissão da Segunda Emissão.
Remuneração das Debêntures da Terceira Série:	Sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios prefixados, correspondentes a um determinado percentual fixo ao ano a ser definido no Procedimento de

DocuSign Envelope ID: F86019E8-5B19-498C-9102-248C6B6FD536

	Bookbuilding e, em qualquer caso, limitado ao que for maior entre: (i) a Taxa DI de *duration* mais próxima à *duration* das Debêntures da Terceira Série, conforme as Taxas Referenciais BM&FBOVESPA relativa à 'DI x Pré', 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, baseada na cotação indicativa do Dia Útil imediatamente anterior à data de realização do Procedimento de Bookbuilding, divulgada pela B3 em sua página na internet (acessível, nesta data, por meio do link https://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/servicos-de-dados/market-data/consultas/mercado-de-derivativos/precos-referenciais/taxas-referenciais-bm-fbovespa/), acrescida exponencialmente de sobretaxa (spread) de 3,75% (três inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano; e (ii) 14,75% (quatorze inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração das Debêntures da Terceira Série" e, em conjunto com a Remuneração das Debêntures da Primeira Série e a Remuneração das Debêntures da Segunda Série, "Remuneração"). O cálculo da Remuneração das Debêntures da Terceira Série será realizado de acordo com a fórmula prevista na Escritura de Emissão da Segunda Emissão.
Pagamento da Remuneração:	Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de eventual vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures ou Resgate Antecipado Facultativo, nos termos previstos na Escritura de Emissão da Segunda Emissão, a (i) Remuneração das Debêntures Primeira Série será paga, semestralmente, a partir da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento realizado em 15 de março de 2024, e os demais pagamentos devidos sempre no dia 15 dos meses de setembro e março de cada ano, até a Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série (cada uma, uma "Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures Primeira Série"); (ii) Remuneração das Debêntures Segunda Série será paga, semestralmente, sendo o primeiro pagamento realizado em 15 de março de 2024, e os demais pagamentos devidos sempre no dia 15 dos meses de setembro e março de cada ano, até a Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série (cada uma, uma "Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures Segunda Série"); e (iii) Remuneração das Debêntures da Terceira Série será paga semestralmente, sendo o primeiro pagamento realizado em 15 de março de 2024 e os demais pagamentos devidos sempre no dia 15 dos meses de março e setembro de cada ano, até a Data de Vencimento das Debêntures da Terceira Série (cada uma, uma "Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Terceira

DocuSign Envelope ID: F86019E8-5B19-498C-9102-248C6B6FD536

	Série" e em conjunto com a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures Primeira Série e a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série, a "Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures").
Encargos Moratórios:	Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de quantia devida aos Debenturistas nos termos da Escritura de Emissão da Segunda Emissão, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora, ficarão sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) multa convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2,00% (dois inteiros por cento); e (ii) juros moratórios à razão de 1,00% (um inteiro por cento) ao mês, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento; ambos calculados sobre o montante devido e não pago ("Encargos Moratórios").
Local de Pagamento:	Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no respectivo vencimento utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela B3 para as Debêntures custodiadas eletronicamente nela; e/ou (ii) os procedimentos adotados pelo Escriturador, para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na B3.
Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Terceira Série:	Desde que observado o disposto no artigo 1º, parágrafo 1º, inciso II, combinado com o artigo 2º, parágrafo 1º, da Lei 12.431, nas disposições da Resolução CMN 4.751, ou normativo que venha substitui-lo, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, bem como o prazo médio ponderado mínimo de 4 (quatro) anos dos pagamentos transcorridos entre a Data de Emissão e a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Primeira Série ou das Debêntures da Terceira Série (ou prazo inferior que venha a ser autorizado pela legislação ou regulamentação aplicáveis), a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar o resgate antecipado facultativo total das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Terceira Série ("Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Terceira Série"). Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Terceira Série, o valor devido pela Emissora será equivalente ao maior dos critérios mencionados nos itens (a) e (b) ("Valor de Resgate Antecipado das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Terceira Série") da Cláusula 5.1.1 da Escritura de Emissão da Segunda Emissão, sendo que, caso (b) seja maior que (a), o prêmio a ser pago pela Emissora será dado pela diferença entre (b) e (a)

DocuSign Envelope ID: F86019E8-5B19-498C-9102-248C6B6FD536

	("Prêmio de Resgate Antecipado das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Terceira Série").
Resgate Antecipado das Debêntures da Segunda Série:	A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a partir do 31º (trigésimo primeiro) mês da Data de Emissão, ou seja, a partir de 15 de abril de 2026 (inclusive), realizar o resgate antecipado facultativo total das Debêntures da Segunda Série ("Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série"). Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série, o valor devido pela Emissora aos titulares das Debêntures da Segunda Série será equivalente ao: (i) Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série a serem resgatadas, acrescido (ii) da Remuneração das Debêntures da Segunda Série, calculada *pro rata temporis*, devida desde a Data de Início da Rentabilidade das Debêntures da Segunda Série ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série (exclusive) ("Data do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série"), acrescido (iii) de Encargos Moratórios, se aplicável, devidos e não pagos até a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série, acrescido (iv) de prêmio de 1,40% (um inteiro e quarenta centésimos por cento) ao ano, incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, calculado de forma exponencial de forma *pro rata temporis* considerando os Dias Úteis entre a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série e a Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série ("Prêmio de Resgate Antecipado das Debêntures da Segunda Série" e "Valor de resgate Antecipado das Debêntures da Segunda Série", respectivamente).
Aquisição Facultativa:	A Emissora poderá, (i) após decorridos os 2 (dois) primeiros anos contados da Data de Emissão (ou prazo inferior que venha a ser autorizado pela legislação ou regulamentação aplicáveis), adquirir Debêntures em Circulação da Primeira Série e Debêntures em circulação da Terceira Série, e/ou (ii) a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação da Segunda Série, observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, desde que observe as eventuais regras expedidas pela CVM, devendo tal fato, se assim exigido pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora ("Aquisição Facultativa").

DocuSign Envelope ID: F86019E8-5B19-498C-9102-248C6B6FD536

	As Debêntures adquiridas pela Emissora de acordo com a Cláusula 5.3.1 da Escritura de Emissão da Segunda Emissão, poderão, a critério da Emissora: (i) ser canceladas, caso seja legalmente permitido, observado o disposto na Lei 12.431, nas regras expedidas pelo CMN e na regulamentação aplicável; (ii) permanecer na tesouraria da Emissora; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. Caso aplicável, as Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Atualização Monetária das Debêntures da Primeira Série e à Remuneração aplicável às demais Debêntures, conforme aplicável.
Amortização Extraordinária das Debêntures da Primeira Série e da Debêntures da Terceira Série:	As Debêntures da Primeira Série e as Debêntures da Terceira Série não poderão ser objeto de amortização extraordinária pela Emissora.
Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da Segunda Série:	A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, após o término do 31º (trigésimo primeiro) mês contado da Data de Emissão, isto é, a partir de 15 de abril de 2026 (inclusive), realizar a amortização extraordinária parcial das Debêntures limitada a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável ("Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da Segunda Série"). Por ocasião da Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da Segunda Série, o valor devido pela Emissora será equivalente à (i) parcela do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série a serem amortizadas, acrescido (ii) da Remuneração das Debêntures da Segunda Série, calculada *pro rata temporis*, devida desde a Data de Início da Rentabilidade das Debêntures da Segunda Série ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data da Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da Segunda Série (exclusive) ("Data da Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da Segunda Série"), acrescido (iii) de Encargos Moratórios, se aplicável, devidos e não pagos até a Data da Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da Segunda Série, acrescido (iv) de prêmio de 1,40% (um inteiro e quarenta centésimos por cento) ao ano, incidente sobre a parcela do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, calculado de forma exponencial de forma *pro rata temporis* considerando os Dias Úteis entre a Data da Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da

DocuSign Envelope ID: F86019E8-5B19-498C-9102-248C6B6FD536

	Segunda Série e a Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série ("Prêmio de Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da Segunda Série" e "Valor de Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da Segunda Série").
Oferta de Aquisição Obrigatória:	Caso a Emissora, as Fiadoras ou quaisquer de suas Controladas Restritas vendam, transfiram e/ou cedam de forma definitiva a terceiros não integrantes do seu grupo econômico quaisquer Ativos Não Restritos (conforme definido na Escritura de Emissão da Segunda Emissão), em montante igual ou superior a 30% (trinta por cento), em uma ou mais transações, do EBITDAX (a) consolidado anual; ou (b) da informação financeira trimestral referente aos últimos 12 (doze) meses imediatamente anteriores à data do evento, sendo certo que será definido entre (a) e (b) aquele cuja divulgação tenha ocorrido em data mais recente em relação à data do último evento de venda, transferência e/ou cessão, conforme aplicável, a Emissora deverá, observadas as regras estabelecidas na Resolução CVM 77 e a legislação e regulamentação aplicáveis ("Evento de Pagamento Obrigatório"), a Emissora deverá realizar uma oferta obrigatória para adquirir as Debêntures dos Debenturistas que optarem por alienar suas respectivas Debêntures, observados os termos e condições previstos na Escritura de Emissão da Segunda Emissão, devendo tal fato, se assim exigido pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora ("Oferta de Aquisição Obrigatória").

As tabelas acima resumem certos termos das Obrigações Garantidas da Escritura de Emissão da Primeira Emissão e da Escritura de Emissão da Segunda Emissão e foram elaboradas pelas Partes com o objetivo de dar atendimento à legislação aplicável. No entanto, as presentes tabelas não se destinam e não serão interpretadas de modo a modificar, alterar, ou cancelar e substituir os termos e condições efetivos das Debêntures da Primeira Emissão e das Debêntures da Segunda Emissão e das demais Obrigações Garantidas ao longo do tempo; tampouco limitará os direitos dos Debenturistas da Primeira Emissão e dos Debenturistas da Segunda Emissão e/ou dos Agentes Fiduciários.

DocuSign Envelope ID: F86019E8-5B19-498C-9102-248C6B6FD536

ANEXO II
MODELO DE ADITAMENTO – REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA PERMITIDA

[•]º ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE PENHOR DE DIREITOS EMERGENTES DA CONCESSÃO DE ATLANTA-OLIVA E OUTRAS AVENÇAS

Este "[•]° Aditamento ao Instrumento Particular de Penhor de Direitos Emergentes da Concessão de Atlanta-Oliva e Outras Avenças" ("Contrato") é celebrado por e entre:

(1) ENAUTA ENERGIA S.A., sociedade por ações, sem registro de emissor de valores mobiliários perante a CVM, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Barroso, nº 52, sala 1101, 1102 e 1301 (parte), Centro, CEP 20031-918, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.253.257/0001-71 e na JUCERJA sob o NIRE nº 33300291598, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Enauta Energia" ou "Empenhante");

(2) VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., instituição financeira, devidamente constituída e validamente existente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, com sua sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, nº 215, 4º andar, Pinheiros, CEP 05.425-020, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.610.500/0001-88, na qualidade de agente fiduciário representante dos Debenturistas da Primeira Emissão (conforme abaixo definido) e dos Debenturistas da Segunda Emissão (conforme abaixo definido) ("Agente Fiduciário da Primeira Emissão" ou "Agente Fiduciário da Segunda Emissão" ou cada qual, individualmente e indistintamente, "Agente Fiduciário" e, quando referidos em conjunto, "Agentes Fiduciários"", conforme o caso), neste ato representada na forma de seu contrato social;

sendo a Empenhante e os Agentes Fiduciários referidos como as "Partes" e, individualmente, como "Parte".

CONSIDERANDO QUE

(A) em 22 de novembro de 2022, foi celebrado o "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em até 2 (Duas) Séries, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Enauta Participações S.A." pela Emissora, pelo Agente Fiduciário e pela Enauta Energia conforme aditado em 21 de dezembro de 2022 pelo "*Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em até 2 (Duas) Séries, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Enauta Participações S.A.*" ("Escritura de Emissão da Primeira Emissão"), por meio do qual a Emissora realizou sua 1ª (primeira) emissão de debêntures

DocuSign Envelope ID: F86019E8-5B19-498C-9102-248C6B6FD536

simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em 2 (duas) séries, da Emissora, no valor total de R$ 1.400.000.000,00 (um bilhão e quatrocentos milhões de reais), na data de emissão ("Debêntures da Primeira Emissão"), as quais foram objeto de distribuição pública, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, da Lei nº 6.385 de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, e das demais leis e normas regulamentares aplicáveis;

(B) em 06 de setembro de 2023, foi celebrado o "*Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em até 3 (Três) Séries, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública, em Rito de Registro Automático, da Enauta Participações S.A.*" pela Emissora, pelo Agente Fiduciário da Segunda Emissão e pela Enauta Energia ("Escritura de Emissão da Segunda Emissão", em conjunto com a Escritura de Emissão da Primeira Emissão", as "Escrituras de Emissão"), conforme aditada de tempos em tempos, por meio por meio do qual foram estabelecidos os termos e condições da 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em até 3 (três) séries, da Emissora, no valor total de até R$ 1.100.000.000,00 (um bilhão e cem milhões de reais), na data de emissão ("Debêntures da Segunda Emissão" e, em conjunto com as Debêntures da Primeira Emissão, "Debêntures"), as quais serão objeto de distribuição pública, sob o rito de registro automático, nos termos da Resolução da CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 160"), e das demais leis e normas regulamentares aplicáveis;

(C) para assegurar o fiel, pontual, correto e integral cumprimento das Obrigações Garantidas (conforme definido abaixo), a Empenhante se comprometeu, em caráter irrevogável e irretratável, a empenhar em favor dos titulares das Debêntures da Primeira Emissão ("Debenturistas da Primeira Emissão"), representados pelo Agente Fiduciário da Primeira Emissão, e em favor dos titulares das Debêntures da Segunda Emissão ("Debenturistas da Segunda Emissão" e, em conjunto com os Debenturistas da Primeira Emissão", os "Debenturistas") representados pelo Agente Fiduciário da Segunda Emissão, , os Direitos Empenhados (conforme definidos abaixo) ;

(D) em 29 de novembro de 2022 foi celebrado o "*Instrumento Particular de Penhor de Direitos Emergentes da Concessão de Atlanta-Oliva e Outras Avenças*", tendo como signatários os mesmos signatários deste Aditamento, e registrado no 4º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Pessoa Jurídica da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sob o nº 5.434.197 em 1 de dezembro de 2022, e no 3º Serviço Registral de Títulos e Documentos, da Cidade do Rio De Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, em 1 de dezembro de 2022sob o nº 1190765, com registro no Livro P-82 sob nº de ordem 322430, no qual, conforme seus termos e condições, a Empenhante empenhou os Direitos Empenhados para os Debenturistas da Primeira Emissão, representados pelo Agente Fiduciário da Primeira Emissão (o "Contrato"); e

DocuSign Envelope ID: F86019E8-5B19-498C-9102-248C6B6FD536

(E) em conformidade com a Cláusula 2.9 do Contrato, as Partes desejam aditar o Contrato para formalizar a realização de uma Reorganização Societária Permitida (conforme definido nas Escrituras de Emissão).

RESOLVEM, por esta, e na melhor forma de direito, celebrar o presente Aditamento, que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA I -DEFINIÇÕES E INTERPRETAÇÕES

1.1. Os termos em letras maiúsculas utilizados, mas não definidos no presente Aditamento, terão os mesmos significados que lhe foram atribuídos no Contrato e nas Escrituras de Emissão. Todas as referências aqui contidas a quaisquer acordos ou documentos deverão ser interpretadas como uma referência a tais acordos ou documentos conforme aditados, alterados, modificados ou complementados de tempos em tempos. Todas as referências aqui contidas à lei aplicável deverão ser interpretadas como uma referência a tais leis, regulamentos, decretos, instruções, decisões normativas, medidas provisórias ou qualquer outra decisão em qualquer jurisdição aplicável, com força de lei ou não. Todas as referências a quaisquer das Partes deverão ser interpretadas como uma referência a tal Parte, seus respectivos sucessores, beneficiários e cessionários permitidos. As definições com denominação no singular incluem o plural e vice-versa.

1.2. Salvo qualquer outra disposição em contrário prevista neste Aditamento, todos os termos e condições do Contrato aplicam-se total e automaticamente a este Aditamento, *mutatis mutandis*, e deverão ser consideradas como uma parte integral deste, como se estivessem transcritos neste Aditamento.

1.3. Todas as menções aos Agentes Fiduciários no presente instrumento deverão ser entendidas como o Agente Fiduciário da Primeira Emissão, agindo em nome e para o benefício da comunhão dos Debenturistas da Primeira Emissão e como Agente Fiduciário da Segunda Emissão, agindo em nome e para o benefício da comunhão dos Debenturistas da Segunda Emissão.

CLÁUSULA II – OBJETO

2.1. Na forma do disposto no Contrato (conforme aditado, alterado e modificado de tempos em tempos, inclusive por meio deste Aditamento), em função da Reorganização Societária Permitida, por meio do qual [=*descrever a reorganização societária*=], o presente Aditamento tem por objeto a formalização da [*inclusão dos direitos emergentes do [•]/substituição dos direitos emergentes do [•] pelos direitos emergentes do [•]*] do objeto do Penhor, nos termos previstos na Cláusula 2.9 do Contrato.

DocuSign Envelope ID: F86019E8-5B19-498C-9102-248C6B6FD536

2.2 Tendo em vista a Reorganização Societária Permitida, as Partes resolvem alterar a Cláusula 2.1 do Contrato, de modo a [complementar/adequar] a descrição dos Direitos Empenhados como objeto do Penhor.

2.3. À luz do exposto acima, a Empenhante se obriga a efetuar os registros determinados pela Cláusula IV do Contrato.

CLÁUSULA III - DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1. A Empenhante declara e garante que as declarações prestadas na no Contrato permanecem verdadeiras, corretas e plenamente válidas e eficazes na data de assinatura deste Aditamento, como se estivessem inteiramente transcritas neste Aditamento.

3.2. A Empenhante ratifica, expressamente e de forma integral, em relação a si própria, todas as obrigações respectivamente contratadas no Contrato, como se tais obrigações estivessem inteiramente transcritas neste Aditamento.

3.3. Exceto se expressamente alterado nos termos deste Aditamento, todas as disposições, termos e condições estabelecidos no Contrato deverão permanecer inteiramente em pleno vigor e efeito integralmente, sendo expressamente ratificados pelas Partes.

3.4. Caso qualquer das disposições deste Aditamento venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

3.5. O presente Aditamento será regido e interpretado em conformidade com as leis do Brasil. Fica eleito o foro da cidade de São Paulo, estado de São Paulo, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou possa vir a ser, como competente para dirimir quaisquer controvérsias ou litígios decorrentes ou relacionados a este Aditamento.

E, por estarem assim certas e ajustadas, as Partes firmam este Contrato, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

[*Local*], [*data*].
[PÁGINAS DE ASSINATURAS A SEREM INCLUÍDAS]

DocuSign Envelope ID: F86019E8-5B19-498C-9102-248C6B6FD536

ANEXO III

MODELO DE ADITAMENTO – COMPARTILHAMENTO DAS GARANTIAS REAIS

[•]º ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE PENHOR DE DIREITOS EMERGENTES DA CONCESSÃO DE ATLANTA-OLIVA E OUTRAS AVENÇAS

Este "[•]° Aditamento ao Instrumento Particular de Penhor de Direitos Emergentes da Concessão de Atlanta-Oliva e Outras Avenças" ("Contrato") é celebrado por e entre:

(1) ENAUTA ENERGIA S.A., sociedade por ações, sem registro de emissor de valores mobiliários perante a CVM, com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Barroso, nº 52, sala 1101, 1102 e 1301 (parte), Centro, CEP 20031-918, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 11.253.257/0001-71 e na JUCERJA sob o NIRE 33300291598, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Enauta Energia" ou "Empenhante"); e

(2) VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., instituição financeira, devidamente constituída e validamente existente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, com sua sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, nº 215, 4º andar, Pinheiros, CEP 05.425-020, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.610.500/0001-88, na qualidade de agente fiduciário representante dos Debenturistas da Primeira Emissão (conforme abaixo definido) e dos Debenturistas da Segunda Emissão (conforme abaixo definido) ("Agente Fiduciário da Primeira Emissão" ou "Agente Fiduciário da Segunda Emissão"); e

(3) [•], instituição financeira, devidamente constituída e validamente existente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, com sua sede na [•], inscrita no CNPJ/MF sob o nº [•], na qualidade de [•], neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Agente Fiduciário da [•] Emissão" e, em conjunto com o Agente Fiduciário da Primeira Emissão" ou "Agente Fiduciário da Segunda Emissão", os "Agentes Fiduciários")

sendo a Empenhante e os Agentes Fiduciários referidos como as "Partes" e, individualmente, como "Parte".

CONSIDERANDO QUE

(A) em 22 de novembro de 2022, foi celebrado o "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em até 2 (Duas) Séries, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Enauta Participações S.A." pela Emissora,

DocuSign Envelope ID: F86019E8-5B19-498C-9102-248C6B6FD536

pelo Agente Fiduciário e pela Enauta Energia conforme aditado em 21 de dezembro de 2022 pelo "*Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em até 2 (Duas) Séries, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Enauta Participações S.A.*" ("Escritura de Emissão da Primeira Emissão"), por meio do qual a Emissora realizou sua 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em 2 (duas) séries, da Emissora, no valor total de R$ 1.400.000.000,00 (um bilhão e quatrocentos milhões de reais), na data de emissão ("Debêntures da Primeira Emissão"), as quais foram objeto de distribuição pública, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, da Lei nº 6.385 de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, e das demais leis e normas regulamentares aplicáveis;

(B) em 06 de setembro de 2023, foi celebrado o "*Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em até 3 (Três) Séries, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública, em Rito de Registro Automático, da Enauta Participações S.A.*" pela Emissora, pelo Agente Fiduciário da Segunda Emissão e pela Enauta Energia ("Escritura de Emissão da Segunda Emissão", em conjunto com a Escritura de Emissão da Primeira Emissão", as "Escrituras de Emissão"), conforme aditada de tempos em tempos, por meio por meio do qual foram estabelecidos os termos e condições da 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em até 3 (três) séries, da Emissora, no valor total de até R$ 1.100.000.000,00 (um bilhão e cem milhões de reais), na data de emissão ("Debêntures da Segunda Emissão" e, em conjunto com as Debêntures da Primeira Emissão, "Debêntures"), as quais serão objeto de distribuição pública, sob o rito de registro automático, nos termos da Resolução da CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 160"), e das demais leis e normas regulamentares aplicáveis;

(C) para assegurar o fiel, pontual, correto e integral cumprimento das Obrigações Garantidas (conforme definido abaixo), a Empenhante se comprometeu, em caráter irrevogável e irretratável, a empenhar em favor dos titulares das Debêntures da Primeira Emissão ("Debenturistas da Primeira Emissão"), representados pelo Agente Fiduciário da Primeira Emissão, e em favor dos titulares das Debêntures da Segunda Emissão ("Debenturistas da Segunda Emissão" e, em conjunto com os Debenturistas da Primeira Emissão", os "Debenturistas") representados pelo Agente Fiduciário da Segunda Emissão, os Direitos Empenhados (conforme definidos abaixo) ;

(D) em 29 de novembro de 2022 foi celebrado o "*Instrumento Particular de Penhor de Direitos Emergentes da Concessão de Atlanta-Oliva e Outras Avenças*", tendo como signatários os mesmos signatários deste Aditamento, e registrado no 4º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Pessoa Jurídica da Cidade de São Paulo, Estado de

DocuSign Envelope ID: F86019E8-5B19-498C-9102-248C6B6FD536

São Paulo, sob o nº 5.434.197 em 1 de dezembro de 2022, e no 3º Serviço Registral de Títulos e Documentos, da Cidade do Rio De Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, em 1 de dezembro de 2022sob o nº 1190765, com registro no Livro P-82 sob nº de ordem 322430, no qual, conforme seus termos e condições, a Empenhante empenhou os Direitos Empenhados para os Debenturistas da Primeira Emissão, representados pelo Agente Fiduciário da Primeira Emissão (o "Contrato");

(E) nos termos da Escritura da Segunda Emissão, o Penhor e as demais Garantias Reais foram outorgadas em benefício dos titulares das Debêntures da Segunda Emissão ("Debenturistas da Segunda Emissão" e, em conjunto com os Debenturistas da Primeira Emissão, os "Debenturistas"), observado que os termos e condições do compartilhamento das Garantias Reais entre os credores, quer seja, os Debenturistas, representados pelos Agentes Fiduciários, estão regulados no "*Contrato de Compartilhamento de Garantias e Outras Avenças*", celebrado em [•] de [•] de 2023 entre os Agentes Fiduciários ("Contrato de Compartilhamento" e "Compartilhamento das Garantias Reais", respectivamente); e

(F) em conformidade com a Cláusula 2.10 do Contrato, as Partes desejam aditar o Contrato para formalizar a inclusão do [•], representados pelo Agente Fiduciário da [•] Emissão, como novo credor no âmbito do Contrato.

RESOLVEM, por esta, e na melhor forma de direito, celebrar o presente Aditamento, que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA I -DEFINIÇÕES E INTERPRETAÇÕES

1.1. Os termos em letras maiúsculas utilizados, mas não definidos no presente Aditamento, terão os mesmos significados que lhe foram atribuídos no Contrato e nas Escrituras de Emissão. Todas as referências aqui contidas a quaisquer acordos ou documentos deverão ser interpretadas como uma referência a tais acordos ou documentos conforme aditados, alterados, modificados ou complementados de tempos em tempos. Todas as referências aqui contidas à lei aplicável deverão ser interpretadas como uma referência a tais leis, regulamentos, decretos, instruções, decisões normativas, medidas provisórias ou qualquer outra decisão em qualquer jurisdição aplicável, com força de lei ou não. Todas as referências a quaisquer das Partes deverão ser interpretadas como uma referência a tal Parte, seus respectivos sucessores, beneficiários e cessionários permitidos. As definições com denominação no singular incluem o plural e vice-versa.

1.2. Salvo qualquer outra disposição em contrário prevista neste Aditamento, todos os termos e condições do Contrato aplicam-se total e automaticamente a este Aditamento, *mutatis mutandis*, e deverão ser consideradas como uma parte integral deste, como se estivessem transcritos neste Aditamento.

DocuSign Envelope ID: F86019E8-5B19-498C-9102-248C6B6FD536

1.3. Todas as menções aos Agentes Fiduciários no presente instrumento deverão ser entendidas como o Agente Fiduciário da Primeira Emissão, agindo em nome e para o benefício da comunhão dos Debenturistas da Primeira Emissão, como Agente Fiduciário da Segunda Emissão, agindo em nome e para o benefício da comunhão dos Debenturistas da Segunda Emissão, e como Agente Fiduciário da [•] Emissão, agindo em nome e para benefício da comunhão dos Debenturistas da [•] Emissão.

CLÁUSULA II – OBJETO

2.1 Na forma do disposto no Contrato (conforme aditado, alterado e modificado de tempos em tempos, inclusive por meio deste Aditamento), em função do Compartilhamento das Garantias Reais, o presente Aditamento tem por objeto a formalização da inclusão do [•], na qualidade de novo credor que passará a compartilhar a presente garantia com o Agente Fiduciário, nos mesmos termos, pari passu e em mesmo grau de senioridade, observada a proporção prevista na Cláusula 2.10 do Contrato e o disposto no Contrato de Compartilhamento celebrado entre os Credores nos termos da Cláusula 4.26.5 da Escritura de Emissão da Primeira Emissão e da Cláusula 4.27.5 da Escritura de Emissão da Segunda Emissão.

2.2 Tendo em vista o Compartilhamento das Garantias Reais, as Partes resolvem alterar a definição de "Obrigações Garantidas" prevista na Cláusula 2.1 do Contrato e substituir o Anexo I do Contrato pelo Anexo A ao presente Aditamento, de modo a incluir as principais características da nova dívida.

2.3. Sem prejuízo ao disposto acima, a Empenhante se compromete a outorgar procuração em favor do [•], nos termos previstos na Cláusula 9 do Contrato.

2.3 À luz do exposto acima, a Empenhante se obriga a efetuar os registros determinados pela Cláusula IV do Contrato.

CLÁUSULA III - DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1. A Empenhante declara e garante, individualmente, que as declarações prestadas na no Contrato permanecem verdadeiras, corretas e plenamente válidas e eficazes na data de assinatura deste Aditamento, como se estivessem inteiramente transcritas neste Aditamento.

3.2. A Empenhante ratifica, expressamente e de forma integral, em relação a si própria, todas as obrigações respectivamente contratadas no Contrato, como se tais obrigações estivessem inteiramente transcritas neste Aditamento.

DocuSign Envelope ID: F86019E8-5B19-498C-9102-248C6B6FD536

3.3. Exceto se expressamente alterado nos termos deste Aditamento, todas as disposições, termos e condições estabelecidos no Contrato deverão permanecer inteiramente em pleno vigor e efeito integralmente, sendo expressamente ratificados pelas Partes.

3.4. Caso qualquer das disposições deste Aditamento venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

3.5. O presente Aditamento será regido e interpretado em conformidade com as leis do Brasil. Fica eleito o foro da cidade de São Paulo, estado de São Paulo, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou possa vir a ser, como competente para dirimir quaisquer controvérsias ou litígios decorrentes ou relacionados a este Aditamento.

E, por estarem assim certas e ajustadas, as Partes firmam este Contrato, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

[*Local*], [*data*].
[PÁGINAS DE ASSINATURAS A SEREM INCLUÍDAS]

DocuSign Envelope ID: F86019E8-5B19-498C-9102-248C6B6FD536

ANEXO IV
NOTIFICAÇÃO DA ANP

Rio de Janeiro, [•] de [•] de 2023.

À
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP
Assunto: Notificação de penhor de direitos emergentes de Contrato de Concessão
Ref.: Contrato de Concessão nº 48000.003573/97-91

Prezados Senhores,

A **ENAUTA ENERGIA S.A.**, sociedade por ações, sem registro de emissor de valores mobiliários perante a CVM, com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Barroso, nº 52, sala 1101, 1102 e 1301 (parte), Centro, CEP 20031-918, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.253.257/0001-71 e na JUCERJA sob o NIRE 33300291598, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Companhia"), na qualidade de concessionária dos direitos de exploração, desenvolvimento e produção decorrentes do Contrato de Concessão de nº 48000.003573/97-91, conforme alterado, prorrogado, complementado ou modificado de tempos em tempos ("Contrato de Concessão"), celebrou, em conjunto com a **VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, nº 215, 4º andar, Pinheiros, CEP 05425-020, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.610.500/0001-88 ("Agente Fiduciário da Primeira Emissão" e "Agente Fiduciário da Segunda Emissão"), na qualidade de representante dos Debenturistas da Primeira Emissão e dos Debenturistas da Segunda Emissão (conforme definidos no Contrato de Garantia) ("Credores Pignoratícios"), o "*Instrumento Particular de Penhor de Direitos Emergentes da Concessão de Atlanta-Oliva e Outras Avenças*", celebrado em 29 de novembro de 2022 entre a Companhia e o Agente Fiduciário da Primeira Emissão, conforme aditado, nos termos do "*Primeiro Aditamento e Consolidação ao Instrumento Particular de Penhor de Direitos Emergentes da Concessão de Atlanta-Oliva e Outras Avenças"* celebrado em 06 de setembro de 2023 entre a Companhia e os Credores Pignoratícios, cuja cópia encontra-se no Anexo A à presente notificação ("Contrato de Garantia"), por meio do qual **a Companhia empenhou 100% (cem por cento) dos direitos da Companhia emergentes de sua participação no Contrato de Concessão em favor dos Credores Pignoratícios**. Ressaltamos, todavia, que o penhor de direitos emergentes não implica a transferência de titularidade de tais direitos aos Credores Pignoratícios.

Ressaltamos que qualquer transferência da titularidade do Contrato de Concessão (incluindo a excussão do penhor pactuado em relação ao Contrato de Concessão nos

DocuSign Envelope ID: F86019E8-5B19-498C-9102-248C6B6FD536

termos do Contrato de Garantia) ficará sujeita à prévia e expressa autorização da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis ou da União, nos termos da Resolução ANP 785 (ou Resolução que a substitua) e de forma que a ANP possa apreciar os requisitos técnicos, econômicos e jurídicos do cessionário.

Sem mais para o momento, permanecemos à inteira disposição de V.Sas. para prestar quaisquer esclarecimentos ou informações adicionais eventualmente necessárias.

DocuSign Envelope ID: F86019E8-5B19-498C-9102-248C6B6FD536

Anexo A
Cópia do Contrato de Garantia

DocuSign Envelope ID: F86019E8-5B19-498C-9102-248C6B6FD536

ANEXO V
NOTIFICAÇÃO DAS CONTRAPARTES

Rio de Janeiro, [•] de [•] de 2023.

À
[Consorciada]
Assunto: Notificação de penhor de direitos emergentes de Contrato de Concessão
Ref.: Contrato de Concessão nº 48000.003573/97-91

Prezados Senhores,

A **ENAUTA ENERGIA S.A.**, sociedade por ações, sem registro de emissor de valores mobiliários perante a CVM, com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Barroso, nº 52, sala 1101, 1102 e 1301 (parte), Centro, CEP 20031-918, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.253.257/0001-71 e na JUCERJA sob o NIRE 33300291598, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Companhia"), na qualidade de concessionária dos direitos de exploração, desenvolvimento e produção decorrentes do Contrato de Concessão de nº 48000.003573/97-91, conforme alterado, prorrogado, complementado ou modificado de tempos em tempos ("Contrato de Concessão"), celebrou, em conjunto com a **VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, nº 215, 4º andar, Pinheiros, CEP 05425-020, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.610.500/0001-88 ("Agente Fiduciário da Primeira Emissão" e "Agente Fiduciário da Segunda Emissão"), na qualidade de representante dos Debenturistas da Primeira Emissão e dos Debenturistas da Segunda Emissão (conforme definidos no Contrato de Garantia) ("Credores Pignoratícios"), o "*Instrumento Particular de Penhor de Direitos Emergentes da Concessão de Atlanta-Oliva e Outras Avenças*", celebrado em 29 de novembro de 2022 entre a Companhia e o Agente Fiduciário da Primeira Emissão, conforme aditado, nos termos do "*Primeiro Aditamento e Consolidação ao Instrumento Particular de Penhor de Direitos Emergentes da Concessão de Atlanta-Oliva e Outras Avenças"* celebrado em 06 de setembro de 2023 entre a Companhia e os Credores Pignoratícios, cuja cópia encontra-se no Anexo A à presente notificação ("Contrato de Garantia"), por meio do qual **a Companhia empenhou 100% (cem por cento) dos direitos da Companhia emergentes de sua participação no Contrato de Concessão em favor dos Credores Pignoratícios**. Ressaltamos, todavia, que o penhor de direitos emergentes não implica a transferência de titularidade de tais direitos aos Credores Pignoratícios.

Ressaltamos que qualquer transferência da titularidade do Contrato de Concessão (incluindo a excussão do penhor pactuado em relação ao Contrato de Concessão nos termos do Contrato de Garantia) ficará sujeita à prévia e expressa autorização da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis ou da União, nos termos

DocuSign Envelope ID: F86019E8-5B19-498C-9102-248C6B6FD536

da Resolução ANP 785 (ou Resolução que a substitua) e de forma que a ANP possa apreciar os requisitos técnicos, econômicos e jurídicos do cessionário.

Sem mais para o momento, permanecemos à inteira disposição de V.Sas. para prestar quaisquer esclarecimentos ou informações adicionais eventualmente necessárias.

DocuSign Envelope ID: F86019E8-5B19-498C-9102-248C6B6FD536

ANEXO VI
MODELO DE PROCURAÇÃO

PROCURAÇÃO

Em [•] de [•] de 2023, pela presente procuração, a Outorgante abaixo definida:

(1) ENAUTA ENERGIA S.A., sociedade por ações, sem registro de emissor de valores mobiliários perante a CVM, com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Barroso, nº 52, sala 1101, 1102 e 1301 (parte), Centro, CEP 20031-918, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.253.257/0001-71 e na JUCERJA sob o NIRE 33300291598, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Outorgante");

por este ato nomeia

(2) VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., instituição financeira, com sede na Rua Gilberto Sabino, nº 215 – 4º andar, Pinheiros, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, CEP 05.425-020, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.610.500/0001-88, atuando na qualidade de agente fiduciário representando a comunhão dos titulares das Debêntures da Primeira Emissão e dos titulares das Debêntures da Segunda Emissão (cada qual, individualmente, "Outorgado" e, em conjunto, "Outorgados"), em caráter irrevogável e irretratável, como seu procuradores, agindo em nome e pela Outorgante, com poderes amplos e específicos para agirem em seu nome e como seus representantes no exercício de todos os atos que se fizerem necessários com relação ao "*Instrumento Particular de Penhor de Direitos Emergentes da Concessão de Atlanta-Oliva e Outras Avenças*" celebrado como entre a Outorgante e os Outorgados, em 29 de novembro de 2022, e ao "*Primeiro Aditamento e Consolidação ao Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças*", celebrado em 06 de setembro de 2023 (conforme aditado, modificado, alterado e consolidado de tempos em tempos, "Contrato"), incluindo, mas não se limitando a, poderes e autoridade para, até que as Obrigações Garantidas (conforme definido no Contrato) tenham sido inteiramente quitadas, tais como expressamente confirmado por escrito pelos Outorgados:

(i) praticar, na hipótese de omissão pela Outorgante, todos os atos, de qualquer natureza, exigidos ou necessários para formalizar, registrar ou averbar o Contrato e quaisquer aditamentos ao Contrato, conforme o caso, perante os Cartórios de Registro de Títulos e Documentos (conforme definido no Contrato), sendo que os custos decorrentes serão arcados exclusivamente pela Outorgante, conforme previsto no Contrato;

DocuSign Envelope ID: F86019E8-5B19-498C-9102-248C6B6FD536

(ii) realizar, a qualquer momento, todos os atos necessários para a conservação, defesa e/ou execução do Penhor (conforme definido no Contrato);

(iii) exercer todo e qualquer direito da Outorgante de cobrar, constituir em mora e receber pagamentos de qualquer natureza, incluindo direitos de vender, ceder, conceder opção sobre ou de outra forma dispor, de todos ou parte dos Direitos Empenhados (conforme definido no Contrato), por meio de venda pública ou privada, de acordo com a lei aplicável e os termos deste Contrato, e independente de quaisquer notificações judiciais ou extrajudiciais;

(iv) assinar qualquer documento e praticar qualquer ato relativo ao Penhor e/ou aos Direitos Empenhados, sempre que tal ato ou documento for necessário para constituir, preservar, formalizar, aperfeiçoar, validar ou realizar os Direitos Empenhados (incluindo dar e receber quitação);

(v) representar a Outorgante no Brasil, em juízo ou fora dele, perante terceiros e toda e qualquer entidade ou autoridade federal, estadual ou municipal, em todas as suas respectivas divisões e departamentos, incluindo, mas não se limitando, conforme aplicável, aos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, a Receita Federal Brasileira, o Banco Central do Brasil, a ANP, as Contrapartes do Contrato de Concessão, O CADE e outros órgãos do sistema antitruste brasileiro em relação ao Penhor, aos Direitos Empenhados e a este Contrato e exercer todos os outros direitos concedidos à Outorgante sobre os mesmos, com poderes para dispor dos Direitos Empenhados, transferindo-os de acordo com os termos deste Contrato, bem como com poderes irrevogáveis para assinar todo e qualquer documento necessário para a efetiva transferência, receber e dar quitação;

(vi) solicitar toda e qualquer aprovação, registro ou consentimento prévio, que possa ser necessário para a efetiva execução do Penhor e/ou para a cessão/transferência dos Direitos Empenhados, incluindo, mas não limitado a, aprovações ou consentimentos prévios de instituições financeiras, companhias de seguros, o Banco Central do Brasil, a Receita Federal do Brasil, a ANP, as Contrapartes do Contrato de Concessão, o CADE, outros órgãos do sistema antitruste brasileiro em relação ao Penhor e quaisquer outras entidades ou autoridades federais, estaduais ou municipais, em todas as suas respectivas divisões e departamentos, ou quaisquer outros terceiros;

(vii) realizar todo e qualquer ato necessário para observar devidamente a Resolução nº 785 da ANP, de 16 de maio de 2019;

(viii) reter e recuperar a posse dos Direitos Empenhados, bem como sua documentação relacionada, contra qualquer titular, incluindo a Outorgante;

DocuSign Envelope ID: F86019E8-5B19-498C-9102-248C6B6FD536

(ix) ceder e transferir a terceiros, no todo ou em parte, os direitos e obrigações da Outorgante em relação aos Direitos Empenhados; e

(x) realizar todo e qualquer ato, assim como assinar todos os documentos necessários para o pleno cumprimento deste mandato, que pode ser substabelecido, com poderes *ad judicia*, no todo ou em parte, com ou sem reservas, pelos Agentes Fiduciários, agindo em nome e em benefício dos Debenturistas, conforme julgar apropriado, assim como cancelar quaisquer substabelecimentos.

Os termos utilizados em maiúscula e não definidos na presente procuração terão o mesmo significado que lhes foram atribuídos no Contrato.

Esta procuração será válida e eficaz enquanto viger o Contrato ou enquanto subsistirem as Obrigações Garantidas.

Os poderes outorgados nesta procuração são adicionais aos poderes outorgados pela Outorgante aos Outorgados nos termos do Contrato ou de qualquer outro documento e não anulam nem revogam tais poderes.

Esta Procuração é regida e interpretada de acordo com as leis do Brasil.

A presente procuração foi assinada pela Outorgante em [•] de [•] de 2023, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

ENAUTA ENERGIA S.A.

_____	_____
Nome:	Nome:
Cargo:	Cargo:

DocuSign Envelope ID: F86019E8-5B19-498C-9102-248C6B6FD536

ANEXO VII
MODELO DE TERMO DE LIBERAÇÃO

Por meio do presente instrumento particular e na melhor forma de direito, a **VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, constituída sob a forma de sociedade empresária limitada, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.277, 2º andar, Jardim Paulistano, CEP 01.452-000, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 22.610.500/0001-88, neste ato representada por seus representantes legais devidamente constituídos nos termos de seu contrato social e identificados na respectiva página de assinatura do presente termo ("Agente Fiduciário da Primeira Emissão"), na qualidade de agente fiduciário, representando a comunhão dos titulares das debêntures no âmbito da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em 2 (duas) séries, da **ENAUTA PARTICIPAÇÕES S.A.**, companhia aberta, com registro de emissor de valores mobiliários perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") sob o nº 2236-5, com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Barroso, nº 52, sala 1301 (parte), Centro, CEP 20031-918, inscrita CNPJ/MF sob o nº 11.669.021/0001-10 ("Emissora"), no montante total de R$ 1.400.000.000,00 (um bilhão e quatrocentos milhões de reais) ("Primeira Emissão" e "Debêntures da Primeira Emissão", respectivamente) nos termos do "*Primeiro Aditamento e Consolidação ao Instrumento Particular de Penhor de Direitos Emergentes da Concessão de Atlanta-Oliva e Outras Avenças*", celebrado em 06 de setembro de 2023, entre a Enauta Energia S.A. e os Agentes Fiduciários, conforme aditado, registrado no [•]° Ofício de Registro de Documentos de [•], em [•] de [•] de [•], sob o n° [•] ("Contrato"), autoriza a liberação do penhor constituído por meio do Contrato.

[•], [•] de [•] de [•].

[PÁGINAS DE ASSINATURAS A SEREM INCLUÍDAS]

DocuSign Envelope ID: F86019E8-5B19-498C-9102-248C6B6FD536

ANEXO VIII
MODELO DE TERMO DE LIBERAÇÃO

Por meio do presente instrumento particular e na melhor forma de direito, a **VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, constituída sob a forma de sociedade empresária limitada, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.277, 2º andar, Jardim Paulistano, CEP 01.452-000, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 22.610.500/0001-88, neste ato representada por seus representantes legais devidamente constituídos nos termos de seu contrato social e identificados na respectiva página de assinatura do presente termo ("Agente Fiduciário da Segunda Emissão"), representando a comunhão dos titulares das debêntures no âmbito da 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em até 3 (três) séries, da **ENAUTA PARTICIPAÇÕES S.A.**, companhia aberta, com registro de emissor de valores mobiliários perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") sob o nº 2236-5, com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Barroso, nº 52, sala 1301 (parte), Centro, CEP 20031-918, CNPJ/MF sob o nº 11.669.021/0001-10 ("Emissora"), no montante total de até R$ 1.100.000.000,00 (um bilhão e cem milhões de reais) ("Segunda Emissão" e "Debêntures da Segunda Emissão", respectivamente), nos termos do "*Primeiro Aditamento e Consolidação ao Instrumento Particular de Penhor de Direitos Emergentes da Concessão de Atlanta-Oliva e Outras Avenças*", celebrado em 06 de setembro de 2023, entre a Enauta Energia S.A. e os Agentes Fiduciários, conforme aditado, registrado no [•]° Ofício de Registro de Documentos de [•], em [•] de [•] de [•], sob o n° [•] ("Contrato"), autoriza a liberação do penhor constituído por meio do Contrato.

[•], [•] de [•] de [•].

[PÁGINAS DE ASSINATURAS A SEREM INCLUÍDAS]

DocuSign

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: F86019E85B19498C9102248C6B6FD536 Status: Concluído

Assunto: DocuSign: Enauta Deb 160 - Primeiro Aditivo Penhor de Direitos da Concessão Atlanta (V. final)

Envelope fonte:

Documentar páginas: 68 Assinaturas: 6 Remetente do envelope:

Certificar páginas: 6 Rubrica: 0 Isis Larissa Mangabeira Goncalves Donato

Assinatura guiada: Ativado AV BRIGADEIRO FARIA LIMA, 4100

Selo com EnvelopeId (ID do envelope): Ativado SP, SP 04.538-132

Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília idonato@stoccheforbes.com.br

Endereço IP: 189.112.41.137

Rastreamento de registros

Status: Original Portador: Isis Larissa Mangabeira Goncalves Donato Local: DocuSign

06/09/2023 15:41:08 idonato@stoccheforbes.com.br

Eventos do signatário	Assinatura	Registro de hora e data
Brenda Ribeiro de Oliveira bro@vortx.com.br Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital **Detalhes do provedor de assinatura:** Tipo de assinatura: ICP Smart Card Emissor da assinatura: AC Certisign RFB G5 CPF do signatário: 44645126822 **Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:** Aceito: 06/09/2023 19:07:58 ID: e2a155b3-6c6f-443a-a4e7-34b112741e40	 Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 163.116.233.39	Enviado: 06/09/2023 15:46:36 Reenviado: 06/09/2023 18:30:14 Visualizado: 06/09/2023 19:07:58 Assinado: 06/09/2023 19:08:47
Décio Fabrício Oddone da Costa decio.oddone@enauta.com.br Decio Oddone CEO Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital **Detalhes do provedor de assinatura:** Tipo de assinatura: ICP Smart Card Emissor da assinatura: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5 CPF do signatário: 44911211091 Cargo do Signatário: Diretor **Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:** Aceito: 06/09/2023 16:31:09 ID: 93759c51-e60d-403e-bf6b-dda231057c86	 Adoção de assinatura: Desenhado no dispositivo Usando endereço IP: 191.57.26.101	Enviado: 06/09/2023 15:46:34 Visualizado: 06/09/2023 16:31:09 Assinado: 06/09/2023 16:31:53
Felipe Silva Melo felipe.melo@enauta.com.br Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital **Detalhes do provedor de assinatura:** Tipo de assinatura: ICP Smart Card Emissor da assinatura: AC SERASA RFB v5 CPF do signatário: 09424128770 **Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:** Aceito: 06/09/2023 17:30:26 ID: 4b0d972c-91b6-41c8-877a-82c726470a4f	 Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 177.184.26.195	Enviado: 06/09/2023 15:46:37 Visualizado: 06/09/2023 16:40:36 Assinado: 06/09/2023 17:32:00

Eventos do signatário	Assinatura	Registro de hora e data
José Eduardo Gamboa Junqueira jej@vortx.com.br Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital **Detalhes do provedor de assinatura:** Tipo de assinatura: ICP Smart Card Emissor da assinatura: AC SERASA RFB v5 CPF do signatário: 42308529830 Cargo do Signatário: Procurador **Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:** Aceito: 06/09/2023 18:54:51 ID: d63fa6a8-04cc-49c4-85fa-04227b9d82f6	 Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 163.116.233.78	Enviado: 06/09/2023 15:46:36 Reenviado: 06/09/2023 18:30:15 Visualizado: 06/09/2023 18:54:51 Assinado: 06/09/2023 18:55:11
Matheus Gomes Faria mgf@vortx.com.br Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital **Detalhes do provedor de assinatura:** Tipo de assinatura: ICP Smart Card Emissor da assinatura: AC Certisign RFB G5 CPF do signatário: 05813311769 Cargo do Signatário: Procurador **Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:** Aceito: 06/09/2023 18:15:45 ID: 81997a4d-8f74-40a6-8a04-64f4325b3039	 Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 163.116.233.34	Enviado: 06/09/2023 15:46:34 Visualizado: 06/09/2023 17:59:00 Assinado: 06/09/2023 18:16:11
Pedro Rodrigues Galvão de Medeiros pedro.medeiros@enauta.com.br Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital **Detalhes do provedor de assinatura:** Tipo de assinatura: ICP Smart Card Emissor da assinatura: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5 CPF do signatário: 09875589780 Cargo do Signatário: Diretor **Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:** Aceito: 06/09/2023 16:36:55 ID: 5b5c3067-8e37-40bd-b170-3fe95e2b94b6	 Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 50.74.174.235	Enviado: 06/09/2023 15:46:35 Visualizado: 06/09/2023 16:36:55 Assinado: 06/09/2023 16:37:18

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data

Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data

Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data

Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data

Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data

Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	06/09/2023 15:46:37

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Entrega certificada	Segurança verificada	06/09/2023 16:36:55
Assinatura concluída	Segurança verificada	06/09/2023 16:37:18
Concluído	Segurança verificada	06/09/2023 19:08:48

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico

ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE

From time to time, STOCCHE, FORBES, FILIZZOLA, CLAPIS, PASSARO E MEYER SOCIEDADE DE ADVOGADOS (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through the DocuSign system. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to this Electronic Record and Signature Disclosure (ERSD), please confirm your agreement by selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

Getting paper copies

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. You will have the ability to download and print documents we send to you through the DocuSign system during and immediately after the signing session and, if you elect to create a DocuSign account, you may access the documents for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a $0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

Withdrawing your consent

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

Consequences of changing your mind

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format, and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. Further, you will no longer be able to use the DocuSign system to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

All notices and disclosures will be sent to you electronically

Unless you tell us otherwise in accordance with the procedures described herein, we will provide electronically to you through the DocuSign system all required notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you during the course of our relationship with you. To reduce the chance of you inadvertently not receiving any notice or disclosure, we prefer to provide all of the required notices and disclosures to you by the same method and to the same address that you have given us. Thus, you can receive all the disclosures and notices electronically or in paper format through the paper mail delivery system. If you do not agree with this process, please let us know as described below. Please also see the paragraph immediately above that describes the consequences of your electing not to receive delivery of the notices and disclosures electronically from us.

How to contact STOCCHE, FORBES, FILIZZOLA, CLAPIS, PASSARO E MEYER SOCIEDADE DE ADVOGADOS:

You may contact us to let us know of your changes as to how we may contact you electronically, to request paper copies of certain information from us, and to withdraw your prior consent to receive notices and disclosures electronically as follows:
To contact us by email send messages to: fnogueira@stoccheforbes.com.br

To advise STOCCHE, FORBES, FILIZZOLA, CLAPIS, PASSARO E MEYER SOCIEDADE DE ADVOGADOS of your new email address

To let us know of a change in your email address where we should send notices and disclosures electronically to you, you must send an email message to us at fnogueira@stoccheforbes.com.br and in the body of such request you must state: your previous email address, your new email address. We do not require any other information from you to change your email address.

If you created a DocuSign account, you may update it with your new email address through your account preferences.

To request paper copies from STOCCHE, FORBES, FILIZZOLA, CLAPIS, PASSARO E MEYER SOCIEDADE DE ADVOGADOS

To request delivery from us of paper copies of the notices and disclosures previously provided by us to you electronically, you must send us an email to fnogueira@stoccheforbes.com.br and in the body of such request you must state your email address, full name, mailing address, and telephone number. We will bill you for any fees at that time, if any.

To withdraw your consent with STOCCHE, FORBES, FILIZZOLA, CLAPIS, PASSARO E MEYER SOCIEDADE DE ADVOGADOS

To inform us that you no longer wish to receive future notices and disclosures in electronic format you may:

i. decline to sign a document from within your signing session, and on the subsequent page, select the check-box indicating you wish to withdraw your consent, or you may;

ii. send us an email to fnogueira@stoccheforbes.com.br and in the body of such request you must state your email, full name, mailing address, and telephone number. We do not need any other information from you to withdraw consent.. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process..

Required hardware and software

The minimum system requirements for using the DocuSign system may change over time. The current system requirements are found here: https://support.docusign.com/guides/signer-guide-signing-system-requirements.

Acknowledging your access and consent to receive and sign documents electronically

To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please confirm that you have read this ERSD, and (i) that you are able to print on paper or electronically save this ERSD for your future reference and access; or (ii) that you are able to email this ERSD to an email address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format as described herein, then select the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

By selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures', you confirm that:

- You can access and read this Electronic Record and Signature Disclosure; and
- You can print on paper this Electronic Record and Signature Disclosure, or save or send this Electronic Record and Disclosure to a location where you can print it, for future reference and access; and
- Until or unless you notify STOCCHE, FORBES, FILIZZOLA, CLAPIS, PASSARO E MEYER SOCIEDADE DE ADVOGADOS as described above, you consent to receive exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you by STOCCHE, FORBES, FILIZZOLA, CLAPIS, PASSARO E MEYER SOCIEDADE DE ADVOGADOS during the course of your relationship with STOCCHE, FORBES, FILIZZOLA, CLAPIS, PASSARO E MEYER SOCIEDADE DE ADVOGADOS.

ANEXO VI

Contrato de Penhor da Concessão de Manati

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DocuSign Envelope ID: 06981614-ECC1-44BA-AEFC-7B3CEBA50C6A

PRIMEIRO ADITAMENTO E CONSOLIDAÇÃO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE PENHOR DE DIREITOS EMERGENTES DA CONCESSÃO DE MANATI E OUTRAS AVENÇAS

Este "Primeiro Aditamento e Consolidação ao Instrumento Particular de Penhor de Direitos Emergentes da Concessão de Manati e Outras Avenças" ("Primeiro Aditamento") é celebrado por e entre:

(1) ENAUTA ENERGIA S.A., sociedade por ações, sem registro de emissor de valores mobiliários perante a CVM, com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Barroso, nº 52, sala 1101, 1102 e 1301 (parte), Centro, CEP 20031-918, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 11.253.257/0001-71 e na JUCERJA sob o NIRE 33300291598, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Enauta Energia" ou "Empenhante"); e

(2) VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., instituição financeira, devidamente constituída e validamente existente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, com sua sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, nº 215, 4º andar, Pinheiros, CEP 05.425-020, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.610.500/0001-88, na qualidade de agente fiduciário representante dos Debenturistas da Primeira Emissão (conforme abaixo definido) e dos Debenturistas da Segunda Emissão (conforme abaixo definido) ("Agente Fiduciário da Primeira Emissão" ou "Agente Fiduciário da Segunda Emissão" ou cada qual, individualmente e indistintamente, "Agente Fiduciário" e, quando referidos em conjunto, "Agentes Fiduciários", conforme o caso), neste ato representada na forma de seu contrato social;

sendo a Empenhante e os Agentes Fiduciários referidos como as "Partes" e, individualmente, como "Parte".

CONSIDERANDO QUE

(A) em 22 de novembro de 2022, foi celebrado o "*Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em até 2 (Duas) Séries, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Enauta Participações S.A*." pela Emissora, pelo Agente Fiduciário da Primeira Emissão e pela Enauta Energia, conforme aditado em 21 de dezembro de 2022 pelo "*Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em até 2 (Duas) Séries, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Enauta Participações S.A.*" ("Escritura de Emissão da Primeira Emissão"), por meio do qual a Emissora realizou a sua 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real,

DocuSign Envelope ID: 06981614-ECC1-44BA-AEFC-7B3CEBA50C6A

com garantia adicional fidejussória, em 2 (duas) séries, no valor total de R$1.400.000.000,00 (um bilhão e quatrocentos milhões de reais), na data de emissão ("Debêntures da Primeira Emissão"), as quais foram objeto de distribuição pública, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, da Lei nº 6.385 de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, e das demais leis e normas regulamentares aplicáveis;

(B) para assegurar o fiel, pontual, correto e integral cumprimento das Obrigações Garantidas (conforme definido abaixo), a Empenhante se comprometeu, em caráter irrevogável e irretratável, a empenhar em favor do Agente Fiduciário da Primeira Emissão, na qualidade de representante dos Debenturistas da Primeira Emissão, os Direitos Empenhados (conforme definidos abaixo), nos termos do "*Instrumento Particular de Penhor de Direitos Emergentes da Concessão de Manati e Outras Avenças*", celebrado pela Empenhante e pelo Agente Fiduciário da Primeira Emissão em 29 de novembro de 2022, e registrado no 4º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Pessoa Jurídica da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo sob o nº 5.434.196 em 1 de dezembro de 2022, e no 2º Ofício e Documentos sob o nº 1.146.631 em 5 de dezembro de 2022 (o "Contrato");

(C) em 06 de setembro de 2023, foi celebrado o "*Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em até 3 (Três) Séries, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública, em Rito de Registro Automático, da Enauta Participações S.A.*" entre a Emissora, o Agente Fiduciário da Segunda Emissão e a Enauta Energia ("Escritura de Emissão da Segunda Emissão", e em conjunto com a Escritura de Emissão da Primeira Emissão, as "Escrituras de Emissão"), por meio do qual foram estabelecidos os termos e condições da 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em até 3 (três) séries, da Emissora, no valor total de até R$ 1.100.000.000,00 (um bilhão e cem milhões de reais), na data de emissão ("Debêntures da Segunda Emissão" e em conjunto com as Debêntures da Primeira Emissão, as "Debêntures"), as quais serão objeto de distribuição pública, sob o rito de registro automático, nos termos da Resolução da CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 160"), e das demais leis e normas regulamentares aplicáveis;

(D) nos termos da cláusula 4.26.5 da Escritura de Emissão da Primeira Emissão, os titulares das Debêntures da Primeira Emissão ("Debenturistas da Primeira Emissão") expressamente autorizaram o compartilhamento do Penhor e das demais Garantias Reais (conforme definido na Escritura de Emissão da Primeira Emissão);

(E) nos termos da Escritura da Segunda Emissão, o Penhor e as demais Garantias Reais serão outorgadas em benefício dos titulares das Debêntures da Segunda Emissão ("Debenturistas da Segunda Emissão" e, em conjunto com os Debenturistas da Primeira

DocuSign Envelope ID: 06981614-ECC1-44BA-AEFC-7B3CEBA50C6A

Emissão, os "Debenturistas"), observado que os termos e condições do compartilhamento das Garantias Reais entre os credores, quer seja, os Debenturistas, representados pelos Agentes Fiduciários, estão regulados no "*Contrato de Compartilhamento de Garantias e Outras Avenças*", celebrado em 06 de setembro de 2023 entre os Agentes Fiduciários ("Contrato de Compartilhamento" e "Compartilhamento das Garantias Reais", respectivamente); e

(F) em conformidade com a Cláusula 2.10 do Contrato, as Partes desejam aditar o Contrato para formalizar a inclusão dos titulares das Debêntures da Segunda Emissão ("Debenturistas da Segunda Emissão"), representados pelo Agente Fiduciário da Segunda Emissão, como novo credor no âmbito do Contrato.

RESOLVEM, por esta, e na melhor forma de direito, celebrar o presente Primeiro Aditamento, que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA I DEFINIÇÕES E ALTERAÇÕES

1.1. Os termos em letras maiúsculas utilizados, mas não definidos no presente Primeiro Aditamento, terão os mesmos significados que lhe foram atribuídos no Contrato e nas Escrituras de Emissão. Todas as referências aqui contidas a quaisquer acordos ou documentos deverão ser interpretadas como uma referência a tais acordos ou documentos conforme aditados, alterados, modificados ou complementados de tempos em tempos. Todas as referências aqui contidas à lei aplicável deverão ser interpretadas como uma referência a tais leis, regulamentos, decretos, instruções, decisões normativas, medidas provisórias ou qualquer outra decisão em qualquer jurisdição aplicável, com força de lei ou não. Todas as referências a quaisquer das Partes deverão ser interpretadas como uma referência a tal Parte, seus respectivos sucessores, beneficiários e cessionários permitidos. As definições com denominação no singular incluem o plural e vice-versa.

1.2. Salvo qualquer outra disposição em contrário prevista neste Primeiro Aditamento, todos os termos e condições do Contrato aplicam-se total e automaticamente a este Primeiro Aditamento, *mutatis mutandis*, e deverão ser consideradas como uma parte integral deste, como se estivessem transcritos neste Primeiro Aditamento.

1.3. Todas as menções aos Agentes Fiduciários no presente instrumento deverão ser entendidas como o Agente Fiduciário da Primeira Emissão, agindo em nome e para o benefício da comunhão dos titulares das Debêntures da Primeira Emissão, e Agente Fiduciário da Segunda Emissão, agindo em nome e para o benefício da comunhão e dos Debenturistas da Segunda Emissão.

DocuSign Envelope ID: 06981614-ECC1-44BA-AEFC-7B3CEBA50C6A

CLÁUSULA II – OBJETO

2.1. Na forma do disposto no Contrato (conforme aditado, alterado e modificado de tempos em tempos, inclusive por meio deste Primeiro Aditamento), em função do Compartilhamento das Garantias Reais (conforme abaixo definido), o presente Primeiro Aditamento tem por objeto a formalização da inclusão dos Debenturistas da Segunda Emissão, representados pelo Agente Fiduciário da Segunda Emissão, na qualidade de novo credor, que passará a compartilhar a presente garantia com os Debenturistas da Primeira Emissão, representados pelo Agente Fiduciário da Primeira Emissão, nos termos da Cláusula 2.10 do Contrato e nos termos do Contrato de Compartilhamento.

2.2. Tendo em vista o Compartilhamento das Garantias Reais e para incluir as principais características da Segunda Emissão, as Partes resolvem: (i) alterar a definição de "Obrigações Garantidas" prevista na Cláusula 2.1 do Contrato; (ii) substituir os Anexos I, III, IV e V ao Contrato; e (iii) incluir o Anexo VIII ao Contrato, sendo que o Contrato, na sua integralidade, incluindo seus anexos, passará a vigorar na forma do Anexo A ao presente Primeiro Aditamento.

2.3. Por meio do presente Primeiro Aditamento, as Partes acordam, ainda, que a procuração outorgada nos termos do Contrato será, a partir da presente data, revogada, devendo ser substituída por procuração com o mesmo teor e conteúdo e celebrada na mesma data do presente Primeiro Aditamento, por meio da qual a Acionista se comprometerá a outorgar poderes aos Agentes Fiduciários, nos termos previstos na Cláusula 9 do Contrato, e na forma do Anexo VI do Anexo A ao presente Primeiro Aditamento.

2.4. À luz do exposto acima, a Empenhante se obriga a efetuar os registros determinados pela Cláusula 4 do Contrato.

2.5. De forma que não restem dúvidas, as Partes acordam que a versão do Anexo A ao presente Primeiro Aditamento será, a partir da presente data, a única versão consolidada do Contrato, cancelando e substituindo quaisquer outros entendimentos ou acordos anteriores entre as Partes relativos ao mesmo objeto, sejam esses entendimentos ou acordos verbais ou escritos.

CLÁUSULA III - DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1. A Empenhante ratifica, expressamente e de forma integral, em relação a si própria, todas as declarações, garantias e obrigações respectivamente contratadas no Contrato (na forma do Anexo A ao presente Primeiro Aditamento), como se tais obrigações estivessem inteiramente transcritas neste Primeiro Aditamento.

DocuSign Envelope ID: 06981614-ECC1-44BA-AEFC-7B3CEBA50C6A

3.2. Caso qualquer das disposições deste Primeiro Aditamento venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

3.3. O presente Primeiro Aditamento será regido e interpretado em conformidade com as leis do Brasil. Fica eleito o foro da cidade de São Paulo, estado de São Paulo, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou possa vir a ser, como competente para dirimir quaisquer controvérsias ou litígios decorrentes ou relacionados a este Primeiro Aditamento.

3.4. Qualquer alteração ao Contrato, conforme aditado por este Primeiro Aditamento, só poderá ser realizada mediante novo aditamento celebrado por todas as Partes, precedida de autorização pelos Debenturistas da Primeira Emissão e pelos Debenturistas da Segunda Emissão outorgada em assembleia geral de debenturistas da respectiva emissão, exceto nas hipóteses (i) expressamente permitidas nos termos das Escrituras de Emissão ou do Contrato; ou (ii) em que referido aditamento tiver a finalidade de corrigir erros manifestos ou de natureza estilística, menores ou puramente técnicos, e que não alterem os direitos e obrigações de quaisquer das Partes.

3.5. As Partes desde já reconhecem o presente Primeiro Aditamento como título executivo extrajudicial, nos termos dos incisos III e V do artigo 784 do Código de Processo Civil.

3.6. As Partes assinam o presente Primeiro Aditamento por meio eletrônico, sendo consideradas válidas apenas as assinaturas eletrônicas realizadas por meio de certificado digital, validado conforme a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001. As Partes reconhecem, de forma irrevogável e irretratável, a autenticidade, validade e a plena eficácia da assinatura por certificado digital, para todos os fins de direito. As Partes convencionam que, para todos os fins de direito a data de início da produção de efeitos do presente Primeiro Aditamento será a data do presente documento, ainda que qualquer das Partes venha a assinar eletronicamente este Primeiro Aditamento em data posterior, por qualquer motivo, hipótese em que as Partes, desde logo, concordam com a retroação dos efeitos deste instrumento para a data aqui mencionada.

E, por estarem assim certas e ajustadas, as Partes firmam este Contrato, eletronicamente, juntamente com 2 (duas) testemunhas abaixo identificadas, que também o assinam.

São Paulo, 06 de setembro de 2023

[AS ASSINATURAS SEGUEM NA PÁGINA SEGUINTE]

DocuSign Envelope ID: 06981614-ECC1-44BA-AEFC-7B3CEBA50C6A

(Página de Assinaturas do "Primeiro Aditamento e Consolidação ao Instrumento Particular de Penhor de Direitos Emergentes da Concessão Manati e Outras Avenças")

ENAUTA ENERGIA S.A.



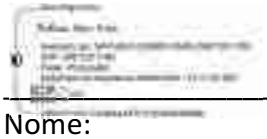
Nome:
Cargo:



Nome:
Cargo:

VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA

Na qualidade de Agente Fiduciário da Primeira Emissão e Agente Fiduciário da Segunda Emissão



Nome:
Cargo:

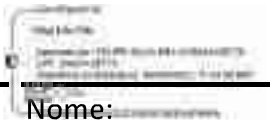


Nome:
Cargo:

Testemunhas:



Nome:
CPF:



Nome:
CPF:

DocuSign Envelope ID: 06981614-ECC1-44BA-AEFC-7B3CEBA50C6A

ANEXO A AO PRIMEIRO ADITAMENTO E CONSOLIDAÇÃO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE PENHOR DE DIREITOS EMERGENTES DA CONCESSÃO DE MANATI E OUTRAS AVENÇAS

CONTRATO CONSOLIDADO

INSTRUMENTO PARTICULAR DE PENHOR DE DIREITOS EMERGENTES DA CONCESSÃO DE MANATI E OUTRAS AVENÇAS

Este *"Instrumento Particular de Penhor de Direitos Emergentes da Concessão Manati e Outras Avenças"* ("**Contrato**") é celebrado por e entre:

(1) ENAUTA ENERGIA S.A., sociedade por ações, sem registro de emissor de valores mobiliários perante a CVM, com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Barroso, nº 52, sala 1101, 1102 e 1301 (parte), Centro, CEP 20031-918, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 11.253.257/0001-71 e na JUCERJA sob o NIRE 33300291598, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Enauta Energia" ou "Empenhante"); e

(2) VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., instituição financeira, devidamente constituída e validamente existente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, com sua sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, nº 215, 4º andar, Pinheiros, CEP 05.425-020, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.610.500/0001-88, na qualidade de agente fiduciário representante dos Debenturistas da Primeira Emissão (conforme abaixo definido) e dos Debenturistas da Segunda Emissão (conforme abaixo definido) ("Agente Fiduciário da Primeira Emissão" ou "Agente Fiduciário da Segunda Emissão" ou cada qual, individualmente e indistintamente, "Agente Fiduciário" e, quando considerados em conjunto, "Agentes Fiduciários", conforme o caso), neste ato representada na forma de seu contrato social;

sendo a Empenhante e os Agentes Fiduciários referidos como as "Partes" e, individualmente, como "Parte".

CONSIDERANDO QUE

(A) em 22 de novembro de 2022, foi celebrado o "*Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em até 2 (Duas) Séries, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Enauta Participações S.A.*" pela Enauta Participações S.A. ("Emissora"), pelo Agente Fiduciário da Primeira Emissão e pela Enauta Energia conforme aditado em 21 de dezembro de 2022 pelo "*Primeiro*

DocuSign Envelope ID: 06981614-ECC1-44BA-AEFC-7B3CEBA50C6A

Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em até 2 (Duas) Séries, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Enauta Participações S.A." ("Escritura de Emissão da Primeira Emissão"), por meio da qual a Emissora realizou a sua 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em 2 (duas) séries, no valor total de R$ 1.400.000.000,00 (um bilhão e quatrocentos milhões reais), na data de emissão ("Debêntures da Primeira Emissão"), as quais foram objeto de distribuição pública, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, da Lei nº 6.385 de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, e das demais leis e normas regulamentares aplicáveis;

(B) em 06 de setembro de 2023, foi celebrado o "*Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em até 3 (Três) Séries, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública, em Rito de Registro Automático, da Enauta Participações S.A.*" pela Emissora, pelo Agente Fiduciário da Segunda Emissão e pela Enauta Energia ("Escritura de Emissão da Segunda Emissão", em conjunto com a Escritura de Emissão da Primeira Emissão", as "Escrituras de Emissão"), conforme aditada de tempos em tempos, por meio por meio do qual foram estabelecidos os termos e condições da 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em até 3 (três) séries, da Emissora, no valor total de até R$ 1.100.000.000,00 (um bilhão e cem milhões de reais), na data de emissão ("Debêntures da Segunda Emissão" e, em conjunto com as Debêntures da Primeira Emissão, "Debêntures"), as quais serão objeto de distribuição pública, sob o rito de registro automático, nos termos da Resolução da CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 160"), e das demais leis e normas regulamentares aplicáveis;

(C) para assegurar o fiel, pontual, correto e integral cumprimento das Obrigações Garantidas (conforme definido abaixo), a Empenhante se comprometeu, em caráter irrevogável e irretratável, a empenhar em favor dos titulares das Debêntures da Primeira Emissão ("Debenturistas da Primeira Emissão"), representados pelo Agente Fiduciário da Primeira Emissão, e dos titulares das Debêntures da Segunda Emissão ("Debenturistas da Segunda Emissão" e, em conjunto com os Debenturistas da Primeira Emissão, os "Debenturistas"), representados pelo Agente Fiduciário da Segunda Emissão, os Direitos Empenhados (conforme definidos abaixo);

(D) na presente data, a Empenhante é legitima titular e possuidora direta dos Direitos Empenhados; e

DocuSign Envelope ID: 06981614-ECC1-44BA-AEFC-7B3CEBA50C6A

(E) a constituição e a outorga do presente Penhor (conforme abaixo definida), bem como a celebração do presente Contrato foram aprovadas em assembleia geral extraordinária de acionistas da Enauta Energia, realizada em 05 de setembro de 2023.

RESOLVEM, por esta, e na melhor forma de direito, celebrar o presente Contrato, que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

1. DEFINIÇÕES

1.1. Definições. Os termos em letras maiúsculas utilizados, mas não definidos no presente Contrato, terão os mesmos significados que lhe foram atribuídos nas Escrituras de Emissão. Todas as referências aqui contidas a quaisquer acordos ou documentos deverão ser interpretadas como uma referência a tais acordos ou documentos conforme aditados, alterados, modificados ou complementados de tempos em tempos. Todas as referências aqui contidas à lei aplicável deverão ser interpretadas como uma referência a tais leis, regulamentos, decretos, instruções, decisões normativas, medidas provisórias ou qualquer outra decisão em qualquer jurisdição aplicável, com força de lei ou não. Todas as referências a quaisquer das Partes deverão ser interpretadas como uma referência a tal Parte, seus respectivos sucessores, beneficiários e cessionários permitidos. As definições com denominação no singular incluem o plural e vice-versa.

1.2. Salvo qualquer outra disposição em contrário prevista neste Contrato, todos os termos e condições das Escrituras de Emissão aplicam-se total e automaticamente a este Contrato, *mutatis mutandis*, e deverão ser consideradas como uma parte integral deste, como se estivessem transcritos neste Contrato.

1.3. Todas as menções aos Agentes Fiduciários no presente Contrato deverão ser entendidas como o Agente Fiduciário da Primeira Emissão, agindo em nome e para o benefício da comunhão dos Debenturistas da Primeira Emissão, e o Agente Fiduciário da Segunda Emissão, agindo em nome e benefício da comunhão dos Debenturistas da Segunda Emissão.

2. OBJETO

2.1. Objeto. Para assegurar o fiel, pontual, integral pagamento das obrigações assumidas pela Emissora **(i)** na Escritura de Emissão da Primeira Emissão, incluindo, sem limitação, o Valor Total da Emissão, devido nos termos da Escritura de Emissão da Primeira Emissão, acrescido da Atualização Monetária das Debêntures da Primeira Emissão, conforme aplicável para cada Série, da Remuneração e dos Encargos Moratórios (conforme definidos na Escritura de Emissão da Primeira Emissão), conforme aplicável, bem como das demais obrigações pecuniárias presentes e futuras, principais e acessórias, previstas na Escritura de Emissão da Primeira Emissão e nos Contratos de Garantia, inclusive honorários advocatícios, despesas, custos, encargos, tributos,

DocuSign Envelope ID: 06981614-ECC1-44BA-AEFC-7B3CEBA50C6A

reembolsos ou indenizações, bem como as obrigações relativas ao Agente de Liquidação, ao Escriturador, à B3, ao Agente Fiduciário da Primeira Emissão e demais prestadores de serviço envolvidos na Primeira Emissão, bem como honorários do Agente Fiduciário da Primeira Emissão e despesas judiciais e extrajudiciais necessárias e comprovadamente incorridas pelo Agente Fiduciário da Primeira Emissão ou Debenturistas da Primeira Emissão, inclusive, na constituição, formalização, execução e/ou excussão das garantias previstas na Escritura de Emissão da Primeiro Emissão; e **(ii)** na Escritura de Emissão da Segunda Emissão, incluindo, sem limitação, o Valor Total da Emissão, devido nos termos da Escritura de Emissão da Segunda Emissão, acrescido da Atualização Monetária das Debêntures da Segunda Emissão, conforme aplicável para cada Série, da Remuneração e dos Encargos Moratórios (conforme definidos na Escritura de Emissão da Segunda Emissão), conforme aplicável, bem como das demais obrigações pecuniárias presentes e futuras, principais e acessórias, previstas na Escritura de Emissão da Segunda Emissão, inclusive honorários advocatícios, despesas, custos, encargos, tributos, reembolsos ou indenizações, bem como as obrigações relativas ao Agente de Liquidação, ao Escriturador, à B3, ao Agente Fiduciário da Segunda Emissão e demais prestadores de serviço envolvidos na Emissão, bem como honorários do Agente Fiduciário da Segunda Emissão e despesas judiciais e extrajudiciais necessárias e comprovadamente incorridas pelo Agente Fiduciário da Segunda Emissão ou Debenturistas da Segunda Emissão, inclusive, na constituição, formalização, execução e/ou excussão das garantias previstas na Escritura de Emissão da Segunda Emissão ("Obrigações Garantidas"), conforme resumidamente descritas no Anexo I, a Empenhante, neste ato, de forma irrevogável e irretratável, empenha em primeiro grau em favor dos Debenturistas da Primeira Emissão, aqui representados pelo Agente Fiduciário da Primeira Emissão, e em favor dos Debenturistas da Segunda Emissão , aqui representados pelo Agente Fiduciário da Segunda Emissão, e seus respectivos sucessores e possíveis cessionários, nos termos do artigo 1.451 e seguintes da Lei n° 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil Brasileiro"), da Resolução da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis ("ANP") n° 785, de 16 de maio de 2019 ("Resolução ANP 785/2019"), e das demais leis aplicáveis, a totalidade dos direitos detidos pela Empenhante emergentes da sua participação direta sob o Contrato de Concessão nº 48000.003518/97-82, datado originalmente de 6 de agosto de 1998, e aditado pela última vez em 25 de junho de 2021, celebrado por e entre a Empenhante e a ANP relativo à exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e/ou gás natural nos campos de Manati ("Contrato de Concessão"), conforme existente na data do presente Contrato ou posteriormente alterado, renovado e/ou modificado de qualquer outra forma, a qualquer momento ("Direitos Empenhados" e "Penhor").

2.1.1. Para os fins deste Contrato, os Direitos Empenhados significam a participação da Empenhante no Contrato de Concessão e todos os direitos da Empenhante emergentes do Contrato de Concessão, incluindo o direito de receber qualquer quantia que seja ou possa se tornar, efetiva ou potencialmente, devida ou pagável à Empenhante, nos termos do Contrato de Concessão, incluindo, mas não se limitando a, todos os valores

DocuSign Envelope ID: 06981614-ECC1-44BA-AEFC-7B3CEBA50C6A

pagáveis à Empenhante até e mediante o término ou rescisão do Contrato de Concessão, como indenizações devidas pelo Poder Concedente, compensação, dentre outros.

2.1.2. As Partes concordam que os Agentes Fiduciários não serão responsáveis pela verificação da veracidade das informações aqui fornecidas, as quais serão fornecidas pela Empenhante sob sua exclusiva responsabilidade. Além disso, os Agentes Fiduciários não serão responsáveis por decidirem se aceitam ou não qualquer substituição de Direitos Empenhados ou qualquer Reforço de Garantia (conforme definido abaixo), sendo certo que tais decisões deverão ser tomadas pelos Debenturistas da Primeira Emissão, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, de acordo com a Escritura de Emissão da Primeira Emissão, e pelos Debenturistas da Segunda Emissão, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, de acordo com a Escritura de Emissão da Segunda Emissão.

2.2. Preferência Absoluta. A Empenhante concorda e reconhece que o ônus com prioridade absoluta constituído neste Contrato em favor dos Debenturistas da Primeira Emissão, representados pelo Agente Fiduciário da Primeira Emissão, e em favor dos Debenturistas da Segunda Emissão, representados pelo Agente Fiduciário da Segunda Emissão é, de acordo com a legislação brasileira aplicável, sênior em todos os aspectos e anterior a quaisquer outros ônus sobre os Direitos Empenhados, não obstante a data, forma ou ordem de concessão, penhora ou aperfeiçoamento de tais outros ônus, observado o Compartilhamento das Garantias Reais, nos termos do Contrato de Compartilhamento (conforme abaixo definido).

2.3. Extensão do Penhor. Este Contrato constitui garantia real com prioridade absoluta, sendo que nenhuma alteração ou aditamento às Escrituras de Emissão ou em qualquer documento ou acordo relacionado a ela deverá afetar a validade deste Contrato, observado (i) o Compartilhamento das Garantias Reais; (ii) eventual devolução do Campo de Manati relativa exclusivamente à parcela de Camarão Norte, nos termos das Escrituras de Emissão; e (iii) eventuais operações de *farm-out* por parte da Empenhante, nos termos permitidos nas Escrituras de Emissão (sendo (i) e (ii), em conjunto, "Alienações Permitidas"). O Penhor abrangerá qualquer aditamento ou extensão futura das Obrigações Garantidas, bem como quaisquer outras extensões e alterações independente de qualquer pagamento intermediário ou quitação em parte das Obrigações Garantidas.

2.4. Aditamentos. Não obstante as disposições da Cláusula 2.3 acima, caso sejam realizadas quaisquer alterações nos termos das Escrituras de Emissão, na medida em que tais alterações modifiquem as Obrigações Garantidas descritas no Anexo I ao presente Contrato, este Contrato deverá ser aditado, a fim de refletir os termos e condições atualizados das Obrigações Garantidas.

DocuSign Envelope ID: 06981614-ECC1-44BA-AEFC-7B3CEBA50C6A

2.4.1. A Empenhante deverá encaminhar aos Agentes Fiduciários via registrada do eventual aditamento mencionado na Cláusula 2.4, de acordo com os termos e condições da Cláusula 4 abaixo.

2.5. Compensação pecuniária. Nenhuma compensação pecuniária será devida à Empenhante em razão do Penhor constituído neste Contrato.

2.6. Descrição das Obrigações Garantidas. Para os fins do artigo 1.424 do Código Civil Brasileiro, os termos e condições das Obrigações Garantidas são aqueles resumidos e descritos no Anexo I a este Contrato.

2.7. Prerrogativas dos Agentes Fiduciários. O Agente Fiduciário da Primeira Emissão, em nome e em benefício dos Debenturistas da Primeira Emissão, e o Agente Fiduciário da Segunda Emissão, em nome e em benefício dos Debenturistas da Segunda Emissão poderão exercer todos os direitos e prerrogativas previstos nos artigos 1.433 e 1.434 do Código Civil Brasileiro em relação aos Direitos Empenhados, nos termos das Escrituras de Emissão.

2.8. Reforço de Garantia. Para os fins do artigo 1.425 do Código Civil Brasileiro, caso quaisquer Direitos Empenhados sejam objeto de penhora, arresto ou qualquer outra medida judicial de efeito semelhante ("Evento de Deterioração"), que não tenha sido devidamente sanada dentro do prazo de cura de 15 (quinze) dias contados da data de publicação da referida medida ("Prazo de Cura"), a Emissora obriga-se, em até 2 (dois) Dias Úteis contados do Prazo de Cura, (i) a comunicar os Agentes Fiduciários sobre o respectivo Evento de Deterioração para que os Agentes Fiduciários convoquem, cada um, uma Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre novos direitos em substituição ou reforço dos Direitos Empenhados, a fim de recompor integralmente a garantia ("AGD – Reforço de Garantia" e "Reforço da Garantia", respectivamente); e (ii) caso os Agentes Fiduciários não o façam, a convocar AGD – Reforço de Garantia.

2.9.1 Após a aprovação do Reforço de Garantia no âmbito da AGD – Reforço de Garantia, a Emissora deverá realizar a formalização do Reforço de Garantia por meio de constituição de nova garantia em até (i) 15 (quinze) Dias Úteis contados da data de realização da AGD – Reforço de Garantia, no caso de companhias com sede no Brasil; ou (ii) 25 (vinte e cinco) Dias Úteis da data de realização da AGD – Reforço de Garantia, no caso companhias com sede em outros países, conforme aplicável.

2.9.2 O instrumento de garantia que formalizará o Reforço de Garantia deverá identificar todos os direitos ou bens sobre os quais o penhor será constituído e deverá ser interpretado como parte integrante deste Contrato para todos os fins. Para evitar dúvidas, as Partes reconhecem e concordam que nenhum Reforço de Garantia será aplicável se, nos termos da Cláusula 2.9 acima, o evento que criou

DocuSign Envelope ID: 06981614-ECC1-44BA-AEFC-7B3CEBA50C6A

a obrigação de Reforço de Garantia for revertido, suspenso e/ou sanado dento do prazo estabelecido nos termos da Cláusula 2.9 acima.

2.9.3 As Partes desde já concordam e reconhecem que, em caso de conflito, as disposições previstas na Cláusula 2.9 acima deverão prevalecer sobre as disposições das Escrituras de Emissão.

2.9. Direitos Emergente de Concessão. Observado o disposto na Cláusula 4.26.3 da Escritura de Emissão da Primeira Emissão e na Cláusula 4.27.3 da Escritura de Emissão da Segunda Emissão, a Emissora e a Enauta Energia se comprometem a fazer com que os direitos emergentes de concessões que tenham por objeto os ativos das Concessões de toda e qualquer Controlada Restrita (conforme definido nas Escrituras de Emissão) que venha a ser controlada, direta ou indiretamente, pela Emissora e/ou pela Enauta Energia, sejam objeto de penhor ou garantia análoga regida pelas leis do local da sede da respectiva Controlada Restrita, conforme aplicável, mediante a celebração de aditamento ao Contrato de Penhor das Concessões, substancialmente na forma do Anexo II, e/ou mediante a celebração de um novo contrato de penhor, conforme aplicável, (i) em até 15 (quinze) Dias Úteis contados da data em que a referida Controlada Restrita se torne titular das referidas concessões, para o caso de Controladas Restritas com sede no Brasil; e (ii) 25 (vinte e cinco) Dias Úteis contados da data em que a referida Controlada Restrita se torne titular das referidas concessões, para o caso de Controladas Restritas com sede em outros países, sem necessidade, em quaisquer dos casos, de nova deliberação societária de quaisquer das Partes ou aprovação por Assembleia Geral de Debenturistas para a sua celebração.

2.10. Compartilhamento das Garantias Reais. Observado o disposto na Cláusula 4.26.5 da Escritura de Emissão da Primeira Emissão e na Cláusula 4.27.5 da Escritura de Emissão da Segunda Emissão, o presente Penhor poderá ser objeto de compartilhamento com eventuais novas dívidas, nos mesmos termos, *pari passu* e em mesmo grau de senioridade, proporcionalmente ao: (i) valor total da Primeira Emissão, na primeira Data de Integralização da Primeira Emissão; (ii) valor total da Segunda Emissão na Data da Primeira Integralização, desde que o resultado da soma dos itens (i) e (ii) acima com o valor total de eventual nova dívida objeto do compartilhamento seja igual ou inferior a R$ 2.500.000.000,00 (dois bilhões e quinhentos milhões de reais) ("**Valor Total das Captações**"), sem ordem de preferência de recebimento no caso de excussão, conforme detalhado neste Contrato e nos termos e condições do "*Contrato de Compartilhamento de Garantias e Outras Avenças*", celebrado em 06 de setembro de 2023 entre os Agentes Fiduciários ("Contrato de Compartilhamento" e "Compartilhamento das Garantias Reais", respectivamente), mediante a celebração de aditamento ao presente Contrato, substancialmente na forma do Anexo III a este Contrato, e sem necessidade, para fins do Compartilhamento das Garantias e para a celebração dos aditamentos ao presente Contrato, de nova deliberação societária de quaisquer das Partes ou aprovação por Assembleia Geral de Debenturistas.

DocuSign Envelope ID: 06981614-ECC1-44BA-AEFC-7B3CEBA50C6A

2.11. Exoneração. O cumprimento parcial das Obrigações Garantidas não importa em exoneração correspondente do presente Penhor.

3. DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS E FIEL DEPOSITÁRIO

3.1. Documentos Comprobatórios. Os documentos de suporte aos Direitos Empenhados consistirão em vias do Contrato de Concessão, conforme existentes na data do presente ou posteriormente alterados, renovados e/ou de outra forma modificados, a qualquer momento, bem como todos e quaisquer documentos que evidenciem quaisquer direitos emergentes do Contrato de Concessão ("Documentos Comprobatórios").

3.2. Preservação do Documentos Comprobatórios. A Empenhante se compromete a, sob sua própria responsabilidade, obrigação e expensas, preservar todas as instalações físicas e digitais necessárias para salvaguardar, preservar e organizar os Documentos Comprobatórios, bem como assume total e incondicional responsabilidade pela sua adequada manutenção, conservação e preservação.

3.3. Acesso aos Documentos Comprobatórios. O Agente Fiduciário da Primeira Emissão, em nome e em benefício dos Debenturistas da Primeira Emissão, e/ou o Agente Fiduciário da Segunda Emissão, em nome e em benefício dos Debenturistas da Segunda Emissão, e/ou de quaisquer profissionais contratados por estes, às expensas da Empenhante, deverão ter (i) acesso irrestrito aos Documentos Comprobatórios a qualquer momento, desde que informado e/ou solicitado à Empenhante com, pelo menos, 5 (cinco) Dias Úteis de antecedência, ou em prazo inferior caso seja solicitado por um órgão judicial e/ou governamental/administrativo; (ii) autorização para fazer cópias dos Documentos Comprobatórios; e (iii) autorização para tomar qualquer medida razoavelmente necessária para verificar o cumprimento pela Empenhante das suas obrigações de acordo com este Contrato.

3.4. Posse dos Documentos Comprobatórios. Os Agentes Fiduciários, conforme autorizados pelas Escrituras de Emissão, renunciam ao direito de ter a posse direta dos Documentos Comprobatórios. A Empenhante, por sua vez, deverá manter os Documentos Comprobatórios em sua posse direta, como fiéis depositários, de acordo com os artigos 627 e 1.361, §2º, do Código Civil Brasileiro.

3.5. Apresentação dos Documentos Comprobatórios. A Empenhante compromete-se a apresentar *pdfs* das versões originais dos Documentos Comprobatórios para os Agentes Fiduciários em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da respectiva solicitação pelos Agentes Fiduciários.

DocuSign Envelope ID: 06981614-ECC1-44BA-AEFC-7B3CEBA50C6A

4. REGISTRO E APERFEIÇOAMENTO

4.1. Registros. Dentro de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de assinatura deste Contrato e de quaisquer aditamentos a este Contrato, a Empenhante deverá (i) protocolar este Contrato e eventuais aditamentos a este Contrato para registro junto aos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das Cidades do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro e de São Paulo, Estado de São Paulo ("Cartórios de Registro de Títulos e Documentos"); e (ii) fornecer aos Agentes Fiduciários cópia de evidência do respectivo protocolo nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos.

4.1.1. Prazo de registro. O registro deste Contrato e de quaisquer de seus aditamentos nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos deverá ser obtido pela Empenhante no prazo máximo de 20 (vinte) dias contados das respectivas datas de assinatura do presente Contrato ou de quaisquer de seus aditamentos, conforme o caso, nos termos do artigo 130, da Lei n° 6.015, de 31 de dezembro de 1973, conforme alterada. A Empenhante deverá, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados a partir do registro deste Contrato ou de qualquer de seus aditamentos nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, conforme o caso, entregar aos Agentes Fiduciários 1 (uma) via original deste Contrato e de eventuais aditamentos devidamente registrados nos respectivos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos.

4.2. Notificação da ANP. A Empenhante deverá encaminhar (i) notificação à ANP informando sobre a celebração deste Contrato, de acordo com o modelo de notificação previsto no Anexo IV deste Contrato em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da assinatura deste Contrato ("Notificação da ANP"); e (ii) comprovação aos Agentes Fiduciários de que a formalidade prevista no subitem (i) acima foi devidamente cumprida em até 5 (cinco) Dias Úteis contados do envio da Notificação da ANP.

4.3. Notificação das Contrapartes. A Empenhante deverá encaminhar (i) notificação às contrapartes consorciadas do Contrato de Concessão, conforme alteradas de tempos em tempos ("Contrapartes"), conforme aplicável, informando sobre a assinatura deste Contrato, de acordo com o modelo de notificação previsto no Anexo V deste Contrato em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da assinatura deste Contrato ("Notificação das Contrapartes**"**); e (ii) comprovação aos Agentes Fiduciários de que a formalidade prevista no subitem (i) acima foi devidamente cumprida em até 5 (cinco) Dias Úteis contados do envio da Notificação das Contrapartes.

4.4. Responsabilidade das Formalidades. Todas as taxas, custos e despesas razoavelmente incorridos com relação aos registros, traduções, protocolos e outras formalidades descritas nesta Cláusula 4 serão arcados pela Empenhante.

DocuSign Envelope ID: 06981614-ECC1-44BA-AEFC-7B3CEBA50C6A

4.5. Descumprimento das Formalidades. As Partes concordam que o não cumprimento das disposições desta Cláusula 4 pela Empenhante não deverá ser usado para contestar o Penhor.

4.6. Cessão do Contrato de Concessão. Em caso de cessão ou transferência de todo ou parte do Contrato de Concessão para a Emissora, quaisquer das Fiadoras e/ou Controladas Restritas (conforme definido nas Escrituras de Emissão), em decorrência de uma Reorganização Societária Permitida (conforme definido nas Escrituras de Emissão), nos termos da Cláusula 4.26 da Escritura de Emissão da Primeira Emissão e da Cláusula 4.27 da Escritura de Emissão da Segunda Emissão, (i) a Empenhante e os Agentes Fiduciários, na qualidade representante dos Debenturistas, deverão celebrar aditamento a este Contrato, em até 15 (quinze) Dias Úteis contados da referida cessão ou transferência, para substituir a Enauta Energia na qualidade de empenhante dos Direitos Empenhados, sem quaisquer alterações adicionais a quaisquer termos e condições deste Contrato, substancialmente conforme o modelo de aditamento previsto no Anexo II a este Contrato; e (ii) a Empenhante deverá cumprir as obrigações estabelecidas nesta Cláusula 4.

5. DECLARAÇÕES, GARANTIAS E OBRIGAÇÕES

5.1. Declarações da Empenhante. A Empenhante, pelo presente, declara e garante aos Debenturistas, representados cada qual por seu respectivo Agente Fiduciário que:

(i) é sociedade por ações, devidamente constituída com existência válida e em situação regular segundo as leis do Brasil;

(ii) tem plenos poderes para conduzir seus negócios, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;

(iii) está devidamente autorizada a celebrar este Contrato, assumindo as obrigações financeiras e não financeiras dele decorrentes, bem como a cumprir todas as disposições aqui contidas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto, sem resultar em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em quaisquer contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer Ônus (conforme definido nas Escrituras de Emissão) ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Empenhante, exceto os ônus decorrentes da constituição da garantia fiduciária objeto deste Contrato; (c) rescisão de quaisquer contratos ou instrumentos; ou (d) descumprimento de qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral;

(iv) os seus representantes legais que assinam este Contrato têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, cada qual em seu respectivo nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente

DocuSign Envelope ID: 06981614-ECC1-44BA-AEFC-7B3CEBA50C6A

outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor de acordo com o estatuto social e documentos constitutivos da Empenhante;

(v) este Contrato constitui obrigação legalmente válida e vinculante da Empenhante, exequível de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 784 do Código de Processo Civil;

(vi) é a legítima proprietária dos Direitos Empenhados descritos na Cláusula 2.1 deste Contrato, que são livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames, encargos, restrições, reivindicações ou pendências judiciais ou extrajudiciais de qualquer natureza, e não há opções, direitos de aquisição, direitos de preferência, direitos de primeira oferta, ou quaisquer outros acordos aplicáveis à cessão, venda, transferência ou aquisição dos Direitos Empenhados, incluindo aqueles que de qualquer forma impeçam ou limitem o Penhor aqui criado, exceto pelo Contrato de Operação Conjunta, celebrado em 20 de janeiro de 2000, com as Contrapartes do Contrato de Concessão, conforme alteradas de tempos em tempos, em relação às operações realizadas de acordo com o Contrato de Concessão ("JOA"), ou que possam, ainda que indiretamente, prejudicar ou invalidar o penhor objeto deste Contrato, sendo certo que eventuais aditamentos ao JOA e/ou contratos de operação conjunta que venham a ser celebrados no futuro no âmbito do Contrato de Concessão não poderão conter disposições que possam limitar, invalidar ou de qualquer forma prejudicar a constituição e/ou a Excussão (conforme definido abaixo) dos Direitos Empenhados;

(vii) a procuração concedida de acordo com a Cláusula 9.1 abaixo foi devidamente assinada pelos representantes legais da Empenhante e concede os poderes nela indicados aos Agentes Fiduciários. A Empenhante não concedeu nenhuma procuração semelhante a terceiros em relação aos Direitos Empenhados;

(viii) exceto pelas formalidades e registros previstos na Cláusula 4 acima e por qualquer outra autorização necessária perante a ANP nos termos da Resolução ANP 785/2019 e/ou a aprovação perante o Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") que venha a ser aplicável em caso de eventual Excussão deste Contrato nos termos da Cláusula 6 abaixo, não é necessário obter qualquer aprovação governamental ou de terceiros (incluindo qualquer consentimento ou notificação a qualquer credor) ou qualquer outro consentimento, registro ou notificação para (a) a constituição do presente Penhor; (b) a validade e a exequibilidade deste Contrato de acordo com seus termos e condições; ou (c) a execução, pelos Debenturistas, representados cada qual por seu respectivo Agente Fiduciário, dos direitos aqui previstos;

(ix) renuncia expressamente a qualquer direito que tenha e que possa afetar, ou dificultar, a excussão do presente Penhor pelos Agentes Fiduciários;

DocuSign Envelope ID: 06981614-ECC1-44BA-AEFC-7B3CEBA50C6A

(x) não há qualquer ação judicial, processo administrativo ou arbitral em curso, do qual tenham sido citadas ou intimadas, bem como, no seu melhor conhecimento, não há qualquer investigação ou inquérito em curso, envolvendo ou que possa afetar a Empenhante perante qualquer tribunal, órgão governamental ou árbitro que vise a anulação, invalidação, questionamento do Penhor e/ou dos Direitos Empenhados, exceto pelos processos descritos no formulário de referência da Emissora, elaborado nos termos da Resolução da CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada , e que se encontra vigente e arquivado na CVM nesta data ("Formulário de Referência") na presente data;

(xi) a garantia real constituída nos termos do presente Contrato em favor dos Debenturistas, representados cada qual por seu respectivo Agente Fiduciário, é, de acordo com a legislação brasileira aplicável, sênior em todos os aspectos e anterior a qualquer outro ônus sobre os Direitos Empenhados, não obstante a data, forma ou ordem de concessão, vinculação ou aperfeiçoamento de tais outros ônus;

(xii) exceto pelo ônus decorrente deste Contrato, os Direitos Empenhados encontram-se livres e desembaraçadas de todos e quaisquer ônus de qualquer natureza e não existe qualquer disposição ou cláusula contida em qualquer acordo, contrato ou avença de que seja parte, inclusive contratos e/ou acordos celebrados com terceiros, restringindo o Penhor ora contratado, ou discussões judiciais de qualquer natureza, ou impedimento de qualquer natureza que vede, restrinja, reduza ou limite, de qualquer forma, a constituição, manutenção ou eventual excussão da presente garantia sobre os Direitos Empenhados;

(xiii) aceita integralmente e tem total ciência dos termos e condições previstos nas Escrituras de Emissão, incluindo, sem limitação, as obrigações, eventos de vencimento antecipado e os eventos de inadimplemento estabelecidos nos referidos instrumentos;

(xiv) os Direitos Empenhados não se qualificam como bens essenciais às atividades da Empenhante com o sentido disposto no artigo 49, parágrafo 3º, da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, conforme alterada de tempos em tempos (bens de capital necessários à sua atividade empresarial), e a Empenhante não invocará o referido dispositivo com o objetivo de impedir, suspender ou de outro modo prejudicar a execução de qualquer das Obrigações Garantidas; e

(xv) a celebração deste Contrato é compatível com a capacidade econômica, financeira e operacional da Empenhante, de forma que o Penhor dos Direitos Empenhados de sua titularidade prevista neste Contrato não acarretará qualquer impacto negativo relevante nas suas capacidades econômica, financeira e operacional, ou nas suas capacidades de honrar quaisquer compromissos e obrigações.

5.2. Obrigações da Empenhante. Além dos termos e condições previstos nas Escrituras de Emissão e dos demais termos e condições deste Contrato, até que as

DocuSign Envelope ID: 06981614-ECC1-44BA-AEFC-7B3CEBA50C6A

Obrigações Garantidas tenham sido integralmente quitadas, a Empenhante se compromete a:

(i) manter e preservar todos os Direitos Empenhados sujeitos ao Penhor de acordo com os termos deste Contrato e de seus eventuais aditamentos;

(ii) salvo disposição em contrário nas Escrituras de Emissão, neste Contrato ou mediante aprovação prévia dos Debenturistas, cada qual em sede de sua respectiva Assembleia Geral de Debenturistas e pelas Alienações Permitidas, não (a) criar, incorrer ou permitir a existência de qualquer ônus ou gravame ou direito real de garantia sobre os Direitos Empenhados, além do Penhor objeto deste Contrato, ou dispor, de qualquer forma, total ou parcialmente, direta ou indiretamente, a título gratuito ou oneroso, dos Direitos Empenhados ou de quaisquer direitos a elas inerentes, exceto pelos Ônus Permitidos (conforme definido nas Escrituras de Emissão); (b) vender, comprometer-se a vender, ceder, transferir, emprestar, locar, alienar, conferir ao capital, instituir usufruto ou fideicomisso ou de qualquer forma dispor dos respectivos Direitos Empenhados, bem como não celebrar quaisquer contratos ou acordos que permitam quaisquer dos eventos descritos neste item; e (c) tomar qualquer medida que possa restringir, depreciar ou diminuir o Penhor e os direitos criados por este Contrato, exceto na hipótese em que seja constituído Reforço de Garantia nos termos da Cláusula 2.9 acima;

(iii) não modificar, sem prévia e expressa autorização dos Agentes Fiduciários, conforme aplicável, o Contrato de Concessão, caso tais alterações possam afetar, restringir ou diminuir esses direitos ou a excussão do Penhor pelos Agentes Fiduciários, conforme aplicável, exceto com relação às alterações exigidas pela lei ou pelos órgãos reguladores e autoridades competentes, às alterações permitidas no âmbito das Escrituras de Emissão ou às alterações devidamente aprovadas pelos Debenturistas, cada qual em sede de sua respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, sendo certo que tais alterações deverão ser informadas aos Agentes Fiduciários;

(iv) notificar, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados do seu conhecimento, os Agentes Fiduciários de qualquer acontecimento que possa reduzir, depreciar, modificar ou ameaçar o Penhor, exceto no caso de Alienações Permitidas;

(v) não renunciar a qualquer dos direitos decorrentes dos Direitos Empenhados, exceto (a) nos termos das Escrituras da Emissão; (b) mediante prévia aprovação dos Debenturistas, cada qual em sede de sua respectiva Assembleia Geral de Debenturistas; ou (c) no caso de Alienações Permitidas;

(vi) expressamente renunciar a qualquer privilégio legal ou acordo contratual com terceiros que possa, de maneira relevante, (a) impactar o Penhor criado pelo presente Contrato; (b) afetar o exercício de qualquer dos direitos dos Agentes Fiduciários

DocuSign Envelope ID: 06981614-ECC1-44BA-AEFC-7B3CEBA50C6A

previstos neste Contrato ou impedir a Empenhante de cumprir com suas obrigações contratuais estabelecidas pelo presente Contrato; ou (c) afetar a livre e plena validade, eficácia, exequibilidade ou transferência dos Direitos Empenhados, no caso de excussão ou exercício, sendo certo que referida renuncia deverá ser estendida, incluindo mas não se limitando, a direitos de preferência, qualquer outro direito previsto na legislação aplicável, ou em qualquer outro documento, incluindo os documentos constitutivos da Empenhante, ou qualquer outro contrato ou instrumento celebrado a qualquer momento;

(vii) defender-se, como também defender os direitos dos Debenturistas, representados pelos Agentes Fiduciários, de forma tempestiva e eficaz, de qualquer ato, ação, procedimento ou processo que possa, de qualquer forma, afetar de maneira relevante este Contrato e/ou os Direitos Empenhados;

(viii) tratar qualquer sucessor ou substituto dos Agentes Fiduciários como se fosse um signatário original deste Contrato e das Escrituras de Emissão, concedendo-lhe o exercício pleno e irrestrito de todos os direitos e prerrogativas originalmente atribuídos aos Agentes Fiduciários, nos termos deste Contrato e das Escrituras de Emissão, conforme o caso;

(ix) efetuar o recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre os Direitos Empenhados e que sejam de sua responsabilidade;

(x) manter e preservar todos os ônus constituídos neste Contrato e notificar os Agentes Fiduciários sobre qualquer evento, fato ou circunstância, incluindo, sem limitação, qualquer decisão, processo, reclamação, investigação ou mudança nas leis (ou na interpretação das mesmas), ou qualquer evento, fato ou circunstância ameaçada que afete a validade, legalidade, aperfeiçoamento e/ou a prioridade do Penhor constituído neste Contrato, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados a partir da data em que a Empenhante tomar conhecimento de tal evento, fato ou circunstância;

(xi) cumprir com quaisquer outros requisitos e/ou formalidades oriundos da legislação aplicável, bem como fornecer comprovações do cumprimento de tais requisitos ou de outros que venham a ser instituídos no futuro conforme solicitado do Agente Fiduciário, e que sejam necessários para a preservação integral do Penhor;

(xii) (a) preservar e manter sua existência legal como uma pessoa jurídica separada e independente; e (b) continuar a conduzir seus negócios como conduzido atualmente e em conformidade, em todos os aspectos materiais, com todas as leis, alvarás, licenças e autorizações governamentais aplicáveis;

(xiii) protocolar e/ou cooperar com os Agentes Fiduciários, agindo em nome e em benefício dos Debenturistas no âmbito do protocolo do pedido de consentimento da

DocuSign Envelope ID: 06981614-ECC1-44BA-AEFC-7B3CEBA50C6A

ANP, conforme aplicável, na hipótese de Excussão (conforme definido abaixo) nos termos da Cláusula 6 abaixo;

(xiv) cumprir todas as formalidades estabelecidas neste Contrato, incluindo a obrigação de providenciar os registros deste Contrato junto aos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos aplicáveis, nos termos da Cláusula 4 acima;

(xv) manter sempre válida e exequível procuração concedida de acordo com a Cláusula 9.1 abaixo, devendo renová-la sempre que necessário nos termos deste Contrato e do Estatuto Social da Empenhante;

(xvi) exceto conforme previsto no presente Contrato e/ou nas Escrituras de Emissão, não firmar qualquer contrato ou acordo ou tomar qualquer medida que possa sob qualquer forma impactar negativamente ou impedir o pleno e absoluto exercício dos direitos dos Debenturistas, cada qual em sede de sua respectiva Assembleia Geral de Debenturistas relacionados a este Contrato e/ou aos Direitos Empenhados;

(xvii) efetuar o Reforço de Garantia, caso necessário, nos prazos e formas previstos na Cláusula 2.9 acima;

(xviii) abster-se de concordar, autorizar ou de qualquer forma realizar qualquer pagamento, redução ou retenção, relacionados a quaisquer dos Direitos Empenhados, exceto conforme exigido por lei ou de outra forma permitido nos termos deste Contrato, do Contrato de Concessão e/ou das Escrituras de Emissão; e

(xix) tomar todas as ações e medidas aplicáveis à Empenhante e celebrar qualquer documento ou contrato adicional (incluindo quaisquer alterações a este Contrato, no todo ou em parte) legalmente exigido para a preservação, manutenção, existência, aperfeiçoamento, validade ou exequibilidade do Penhor, de acordo com (a) mudanças nas disposições legais e regulamentares aplicáveis aos Direitos Empenhados e/ou a quaisquer das Partes; (b) alterações nos termos das Escrituras de Emissão, na medida em que tais alterações modifiquem os termos e condições das Obrigações Garantidas descritas no Anexo I ao presente Contrato; e/ou (c) a necessidade de incluir qualquer outra pessoa como agente fiduciário da Primeira Emissão ou como agente fiduciário da Segunda Emissão, credor e/ou devedor fiduciário, a Empenhante deverá celebrar e entregar aos Agentes Fiduciários, conforme aplicável, em até 10 (dez) Dias Úteis na hipótese da alínea (b), e 15 (quinze) Dias Úteis nas hipóteses das alíneas (a) e (c), ambos contados da respectiva data da solicitação nesse sentido, qualquer dos respectivos documentos e acordos que os Agentes Fiduciários, agindo cada qual em nome e benefício dos respectivos Debenturistas, conforme aplicável, possam legalmente solicitar; e

DocuSign Envelope ID: 06981614-ECC1-44BA-AEFC-7B3CEBA50C6A

(xx) permitir o exercício, pelos Agentes Fiduciários, agindo cada qual em nome e benefício dos Debenturistas, conforme aplicável, de quaisquer dos direitos ou poderes a ela cedidos neste Contrato.

5.3. As Partes confirmam que a negociação e celebração deste Contrato seguiu os princípios de probidade e boa-fé, os quais também serão cumpridos pelas Partes no exercício dos seus direitos e no cumprimento das suas obrigações nos termos deste Contrato.

5.4. As Partes confirmam que exerceram sua liberdade de celebrar um contrato de acordo com os preceitos da ordem pública e o princípio da finalidade social deste Contrato, que também satisfaz os princípios de custo-benefício, razoabilidade e oportunidade, permitindo assim que as Partes alcancem seus respectivos objetivos e negócios corporativos, servindo, como resultado, a toda a Emissora.

5.5. Para os fins do Código Civil Brasileiro (incluindo seu artigo 157), cada Parte confirma e reconhece expressamente que (i) tem conhecimento e experiência na execução das atividades aqui contempladas; (ii) as obrigações das Partes de acordo com o presente são proporcionais e equilibradas; (iii) nenhum fato ou obrigação contida neste Contrato pode ser considerado ou pode constituir uma infração às leis aplicáveis, nem ao objeto e natureza deste Contrato; e (iv) está ciente de todas as circunstâncias relacionadas e das regras que regem este Contrato.

5.6. A Empenhante, pelo presente, expressa seu consentimento em relação aos Direitos Empenhados aqui criados, vinculados pelos termos e condições deste Contrato, nada tendo a se opor a eles.

6. EXECUÇÃO E COBRANÇA

6.1. Excussão da Garantia. Observado o disposto no Contrato de Compartilhamento, mediante a declaração de vencimento antecipado resultante de um Evento de Vencimento Antecipado previsto nas Escrituras de Emissão, ou o vencimento final das Debêntures da Primeira Emissão e/ou das Debêntures da Segunda Emissão sem que as respectivas Obrigações Garantidas tenham sido integralmente quitadas, a Empenhante se obriga a assinar todos os documentos (incluindo instrumentos de transferência), tomar todas as medidas e praticar todos os outros atos (incluindo a entrega, transferência ou cessão dos Direitos Empenhados, no todo ou em parte, a qualquer cessionário ou outra pessoa indicada pelos Agentes Fiduciários), que venham a ser razoavelmente solicitados pelos Agentes Fiduciários, a fim de (i) implementar a Excussão (conforme definido abaixo) dos Direitos Empenhados; (ii) permitir que os Agentes Fiduciários, agindo cada qual em nome e em benefício dos Debenturistas, conforme aplicável, exerçam todos os seus direitos relacionados aos Direitos Empenhados; (iii) providenciar a transferência dos Direitos Empenhados para o

DocuSign Envelope ID: 06981614-ECC1-44BA-AEFC-7B3CEBA50C6A

respectivo adquirente; ou (iv) exercer as ações previstas no presente Contrato ou na legislação aplicável.

6.2. Não obstante as disposições anteriores, observado o disposto no Contrato de Compartilhamento, mediante a declaração de vencimento antecipado resultante de um Evento de Vencimento Antecipado previsto nas Escrituras de Emissão, ou o vencimento final das Debêntures da Primeira Emissão e/ou das Debêntures da Segunda Emissão sem que as respectivas Obrigações Garantidas tenham sido integralmente quitadas, os Agentes Fiduciários, agindo cada qual em nome e benefício dos respectivos Debenturistas, sendo que os Agentes Fiduciários, conforme previsto nas Escrituras de Emissão, estarão irrevogavelmente autorizados (quer seja ou não tomada qualquer medida de Excussão do Penhor e independente de qualquer direito que o Penhor possa ter a qualquer benefício de ordem ou direito similar (que é aqui renunciado pela Empenhante até o limite máximo permitido por lei), para dispor, cobrar, receber, apropriar-se (na medida do permitido pela legislação brasileira) e/ou executar os Direitos Empenhados, ou parte deles, e pode prontamente vender, ceder, conceder uma opção ou opções de compra, ou de outra forma dispor e entregar os Direitos Empenhados, no todo ou em parte, da forma e nos termos e condições que considerarem apropriados, inclusive promovendo sua execução judicial ou excussão extrajudicial, sem ordem de preferência, sujeito aos termos e condições estabelecidos nesta Cláusula 6 e de acordo com a lei aplicável, independentemente de qualquer aviso prévio ou subsequente a Empenhante ("Excussão").

6.3. Obtenção de Relatório de Avaliação. No caso de Excussão dos Direitos Empenhados, os Agentes Fiduciários, agindo cada qual em nome e em benefício dos Debenturistas, conforme aplicável, deverão, no menor prazo possível e indicativamente em até 45 (quarenta e cinco) dias contados do início do procedimento de Excussão, obter um relatório de avaliação, às expensas da Empenhante, para fins de avaliação do valor de mercado dos Direitos Empenhados, desde que referida avaliação siga os procedimentos exigidos pela ANP e não entre em conflito com a Resolução ANP 785/2019 ("Relatório de Avaliação"). Quando da obtenção Relatório de Avaliação, (i) os Agentes Fiduciários terão 100 (cem) dias para oferecer os Direitos Empenhados (no todo ou em parte) aos compradores potenciais (e durante tal período, a Empenhante poderá apresentar compradores potenciais aos Agentes Fiduciários), ao final do qual os Direitos Empenhados poderão ser vendidos a qualquer comprador que tenha oferecido um preço de compra equivalente a pelo menos cem por cento (100%) do valor de mercado dos respectivos Direitos Empenhados indicados no Relatório de Avaliação; e (ii) se os Agentes Fiduciários não forem capazes de concluir a venda ao final do período de 100 (cem) dias mencionado, os Agentes Fiduciários, agindo cada qual em nome e em benefício dos Debenturistas, conforme aplicável, poderão vender os Direitos Empenhados pelo preço, termos e condições que julgar apropriados, desde que referida venda não seja realizada por um preço que seja considerado um preço vil, de acordo com a lei brasileira.

DocuSign Envelope ID: 06981614-ECC1-44BA-AEFC-7B3CEBA50C6A

6.3.1. Para fim deste Relatório de Avaliação, deverá ser apresentado laudo de avaliação a ser elaborado por (a) um avaliador independente (i.e. que não esteja envolvido na consecução das atividades referentes ao M&A), a ser contratado pela e às expensas da Empenhante, dentre (i) um dos dez bancos de investimento brasileiros com melhor ranking em operações de fusões e aquisições (M&A) conforme divulgado pela ANBIMA; (ii) uma das dez firmas de consultoria e assessoria financeira com melhor ranking em operações de fusões e aquisições (M&A) conforme divulgado pela ANBIMA; ou (iii) uma das seguintes firmas de contabilidade (big four) dentre PricewaterhouseCoopers, Ernst & Young, Deloitte Touche Tohmatsu ou KPMG; e (b) uma certificadora, dentre as indicadas nas Escrituras de Emissão.

6.4. Autorização prévia ANP e Contrapartes. Qualquer transferência de titularidade da concessão objeto do Contrato de Concessão (inclusive por meio da Excussão do Penhor) estará sujeita (a) à autorização prévia da ANP, seguindo as disposições do procedimento de cessão estabelecido na Resolução ANP 785/2019, caso aplicável; e (b) à adesão, pela entidade de venha a adquirir os Direitos Empenhados, ao JOA, enquanto estiver em vigor, desde que demonstrada sua capacidade de cumprir as obrigações previstas no JOA.

6.5. Excussões Sucessivas. Se a receita resultante da Excussão dos Direitos Empenhados não for suficiente para quitar integralmente as Obrigações Garantidas, os Agentes Fiduciários, agindo cada qual em nome e em benefício dos Debenturistas, conforme aplicável, terão o direito de cobrar o saldo remanescente da Emissora e/ou da Empenhante, executar qualquer outra garantia que tenha sido concedida como garantia às Obrigações Garantidas, sem ordem específica de execução, e todos os outros bens e direitos que possam não ter sido penhorados permanecerão sujeitos ao Penhor como garantia das Obrigações Garantidas até que as Obrigações Garantidas tenham sido integralmente quitadas e este Contrato tenha sido rescindido de acordo com a Cláusula 12 abaixo. Os Agentes Fiduciários, agindo cada qual em nome e em benefício dos Debenturistas, conforme aplicável, poderão, observado o disposto no Contrato de Compartilhamento, excutir o Penhor tantas vezes quantas forem necessárias para fins de quitação da totalidade das Obrigações Garantidas, ficando acordado que qualquer execução parcial do Penhor não afetará os termos e condições deste Contrato, observado o disposto na Cláusula 13.3 abaixo.

6.6. A Empenhante pelo presente renuncia irrevogavelmente a quaisquer direitos que possam ser transferidos à Empenhante por sub-rogação ou de outra forma até a quitação integral das Obrigações Garantidas, incluindo, mas não se limitando, a quaisquer reclamações de recurso que a Empenhante possa adquirir contra qualquer pessoa no caso de (i) a Empenhante pagar qualquer dívida da Emissora ou qualquer outro devedor; ou (ii) uma execução pelos Agentes Fiduciários, agindo cada qual em

DocuSign Envelope ID: 06981614-ECC1-44BA-AEFC-7B3CEBA50C6A

nome e benefício dos Debenturistas, conforme aplicável, de seus direitos, nos termos deste Contrato.

6.7. Enriquecimento sem causa. A Empenhante reconhece que a não-sub-rogação prevista na Cláusula 6.5 acima não resultará em enriquecimento sem causa de nenhuma das Partes, considerando que: (i) a Empenhante é um beneficiária direta das Debêntures; (ii) no caso de execução ou rescisão deste Contrato, a não-sub-rogação representará um aumento equivalente e proporcional no valor dos Direitos Empenhados; e (iii) qualquer valor residual de venda dos Direitos Empenhados será reembolsado à Empenhante mediante a quitação integral das Obrigações Garantidas.

6.8. Valor Excedente Após Excussão. No caso de haver qualquer valor excedente resultante da execução do Penhor e da quitação integral das Obrigações Garantidas, tais recursos remanescentes deverão ser devolvidos à Empenhante, de acordo com o artigo 1.435 do Código Civil Brasileiro.

6.9. Deveres dos Agentes Fiduciários. Os Agentes Fiduciários, agindo cada qual em nome e benefício dos Debenturistas, conforme aplicável, utilizarão quaisquer rendimentos recebidos com relação aos Direitos Empenhados para a quitação das Obrigações Garantidas.

6.10. Renúncia. Na medida permitida pela lei aplicável e de acordo com a natureza das Obrigações Garantidas e disposições deste Contrato, a Empenhante renuncia, em favor dos Agentes Fiduciários, agindo cada qual em nome e benefício dos respectivos Debenturistas, a qualquer privilégio legal ou contratual que possa afetar a livre e plena excussão do Penhor ou o exercício pelos Agentes Fiduciários, na qualidade de representantes dos Debenturistas, de quaisquer dos seus direitos nos termos deste Contrato e da lei aplicável.

6.11. Órgão regulador. Nos termos da Resolução ANP 785/2019, os Agentes Fiduciários, deverão (i) notificar a ANP dentro de 5 (cinco) dias contados do primeiro ato de Execução do penhor de acordo com este Contrato; e (ii) se aplicável no momento da excussão, solicitar a autorização prévia e expressa da ANP para a transferência efetiva da propriedade das concessões nos Contratos de Concessão, conforme estabelecido.

6.12. A Empenhante (i) concorda em envidar seus melhores esforços para colaborar conforme necessário no procedimento desta Cláusula 6; (ii) compromete-se a assinar quaisquer documentos (tais como alterações de concessão e outros documentos de cessão) legalmente necessários para transferir o Contrato de Concessão; e (iii) autoriza expressamente os Agentes Fiduciários a assinarem quaisquer documentos considerados legalmente necessários para a referida transferência em nome da Empenhante e de acordo com a procuração no Anexo VI deste Contrato.

DocuSign Envelope ID: 06981614-ECC1-44BA-AEFC-7B3CEBA50C6A

7. EXERCÍCIO DOS DIREITOS CONTRA A EMPENHANTE

7.1. No exercício dos seus direitos contra a Empenhante no âmbito deste Contrato, conforme estabelecido por lei ou por este Contrato, os Agentes Fiduciários, agindo de acordo com os termos deste Contrato, diretamente ou através dos seus representantes, sucessores ou cessionários, poderá exercer os direitos a que tem direito contra qualquer terceiro ou em relação à garantia das Obrigações Garantidas ou qualquer direito de indenização relacionado a ela, e nenhuma omissão ou atraso por parte dos Agentes Fiduciários, agindo de acordo com os termos deste Contrato, qualquer dos seus respectivos agentes, sucessores ou cessionários, em exercer tais direitos ou cobrar quaisquer pagamentos de tais terceiros ou em executar quaisquer títulos ou exercer quaisquer direitos de reembolso, ou qualquer exoneração de tais terceiros, exonerará a Empenhante de qualquer obrigação de acordo com este Contrato, nem diminuirá ou de qualquer forma prejudicará ou afetará os direitos, quer sejam expressos, implícitos ou atribuídos sob a lei aplicável aos Agentes Fiduciários, agindo de acordo com os termos deste Contrato.

8. DESPESAS

8.1. Despesas. A Empenhante deverá reembolsar os Agentes Fiduciários, se aplicável, por todas as despesas comprovadas, honorários e outros valores razoavelmente incorridos pelos Agentes Fiduciários (incluindo os honorários faturados, encargos e desembolsos de qualquer advogado dos Agentes Fiduciários), agindo cada qual em nome e benefício dos respectivos Debenturistas e de acordo com os termos deste Contrato, em conexão com a celebração, registro, formalização, conservação e/ou aperfeiçoamento deste Contrato ou qualquer outro documento aqui produzido (incluindo alterações), e deverá transferir para os Agentes Fiduciários o produto resultante da execução deste Contrato.

8.1.1. Os Agentes Fiduciários poderão se recusar a cumprir qualquer dever ou exercer qualquer direito ou poder, a menos que receba indenização ou garantia satisfatória contra os custos, despesas e responsabilidades que possam ser razoavelmente incorridos por ele no cumprimento de tal dever ou no exercício de tal direito ou poder; desde que nada aqui seja considerado como obrigando qualquer Debenturista a fornecer tal indenização ou garantia.

8.2. Todos os pagamentos devidos pelos Agentes Fiduciários de acordo com a Cláusula 8.1 acima deverão ser pagos em até 15 (quinze) Dias Úteis contados da emissão, pelos Agentes Fiduciários, do respectivo aviso de débito, o qual será enviado de acordo com a Cláusula 19 abaixo.

9. PROCURAÇÃO

DocuSign Envelope ID: 06981614-ECC1-44BA-AEFC-7B3CEBA50C6A

9.1. Procuração. A Empenhante concede, nos termos do artigo 684 do Código Civil Brasileiro e com o seu estatuto social, procuração irrevogável aos Agentes Fiduciários, agindo cada qual em nome e benefício dos Debenturistas (incluindo poderes para substabelecer), com poderes *ad judicia*, no todo ou em parte, com reservas, para que os Agentes Fiduciários, agindo em nome e em benefício dos Debenturistas, conforme o caso, tomem qualquer medida em relação às matérias previstas nesta Cláusula 9, em nome da Empenhante ("Procuração"):

(i) praticar, na hipótese de omissão pela Empenhante, todos os atos, de qualquer natureza, exigidos ou necessários para formalizar, registrar ou averbar o Contrato e quaisquer aditamentos ao Contrato, conforme o caso, perante os Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, sendo que os custos decorrentes serão arcados exclusivamente pela Empenhante, conforme previsto no Contrato;

(ii) realizar, a qualquer momento, todos os atos necessários para a conservação, defesa e/ou execução do Penhor;

(iii) exercer todo e qualquer direito da Empenhante de cobrar, constituir em mora e receber pagamentos de qualquer natureza, incluindo direitos de vender, ceder, conceder opção sobre ou de outra forma dispor, de todos ou parte dos Direitos Empenhados, por meio de venda pública ou privada, de acordo com a lei aplicável e os termos deste Contrato, e independente de quaisquer notificações judiciais ou extrajudiciais;

(iv) assinar qualquer documento e praticar qualquer ato relativo ao Penhor e/ou aos Direitos Empenhados, sempre que tal ato ou documento for necessário para constituir, preservar, formalizar, aperfeiçoar, validar ou realizar os Direitos Empenhados (incluindo dar e receber quitação);

(v) representar a Empenhante no Brasil, em juízo ou fora dele, perante terceiros e toda e qualquer entidade ou autoridade federal, estadual ou municipal, em todas as suas respectivas divisões e departamentos, incluindo, mas não se limitando, conforme aplicável, aos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, a Receita Federal Brasileira, o Banco Central do Brasil, a ANP, as Contrapartes do Contrato de Concessão, O CADE e outros órgãos do sistema antitruste brasileiro em relação ao Penhor, aos Direitos Empenhados e a este Contrato e exercer todos os outros direitos concedidos à Empenhante sobre os mesmos, com poderes para dispor dos Direitos Empenhados, transferindo-os de acordo com os termos deste Contrato, bem como com poderes irrevogáveis para assinar todo e qualquer documento necessário para a efetiva transferência, receber e dar quitação;

DocuSign Envelope ID: 06981614-ECC1-44BA-AEFC-7B3CEBA50C6A

(vi) solicitar toda e qualquer aprovação, registro ou consentimento prévio, que possa ser necessário para a efetiva execução do Penhor e/ou para a cessão/transferência dos Direitos Empenhados, incluindo, mas não limitado a, aprovações ou consentimentos prévios de instituições financeiras, companhias de seguros, o Banco Central do Brasil, a Receita Federal do Brasil, a ANP, as Contrapartes do Contrato de Concessão, o CADE, outros órgãos do sistema antitruste brasileiro em relação ao Penhor e quaisquer outras entidades ou autoridades federais, estaduais ou municipais, em todas as suas respectivas divisões e departamentos, ou quaisquer outros terceiros;

(vii) realizar todo e qualquer ato necessário para observar devidamente a Resolução nº 785 da ANP, de 16 de maio de 2019;

(viii) reter e recuperar a posse dos Direitos Empenhados, bem como sua documentação relacionada, contra qualquer titular, incluindo a Empenhante;

(ix) ceder e transferir a terceiros, no todo ou em parte, os direitos e obrigações da Empenhante em relação aos Direitos Empenhados; e

(x) realizar todo e qualquer ato, assim como assinar todos os documentos necessários para o pleno cumprimento deste mandato, que pode ser substabelecido, com poderes *ad judicia*, no todo ou em parte, com ou sem reservas, pelos Agentes Fiduciários, agindo em nome e em benefício dos Debenturistas, conforme julgar apropriado, assim como cancelar quaisquer substabelecimentos.

9.2. Para fins da Cláusula 9.1 acima, a Empenhante celebrou, concomitantemente com a celebração do presente Contrato, e entregou aos Agentes Fiduciários, uma procuração substancialmente na forma do Anexo VI ao presente Contrato.

9.3. Enquanto este Contrato estiver em vigor, a procuração deverá permanecer válida e vigente até a integral quitação das Obrigações Garantidas, sendo certo que a procuração deverá ser renovada com, pelo menos, 30 (trinta) dias de antecedência de sua respectiva data de vencimento.

10. APLICAÇÃO DE VALORES

10.1. Aplicação de Valores. Quaisquer valores recebidos ou recuperados periodicamente pelos Agentes Fiduciários por meio do exercício das medidas estabelecidas na Cláusula 6 acima deverão ser utilizados para a liquidação das Obrigações Garantidas.

DocuSign Envelope ID: 06981614-ECC1-44BA-AEFC-7B3CEBA50C6A

11. ALTERAÇÕES RELACIONADAS ÀS OBRIGAÇÕES GARANTIDAS

11.1. A Empenhante permanecerá obrigada nos termos do presente Contrato, e os Direitos Empenhados permanecerão sujeitos aos direitos de garantia ora outorgados, a todo o tempo, até o término do presente Contrato, sem limitação e sem qualquer reserva de direitos contra a Empenhante, e independentemente da notificação ou anuência da Emissora, não obstante:

(i) qualquer renovação, prorrogação, aditamento, modificação, vencimento antecipado, transação, renúncia parcial, restituição ou quitação parcial, atinente às Obrigações Garantidas ou de invalidade parcial ou inexequibilidade de quaisquer dos documentos relacionados às Obrigações Garantidas;

(ii) qualquer alteração do prazo, forma, local, valor ou moeda de pagamento das Obrigações Garantidas, nos termos das Escrituras de Emissão;

(iii) qualquer ação (ou omissão) dos Agentes Fiduciários, agindo cada qual em nome e em benefício dos Debenturistas, conforme aplicável, renúncia no exercício de qualquer direito, poder ou prerrogativa e prorrogação do prazo de execução de qualquer direito, contidos nos documentos relacionados às Obrigações Garantidas, incluindo, mas não se limitando, as Escrituras de Emissão, ou nos termos da legislação aplicável; ou

(iv) a venda, permuta, renúncia, restituição, liberação ou quitação de qualquer outra garantia, direito de compensação ou outro direito de garantia real, a qualquer tempo, detido pelos Agentes Fiduciários, agindo cada qual em nome e em benefício dos Debenturistas, conforme aplicável, para o pagamento das Obrigações Garantidas.

DocuSign Envelope ID: 06981614-ECC1-44BA-AEFC-7B3CEBA50C6A

12. RESCISÃO E QUITAÇÃO

12.1. Rescisão de Quitação. Após a quitação integral das Obrigações Garantidas, este Contrato será rescindido e os Agentes Fiduciários, agindo em nome e em benefício dos Debenturistas da Primeira Emissão e dos Debenturistas da Segunda Emissão, conforme o caso, de acordo com as Escrituras de Emissão, deverão tomar todas as medidas razoavelmente solicitadas pela Empenhante e todas as ações necessárias para liberar os direitos da garantia real aqui constituídos, às expensas da Empenhante. A rescisão deste Contrato e a consequente liberação dos direitos reais de garantia aqui constituídos serão válidos e efetivos por meio de um termo de liberação assinado pelo Agente Fiduciário da Primeira Emissão substancialmente na forma do Anexo VII a este Contrato, e pelo Agente Fiduciário da Segunda Emissão substancialmente na forma do Anexo VIII a este Contrato, agindo em nome e em benefício dos Debenturistas, de acordo com as Escrituras de Emissão. Mediante solicitação e às expensas da Empenhante, os Agentes Fiduciários comprometem-se a assinar e entregar à Empenhante, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da respectiva solicitação pela Empenhante, todos os documentos que possam ser razoavelmente necessários para implementar a rescisão deste Contrato e a liberação dos ônus e gravames aqui constituídos, de acordo com as Escrituras de Emissão.

13. CONJUNTO DE GARANTIAS

13.1. Excussão Simultânea. Os direitos de garantia, poderes e medidas dos Debenturistas e dos Agentes Fiduciários nos termos deste Contrato são cumulativos e devem ser adicionais e independentes de todos os outros direitos de garantia, poderes e medidas concedidos aos Debenturistas e aos Agentes Fiduciários, nos termos das Escrituras de Emissão e da legislação aplicável, e podem ser exercidos sucessiva ou concomitantemente sem prejudicar os direitos dos Debenturistas e dos Agentes Fiduciários, conforme aplicável, nos termos deste Contrato ou de acordo com as Escrituras de Emissão, desde que respeite os termos e condições das Escrituras de Emissão e do Contrato de Compartilhamento.

13.2. As Partes reconhecem que (i) o exercício parcial ou o não exercício, a prorrogação de prazos, tolerância ou omissão com relação ao exercício de qualquer direito, poder ou privilégio aqui concedido a qualquer Parte e/ou por lei não constituirá novação, retirada ou renúncia de tal direito, poder ou privilégio, não impedirá seu exercício; e (ii) a retirada ou renúncia de tal direito será interpretada restritivamente e não será considerada como uma renúncia ou retirada de qualquer outro direito às Partes aqui concedido.

13.3. Nos termos do Contrato de Compartilhamento, não há qualquer ordem de preferência entre o Penhor e as demais Garantias Reais (conforme definido nas Escrituras de Emissão), sendo certo que as Garantias Reais poderão ser excutidas na

DocuSign Envelope ID: 06981614-ECC1-44BA-AEFC-7B3CEBA50C6A

ordem que melhor convier aos Debenturistas, representados pelo respectivo Agente Fiduciário.

14. RENÚNCIAS E ALTERAÇÕES

14.1. Este Contrato e suas disposições só serão modificados, alterados, suplementados ou dispensados com o consentimento expresso por escrito das Partes.

15. INDEPENDÊNCIA ENTRE AS DISPOSIÇÕES CONTRATUAIS

15.1. Caso qualquer disposição deste Contrato seja considerada como inválida, ilegal ou inexequível nos termos da legislação aplicável, tal disposição deverá se tornar ineficaz apenas na medida de tal invalidade, ilegalidade ou inexequibilidade, e não deverá afetar a validade, legalidade ou exequibilidade de quaisquer outras disposições deste Contrato. Conforme permitido pela legislação aplicável, as Partes deverão, de boa-fé, negociar e celebrar um aditamento a este Contrato para substituir qualquer disposição afetada por uma nova disposição que (i) reflita a intenção original das Partes; e/ou (ii) seja válida e vinculante. Os direitos criados no âmbito deste Contrato constituem, na medida do permitido pela legislação aplicável, uma garantia contínua e perfeita sobre os Direitos Empenhados, exequível contra a Empenhante de acordo com seus termos.

16. ACORDO INTEGRAL, SUCESSORES E CESSIONÁRIOS

16.1. Este Contrato estabelece o Penhor, nos termos e condições aqui estabelecidos, e permanecerá em pleno vigor e efeito até o pagamento integral de todas as Obrigações Garantidas. Este Contrato é vinculante perante a Empenhante, seus sucessores e cessionários, e beneficiará os Debenturistas, seus sucessores, sub-rogados e cessionários.

16.2. Este Contrato deverá constituir uma garantia permanente e nenhuma modificação, aditamento ou complemento em relação a qualquer documento ou acordo relacionado a este Contrato deverá afetar a validade, o objeto deste Contrato e as obrigações impostas à Empenhante por meio deste Contrato.

17. COMPROMISSOS E OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DOS AGENTES FIDUCIÁRIOS

17.1. Além das demais obrigações expressamente previstas neste Contrato e nas Escrituras de Emissão, os Agentes Fiduciários obrigam-se a:

(i) zelar pelo fiel desempenho das obrigações previstas neste Contrato e observar as disposições deste Contrato;

DocuSign Envelope ID: 06981614-ECC1-44BA-AEFC-7B3CEBA50C6A

(ii) proteger os direitos dos Debenturistas sobre os Direitos Empenhados devendo, conforme o caso, negociar os Direitos Empenhados da mesma forma que negociaria com propriedades ou direitos semelhantes de sua própria titularidade e obedecer a todas as demais disposições deste Contrato e das Escrituras de Emissão que tenham correlação com as atividades inerentes à proteção dos interesses dos Debenturistas; e

(iii) agir, na qualidade de representante dos Debenturistas, unicamente de acordo com as instruções que lhe forem passadas pelos Debenturistas, reunidos em cada assembleia geral de Debenturistas, nos termos das Escrituras de Emissão.

17.2. Substituição do Agente Fiduciário. A Empenhante reconhece, outrossim, que os Agentes Fiduciários poderão ser substituídos a qualquer tempo pelos Debenturistas, conforme deliberação em assembleia geral de Debenturistas da Primeira Emissão e pelos Debenturistas da Segunda Emissão, nos termos das Escrituras de Emissão. A Empenhante se compromete a tomar todas as providências que forem necessárias para formalizar a referida substituição, inclusive a celebração de aditamento a este Contrato.

18. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E FORO

18.1. Legislação Aplicável. Este Contrato deverá ser regido e interpretado de acordo com as leis da República Federativa do Brasil e constitui um título executivo extrajudicial de acordo com as disposições do artigo 784, incisos III e V da Lei nº 13.015, de 16 de março de 2015, conforme alterada ("Código Brasileiro de Processo Civil"). A Empenhante, conforme aplicável, reconhece e concorda que todas e quaisquer obrigações assumidas e que lhes possam ser impostas, de acordo com este Contrato ou relacionadas ao mesmo deverão estar sujeitas à execução específica de acordo com os artigos 497, 499, 500, 501, 536, 537, 806, 814, 815, 822 e 823 do Código Brasileiro de Processo Civil.

18.2. Foro. Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Contrato, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

19. COMUNICAÇÕES

19.1. Comunicações. Todos os avisos, notificações e quaisquer outras comunicações requeridas ou permitidas no âmbito Contrato deverão ser entregues ou transmitidas para os endereços estabelecidos abaixo, ou em qualquer outro endereço que possa ser designado por qualquer Parte, por meio de uma notificação à outra Parte.

DocuSign Envelope ID: 06981614-ECC1-44BA-AEFC-7B3CEBA50C6A

Empenhante:
ENAUTA ENERGIA S.A.
Avenida Almirante Barroso, nº 52, salas 1.101, 1.102 e 1.301, Centro
Rio de Janeiro/RJ, Brasil, 20.031-918
At.: Pedro Rodrigues de Medeiros e Felipe Silva Melo
Telefone: (21) 3509 5800
E-mail: pedro.medeiros@enauta.com.br e felipe.melo@enauta.com.br

Agente Fiduciário da Primeira Emissão:
VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.
Rua Gilberto Sabino, nº 215 - 4º Andar - Pinheiros
CEP: 05425-020, São Paulo – SP
At: Eugênia Souza || Marcio Teixeira
Telefone: (11) 3030-7177
E-mail: agentefiduciario@vortx.com.br; pu@vortx.com.br (para fins de precificação)

Agente Fiduciário da Segunda Emissão:
VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.
Rua Gilberto Sabino, nº 215 - 4º Andar - Pinheiros
CEP: 05425-020, São Paulo – SP
At: Eugênia Souza || Marcio Teixeira
Telefone: (11) 3030-7177
E-mail: agentefiduciario@vortx.com.br; pu@vortx.com.br (para fins de precificação)

20. DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. Anexos. Todos os anexos a este Contrato farão parte integrante deste Contrato. Se, entretanto, houver alguma inconsistência entre este Contrato e seus Anexos, as disposições deste Contrato prevalecerão.

20.2. Conflito entre disposições. Em caso de conflito entre as disposições contidas neste Contrato e nas Escrituras de Emissão, as disposições das Escrituras de Emissão deverão prevalecer.

20.2.1. Os Agentes Fiduciários reconhecem os termos e condições das Escrituras de Emissão e não tomarão (ou se recusarão a tomar) qualquer ação que limite a Empenhante de tomar qualquer ação que de outra forma seja permitida pelas Escrituras de Emissão.

20.3. Interpretação. Nada neste Contrato deverá ser interpretado como uma renúncia ou alteração a qualquer outra disposição contida nas Escrituras de Emissão.

DocuSign Envelope ID: 06981614-ECC1-44BA-AEFC-7B3CEBA50C6A

20.4. Cessão ou transferência pela Empenhante. A Empenhante não poderá ceder ou transferir, no todo ou em parte, este Contrato ou qualquer obrigação aqui contida, sem o acordo prévio e por escrito dos Agentes Fiduciários, agindo cada qual em nome e benefício dos respectivos Debenturistas, exceto se de outra forma permitido pelas Escrituras de Emissão.

20.5. Cessão ou transferência pelo Agente Fiduciário. Este Contrato poderá ser cedido ou transferido pelo Agente Fiduciário da Primeira Emissão, em nome e para o benefício da comunhão dos Debenturistas da Primeira Emissão, e pelo e do Agente Fiduciário da Segunda Emissão, em nome e para o benefício da comunhão dos Debenturistas da Segunda Emissão, sujeito às condições estabelecidas nas Escrituras de Emissão, e qualquer cessionário permitido deverá ser sub-rogado a todos os direitos e obrigações dos Agentes Fiduciários conforme estabelecido neste Contrato ou outros contratos e instrumentos relacionados.

20.6. No cumprimento das suas obrigações nos termos deste Contrato, os Agentes Fiduciários terão todos os benefícios e proteções que lhe são concedidos nos termos das Obrigações Garantidas, deste Contrato, das Escrituras de Emissão e da legislação vigente.

20.7. Omissão. A omissão ou tolerância das Partes em exigir o estrito cumprimento dos termos e condições deste Contrato não constituirá novação ou renúncia, nem afetará seus direitos, que podem ser exercidos a qualquer momento.

20.8. Informações periódicas. Com exceção das obrigações assumidas com formas de cumprimento específicas, o cumprimento das obrigações pactuadas neste Contrato e nos demais documentos das Emissões referentes ao envio de documentos e informações periódicas aos Agentes Fiduciários, ocorrerá exclusivamente através da plataforma VX Informa.

20.8.1. Para os fins deste contrato, entende-se por "VX Informa" a plataforma digital disponibilizada pelos Agentes Fiduciários em seu website (https://vortx.com.br). Para a realização do cadastro é necessário acessar https://portal.vortx.com.br/register e solicitar acesso ao sistema.

20.9. Assinatura eletrônica. As Partes concordam e convencionam que a celebração deste Contrato poderá ser feita por meio eletrônico, sendo consideradas válidas, apenas, as assinaturas eletrônicas realizadas por meio de certificado digital, validado conforme a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, conforme alterada. As Partes reconhecem, de forma irrevogável e irretratável, a autenticidade, validade e a plena eficácia da assinatura por certificado digital, para todos os fins de direito.

DocuSign Envelope ID: 06981614-ECC1-44BA-AEFC-7B3CEBA50C6A

ANEXO I
OBRIGAÇÕES GARANTIDAS

(Termos utilizados neste Anexo I que não estiverem aqui definidos ou neste Contrato têm o significado que lhes foi atribuído nas Escrituras de Emissão)

ESCRITURA DE EMISSÃO DA PRIMEIRA EMISSÃO	
Emissora:	Enauta Participações S.A.
Valor Nominal Unitário:	O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, é de R$1.000,00 (mil reais).
Quantidade:	Foram emitidas 1.400.000 (um milhão e quatrocentas mil) Debêntures, sendo (i) 736.675 (setecentas e trinta e seis mil, seiscentas e setenta e cinco) Debêntures da Primeira Série; e (ii) 663.325 (seiscentas e sessenta e três mil, trezentas e vinte e cinco) Debêntures da Segunda Série ("Debêntures").
Número de Séries:	A Emissão foi realizada em 2 (duas) séries (em conjunto, as "Séries", e, individual e indistintamente, "Série"), sendo (i) as Debêntures objeto da Oferta distribuídas no âmbito da primeira Série ("Primeira Série") foram doravante denominadas "Debêntures da Primeira Série"; e (ii) as Debêntures objeto da Oferta distribuídas no âmbito da segunda Série ("Segunda Série") foram doravante denominadas "Debêntures da Segunda Série".
Valor Total da Emissão:	O valor total da Emissão foi de R$ 1.400.000.000,00 (um bilhão e quatrocentos milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definida abaixo) ("Valor Total da Emissão"), sendo certo que a quantidade de Debêntures alocada em cada série foi definida de acordo com o Procedimento de Bookbuilding mediante o Sistema de Vasos Comunicantes. Foi permitida a distribuição parcial das Debêntures, nos termos da Escritura de Emissão da Primeira Emissão.
Data de Emissão:	Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures foi o dia 15 de dezembro de 2022 ("Data de Emissão")
Data de Início da Rentabilidade:	Para todos os fins e efeitos legais, a data de início da rentabilidade foi a Data da Primeira Integralização (conforme definido abaixo) ("Data de Início da Rentabilidade").
Prazo e Data de Vencimento:	Observado o disposto na Escritura de Emissão da Primeira Emissão, (i) as Debêntures da Primeira Série terão prazo de vencimento de 7 (sete) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de dezembro de 2029 ("Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série"); e (ii) as Debêntures da Segunda Série terão prazo de vencimento de 5 (cinco) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se,

DocuSign Envelope ID: 06981614-ECC1-44BA-AEFC-7B3CEBA50C6A

	portanto, em 15 de dezembro de 2027 ("Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série", e, em conjunto com a Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série, a "Data de Vencimento").
Amortização do Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Primeira Série:	O saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Primeira Série será amortizado em 8 (oito) parcelas semestrais, devidas sempre nos dias 15 de junho e 15 de dezembro de cada ano, sendo que a primeira parcela será devida em 15 de junho de 2026, e as demais parcelas serão devidas em cada uma das respetivas datas de amortização das Debêntures da Primeira Série, de acordo com as datas e percentuais indicados na Escritura de Emissão da Primeira Emissão.
Amortização do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série:	O saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série será amortizado em 2 (duas) parcelas, de acordo com as datas e percentuais indicados na Escritura de Emissão da Primeira Emissão.
Atualização Monetária do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série:	O Valor Nominal Unitário (ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso), das Debêntures da Primeira Série será atualizado monetariamente mensalmente pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE ("IPCA"), desde a Data de Início da Rentabilidade até a data de seu efetivo pagamento ("Atualização Monetária das Debêntures da Primeira Série"), sendo o produto da Atualização Monetária das Debêntures da Primeira Série, automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário (ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) das Debêntures da Primeira Série ("Valor Nominal Unitário Atualizado"). A Atualização Monetária das Debêntures da Primeira Série será calculada conforme a fórmula prevista na Escritura de Emissão da Primeira Emissão.
Atualização Monetária do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série:	O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série não será atualizado monetariamente.
Remuneração das Debêntures da Primeira Série:	Sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Primeira Série incidirão juros remuneratórios correspondentes a 9,8297% (nove inteiros, oito mil, duzentos e noventa e sete décimos de milésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração das Debêntures da Primeira Série"), incidentes desde a Data de Início da

DocuSign Envelope ID: 06981614-ECC1-44BA-AEFC-7B3CEBA50C6A

	Rentabilidade das Debêntures da Primeira Série, ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. O cálculo da Remuneração das Debêntures da Primeira Série é realizado conforme previsto na Escritura de Emissão da Primeira Emissão.
Remuneração das Debêntures da Segunda Série:	Sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, incidirão juros remuneratórios correspondentes a variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias do DI – Depósito Interfinanceiro de um dia, "over extra grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 ("Taxa DI"), acrescida exponencialmente de uma sobretaxa (spread) equivalente a 4,2500% (quatro inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis("Remuneração das Debêntures da Segunda Série").
Pagamento da Remuneração:	Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de eventual vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures ou Resgate Antecipado Facultativo, nos termos previstos na Escritura de Emissão da Primeira Emissão, a Remuneração será paga, semestralmente, a partir da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento realizado em 15 de junho de 2023, e os demais pagamentos devidos sempre no dia 15 dos meses de junho e dezembro de cada ano, até a Data de Vencimento das Debêntures da respectiva Série (cada uma, uma "Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures").
Encargos Moratórios:	Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de qualquer valor devido aos Debenturistas nos termos da Escritura de Emissão da Primeira Emissão, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora, devidamente acrescidos da Remuneração das Debêntures, ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial: (i) multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento); e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês calculados *pro rata temporis* ("Encargos Moratórios").
Local de Pagamento:	Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no respectivo vencimento utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela B3 para as Debêntures custodiadas eletronicamente nela; e/ou (ii) os procedimentos

DocuSign Envelope ID: 06981614-ECC1-44BA-AEFC-7B3CEBA50C6A

	adotados pelo Escriturador, para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na B3.
Encargos Moratórios:	Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora, ficarão sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) multa convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2,00% (dois inteiros por cento); e (ii) juros moratórios à razão de 1,00% (um inteiro por cento) ao mês, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento; ambos calculados sobre o montante devido e não pago ("Encargos Moratórios").
Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Primeira Série:	Desde que observado o disposto no artigo 1º, parágrafo 1º, inciso II, combinado com o artigo 2º, parágrafo 1º, da Lei 12.431, nas disposições da Resolução CMN 4.751, ou normativo que venha substitui-lo, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, bem como o prazo médio ponderado mínimo de 4 (quatro) anos dos pagamentos transcorridos entre a Data de Emissão e a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Primeira Série (ou prazo inferior que venha a ser autorizado pela legislação ou regulamentação aplicáveis), a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar o resgate antecipado facultativo total das Debêntures da Primeira Série ("Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Primeira Série"). Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Primeira Série, o valor devido pela Emissora será equivalente ao maior dos critérios mencionados nos itens (a) e (b) da Cláusula 5.1.1 da Escritura de Emissão da Primeira Emissão, sendo que, caso (b) seja maior que (a), o prêmio a ser pago pela Emissora será dado pela diferença entre (b) e (a) ("Prêmio de Resgate Antecipado das Debêntures da Primeira Série").
Resgate Antecipado das Debêntures da Segunda Série:	A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a partir do 31º (trigésimo primeiro) mês da Data de Emissão, ou seja, a partir de 15 de julho de 2025 (inclusive), realizar o resgate antecipado facultativo total das Debêntures da Segunda Série ("Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série"). Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série, o valor devido pela Emissora aos titulares das Debêntures da Segunda Série será equivalente ao: (i) Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série a serem resgatadas, acrescido (ii) da Remuneração das Debêntures da Segunda Série, calculada pro

DocuSign Envelope ID: 06981614-ECC1-44BA-AEFC-7B3CEBA50C6A

	rata temporis, devida desde a Data de Início da Rentabilidade das Debêntures da Segunda Série ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série (exclusive) ("Data do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série"), acrescido (iii) de Encargos Moratórios, se aplicável, devidos e não pagos até a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série, acrescido (iv) de prêmio de 1,40% (um inteiro e quarenta centésimos por cento) ao ano, incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, calculado de forma exponencial de forma *pro rata temporis* considerando os Dias Úteis entre a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série e a Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série ("Prêmio de Resgate Antecipado das Debêntures da Segunda Série").
Aquisição Facultativa:	A Emissora poderá, (i) após decorridos os 2 (dois) primeiros anos contados da Data de Emissão (ou prazo inferior que venha a ser autorizado pela legislação ou regulamentação aplicáveis), adquirir Debêntures em Circulação da Primeira Série, e/ou (ii) a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação da Segunda Série, observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, desde que observe as eventuais regras expedidas pela CVM, devendo tal fato, se assim exigido pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora ("Aquisição Facultativa"). As Debêntures adquiridas pela Emissora de acordo com esta Cláusula poderão, a critério da Emissora: (i) ser canceladas, caso seja legalmente permitido, observado o disposto na Lei 12.431, nas regras expedidas pelo CMN e na regulamentação aplicável; (ii) permanecer na tesouraria da Emissora; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado, observadas as restrições impostas pela Instrução CVM 476. Caso aplicável, as Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Atualização Monetária das Debêntures da Primeira Série e a Remuneração aplicável às demais Debêntures, conforme aplicável.
Amortização Extraordinária das Debêntures da Primeira Série:	As Debêntures da Primeira Série não poderão ser objeto de amortização extraordinária pela Emissora.

DocuSign Envelope ID: 06981614-ECC1-44BA-AEFC-7B3CEBA50C6A

Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da Segunda Série:	A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, após o término do 31º (trigésimo primeiro) mês contado da Data de Emissão, isto é, a partir de 15 de julho de 2025 (inclusive), realizar a amortização extraordinária parcial das Debêntures limitada a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável ("Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da Segunda Série"). Por ocasião da Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da Segunda Série, o valor devido pela Emissora será equivalente à (i) parcela do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série a serem amortizadas, acrescido (ii) da Remuneração das Debêntures da Segunda Série, calculada *pro rata temporis*, devida desde a Data de Início da Rentabilidade das Debêntures da Segunda Série ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data da Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da Segunda Série (exclusive) ("Data da Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da Segunda Série"), acrescido (iii) de Encargos Moratórios, se aplicável, devidos e não pagos até a Data da Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da Segunda Série, acrescido (iv) de prêmio de 1,40% (um inteiro e quarenta centésimos por cento) ao ano, incidente sobre a parcela do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, calculado de forma exponencial de forma *pro rata temporis* considerando os Dias Úteis entre a Data da Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da Segunda Série e a Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série ("Prêmio de Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da Segunda Série").
Oferta de Aquisição Obrigatória:	Caso a Emissora, as Fiadoras ou quaisquer de suas Controladas Restritas vendam, transfiram e/ou cedam de forma definitiva a terceiros não integrantes do seu grupo econômico quaisquer Ativos Não Restritos (conforme definido na Escritura de Emissão da Primeira Emissão), em montante igual ou superior a 30% (trinta por cento), em uma ou mais transações, do EBITDAX (a) consolidado anual; ou (b) da informação financeira trimestral referente aos últimos 12 (doze) meses imediatamente anteriores à data do evento, sendo certo que será definido entre (a) e (b) aquele que representar o valor obtido em data mais próximo à data do último evento de venda, transferência e/ou cessão, conforme aplicável, a Emissora deverá, observadas as regras estabelecidas na Resolução CVM 77 e a legislação e

DocuSign Envelope ID: 06981614-ECC1-44BA-AEFC-7B3CEBA50C6A

	regulamentação aplicáveis ("Evento de Pagamento Obrigatório"), a Emissora deverá realizar uma oferta obrigatória para adquirir as Debêntures dos Debenturistas que optarem por alienar suas respectivas Debêntures, observados os termos e condições previstos na Escritura de Emissão da Primeira Emissão, devendo tal fato, se assim exigido pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora ("Oferta de Aquisição Obrigatória").

ESCRITURA DE EMISSÃO DA SEGUNDA EMISSÃO	
Emissora	Enauta Participações S.A.
Valor Nominal Unitário:	O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R$1.000,00 (mil reais).
Quantidade:	Serão emitidas, inicialmente, 1.100.000 (um milhão e cem mil) Debêntures, a serem alocadas conforme demanda pelas Debêntures, apurada por meio do Procedimento de *Bookbuilding*, mediante o Sistema de Vasos Comunicantes, sendo certo que a quantidade de Debêntures a ser alocada na Segunda Série será limitada a 50% (cinquenta por cento) da quantidade total de Debêntures efetivamente emitida, observada a possibilidade de Distribuição Parcial e a colocação do Montante Mínimo ("Debêntures").
Número de Séries:	A Emissão será realizada em até 3 (três) séries (em conjunto, as "Séries", e, individual e indistintamente, "Série"), sendo (i) as Debêntures objeto da Oferta distribuídas no âmbito da primeira Série ("Primeira Série") doravante denominadas "Debêntures da Primeira Série"; e (ii) as Debêntures objeto da Oferta distribuídas no âmbito da segunda Série ("Segunda Série") doravante denominadas "Debêntures da Segunda Série"; e (iii) as Debêntures objeto da Oferta distribuídas no âmbito da terceira Série ("Terceira Série") doravante denominadas "Debêntures da Terceira Série" e, em conjunto com as Debêntures da Primeira Série e as Debêntures da Segunda Série, "Debêntures".
Valor Total da Emissão:	O valor total da Emissão será de até R$ 1.100.000.000,00 (um bilhão e cem milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definida abaixo) ("Valor Total da Emissão"), sendo certo que (i) a quantidade de Debêntures a ser emitida; (ii) a existência de cada uma das Séries; e (iii) a quantidade de Debêntures a ser alocada em cada série, serão definidas de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding* (conforme definido na Escritura de Emissão)

DocuSign Envelope ID: 06981614-ECC1-44BA-AEFC-7B3CEBA50C6A

	mediante o Sistema de Vasos Comunicantes (conforme definido na Escritura de Emissão), observado que a quantidade de Debêntures a ser alocada na Segunda Série será limitada a 50% (cinquenta por cento) da quantidade total de Debêntures efetivamente emitida e que qualquer Série poderá ser cancelada. Será permitida a Distribuição Parcial das Debêntures, observada a colocação do Montante Mínimo. A Emissão e a Oferta não poderão ser aumentadas em nenhuma hipótese.
Montante Mínimo:	Será admitida a possibilidade de distribuição parcial das Debêntures, nos termos dos artigos 73 e 74 da Resolução CVM 160, sendo que a manutenção da Oferta está condicionada à subscrição e integralização do montante mínimo de R$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais) ("Montante Mínimo"). Caso durante o Procedimento de *Bookbuilding* não seja verificada demanda pelos Investidores Qualificados para a totalidade das Debêntures, até o final do prazo de colocação das Debêntures, as Debêntures representativas da diferença entre o Volume Total da Emissão e a demanda das Debêntures apurada junto aos Investidores Qualificados no Procedimento de *Bookbuilding*, nos termos desta Escritura de Emissão, serão canceladas pela Emissora, observados os termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Distribuição ("Distribuição Parcial").
Data de Emissão:	Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 15 de setembro de 2023 ("Data de Emissão")
Data de Início da Rentabilidade:	Para todos os fins e efeitos legais, a data de início da rentabilidade será a Data da Primeira Integralização (conforme definido na Escritura de Emissão) ("Data de Início da Rentabilidade").
Prazo e Data de Vencimento:	Observado o disposto nesta Escritura de Emissão, (i) as Debêntures da Primeira Série terão prazo de vencimento de 6 (seis) anos ou 2.194 (dois mil cento e noventa e quatro) dias contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 17 de setembro de 2029 ("Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série"); (ii) as Debêntures da Segunda Série terão prazo de vencimento de 5 (cinco) anos ou 1.827 (mil oitocentos e vinte e sete) dias contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de setembro de 2028 ("Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série); e (iii) as Debêntures da Terceira Série terão prazo de vencimento de 6 (seis) anos ou 2.194 (dois mil cento e noventa e quatro) dias contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 17 de setembro de 2029 ("Data de Vencimento das Debêntures da Terceira Série", e, em conjunto com a Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série e a Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série, a "Data de Vencimento").

DocuSign Envelope ID: 06981614-ECC1-44BA-AEFC-7B3CEBA50C6A

Amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Primeira Série:	O Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Primeira Série será amortizado em 5 (cinco) parcelas semestrais, devidas sempre nos dias 15 de março e 15 de setembro de cada ano, sendo que a primeira parcela será devida em 15 de setembro de 2027, e as demais parcelas serão devidas em cada uma das respetivas datas de amortização das Debêntures da Primeira Série, de acordo com as datas indicadas na Escritura de Emissão da Segunda Emissão.
Amortização do Valor Nominal Unitário ou do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série:	O Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série será amortizado em uma única parcela, na Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série.
Amortização do Valor Nominal Unitário ou do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série:	O Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série será amortizado em uma única parcela, na Data de Vencimento das Debêntures da Terceira Série.
Atualização Monetária do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série:	O Valor Nominal Unitário (ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso), das Debêntures da Primeira Série será atualizado monetariamente pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE ("IPCA"), , desde a Data de Início da Rentabilidade até a data de seu efetivo pagamento ("Atualização Monetária das Debêntures da Primeira Série"), sendo o produto da Atualização Monetária das Debêntures da Primeira Série, automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário (ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) das Debêntures da Primeira Série ("Valor Nominal Unitário Atualizado"). A Atualização Monetária das Debêntures da Primeira Série será calculada conforme a fórmula prevista na Escritura de Emissão da Segunda Emissão.
Atualização Monetária do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série:	O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série não será atualizado monetariamente.
Atualização Monetária do Valor Nominal Unitário das	O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série não será atualizado monetariamente.

DocuSign Envelope ID: 06981614-ECC1-44BA-AEFC-7B3CEBA50C6A

Debêntures da Terceira Série:	
Remuneração das Debêntures da Primeira Série:	Sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Primeira Série incidirão juros remuneratórios a serem definidos no Procedimento de *Bookbuilding* e, em qualquer caso, limitados ao que for maior entre: (i) a taxa interna de retorno do Tesouro IPCA+ (nova denominação da Nota do Tesouro Nacional, Série B – NTN-B), com vencimento em 2028, baseada na cotação indicativa divulgada pela ANBIMA em sua página na internet (http://www.anbima.com.br), apurada no fechamento do Dia Útil imediatamente anterior à data do Procedimento de *Bookbuilding*, acrescida exponencialmente de uma sobretaxa (*spread)* equivalente a 3,70% (três inteiros e setenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis; ou (ii) 8,75% (oito inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração das Debêntures da Primeira Série"), incidentes desde a Data de Início da Rentabilidade das Debêntures da Primeira Série, ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. O cálculo da Remuneração das Debêntures da Primeira Série será realizado de acordo com a fórmula prevista na Escritura de Emissão da Segunda Emissão.
Remuneração das Debêntures da Segunda Série:	Sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias do DI – Depósito Interfinanceiro de um dia, "*over extra grupo*", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 ("Taxa DI"), acrescida exponencialmente de uma sobretaxa (*spread)* a ser definida no Procedimento de *Bookbuilding* e, em qualquer caso, limitada a 4,50% (quatro inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração das Debêntures da Segunda Série"). O cálculo da Remuneração das Debêntures da Segunda Série será realizado de acordo com a fórmula prevista na Escritura de Emissão da Segunda Emissão.
Remuneração das Debêntures da Terceira Série:	Sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios prefixados, correspondentes a um determinado percentual fixo ao ano a ser definido no Procedimento de

DocuSign Envelope ID: 06981614-ECC1-44BA-AEFC-7B3CEBA50C6A

	Bookbuilding e, em qualquer caso, limitado ao que for maior entre: (i) a Taxa DI de *duration* mais próxima à *duration* das Debêntures da Terceira Série, conforme as Taxas Referenciais BM&FBOVESPA relativa à 'DI x Pré', 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, baseada na cotação indicativa do Dia Útil imediatamente anterior à data de realização do Procedimento de Bookbuilding, divulgada pela B3 em sua página na internet (acessível, nesta data, por meio do link https://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/servicos-de-dados/market-data/consultas/mercado-de-derivativos/precos-referenciais/taxas-referenciais-bm-fbovespa/), acrescida exponencialmente de sobretaxa (spread) de 3,75% (três inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano; e (ii) 14,75% (quatorze inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração das Debêntures da Terceira Série" e, em conjunto com a Remuneração das Debêntures da Primeira Série e a Remuneração das Debêntures da Segunda Série, "Remuneração"). O cálculo da Remuneração das Debêntures da Terceira Série será realizado de acordo com a fórmula prevista na Escritura de Emissão da Segunda Emissão.
Pagamento da Remuneração:	Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de eventual vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures ou Resgate Antecipado Facultativo, nos termos previstos na Escritura de Emissão da Segunda Emissão, a (i) Remuneração das Debêntures Primeira Série será paga, semestralmente, a partir da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento realizado em 15 de março de 2024, e os demais pagamentos devidos sempre no dia 15 dos meses de setembro e março de cada ano, até a Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série (cada uma, uma "Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures Primeira Série"); (ii) Remuneração das Debêntures Segunda Série será paga, semestralmente, sendo o primeiro pagamento realizado em 15 de março de 2024, e os demais pagamentos devidos sempre no dia 15 dos meses de setembro e março de cada ano, até a Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série (cada uma, uma "Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures Segunda Série"); e (iii) Remuneração das Debêntures da Terceira Série será paga semestralmente, sendo o primeiro pagamento realizado em 15 de março de 2024 e os demais pagamentos devidos sempre no dia 15 dos meses de março e setembro de cada ano, até a Data de Vencimento das Debêntures da Terceira Série (cada uma, uma "Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Terceira

DocuSign Envelope ID: 06981614-ECC1-44BA-AEFC-7B3CEBA50C6A

	Série" e em conjunto com a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures Primeira Série e a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série, a "Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures").
Encargos Moratórios:	Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de quantia devida aos Debenturistas nos termos da Escritura de Emissão da Segunda Emissão, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora, ficarão sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) multa convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2,00% (dois inteiros por cento); e (ii) juros moratórios à razão de 1,00% (um inteiro por cento) ao mês, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento; ambos calculados sobre o montante devido e não pago ("Encargos Moratórios").
Local de Pagamento:	Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no respectivo vencimento utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela B3 para as Debêntures custodiadas eletronicamente nela; e/ou (ii) os procedimentos adotados pelo Escriturador, para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na B3.
Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Terceira Série:	Desde que observado o disposto no artigo 1º, parágrafo 1º, inciso II, combinado com o artigo 2º, parágrafo 1º, da Lei 12.431, nas disposições da Resolução CMN 4.751, ou normativo que venha substitui-lo, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, bem como o prazo médio ponderado mínimo de 4 (quatro) anos dos pagamentos transcorridos entre a Data de Emissão e a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Primeira Série ou das Debêntures da Terceira Série (ou prazo inferior que venha a ser autorizado pela legislação ou regulamentação aplicáveis), a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar o resgate antecipado facultativo total das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Terceira Série ("Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Terceira Série"). Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Terceira Série, o valor devido pela Emissora será equivalente ao maior dos critérios mencionados nos itens (a) e (b) ("Valor de Resgate Antecipado das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Terceira Série") da Cláusula 5.1.1 da Escritura de Emissão da Segunda Emissão, sendo que, caso (b) seja maior que (a), o prêmio a ser pago pela Emissora será dado pela diferença entre (b) e (a)

DocuSign Envelope ID: 06981614-ECC1-44BA-AEFC-7B3CEBA50C6A

	("Prêmio de Resgate Antecipado das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Terceira Série").
Resgate Antecipado das Debêntures da Segunda Série:	A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a partir do 31º (trigésimo primeiro) mês da Data de Emissão, ou seja, a partir de 15 de abril de 2026 (inclusive), realizar o resgate antecipado facultativo total das Debêntures da Segunda Série ("Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série"). Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série, o valor devido pela Emissora aos titulares das Debêntures da Segunda Série será equivalente ao: (i) Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série a serem resgatadas, acrescido (ii) da Remuneração das Debêntures da Segunda Série, calculada *pro rata temporis*, devida desde a Data de Início da Rentabilidade das Debêntures da Segunda Série ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série (exclusive) ("Data do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série"), acrescido (iii) de Encargos Moratórios, se aplicável, devidos e não pagos até a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série, acrescido (iv) de prêmio de 1,40% (um inteiro e quarenta centésimos por cento) ao ano, incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, calculado de forma exponencial de forma *pro rata temporis* considerando os Dias Úteis entre a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série e a Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série ("Prêmio de Resgate Antecipado das Debêntures da Segunda Série" e "Valor de resgate Antecipado das Debêntures da Segunda Série", respectivamente).
Aquisição Facultativa:	A Emissora poderá, (i) após decorridos os 2 (dois) primeiros anos contados da Data de Emissão (ou prazo inferior que venha a ser autorizado pela legislação ou regulamentação aplicáveis), adquirir Debêntures em Circulação da Primeira Série e Debêntures em circulação da Terceira Série, e/ou (ii) a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação da Segunda Série, observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, desde que observe as eventuais regras expedidas pela CVM, devendo tal fato, se assim exigido pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora ("Aquisição Facultativa").

DocuSign Envelope ID: 06981614-ECC1-44BA-AEFC-7B3CEBA50C6A

	As Debêntures adquiridas pela Emissora de acordo com a Cláusula 5.3.1 da Escritura de Emissão da Segunda Emissão, poderão, a critério da Emissora: (i) ser canceladas, caso seja legalmente permitido, observado o disposto na Lei 12.431, nas regras expedidas pelo CMN e na regulamentação aplicável; (ii) permanecer na tesouraria da Emissora; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. Caso aplicável, as Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Atualização Monetária das Debêntures da Primeira Série e à Remuneração aplicável às demais Debêntures, conforme aplicável.
Amortização Extraordinária das Debêntures da Primeira Série e da Debêntures da Terceira Série:	As Debêntures da Primeira Série e as Debêntures da Terceira Série não poderão ser objeto de amortização extraordinária pela Emissora.
Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da Segunda Série:	A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, após o término do 31º (trigésimo primeiro) mês contado da Data de Emissão, isto é, a partir de 15 de abril de 2026 (inclusive), realizar a amortização extraordinária parcial das Debêntures limitada a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável ("Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da Segunda Série"). Por ocasião da Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da Segunda Série, o valor devido pela Emissora será equivalente à (i) parcela do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série a serem amortizadas, acrescido (ii) da Remuneração das Debêntures da Segunda Série, calculada *pro rata temporis*, devida desde a Data de Início da Rentabilidade das Debêntures da Segunda Série ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data da Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da Segunda Série (exclusive) ("Data da Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da Segunda Série"), acrescido (iii) de Encargos Moratórios, se aplicável, devidos e não pagos até a Data da Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da Segunda Série, acrescido (iv) de prêmio de 1,40% (um inteiro e quarenta centésimos por cento) ao ano, incidente sobre a parcela do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, calculado de forma exponencial de forma *pro rata temporis* considerando os Dias Úteis entre a Data da Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da

DocuSign Envelope ID: 06981614-ECC1-44BA-AEFC-7B3CEBA50C6A

	Segunda Série e a Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série ("Prêmio de Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da Segunda Série" e "Valor de Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da Segunda Série").
Oferta de Aquisição Obrigatória:	Caso a Emissora, as Fiadoras ou quaisquer de suas Controladas Restritas vendam, transfiram e/ou cedam de forma definitiva a terceiros não integrantes do seu grupo econômico quaisquer Ativos Não Restritos (conforme definido na Escritura de Emissão da Segunda Emissão), em montante igual ou superior a 30% (trinta por cento), em uma ou mais transações, do EBITDAX (a) consolidado anual; ou (b) da informação financeira trimestral referente aos últimos 12 (doze) meses imediatamente anteriores à data do evento, sendo certo que será definido entre (a) e (b) aquele cuja divulgação tenha ocorrido em data mais recente em relação à data do último evento de venda, transferência e/ou cessão, conforme aplicável, a Emissora deverá, observadas as regras estabelecidas na Resolução CVM 77 e a legislação e regulamentação aplicáveis ("Evento de Pagamento Obrigatório"), a Emissora deverá realizar uma oferta obrigatória para adquirir as Debêntures dos Debenturistas que optarem por alienar suas respectivas Debêntures, observados os termos e condições previstos na Escritura de Emissão da Segunda Emissão, devendo tal fato, se assim exigido pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora ("Oferta de Aquisição Obrigatória").

As tabelas acima resumem certos termos das Obrigações Garantidas da Escritura de Emissão da Primeira Emissão e da Escritura de Emissão da Segunda Emissão e foram elaboradas pelas Partes com o objetivo de dar atendimento à legislação aplicável. No entanto, as presentes tabelas não se destinam e não serão interpretadas de modo a modificar, alterar, ou cancelar e substituir os termos e condições efetivos das Debêntures da Primeira Emissão e das Debêntures da Segunda Emissão e das demais Obrigações Garantidas ao longo do tempo; tampouco limitará os direitos dos Debenturistas da Primeira Emissão e dos Debenturistas da Segunda Emissão e/ou dos Agentes Fiduciários.

DocuSign Envelope ID: 06981614-ECC1-44BA-AEFC-7B3CEBA50C6A

ANEXO II
MODELO DE ADITAMENTO – REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA PERMITIDA

[•]º ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE PENHOR DE DIREITOS EMERGENTES DA CONCESSÃO DE MANATI E OUTRAS AVENÇAS

Este "[•]° Aditamento ao Instrumento Particular de Penhor de Direitos Emergentes da Concessão de Manati e Outras Avenças" ("Contrato") é celebrado por e entre:

(1) ENAUTA ENERGIA S.A., sociedade por ações, sem registro de emissor de valores mobiliários perante a CVM, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Barroso, nº 52, sala 1101, 1102 e 1301 (parte), Centro, CEP 20031-918, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.253.257/0001-71 e na JUCERJA sob o NIRE nº 33300291598, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("**Enauta Energia**" ou "**Empenhante**");

(2) VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., instituição financeira, devidamente constituída e validamente existente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, com sua sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, nº 215, 4º andar, Pinheiros, CEP 05.425-020, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.610.500/0001-88, na qualidade de agente fiduciário representante dos Debenturistas da Primeira Emissão (conforme abaixo definido) e dos Debenturistas da Segunda Emissão (conforme abaixo definido) ("Agente Fiduciário da Primeira Emissão" ou "Agente Fiduciário da Segunda Emissão" ou cada qual, individualmente e indistintamente, "Agente Fiduciário" e, quando referidos em conjunto, "Agentes Fiduciários"", conforme o caso), neste ato representada na forma de seu contrato social;

sendo a Empenhante e os Agentes Fiduciários referidos como as "Partes" e, individualmente, como "Parte".

CONSIDERANDO QUE

(A) em 22 de novembro de 2022, foi celebrado o "*Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em até 2 (Duas) Séries, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Enauta Participações S.A.*" pela Emissora, pelo Agente Fiduciário e pela Enauta Energia conforme aditado em 21 de dezembro de 2022 pelo "*Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em até 2 (Duas) Séries, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Enauta Participações S.A.*" ("Escritura de Emissão da Primeira Emissão"), por meio do qual a Emissora realizou sua 1ª (primeira) emissão de debêntures

DocuSign Envelope ID: 06981614-ECC1-44BA-AEFC-7B3CEBA50C6A

simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em 2 (duas) séries, da Emissora, no valor total de R$ 1.400.000.000,00 (um bilhão e quatrocentos milhões de reais), na data de emissão ("Debêntures da Primeira Emissão"), as quais foram objeto de distribuição pública, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, da Lei nº 6.385 de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, e das demais leis e normas regulamentares aplicáveis;

(B) em 06 de setembro de 2023, foi celebrado o "*Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em até 3 (Três) Séries, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública, em Rito de Registro Automático, da Enauta Participações S.A*" pela Emissora, pelo Agente Fiduciário da Segunda Emissão e pela Enauta Energia ("Escritura de Emissão da Segunda Emissão", em conjunto com a Escritura de Emissão da Primeira Emissão", as "Escrituras de Emissão"), conforme aditada de tempos em tempos, por meio por meio do qual foram estabelecidos os termos e condições da 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em até 3 (três) séries, da Emissora, no valor total de até R$ 1.100.000.000,00 (um bilhão e cem milhões de reais), na data de emissão ("Debêntures da Segunda Emissão" e, em conjunto com as Debêntures da Primeira Emissão, "Debêntures"), as quais serão objeto de distribuição pública, sob o rito de registro automático, nos termos da Resolução da CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 160"), e das demais leis e normas regulamentares aplicáveis;

(C) para assegurar o fiel, pontual, correto e integral cumprimento das Obrigações Garantidas (conforme definido abaixo), a Empenhante se comprometeu, em caráter irrevogável e irretratável, a empenhar em favor dos titulares das Debêntures da Primeira Emissão ("Debenturistas da Primeira Emissão"), representados pelo Agente Fiduciário da Primeira Emissão, e em favor dos titulares das Debêntures da Segunda Emissão ("Debenturistas da Segunda Emissão" e, em conjunto com os Debenturistas da Primeira Emissão", os "Debenturistas") representados pelo Agente Fiduciário da Segunda Emissão, os Direitos Empenhados (conforme definidos abaixo);

(D) em 29 de novembro de 2022 foi celebrado o "*Instrumento Particular de Penhor de Direitos Emergentes da Concessão de Manati e Outras Avenças*", tendo como signatários os mesmos signatários deste Aditamento, e registrado no 4º Oficial de Registro de Títulos e Documentos de Pessoa Jurídica da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo sob o nº 5.434.196 em 1 de dezembro de 2022, e no 2º Ofício e Documentos sob o nº 1.146.631 em 5 de dezembro de 2022, no qual, conforme seus termos e condições, a Empenhante empenhou os Direitos Empenhados para os Debenturistas da Primeira Emissão, representados pelo Agente Fiduciário da Primeira Emissão (o "Contrato"); e

DocuSign Envelope ID: 06981614-ECC1-44BA-AEFC-7B3CEBA50C6A

(E) em conformidade com a Cláusula 2.9 do Contrato, as Partes desejam aditar o Contrato para formalizar a realização de uma Reorganização Societária Permitida (conforme definido nas Escrituras de Emissão).

RESOLVEM, por esta, e na melhor forma de direito, celebrar o presente Aditamento, que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA I DEFINIÇÕES E INTERPRETAÇÕES

1.1. Os termos em letras maiúsculas utilizados, mas não definidos no presente Aditamento, terão os mesmos significados que lhe foram atribuídos no Contrato e nas Escrituras de Emissão. Todas as referências aqui contidas a quaisquer acordos ou documentos deverão ser interpretadas como uma referência a tais acordos ou documentos conforme aditados, alterados, modificados ou complementados de tempos em tempos. Todas as referências aqui contidas à lei aplicável deverão ser interpretadas como uma referência a tais leis, regulamentos, decretos, instruções, decisões normativas, medidas provisórias ou qualquer outra decisão em qualquer jurisdição aplicável, com força de lei ou não. Todas as referências a quaisquer das Partes deverão ser interpretadas como uma referência a tal Parte, seus respectivos sucessores, beneficiários e cessionários permitidos. As definições com denominação no singular incluem o plural e vice-versa.

1.2. Salvo qualquer outra disposição em contrário prevista neste Aditamento, todos os termos e condições do Contrato aplicam-se total e automaticamente a este Aditamento, *mutatis mutandis*, e deverão ser consideradas como uma parte integral deste, como se estivessem transcritos neste Aditamento.

1.3. Todas as menções aos Agentes Fiduciários no presente instrumento deverão ser entendidas como o Agente Fiduciário da Primeira Emissão, agindo em nome e para o benefício da comunhão dos Debenturistas da Primeira Emissão e como Agente Fiduciário da Segunda Emissão, agindo em nome e para o benefício da comunhão dos Debenturistas da Segunda Emissão.

CLÁUSULA II – OBJETO

2.1. Na forma do disposto no Contrato (conforme aditado, alterado e modificado de tempos em tempos, inclusive por meio deste Aditamento), em função da Reorganização Societária Permitida, por meio do qual [=*descrever a reorganização societária*=], o presente Aditamento tem por objeto a formalização da [*inclusão dos direitos emergentes do [•]/substituição dos direitos emergentes do [•] pelos direitos emergentes do [•]*] do objeto do Penhor, nos termos previstos na Cláusula 2.9 do Contrato.

DocuSign Envelope ID: 06981614-ECC1-44BA-AEFC-7B3CEBA50C6A

2.2 Tendo em vista a Reorganização Societária Permitida, as Partes resolvem alterar a Cláusula 2.1 do Contrato, de modo a [complementar/adequar] a descrição dos Direitos Empenhados como objeto do Penhor.

2.3. À luz do exposto acima, a Empenhante se obriga a efetuar os registros determinados pela Cláusula IV do Contrato.

CLÁUSULA III - DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1. A Empenhante declara e garante que as declarações prestadas na no Contrato permanecem verdadeiras, corretas e plenamente válidas e eficazes na data de assinatura deste Aditamento, como se estivessem inteiramente transcritas neste Aditamento.

3.2. A Empenhante ratifica, expressamente e de forma integral, em relação a si própria, todas as obrigações respectivamente contratadas no Contrato, como se tais obrigações estivessem inteiramente transcritas neste Aditamento.

3.3. Exceto se expressamente alterado nos termos deste Aditamento, todas as disposições, termos e condições estabelecidos no Contrato deverão permanecer inteiramente em pleno vigor e efeito integralmente, sendo expressamente ratificados pelas Partes.

3.4. Caso qualquer das disposições deste Aditamento venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

3.5. O presente Aditamento será regido e interpretado em conformidade com as leis do Brasil. Fica eleito o foro da cidade de São Paulo, estado de São Paulo, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou possa vir a ser, como competente para dirimir quaisquer controvérsias ou litígios decorrentes ou relacionados a este Aditamento.

E, por estarem assim certas e ajustadas, as Partes firmam este Contrato, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

[*Local*], [*data*].
[PÁGINAS DE ASSINATURAS A SEREM INCLUÍDAS]

DocuSign Envelope ID: 06981614-ECC1-44BA-AEFC-7B3CEBA50C6A

ANEXO III

MODELO DE ADITAMENTO – COMPARTILHAMENTO DAS GARANTIAS

[•]º ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE PENHOR DE DIREITOS EMERGENTES DA CONCESSÃO DE MANATI E OUTRAS AVENÇAS

Este "[•]° Aditamento ao Instrumento Particular de Penhor de Direitos Emergentes da Concessão de Manati e Outras Avenças" ("Contrato") é celebrado por e entre:

(1) ENAUTA ENERGIA S.A., sociedade por ações, sem registro de emissor de valores mobiliários perante a CVM, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Barroso, nº 52, sala 1101, 1102 e 1301 (parte), Centro, CEP 20031-918, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.253.257/0001-71 e na JUCERJA sob o NIRE nº 33300291598, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("**Enauta Energia**" ou "**Empenhante**");

(2) VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., instituição financeira, devidamente constituída e validamente existente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, com sua sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, nº 215, 4º andar, Pinheiros, CEP 05.425-020, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.610.500/0001-88, na qualidade de agente fiduciário representante dos Debenturistas da Primeira Emissão (conforme abaixo definido) e dos Debenturistas da Segunda Emissão (conforme abaixo definido) ("Agente Fiduciário da Primeira Emissão" ou "Agente Fiduciário da Segunda Emissão"); e

(3) [•], instituição financeira, devidamente constituída e validamente existente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, com sua sede na [•], inscrita no CNPJ/MF sob o nº [•], na qualidade de [•], neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Agente Fiduciário da [•] Emissão" e, em conjunto com o Agente Fiduciário da Primeira Emissão" ou "Agente Fiduciário da Segunda Emissão", os "Agentes Fiduciários")

sendo a Empenhante e os Agentes Fiduciários referidos como as "Partes" e, individualmente, como "Parte".

CONSIDERANDO QUE

(A) em 22 de novembro de 2022, foi celebrado o "*Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em até 2 (Duas) Séries, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Enauta Participações S.A.*" pela Emissora, pelo Agente Fiduciário e pela Enauta Energia conforme aditado em 21 de dezembro de 2022 pelo "*Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira)*

DocuSign Envelope ID: 06981614-ECC1-44BA-AEFC-7B3CEBA50C6A

Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em até 2 (Duas) Séries, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Enauta Participações S.A." ("Escritura de Emissão da Primeira Emissão"), por meio do qual a Emissora realizou sua 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em 2 (duas) séries, da Emissora, no valor total de R$ 1.400.000.000,00 (um bilhão e quatrocentos milhões de reais), na data de emissão ("Debêntures da Primeira Emissão"), as quais foram objeto de distribuição pública, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, da Lei nº 6.385 de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, e das demais leis e normas regulamentares aplicáveis;

(B) em 06 de setembro de 2023, foi celebrado o "*Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em até 3 (Três) Séries, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública, em Rito de Registro Automático, da Enauta Participações S.A.*" pela Emissora, pelo Agente Fiduciário da Segunda Emissão e pela Enauta Energia ("Escritura de Emissão da Segunda Emissão", em conjunto com a Escritura de Emissão da Primeira Emissão", as "Escrituras de Emissão"), conforme aditada de tempos em tempos, por meio por meio do qual foram estabelecidos os termos e condições da 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em até 3 (três) séries, da Emissora, no valor total de até R$ 1.100.000.000,00 (um bilhão e cem milhões de reais), na data de emissão ("Debêntures da Segunda Emissão" e, em conjunto com as Debêntures da Primeira Emissão, "Debêntures"), as quais serão objeto de distribuição pública, sob o rito de registro automático, nos termos da Resolução da CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 160"), e das demais leis e normas regulamentares aplicáveis;

(C) para assegurar o fiel, pontual, correto e integral cumprimento das Obrigações Garantidas (conforme definido abaixo), a Empenhante se comprometeu, em caráter irrevogável e irretratável, a empenhar em favor dos titulares das Debêntures da Primeira Emissão ("Debenturistas da Primeira Emissão"), representados pelo Agente Fiduciário da Primeira Emissão, e em favor dos titulares das Debêntures da Segunda Emissão ("Debenturistas da Segunda Emissão" e, em conjunto com os Debenturistas da Primeira Emissão", os "Debenturistas") representados pelo Agente Fiduciário da Segunda Emissão, os Direitos Empenhados (conforme definidos abaixo) ;

(D) em 29 de novembro de 2022 foi celebrado o "*Instrumento Particular de Penhor de Direitos Emergentes da Concessão de Atlanta-Oliva e Outras Avenças*", tendo como signatários os mesmos signatários deste Aditamento, e registrado no 4º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Pessoa Jurídica da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sob o nº 5.434.197 em 1 de dezembro de 2022, e no 3º Serviço Registral de Títulos e Documentos, da Cidade do Rio De Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, em 1 de

DocuSign Envelope ID: 06981614-ECC1-44BA-AEFC-7B3CEBA50C6A

dezembro de 2022sob o nº 1190765, com registro no Livro P-82 sob nº de ordem 322430, no qual, conforme seus termos e condições, a Empenhante empenhou os Direitos Empenhados para os Debenturistas da Primeira Emissão, representados pelo Agente Fiduciário da Primeira Emissão (o "Contrato");

(E) nos termos da Escritura da Segunda Emissão, o Penhor e as demais Garantias Reais foram outorgadas em benefício dos titulares das Debêntures da Segunda Emissão ("Debenturistas da Segunda Emissão" e, em conjunto com os Debenturistas da Primeira Emissão, os "Debenturistas"), observado que os termos e condições do compartilhamento das Garantias Reais entre os credores, quer seja, os Debenturistas, representados pelos Agentes Fiduciários, estão regulados no "*Contrato de Compartilhamento de Garantias e Outras Avenças*", celebrado em [•] de [•] de 2023 entre os Agentes Fiduciários ("Contrato de Compartilhamento" e "Compartilhamento das Garantias Reais", respectivamente); e

(F) em conformidade com a Cláusula 2.10 do Contrato, as Partes desejam aditar o Contrato para formalizar a inclusão do [•], representados pelo Agente Fiduciário da [•] Emissão, como novo credor no âmbito do Contrato.

RESOLVEM, por esta, e na melhor forma de direito, celebrar o presente Aditamento, que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA I -DEFINIÇÕES E INTERPRETAÇÕES

1.1. Os termos em letras maiúsculas utilizados, mas não definidos no presente Aditamento, terão os mesmos significados que lhe foram atribuídos no Contrato e nas Escrituras de Emissão. Todas as referências aqui contidas a quaisquer acordos ou documentos deverão ser interpretadas como uma referência a tais acordos ou documentos conforme aditados, alterados, modificados ou complementados de tempos em tempos. Todas as referências aqui contidas à lei aplicável deverão ser interpretadas como uma referência a tais leis, regulamentos, decretos, instruções, decisões normativas, medidas provisórias ou qualquer outra decisão em qualquer jurisdição aplicável, com força de lei ou não. Todas as referências a quaisquer das Partes deverão ser interpretadas como uma referência a tal Parte, seus respectivos sucessores, beneficiários e cessionários permitidos. As definições com denominação no singular incluem o plural e vice-versa.

1.2. Salvo qualquer outra disposição em contrário prevista neste Aditamento, todos os termos e condições do Contrato aplicam-se total e automaticamente a este Aditamento, *mutatis mutandis*, e deverão ser consideradas como uma parte integral deste, como se estivessem transcritos neste Aditamento.

1.3. Todas as menções aos Agentes Fiduciários no presente instrumento deverão ser

DocuSign Envelope ID: 06981614-ECC1-44BA-AEFC-7B3CEBA50C6A

entendidas como o Agente Fiduciário da Primeira Emissão, agindo em nome e para o benefício da comunhão dos Debenturistas da Primeira Emissão, o Agente Fiduciário da Segunda Emissão, agindo em nome e para o benefício da comunhão dos Debenturistas da Segunda Emissão, e o Agente Fiduciário da [•] Emissão, agindo em nome e para benefício da comunhão dos Debenturistas da [•] Emissão.

CLÁUSULA II – OBJETO

2.1 Na forma do disposto no Contrato (conforme aditado, alterado e modificado de tempos em tempos, inclusive por meio deste Aditamento), em função do Compartilhamento das Garantias Reais, o presente Aditamento tem por objeto a formalização da inclusão do [•], na qualidade de novo credor que passará a compartilhar a presente garantia com o Agente Fiduciário, nos mesmos termos, pari passu e em mesmo grau de senioridade, observada a proporção prevista na Cláusula 2.10 do Contrato e o disposto no Contrato de Compartilhamento celebrado entre os Credores nos termos da Cláusula 4.26.5 da Escritura de Emissão da Primeira Emissão e da Cláusula 4.27.5 da Escritura de Emissão da Segunda Emissão.

2.2 Tendo em vista o Compartilhamento das Garantias Reais, as Partes resolvem alterar a definição de "Obrigações Garantidas" prevista na Cláusula 2.1 do Contrato e substituir o Anexo I do Contrato pelo Anexo A ao presente Aditamento, de modo a incluir as principais características da nova dívida.

2.3. Sem prejuízo ao disposto acima, a Empenhante se compromete a outorgar procuração em favor do [•], nos termos previstos na Cláusula 9 do Contrato.

2.3 À luz do exposto acima, a Empenhante se obriga a efetuar os registros determinados pela Cláusula IV do Contrato.

CLÁUSULA III - DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1. A Empenhante declara e garante, individualmente, que as declarações prestadas na no Contrato permanecem verdadeiras, corretas e plenamente válidas e eficazes na data de assinatura deste Aditamento, como se estivessem inteiramente transcritas neste Aditamento.

3.2. A Empenhante ratifica, expressamente e de forma integral, em relação a si própria, todas as obrigações respectivamente contratadas no Contrato, como se tais obrigações estivessem inteiramente transcritas neste Aditamento.

3.3. Exceto se expressamente alterado nos termos deste Aditamento, todas as disposições, termos e condições estabelecidos no Contrato deverão permanecer

DocuSign Envelope ID: 06981614-ECC1-44BA-AEFC-7B3CEBA50C6A

inteiramente em pleno vigor e efeito integralmente, sendo expressamente ratificados pelas Partes.

3.4. Caso qualquer das disposições deste Aditamento venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

3.5. O presente Aditamento será regido e interpretado em conformidade com as leis do Brasil. Fica eleito o foro da cidade de São Paulo, estado de São Paulo, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou possa vir a ser, como competente para dirimir quaisquer controvérsias ou litígios decorrentes ou relacionados a este Aditamento.

E, por estarem assim certas e ajustadas, as Partes firmam este Contrato, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

[*Local*], [*data*].
[PÁGINAS DE ASSINATURAS A SEREM INCLUÍDAS]

DocuSign Envelope ID: 06981614-ECC1-44BA-AEFC-7B3CEBA50C6A

ANEXO IV
NOTIFICAÇÃO DA ANP

Rio de Janeiro, [•] de [•] de 2023.

À
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP
Assunto: Notificação de penhor de direitos emergentes de Contrato de Concessão
Ref.: Contrato de Concessão nº 48000.003518/97-82

Prezados Senhores,

A **ENAUTA ENERGIA S.A.**, sociedade por ações, sem registro de emissor de valores mobiliários perante a CVM, com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Barroso, nº 52, sala 1101, 1102 e 1301 (parte), Centro, CEP 20031-918, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.253.257/0001-71 e na JUCERJA sob o NIRE 33300291598, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Companhia"), na qualidade de concessionária dos direitos de exploração, desenvolvimento e produção decorrentes do Contrato de Concessão de nº 48000.003518/97-82, conforme alterado, prorrogado, complementado ou modificado de tempos em tempos ("Contrato de Concessão"), celebrou, em conjunto com a **VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, nº 215, 4º andar, Pinheiros, CEP 05425-020, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.610.500/0001-88 ("Agente Fiduciário da Primeira Emissão" e "Agente Fiduciário da Segunda Emissão"), na qualidade de representante dos Debenturistas da Primeira Emissão e dos Debenturistas da Segunda Emissão (conforme definidos no Contrato de Garantia) ("Credores Pignoratícios"), o "*Instrumento Particular de Penhor de Direitos Emergentes da Concessão de Manati e Outras Avenças*", celebrado em 29 de novembro de 2022 entre a Companhia e o Agente Fiduciário da Primeira Emissão, conforme aditado, nos termos do "*Primeiro Aditamento e Consolidação ao Instrumento Particular de Penhor de Direitos Emergentes da Concessão de Atlanta-Oliva e Outras Avenças"* celebrado em 06 de setembro de 2023 entre a Companhia e os Credores Pignoratícios,, cuja cópia encontra-se no Anexo A à presente notificação ("Contrato de Garantia"), por meio do qual **a Companhia empenhou 100% (cem por cento) dos direitos da Companhia emergentes de sua participação no Contrato de Concessão em favor dos Credores Pignoratícios**. Ressaltamos, todavia, que o penhor de direitos emergentes não implica a transferência de titularidade de tais direitos aos Credores Pignoratícios.

Ressaltamos que qualquer transferência da titularidade do Contrato de Concessão (incluindo a excussão do penhor pactuado em relação ao Contrato de Concessão nos termos do Contrato de Garantia) ficará sujeita à (a) prévia e expressa autorização da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis ou da União, nos termos

DocuSign Envelope ID: 06981614-ECC1-44BA-AEFC-7B3CEBA50C6A

da Resolução ANP 785 (ou Resolução que a substitua) e de forma que a ANP possa apreciar os requisitos técnicos, econômicos e jurídicos do cessionário; e (b) à adesão, pela entidade de venha a adquirir os Direitos Empenhados, ao Contrato de Operação Conjunta, celebrado em 20 de janeiro de 2000, com as contrapartes do Contrato de Concessão, conforme alteradas de tempos em tempos, em relação às operações realizadas de acordo com o Contrato de Concessão ("JOA"), enquanto estiver em vigor, desde que demonstrada sua capacidade de cumprir as obrigações previstas no JOA.

Sem mais para o momento, permanecemos à inteira disposição de V.Sas. para prestar quaisquer esclarecimentos ou informações adicionais eventualmente necessárias.

DocuSign Envelope ID: 06981614-ECC1-44BA-AEFC-7B3CEBA50C6A

Anexo A
Cópia do Contrato de Garantia

DocuSign Envelope ID: 06981614-ECC1-44BA-AEFC-7B3CEBA50C6A

ANEXO V
NOTIFICAÇÃO DAS CONTRAPARTES

Rio de Janeiro, [•] de [•] de 2023.

À
[Consorciada]
Assunto: Notificação de penhor de direitos emergentes de Contrato de Concessão
Ref.: Contrato de Concessão nº 48000.003518/97-82

Prezados Senhores,

A **ENAUTA ENERGIA S.A.**, sociedade por ações, sem registro de emissor de valores mobiliários perante a CVM, com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Barroso, nº 52, sala 1101, 1102 e 1301 (parte), Centro, CEP 20031-918, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.253.257/0001-71 e na JUCERJA sob o NIRE 33300291598, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Companhia"), na qualidade de concessionária dos direitos de exploração, desenvolvimento e produção decorrentes do Contrato de Concessão de nº 48000.003518/97-82, conforme alterado, prorrogado, complementado ou modificado de tempos em tempos ("Contrato de Concessão"), celebrou, em conjunto com a **VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, nº 215, 4º andar, Pinheiros, CEP 05425-020, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.610.500/0001-88 ("Agente Fiduciário da Primeira Emissão" e "Agente Fiduciário da Segunda Emissão"), na qualidade de representante dos Debenturistas da Primeira Emissão e dos Debenturistas da Segunda Emissão (conforme definidos no Contrato de Garantia) ("Credores Pignoratícios"), o "*Instrumento Particular de Penhor de Direitos Emergentes da Concessão de Manati e Outras Avenças*" celebrado em 29 de novembro de 2022 entre a Companhia e o Agente Fiduciário da Primeira Emissão, conforme aditado, nos termos do "*Primeiro Aditamento e Consolidação ao Instrumento Particular de Penhor de Direitos Emergentes da Concessão de Atlanta-Oliva e Outras Avenças"* celebrado em 06 de setembro de 2023 entre a Companhia e os Credores Pignoratícios, cuja cópia encontra-se no Anexo A à presente notificação, conforme aditado ("Contrato de Garantia"), por meio do qual **a Companhia empenhou 100% (cem por cento) dos direitos da Companhia emergentes de sua participação no Contrato de Concessão em favor dos Credores Pignoratícios**. Ressaltamos, todavia, que o penhor de direitos emergentes não implica a transferência de titularidade de tais direitos aos Credores Pignoratícios.

Ressaltamos que qualquer transferência da titularidade do Contrato de Concessão (incluindo a excussão do penhor pactuado em relação ao Contrato de Concessão nos termos do Contrato de Garantia) ficará sujeita (a) à prévia e expressa autorização da

DocuSign Envelope ID: 06981614-ECC1-44BA-AEFC-7B3CEBA50C6A

Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis ou da União, nos termos da Resolução ANP 785 (ou Resolução que a substitua) e de forma que a ANP possa apreciar os requisitos técnicos, econômicos e jurídicos do cessionário; e (b) à adesão, pela entidade de venha a adquirir os Direitos Empenhados, ao Contrato de Operação Conjunta, celebrado em 20 de janeiro de 2000, com as contrapartes do Contrato de Concessão, conforme alteradas de tempos em tempos, em relação às operações realizadas de acordo com o Contrato de Concessão ("JOA"), enquanto estiver em vigor, desde que demonstrada sua capacidade de cumprir as obrigações previstas no JOA.

Sem mais para o momento, permanecemos à inteira disposição de V.Sas. para prestar quaisquer esclarecimentos ou informações adicionais eventualmente necessárias.

DocuSign Envelope ID: 06981614-ECC1-44BA-AEFC-7B3CEBA50C6A

ANEXO VI
MODELO DE PROCURAÇÃO

PROCURAÇÃO

Em [•] de [•] de 2023, pela presente procuração, a Outorgante abaixo definida:

(1) ENAUTA ENERGIA S.A., sociedade por ações, sem registro de emissor de valores mobiliários perante a CVM, com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Barroso, nº 52, sala 1101, 1102 e 1301 (parte), Centro, CEP 20031-918, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.253.257/0001-71 e na JUCERJA sob o NIRE 33300291598, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Outorgante");

por este ato nomeia

(2) VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., instituição financeira, com sede na Rua Gilberto Sabino, nº 215 – 4º andar, Pinheiros, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, CEP 05.425-020, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.610.500/0001-88, atuando na qualidade de agente fiduciário representando a comunhão dos titulares das Debêntures da Primeira Emissão e dos titulares das Debêntures da Segunda Emissão (cada qual, individualmente, "Outorgado" e, em conjunto, "Outorgados"), em caráter irrevogável e irretratável, como seu procuradores, agindo em nome e pela Outorgante, com poderes amplos e específicos para agirem em seu nome e como seus representantes no exercício de todos os atos que se fizerem necessários com relação ao "Instrumento Particular de Penhor de Direitos Emergentes da Concessão de Manati e Outras Avenças" celebrado como entre a Outorgante e os Outorgados, em 29 de novembro de 2022, e ao "*Primeiro Aditamento e Consolidação ao Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças*", celebrado em 06 de setembro de 2023 (conforme aditado, modificado, alterado e consolidado de tempos em tempos, "Contrato"), incluindo, mas não se limitando a, poderes e autoridade para, até que as Obrigações Garantidas (conforme definido no Contrato) tenham sido inteiramente quitadas, tais como expressamente confirmado por escrito pelos Outorgados:

(i) praticar, na hipótese de omissão pela Outorgante, todos os atos, de qualquer natureza, exigidos ou necessários para formalizar, registrar ou averbar o Contrato e quaisquer aditamentos ao Contrato, conforme o caso, perante os Cartórios de Registro de Títulos e Documentos (conforme definido no Contrato), sendo que os custos decorrentes serão arcados exclusivamente pela Outorgante, conforme previsto no Contrato;

DocuSign Envelope ID: 06981614-ECC1-44BA-AEFC-7B3CEBA50C6A

(ii) realizar, a qualquer momento, todos os atos necessários para a conservação, defesa e/ou execução do Penhor (conforme definido no Contrato);

(iii) exercer todo e qualquer direito da Outorgante de cobrar, constituir em mora e receber pagamentos de qualquer natureza, incluindo direitos de vender, ceder, conceder opção sobre ou de outra forma dispor, de todos ou parte dos Direitos Empenhados (conforme definido no Contrato), por meio de venda pública ou privada, de acordo com a lei aplicável e os termos deste Contrato, e independente de quaisquer notificações judiciais ou extrajudiciais;

(iv) assinar qualquer documento e praticar qualquer ato relativo ao Penhor e/ou aos Direitos Empenhados, sempre que tal ato ou documento for necessário para constituir, preservar, formalizar, aperfeiçoar, validar ou realizar os Direitos Empenhados (incluindo dar e receber quitação);

(v) representar a Outorgante no Brasil, em juízo ou fora dele, perante terceiros e toda e qualquer entidade ou autoridade federal, estadual ou municipal, em todas as suas respectivas divisões e departamentos, incluindo, mas não se limitando, conforme aplicável, aos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, a Receita Federal Brasileira, o Banco Central do Brasil, a ANP, as Contrapartes do Contrato de Concessão, O CADE e outros órgãos do sistema antitruste brasileiro em relação ao Penhor, aos Direitos Empenhados e a este Contrato e exercer todos os outros direitos concedidos à Outorgante sobre os mesmos, com poderes para dispor dos Direitos Empenhados, transferindo-os de acordo com os termos deste Contrato, bem como com poderes irrevogáveis para assinar todo e qualquer documento necessário para a efetiva transferência, receber e dar quitação;

(vi) solicitar toda e qualquer aprovação, registro ou consentimento prévio, que possa ser necessário para a efetiva execução do Penhor e/ou para a cessão/transferência dos Direitos Empenhados, incluindo, mas não limitado a, aprovações ou consentimentos prévios de instituições financeiras, companhias de seguros, o Banco Central do Brasil, a Receita Federal do Brasil, a ANP, as Contrapartes do Contrato de Concessão, o CADE, outros órgãos do sistema antitruste brasileiro em relação ao Penhor e quaisquer outras entidades ou autoridades federais, estaduais ou municipais, em todas as suas respectivas divisões e departamentos, ou quaisquer outros terceiros;

(vii) realizar todo e qualquer ato necessário para observar devidamente a Resolução nº 785 da ANP, de 16 de maio de 2019;

(viii) reter e recuperar a posse dos Direitos Empenhados, bem como sua documentação relacionada, contra qualquer titular, incluindo a Outorgante;

DocuSign Envelope ID: 06981614-ECC1-44BA-AEFC-7B3CEBA50C6A

(ix) ceder e transferir a terceiros, no todo ou em parte, os direitos e obrigações da Outorgante em relação aos Direitos Empenhados; e

(x) realizar todo e qualquer ato, assim como assinar todos os documentos necessários para o pleno cumprimento deste mandato, que pode ser substabelecido, com poderes *ad judicia*, no todo ou em parte, com ou sem reservas, pelos Agentes Fiduciários, agindo em nome e em benefício dos Debenturistas, conforme julgar apropriado, assim como cancelar quaisquer substabelecimentos.

Os termos utilizados em maiúscula e não definidos na presente procuração terão o mesmo significado que lhes foram atribuídos no Contrato.

Esta procuração será válida e eficaz enquanto viger o Contrato ou enquanto subsistirem as Obrigações Garantidas.

Os poderes outorgados nesta procuração são adicionais aos poderes outorgados pela Outorgante aos Outorgados nos termos do Contrato ou de qualquer outro documento e não anulam nem revogam tais poderes.

Esta Procuração é regida e interpretada de acordo com as leis do Brasil.

A presente procuração foi assinada pela Outorgante em [•] de [•] de 2023, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

ENAUTA ENERGIA S.A.

_____	_____
Nome:	Nome:
Cargo:	Cargo:

DocuSign Envelope ID: 06981614-ECC1-44BA-AEFC-7B3CEBA50C6A

ANEXO VII
MODELO DE TERMO DE LIBERAÇÃO

Por meio do presente instrumento particular e na melhor forma de direito, a **VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, constituída sob a forma de sociedade empresária limitada, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.277, 2º andar, Jardim Paulistano, CEP 01.452-000, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 22.610.500/0001-88, neste ato representada por seus representantes legais devidamente constituídos nos termos de seu contrato social e identificados na respectiva página de assinatura do presente termo ("Agente Fiduciário da Primeira Emissão"), na qualidade de agente fiduciário, representando a comunhão dos titulares das debêntures no âmbito da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em 2 (duas) séries, da **ENAUTA PARTICIPAÇÕES S.A.**, companhia aberta, com registro de emissor de valores mobiliários perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") sob o nº 2236-5, com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Barroso, nº 52, sala 1301 (parte), Centro, CEP 20031-918, inscrita CNPJ/MF sob o nº 11.669.021/0001-10 ("Emissora"), no montante total de R$ 1.400.000.000,00 (um bilhão e quatrocentos milhões de reais) ("Primeira Emissão" e "Debêntures da Primeira Emissão", respectivamente), nos termos do "*Primeiro Aditamento e Consolidação ao Instrumento Particular de Penhor de Direitos Emergentes da Concessão de Manati e Outras Avenças*", celebrado em 06 de setembro de 2023, entre a Enauta Energia S.A. e os Agentes Fiduciários, registrado no [•]° Ofício de Registro de Documentos de [•], em [•] de [•] de [•], sob o n° [•] ("Contrato"), autoriza a liberação do penhor constituído por meio do Contrato.

[•], [•] de [•] de [•].

[PÁGINAS DE ASSINATURAS A SEREM INCLUÍDAS]

DocuSign Envelope ID: 06981614-ECC1-44BA-AEFC-7B3CEBA50C6A

ANEXO VIII
MODELO DE TERMO DE LIBERAÇÃO

Por meio do presente instrumento particular e na melhor forma de direito, a **VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, constituída sob a forma de sociedade empresária limitada, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.277, 2º andar, Jardim Paulistano, CEP 01.452-000, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 22.610.500/0001-88, neste ato representada por seus representantes legais devidamente constituídos nos termos de seu contrato social e identificados na respectiva página de assinatura do presente termo ("Agente Fiduciário da Segunda Emissão"), representando a comunhão dos titulares das debêntures no âmbito da 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em até 3 (três) séries, da **ENAUTA PARTICIPAÇÕES S.A.**, companhia aberta, com registro de emissor de valores mobiliários perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") sob o nº 2236-5, com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Barroso, nº 52, sala 1301 (parte), Centro, CEP 20031-918, CNPJ/MF sob o nº 11.669.021/0001-10 ("Emissora"), no montante total de até R$ 1.100.000.000,00 (um bilhão e cem milhões de reais) ("Segunda Emissão" e "Debêntures da Segunda Emissão", respectivamente), nos termos do "*Primeiro Aditamento e Consolidação ao Instrumento Particular de Penhor de Direitos Emergentes da Concessão de Atlanta-Oliva e Outras Avenças*", celebrado em 06 de setembro de 2023, entre a Enauta Energia S.A. e os Agentes Fiduciários, conforme aditado, registrado no [•]° Ofício de Registro de Documentos de [•], em [•] de [•] de [•], sob o n° [•] ("Contrato"), autoriza a liberação do penhor constituído por meio do Contrato.

[•], [•] de [•] de [•].

[PÁGINAS DE ASSINATURAS A SEREM INCLUÍDAS]

DocuSign

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 06981614ECC144BAAEFC7B3CEBA50C6A
Status: Concluído
Assunto: Complete com a DocuSign: Enauta Deb 160 - Primeiro Aditivo ao Penhor de Direitos da Concessão M...
Envelope fonte:
Documentar páginas: 68
Assinaturas: 6
Certificar páginas: 6
Rubrica: 0
Assinatura guiada: Ativado
Selo com EnvelopeId (ID do envelope): Ativado
Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

Remetente do envelope:
Isis Larissa Mangabeira Goncalves Donato
AV BRIGADEIRO FARIA LIMA, 4100
SP, SP 04.538-132
idonato@stoccheforbes.com.br
Endereço IP: 189.112.41.137

Rastreamento de registros

Status: Original
06/09/2023 15:51:28
Portador: Isis Larissa Mangabeira Goncalves Donato
idonato@stoccheforbes.com.br
Local: DocuSign

Eventos do signatário	Assinatura	Registro de hora e data
Brenda Ribeiro de Oliveira bro@vortx.com.br Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital **Detalhes do provedor de assinatura:** Tipo de assinatura: ICP Smart Card Emissor da assinatura: AC Certisign RFB G5 CPF do signatário: 44645126822 **Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:** Aceito: 06/09/2023 19:39:37 ID: edc2d183-c435-4e74-9215-b4a73774a31e	 Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 163.116.233.39	Enviado: 06/09/2023 15:56:02 Reenviado: 06/09/2023 18:30:19 Reenviado: 06/09/2023 19:15:38 Reenviado: 06/09/2023 19:40:01 Visualizado: 06/09/2023 19:40:53 Assinado: 06/09/2023 19:41:27
Décio Fabrício Oddone da Costa decio.oddone@enauta.com.br Decio Oddone CEO Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital **Detalhes do provedor de assinatura:** Tipo de assinatura: ICP Smart Card Emissor da assinatura: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5 CPF do signatário: 44911211091 Cargo do Signatário: Diretor **Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:** Aceito: 06/09/2023 16:32:29 ID: 0769289f-197a-46b3-9125-ec94d07e72d3	 Adoção de assinatura: Desenhado no dispositivo Usando endereço IP: 191.57.26.101	Enviado: 06/09/2023 15:56:03 Visualizado: 06/09/2023 16:32:29 Assinado: 06/09/2023 16:33:16
Felipe Silva Melo felipe.melo@enauta.com.br Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital **Detalhes do provedor de assinatura:** Tipo de assinatura: ICP Smart Card Emissor da assinatura: AC SERASA RFB v5 CPF do signatário: 09424128770 **Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:** Aceito: 06/09/2023 17:33:07 ID: 33082620-e2ff-4f1b-ade0-02bf910046b1	 Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 177.184.26.195	Enviado: 06/09/2023 15:56:05 Visualizado: 06/09/2023 17:33:07 Assinado: 06/09/2023 17:34:04

Eventos do signatário	Assinatura	Registro de hora e data
José Eduardo Gamboa Junqueira jej@vortx.com.br Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital **Detalhes do provedor de assinatura:** Tipo de assinatura: ICP Smart Card Emissor da assinatura: AC SERASA RFB v5 CPF do signatário: 42308529830 Cargo do Signatário: Procurador **Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:** Aceito: 06/09/2023 16:05:11 ID: 86b7b1ab-a16f-4510-bf15-2b3bd11ad858	 Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 163.116.233.78	Enviado: 06/09/2023 15:56:03 Visualizado: 06/09/2023 16:05:11 Assinado: 06/09/2023 16:05:49
Matheus Gomes Faria mgf@vortx.com.br Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital **Detalhes do provedor de assinatura:** Tipo de assinatura: ICP Smart Card Emissor da assinatura: AC Certisign RFB G5 CPF do signatário: 05813311769 Cargo do Signatário: Procurador **Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:** Aceito: 06/09/2023 18:16:59 ID: 6f2146a4-e833-4fb9-9e04-12edc123c920	 Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 163.116.233.34	Enviado: 06/09/2023 15:56:04 Visualizado: 06/09/2023 17:03:07 Assinado: 06/09/2023 18:17:27
Pedro Rodrigues Galvão de Medeiros pedro.medeiros@enauta.com.br Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital **Detalhes do provedor de assinatura:** Tipo de assinatura: ICP Smart Card Emissor da assinatura: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5 CPF do signatário: 09875589780 Cargo do Signatário: Diretor **Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:** Aceito: 06/09/2023 16:36:13 ID: 32044eb2-380c-4592-96e0-c871660ac454	 Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 50.74.174.235	Enviado: 06/09/2023 15:56:04 Visualizado: 06/09/2023 16:36:13 Assinado: 06/09/2023 16:36:37

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data

Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data

Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data

Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data

Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data

Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	06/09/2023 15:56:05

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Entrega certificada	Segurança verificada	06/09/2023 16:36:13
Assinatura concluída	Segurança verificada	06/09/2023 16:36:37
Concluído	Segurança verificada	06/09/2023 19:41:28

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico

ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE

From time to time, STOCCHE, FORBES, FILIZZOLA, CLAPIS, PASSARO E MEYER SOCIEDADE DE ADVOGADOS (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through the DocuSign system. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to this Electronic Record and Signature Disclosure (ERSD), please confirm your agreement by selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

Getting paper copies

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. You will have the ability to download and print documents we send to you through the DocuSign system during and immediately after the signing session and, if you elect to create a DocuSign account, you may access the documents for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a $0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

Withdrawing your consent

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

Consequences of changing your mind

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format, and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. Further, you will no longer be able to use the DocuSign system to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

All notices and disclosures will be sent to you electronically

Unless you tell us otherwise in accordance with the procedures described herein, we will provide electronically to you through the DocuSign system all required notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you during the course of our relationship with you. To reduce the chance of you inadvertently not receiving any notice or disclosure, we prefer to provide all of the required notices and disclosures to you by the same method and to the same address that you have given us. Thus, you can receive all the disclosures and notices electronically or in paper format through the paper mail delivery system. If you do not agree with this process, please let us know as described below. Please also see the paragraph immediately above that describes the consequences of your electing not to receive delivery of the notices and disclosures electronically from us.

How to contact STOCCHE, FORBES, FILIZZOLA, CLAPIS, PASSARO E MEYER SOCIEDADE DE ADVOGADOS:

You may contact us to let us know of your changes as to how we may contact you electronically, to request paper copies of certain information from us, and to withdraw your prior consent to receive notices and disclosures electronically as follows:
To contact us by email send messages to: fnogueira@stoccheforbes.com.br

To advise STOCCHE, FORBES, FILIZZOLA, CLAPIS, PASSARO E MEYER SOCIEDADE DE ADVOGADOS of your new email address

To let us know of a change in your email address where we should send notices and disclosures electronically to you, you must send an email message to us at fnogueira@stoccheforbes.com.br and in the body of such request you must state: your previous email address, your new email address. We do not require any other information from you to change your email address.

If you created a DocuSign account, you may update it with your new email address through your account preferences.

To request paper copies from STOCCHE, FORBES, FILIZZOLA, CLAPIS, PASSARO E MEYER SOCIEDADE DE ADVOGADOS

To request delivery from us of paper copies of the notices and disclosures previously provided by us to you electronically, you must send us an email to fnogueira@stoccheforbes.com.br and in the body of such request you must state your email address, full name, mailing address, and telephone number. We will bill you for any fees at that time, if any.

To withdraw your consent with STOCCHE, FORBES, FILIZZOLA, CLAPIS, PASSARO E MEYER SOCIEDADE DE ADVOGADOS

To inform us that you no longer wish to receive future notices and disclosures in electronic format you may:

i. decline to sign a document from within your signing session, and on the subsequent page, select the check-box indicating you wish to withdraw your consent, or you may;

ii. send us an email to fnogueira@stoccheforbes.com.br and in the body of such request you must state your email, full name, mailing address, and telephone number. We do not need any other information from you to withdraw consent.. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process..

Required hardware and software

The minimum system requirements for using the DocuSign system may change over time. The current system requirements are found here: https://support.docusign.com/guides/signer-guide-signing-system-requirements.

Acknowledging your access and consent to receive and sign documents electronically

To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please confirm that you have read this ERSD, and (i) that you are able to print on paper or electronically save this ERSD for your future reference and access; or (ii) that you are able to email this ERSD to an email address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format as described herein, then select the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

By selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures', you confirm that:

- You can access and read this Electronic Record and Signature Disclosure; and
- You can print on paper this Electronic Record and Signature Disclosure, or save or send this Electronic Record and Disclosure to a location where you can print it, for future reference and access; and
- Until or unless you notify STOCCHE, FORBES, FILIZZOLA, CLAPIS, PASSARO E MEYER SOCIEDADE DE ADVOGADOS as described above, you consent to receive exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you by STOCCHE, FORBES, FILIZZOLA, CLAPIS, PASSARO E MEYER SOCIEDADE DE ADVOGADOS during the course of your relationship with STOCCHE, FORBES, FILIZZOLA, CLAPIS, PASSARO E MEYER SOCIEDADE DE ADVOGADOS.

ANEXO VII

Contrato de Cessão Fiduciária

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DocuSign Envelope ID: 57715BA4-C4FE-4A77-A4D6-7515835A46D5

SEGUNDO ADITAMENTO E CONSOLIDAÇÃO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE CONTAS VINCULADAS E DIREITOS CREDITÓRIOS E OUTRAS AVENÇAS

Este "*Segundo Aditamento e Consolidação ao Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Contas Vinculadas e Direitos Creditórios e Outras Avenças*" ("Segundo Aditamento") é celebrado por e entre:

(1) ENAUTA PARTICIPAÇÕES S.A., companhia aberta, com registro de emissor de valores mobiliários perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") sob o nº 2236-5, com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Barroso, nº 52, sala 1301 (parte), Centro, CEP 20031-918, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 11.669.021/0001-10 e na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA") sob o NIRE 33300292896 ("Emissora"), neste ato representada na forma de seu estatuto social;

(2) ENAUTA ENERGIA S.A., sociedade por ações, sem registro de emissor de valores mobiliários perante a CVM, com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Barroso, nº 52, sala 1101, 1102 e 1301 (parte), Centro, CEP 20031-918, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.253.257/0001-71 e na JUCERJA sob o NIRE 33300291598, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Enauta Energia" e, em conjunto com a Emissora, "Cedentes"); e

(3) VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., instituição financeira, devidamente constituída e validamente existente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, com sua sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, nº 215, 4º andar, Pinheiros, CEP 05.425-020, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.610.500/0001-88, na qualidade de agente fiduciário representante dos Debenturistas da Primeira Emissão (conforme abaixo definido) e dos Debenturistas da Segunda Emissão (conforme abaixo definido) ("Agente Fiduciário da Primeira Emissão" ou "Agente Fiduciário da Segunda Emissão" ou cada qual, individualmente e indistintamente, "Agente Fiduciário" e, quando referidos em conjunto, "Agentes Fiduciários", conforme o caso), neste ato representada na forma de seu contrato social;

sendo as Cedentes e os Agentes Fiduciários referidos como as "Partes" e, individualmente, como "Parte".

CONSIDERANDO QUE

(A) em 22 de novembro de 2022, foi celebrado o "*Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em até 2 (Duas) Séries, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Enauta Participações S.A.*" pela Emissora, pelo Agente

DocuSign Envelope ID: 57715BA4-C4FE-4A77-A4D6-7515835A46D5

Fiduciário da Primeira Emissão e pela Enauta Energia, conforme aditado em 21 de dezembro de 2022 pelo "*Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em até 2 (Duas) Séries, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Enauta Participações S.A.*" ("Escritura de Emissão da Primeira Emissão"), por meio da qual a Emissora realizou a sua 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em 2 (duas) séries, no valor total de R$ 1.400.000.000,00 (um bilhão e quatrocentos milhões de reais), na data de emissão ("Debêntures da Primeira Emissão"), as quais foram objeto de distribuição pública, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, da Lei nº 6.385 de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, e das demais leis e normas regulamentares aplicáveis;

(B) para assegurar o fiel, pontual, correto e integral cumprimento das Obrigações Garantidas (conforme definido abaixo), as Cedentes se comprometeram, em caráter irrevogável e irretratável, a ceder fiduciariamente em favor dos Debenturistas da Primeira Emissão, representados pelo Agente Fiduciário da Primeira Emissão, os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente (conforme definidos abaixo), nos termos do "*Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Contas Vinculadas e Direitos Creditórios e Outras Avenças*", celebrado pelas Cedentes e pelo Agente Fiduciário da Primeira Emissão em 29 de novembro de 2022, e registrado no 4º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Pessoa Jurídica da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sob o nº 5.434.198 em 1 de dezembro de 2022 e no 6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro sob o nº 1404558 em 7 de dezembro de 2022, conforme aditado em 02 de fevereiro de 2022, nos termos do "*Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Contas Vinculadas e Direitos Creditórios e Outras Avenças"* ("Contrato" e "Cessão Fiduciária", respectivamente);

(C) em 06 de setembro de 2023, foi celebrado o "*Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em até 3 (Três) Séries, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública, em Rito de Registro Automático, da Enauta Participações S.A.*" entre a Emissora, o Agente Fiduciário da Segunda Emissão e a Enauta Energia ("Escritura de Emissão da Segunda Emissão", e em conjunto com a Escritura de Emissão da Primeira Emissão, as "Escrituras de Emissão"), por meio do qual foram estabelecidos os termos e condições da 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em até 3 (três) séries, da Emissora, no valor total de até R$ 1.100.000.000,00 (um bilhão e cem milhões de reais), na data de emissão ("Debêntures da Segunda Emissão" e em conjunto com as Debêntures da Primeira Emissão, as "Debêntures"), as quais serão objeto de distribuição pública, sob o rito de registro automático, nos termos da Resolução da CVM nº 160, de 13 de julho de 2022,

DocuSign Envelope ID: 57715BA4-C4FE-4A77-A4D6-7515835A46D5

conforme alterada ("Resolução CVM 160"), e das demais leis e normas regulamentares aplicáveis;

(D) nos termos da cláusula 4.26.5 da Escritura de Emissão da Primeira Emissão, os titulares das Debêntures da Primeira Emissão ("Debenturistas da Primeira Emissão") expressamente autorizaram o compartilhamento da Cessão Fiduciária e das demais Garantias Reais (conforme definido na Escritura de Emissão da Primeira Emissão);

(E) nos termos da Escritura de Emissão da Segunda Emissão, a Cessão Fiduciária e as demais Garantias Reais foram outorgadas em benefício dos titulares das Debêntures da Segunda Emissão ("Debenturistas da Segunda Emissão" e, em conjunto com os Debenturistas da Primeira Emissão, "Debenturistas"), observado que os termos e condições do compartilhamento das Garantias Reais entre os Agentes Fiduciários, na qualidade de representantes dos respectivos Debenturistas, estão regulados no "*Contrato de Compartilhamento de Garantias e Outras Avenças*", celebrado em 06 de setembro de 2023 entre os Agentes Fiduciários ("Contrato de Compartilhamento" e "Compartilhamento das Garantias Reais", respectivamente); e

(F) em conformidade com a Cláusula 2.9 do Contrato, as Partes desejam aditar o Contrato para formalizar a inclusão dos Debenturistas da Segunda Emissão, representados pelo Agente Fiduciário da Segunda Emissão, como novo credor no âmbito do Contrato.

RESOLVEM, por esta, e na melhor forma de direito, celebrar o presente Segundo Aditamento, que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA I - DEFINIÇÕES E INTERPRETAÇÕES

1.1. Os termos em letras maiúsculas utilizados, mas não definidos no presente Segundo Aditamento, terão os mesmos significados que lhe foram atribuídos no Contrato e nas Escrituras de Emissão. Todas as referências aqui contidas a quaisquer acordos ou documentos deverão ser interpretadas como uma referência a tais acordos ou documentos conforme aditados, alterados, modificados ou complementados de tempos em tempos. Todas as referências aqui contidas à lei aplicável deverão ser interpretadas como uma referência a tais leis, regulamentos, decretos, instruções, decisões normativas, medidas provisórias ou qualquer outra decisão em qualquer jurisdição aplicável, com força de lei ou não. Todas as referências a quaisquer das Partes deverão ser interpretadas como uma referência a tal Parte, seus respectivos sucessores, beneficiários e cessionários permitidos. As definições com denominação no singular incluem o plural e vice-versa.

1.2. Salvo qualquer outra disposição em contrário prevista neste Segundo Aditamento, todos os termos e condições do Contrato aplicam-se total e automaticamente a este Segundo Aditamento, *mutatis mutandis*, e deverão ser consideradas como uma parte

DocuSign Envelope ID: 57715BA4-C4FE-4A77-A4D6-7515835A46D5

integral deste, como se estivessem transcritos neste Segundo Aditamento.

1.3. Todas as menções aos Agentes Fiduciários no presente instrumento deverão ser entendidas como o Agente Fiduciário da Primeira Emissão, agindo em nome e para o benefício da comunhão dos Debenturistas da Primeira Emissão, e Agente Fiduciário da Segunda Emissão, agindo em nome e para o benefício da comunhão e dos Debenturistas da Segunda Emissão.

CLÁUSULA II – OBJETO

2.1. Na forma do disposto no Contrato (conforme aditado, alterado e modificado de tempos em tempos, inclusive por meio deste Segundo Aditamento), em função do Compartilhamento das Garantias Reais, o presente Segundo Aditamento tem por objeto a formalização da inclusão dos Debenturistas da Segunda Emissão, representados pelo Agente Fiduciário da Segunda Emissão, na qualidade de novo credor que passará a compartilhar a presente garantia com os Debenturistas da Primeira Emissão, representados pelo Agente Fiduciário da Primeira Emissão, nos termos da Cláusula 2.9 do Contrato e nos termos do Contrato de Compartilhamento.

2.2 Tendo em vista o Compartilhamento das Garantias Reais e para incluir as principais características das Debêntures da Segunda Emissão, as Partes resolvem: (i) alterar a definição de "Obrigações Garantidas" prevista na Cláusula 2.1 do Contrato; (ii) substituir os Anexos I e II ao Contrato; e (iii) incluir o Anexo V ao Contrato, sendo que o Contrato, na sua integralidade, incluindo seus anexos, passará a vigorar na forma do Anexo A ao presente Segundo Aditamento.

2.3. Por meio do presente Segundo Aditamento, as Partes acordam, ainda, que as procurações outorgadas nos termos do Contrato serão, a partir da presente data, revogadas, devendo ser substituídas por procurações com o mesmo teor e conteúdo a serem celebradas na mesma data do presente Segundo Aditamento, por meio das quais as Cedentes se comprometem a outorgar poderes aos Agentes Fiduciários, nos termos previstos na Cláusula 9 do Contrato e na forma do Anexo III do Anexo A ao presente Segundo Aditamento.

2.4 À luz do exposto acima, as Cedentes se obrigam a efetuar os registros determinados pela Cláusula 4 do Contrato.

2.5 De forma que não restem dúvidas, as Partes acordam que a versão do Anexo A ao presente Segundo Aditamento será, a partir da presente data, a única versão consolidada do Contrato, cancelando e substituindo quaisquer outros entendimentos ou acordos anteriores entre as Partes relativos ao mesmo objeto, sejam esses entendimentos ou acordos verbais ou escritos.

DocuSign Envelope ID: 57715BA4-C4FE-4A77-A4D6-7515835A46D5

CLÁUSULA III – DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1. As Cedentes ratificam, expressamente e de forma integral, em relação a si própria, todas as declarações, garantias e obrigações respectivamente contratadas no Contrato (na forma do Anexo A ao presente Segundo Aditamento), como se tais obrigações estivessem inteiramente transcritas neste Segundo Aditamento.

3.2. Caso qualquer das disposições deste Segundo Aditamento venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

3.3. O presente Segundo Aditamento será regido e interpretado em conformidade com as leis do Brasil. Fica eleito o foro da cidade de São Paulo, estado de São Paulo, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou possa vir a ser, como competente para dirimir quaisquer controvérsias ou litígios decorrentes ou relacionados a este Segundo Aditamento.

3.4. Qualquer alteração ao Contrato, conforme alterado pelo presente Segundo Aditamento, só poderá ser realizada mediante novo aditamento celebrado por todas as Partes, precedida de autorização pelos Debenturistas da Primeira Emissão e pelos Debenturistas da Segunda Emissão outorgada em assembleia geral de debenturistas da respectiva emissão, exceto nas hipóteses (i) expressamente permitidas nos termos das Escrituras de Emissão ou do Contrato; ou (ii) em que referido aditamento tiver a finalidade de corrigir erros manifestos ou de natureza estilística, menores ou puramente técnicos, e que não alterem os direitos e obrigações de quaisquer das Partes.

3.5. As Partes desde já reconhecem o presente Segundo Aditamento como título executivo extrajudicial, nos termos dos incisos III e V do artigo 784 do Código de Processo Civil.

3.6. As Partes assinam o presente Segundo Aditamento por meio eletrônico, sendo consideradas válidas apenas as assinaturas eletrônicas realizadas por meio de certificado digital, validado conforme a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001. As Partes reconhecem, de forma irrevogável e irretratável, a autenticidade, validade e a plena eficácia da assinatura por certificado digital, para todos os fins de direito. As Partes convencionam que, para todos os fins de direito a data de início da produção de efeitos do presente Segundo Aditamento será a data do presente documento, ainda que qualquer das Partes venha a assinar eletronicamente este Segundo Aditamento em data posterior, por qualquer motivo, hipótese em que as Partes, desde logo, concordam com a retroação dos efeitos deste instrumento para a data aqui mencionada.

DocuSign Envelope ID: 57715BA4-C4FE-4A77-A4D6-7515835A46D5

E, por estarem assim certas e ajustadas, as Partes firmam este Contrato, eletronicamente, juntamente com 2 (duas) testemunhas abaixo identificadas, que também o assinam.

São Paulo, 06 de setembro de 2023

[AS ASSINATURAS SEGUEM NA PÁGINA SEGUINTE]

DocuSign Envelope ID: 57715BA4-C4FE-4A77-A4D6-7515835A46D5

(Página de Assinaturas do "Segundo Aditamento e Consolidação ao Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Contas Vinculadas e Direitos Creditórios e Outras Avenças")

ENAUTA PARTICIPAÇÕES S.A.

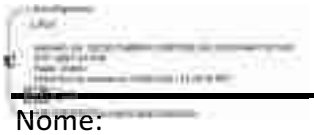


Nome:
Cargo:

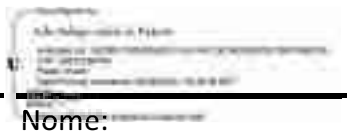


Nome:
Cargo:

ENAUTA ENERGIA S.A.



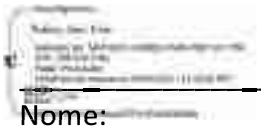
Nome:
Cargo:



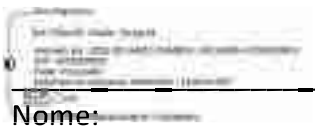
Nome:
Cargo:

VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA

Na qualidade de Agente Fiduciário da Primeira Emissão e Agente Fiduciário da Segunda Emissão

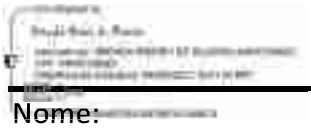


Nome:
Cargo:

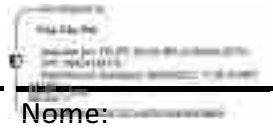


Nome:
Cargo:

Testemunhas:



Nome:
CPF:



Nome:
CPF:

DocuSign Envelope ID: 57715BA4-C4FE-4A77-A4D6-7515835A46D5

ANEXO A AO SEGUNDO ADITAMENTO E CONSOLIDAÇÃO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE CONTAS VINCULADAS E DIREITOS CREDITÓRIOS E OUTRAS AVENÇAS

CONTRATO CONSOLIDADO

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE CONTAS VINCULADAS E DIREITOS CREDITÓRIOS E OUTRAS AVENÇAS

Este "*Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Contas Vinculadas e Direitos Creditórios e Outras Avenças"* ("Contrato") é celebrado por e entre:

I. como cedentes fiduciantes dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente (conforme definido abaixo):

(1) ENAUTA PARTICIPAÇÕES S.A., companhia aberta, com registro de emissor de valores mobiliários perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") sob o nº 2236-5, com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Barroso, nº 52, sala 1301 (parte), Centro, CEP 20031-918, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 11.669.021/0001-10 e na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA") sob o NIRE 33300292896, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Emissora");

(2) ENAUTA ENERGIA S.A., sociedade por ações, sem registro de emissor de valores mobiliários perante a CVM, com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Barroso, nº 52, sala 1101, 1102 e 1301 (parte), Centro, CEP 20031-918, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.253.257/0001-71 e na JUCERJA sob o NIRE 33300291598, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Enauta Energia" e, em conjunto com a Emissora, "Cedentes"); e

II. como agentes fiduciários, representante da comunhão dos interesses dos titulares das Debêntures da Primeira Emissão (conforme abaixo definido) ("Debenturistas da Primeira Emissão") e dos titulares das Debêntures da Segunda Emissão (conforme abaixo definido) ("Debenturistas da Segunda Emissão") ("Debenturistas"):

(3) VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., instituição financeira, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, nº 215, 4º andar, Pinheiros, CEP 05425-020, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.610.500/0001-88, neste ato representada na forma do seu contrato social, atuando na qualidade de agente fiduciário representando a comunhão dos titulares dos Debenturistas ("Agente Fiduciário da Primeira Emissão" ou "Agente Fiduciário da Segunda Emissão" ou cada qual, individualmente e indistintamente, "Agente Fiduciário" e, quando referidos em conjunto, "Agentes Fiduciários", conforme o caso);

DocuSign Envelope ID: 57715BA4-C4FE-4A77-A4D6-7515835A46D5

sendo as Cedentes e os Agentes Fiduciários doravante designados, em conjunto, como "Partes" e, individual e indistintamente, como "Parte".

CONSIDERANDO QUE

(A) em 22 de novembro de 2022, foi celebrado o "*Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em até 2 (Duas) Séries, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Enauta Participações S.A.*" pela Emissora, pela Enauta Energia e pelo Agente Fiduciário da Primeira Emissão, conforme aditado em 21 de dezembro de 2022 pelo "*Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em até 2 (Duas) Séries, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Enauta Participações S.A.*" ("Escritura de Emissão da Primeira Emissão"), por meio da qual a Emissora emitiu a sua 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em 2 (duas) séries, no valor total de R$ 1.400.000.000,00 (um bilhão e quatrocentos milhões de reais), na data de emissão ("Debêntures da Primeira Emissão"), as quais foram objeto de distribuição pública, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, da Lei nº 6.385 de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, e das demais leis e normas regulamentares aplicáveis;

(B) em 06 de setembro de 2023, foi celebrado o "*Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em até 2 (Duas) Séries, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública, em Rito de Registro Automático, da Enauta Participações S.A*" pela Emissora, pelo Agente Fiduciário da Segunda Emissão e pela Enauta Energia ("Escritura de Emissão da Segunda Emissão", em conjunto com a Escritura de Emissão da Primeira Emissão", as "Escrituras de Emissão"), conforme aditada de tempos em tempos, por meio por meio do qual foram estabelecidos os termos e condições da 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em até 3 (três) séries, da Emissora, no valor total de até R$ 1.100.000.000,00 (um bilhão e cem milhões de reais), na data de emissão ("Debêntures da Segunda Emissão" e, em conjunto com as Debêntures da Primeira Emissão, "Debêntures"), as quais serão objeto de distribuição pública, sob o rito de registro automático, nos termos da Resolução da CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 160"), e das demais leis e normas regulamentares aplicáveis

DocuSign Envelope ID: 57715BA4-C4FE-4A77-A4D6-7515835A46D5

(C) por meio do (i) "*Contrato de Custódia de Recursos Financeiros – ID nº 917834"* celebrado em 20 de dezembro de 2022 entre as Cedentes, o Agente Fiduciário da Primeira Emissão e o Itaú Unibanco S.A., contratado para atuar como banco administrador ("Banco Depositário" e "Contrato de Depositário da Primeira Emissão", respectivamente); e do (ii) "*Contrato de Custódia de Recursos Financeiros* – ID nº 968975", a ser celebrado entre as Cedentes, o Agente Fiduciário da Segunda Emissão e o Banco Depositário ("Contrato de Depositário da Segunda Emissão" e, em conjunto com o Contrato de Depositário da Primeira Emissão, "Contratos de Depositário"), as Partes e o Banco Depositário acordaram, dentre outros aspectos, as regras de abertura e movimentação das Contas Vinculadas (conforme definido abaixo);

(D) para assegurar o fiel, pontual, correto e integral cumprimento das Obrigações Garantidas (conforme definido abaixo), as Cedentes se comprometeram, em caráter irrevogável e irretratável, a ceder fiduciariamente em favor dos titulares das Debêntures da Primeira Emissão ("Debenturistas da Primeira Emissão"), representados pelo Agente Fiduciário da Primeira Emissão, e dos titulares das Debêntures da Segunda Emissão ("Debenturistas da Segunda Emissão" e, em conjunto com os Debenturistas da Primeira Emissão, "Debenturistas"), representados pelo Agente Fiduciário da Segunda Emissão, os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente (conforme definido abaixo); e

(E) a constituição e a outorga da presente Cessão Fiduciária (conforme abaixo definida), bem como a celebração do presente Contrato foram aprovadas em Reunião do Conselho de Administração da Emissora e Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Enauta Energia, realizadas em 05 de setembro de 2023.

RESOLVEM, por esta, e na melhor forma de direito, celebrar o presente Contrato, que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

1.1. DEFINIÇÕES

1.2. Definições. Os termos em letras maiúsculas utilizados, mas não definidos no presente Contrato, terão os mesmos significados que lhe foram atribuídos nas Escrituras de Emissão. Todas as referências aqui contidas a quaisquer acordos ou documentos deverão ser interpretadas como uma referência a tais acordos ou documentos conforme aditados, alterados, modificados ou complementados de tempos em tempos. Todas as referências aqui contidas à lei aplicável deverão ser interpretadas como uma referência a tais leis, regulamentos, decretos, instruções, decisões normativas, medidas provisórias ou qualquer outra decisão em qualquer jurisdição aplicável, com força de lei ou não. Todas as referências a quaisquer das Partes deverão ser interpretadas como uma referência a tal Parte, seus respectivos sucessores, beneficiários e cessionários permitidos. As definições com denominação no singular incluem o plural e vice-versa.

DocuSign Envelope ID: 57715BA4-C4FE-4A77-A4D6-7515835A46D5

1.3. Salvo qualquer outra disposição em contrário prevista neste Contrato, todos os termos e condições das Escrituras de Emissão aplicam-se total e automaticamente a este Contrato, *mutatis mutandis*, e deverão ser consideradas como uma parte integral deste, como se estivessem transcritos neste Contrato.

1.4. Todas as menções aos Agentes Fiduciários no presente Contrato deverão ser entendidas como o Agente Fiduciário da Primeira Emissão, agindo em nome e para o benefício da comunhão dos Debenturistas da Primeira Emissão, e como o Agente Fiduciário da Segunda Emissão, agindo em nome e benefício da comunhão dos Debenturistas da Segunda Emissão.

DocuSign Envelope ID: 57715BA4-C4FE-4A77-A4D6-7515835A46D5

2. OBJETO

2.1. Objeto. Para assegurar o fiel, pontual e integral pagamento das obrigações assumidas pela Emissora **(i)** na Escritura de Emissão da Primeira Emissão, incluindo, sem limitação, o Valor Total da Emissão, devido nos termos da Escritura de Emissão da Primeira Emissão, acrescido da Atualização Monetária das Debêntures da Primeira Emissão, conforme aplicável para cada Série, da Remuneração e dos Encargos Moratórios (conforme definidos na Escritura de Emissão da Primeira Emissão), conforme aplicável, bem como das demais obrigações pecuniárias presentes e futuras, principais e acessórias, previstas na Escritura de Emissão da Primeira Emissão e nos Contratos de Garantia, inclusive honorários advocatícios, despesas, custos, encargos, tributos, reembolsos ou indenizações, bem como as obrigações relativas ao Agente de Liquidação, ao Escriturador, à B3, ao Agente Fiduciário da Primeira Emissão e demais prestadores de serviço envolvidos na Primeira Emissão, bem como honorários do Agente Fiduciário da Primeira Emissão e despesas judiciais e extrajudiciais necessárias e comprovadamente incorridas pelo Agente Fiduciário da Primeira Emissão ou Debenturistas da Primeira Emissão, inclusive, na constituição, formalização, execução e/ou excussão das garantias previstas na Escritura de Emissão da Primeiro Emissão; e **(ii)** na Escritura de Emissão da Segunda Emissão, incluindo, sem limitação, o Valor Total da Emissão, devido nos termos da Escritura de Emissão da Segunda Emissão, acrescido da Atualização Monetária das Debêntures da Segunda Emissão, conforme aplicável para cada Série, da Remuneração e dos Encargos Moratórios (conforme definidos na Escritura de Emissão da Segunda Emissão), conforme aplicável, bem como das demais obrigações pecuniárias presentes e futuras, principais e acessórias, previstas na Escritura de Emissão da Segunda Emissão, inclusive honorários advocatícios, despesas, custos, encargos, tributos, reembolsos ou indenizações, bem como as obrigações relativas ao Agente de Liquidação, ao Escriturador, à B3, ao Agente Fiduciário da Segunda Emissão e demais prestadores de serviço envolvidos na Emissão, bem como honorários do Agente Fiduciário da Segunda Emissão e despesas judiciais e extrajudiciais necessárias e comprovadamente incorridas pelo Agente Fiduciário da Segunda Emissão ou Debenturistas da Segunda Emissão, inclusive, na constituição, formalização, execução e/ou excussão das garantias previstas na Escritura de Emissão da Segunda Emissão ("Obrigações Garantidas"), em conformidade com o artigo 66-B da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, artigos 1.361 e seguintes do Código Civil, no que for aplicável, as Cedentes, em caráter irrevogável e irretratável, cedem e transferem fiduciariamente, em favor dos Debenturistas da Primeira Emissão, representados pelo Agente Fiduciário da Primeira Emissão, e em favor dos Debenturistas da Segunda Emissão, representados pelo Agente Fiduciário da Segunda Emissão, a partir desta data e até a final e total liquidação de todas as Obrigações Garantidas, a propriedade fiduciária, o domínio resolúvel e a posse indireta dos seguintes bens e direitos ("Cessão Fiduciária" e "Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente", respectivamente):

(a) Todos os direitos, atuais ou futuros, principais e acessórios, detidos e a serem

DocuSign Envelope ID: 57715BA4-C4FE-4A77-A4D6-7515835A46D5

detidos pela Emissora a qualquer tempo em razão (1) da conta corrente de movimentação restrita nº 63308-0, agência 8541, de titularidade da Emissora junto ao Banco Depositário ("Conta Pagamento e Acúmulo da Emissora da Primeira Emissão"); e (2) da conta corrente de movimentação restrita nº 68141-0, agência 8541, de titularidade da Emissora junto ao Banco Depositário ("Conta Pagamento e Acúmulo da Emissora da Segunda Emissão" e, em conjunto com a Conta Pagamento e Acúmulo da Emissora da Primeira Emissão, "Contas Pagamento e Acúmulo da Emissora");

(b) todos os direitos, atuais ou futuros, principais e acessórios, detidos e a serem detidos pela Enauta Energia a qualquer tempo em razão (1) da conta corrente de movimentação restrita nº 63307-2, agência 8541, de titularidade da Enauta Energia junto ao Banco Depositário ("Conta Pagamento e Acúmulo da Enauta Energia da Primeira Emissão" e, em conjunto com a Conta Pagamento e Acúmulo da Emissora da Primeira Emissão, "Contas Vinculadas da Primeira Emissão"); e (2) da conta corrente de movimentação restrita nº 68142-8, agência nº 8541, de titularidade da Enauta Energia junto ao Banco Depositário ("Conta Pagamento e Acúmulo Enauta Energia da Segunda Emissão" e, em conjunto com a Conta Pagamento e Acúmulo da Emissora da Segunda Emissão, "Contas Vinculadas da Segunda Emissão", sendo as Contas Vinculadas da Segunda Emissão, em conjunto com as Contas Vinculadas Primeira da Emissão, as "Contas Vinculadas");

(c) até o integral pagamento das Obrigações Garantidas, a totalidade dos direitos detidos pelas Cedentes contra o Banco Depositário com relação à titularidade das Contas Vinculadas, incluindo a totalidade dos créditos bancários mantidos e a serem mantidos nas Contas Vinculadas, incluindo, sem limitação, os recursos, investimentos, aplicações financeiras e rendimentos, presentes e futuros, existentes na e/ou vinculados à e/ou decorrentes das Contas Vinculadas, independentemente do processo em que se encontrem, inclusive enquanto estiverem pendentes em virtude de processo de compensação bancária; e

(d) exclusivamente aos Debenturistas da Primeira Emissão para garantir as Obrigações Garantidas da Primeira Emissão, todos os direitos e créditos, atuais e futuros, decorrentes do lucro que a Enauta Energia auferir oriundo das operações de SWAP cambial celebradas em 23 de dezembro de 2022, no âmbito do "Contrato Global de Derivativos" e devidamente confirmadas por meio (i) da "Confirmação de Operações de Swap nº 22L01423480", celebrada em 23 de dezembro de 2022 entre a Enauta Energia e o BTG; e (ii) da "Confirmação de Operações de Swap nº 22L01429343", celebrada em 23 de dezembro de 2022 entre a Enauta Energia e a XP, caso exista variação positiva.

DocuSign Envelope ID: 57715BA4-C4FE-4A77-A4D6-7515835A46D5

2.1.1. Observado o disposto na Cláusula 5 abaixo, a Emissora e a Enauta Energia deverão fazer com que estejam depositados, mensalmente, (1) nas Contas Vinculadas da Primeira Emissão, os recursos necessários ao atendimento 1/6 (um sexto) da próxima parcela vincenda do Valor Nominal Unitário Atualizado da Primeira Emissão ou saldo do valor Nominal Unitário da Primeira Emissão, conforme o caso, e Remuneração das Debêntures da Primeira Emissão, conforme aplicável para cada Série, devidos a cada data de pagamento das respectivas Séries da Primeira Emissão, para a composição dos respectivos saldos mínimos, nos termos da Escritura de Emissão da Primeira Emissão, incluindo os valores depositados nas Contas Vinculadas da Primeira Emissão, ainda que em trânsito ou em processo de compensação bancária ("Parcela Vincenda das Debêntures da Primeira Emissão"); e, (2) nas Contas Vinculadas da Segunda Emissão, os recursos necessários ao atendimento 1/6 (um sexto) da próxima parcela vincenda do Valor Nominal Unitário Atualizado da Segunda Emissão ou saldo do Valor Nominal Unitário da Segunda Emissão, conforme o caso, e Remuneração das Debêntures da Segunda Emissão, conforme aplicável para cada Série, devidos a cada data de pagamento das respectivas Séries da Segunda Emissão, para a composição dos respectivos saldos mínimos, nos termos da Escritura de Emissão da Segunda Emissão, incluindo os valores depositados nas Contas Vinculadas da Segunda Emissão, ainda que em trânsito ou em processo de compensação bancária ("Parcela Vincenda das Debêntures da Segunda Emissão" e, em conjunto com a Parcela Vincenda das Debêntures da Primeira Emissão, "Parcelas Vincendas das Debêntures"); .

2.1.2. As Cedentes declaram, para os efeitos do artigo 286 e seguintes do Código Civil, que constitui a presente Cessão Fiduciária sem que sobre a presente outorga pairem quaisquer dúvidas sobre a inexistência de vício de consentimento, na forma dos artigos 138 e seguintes do Código Civil.

2.2. As Partes declaram, em caráter irrevogável e irretratável que o depósito ora constituído e aceito pelas Cedentes, é feito em caráter gratuito, sendo que todos os gastos, prejuízos, encargos e/ou despesas, em razão da guarda dos Documentos Comprobatórios, bem como eventuais prejuízos, serão arcados exclusivamente pelas Cedentes.

2.3. Preferência Absoluta. As Cedentes concordam e reconhecem que o ônus com prioridade absoluta constituído neste Contrato em favor dos Debenturistas da Primeira Emissão, representados pelo Agente Fiduciário da Primeira Emissão, e em favor dos Debenturistas da Segunda Emissão, representados pelo Agente Fiduciário da Segunda Emissão, é, de acordo com a legislação brasileira aplicável, sênior em todos os aspectos e anterior a quaisquer outros ônus sobre os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente, não obstante a data, forma ou ordem de concessão, penhora ou aperfeiçoamento de tais outros ônus, observado os termos e condições do Compartilhamento das Garantias Reais (conforme definido abaixo), nos termos do Contrato de Compartilhamento.

DocuSign Envelope ID: 57715BA4-C4FE-4A77-A4D6-7515835A46D5

2.4. Extensão da Cessão. Este Contrato constitui garantia real com prioridade absoluta, sendo que nenhuma alteração ou aditamento às Escrituras de Emissão ou em qualquer documento ou acordo relacionado a ela deverá afetar a validade deste Contrato, observado o Compartilhamento das Garantias Reais. A Cessão Fiduciária abrangerá qualquer aditamento ou extensão futura das Obrigações Garantidas, bem como quaisquer outras extensões e alterações independente de qualquer pagamento intermediário ou quitação em parte das Obrigações Garantidas.

2.5. Aditamentos. Não obstante as disposições da Cláusula 2.4 acima, caso sejam realizadas quaisquer alterações nos termos de qualquer das Escrituras de Emissão, na medida em que tais alterações modifiquem as Obrigações Garantidas descritas no Anexo I ao presente Contrato, este Contrato deverá ser aditado, a fim de refletir os termos e condições atualizados das respectivas Obrigações Garantidas.

2.5.1. As Cedentes deverão encaminhar aos Agentes Fiduciários via registrada do eventual aditamento mencionado na Cláusula 2.5 acima de acordo com os termos e condições da Cláusula 4 abaixo.

2.6. Compensação pecuniária. Nenhuma compensação pecuniária será devida às Cedentes em razão da Cessão Fiduciária constituída neste Contrato.

2.7. Descrição das Obrigações Garantidas. Para os fins do artigo 1.362 do Código Civil Brasileiro, os termos e condições das Obrigações Garantidas são aqueles resumidos e descritos no Anexo I a este Contrato.

2.8. Prerrogativas dos Agentes Fiduciários. O Agente Fiduciário da Primeira Emissão, em nome e em benefício dos Debenturistas da Primeira Emissão, e o Agente Fiduciário da Segunda Emissão, em nome e em benefício dos Debenturistas da Segunda Emissão, poderão, em nome e em benefício dos respectivos Debenturistas, exercer todos os direitos e prerrogativas previstos nos artigos 1.362 e seguintes do Código Civil Brasileiro em relação aos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente, nos termos das Escrituras de Emissão.

2.9. Compartilhamento das Garantias Reais. Observado o disposto na Cláusula 4.26.5 da Escritura de Emissão da Primeira Emissão e na Cláusula 4.27.5 da Escritura de Emissão da Segunda Emissão, a presente Cessão Fiduciária poderá ser objeto de compartilhamento com eventuais novas dívidas, nos mesmos termos, *pari passu* e em mesmo grau de senioridade proporcionalmente ao: (i) valor total da Primeira Emissão, na primeira Data de Integralização da Primeira Emissão; (ii) valor total da Segunda Emissão na Data da Primeira Integralização, desde que o resultado da soma dos itens (i) e (ii) acima com o valor total de eventual nova dívida objeto do compartilhamento seja igual ou inferior a R$ 2.500.000.000,00 (dois bilhões e quinhentos milhões de reais), sem ordem de

DocuSign Envelope ID: 57715BA4-C4FE-4A77-A4D6-7515835A46D5

preferência de recebimento no caso de excussão, conforme detalhado neste Contrato e nos termos e condições do "*Contrato de Compartilhamento de Garantias e Outras Avenças*", celebrado em 06 de setembro de 2023 entre os Agentes Fiduciários ("Contrato de Compartilhamento" e "Compartilhamento das Garantias Reais", respectivamente), mediante a celebração de aditamento ao presente Contrato, substancialmente na forma do Anexo II a este Contrato, e sem necessidade, para fins do Compartilhamento das Garantias e para a celebração dos aditamentos ao presente Contrato, de nova deliberação societária de quaisquer das Partes ou aprovação por Assembleia Geral de Debenturistas.

2.10. Exoneração. O cumprimento parcial das Obrigações Garantidas não importa em exoneração correspondente da presente Cessão Fiduciária.

3. DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS E FIÉL DEPOSITÁRIO

3.1. Documentos Comprobatórios. Os documentos de suporte aos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente consistirão em todos e quaisquer documentos que evidenciem quaisquer direitos sobre os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente, inclusive extratos das Contas Vinculadas e comprovantes de transferências, conforme existentes na data do presente Contrato ou posteriormente alterados, renovados e/ou de outra forma modificados, a qualquer momento ("Documentos Comprobatórios").

3.2. Preservação dos Documentos Comprobatórios. As Cedentes se comprometem a, sob sua própria responsabilidade, obrigação e expensas, preservar todas as instalações físicas e digitais necessárias para salvaguardar, preservar e organizar os Documentos Comprobatórios, bem como assumem total e incondicional responsabilidade pela sua adequada manutenção, conservação e preservação.

3.3. Acesso aos Documentos Comprobatórios. O Agente Fiduciário da Primeira Emissão, em nome e em benefício dos Debenturistas da Primeira Emissão, e/ou o Agente Fiduciário da Segunda Emissão, em nome e em benefício dos Debenturistas da Segunda Emissão, e/ou de quaisquer profissionais contratados por estes, às expensas das Cedentes, deverão ter (i) acesso irrestrito aos Documentos Comprobatórios a qualquer momento, desde que informado e/ou solicitado às Cedentes com, pelo menos, 5 (cinco) Dias Úteis de antecedência, ou em prazo inferior caso seja solicitado por um órgão judicial e/ou governamental/administrativo; (ii) autorização para fazer cópias dos Documentos Comprobatórios; e (iii) autorização para tomar qualquer medida razoavelmente necessária para verificar o cumprimento pelas Cedentes das suas obrigações de acordo com este Contrato.

3.4. Posse dos Documentos Comprobatórios. Os Agentes Fiduciários, conforme autorizados pelas Escrituras de Emissão, renunciam ao direito de ter a posse direta dos Documentos Comprobatórios. As Cedentes, por sua vez, deverão manter os Documentos

DocuSign Envelope ID: 57715BA4-C4FE-4A77-A4D6-7515835A46D5

Comprobatórios em sua posse direta, como fiéis depositários, de acordo com os artigos 627 e 1.361, §2º, do Código Civil Brasileiro.

3.5. Apresentação dos Documentos Comprobatórios. As Cedentes comprometem-se a apresentar arquivos *.pdfs* das versões originais dos Documentos Comprobatórios para os Agentes Fiduciários em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da respectiva solicitação pelos Agentes Fiduciários.

4. REGISTRO E APERFEIÇOAMENTO

4.1. Registros. Dentro de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de assinatura deste Contrato e de quaisquer aditamentos a este Contrato, as Cedentes deverão (i) protocolar este Contrato e eventuais aditamentos a este Contrato para registro junto aos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das Cidades do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e de São Paulo, Estado de São Paulo ("Cartórios de Registro de Títulos e Documentos"); e (ii) fornecer aos Agentes Fiduciários cópia de evidência do respectivo protocolo nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos.

4.1.1. Prazo de Registro. O registro deste Contrato e de quaisquer de seus aditamentos nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos deverá ser obtido pelas Cedentes no prazo máximo de 20 (vinte) dias contados das respectivas datas de assinatura do presente Contrato ou de quaisquer de seus aditamentos, conforme o caso, nos termos do artigo 130, da Lei n° 6.015, de 31 de dezembro de 1973, conforme alterada. As Cedentes deverão, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados a partir do registro deste Contrato ou de qualquer de seus aditamentos nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, conforme o caso, enviar aos Agentes Fiduciários *pdf* da via original deste Contrato e de eventuais aditamentos devidamente registrados nos respectivos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos.

4.2. Responsabilidade das Formalidades. Todas as taxas, custos e despesas razoavelmente incorridos com relação aos registros, traduções, protocolos e outras formalidades descritas nesta Cláusula 4 serão arcados pelas Cedentes.

4.3. Descumprimento das Formalidades. As Partes concordam que o não cumprimento das disposições desta Cláusula 4 pelas Cedentes não deverá ser usado para contestar a Cessão Fiduciária.

5. MOVIMENTAÇÃO DAS CONTAS VINCULADAS

DocuSign Envelope ID: 57715BA4-C4FE-4A77-A4D6-7515835A46D5

5.1. As Contas Vinculadas serão movimentadas unicamente pelo Banco Depositário, mediante notificação por escrito constante dos Contratos de Depositário, nos termos descritos abaixo, vedada a emissão de cheques, saques, cartão de débito ou crédito, ordem de transferência ou qualquer outro meio de movimentação pelas Cedentes, até a integral quitação das Obrigações Garantidas.

5.2. As Cedentes, desde já, autorizam o Banco Depositário a prosseguir com as instruções constantes dos Contratos de Depositário, bem como a acatar, conforme aplicável e de acordo com este Contrato, as instruções do Agente Fiduciário da Primeira Emissão, na qualidade de representante dos Debenturistas da Primeira Emissão, e do Agente Fiduciário da Segunda Emissão, na qualidade de representante dos Debenturistas da Segunda Emissão, que estejam em conformidade com as disposições deste Contrato, sem a necessidade de anuência das Cedentes quando da realização de tais instruções.

5.3. Desde que (i) não tenha ocorrido e/ou esteja em curso um Evento de Retenção (conforme definido abaixo); (ii) não tenha sido declarado o vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Emissão, nos termos da Escritura de Emissão da Primeira Emissão; e da Debêntures da Segunda Emissão, nos termos da Segunda Emissão; ou (iii) não tenha ocorrido o vencimento final das Debêntures, sem a integral quitação das Obrigações Garantidas, os recursos depositados nas Contas Vinculadas serão movimentados da seguinte forma:

(i) para fins da composição do saldo mínimo das respectivas Contas Vinculadas, as Cedentes, em conjunto, deverão depositar, mensalmente, a partir das respectivas Datas de Emissão, até o último Dia Útil de cada mês, recursos equivalentes à 1/6 (um sexto) da Parcela Vincenda das Debêntures da Primeira Emissão e/ou 1/6 (um sexto) da Parcela Vincenda das Debêntures da Segunda Emissão, conforme aplicável, observado o disposto no item (ii) abaixo com relação aos meses em que haja (1) uma Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Emissão e/ou uma Data de Amortização das Debêntures da Primeira Emissão; ou (2) uma Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Emissão e/ou uma Data de Amortização das Debêntures da Segunda Emissão, conforme aplicável.

(ii) Para fins do presente Contrato, o saldo mínimo (1) das Contas Vinculadas da Primeira Emissão, significa o somatório de 1/6 (um sexto) da Parcela Vincenda das Debêntures da Primeira Emissão (incluindo as Debêntures da Primeira Série da Primeira Emissão e as Debêntures da Segunda Série da Primeira Emissão), do mês atual e dos meses transcorridos, até completar 6/6 (seis sextos), deduzido o saldo contido nas Contas Vinculadas da Primeira Emissão; e (2) das Contas Vinculadas da Segunda Emissão, significa o somatório de 1/6 (um sexto) da Parcela Vincenda das Debêntures da Segunda Emissão (incluindo as Debêntures da Primeira Série da

DocuSign Envelope ID: 57715BA4-C4FE-4A77-A4D6-7515835A46D5

Segunda Emissão e as Debêntures da Segunda Série da Segunda Emissão), do mês atual e dos meses transcorridos, até completar 6/6 (seis sextos), deduzido o saldo contido nas Contas Vinculadas da Segunda Emissão;

(iii) no último Dia Útil do mês anterior ao mês em que houver (1) uma Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Emissão e/ou uma Data de Amortização das Debêntures da Primeira Emissão: (1.i) não havendo saldo suficiente na Conta Pagamento e Acúmulo da Emissora da Primeira Emissão para o Pagamento da Parcela Vincenda das Debêntures da Primeira Emissão, o Agente Fiduciário da Primeira Emissão deverá instruir o Banco Depositário a transferir, em até 1 (um) Dia Útil, a totalidade dos recursos depositados na Conta Pagamento e Acúmulo Enauta Energia da Primeira Emissão para a Conta Pagamento e Acúmulo da Emissora da Primeira Emissão, de modo que os recursos depositados na Conta Pagamento e Acúmulo da Emissora da Primeira Emissão sejam suficientes para assegurar que esteja depositado o valor integral previsto da Parcela Vincenda das Debêntures da Primeira Emissão; e (1.ii) havendo saldo suficiente na Conta Pagamento e Acúmulo da Emissora da Primeira Emissão para o Pagamento da Parcela Vincenda das Debêntures da Primeira Emissão, o Agente Fiduciário da Primeira Emissão não enviará uma instrução para o Banco Depositário; ou **(2)** uma Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Emissão e/ou uma Data de Amortização das Debêntures da Segunda Emissão; (2.i) não havendo saldo suficiente na Conta Pagamento e Acúmulo da Emissora da Segunda Emissão para o Pagamento da Parcela Vincenda das Debêntures da Segunda Emissão, o Agente Fiduciário da Segunda Emissão deverá instruir o Banco Depositário a transferir, em até 1 (um) Dia Útil, a totalidade dos recursos depositados na Conta Pagamento e Acúmulo Enauta Energia da Segunda Emissão para a Conta Pagamento e Acúmulo da Emissora da Segunda Emissão, de modo que os recursos depositados na Conta Pagamento e Acúmulo da Emissora da Segunda Emissão sejam suficientes para assegurar que esteja depositado o valor integral previsto da Parcela Vincenda das Debêntures da Segunda Emissão; e (2.ii) havendo saldo suficiente na Conta Pagamento e Acúmulo da Emissora da Segunda Emissão para o Pagamento da Parcela Vincenda das Debêntures da Segunda Emissão, o Agente Fiduciário da Segunda Emissão não enviará uma instrução para o Banco Depositário.

(iv) 2 (dois) Dias Úteis antes de cada Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures e/ou uma Data de Amortização das Debêntures, nos termos das Escrituras de Emissão, observados o disposto nos Contratos de Depositário, os Agentes Fiduciários deverão instruir o Banco Depositário a transferir, em até 1 (um) Dia Útil, o valor integral da Parcela Vincenda das Debêntures depositados nas respectivas Contas Pagamento e Acúmulo da Emissora para a conta n° 1326, dígito 7, agência 00001, do Banco 310 – Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores

DocuSign Envelope ID: 57715BA4-C4FE-4A77-A4D6-7515835A46D5

Mobiliários Ltda, de titularidade da Emissora, por meio da qual os pagamentos relativos às Debêntures são realizados.

5.3.1. Caso imediatamente após os pagamentos relativos (1) às Debêntures da Primeira Emissão, o Agente Fiduciário da Primeira Emissão identifique que, considerando as Contas Vinculadas da Primeira Emissão, foram depositados valores em excesso nas Contas Vinculadas da Primeira Emissão, o Agente Fiduciário da Primeira Emissão poderá, de comum acordo com as Cedentes, instruir o Banco Depositário a transferir tais montantes em excesso (i) da Conta Pagamento e Acúmulo da Emissora da Primeira Emissão para a conta n° 11222, dígito 5, agência 0911, do Banco 341- Banco Itaú Unibanco S.A., de titularidade da Emissora; e (ii) da Conta Pagamento e Acúmulo da Enauta Energia da Primeira Emissão para a conta n° 11316, dígito 5, agência 0911, do Banco 341- Banco Itaú Unibanco S.A., de titularidade da Enauta Energia; e/ou (2) às Debêntures da Segunda Emissão, o Agente Fiduciário da Segunda Emissão identifique que, considerando as Contas Vinculadas da Segunda Emissão, foram depositados valores em excesso nas Contas Vinculadas da Segunda Emissão, o Agente Fiduciário da Segunda Emissão poderá, de comum acordo com as Cedentes, instruir o Banco Depositário a transferir tais montantes em excesso (i) da Conta Pagamento e Acúmulo da Emissora da Segunda Emissão para a conta n° 11222, dígito 5, agência 0911, do Banco 341- Banco Itaú Unibanco S.A., de titularidade da Emissora; e (ii) da Conta Pagamento e Acúmulo da Enauta Energia da Segunda Emissão para a conta n° 11316, dígito 5, agência 0911, do Banco 341- Banco Itaú Unibanco S.A., de titularidade da Enauta Energia.

5.4. O Banco Depositário, conforme instruções dos Agentes Fiduciários e observados os termos previstos nos Contratos de Depositário, deverá bloquear as Contas Vinculadas, conforme aplicável, de modo que a totalidade dos recursos ali depositados fiquem indisponíveis às Cedentes e permaneça à disposição dos Debenturistas, representados pelos Agentes Fiduciários, na ocorrência de qualquer dos seguintes eventos (cada um dos eventos, um "Evento de Retenção"):

(i) ocorrência de quaisquer (1) Eventos de Vencimento Antecipado (conforme definidos na Escritura de Emissão da Primeira Emissão) da Primeira Emissão, hipótese na qual os recursos mantidos nas Contas Vinculadas da Primeira Emissão serão retidos até que o referido descumprimento seja sanado, observado o disposto a esse respeito na Escritura de Emissão da Primeira Emissão; e/ou (2) Eventos de Vencimento Antecipado (conforme definidos na Escritura de Emissão da Segunda Emissão) da Segunda Emissão, hipótese na qual os recursos mantidos nas Contas Vinculadas da Segunda Emissão serão retidos até que o referido descumprimento seja sanado, observado o disposto a esse respeito na Escritura de Emissão da Segunda Emissão; e/ou

DocuSign Envelope ID: 57715BA4-C4FE-4A77-A4D6-7515835A46D5

(ii) declaração de vencimento antecipado (1) das Debêntures da Primeira Emissão ou a ocorrência do vencimento final das Debêntures da Primeira Emissão, sem a quitação integral das Obrigações Garantidas da Primeira Emissão, nos termos da Escritura de Emissão da Primeira Emissão, hipóteses em que os recursos bloqueados nas Contas Vinculadas da Primeira Emissão serão utilizados integralmente para liquidação das Obrigações Garantidas da Primeira Emissão, na forma deste Contrato e da Escritura de Emissão da Primeira Emissão; e/ou (2) das Debêntures da Segunda Emissão ou a ocorrência do vencimento final das Debêntures da Segunda Emissão, sem a quitação integral das Obrigações Garantidas da Segunda Emissão, nos termos da Escritura de Emissão da Segunda Emissão, hipóteses em que os recursos bloqueados nas Contas Vinculadas da Segunda Emissão serão utilizados integralmente para liquidação das Obrigações Garantidas da Segunda Emissão, na forma deste Contrato e da Escritura de Emissão da Segunda Emissão.

5.4.1. Uma vez verificado pelos Agentes Fiduciários que o Evento de Retenção que deu causa ao bloqueio das Contas Vinculadas foi sanado e não ensejou o vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Emissão e/ou das Debêntures da Segunda Emissão, conforme o caso, os Agentes Fiduciários deverão notificar o Banco Depositário informando que o Evento de Retenção foi sanado e expedir ordem de desbloqueio das Contas Vinculadas, conforme o caso, momento em que a administração das respectivas Contas Vinculadas deverá voltar a observar o disposto na Cláusula 5.3 acima.

5.5. Investimentos Permitidos. Todo e qualquer recurso depositado e/ou disponível nas Contas Vinculadas poderá ser aplicado, em nome das Cedentes, pelo Banco Depositário nos termos dos Contratos de Depositário ("Investimentos Permitidos").

6. DECLARAÇÕES, GARANTIAS E OBRIGAÇÕES

6.1. Declarações das Cedentes. As Cedentes, pelo presente, declaram e garantem aos Debenturistas, representados cada qual por seu respectivo Agente Fiduciário, que:

(i) são sociedades por ações, devidamente constituídas com existência válida e em situação regular segundo as leis do Brasil;

(ii) têm plenos poderes para conduzir seus negócios, bem como estão devidamente autorizadas a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;

(iii) estão devidamente autorizadas a celebrar este Contrato, assumindo as obrigações financeiras e não financeiras dele decorrentes, bem como a cumprir todas as disposições aqui contidas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto, sem resultar em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em quaisquer contratos ou instrumentos; (b)

DocuSign Envelope ID: 57715BA4-C4FE-4A77-A4D6-7515835A46D5

criação de qualquer Ônus (conforme definidos nas Escrituras de Emissão) ou gravame sobre qualquer ativo ou bem das Cedentes, exceto os ônus decorrentes da constituição da garantia fiduciária objeto deste Contrato; (c) rescisão de quaisquer contratos ou instrumentos; ou (d) descumprimento de qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral;

(iv) os seus representantes legais que assinam este Contrato têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, cada qual em seu respectivo nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor de acordo com o estatuto social e documentos constitutivos das Cedentes;

(v) este Contrato constitui obrigação legalmente válida e vinculante das Cedentes, exequível de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 784 do Código de Processo Civil;

(vi) são as legítimas proprietárias dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente descritos na Cláusula 2.1 deste Contrato, que são livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames, encargos, restrições, reivindicações ou pendências judiciais ou extrajudiciais de qualquer natureza, e não há opções, direitos de aquisição, direitos de preferência, direitos de primeira oferta, ou quaisquer outros acordos aplicáveis à cessão, venda, transferência ou aquisição dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente, incluindo aqueles que de qualquer forma impeçam ou limitem razoavelmente a Cessão Fiduciária aqui criada e que possa, ainda que indiretamente, prejudicar ou invalidar a alienação fiduciária objeto deste Contrato;

(vii) a procuração concedida de acordo com a Cláusula 9.1 abaixo foi devidamente assinada pelos representantes legais das Cedentes e concede os poderes nela indicados aos Agentes Fiduciários. As Cedentes não concederam nenhuma procuração semelhante a terceiros em relação aos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente;

(viii) exceto pelas formalidades e registros previstos na Cláusula 4 acima, não é necessário obter qualquer aprovação governamental ou de terceiros (incluindo qualquer consentimento ou notificação a qualquer credor) ou qualquer outro consentimento, registro ou notificação para (a) a constituição da presente Cessão Fiduciária; (b) a validade e a exequibilidade deste Contrato de acordo com seus termos e condições; ou (c) a execução, pelos Debenturistas, representados cada qual por seu respectivo Agente Fiduciário, dos direitos aqui previstos;

(ix) renunciam expressamente a qualquer direito que tenham e que possa afetar, ou

DocuSign Envelope ID: 57715BA4-C4FE-4A77-A4D6-7515835A46D5

dificultar, a excussão da presente Cessão Fiduciária pelos Agentes Fiduciários;

(x) não há qualquer ação judicial, processo administrativo ou arbitral em curso, do qual tenham sido citadas ou intimadas, bem como, no seu melhor conhecimento, não há qualquer investigação ou inquérito em curso, envolvendo ou que possa afetar as Cedentes perante qualquer tribunal, órgão governamental ou árbitro que vise a anulação, invalidação, questionamento da Cessão Fiduciária e/ou dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente, exceto pelos processos descritos no formulário de referência da Emissora, elaborado nos termos da Resolução da CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, e que se encontra vigente e arquivado na CVM ("Formulário de Referência") na presente data;

(xi) a garantia real constituída nos termos do presente Contrato em favor dos Debenturistas, representados cada qual por seu respectivo Agente Fiduciário, é, de acordo com a legislação brasileira aplicável, sênior em todos os aspectos e anterior a qualquer outro ônus sobre os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente, não obstante a data, forma ou ordem de concessão, vinculação ou aperfeiçoamento de tais outros ônus;

(xii) exceto pelo ônus decorrente deste Contrato, os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente encontram-se livres e desembaraçadas de todos e quaisquer ônus de qualquer natureza e não existe qualquer disposição ou cláusula contida em qualquer acordo, contrato ou avença de que seja parte, inclusive contratos e/ou acordos celebrados com terceiros, restringindo a Cessão Fiduciária ora contratada, ou discussões judiciais de qualquer natureza, ou impedimento de qualquer natureza que vede, restrinja, reduza ou limite, de qualquer forma, a constituição, manutenção ou eventual excussão da presente garantia sobre os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente;

(xiii) aceitam integralmente e têm total ciência dos termos e condições previstos nas Escrituras de Emissão, incluindo, sem limitação, as obrigações, eventos de vencimento antecipado e os eventos de inadimplemento estabelecidos nos referidos instrumentos;

(xiv) os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente não se qualificam como bens essenciais às atividades das Cedentes com o sentido disposto no artigo 49, parágrafo 3º, da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, conforme alterada de tempos em tempos (bens de capital necessários à sua atividade empresarial), e as Cedentes não invocarão o referido dispositivo com o objetivo de impedir, suspender ou de outro modo prejudicar a execução de qualquer das Obrigações Garantidas; e

(xv) a celebração deste Contrato é compatível com a capacidade econômica, financeira

DocuSign Envelope ID: 57715BA4-C4FE-4A77-A4D6-7515835A46D5

e operacional das Cedentes, de forma que a Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente de sua titularidade prevista neste Contrato não acarretará qualquer impacto negativo relevante nas suas capacidades econômica, financeira e operacional, ou nas suas capacidades de honrar quaisquer compromissos e obrigações.

6.2. Obrigações das Cedentes. Além dos termos e condições previstos nas Escrituras de Emissão e dos demais termos e condições deste Contrato, até que as Obrigações Garantidas tenham sido integralmente quitadas, as Cedentes se comprometem a:

(i) manter e preservar todos os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente sujeitos à Cessão Fiduciária de acordo com os termos deste Contrato e de seus eventuais aditamentos;

(ii) salvo disposição em contrário nas Escrituras de Emissão, neste Contrato ou mediante aprovação prévia dos Debenturistas, cada qual em sede de sua respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, não (a) criar, incorrer ou permitir a existência de qualquer ônus ou gravame ou direito real de garantia sobre os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente, além da Cessão Fiduciária objeto deste Contrato, ou dispor, de qualquer forma, total ou parcialmente, direta ou indiretamente, a título gratuito ou oneroso, dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente ou de quaisquer direitos a elas inerentes, exceto pelos Ônus Permitidos (conforme definido nas Escrituras de Emissão), bem como não celebrar quaisquer contratos ou acordos que permitam quaisquer dos eventos descritos neste item; (b) vender, comprometer-se a vender, ceder, transferir, emprestar, locar, alienar, conferir ao capital, instituir usufruto ou fideicomisso ou de qualquer forma dispor dos respectivos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente, bem como não celebrar quaisquer contratos ou acordos que permitam quaisquer dos eventos descritos neste item; e (c) tomar qualquer medida que possa restringir, depreciar ou diminuir a Cessão Fiduciária e os direitos criados por este Contrato, exceto na hipótese em que seja constituído Reforço de Garantia nos termos da Cláusula 2.9 acima, bem como não celebrar quaisquer contratos ou acordos que permitam quaisquer dos eventos descritos neste item;

(iii) notificar, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados do seu conhecimento, os Agentes Fiduciários de qualquer acontecimento que possa reduzir, depreciar, modificar ou ameaçar a Cessão Fiduciária;

(iv) não renunciar a qualquer dos direitos decorrentes dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente, exceto nos termos das Escrituras de Emissão ou mediante prévia aprovação dos Debenturistas, cada qual em sede de sua respectiva Assembleia Geral de Debenturistas;

DocuSign Envelope ID: 57715BA4-C4FE-4A77-A4D6-7515835A46D5

(v) expressamente renunciar a qualquer privilégio legal ou acordo contratual com terceiros que possa, (a) impactar a Cessão Fiduciária criada pelo presente Contrato; (b) afetar o exercício de qualquer dos direitos dos Agentes Fiduciários previstos neste Contrato ou impedir as Cedentes de cumprir com suas obrigações contratuais estabelecidas pelo presente Contrato; ou (c) afetar a livre e plena validade, eficácia, exequibilidade ou transferência dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente, no caso de excussão ou exercício, sendo certo que a referida renúncia deverá ser estendida, incluindo mas não se limitando, a direitos de preferência, qualquer outro direito previsto na legislação aplicável, ou em qualquer outro documento, incluindo os documentos constitutivos das Cedentes, ou qualquer outro contrato ou instrumento celebrado a qualquer momento;

(vi) defender-se, como também defender os direitos dos Debenturistas, representados pelos Agentes Fiduciários, de forma tempestiva e eficaz, de qualquer ato, ação, procedimento ou processo que possa, de qualquer forma, afetar de maneira relevante este Contrato e/ou os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente;

(vii) tratar qualquer sucessor ou substituto dos Agentes Fiduciários como se fosse um signatário original deste Contrato e das Escrituras de Emissão, concedendo-lhe o exercício pleno e irrestrito de todos os direitos e prerrogativas originalmente atribuídos aos Agentes Fiduciários, nos termos deste Contrato e das Escrituras de Emissão, conforme o caso;

(viii) efetuar o recolhimento de quaisquer tributos ou contribuição que incidam ou venham a incidir sobre os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente e que sejam de sua responsabilidade;

(ix) manter e preservar todos os ônus constituídos neste Contrato e notificar os Agentes Fiduciários sobre qualquer evento, fato ou circunstância, incluindo, sem limitação, qualquer decisão, processo, reclamação, investigação ou mudança nas leis (ou na interpretação das mesmas), ou qualquer evento, fato ou circunstância ameaçada que afete a validade, legalidade, aperfeiçoamento e/ou a prioridade da Cessão Fiduciária constituída neste Contrato, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados a partir da data em que as Cedentes tomarem conhecimento de tal evento, fato ou circunstância;

(x) cumprir com quaisquer outros requisitos e/ou formalidades oriundos da legislação aplicável, bem como fornecer comprovações do cumprimento de tais requisitos ou de outros que venham a ser instituídos no futuro, conforme solicitado pelos Agentes Fiduciários, e que sejam necessários para a preservação integral da Cessão Fiduciária;

DocuSign Envelope ID: 57715BA4-C4FE-4A77-A4D6-7515835A46D5

(xi) (a) preservar e manter sua existência legal como uma pessoa jurídica separada e independente; e (b) continuar a conduzir seus negócios como conduzido atualmente e em conformidade, em todos os aspectos materiais, com todas as leis, alvarás, licenças e autorizações governamentais aplicáveis;

(xii) cumprir todas as formalidades estabelecidas neste Contrato, incluindo a obrigação de providenciar os registros deste Contrato junto aos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos aplicáveis, nos termos da Cláusula 4 acima;

(xiii) manter sempre válida e exequível procuração concedida de acordo com a Cláusula 9.1 abaixo, devendo renová-la, sempre que necessário nos termos deste Contrato e do Estatuto Social das Cedentes;

(xiv) exceto conforme previsto no presente Contrato e/ou nas Escrituras de Emissão, não firmar qualquer contrato ou acordo ou tomar qualquer medida que possa, sob qualquer forma, impactar negativamente ou impedir o pleno e absoluto exercício dos direitos dos Debenturistas, representados cada qual por seu respectivo Agente Fiduciário, relacionados a este Contrato e/ou aos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente;

(xv) abster-se de concordar, autorizar ou de qualquer forma realizar qualquer pagamento, redução ou retenção, relacionados a quaisquer dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente, exceto conforme exigido por lei ou de outra forma permitido nos termos deste Contrato, dos Contratos de Concessão e/ou das Escrituras de Emissão;

(xvi) tomar todas as ações e medidas aplicáveis às Cedentes e celebrar qualquer documento ou contrato adicional (incluindo quaisquer alterações a este Contrato, no todo ou em parte) legalmente exigido para a preservação, manutenção, existência, aperfeiçoamento, validade ou exequibilidade da Cessão Fiduciária, de acordo com (a) mudanças nas disposições legais e regulamentares aplicáveis aos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente e/ou a quaisquer das Partes; (b) alterações nos termos das Escrituras de Emissão, na medida em que tais alterações modifiquem os termos e condições das Obrigações Garantidas descritas no Anexo I ao presente Contrato; e/ou (c) a necessidade de incluir qualquer outra pessoa como agente fiduciário da Primeira Emissão ou como agente fiduciário da Segunda Emissão, credor e/ou devedor fiduciário, as Cedentes deverão celebrar e entregar aos Agentes Fiduciários, conforme aplicável, em até 10 (dez) Dias Úteis na hipótese da alínea (b), e 15 (quinze) Dias Úteis nas hipóteses das alíneas (a) e (c), ambos contados da respectiva data da solicitação nesse sentido, qualquer dos respectivos documentos e acordos que os Agentes Fiduciários, agindo cada qual em nome e

DocuSign Envelope ID: 57715BA4-C4FE-4A77-A4D6-7515835A46D5

benefício dos respectivos Debenturistas, possam legalmente solicitar;

(xvii) permitir o exercício, pelos Agentes Fiduciários, agindo cada qual em nome e benefício dos respectivos Debenturistas, conforme aplicável, de quaisquer dos direitos ou poderes a ela cedidos neste Contrato;

(xviii) não alterar, encerrar ou onerar as Contas Vinculadas ou permitir que sejam alteradas qualquer cláusula ou condição deste Contrato, sem a prévia autorização dos Debenturistas da Primeira Emissão e dos Debenturistas da Segunda Emissão, reunidos em cada respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, exceto se autorizado no âmbito deste Contrato e das Escrituras de Emissão; e

(xix) cumprir integralmente o disposto nos Contratos de Depositário.

6.3. As Partes confirmam que a negociação e celebração deste Contrato seguiu os princípios de probidade e boa-fé, os quais também serão cumpridos pelas Partes no exercício dos seus direitos e no cumprimento das suas obrigações nos termos deste Contrato.

6.4. As Partes confirmam que exerceram sua liberdade de celebrar um contrato de acordo com os preceitos da ordem pública e o princípio da finalidade social deste Contrato, que também satisfaz os princípios de custo-benefício, razoabilidade e oportunidade, permitindo assim que as Partes alcancem seus respectivos objetivos e negócios corporativos, servindo, como resultado, a toda a Emissora.

6.5. Para os fins do Código Civil Brasileiro (incluindo seu artigo 157), cada Parte confirma e reconhece expressamente que (i) tem conhecimento e experiência na execução das atividades aqui contempladas; (ii) as obrigações das Partes de acordo com o presente são proporcionais e equilibradas; (iii) nenhum fato ou obrigação contida neste Contrato pode ser considerado ou pode constituir uma infração às leis aplicáveis, nem ao objeto e natureza deste Contrato; e (iv) está ciente de todas as circunstâncias relacionadas e das regras que regem este Contrato.

6.6. As Cedentes, pelo presente, expressam seu consentimento em relação aos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente aqui criados, vinculados pelos termos e condições deste Contrato, nada tendo a opor a eles.

DocuSign Envelope ID: 57715BA4-C4FE-4A77-A4D6-7515835A46D5

7. EXCUSSÃO E COBRANÇA

7.1. Excussão da Garantia. Observado o disposto no Contrato de Compartilhamento, mediante a declaração de vencimento antecipado resultante de um Evento de Vencimento Antecipado previsto nas Escrituras de Emissão, ou o vencimento final das Debêntures da Primeira Emissão e/ou das Debêntures da Segunda Emissão sem que as respectivas Obrigações Garantidas tenham sido integralmente quitadas, as Cedentes se obrigam a assinar todos os documentos (incluindo instrumentos de transferência), tomar todas as medidas e praticar todos os outros atos (incluindo a entrega, transferência ou cessão dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente, no todo ou em parte, a qualquer cessionário ou outra pessoa indicada pelos Agentes Fiduciário), que venham a ser razoavelmente solicitados pelos Agentes Fiduciários, a fim de (i) implementar a Excussão (conforme definido abaixo) dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente; (ii) permitir que os Agentes Fiduciários, agindo cada qual em nome e benefício dos respectivos Debenturistas, exerçam todos os seus direitos relacionados aos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente; (iii) providenciar a transferência dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente para o respectivo adquirente; ou (iv) exercer as ações previstas no presente Contrato ou na legislação aplicável.

7.2. Não obstante as disposições anteriores, observado o disposto no Contrato de Compartilhamento, mediante a declaração de vencimento antecipado resultante de um Evento de Vencimento Antecipado previsto nas Escrituras de Emissão, ou o vencimento final das Debêntures da Primeira Emissão e/ou das Debêntures da Segunda Emissão sem que as respectivas Obrigações Garantidas tenham sido integralmente quitadas, a propriedade plena dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente e a posse direta e indireta dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente e de seus frutos, consolidar-se-á em favor dos Agentes Fiduciários, agindo cada qual em nome e benefício dos respectivos Debenturistas, sendo que os Agentes Fiduciários, conforme previsto nas Escrituras de Emissão, estarão irrevogavelmente autorizados a promover a imediata excussão dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente, podendo dispor, cobrar, receber e/ou se apropriar (na medida do permitido pela legislação brasileira) dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente, ou parte deles, e prontamente vender, ceder, conceder uma opção ou opções de compra, ou de outra forma dispor e entregar os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente, no todo ou em parte, da maneira que for mais conveniente, e nos termos e condições que considerarem apropriados, desde que tal venda não possa ser feita por um preço que seja considerado um preço vil de acordo com a lei brasileira, sujeito aos termos e condições estabelecidos nesta Cláusula 7 e de acordo com a lei aplicável, independentemente de qualquer aviso prévio ou posterior às Cedentes, com a devida consideração ao disposto no Artigo 1.364 do Código Civil Brasileiro ("Excussão").

7.3. Excussões Sucessivas. Se a receita resultante da venda dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente não for suficiente para quitar integralmente as Obrigações

DocuSign Envelope ID: 57715BA4-C4FE-4A77-A4D6-7515835A46D5

Garantidas, os Agentes Fiduciários, agindo cada qual em nome e benefício dos respectivos Debenturistas, terão o direito de cobrar o saldo remanescente das Cedentes e/ou executar qualquer outra garantia que tenha sido concedida como garantia às Obrigações Garantidas, e todos os outros bens e direitos que possam não ter sido alienados permanecerão sujeitos à Cessão Fiduciária como garantia das Obrigações Garantidas até que as Obrigações Garantidas tenham sido integralmente quitadas e este Contrato tenha sido rescindido de acordo com a Cláusula 12 abaixo. Os Agentes Fiduciários, agindo cada qual em nome e em benefício dos respectivos Debenturistas, poderão, observado o disposto no Contrato de Compartilhamento, excutir a Cessão Fiduciária tantas vezes quantas forem necessárias para fins de quitação da totalidade das Obrigações Garantidas, ficando acordado que qualquer execução parcial da Cessão Fiduciária não afetará os termos e condições deste Contrato, observado o disposto na Cláusula 13.3 abaixo.

7.4. As Cedentes pelo presente renunciam irrevogavelmente a quaisquer direitos que possam ser transferidos às Cedentes por sub-rogação ou de outra forma até a quitação integral das Obrigações Garantidas, incluindo, mas não se limitando, a quaisquer reclamações de recurso que as Cedentes possam adquirir contra qualquer pessoa no caso de (i) as Cedentes pagarem qualquer dívida da Emissora ou qualquer outro devedor; ou (ii) uma execução pelos Agentes Fiduciários, agindo cada qual em nome e em benefício dos respectivos Debenturistas, de seus direitos, nos termos deste Contrato.

7.5. Enriquecimento sem causa. As Cedentes reconhecem que a não-sub-rogação prevista na Cláusula 7.4 acima não resultará em enriquecimento sem causa de nenhuma das Partes, considerando que: (i) as Cedentes são beneficiárias diretas das Debêntures; (ii) no caso de execução ou rescisão deste Contrato, a não-sub-rogação representará um aumento equivalente e proporcional no valor das Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente; e (iii) qualquer valor residual de venda das Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente será reembolsado às Cedentes mediante a quitação integral das Obrigações Garantidas.

7.6. Valor Excedente Após Excussão. No caso de haver qualquer valor excedente resultante da execução da Cessão Fiduciária e após a quitação integral das Obrigações Garantidas, tais recursos remanescentes deverão ser devolvidos às Cedentes de acordo com o artigo 1.364 do Código Civil Brasileiro.

7.7. Deveres do Agente Fiduciário. Os Agentes Fiduciários, agindo cada qual em nome e benefício dos respectivos Debenturistas, conforme aplicável, utilizarão quaisquer rendimentos recebidos com relação aos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente para a quitação das Obrigações Garantidas.

7.8. Renúncia. Na medida permitida pela lei aplicável e de acordo com a natureza das Obrigações Garantidas e disposições deste Contrato, as Cedentes renunciam, em favor dos

DocuSign Envelope ID: 57715BA4-C4FE-4A77-A4D6-7515835A46D5

Agentes Fiduciários, agindo cada qual em nome e benefício dos respectivos Debenturistas, a qualquer privilégio legal ou contratual que possa afetar a livre e plena excussão da Cessão Fiduciária ou o exercício pelos Agentes Fiduciários, na qualidade de representantes dos Debenturistas, de quaisquer dos seus direitos nos termos deste Contrato e da lei aplicável.

8. DESPESAS

8.1. Despesas. As Cedentes deverão reembolsar os Agentes Fiduciários, se aplicável, por todas as despesas documentadas, honorários e outros valores razoavelmente incorridos pelos Agentes Fiduciários (incluindo os honorários faturados, encargos e desembolsos de qualquer consultor dos Agentes Fiduciários), agindo em nome e em benefício dos Debenturistas e de acordo com os termos deste Contrato, em conexão com a celebração, registro, formalização, conservação e/ou aperfeiçoamento deste Contrato ou qualquer outro documento aqui produzido (incluindo alterações).

8.2. Todos os pagamentos devidos pelas Cedentes aos Agentes Fiduciários de acordo com a Cláusula 8.1 acima deverão ser pagos em até 15 (quinze) Dias Úteis contados da emissão, pelos Agentes Fiduciários, do respectivo comprovante de débito, o qual será enviado às Cedentes de acordo com a Cláusula 19 abaixo.

9. PROCURAÇÃO

9.1. Procuração. As Cedentes concedem, nos termos do 684 do Código Civil Brasileiro e com os seus estatutos sociais, procuração irrevogável aos Agentes Fiduciários (incluindo poderes para substabelecer), com poderes *ad judicia*, no todo ou em parte, com reservas, para que os Agentes Fiduciários, agindo cada qual em nome e benefício dos respectivos Debenturistas, conforme o caso, tomem qualquer medida em relação aos assuntos previstos nesta Cláusula 9 em nome das Cedentes ("Procuração"):

(i) praticar, na hipótese de omissão pelas Cedentes, todos os atos, de qualquer natureza, exigidos ou necessários para formalizar, registrar ou averbar o Contrato e quaisquer aditamentos ao Contrato, conforme o caso, perante os Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, sendo que os custos decorrentes serão arcados exclusivamente pelas Cedentes, conforme previsto no Contrato;

(ii) realizar, a qualquer momento, todos os atos necessários para a conservação, defesa e/ou execução da Cessão Fiduciária;

(iii) exercer todo e qualquer direito das Cedentes de cobrar, constituir em mora e receber pagamentos de qualquer natureza, incluindo direitos de vender, ceder, conceder opção sobre ou de outra forma alienar, a totalidade ou parte dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente, por meio de venda pública ou privada, de

DocuSign Envelope ID: 57715BA4-C4FE-4A77-A4D6-7515835A46D5

acordo com a lei aplicável e os termos deste Contrato, e independente de quaisquer notificações judiciais ou extrajudiciais;

(iv) assinar qualquer documento e praticar qualquer ato relativo a Cessão Fiduciária e/ou os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente, sempre que tal ato ou documento for necessário para constituir, preservar, formalizar, aperfeiçoar, validar ou excutir a Cessão Fiduciária (incluindo dar e receber quitação);

(vi) representar as Cedentes no Brasil, em juízo ou fora dele, perante terceiros e toda e qualquer entidade ou autoridade federal, estadual ou municipal, em todas as suas respectivas divisões e departamentos, incluindo, mas não se limitando, conforme aplicável, aos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, à Receita Federal do Brasil, ao Banco Central do Brasil, à ANP, ao CADE, ao Banco Depositário e a outros órgãos do sistema antitruste brasileiro, em relação à Cessão Fiduciária, aos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente e a este Contrato e exercer todos os demais direitos concedidos às Cedentes sobre o mesmo, com poderes para comprometer os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente, bem como alienar, transferindo-o de acordo com os termos deste Contrato, bem como poderes irrevogáveis para assinar todo e qualquer documento necessário para a transferência efetiva, receber e dar quitação;

(vii) solicitar toda e qualquer aprovação, registro ou consentimento prévio, que possa ser necessário para a efetiva excussão da Cessão Fiduciária e/ou para a cessão/transferência dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente, incluindo, mas não limitado a, aprovações ou consentimentos prévios de instituições financeiras, seguradoras, Banco Central do Brasil, Receita Federal do Brasil, Banco Depositário, ANP, CADE, outros órgãos do sistema antitruste brasileiro em relação à Cessão Fiduciária e quaisquer outras entidades ou autoridades federais, estaduais ou municipais, em todas as suas respectivas divisões e departamentos, ou quaisquer outros terceiros;

(viii) reter e recuperar a posse dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente, bem como os Documentos Comprobatórios, contra qualquer titular, inclusive as Cedentes;

(ix) ceder e transferir direitos e obrigações a terceiros, no todo ou em parte, os direitos e obrigações das Cedentes em relação aos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente;

(x) receber e utilizar os recursos provenientes da Excussão dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente, aplicando-os na liquidação das Obrigações Garantidas; e

DocuSign Envelope ID: 57715BA4-C4FE-4A77-A4D6-7515835A46D5

(xi) realizar todo e qualquer ato e, assim como assinar todos os documentos necessários para o pleno cumprimento deste mandato, o qual poderá ser substabelecido, com poderes *ad judicia*, no todo ou em parte, com ou sem reservas, pelos Agentes Fiduciários, agindo em nome e em benefício dos Debenturistas, conforme julgar apropriado, assim como cancelar quaisquer substabelecimentos.

9.2. Para fins da Cláusula 9.1 acima, as Cedentes celebraram, concomitantemente com a celebração do presente Contrato, e entregaram aos Agentes Fiduciários, uma procuração substancialmente na forma do Anexo III ao presente Contrato.

9.3. Enquanto este Contrato estiver em vigor, a procuração deverá permanecer válida e vigente até a integral quitação das Obrigações Garantidas, sendo certo que a procuração deverá ser renovada com, pelo menos, 30 (trinta) dias de antecedência de sua respectiva data de vencimento.

10. APLICAÇÃO DE VALORES

10.1. Aplicação de Valores. Quaisquer valores recebidos ou recuperados periodicamente pelos Agentes Fiduciários por meio do exercício das medidas estabelecidas na Cláusula 7 acima deverão ser utilizados para a liquidação das Obrigações Garantidas.

11. ALTERAÇÕES RELACIONADAS ÀS OBRIGAÇÕES GARANTIDAS

11.1. As Cedentes permanecerão vinculadas aos termos do presente Contrato, e os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente permanecerão sujeitos aos direitos de garantia ora outorgados, a todo o tempo, até o término do presente Contrato, sem limitação e sem qualquer reserva de direitos contra as Cedentes, e independentemente da notificação ou anuência das Cedentes, não obstante:

(i) qualquer renovação, prorrogação, aditamento, modificação, vencimento antecipado, transação, renúncia parcial, restituição ou quitação parcial, atinente às Obrigações Garantidas ou de invalidade parcial ou inexequibilidade de quaisquer dos documentos relacionados às Obrigações Garantidas;

(ii) qualquer alteração do prazo, forma, local, valor ou moeda de pagamento das Obrigações Garantidas, nos termos das Escrituras de Emissão;

(iii) qualquer ação (ou omissão) dos Agentes Fiduciários, agindo cada qual em nome e em benefício dos respectivos Debenturistas, renúncia no exercício de qualquer direito, poder ou prerrogativa e prorrogação do prazo de execução de qualquer direito, contidos nos documentos relacionados às Obrigações Garantidas, incluindo, mas não se limitando, as Escrituras de Emissão, ou nos termos da legislação aplicável; e/ou

DocuSign Envelope ID: 57715BA4-C4FE-4A77-A4D6-7515835A46D5

(iv) a venda, permuta, renúncia, restituição, liberação ou quitação de qualquer outra garantia, direito de compensação ou outro direito de garantia real, a qualquer tempo, detido pelos Agentes Fiduciários, agindo cada qual em nome e em benefício dos respectivos Debenturistas, para o pagamento das Obrigações Garantidas.

12. RESCISÃO E QUITAÇÃO

12.1. Rescisão de Quitação. Após a quitação integral das Obrigações Garantidas, este Contrato será rescindido e os Agentes Fiduciários, agindo em nome e em benefício dos Debenturistas da Primeira Emissão e dos Debenturistas da Segunda Emissão, conforme o caso, de acordo com as Escrituras de Emissão, deverão tomar todas as medidas razoavelmente solicitadas pelas Cedentes e todas as ações necessárias para liberar os direitos da garantia real aqui constituídos, às expensas das Cedentes. A rescisão deste Contrato e a consequente liberação dos direitos reais de garantia aqui constituídos serão válidos e efetivos por meio de um termo de liberação assinado pelo Agente Fiduciário da Primeira Emissão, substancialmente na forma do Anexo IV a este Contrato, e pelo Agente Fiduciário da Segunda Emissão, substancialmente na forma do Anexo V a este Contrato, agindo em nome e em benefício dos Debenturistas, de acordo com as Escrituras de Emissão. Mediante solicitação e às expensas das Cedentes, os Agentes Fiduciários comprometem-se a assinar e entregar às Cedentes, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da respectiva solicitação pelas Cedentes, todos os documentos que possam ser razoavelmente necessários para implementar a rescisão deste Contrato e a liberação dos ônus e gravames aqui constituídos, de acordo com as Escrituras de Emissão.

13. CONJUNTO DE GARANTIAS

13.1. Excussão Simultânea. Os direitos de garantia, poderes e medidas dos Debenturistas e dos Agentes Fiduciários nos termos deste Contrato são cumulativos e devem ser adicionais e independentes de todos os outros direitos de garantia, poderes e medidas concedidos aos Debenturistas e aos Agentes Fiduciários, nos termos das Escrituras de Emissão e da legislação aplicável, e podem ser exercidos sucessiva ou concomitantemente sem prejudicar os direitos dos Debenturistas e dos Agentes Fiduciários, conforme aplicável, nos termos deste Contrato ou de acordo com as Escrituras de Emissão, desde que respeite os termos e condições das Escrituras de Emissão e do Contrato de Compartilhamento.

13.2. As Partes reconhecem que (i) o exercício parcial ou o não exercício, a prorrogação de prazos, tolerância ou omissão com relação ao exercício de qualquer direito, poder ou privilégio aqui concedido a qualquer Parte e/ou por lei não constituirá novação, retirada ou renúncia de tal direito, poder ou privilégio, não impedirá seu exercício; e (ii) a retirada ou renúncia de tal direito será interpretada restritivamente e não será considerada como uma renúncia ou retirada de qualquer outro direito às Partes aqui concedido.

DocuSign Envelope ID: 57715BA4-C4FE-4A77-A4D6-7515835A46D5

13.3. Nos termos do Contrato de Compartilhamento, não há qualquer ordem de preferência entre a Cessão Fiduciária e as demais Garantias Reais (conforme definido nas Escrituras de Emissão), sendo certo que as Garantias Reais poderão ser excutidas na ordem que melhor convier aos Debenturistas, representados pelo respectivo Agente Fiduciário.

14. RENÚNCIAS E ALTERAÇÕES

14.1. Este Contrato e suas disposições só serão modificados, alterados, suplementados ou dispensados com o consentimento expresso por escrito das Partes.

15. INDEPENDÊNCIA ENTRE AS DISPOSIÇÕES CONTRATUAIS

15.1. Caso qualquer disposição deste Contrato seja considerada como inválida, ilegal ou inexequível nos termos da legislação aplicável, tal disposição deverá se tornar ineficaz apenas na medida de tal invalidade, ilegalidade ou inexequibilidade, e não deverá afetar a validade, legalidade ou exequibilidade de quaisquer outras disposições deste Contrato. Conforme permitido pela legislação aplicável, as Partes deverão, de boa-fé, negociar e celebrar um aditamento a este Contrato para substituir qualquer disposição afetada por uma nova disposição que (i) reflita a intenção original das Partes; e/ou (ii) seja válida e vinculante. Os direitos criados no âmbito deste Contrato constituem, na medida do permitido pela legislação aplicável, uma garantia contínua e perfeita sobre os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente, exequível contra as Cedentes de acordo com seus termos.

16. ACORDO INTEGRAL; SUCESSORES E CESSIONÁRIOS

16.1. Este Contrato estabelece a Cessão Fiduciária, nos termos e condições aqui estabelecidos, e permanecerá em pleno vigor e efeito até o pagamento integral de todas as Obrigações Garantidas. Este Contrato é vinculante perante as Cedentes, seus sucessores e cessionários, e beneficiará os Debenturistas, seus sucessores, sub-rogados e cessionários.

16.2. Este Contrato deverá constituir uma garantia permanente e nenhuma modificação, aditamento ou complemento em relação a qualquer documento ou acordo relacionado a este Contrato deverá afetar a validade, o objeto deste Contrato e as obrigações impostas às Cedentes por meio deste Contrato.

17. COMPROMISSOS E OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DOS AGENTES FIDUCIÁRIOS

17.1. Além das demais obrigações expressamente previstas neste Contrato e nas Escrituras de Emissão, os Agentes Fiduciários obrigam-se a:

DocuSign Envelope ID: 57715BA4-C4FE-4A77-A4D6-7515835A46D5

(i) zelar pelo fiel desempenho das obrigações previstas neste Contrato e observar as disposições deste Contrato;

(ii) proteger os direitos dos Debenturistas sobre os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente devendo, conforme o caso, negociar os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente da mesma forma que negociaria com propriedades ou direitos semelhantes de sua própria titularidade e obedecer a todas as demais disposições deste Contrato e das Escrituras de Emissão que tenham correlação com as atividades inerentes à proteção dos interesses dos Debenturistas; e

(iii) agir, na qualidade de representantes dos Debenturistas, unicamente de acordo com as instruções que lhe forem passadas pelos Debenturistas, reunidos em cada assembleia geral de Debenturistas, nos termos das Escrituras de Emissão.

17.2. Substituição dos Agentes Fiduciários. As Cedentes reconhecem, outrossim, que os Agentes Fiduciários poderão ser substituídos a qualquer tempo pelos Debenturistas da Primeira Emissão e pelos Debenturistas da Segunda Emissão, conforme deliberação em cada respectiva assembleia geral de Debenturistas, nos termos das Escrituras de Emissão. As Cedentes se comprometem a tomar todas as providências que forem necessárias para formalizar a referida substituição, inclusive a celebração de aditamento a este Contrato.

18. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E FORO

18.1. Legislação Aplicável. Este Contrato deverá ser regido e interpretado de acordo com as leis da República Federativa do Brasil e constitui um título executivo extrajudicial de acordo com as disposições do artigo 784, incisos III e V da Lei nº 13.015, de 16 de março de 2015, conforme alterada ("Código Brasileiro de Processo Civil"). As Cedentes, conforme aplicável, reconhece e concorda que todas e quaisquer obrigações assumidas e que lhes possam ser impostas, de acordo com este Contrato ou relacionadas ao mesmo deverão estar sujeitas à execução específica de acordo com os artigos 497, 499, 500, 501, 536, 537, 806, 814, 815, 822 e 823 do Código Brasileiro de Processo Civil.

18.2. Foro. Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Contrato, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

DocuSign Envelope ID: 57715BA4-C4FE-4A77-A4D6-7515835A46D5

19. COMUNICAÇÕES

19.1. Comunicações. Todos os avisos, notificações e quaisquer outras comunicações requeridas ou permitidas no âmbito Contrato deverão ser entregues ou transmitidas para os endereços estabelecidos abaixo, ou em qualquer outro endereço que possa ser designado por qualquer Parte, por meio de uma notificação à outra Parte.

Cedentes:
ENAUTA ENERGIA S.A.
ENAUTA PARTICIPAÇÕES S.A.
Avenida Almirante Barroso, nº 52, salas 1.101, 1.102 e 1.301, Centro
Rio de Janeiro/RJ, Brasil, 20.031-918
At.: Pedro Rodrigues de Medeiros e Felipe Silva Melo
Telefone: (21) 3509 5800
E-mail: pedro.medeiros@enauta.com.br e felipe.melo@enauta.com.br

Agente Fiduciário da Primeira Emissão:
VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.
Rua Gilberto Sabino, 215 - 4º Andar - Pinheiros
CEP: 05425-020, São Paulo – SP
At: Eugênia Souza || Marcio Teixeira
Telefone: (11) 3030-7177
E-mail: agentefiduciario@vortx.com.br; pu@vortx.com.br (para fins de precificação)

Agente Fiduciário da Segunda Emissão:
VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.
Rua Gilberto Sabino, nº 215 - 4º Andar - Pinheiros
CEP: 05425-020, São Paulo – SP
At: Eugênia Souza || Marcio Teixeira
Telefone: (11) 3030-7177
E-mail: agentefiduciario@vortx.com.br; pu@vortx.com.br (para fins de precificação)

20. DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. Anexos. Todos os anexos a este Contrato farão parte integrante deste Contrato. Se, entretanto, houver alguma inconsistência entre este Contrato e seus Anexos, as disposições deste Contrato prevalecerão.

20.2. Conflito entre disposições. Em caso de conflito entre as disposições contidas neste Contrato e nas Escrituras de Emissão, as disposições das Escrituras de Emissão deverão prevalecer.

DocuSign Envelope ID: 57715BA4-C4FE-4A77-A4D6-7515835A46D5

20.2.1. Os Agentes Fiduciários reconhecem os termos e condições das Escrituras de Emissão e não tomarão (ou se recusarão a tomar) qualquer ação que limite as Cedentes de tomar qualquer ação que de outra forma seja permitida pelas Escrituras de Emissão.

20.3. Interpretação. Nada neste Contrato deverá ser interpretado como uma renúncia ou alteração a qualquer outra disposição contida nas Escrituras de Emissão.

20.4. Cessão ou transferência pelas Cedentes. As Cedentes não poderão ceder ou transferir, no todo ou em parte, este Contrato ou qualquer obrigação aqui contida, sem o acordo prévio e por escrito dos Agentes Fiduciários, agindo cada qual em nome e em benefício dos respectivos Debenturistas, exceto se de outra forma permitido pelas Escrituras de Emissão.

20.5. Cessão ou transferência pelo Agente Fiduciário. Este Contrato poderá ser cedido ou transferido pelo Agente Fiduciário da Primeira Emissão, em nome e para o benefício da comunhão dos Debenturistas da Primeira Emissão, e pelo e do Agente Fiduciário da Segunda Emissão, em nome e para o benefício da comunhão dos Debenturistas da Segunda Emissão, sujeito às condições estabelecidas nas Escrituras de Emissão, e qualquer cessionário permitido deverá ser sub-rogado a todos os direitos e obrigações dos Agente Fiduciário conforme estabelecido neste Contrato ou outros contratos e instrumentos relacionados.

20.6. No cumprimento das suas obrigações nos termos deste Contrato, os Agentes Fiduciários terão todos os benefícios e proteções que lhe são concedidos nos termos das Obrigações Garantidas, deste Contrato, das Escrituras de Emissão e da legislação vigente.

20.7. Omissão. A omissão ou tolerância das Partes em exigir o estrito cumprimento dos termos e condições deste Contrato não constituirá novação ou renúncia, nem afetará seus direitos, que podem ser exercidos a qualquer momento.

20.8. Informações periódicas. Com exceção das obrigações assumidas com formas de cumprimento específicas, o cumprimento das obrigações pactuadas neste Contrato e nos demais documentos das Emissões referentes ao envio de documentos e informações periódicas aos Agentes Fiduciários, ocorrerá exclusivamente através da plataforma VX Informa.

> **20.8.1.** Para os fins deste contrato, entende-se por "VX Informa" a plataforma digital disponibilizada pelos Agentes Fiduciários em seu website (https://vortx.com.br). Para a realização do cadastro é necessário acessar https://portal.vortx.com.br/register e solicitar acesso ao sistema.

20.8. Assinatura eletrônica. As Partes concordam e convencionam que a celebração deste

DocuSign Envelope ID: 57715BA4-C4FE-4A77-A4D6-7515835A46D5

Contrato poderá ser feita por meio eletrônico, sendo consideradas válidas, apenas, as assinaturas eletrônicas realizadas por meio de certificado digital, validado conforme a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, conforme alterada. As Partes reconhecem, de forma irrevogável e irretratável, a autenticidade, validade e a plena eficácia da assinatura por certificado digital, para todos os fins de direito.

DocuSign Envelope ID: 57715BA4-C4FE-4A77-A4D6-7515835A46D5

ANEXO I
DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DAS OBRIGAÇÕES GARANTIDAS

(Termos utilizados neste Anexo I que não estiverem aqui definidos ou neste Contrato têm o significado que lhes foi atribuído nas Escrituras de Emissão)

ESCRITURA DE EMISSÃO DA PRIMEIRA EMISSÃO	
Emissora	Enauta Participações S.A.
Valor Nominal Unitário:	O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, é de R$1.000,00 (mil reais).
Quantidade:	Foram emitidas 1.400.000 (um milhão e quatrocentas mil) Debêntures, sendo (i) 736.675 (setecentas e trinta e seis mil, seiscentas e setenta e cinco) Debêntures da Primeira Série; e (ii) 663.325 (seiscentas e sessenta e três mil, trezentas e vinte e cinco) Debêntures da Segunda Série ("Debêntures").
Número de Séries	A Emissão foi realizada em 2 (duas) séries (em conjunto, as "Séries", e, individual e indistintamente, "Série"), sendo (i) as Debêntures objeto da Oferta distribuídas no âmbito da primeira Série ("Primeira Série") foram doravante denominadas "Debêntures da Primeira Série"; e (ii) as Debêntures objeto da Oferta distribuídas no âmbito da segunda Série ("Segunda Série") foram doravante denominadas "Debêntures da Segunda Série".
Valor Total da Emissão:	O valor total da Emissão foi de R$ 1.400.000.000,00 (um bilhão e quatrocentos milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definida abaixo) ("Valor Total da Emissão"), sendo certo que a quantidade de Debêntures alocada em cada série foi definida de acordo com o Procedimento de Bookbuilding mediante o Sistema de Vasos Comunicantes. Foi permitida a distribuição parcial das Debêntures, nos termos da Escritura de Emissão da Primeira Emissão.
Data de Emissão:	Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures foi o dia 15 de dezembro de 2022 ("Data de Emissão")
Data de Início da Rentabilidade:	Para todos os fins e efeitos legais, a data de início da rentabilidade foi a Data da Primeira Integralização (conforme definido abaixo) ("Data de Início da Rentabilidade").
Prazo e Data de Vencimento:	Observado o disposto na Escritura de Emissão da Primeira Emissão, (i) as Debêntures da Primeira Série terão prazo de vencimento de 7 (sete) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de dezembro de 2029 ("Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série"); e (ii) as Debêntures da Segunda Série terão prazo de vencimento

DocuSign Envelope ID: 57715BA4-C4FE-4A77-A4D6-7515835A46D5

	de 5 (cinco) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de dezembro de 2027 ("Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série", e, em conjunto com a Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série, a "Data de Vencimento").
Amortização do Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Primeira Série:	O saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Primeira Série será amortizado em 8 (oito) parcelas semestrais, devidas sempre nos dias 15 de junho e 15 de dezembro de cada ano, sendo que a primeira parcela será devida em 15 de junho de 2026, e as demais parcelas serão devidas em cada uma das respetivas datas de amortização das Debêntures da Primeira Série, de acordo com as datas e percentuais indicados na Escritura de Emissão da Primeira Emissão.
Amortização do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série:	O saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série será amortizado em 2 (duas) parcelas, de acordo com as datas e percentuais indicados na Escritura de Emissão da Primeira Emissão.
Atualização Monetária do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série:	O Valor Nominal Unitário (ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso), das Debêntures da Primeira Série será atualizado monetariamente mensalmente pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE ("IPCA"), desde a Data de Início da Rentabilidade até a data de seu efetivo pagamento ("Atualização Monetária das Debêntures da Primeira Série"), sendo o produto da Atualização Monetária das Debêntures da Primeira Série, automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário (ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) das Debêntures da Primeira Série ("Valor Nominal Unitário Atualizado"). A Atualização Monetária das Debêntures da Primeira Série será calculada conforme a fórmula prevista na Escritura de Emissão da Primeira Emissão.
Atualização Monetária do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série:	O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série não será atualizado monetariamente.
Remuneração das Debêntures da Primeira Série:	Sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Primeira Série incidirão juros remuneratórios correspondentes a 9,8297% (nove inteiros, oito mil, duzentos e noventa e sete décimos de milésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração das Debêntures da Primeira Série"), incidentes desde a Data de Início da Rentabilidade das Debêntures da Primeira Série, ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. O cálculo da Remuneração das Debêntures da Primeira

DocuSign Envelope ID: 57715BA4-C4FE-4A77-A4D6-7515835A46D5

	Série é realizado conforme previsto na Escritura de Emissão da Primeira Emissão.
Remuneração das Debêntures da Segunda Série:	Sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, incidirão juros remuneratórios correspondentes a variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias do DI – Depósito Interfinanceiro de um dia, "over extra grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 ("Taxa DI"), acrescida exponencialmente de uma sobretaxa (spread) equivalente a 4,2500% (quatro inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis("Remuneração das Debêntures da Segunda Série").
Pagamento da Remuneração:	Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de eventual vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures ou Resgate Antecipado Facultativo, nos termos previstos na Escritura de Emissão da Primeira Emissão, a Remuneração será paga, semestralmente, a partir da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento realizado em 15 de junho de 2023, e os demais pagamentos devidos sempre no dia 15 dos meses de junho e dezembro de cada ano, até a Data de Vencimento das Debêntures da respectiva Série (cada uma, uma "Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures").
Encargos Moratórios:	Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de qualquer valor devido aos Debenturistas nos termos da Escritura de Emissão da Primeira Emissão, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora, devidamente acrescidos da Remuneração das Debêntures, ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial: (i) multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento); e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês calculados *pro rata temporis* ("Encargos Moratórios").
Local de Pagamento:	Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no respectivo vencimento utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela B3 para as Debêntures custodiadas eletronicamente nela; e/ou (ii) os procedimentos adotados pelo Escriturador, para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na B3.
Encargos Moratórios:	Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora, ficarão sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) multa

DocuSign Envelope ID: 57715BA4-C4FE-4A77-A4D6-7515835A46D5

	convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2,00% (dois inteiros por cento); e (ii) juros moratórios à razão de 1,00% (um inteiro por cento) ao mês, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento; ambos calculados sobre o montante devido e não pago ("Encargos Moratórios").
Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Primeira Série:	Desde que observado o disposto no artigo 1º, parágrafo 1º, inciso II, combinado com o artigo 2º, parágrafo 1º, da Lei 12.431, nas disposições da Resolução CMN 4.751, ou normativo que venha substitui-lo, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, bem como o prazo médio ponderado mínimo de 4 (quatro) anos dos pagamentos transcorridos entre a Data de Emissão e a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Primeira Série (ou prazo inferior que venha a ser autorizado pela legislação ou regulamentação aplicáveis), a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar o resgate antecipado facultativo total das Debêntures da Primeira Série ("Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Primeira Série"). Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Primeira Série, o valor devido pela Emissora será equivalente ao maior dos critérios mencionados nos itens (a) e (b) da Cláusula 5.1.1 da Escritura de Emissão da Primeira Emissão, sendo que, caso (b) seja maior que (a), o prêmio a ser pago pela Emissora será dado pela diferença entre (b) e (a) ("Prêmio de Resgate Antecipado das Debêntures da Primeira Série").
Resgate Antecipado das Debêntures da Segunda Série:	A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a partir do 31º (trigésimo primeiro) mês da Data de Emissão, ou seja, a partir de 15 de julho de 2025 (inclusive), realizar o resgate antecipado facultativo total das Debêntures da Segunda Série ("Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série"). Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série, o valor devido pela Emissora aos titulares das Debêntures da Segunda Série será equivalente ao: (i) Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série a serem resgatadas, acrescido (ii) da Remuneração das Debêntures da Segunda Série, calculada *pro rata temporis*, devida desde a Data de Início da Rentabilidade das Debêntures da Segunda Série ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série (exclusive) ("Data do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série"), acrescido (iii) de Encargos Moratórios, se aplicável, devidos e não pagos até a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série, acrescido (iv) de prêmio de 1,40% (um inteiro e quarenta centésimos

DocuSign Envelope ID: 57715BA4-C4FE-4A77-A4D6-7515835A46D5

	por cento) ao ano, incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, calculado de forma exponencial de forma *pro rata temporis* considerando os Dias Úteis entre a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série e a Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série ("Prêmio de Resgate Antecipado das Debêntures da Segunda Série").
Aquisição Facultativa:	A Emissora poderá, (i) após decorridos os 2 (dois) primeiros anos contados da Data de Emissão (ou prazo inferior que venha a ser autorizado pela legislação ou regulamentação aplicáveis), adquirir Debêntures em Circulação da Primeira Série, e/ou (ii) a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação da Segunda Série, observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, desde que observe as eventuais regras expedidas pela CVM, devendo tal fato, se assim exigido pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora ("Aquisição Facultativa"). As Debêntures adquiridas pela Emissora de acordo com esta Cláusula poderão, a critério da Emissora: (i) ser canceladas, caso seja legalmente permitido, observado o disposto na Lei 12.431, nas regras expedidas pelo CMN e na regulamentação aplicável; (ii) permanecer na tesouraria da Emissora; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado, observadas as restrições impostas pela Instrução CVM 476. Caso aplicável, as Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Atualização Monetária das Debêntures da Primeira Série e a Remuneração aplicável às demais Debêntures, conforme aplicável.
Amortização Extraordinária das Debêntures da Primeira Série:	As Debêntures da Primeira Série não poderão ser objeto de amortização extraordinária pela Emissora.
Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da Segunda Série:	A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, após o término do 31º (trigésimo primeiro) mês contado da Data de Emissão, isto é, a partir de 15 de julho de 2025 (inclusive), realizar a amortização extraordinária parcial das Debêntures limitada a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável ("Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da Segunda Série"). Por ocasião da Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da Segunda Série, o valor devido pela Emissora será equivalente à (i) parcela do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série a serem amortizadas, acrescido (ii) da Remuneração das Debêntures da Segunda

DocuSign Envelope ID: 57715BA4-C4FE-4A77-A4D6-7515835A46D5

	Série, calculada *pro rata temporis*, devida desde a Data de Início da Rentabilidade das Debêntures da Segunda Série ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data da Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da Segunda Série (exclusive) ("Data da Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da Segunda Série"), acrescido (iii) de Encargos Moratórios, se aplicável, devidos e não pagos até a Data da Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da Segunda Série, acrescido (iv) de prêmio de 1,40% (um inteiro e quarenta centésimos por cento) ao ano, incidente sobre a parcela do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, calculado de forma exponencial de forma *pro rata temporis* considerando os Dias Úteis entre a Data da Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da Segunda Série e a Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série ("Prêmio de Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da Segunda Série").
Oferta de Aquisição Obrigatória:	Caso a Emissora, as Fiadoras ou quaisquer de suas Controladas Restritas vendam, transfiram e/ou cedam de forma definitiva a terceiros não integrantes do seu grupo econômico quaisquer Ativos Não Restritos (conforme definido na Escritura de Emissão da Primeira Emissão), em montante igual ou superior a 30% (trinta por cento), em uma ou mais transações, do EBITDAX (a) consolidado anual; ou (b) da informação financeira trimestral referente aos últimos 12 (doze) meses imediatamente anteriores à data do evento, sendo certo que será definido entre (a) e (b) aquele que representar o valor obtido em data mais próximo à data do último evento de venda, transferência e/ou cessão, conforme aplicável, a Emissora deverá, observadas as regras estabelecidas na Resolução CVM 77 e a legislação e regulamentação aplicáveis ("Evento de Pagamento Obrigatório"), a Emissora deverá realizar uma oferta obrigatória para adquirir as Debêntures dos Debenturistas que optarem por alienar suas respectivas Debêntures, observados os termos e condições previstos na Escritura de Emissão da Primeira Emissão, devendo tal fato, se assim exigido pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora ("Oferta de Aquisição Obrigatória").

ESCRITURA DE EMISSÃO DA SEGUNDA EMISSÃO	
Emissora	Enauta Participações S.A.

DocuSign Envelope ID: 57715BA4-C4FE-4A77-A4D6-7515835A46D5

Valor Nominal Unitário:	O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R$1.000,00 (mil reais).
Quantidade:	Serão emitidas, inicialmente, 1.100.000 (um milhão e cem mil) Debêntures, a serem alocadas conforme demanda pelas Debêntures, apurada por meio do Procedimento de *Bookbuilding*, mediante o Sistema de Vasos Comunicantes, sendo certo que a quantidade de Debêntures a ser alocada na Segunda Série será limitada a 50% (cinquenta por cento) da quantidade total de Debêntures efetivamente emitida, observada a possibilidade de Distribuição Parcial e a colocação do Montante Mínimo ("Debêntures").
Número de Séries:	A Emissão será realizada em até 3 (três) séries (em conjunto, as "Séries", e, individual e indistintamente, "Série"), sendo (i) as Debêntures objeto da Oferta distribuídas no âmbito da primeira Série ("Primeira Série") doravante denominadas "Debêntures da Primeira Série"; e (ii) as Debêntures objeto da Oferta distribuídas no âmbito da segunda Série ("Segunda Série") doravante denominadas "Debêntures da Segunda Série"; e (iii) as Debêntures objeto da Oferta distribuídas no âmbito da terceira Série ("Terceira Série") doravante denominadas "Debêntures da Terceira Série" e, em conjunto com as Debêntures da Primeira Série e as Debêntures da Segunda Série, "Debêntures".
Valor Total da Emissão:	O valor total da Emissão será de até R$ 1.100.000.000,00 (um bilhão e cem milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definida abaixo) ("Valor Total da Emissão"), sendo certo que (i) a quantidade de Debêntures a ser emitida; (ii) a existência de cada uma das Séries; e (iii) a quantidade de Debêntures a ser alocada em cada série, serão definidas de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding* (conforme definido na Escritura de Emissão) mediante o Sistema de Vasos Comunicantes (conforme definido na Escritura de Emissão), observado que a quantidade de Debêntures a ser alocada na Segunda Série será limitada a 50% (cinquenta por cento) da quantidade total de Debêntures efetivamente emitida e que qualquer Série poderá ser cancelada. Será permitida a Distribuição Parcial das Debêntures, observada a colocação do Montante Mínimo. A Emissão e a Oferta não poderão ser aumentadas em nenhuma hipótese.
Montante Mínimo:	Será admitida a possibilidade de distribuição parcial das Debêntures, nos termos dos artigos 73 e 74 da Resolução CVM 160, sendo que a manutenção da Oferta está condicionada à subscrição e integralização do montante mínimo de R$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais) ("Montante Mínimo"). Caso durante o Procedimento de *Bookbuilding* não seja verificada demanda pelos Investidores Qualificados para a totalidade das Debêntures, até o final do prazo de colocação das Debêntures, as Debêntures representativas da diferença entre o Volume Total da Emissão e a demanda das Debêntures apurada junto aos

DocuSign Envelope ID: 57715BA4-C4FE-4A77-A4D6-7515835A46D5

	Investidores Qualificados no Procedimento de *Bookbuilding*, nos termos desta Escritura de Emissão, serão canceladas pela Emissora, observados os termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Distribuição ("Distribuição Parcial").
Data de Emissão:	Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 15 de setembro de 2023 ("Data de Emissão")
Data de Início da Rentabilidade:	Para todos os fins e efeitos legais, a data de início da rentabilidade será a Data da Primeira Integralização (conforme definido na Escritura de Emissão) ("Data de Início da Rentabilidade").
Prazo e Data de Vencimento:	Observado o disposto nesta Escritura de Emissão, (i) as Debêntures da Primeira Série terão prazo de vencimento de 6 (seis) anos ou 2.194 (dois mil cento e noventa e quatro) dias contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 17 de setembro de 2029 ("Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série"); (ii) as Debêntures da Segunda Série terão prazo de vencimento de 5 (cinco) anos ou 1.827 (mil oitocentos e vinte e sete) dias contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de setembro de 2028 ("Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série); e (iii) as Debêntures da Terceira Série terão prazo de vencimento de 6 (seis) anos ou 2.194 (dois mil cento e noventa e quatro) dias contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 17 de setembro de 2029 ("Data de Vencimento das Debêntures da Terceira Série", e, em conjunto com a Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série e a Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série, a "Data de Vencimento").
Amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Primeira Série:	O Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Primeira Série será amortizado em 5 (cinco) parcelas semestrais, devidas sempre nos dias 15 de março e 15 de setembro de cada ano, sendo que a primeira parcela será devida em 15 de setembro de 2027, e as demais parcelas serão devidas em cada uma das respetivas datas de amortização das Debêntures da Primeira Série, de acordo com as datas indicadas na Escritura de Emissão da Segunda Emissão.
Amortização do Valor Nominal Unitário ou do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série:	O Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série será amortizado em uma única parcela, na Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série.
Amortização do Valor Nominal Unitário ou do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série:	O Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série será amortizado em uma única parcela, na Data de Vencimento das Debêntures da Terceira Série.

DocuSign Envelope ID: 57715BA4-C4FE-4A77-A4D6-7515835A46D5

Atualização Monetária do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série:	O Valor Nominal Unitário (ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso), das Debêntures da Primeira Série será atualizado monetariamente pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE ("IPCA"), , desde a Data de Início da Rentabilidade até a data de seu efetivo pagamento ("Atualização Monetária das Debêntures da Primeira Série"), sendo o produto da Atualização Monetária das Debêntures da Primeira Série, automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário (ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) das Debêntures da Primeira Série ("Valor Nominal Unitário Atualizado"). A Atualização Monetária das Debêntures da Primeira Série será calculada conforme a fórmula prevista na Escritura de Emissão da Segunda Emissão.
Atualização Monetária do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série:	O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série não será atualizado monetariamente.
Atualização Monetária do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série:	O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série não será atualizado monetariamente.
Remuneração das Debêntures da Primeira Série:	Sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Primeira Série incidirão juros remuneratórios a serem definidos no Procedimento de *Bookbuilding* e, em qualquer caso, limitados ao que for maior entre: (i) a taxa interna de retorno do Tesouro IPCA+ (nova denominação da Nota do Tesouro Nacional, Série B – NTN-B), com vencimento em 2028, baseada na cotação indicativa divulgada pela ANBIMA em sua página na internet (http://www.anbima.com.br), apurada no fechamento do Dia Útil imediatamente anterior à data do Procedimento de *Bookbuilding*, acrescida exponencialmente de uma sobretaxa (*spread)* equivalente a 3,70% (três inteiros e setenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis; ou (ii) 8,75% (oito inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração das Debêntures da Primeira Série"), incidentes desde a Data de Início da Rentabilidade das Debêntures da Primeira Série, ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. O cálculo da Remuneração das Debêntures da Primeira Série será realizado de acordo com a fórmula prevista na Escritura de Emissão da Segunda Emissão.

DocuSign Envelope ID: 57715BA4-C4FE-4A77-A4D6-7515835A46D5

Remuneração das Debêntures da Segunda Série:	Sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias do DI – Depósito Interfinanceiro de um dia, "*over extra grupo*", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 ("Taxa DI"), acrescida exponencialmente de uma sobretaxa (*spread)* a ser definida no Procedimento de *Bookbuilding* e, em qualquer caso, limitada a 4,50% (quatro inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração das Debêntures da Segunda Série"). O cálculo da Remuneração das Debêntures da Segunda Série será realizado de acordo com a fórmula prevista na Escritura de Emissão da Segunda Emissão.
Remuneração das Debêntures da Terceira Série:	Sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios prefixados, correspondentes a um determinado percentual fixo ao ano a ser definido no Procedimento de *Bookbuilding* e, em qualquer caso, limitado ao que for maior entre: (i) a Taxa DI de *duration* mais próxima à *duration* das Debêntures da Terceira Série, conforme as Taxas Referenciais BM&FBOVESPA relativa à 'DI x Pré', 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, baseada na cotação indicativa do Dia Útil imediatamente anterior à data de realização do Procedimento de Bookbuilding, divulgada pela B3 em sua página na internet (acessível, nesta data, por meio do link https://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/servicos-de-dados/market-data/consultas/mercado-de-derivativos/precos-referenciais/taxas-referenciais-bm-fbovespa/), acrescida exponencialmente de sobretaxa (spread) de 3,75% (três inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano; e (ii) 14,75% (quatorze inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração das Debêntures da Terceira Série" e, em conjunto com a Remuneração das Debêntures da Primeira Série e a Remuneração das Debêntures da Segunda Série, "Remuneração"). O cálculo da Remuneração das Debêntures da Terceira Série será realizado de acordo com a fórmula prevista na Escritura de Emissão da Segunda Emissão.
Pagamento da Remuneração:	Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de eventual vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures ou Resgate Antecipado Facultativo, nos termos previstos na Escritura de Emissão da Segunda Emissão, a (i) Remuneração das Debêntures Primeira Série será paga, semestralmente, a partir da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento realizado em 15 de março de 2024, e os demais pagamentos devidos sempre no dia 15 dos meses de setembro e março de cada ano,

DocuSign Envelope ID: 57715BA4-C4FE-4A77-A4D6-7515835A46D5

	até a Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série (cada uma, uma "Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures Primeira Série"); (ii) Remuneração das Debêntures Segunda Série será paga, semestralmente, sendo o primeiro pagamento realizado em 15 de março de 2024, e os demais pagamentos devidos sempre no dia 15 dos meses de setembro e março de cada ano, até a Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série (cada uma, uma "Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures Segunda Série"); e (iii) Remuneração das Debêntures da Terceira Série será paga semestralmente, sendo o primeiro pagamento realizado em 15 de março de 2024 e os demais pagamentos devidos sempre no dia 15 dos meses de março e setembro de cada ano, até a Data de Vencimento das Debêntures da Terceira Série (cada uma, uma "Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Terceira Série" e em conjunto com a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures Primeira Série e a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série, a "Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures").
Encargos Moratórios:	Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de quantia devida aos Debenturistas nos termos da Escritura de Emissão da Segunda Emissão, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora, ficarão sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) multa convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2,00% (dois inteiros por cento); e (ii) juros moratórios à razão de 1,00% (um inteiro por cento) ao mês, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento; ambos calculados sobre o montante devido e não pago ("Encargos Moratórios").
Local de Pagamento:	Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no respectivo vencimento utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela B3 para as Debêntures custodiadas eletronicamente nela; e/ou (ii) os procedimentos adotados pelo Escriturador, para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na B3.
Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Terceira Série:	Desde que observado o disposto no artigo 1º, parágrafo 1º, inciso II, combinado com o artigo 2º, parágrafo 1º, da Lei 12.431, nas disposições da Resolução CMN 4.751, ou normativo que venha substitui-lo, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, bem como o prazo médio ponderado mínimo de 4 (quatro) anos dos pagamentos transcorridos entre a Data de Emissão e a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Primeira Série ou das Debêntures da Terceira Série (ou prazo inferior que venha a ser autorizado pela legislação ou regulamentação aplicáveis), a Emissora poderá, a seu

DocuSign Envelope ID: 57715BA4-C4FE-4A77-A4D6-7515835A46D5

	exclusivo critério, realizar o resgate antecipado facultativo total das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Terceira Série ("Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Terceira Série"). Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Terceira Série, o valor devido pela Emissora será equivalente ao maior dos critérios mencionados nos itens (a) e (b) ("Valor de Resgate Antecipado das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Terceira Série") da Cláusula 5.1.1 da Escritura de Emissão da Segunda Emissão, sendo que, caso (b) seja maior que (a), o prêmio a ser pago pela Emissora será dado pela diferença entre (b) e (a) ("Prêmio de Resgate Antecipado das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Terceira Série").
Resgate Antecipado das Debêntures da Segunda Série:	A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a partir do 31º (trigésimo primeiro) mês da Data de Emissão, ou seja, a partir de 15 de abril de 2026 (inclusive), realizar o resgate antecipado facultativo total das Debêntures da Segunda Série ("Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série"). Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série, o valor devido pela Emissora aos titulares das Debêntures da Segunda Série será equivalente ao: (i) Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série a serem resgatadas, acrescido (ii) da Remuneração das Debêntures da Segunda Série, calculada *pro rata temporis*, devida desde a Data de Início da Rentabilidade das Debêntures da Segunda Série ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série (exclusive) ("Data do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série"), acrescido (iii) de Encargos Moratórios, se aplicável, devidos e não pagos até a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série, acrescido (iv) de prêmio de 1,40% (um inteiro e quarenta centésimos por cento) ao ano, incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, calculado de forma exponencial de forma *pro rata temporis* considerando os Dias Úteis entre a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série e a Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série ("Prêmio de Resgate Antecipado das Debêntures da Segunda Série" e "Valor de resgate Antecipado das Debêntures da Segunda Série", respectivamente).
Aquisição Facultativa:	A Emissora poderá, (i) após decorridos os 2 (dois) primeiros anos contados da Data de Emissão (ou prazo inferior que venha a ser

DocuSign Envelope ID: 57715BA4-C4FE-4A77-A4D6-7515835A46D5

	autorizado pela legislação ou regulamentação aplicáveis), adquirir Debêntures em Circulação da Primeira Série e Debêntures em circulação da Terceira Série, e/ou (ii) a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação da Segunda Série, observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, desde que observe as eventuais regras expedidas pela CVM, devendo tal fato, se assim exigido pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora ("Aquisição Facultativa"). As Debêntures adquiridas pela Emissora de acordo com a Cláusula 5.3.1 da Escritura de Emissão da Segunda Emissão, poderão, a critério da Emissora: (i) ser canceladas, caso seja legalmente permitido, observado o disposto na Lei 12.431, nas regras expedidas pelo CMN e na regulamentação aplicável; (ii) permanecer na tesouraria da Emissora; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. Caso aplicável, as Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Atualização Monetária das Debêntures da Primeira Série e à Remuneração aplicável às demais Debêntures, conforme aplicável.
Amortização Extraordinária das Debêntures da Primeira Série e da Debêntures da Terceira Série:	As Debêntures da Primeira Série e as Debêntures da Terceira Série não poderão ser objeto de amortização extraordinária pela Emissora.
Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da Segunda Série:	A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, após o término do 31º (trigésimo primeiro) mês contado da Data de Emissão, isto é, a partir de 15 de abril de 2026 (inclusive), realizar a amortização extraordinária parcial das Debêntures limitada a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável ("Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da Segunda Série"). Por ocasião da Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da Segunda Série, o valor devido pela Emissora será equivalente à (i) parcela do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série a serem amortizadas, acrescido (ii) da Remuneração das Debêntures da Segunda Série, calculada *pro rata temporis*, devida desde a Data de Início da Rentabilidade das Debêntures da Segunda Série ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data da Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da Segunda Série (exclusive) ("Data da Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da Segunda Série"), acrescido (iii) de Encargos Moratórios, se aplicável, devidos e não pagos até a Data da Amortização Extraordinária Facultativa

DocuSign Envelope ID: 57715BA4-C4FE-4A77-A4D6-7515835A46D5

	das Debêntures da Segunda Série, acrescido (iv) de prêmio de 1,40% (um inteiro e quarenta centésimos por cento) ao ano, incidente sobre a parcela do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, calculado de forma exponencial de forma *pro rata temporis* considerando os Dias Úteis entre a Data da Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da Segunda Série e a Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série ("Prêmio de Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da Segunda Série" e "Valor de Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da Segunda Série").
Oferta de Aquisição Obrigatória:	Caso a Emissora, as Fiadoras ou quaisquer de suas Controladas Restritas vendam, transfiram e/ou cedam de forma definitiva a terceiros não integrantes do seu grupo econômico quaisquer Ativos Não Restritos (conforme definido na Escritura de Emissão da Segunda Emissão), em montante igual ou superior a 30% (trinta por cento), em uma ou mais transações, do EBITDAX (a) consolidado anual; ou (b) da informação financeira trimestral referente aos últimos 12 (doze) meses imediatamente anteriores à data do evento, sendo certo que será definido entre (a) e (b) aquele cuja divulgação tenha ocorrido em data mais recente em relação à data do último evento de venda, transferência e/ou cessão, conforme aplicável, a Emissora deverá, observadas as regras estabelecidas na Resolução CVM 77 e a legislação e regulamentação aplicáveis ("Evento de Pagamento Obrigatório"), a Emissora deverá realizar uma oferta obrigatória para adquirir as Debêntures dos Debenturistas que optarem por alienar suas respectivas Debêntures, observados os termos e condições previstos na Escritura de Emissão da Segunda Emissão, devendo tal fato, se assim exigido pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora ("Oferta de Aquisição Obrigatória").

As tabelas acima resumem certos termos das Obrigações Garantidas da Escritura de Emissão da Primeira Emissão e da Escritura de Emissão da Segunda Emissão e foram elaboradas pelas Partes com o objetivo de dar atendimento à legislação aplicável. No entanto, as presentes tabelas não se destinam e não serão interpretadas de modo a modificar, alterar, ou cancelar e substituir os termos e condições efetivos das Debêntures da Primeira Emissão e das Debêntures da Segunda Emissão e das demais Obrigações Garantidas ao longo do tempo e tampouco limitará os direitos dos Debenturistas da Primeira Emissão e dos Debenturistas da Segunda Emissão e/ou dos Agentes Fiduciários.

DocuSign Envelope ID: 57715BA4-C4FE-4A77-A4D6-7515835A46D5

ANEXO II
MODELO DE ADITAMENTO – COMPARTILHAMENTO DAS GARANTIAS REAIS

[•]º ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE CONTAS VINCULADAS E DIREITOS CREDITÓRIOS E OUTRAS AVENÇAS

Este "[•]° Aditamento ao Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Contas Vinculadas e Direitos Creditórios e Outras Avenças" ("Contrato") é celebrado por e entre:

(1) ENAUTA PARTICIPAÇÕES S.A., companhia aberta, com registro de emissor de valores mobiliários perante a Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") sob o nº 2236-5, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Barroso, nº 52, sala 1301 (parte), Centro, CEP 20031-918, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("**CNPJ/MF**") sob o nº 11.669.021/0001-10 e na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("**JUCERJA**") sob o NIRE nº 33300292896 ("**Emissora**"), neste ato representada na forma de seu estatuto social;

(2) ENAUTA ENERGIA S.A., sociedade por ações, sem registro de emissor de valores mobiliários perante a CVM, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Barroso, nº 52, sala 1101, 1102 e 1301 (parte), Centro, CEP 20031-918, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.253.257/0001-71 e na JUCERJA sob o NIRE nº 33300291598, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("**Enauta Energia**" e, em conjunto com a Emissora, "**Cedentes**"); e

(3) VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., instituição financeira, devidamente constituída e validamente existente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, com sua sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, nº 215, 4º andar, Pinheiros, CEP 05.425-020, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 22.610.500/0001-88, na qualidade de agente fiduciário, nomeada neste instrumento, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**"), para representar, perante a Emissora, a comunhão dos interesses dos Debenturistas ("**Agente Fiduciário**"), neste ato representada na forma de seu estatuto social;

(4) [•], instituição financeira, devidamente constituída e validamente existente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, com sua sede na [•], inscrita no CNPJ/MF sob o nº [•], na qualidade de [•], neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Agente Fiduciário da [•] Emissão" e, em conjunto com o Agente Fiduciário da Primeira Emissão" ou "Agente Fiduciário da Segunda Emissão", os "**Agentes Fiduciários**")

sendo as Cedentes e os Agentes Fiduciários referidos como as "**Partes**" e, individualmente, como "**Parte**".

DocuSign Envelope ID: 57715BA4-C4FE-4A77-A4D6-7515835A46D5

CONSIDERANDO QUE

(A) em 22 de novembro de 2022, foi celebrado o "*Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em até 2 (Duas) Séries, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Enauta Participações S.A.*" pela Emissora, pelo Agente Fiduciário da Primeira Emissão e pela Enauta Energia, conforme aditado em 21 de dezembro de 2022 pelo "*Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em até 2 (Duas) Séries, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Enauta Participações S.A.*" ("Escritura de Emissão da Primeira Emissão"), por meio da qual a Emissora realizou a sua 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em 2 (duas) séries, no valor total de R$ 1.400.000.000,00 (um bilhão e quatrocentos milhões de reais), na data de emissão ("Debêntures da Primeira Emissão"), as quais foram objeto de distribuição pública, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, da Lei nº 6.385 de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, e das demais leis e normas regulamentares aplicáveis;

(B) para assegurar o fiel, pontual, correto e integral cumprimento das Obrigações Garantidas (conforme definido abaixo), as Cedentes se comprometeram, em caráter irrevogável e irretratável, a ceder fiduciariamente em favor dos Debenturistas da Primeira Emissão, representados pelo Agente Fiduciário da Primeira Emissão, os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente (conforme definidos abaixo), nos termos do "*Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Contas Vinculadas e Direitos Creditórios e Outras Avenças*", celebrado pelas Cedentes e pelo Agente Fiduciário da Primeira Emissão em 29 de novembro de 2022, e registrado no 4º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Pessoa Jurídica da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sob o nº 5.434.198 em 1 de dezembro de 2022 e no 6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro sob o nº 1404558 em 7 de dezembro de 2022, conforme aditado em 02 de fevereiro de 2022, nos termos do "*Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Contas Vinculadas e Direitos Creditórios e Outras Avenças"* ("Contrato" e "Cessão Fiduciária", respectivamente);

(C) em 06 de setembro de 2023, foi celebrado o "*Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em até 3 (Três) Séries, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública, em Rito de Registro Automático, da Enauta Participações S.A.*" entre a Emissora, o Agente Fiduciário da Segunda Emissão e a Enauta Energia ("Escritura de Emissão da Segunda Emissão", e em conjunto com a Escritura de Emissão da Primeira Emissão, as "Escrituras de Emissão"), por meio do qual foram estabelecidos os termos e

DocuSign Envelope ID: 57715BA4-C4FE-4A77-A4D6-7515835A46D5

condições da 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em até 3 (três) séries, da Emissora, no valor total de até R$ 1.100.000.000,00 (um bilhão e cem milhões de reais), na data de emissão ("Debêntures da Segunda Emissão" e em conjunto com as Debêntures da Primeira Emissão, as "Debêntures"), as quais serão objeto de distribuição pública, sob o rito de registro automático, nos termos da Resolução da CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 160"), e das demais leis e normas regulamentares aplicáveis;

(D) nos termos da cláusula 4.26.5 da Escritura de Emissão da Primeira Emissão, os titulares das Debêntures da Primeira Emissão ("Debenturistas da Primeira Emissão") expressamente autorizaram o compartilhamento da Cessão Fiduciária e das demais Garantias Reais (conforme definido na Escritura de Emissão da Primeira Emissão);

(E) nos termos da Escritura de Emissão da Segunda Emissão, a Cessão Fiduciária e as demais Garantias Reais foram outorgadas em benefício dos titulares das Debêntures da Segunda Emissão ("Debenturistas da Segunda Emissão" e, em conjunto com os Debenturistas da Primeira Emissão, "Debenturistas"), observado que os termos e condições do compartilhamento das Garantias Reais entre os Agentes Fiduciários, na qualidade de representantes dos respectivos Debenturistas, estão regulados no "*Contrato de Compartilhamento de Garantias e Outras Avenças*", celebrado em [•] de [•] de 2023 entre os Agentes Fiduciários ("Contrato de Compartilhamento" e "Compartilhamento das Garantias Reais", respectivamente); e

(F) em conformidade com a Cláusula 2.9 do Contrato, as Partes desejam aditar o Contrato para formalizar a inclusão do [•], representados pelo Agente Fiduciário da [•] Emissão, como novo credor no âmbito do Contrato.

.

RESOLVEM, por esta, e na melhor forma de direito, celebrar o presente Aditamento, que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

1. DEFINIÇÕES E INTERPRETAÇÕES

1.1. Os termos em letras maiúsculas utilizados, mas não definidos no presente Aditamento, terão os mesmos significados que lhe foram atribuídos no Contrato e na Escritura de Emissão. Todas as referências aqui contidas a quaisquer acordos ou documentos deverão ser interpretadas como uma referência a tais acordos ou documentos conforme aditados, alterados, modificados ou complementados de tempos em tempos. Todas as referências aqui contidas à lei aplicável deverão ser interpretadas como uma referência a tais leis, regulamentos, decretos, instruções, decisões normativas, medidas provisórias ou qualquer outra decisão em qualquer jurisdição aplicável, com força de lei ou não. Todas as referências a quaisquer das Partes deverão ser interpretadas como uma

DocuSign Envelope ID: 57715BA4-C4FE-4A77-A4D6-7515835A46D5

referência a tal Parte, seus respectivos sucessores, beneficiários e cessionários permitidos. As definições com denominação no singular incluem o plural e vice-versa.

1.2. Salvo qualquer outra disposição em contrário prevista neste Aditamento, todos os termos e condições do Contrato aplicam-se total e automaticamente a este Aditamento, *mutatis mutandis*, e deverão ser consideradas como uma parte integral deste, como se estivessem transcritos neste Aditamento.

1.3. Todas as menções ao Agente Fiduciário no presente instrumento deverão ser entendidas como o Agente Fiduciário da Primeira Emissão, agindo em nome e para o benefício da comunhão dos Debenturistas da Primeira Emissão, o Agente Fiduciário da Segunda Emissão, agindo em nome e para o benefício da comunhão e dos Debenturistas da Segunda Emissão, e o Agente Fiduciário da [•] Emissão, agindo em nome e para benefício da comunhão dos Debenturistas da [•] Emissão.

CLÁUSULA II – OBJETO

2.1. Na forma do disposto no Contrato (conforme aditado, alterado e modificado de tempos em tempos, inclusive por meio deste Aditamento), em função do Compartilhamento das Garantias Reais, o presente Aditamento tem por objeto a formalização da inclusão do [•], na qualidade de novo credor que passará a compartilhar a presente garantia com o Agente Fiduciário, nos mesmos termos, pari passu e em mesmo grau de senioridade, observada a proporção prevista na Cláusula 2.9 do Contrato e o disposto no Contrato de Compartilhamento celebrado entre os Credores nos termos da Cláusula 4.26.5 da Escritura de Emissão da Primeira Emissão e da Cláusula 4.27.5 da Escritura de Emissão da Segunda Emissão.

2.2 Tendo em vista o Compartilhamento das Garantias Reais, as Partes resolvem alterar a definição de "Obrigações Garantidas" prevista na Cláusula 2.1 do Contrato e substituir o Anexo I do Contrato pelo Anexo A ao presente Aditamento, de modo a incluir as principais características da nova dívida.

2.3. Sem prejuízo ao disposto acima, as Cedentes se comprometem a outorgar procuração em favor do [•], nos termos previstos na Cláusula 9 do Contrato.

2.3 À luz do exposto acima, as Cedentes se obrigam a efetuar os registros determinados pela Cláusula IV do Contrato.

CLÁUSULA III - DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1. As Cedentes declaram e garantem, individualmente, que as declarações prestadas no Contrato permanecem verdadeiras, corretas e plenamente válidas e eficazes na data de

DocuSign Envelope ID: 57715BA4-C4FE-4A77-A4D6-7515835A46D5

assinatura deste Aditamento, como se estivessem inteiramente transcritas neste Aditamento.

3.2. As Cedentes ratificam, expressamente e de forma integral, em relação a si própria, todas as obrigações respectivamente contratadas no Contrato, como se tais obrigações estivessem inteiramente transcritas neste Aditamento.

3.3. Exceto se expressamente alterado nos termos deste Aditamento, todas as disposições, termos e condições estabelecidos no Contrato deverão permanecer inteiramente em pleno vigor e efeito integralmente, sendo expressamente ratificados pelas Partes.

3.4. Caso qualquer das disposições deste Aditamento venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

3.5. O presente Aditamento será regido e interpretado em conformidade com as leis do Brasil. Fica eleito o foro da cidade de São Paulo, estado de São Paulo, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou possa vir a ser, como competente para dirimir quaisquer controvérsias ou litígios decorrentes ou relacionados a este Aditamento.

E, por estarem assim certas e ajustadas, as Partes firmam este Contrato, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

[*Local*], [*data*].

[PÁGINAS DE ASSINATURAS A SEREM INCLUÍDAS]

DocuSign Envelope ID: 57715BA4-C4FE-4A77-A4D6-7515835A46D5

ANEXO III

MODELO DE PROCURAÇÃO

Em [•] de [•] de 2023, pela presente procuração, as Outorgantes abaixo definidas:

(1) **ENAUTA PARTICIPAÇÕES S.A.**, companhia aberta, com registro de emissor de valores mobiliários perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") sob o nº 2236-5, com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Barroso, nº 52, sala 1301 (parte), Centro, CEP 20031-918, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 11.669.021/0001-10 e na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA") sob o NIRE 33300292896, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Emissora")

(2) **ENAUTA ENERGIA S.A.**, sociedade por ações, sem registro de emissor de valores mobiliários perante a CVM, com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Barroso, nº 52, sala 1101, 1102 e 1301 (parte), Centro, CEP 20031-918, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.253.257/0001-71 e na JUCERJA sob o NIRE 33300291598, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Enauta Energia" e, em conjunto com a Emissora, "Outorgantes");

por este ato nomeiam a

(3) **VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, sociedade limitada, com sede na Rua Gilberto Sabino, nº 215 – 4º andar, Pinheiros, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05.425-020, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.610.500/0001-88, atuando na qualidade de agente fiduciário representando a comunhão dos titulares das Debêntures da Primeira Emissão e dos titulares das Debêntures da Segunda Emissão ("Outorgado");

em caráter irrevogável e irretratável, como seus procuradores, agindo em nome e pelas Outorgantes, com poderes amplos e específicos para agirem em seu nome e como seus representantes no exercício de todos os atos que se fizerem necessários com relação ao "*Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Contas Vinculadas e Direitos Creditórios e Outras Avenças*" celebrado como entre as Outorgantes e os Outorgados, em 29 de novembro de 2022, conforme aditado, modificado, alterado e consolidado de tempos em tempos ("Contrato"), incluindo, mas não se limitando a, poderes e autoridade para, até que as Obrigações Garantidas (conforme definido no Contrato) tenham sido inteiramente quitadas, tais como expressamente confirmado por escrito pelo Outorgado:

DocuSign Envelope ID: 57715BA4-C4FE-4A77-A4D6-7515835A46D5

(i) praticar, na hipótese de omissão pelas Outorgantes, todos os atos, de qualquer natureza, exigidos ou necessários para formalizar, registrar ou averbar o Contrato e quaisquer aditamentos ao Contrato, conforme o caso, perante os Cartórios de Registro de Títulos e Documentos (conforme definido no Contrato), sendo que os custos decorrentes serão arcados exclusivamente pelas Outorgantes, conforme previsto no Contrato;

(ii) realizar, a qualquer momento, todos os atos necessários para a conservação, defesa e/ou execução da Cessão Fiduciária (conforme definido no Contrato);

(iii) exercer todo e qualquer direito das Outorgantes de cobrar, constituir em mora e receber pagamentos de qualquer natureza, incluindo direitos de vender, ceder, conceder opção sobre ou de outra forma alienar, a totalidade ou parte dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente (conforme definido no Contrato), por meio de venda pública ou privada, de acordo com a lei aplicável e os termos deste Contrato, e independente de quaisquer notificações judiciais ou extrajudiciais;

(iv) assinar qualquer documento e praticar qualquer ato relativo a Cessão Fiduciária e/ou os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente, sempre que tal ato ou documento for necessário para constituir, preservar, formalizar, aperfeiçoar, validar ou excutir a Cessão Fiduciária (incluindo dar e receber quitação);

(vi) representar as Outorgantes no Brasil, em juízo ou fora dele, perante terceiros e toda e qualquer entidade ou autoridade federal, estadual ou municipal, em todas as suas respectivas divisões e departamentos, incluindo, mas não se limitando, conforme aplicável, aos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, à Receita Federal do Brasil, ao Banco Central do Brasil, à ANP, ao CADE, ao Banco Depositário e a outros órgãos do sistema antitruste brasileiro, em relação à Cessão Fiduciária, aos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente e a este Contrato e exercer todos os demais direitos concedidos às Outorgantes sobre o mesmo, com poderes para comprometer os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente, bem como alienar, transferindo-o de acordo com os termos deste Contrato, bem como poderes irrevogáveis para assinar todo e qualquer documento necessário para a transferência efetiva, receber e dar quitação;

(vii) solicitar toda e qualquer aprovação, registro ou consentimento prévio, que possa ser necessário para a efetiva excussão da Cessão Fiduciária e/ou para a cessão/transferência dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente, incluindo, mas não limitado a, aprovações ou consentimentos prévios de instituições financeiras, seguradoras, Banco Central do Brasil, Receita Federal do Brasil, Banco Depositário, ANP, CADE, outros órgãos do sistema antitruste brasileiro em relação à Cessão Fiduciária e quaisquer outras entidades ou autoridades federais, estaduais

DocuSign Envelope ID: 57715BA4-C4FE-4A77-A4D6-7515835A46D5

ou municipais, em todas as suas respectivas divisões e departamentos, ou quaisquer outros terceiros;

(viii) reter e recuperar a posse dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente, bem como os Documentos Comprobatórios, contra qualquer titular, inclusive as Outorgantes;

(ix) ceder e transferir direitos e obrigações a terceiros, no todo ou em parte, os direitos e obrigações das Cedentes em relação aos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente;

(x) receber e utilizar os recursos provenientes da Excussão dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente, aplicando-os na liquidação das Obrigações Garantidas; e

(xi) realizar todo e qualquer ato e, assim como assinar todos os documentos necessários para o pleno cumprimento deste mandato, o qual poderá ser substabelecido, com poderes *ad judicia*, no todo ou em parte, com ou sem reservas, pelo Agente Fiduciário da Primeira Emissão, agindo em nome e em benefício dos Debenturistas da Primeira Emissão e pelo Agente Fiduciário da Segunda Emissão, agindo em nome e em benefício dos Debenturistas da Segunda Emissão, conforme julgar apropriado, assim como cancelar quaisquer substabelecimentos.

Os termos utilizados em maiúscula e não definidos na presente procuração terão o mesmo significado que lhes foram atribuídos no Contrato.

Esta procuração será válida e eficaz enquanto viger o Contrato ou enquanto subsistirem as Obrigações Garantidas.

Os poderes outorgados nesta procuração são adicionais aos poderes outorgados pelas Outorgantes aos Outorgados nos termos do Contrato ou de qualquer outro documento e não anulam nem revogam tais poderes.

Esta Procuração é regida e interpretada de acordo com as leis do Brasil.

A presente procuração foi assinada pelas Outorgantes em [•] de [•] de 2023 na cidade de São Paulo, estado de São Paulo.

[PÁGINAS DE ASSINATURAS A SEREM INCLUÍDAS]

DocuSign Envelope ID: 57715BA4-C4FE-4A77-A4D6-7515835A46D5

ANEXO IV
MODELO DE TERMO DE LIBERAÇÃO

Por meio do presente instrumento particular e na melhor forma de direito, a **VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, constituída sob a forma de sociedade empresária limitada, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.277, 2º andar, Jardim Paulistano, CEP 01.452-000, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 22.610.500/0001-88, neste ato representada por seus representantes legais devidamente constituídos nos termos de seu contrato social e identificados na respectiva página de assinatura do presente termo ("Agente Fiduciário da Primeira Emissão"), na qualidade de agente fiduciário, representando a comunhão dos titulares das debêntures no âmbito da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em 2 (duas) séries, da **ENAUTA PARTICIPAÇÕES S.A.**, companhia aberta, com registro de emissor de valores mobiliários perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") sob o nº 2236-5, com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Barroso, nº 52, sala 1301 (parte), Centro, CEP 20031-918, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.669.021/0001-10 ("Emissora"), no montante total de R$ 1.400.000.000,00 (um bilhão e quatrocentos milhões de reais) ("Primeira Emissão" e "Debêntures da Primeira Emissão", respectivamente), nos termos do "*Segundo Aditamento e Consolidação ao Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Contas Vinculadas e Direitos Creditórios e Outras Avenças*", celebrado em 06 de setembro de 2023, entre a Emissora, a Enauta Energia S.A. e os Agentes Fiduciários, conforme aditado, registrado no [•]° Ofício de Registro de Documentos de [•], em [•] de [•] de [•], sob o n° [•] ("Contrato"), autoriza a liberação da cessão fiduciária constituída por meio do Contrato.

[•], [•] de [•] de [•].

[PÁGINAS DE ASSINATURAS A SEREM INCLUÍDAS]

DocuSign Envelope ID: 57715BA4-C4FE-4A77-A4D6-7515835A46D5

ANEXO V

MODELO DE TERMO DE LIBERAÇÃO

Por meio do presente instrumento particular e na melhor forma de direito, a **VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, constituída sob a forma de sociedade empresária limitada, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.277, 2º andar, Jardim Paulistano, CEP 01.452-000, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 22.610.500/0001-88, neste ato representada por seus representantes legais devidamente constituídos nos termos de seu contrato social e identificados na respectiva página de assinatura do presente termo ("Agente Fiduciário da Segunda Emissão"), na qualidade de agente fiduciário, representando a comunhão dos titulares das debêntures no âmbito da 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em até 3 (três) séries, da **ENAUTA PARTICIPAÇÕES S.A.**, companhia aberta, com registro de emissor de valores mobiliários perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") sob o nº 2236-5, com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Barroso, nº 52, sala 1301 (parte), Centro, CEP 20031-918, inscrita CNPJ/MF sob o nº 11.669.021/0001-10 ("Emissora"), no montante total de até R$ 1.100.000.000,00 (um bilhão e cem milhões de reais) ("Segunda Emissão" e "Debêntures da Segunda Emissão", respectivamente), nos termos do "*Segundo Aditamento e Consolidação ao Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Contas Vinculadas e Direitos Creditórios e Outras Avenças*", celebrado em 06 de setembro de 2023, entre a Emissora, os Agentes Fiduciários e a Enauta Energia S.A., conforme aditado, registrado no [•]° Ofício de Registro de Documentos de [•], em [•] de [•] de [•], sob o n° [•] ("Contrato"), autoriza a liberação da cessão fiduciária constituída por meio do Contrato.

[•], [•] de [•] de [•].

[PÁGINAS DE ASSINATURAS A SEREM INCLUÍDAS]

DocuSign

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 57715BA4C4FE4A77A4D67515835A46D5
Status: Concluído
Assunto: DocuSign: Deb 160 Enauta - Segundo Aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária (V. final)
Envelope fonte:
Documentar páginas: 62
Assinaturas: 8
Remetente do envelope:
Certificar páginas: 6
Rubrica: 0
Isis Larissa Mangabeira Goncalves Donato
Assinatura guiada: Ativado
AV BRIGADEIRO FARIA LIMA, 4100
Selo com EnvelopeId (ID do envelope): Ativado
SP, SP 04.538-132
Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília
idonato@stoccheforbes.com.br
Endereço IP: 189.112.41.137

Rastreamento de registros

Status: Original
06/09/2023 15:31:10
Portador: Isis Larissa Mangabeira Goncalves Donato
idonato@stoccheforbes.com.br
Local: DocuSign

Eventos do signatário	Assinatura	Registro de hora e data
Brenda Ribeiro de Oliveira bro@vortx.com.br Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital **Detalhes do provedor de assinatura:** Tipo de assinatura: ICP Smart Card Emissor da assinatura: AC Certisign RFB G5 CPF do signatário: 44645126822 **Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:** Aceito: 06/09/2023 18:51:15 ID: 5dad2134-b005-4a6e-a1ce-369f8fb94d80	 Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 163.116.233.39	Enviado: 06/09/2023 15:35:16 Reenviado: 06/09/2023 18:30:03 Visualizado: 06/09/2023 18:51:15 Assinado: 06/09/2023 18:51:48
Décio Fabrício Oddone da Costa decio.oddone@enauta.com.br Decio Oddone CEO Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital **Detalhes do provedor de assinatura:** Tipo de assinatura: ICP Smart Card Emissor da assinatura: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5 CPF do signatário: 44911211091 Cargo do Signatário: Diretor **Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:** Aceito: 06/09/2023 16:24:15 ID: 4255ecac-dd72-4364-bdd2-4187df97b467	 Adoção de assinatura: Desenhado no dispositivo Usando endereço IP: 191.57.26.11	Enviado: 06/09/2023 15:35:17 Visualizado: 06/09/2023 15:56:54 Assinado: 06/09/2023 16:26:48
Felipe Silva Melo felipe.melo@enauta.com.br Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital **Detalhes do provedor de assinatura:** Tipo de assinatura: ICP Smart Card Emissor da assinatura: AC SERASA RFB v5 CPF do signatário: 09424128770 **Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:** Aceito: 06/09/2023 17:25:34 ID: dc75d32e-b8ad-423b-9af5-6e429484e858	 Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 177.184.26.195	Enviado: 06/09/2023 15:35:19 Visualizado: 06/09/2023 17:25:34 Assinado: 06/09/2023 17:26:23

Eventos do signatário	Assinatura	Registro de hora e data
José Eduardo Gamboa Junqueira jej@vortx.com.br Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital **Detalhes do provedor de assinatura:** Tipo de assinatura: ICP Smart Card Emissor da assinatura: AC SERASA RFB v5 CPF do signatário: 42308529830 Cargo do Signatário: Procurador **Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:** Aceito: 06/09/2023 18:55:45 ID: be64eead-9829-4e09-8ee3-b9e4727cf98f	 Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 163.116.233.78	Enviado: 06/09/2023 15:35:17 Reenviado: 06/09/2023 18:30:04 Visualizado: 06/09/2023 18:55:45 Assinado: 06/09/2023 18:56:14
Matheus Gomes Faria mgf@vortx.com.br Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital **Detalhes do provedor de assinatura:** Tipo de assinatura: ICP Smart Card Emissor da assinatura: AC Certisign RFB G5 CPF do signatário: 05813311769 Cargo do Signatário: Procurador **Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:** Aceito: 06/09/2023 18:56:32 ID: d47c8d60-d996-49d1-a324-d36b2891d264	 Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 163.116.233.34	Enviado: 06/09/2023 15:35:18 Reenviado: 06/09/2023 18:30:05 Visualizado: 06/09/2023 18:56:32 Assinado: 06/09/2023 19:00:31
Pedro Rodrigues Galvão de Medeiros pedro.medeiros@enauta.com.br Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital **Detalhes do provedor de assinatura:** Tipo de assinatura: ICP Smart Card Emissor da assinatura: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5 CPF do signatário: 09875589780 Cargo do Signatário: Diretor **Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:** Aceito: 06/09/2023 16:38:32 ID: 358c5482-2df3-4676-838c-809d5e74be77	 Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 50.74.174.235	Enviado: 06/09/2023 15:35:19 Visualizado: 06/09/2023 16:38:32 Assinado: 06/09/2023 16:38:59

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data

Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data

Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data

Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data

Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data

Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	06/09/2023 15:35:19

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Entrega certificada	Segurança verificada	06/09/2023 16:38:32
Assinatura concluída	Segurança verificada	06/09/2023 16:38:59
Concluído	Segurança verificada	06/09/2023 19:00:32

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico

ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE

From time to time, STOCCHE, FORBES, FILIZZOLA, CLAPIS, PASSARO E MEYER SOCIEDADE DE ADVOGADOS (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through the DocuSign system. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to this Electronic Record and Signature Disclosure (ERSD), please confirm your agreement by selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

Getting paper copies

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. You will have the ability to download and print documents we send to you through the DocuSign system during and immediately after the signing session and, if you elect to create a DocuSign account, you may access the documents for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a $0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

Withdrawing your consent

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

Consequences of changing your mind

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format, and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. Further, you will no longer be able to use the DocuSign system to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

All notices and disclosures will be sent to you electronically

Unless you tell us otherwise in accordance with the procedures described herein, we will provide electronically to you through the DocuSign system all required notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you during the course of our relationship with you. To reduce the chance of you inadvertently not receiving any notice or disclosure, we prefer to provide all of the required notices and disclosures to you by the same method and to the same address that you have given us. Thus, you can receive all the disclosures and notices electronically or in paper format through the paper mail delivery system. If you do not agree with this process, please let us know as described below. Please also see the paragraph immediately above that describes the consequences of your electing not to receive delivery of the notices and disclosures electronically from us.

How to contact STOCCHE, FORBES, FILIZZOLA, CLAPIS, PASSARO E MEYER SOCIEDADE DE ADVOGADOS:

You may contact us to let us know of your changes as to how we may contact you electronically, to request paper copies of certain information from us, and to withdraw your prior consent to receive notices and disclosures electronically as follows:
To contact us by email send messages to: fnogueira@stoccheforbes.com.br

To advise STOCCHE, FORBES, FILIZZOLA, CLAPIS, PASSARO E MEYER SOCIEDADE DE ADVOGADOS of your new email address

To let us know of a change in your email address where we should send notices and disclosures electronically to you, you must send an email message to us at fnogueira@stoccheforbes.com.br and in the body of such request you must state: your previous email address, your new email address. We do not require any other information from you to change your email address.

If you created a DocuSign account, you may update it with your new email address through your account preferences.

To request paper copies from STOCCHE, FORBES, FILIZZOLA, CLAPIS, PASSARO E MEYER SOCIEDADE DE ADVOGADOS

To request delivery from us of paper copies of the notices and disclosures previously provided by us to you electronically, you must send us an email to fnogueira@stoccheforbes.com.br and in the body of such request you must state your email address, full name, mailing address, and telephone number. We will bill you for any fees at that time, if any.

To withdraw your consent with STOCCHE, FORBES, FILIZZOLA, CLAPIS, PASSARO E MEYER SOCIEDADE DE ADVOGADOS

To inform us that you no longer wish to receive future notices and disclosures in electronic format you may:

i. decline to sign a document from within your signing session, and on the subsequent page, select the check-box indicating you wish to withdraw your consent, or you may;

ii. send us an email to fnogueira@stoccheforbes.com.br and in the body of such request you must state your email, full name, mailing address, and telephone number. We do not need any other information from you to withdraw consent.. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process..

Required hardware and software

The minimum system requirements for using the DocuSign system may change over time. The current system requirements are found here: https://support.docusign.com/guides/signer-guide-signing-system-requirements.

Acknowledging your access and consent to receive and sign documents electronically

To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please confirm that you have read this ERSD, and (i) that you are able to print on paper or electronically save this ERSD for your future reference and access; or (ii) that you are able to email this ERSD to an email address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format as described herein, then select the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

By selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures', you confirm that:

- You can access and read this Electronic Record and Signature Disclosure; and
- You can print on paper this Electronic Record and Signature Disclosure, or save or send this Electronic Record and Disclosure to a location where you can print it, for future reference and access; and
- Until or unless you notify STOCCHE, FORBES, FILIZZOLA, CLAPIS, PASSARO E MEYER SOCIEDADE DE ADVOGADOS as described above, you consent to receive exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you by STOCCHE, FORBES, FILIZZOLA, CLAPIS, PASSARO E MEYER SOCIEDADE DE ADVOGADOS during the course of your relationship with STOCCHE, FORBES, FILIZZOLA, CLAPIS, PASSARO E MEYER SOCIEDADE DE ADVOGADOS.

ANEXO VIII

Contrato de Compartilhamento de Garantias

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DocuSign Envelope ID: 42DC8037-9207-43D7-A38A-DEFD6135264E

CONTRATO DE COMPARTILHAMENTO DE GARANTIAS REAIS E OUTRAS AVENÇAS

O presente "*Contrato de Compartilhamento de Garantias Reais e Outras Avenças*" ("Contrato") é celebrado entre as partes abaixo designadas (doravante conjuntamente denominadas "Credores", e individual e isoladamente "Credor"):

VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., instituição financeira, devidamente constituída e validamente existente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, com sua sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, nº 215, 4º andar, Pinheiros, CEP 05.425-020, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ") sob o nº 22.610.500/0001-88, na qualidade de agente fiduciário ("Agente Fiduciário"), enquanto representante da comunhão dos debenturistas da Primeira Emissão (conforme abaixo definido) ("Representante dos Debenturistas da Primeira Emissão"), neste ato representada na forma de seu contrato social; e

VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., acima qualificada, enquanto representante da comunhão dos debenturistas da Segunda Emissão (conforme abaixo definido) ("Representante dos Debenturistas da Segunda Emissão", e em conjunto com o Representante dos Debenturistas da Primeira Emissão, os "Credores").

CONSIDERANDO QUE

(A) **Enauta Participações S.A.**, companhia aberta, com registro de emissor de valores mobiliários perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") sob o nº 2236-5, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Barroso, nº 52, sala 1301 (parte), Centro, CEP 20031-918, inscrita no CNPJ sob o nº 11.669.021/0001-10 ("Devedora" ou "Emissora") e o Agente Fiduciário celebraram, em 22 de novembro de 2022, o "*Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em até 2 (Duas) Séries, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Enauta Participações S.A.*", conforme aditado ("Escritura da Primeira Emissão"), por meio da qual a Devedora emitiu 1.400.000 (um milhão e quatrocentas mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em 2 (duas) séries, de emissão da Devedora, com valor nominal unitário equivalente a R$1.000,00 (mil reais), totalizando R$ 1.400.000.000,00 (um bilhão e quatrocentos milhões de reais) ("Valor Total da Primeira Emissão"), na Data de Emissão (respectivamente, "Debêntures da Primeira Emissão" e "Primeira Emissão");

(B) em 06 de setembro de 2023, a Devedora e o Agente Fiduciário celebraram o "*Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em até 3 (Três) Séries, da Espécie com Garantia Real, com*

DocuSign Envelope ID: 42DC8037-9207-43D7-A38A-DEFD6135264E

Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública, em Rito de Registro Automático, da Enauta Participações S.A." ("Escritura da Segunda Emissão" e, em conjunto com a Escritura da Primeira Emissão, os "Escrituras de Emissão" ou "Contratos Garantidos"), por meio da qual a Devedora emitiu, inicialmente, 1.100.000 (um milhão e cem mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em até 3 (três) séries, de emissão da Devedora, com valor nominal unitário equivalente a R$1.000,00 (mil reais), totalizando, inicialmente, R$ 1.100.000.000,00 (um bilhão e cem milhões de reais) ("Valor Total da Segunda Emissão"), na Data de Emissão (respectivamente, "Debêntures da Segunda Emissão" e "Segunda Emissão" e, quando em conjunto com as Debêntures da Primeira Emissão e a Primeira Emissão, "Debêntures" e "Emissões", respectivamente);

(D) para assegurar e garantir o integral e pontual cumprimento das obrigações estabelecidas nos Contratos Garantidos ("Obrigações Garantidas"), a Devedora constituiu, em benefício dos Credores, a Garantia Compartilhada (conforme definido abaixo); e

(E) para regular a relação entre si quanto à Garantia Compartilhada, concedida pela Devedora, resolvem os Credores celebrar o presente Contrato, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

RESOLVEM as Partes celebrar este Contrato, o qual será regido e interpretado de acordo com os termos e condições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA

1.1. Objeto do Contrato

1.1.1. Os Credores, por este Contrato, reúnem-se com a finalidade específica de regular:

(a) sua relação, enquanto credores da Devedora nos respectivos Contratos Garantidos, inclusive no que se refere às regras atinentes ao compartilhamento e às tomadas de decisões para excussão da Garantia Compartilhada; e

(b) a determinação de procedimentos específicos entre os Credores, relacionados aos Contratos de Garantia (conforme definido abaixo) e à Garantia Compartilhada (conforme definido abaixo).

1.1.1.1. Para fins deste Contrato o termo "Garantia Compartilhada" significa, em conjunto:

DocuSign Envelope ID: 42DC8037-9207-43D7-A38A-DEFD6135264E

(i) alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão da **Enauta Energia S.A.**, sociedade por ações, com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Barroso, nº 52, sala 1101, 1102 e 1301 (parte), Centro, CEP 20031-918, inscrita no CNPJ sob o nº 11.253.257/0001-71 ("Enauta Energia", "Ações Alienadas Fiduciariamente" e "Alienação Fiduciária de Ações", respectivamente), nos termos do "*Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças*", celebrado em 29 de novembro de 2022 entre a Emissora, o Agente Fiduciário e a Enauta Energia, na qualidade de interveniente anuente, conforme aditado ("Contrato de Alienação Fiduciária de Ações"), sem prejuízo ao disposto na Cláusula 1.1.3 abaixo;

(ii) garantias sobre as ações de emissão da Enauta Netherlands B.V. ("Enauta Netherlands") e da Atlanta Field B.V. ("Atlanta Field"), nos termos do (a) "*Deed of Pledge of Shares*" celebrado em 22 de dezembro de 2022 entre Enauta Netherlands, o Agente Fiduciário e a Atlanta Field, conforme aditado; e (b) do "*Deed of Pledge of Shares*" celebrado em 22 de dezembro de 2022 entre Enauta Energia, o Agente Fiduciário e a Atlanta Netherlands, conforme aditado ("Contratos de Garantia Estrangeiros"), sem prejuízo ao disposto na Cláusula 1.1.3 abaixo;

(iii) penhor da totalidade dos direitos detidos pela Enauta Energia emergentes de sua respectiva participação nos Contratos de Concessão (conforme definido nas Escrituras de Emissão), conforme aditados e/ou renovados de tempos em tempos ("**Penhor das Concessões**"), nos termos **(a)** do "*Instrumento Particular de Penhor de Direitos Emergentes da Concessão de Atlanta-Oliva e Outras Avenças*", celebrado em 29 de novembro de 2022, entre a Enauta Energia, na qualidade de empenhante, o Agente Fiduciário e a Emissora, na qualidade de interveniente anuente, conforme aditado; e **(b)** do "*Instrumento Particular de Penhor de Direitos Emergentes da Concessão de Manati e Outras Avenças*, celebrado em 29 de novembro de 2022, entre a Enauta Energia, na qualidade de empenhante, o Agente Fiduciário e a Emissora, na qualidade de interveniente anuente, conforme aditado (em conjunto, os "Contratos de Penhor das Concessões"), sem prejuízo ao disposto na Cláusula 1.1.3 abaixo; e

(iv) cessão fiduciária de determinados direitos creditórios da Emissora e da Enauta Energia ("Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios"), nos termos do "*Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Contas Vinculadas e Direitos Creditórios e Outras Avenças*", celebrado em 29 de novembro de 2022, entre a Emissora e a Enauta Energia, na qualidade de cedentes, e o Agente Fiduciário, conforme aditado ("Contrato de Cessão

DocuSign Envelope ID: 42DC8037-9207-43D7-A38A-DEFD6135264E

Fiduciária" e, em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, os Contratos de Garantia Estrangeiros e os Contratos de Penhor das Concessões, os "Contratos de Garantia"), sem prejuízo ao disposto na Cláusula 1.1.3 abaixo; observados, ainda, os termos (i) do "*Contrato de Custódia de Recursos Financeiros – ID n° 917834*", celebrado entre a Devedora, a Enauta Participações, o Representante dos Debenturistas da Primeira Emissão e o Itaú Unibanco S.A., na qualidade de banco depositário, conforme aditado de tempos em tempos ("Banco Depositário e "Contrato de Contas Primeira Emissão", respectivamente); e (ii) do Contrato de Custódia de Recursos Financeiros – ID nº 968975", a ser celebrado entre a Devedora, a Enauta Participações, o Representante da Segunda Emissão e o Banco Depositário, ("Contrato de Depositário da Segunda Emissão" e, em conjunto com o Contrato de Depositário da Primeira Emissão, "Contratos de Depositário").

1.1.3. Os Credores, por este Contrato, declaram-se credores conjuntos, não solidários ativa ou passivamente, não subordinados, em mesmo grau de senioridade e em igualdade de condições (*pari passu*) da Devedora, sendo certo que o percentual das Garantias Reais que será garantido no âmbito de cada uma das Emissões seguirá conforme disposto abaixo ("Percentual de Garantias Reais"):

Percentual de Garantias Reais no âmbito de cada Emissão = valor total da respectiva Emissão na respectiva Data da Primeira Integralização / Valor Total das Captações (conforme definido abaixo)

1.2. Inexistência de Credor Líder

1.2.1. Os Credores assumem a obrigação de realizar conjuntamente a coordenação e administração da relação com a Devedora no âmbito dos Contratos Garantidos, bem como praticar todos os atos referentes à administração dos Contratos Garantidos e aos respectivos direitos e garantias dos Contratos Garantidos, incluindo a Garantia Compartilhada.

1.2.2. Nenhum dos Credores poderá representar o outro sem a sua prévia e expressa anuência, não existindo a figura de um credor líder.

CLÁUSULA SEGUNDA

2.1. Cobrança e Recebimento de Créditos no âmbito dos Contratos de Garantidos

2.1.1. Observados os termos da Cláusula 2.2 abaixo, os Contratos Garantidos são considerados créditos separados e independentes entre si no que concerne à sua

DocuSign Envelope ID: 42DC8037-9207-43D7-A38A-DEFD6135264E

cobrança e ao recebimento regular dos valores devidos pela Devedora, respeitado o disposto neste Contrato.

2.1.2. As obrigações assumidas em cada um dos Contratos Garantidos são regidas por cláusulas e condições harmônicas às constantes nos demais Contratos Garantidos, gozando de igualdade de condições (*pari passu*) e respeitado o disposto no presente Contrato.

2.2. Compartilhamento dos Valores Recebidos

2.2.1. Os pagamentos que ocorram tempestivamente conforme o cronograma de pagamentos das Obrigações Garantidas devem seguir o procedimento estabelecido nos respectivos Contratos Garantidos. Todos e quaisquer pagamentos devidos de acordo com os Contratos Garantidos, conforme aplicável, deverão ser cobrados e recebidos nos seus respectivos termos assim como nos termos deste Contrato, sem qualquer retenção, dedução ou compensação.

2.2.2. Qualquer valor, recurso, bem, direito ou outro benefício que os Credores venham a receber da Devedora em pagamento das Obrigações Garantidas na hipótese de vencimento antecipado de referidas Obrigações Garantidas, inclusive em decorrência da execução dos Contratos Garantidos, de dação em pagamento ou compensação, deverá ser compartilhado *pari passu* e em mesmo grau de senioridade entre os Credores, observada a proporção descrita na Cláusula 1.1.3 acima.

2.2.3. Os Credores, neste ato, reconhecem que qualquer valor, recurso, bem, direito ou outro benefício que os Credores venham a receber em decorrência da excussão da Garantia Compartilhada, deverá ser compartilhado entre os Credores, de acordo com os termos previstos neste Contrato e nos instrumentos constitutivos da Garantia Compartilhada.

2.3. Constituição da Garantia Compartilhada e seu Compartilhamento

2.3.1. A Garantia Compartilhada é constituída de forma indivisível, em igualdade de condições e de grau entre os Credores e compartilhadas na proporção prevista na Cláusula 1.1.3 acima, a título de principal, juros, demais encargos financeiros estipulados e quaisquer outras obrigações de pagar assumidas pela Devedora nos Contratos Garantidos, bem como a título de ressarcimento de custos ou despesas comprovadamente incorridos com medidas judiciais e/ou administrativas e/ou extrajudiciais necessários à salvaguarda dos direitos dos Credores e prerrogativas decorrentes dos Contratos Garantidos e à constituição, formalização, execução e/ou excussão da Garantia Compartilhada outorgada no âmbito dos Contratos Garantidos, apurados até a data da liquidação das Obrigações Garantidas.

DocuSign Envelope ID: 42DC8037-9207-43D7-A38A-DEFD6135264E

2.3.1.1. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 1.1.3 acima, as Garantias Reais poderão ser objeto de compartilhamento com eventuais novas dívidas, nos mesmos termos, *pari passu* e em mesmo grau de senioridade com outros credores, por meio de aditamento ao presente Contrato, desde que proporcionalmente ao (i) valor total da Primeira Emissão, na primeira data de integralização da Primeira Emissão; (ii) Valor Total da Segunda Emissão na Data da Primeira Integralização, desde que o resultado da soma dos itens (i) e (ii) acima com o valor total de eventual nova dívida objeto do compartilhamento seja igual ou inferior a R$ 2.500.000.000,00 (dois bilhões e quinhentos milhões de reais) ("**Valor Total das Captações**"), sem ordem de preferência de recebimento no caso de excussão, sem necessidade, para fins do Compartilhamento das Garantias e para a celebração dos aditamentos aos Contratos de Garantia, conforme aplicável, de nova deliberação societária de quaisquer das Partes ou aprovação por assembleia geral de debenturistas.

2.3.2. A Garantia Compartilhada somente será liberada do respectivo ônus com o pagamento integral de todas as obrigações pecuniárias estipuladas nos Contratos Garantidos, cabendo aos Credores, em conjunto, efetivar a liberação das garantias então existentes.

2.4. Compartilhamento de Novas Garantias

2.4.1. Caso qualquer dos Credores venha a obter garantias adicionais da Devedora no âmbito de qualquer Contrato Garantido, fica tal Credor, desde já, obrigado a, no prazo máximo de 10 (dez) Dias Úteis a contar da data da efetiva formalização de tais garantias: (i) notificar o outro Credor; e (ii) compartilhar essas garantias com tal Credor, sempre na proporção de seus créditos, desde que não haja expressa renúncia do outro Credor nesse sentido.

2.4.2. Quaisquer outras garantias já outorgadas, nesta data, ou futuramente outorgadas pela Devedora ou por terceiros em favor de qualquer dos Credores em outras transações financeiras que não (i) os Contratos Garantidos (seus respectivos aditamentos ou prorrogações), o qual deve ser observado o disposto na cláusula 2.4.1, ou (ii) suas respectivas garantias, sejam essas reais ou fidejussórias, referidas garantias já outorgadas e/ou a serem outorgadas futuramente pela Devedora ou por terceiros serão consideradas privativas de cada um dos respectivos Credores beneficiados e não serão, em nenhuma hipótese, compartilhadas pelos Credores nos termos do presente Contrato e da Garantia Compartilhada.

DocuSign Envelope ID: 42DC8037-9207-43D7-A38A-DEFD6135264E

2.5. Obrigações entre os Credores

2.5.1. Para os fins da Cláusula Terceira abaixo, cada Credor obriga-se a comunicar ao outro Credor a ocorrência de um dos eventos mencionados a seguir, no prazo máximo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que tomar conhecimento a respeito da ocorrência dos referidos eventos:

(i) a apresentação pela Devedora de pedido de um prazo de tolerância para que sejam liquidadas e/ou cumpridas as obrigações vencidas e não pagas e/ou não cumpridas;

(ii) a ocorrência de qualquer fato comunicado pela Devedora que possa afetá-la, ou, ainda, afetar ou impedir o cumprimento das obrigações por ela assumidas nos Contratos Garantidos;

(iii) ocorrência de qualquer evento de inadimplemento ou de qualquer evento que possa resultar no vencimento antecipado dos Contratos Garantidos;

(iv) dispensa (*waiver*) à Devedora do cumprimento de qualquer obrigação pecuniária e/ou não pecuniária, prevista nos Contratos Garantidos; e

(v) a não declaração de vencimento antecipado dos Contratos Garantidos mediante a ocorrência de hipótese de vencimento antecipado prevista nos Contratos Garantidos.

CLÁUSULA TERCEIRA

3.1. Reunião de Credores

3.1.1. Observadas as disposições desta Cláusula Terceira, todas as manifestações e decisões dos Credores relativas às matérias atinentes às Garantias Compartilhadas deverão ser efetuadas por meio de reunião de Credores (ainda que por meio de conferências telefônicas e/ou videoconferências) ("Reunião de Credores"), sem prejuízo ao disposto na Cláusula Quarta com relação aos procedimentos de execução da Garantia Compartilhada.

3.1.2. Cada um dos Credores poderá convocar uma Reunião de Credores. Para tanto, o Credor deverá enviar solicitação, seja por correspondência eletrônica (e-mail) ou correspondência formal ao outro Credor, nos endereços de comunicação constantes na Cláusula Oitava abaixo. A convocação deverá ser feita com, no máximo, 30 (trinta) dias de antecedência, explicitando a hora, o local (se aplicável) e, de forma sucinta, os assuntos a serem tratados, podendo, no entanto, referida solicitação exigir a realização imediata da Reunião de Credores, caso o assunto a ser tratado precise de deliberação

DocuSign Envelope ID: 42DC8037-9207-43D7-A38A-DEFD6135264E

em caráter de urgência. A Reunião de Credores deverá ser realizada em Dia Útil, durante o horário comercial, no município de São Paulo, no endereço a ser acordado entre os Credores e/ou conforme o caso, por meio de conferência telefônica e/ou videoconferência. Independentemente do disposto nesta Cláusula, considerar-se-á regularmente convocada a Reunião de Credores em que comparecerem representantes de cada um dos Credores.

3.1.2.1. Não obstante o disposto acima, é dispensável a realização de Reunião de Credores para deliberação sobre qualquer matéria quando os Credores, por unanimidade, lavrarem resolução em documento próprio, devidamente assinado, e/ou confirmado por meio de correspondência eletrônica (e-mail), por cada um dos Credores, decidindo acerca da(s) matéria(s) que seria(m) objeto da Reunião de Credores. Para os fins desta Cláusula, a concordância expressa por e-mail enviado por cada um dos Credores servirá como documento válido e eficaz a fim de comprovar a concordância de cada um dos Credores a respeito da deliberação de determinada matéria.

3.1.2.2. Os Debenturistas serão representados nas Reuniões de Credores e na assinatura da respectiva ata, pelo Agente Fiduciário. Previamente à realização da Reunião de Credores, o Agente Fiduciário convocará e fará com que seja realizada uma Assembleia Geral de Debenturistas para cada uma das Emissões, de acordo com o disposto nas Escrituras de Emissão, para deliberar sobre a matéria objeto da respectiva Reunião de Credores, cuja decisão deverá ser observada pelo Agente Fiduciário.

3.1.3. As decisões tomadas pelos Credores, nos termos da presente Cláusula Terceira, vincularão ambos os Credores (incluindo aquele que não comparecer à Reunião de Credores) e serão objeto de atas a serem transcritas em forma de sumário por um dos Credores, e (a) assinada pelos presentes e/ou (b) confirmadas por meio de e-mail por cada um dos Credores. O Credor, encarregado de preparar a ata de Reunião de Credores deverá, se aplicável, enviar cópia da respectiva ata ao outro Credor, inclusive no caso de referido Credor não comparecer à Reunião de Credores, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data de sua realização.

3.2. Quórum de Instalação

3.2.1. A Reunião de Credores instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de ambos os Credores. Não havendo quórum para instalação da Reunião de Credores em primeira convocação, a segunda convocação deverá convocar os Credores para realizar a Reunião de Credores no Dia Útil seguinte, no mesmo local, sem necessidade de quórum mínimo para a devida instalação da Reunião de Credores (sendo certo que a Reunião de Credores, nesta hipótese, será considerada instalada validamente com apenas um dos Credores presente).

DocuSign Envelope ID: 42DC8037-9207-43D7-A38A-DEFD6135264E

3.2.2. Os Credores acordam definir uma tolerância de 15 (quinze) minutos para o início das Reuniões dos Credores com atraso em relação ao horário definido na convocação.

3.3. Quórum de Decisão

3.3.1 A aprovação de qualquer deliberação na Reunião de Credores dependerá de voto afirmativo da totalidade dos Credores presentes em Reunião de Credores regularmente instalada (sendo certo que a abstenção por um Credor em relação a determinada matéria será interpretada como rejeição da respectiva deliberação por referido Credor), incluindo as deliberações referentes às matérias abaixo:

(a) alteração de qualquer quórum relacionado aos Credores previsto no presente Contrato;

(b) renúncia, novação, renegociação, refinanciamento, reestruturação de qualquer crédito ou direito relacionado à Garantia Compartilhada; e

(c) alteração, renúncia, liberação ou substituição da Garantia Compartilhada ou dos termos e condições dos instrumentos constitutivos de referida Garantia Compartilhada.

3.3.2. Qualquer Credor poderá solicitar, a qualquer tempo, que determinado ato a ser praticado ou direito a ser exercido, não relacionados no rol constante na Cláusula 3.3.1 acima, seja objeto de Reunião de Credores, sem prejuízo ao disposto na Cláusula Quarta com relação aos procedimentos de execução da Garantia Compartilhada, que poderá ser realizada pelos Credores, judicial ou extrajudicialmente, em conjunto ou separadamente, independentemente da realização de Reunião de Credores.

CLÁUSULA QUARTA

4.1. Execução da Garantia Compartilhada

4.1.1. A execução dos Contratos Garantidos poderá ser realizada pelos Credores, judicial ou extrajudicialmente, em conjunto ou separadamente, independentemente da realização de Reunião de Credores, sendo certo que o produto de eventual execução deverá ser compartilhado *pari passu* e em mesmo grau de senioridade entre os Credores, observada a proporção descrita na Cláusula 1.1.3 acima.

4.1.2. Sem prejuízo do disposto nos respectivos Contratos Garantidos, os Credores deverão observar o seguinte procedimento em caso de vencimento antecipado das Obrigações Garantidas e/ou a excussão da Garantia Compartilhada:

DocuSign Envelope ID: 42DC8037-9207-43D7-A38A-DEFD6135264E

I. caso qualquer Credor tenha a intenção de declarar o vencimento antecipado das Obrigações Garantidas, decorrentes dos respectivos Contratos Garantidos, ou caso as Obrigações Garantidas não sejam pagas no respectivo vencimento, tal Credor deverá notificar o outro Credor no prazo máximo de 01 (um) Dia Útil após a data de efetiva declaração de vencimento antecipado;

II. a Garantia Compartilhada poderá ser executada judicial ou extrajudicialmente pelos Credores, em conjunto ou separadamente, observadas as disposições deste Contrato, sempre observado o compartilhamento disciplinado neste Contrato;

III. os Credores envidarão seus melhores esforços para buscar uma solução em conjunto no que se refere à atuação e definição das estratégias para a excussão das Garantias Compartilhadas;

IV. o Credor que optar por propor uma medida judicial contra a Devedora e/ou as Fiadoras (conforme definidas nas Escrituras de Emissão) em decorrência de descumprimento de obrigações dos respectivos Contratos de Garantia deverá notificar o outro Credor com antecedência de 10 (dez) dias da propositura da referida medida judicial, sempre respeitando o disposto neste Contrato, exceto no caso de tutelas de urgência, as quais podem ser requeridas imediatamente pelos Credores e que, em qualquer caso, deverão ser informadas ao outro Credor em até 48 (quarenta e oito) horas após a sua propositura. Nesses casos, o outro Credor se compromete a cooperar na prestação de informações que sejam solicitadas para o bom andamento da medida judicial;

V. para efetivação das medidas judiciais mediante a propositura de ação judicial em conjunto, os Credores poderão, para sua representação, contratar escritório de advocacia escolhido em conjunto por eles, sendo certo que a aprovação do escritório de advocacia pelo Agente Fiduciário ocorrerá após orientação dos Debenturistas de cada uma das Emissões reunidos em assembleia geral de debenturistas, nos termos das Escrituras de Emissão. Na hipótese de os Credores contratarem escritórios diversos para representá-los ou utilizarem o próprio corpo jurídico interno para tanto, referidos assessores legais deverão envidar seus melhores esforços para executar a Garantia Compartilhada da forma mais célere e buscando o benefício conjunto dos Credores.

   a. na hipótese de os Credores contratarem conjuntamente um único escritório de advocacia para representá-los, as despesas incorridas para referida contratação deverão ser rateadas entre os Credores,

DocuSign Envelope ID: 42DC8037-9207-43D7-A38A-DEFD6135264E

proporcionalmente ao valor do crédito de cada Credor na respectiva data (incluindo o principal, remuneração e outros encargos financeiros previstos contratualmente) (nos termos da Cláusula 4.2.1 abaixo), e os valores já adiantados ou desembolsados por cada um dos Credores farão parte da definição de Obrigações Garantidas, e serão rateadas na proporção acima prevista.

b. caso, uma vez seja contratado um único escritório nos termos do item (a) acima e seja aprovada a adoção de medidas judiciais e/ou extrajudiciais para o início da excussão da Garantia Compartilhada, qualquer dos Credores deixe de tomar qualquer das medidas de sua responsabilidade para viabilizar a adoção das medidas judiciais e/ou extrajudiciais definidas pelos Credores, o outro Credor estará, desde já, autorizado a tomar todas as medidas judiciais e/ou extrajudiciais por ele definida, sem prejuízo do direito do Credor que deixou de adotar as medidas judiciais e/ou extrajudiciais em conjunto ao recebimento da parcela que lhe cabe nos termos do compartilhamento previsto neste Contrato, o qual permanecerá obrigado ao pagamento das despesas incorridas para tanto, na proporção prevista no item (a).

VI. as Contas Vinculadas (conforme definições constantes no Contrato de Cessão Fiduciária), poderão ter seus recursos retidos, bloqueados, excutidos e/ou transferidos no caso da ocorrência de inadimplemento ou de qualquer dos eventos previstos no Contrato de Cessão Fiduciária, sem a necessidade de declaração de vencimento antecipado dos Contratos Garantidos. Quaisquer instruções que sejam enviadas individualmente por qualquer Credor, com relação à retenção, bloqueio, excussão ou transferência de recursos depositados nas Contas Vinculadas deverão ser feitas com relação ao montante integral de recursos depositados nas Contas Vinculadas. A retenção, transferência, bloqueio e excussão dos recursos da referida conta estão limitadas e reguladas de acordo com as disposições do Contrato de Cessão Fiduciária.

a. o Contrato de Cessão Fiduciária e o Contrato de Contas regulam a movimentação dos valores depositados nas Contas Vinculadas, e demais contas bancárias nele descritas, no caso de ocorrência de inadimplemento e demais eventos previstos em relação a quaisquer dos Contratos Garantidos.

b. os valores depositados nas Contas Vinculadas, nos termos deste inciso, serão utilizados, em caso de ocorrência de inadimplemento ou dos demais eventos previstos no Contrato de Cessão Fiduciária,

DocuSign Envelope ID: 42DC8037-9207-43D7-A38A-DEFD6135264E

para o pagamento dos montantes devidos aos Credores pela Devedora, proporcionalmente ao valor do crédito de cada Credor na respectiva data (incluindo o principal, remuneração e outros encargos financeiros previstos contratualmente) (nos termos da Cláusula 4.2.1 abaixo), sendo que a distribuição entre os Credores dos valores depositados em tais contas deverá respeitar o Contrato de Cessão Fiduciária e o Contrato de Contas. A movimentação das referidas contas será realizada de acordo com o disposto no Contrato de Cessão Fiduciária e no Contrato de Contas.

4.1.3. Os Credores envidarão os melhores esforços para não praticar qualquer ato que implique qualquer responsabilidade, perda ou dano ao outro Credor.

4.2. Compartilhamento do Produto da Execução

4.2.1. O produto da execução da Garantia Compartilhada será compartilhado entre os Credores, de acordo com os termos dos instrumentos constitutivos da Garantia Compartilhada, e proporcionalmente ao valor do crédito de cada Credor na data do respectivo recebimento (incluindo o principal, remuneração e outros encargos financeiros previstos contratualmente), ainda que o processo de cobrança não tenha sido conduzido por todos os Credores em conjunto, de forma que todos os Credores se beneficiem de tais recursos proporcionalmente ao valor de sua respectiva parcela nas garantias ou créditos recebidos, observada a Ordem de Prioridade de Pagamentos prevista na Cláusula 4.2.2 abaixo.

4.2.2. O saldo devedor a ser considerado no compartilhamento de que trata a Cláusula 4.2.1 acima será aquele apurado na data de recebimento dos respectivos recursos decorrentes de qualquer Garantia Compartilhada, independentemente da data em que tenha sido proposta, por qualquer um dos Credores, a primeira ação judicial visando à execução das Garantias Compartilhadas.

4.2.3. O produto da execução da Garantia Compartilhada deverá ser empregado por cada um dos Credores no âmbito das respectivas Emissões de acordo com a seguinte ordem de prioridade de pagamentos: (i) despesas incorridas para a garantia da proteção dos direitos dos Credores e excussão das Garantias, incluindo, mas não se limitando, a honorários advocatícios; (ii) encargos moratórios; (iii) juros remuneratórios; e (iv) amortização de principal.

4.2.4. Se, em decorrência da excussão ou execução das Garantias Compartilhadas qualquer Credor eventualmente vier a receber parcela maior do que aquela que lhe seria devida de acordo com esta Cláusula Quarta, observada a proporção do crédito de cada Credor, tal Credor será considerado depositário do que sobejar da parcela recebida a maior e deverá, no 5º (quinto) Dia Útil subsequente ao do efetivo recebimento,

DocuSign Envelope ID: 42DC8037-9207-43D7-A38A-DEFD6135264E

reembolsar o outro Credor de maneira a se estabelecer a proporção definida nesta Cláusula Quarta.

CLÁUSULA QUINTA

5.1. Informações

5.1.1. Cada Credor obriga-se a fornecer ao outro Credor prontamente toda e qualquer informação relevante de que tome conhecimento e que seja, desde que não esteja amparada por sigilo, direta ou indiretamente, relacionada aos Contratos Garantidos que possam afetar a Garantia Compartilhada ou ao presente Contrato.

5.1.2. Exceto se de outra forma especificada neste Contrato, os Credores poderão alterar quaisquer disposições e/ou realizar quaisquer atos previstos nos respectivos Contratos Garantidos de que são parte, nos termos dos respectivos instrumentos, independentemente de anuência do outro Credor. Sem prejuízo do disposto nesta Cláusula, cada Credor se obriga a encaminhar ao outro Credor cópias de quaisquer aditamentos aos respectivos Contratos Garantidos no prazo de 10 (dez) dias corridos a contar da data do aditamento.

5.2. Responsabilidade dos Credores

5.2.1. Cada um dos Credores, sem qualquer vínculo de solidariedade ativa ou passiva, será responsável perante o outro Credor por qualquer ato praticado em violação às disposições deste Contrato.

5.3. Representantes

5.3.1. Ficam indicadas pelos Credores as pessoas listadas na Cláusula Oitava abaixo, como seus representantes, devidamente habilitados, com poderes bastantes para receber, qualquer deles, isoladamente, ou em conjunto, correspondências e documentos relacionados com os Contratos Garantidos, emitindo o competente recibo.

CLÁUSULA SEXTA

6.1. Vigência

6.1.1. Esse Contrato permanecerá em vigor até o total adimplemento de todas as obrigações da Devedora decorrentes dos Contratos Garantidos.

CLÁUSULA SÉTIMA

7.1. Cessão

DocuSign Envelope ID: 42DC8037-9207-43D7-A38A-DEFD6135264E

7.1.1. Ocorrendo a substituição do Agente Fiduciário como agente fiduciário das Debêntures, as Partes se obrigam a, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da data da substituição, aditar este Contrato para refletir referida substituição. Observados os termos deste Contrato, qualquer Credor poderá ceder ou transferir, a qualquer título, total ou parcialmente, o seu respectivo crédito decorrente dos Contratos Garantidos desde que observe os termos dos referidos Contratos Garantidos.

CLÁUSULA OITAVA

8.1. Comunicações

8.1.1. Qualquer notificação ou outra comunicação aqui prevista deverá ser feita por escrito, por meio de carta registrada, contra-aviso de recebimento, ou transmitida via correio eletrônico (e-mail), com comprovante de transmissão, e endereçada da seguinte forma:

A. <u>para o Representante dos Debenturistas da Primeira Emissão:</u>
VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.
Endereço: Rua Gilberto Sabino, 205 - 4º Andar - Pinheiros
CEP: 05425-020, São Paulo – SP
At: Eugênia Souza || Marcio Teixeira
Telefone: (11) 3030-7177
E-mail: corporate@vortx.com.br

B. <u>para o Representante dos Debenturistas da Segunda Emissão:</u>
VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.
Endereço: Rua Gilberto Sabino, 205 - 4º Andar - Pinheiros
CEP: 05425-020, São Paulo – SP
At: Eugênia Souza || Marcio Teixeira
Telefone: (11) 3030-7177
E-mail: corporate@vortx.com.br

8.1.2. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra parte pela parte que tiver seu endereço alterado.

8.1.3. A parte que enviar a comunicação, aviso ou notificação, conforme estabelecido na Cláusula 8.1.1 acima, não será responsável pelo seu não recebimento por qualquer outra parte receptora em virtude da mudança de endereço de tais partes receptoras e que não sejam comunicadas às demais partes nos termos da Cláusula 8.1.2 acima.

CLÁUSULA NONA

DocuSign Envelope ID: 42DC8037-9207-43D7-A38A-DEFD6135264E

9.1. Disposições Gerais

9.1.1. Os Credores signatários declaram e garantem que não ocorreu e não irá ocorrer, relativamente às obrigações direta ou indiretamente ligadas aos Contratos Garantidos, incluindo sem se limitar à sua negociação e dos demais instrumentos realizados sob seu amparo, qualquer situação que envolva corrupção ativa, suborno, público ou particular, ou qualquer outro ato com oferecimento de vantagem indevida em troca da formalização das respectivas contratações, devendo ser observadas as previsões legais aplicáveis a esse tipo de conduta em vigor na jurisdição em que os Credores estão constituídos e nas jurisdições que tais Credores atuam. Os Credores deverão exigir e garantir que seus sócios, agentes, colaboradores e subcontratados que venham a atuar nos serviços, objeto da operação, cumpram as obrigações acima mencionadas.

9.1.2. Este Contrato é assinado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando os Credores e seus eventuais sucessores a qualquer título.

9.1.3. Qualquer alteração dos termos e condições deste Contrato somente será considerada válida se formalizada por escrito, em instrumento próprio assinado por todos os Credores.

9.1.4. Se qualquer termo, disposição e avença constante do presente Contrato for considerado inexequível, inválido ou ilegal por qualquer razão, os demais termos e disposições continuarão em pleno efeito e vigência, tal como se este Contrato tivesse sido firmado com a eliminação do trecho inexequível, inválido ou ilegal, sendo que tal inexequibilidade, invalidade ou ilegalidade não afetará de outra forma a exequibilidade, validade ou legalidade dos termos e disposições remanescentes, desde que o presente Contrato, assim modificado, continue a expressar, sem alterações relevantes, as intenções originais dos Credores com relação ao objeto do presente Contrato e desde que a eliminação do trecho não prejudique, de forma essencial, os respectivos benefícios e expectativas dos Credores.

9.1.5. A tolerância de um Credor diante do não cumprimento, pelo outro Credor, de quaisquer das obrigações decorrentes deste Contrato não constituirá novação, ou mesmo precedente que por algum modo ou para algum fim libere as partes de efetivá-las, assim como as demais obrigações decorrentes deste Contrato.

9.1.7. Este Contrato constitui título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 784, inciso III, da Lei nº 13.105 de 16 de março de 2015, conforme alterada ("Código de Processo Civil"), e as obrigações nele contidas estão sujeitas à execução específica, de acordo com os artigos 497 e seguintes, 538 e dos artigos sobre as diversas espécies de execução (artigo 797 e seguintes) e 815 e seguintes, todos do Código de Processo Civil.

DocuSign Envelope ID: 42DC8037-9207-43D7-A38A-DEFD6135264E

9.1.8. Para efeitos do presente Contrato, "Dia Útil" significa qualquer dia em que bancos são obrigados a funcionar ou não são autorizados por Lei a fechar na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

9.1.9. Os Credores se comprometem a manter confidenciais todos os termos e condições deste Contrato, que somente serão divulgados para terceiros se requisitado pela legislação ou normas de fiscalização pertinentes, ou em caso de ordem administrativa, judicial, de órgão regulador ou fiscalizador competente, devendo comunicar o outro Credor tão logo possível tal solicitação ou exigência (a menos se expressamente proibido por lei ou por referida ordem), ressalvando-se, entretanto, que o Credor deverá divulgar somente a parcela das informações legalmente exigidas ou solicitadas, exceto se de outra forma for estabelecido de comum acordo entre os Credores por escrito. Os Credores poderão, no entanto, fornecer informações relacionadas ao presente Contrato, em bases confidenciais, a potenciais terceiros adquirentes ou cessionários, exclusivamente para fins de cessão de créditos oriundos dos Contratos Garantidos.

9.1.10. O Agente Fiduciário atua como Representante dos Debenturistas da Primeira Emissão e como Representante dos Debenturistas da Segunda Emissão, respectivamente, e qualquer manifestação pelo Agente Fiduciário deverá ser de acordo com a orientação dos respectivos Debenturistas. Em nenhuma hipótese, o Agente Fiduciário deverá ser responsabilizado ou sujeito a penalidades oriundas da manifestação dos Debenturistas ou da falta de manifestação dos mesmos, neste último caso, desde que o Agente Fiduciário tenha observado todos os procedimentos para realização de Assembleia Geral de Debenturistas nos termos das Escrituras de Emissão e da legislação aplicável.

9.1.11. Todos os atos e manifestações do Agente Fiduciário dependerão de prévia deliberação dos Debenturistas de cada uma das Emissões, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas convocada especialmente para este fim, sendo certo que o Agente Fiduciário deverá, sempre, seguir as orientações e deliberações dos respectivos Debenturistas.

CLÁUSULA DÉCIMA

10.1. Lei Aplicável e Foro

10.1.1. Este Contrato será regido e interpretado de acordo com as leis brasileiras.

DocuSign Envelope ID: 42DC8037-9207-43D7-A38A-DEFD6135264E

10.1.2. Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões ou dúvidas decorrentes deste Contrato, com a exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

11.1. Assinatura Eletrônica

11.1.1. As Partes poderão assinar o presente Contrato por meio eletrônico, sendo consideradas válidas apenas as assinaturas eletrônicas realizadas por meio de certificado digital, validado conforme a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001. As Partes reconhecem, de forma irrevogável e irretratável, a autenticidade, validade e a plena eficácia da assinatura por certificado digital, para todos os fins de direito.

E, por estarem justas e contratadas, as partes firmam o presente Contrato eletronicamente, juntamente com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

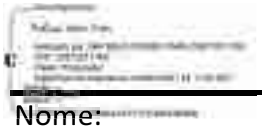
São Paulo, 06 de setembro de 2023.

(as *assinaturas seguem nas páginas seguintes*)

DocuSign Envelope ID: 42DC8037-9207-43D7-A38A-DEFD6135264E

Página de Assinaturas do Contrato de Compartilhamento de Garantias Reais e Outras Avenças

VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.
na qualidade de Representante dos Debenturistas da Primeira Emissão

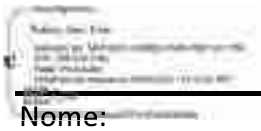


Nome:
Cargo:

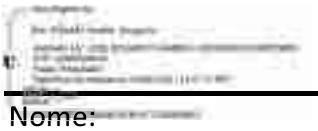


Nome:
Cargo:

VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.
na qualidade de Representante dos Debenturistas da Segunda Emissão

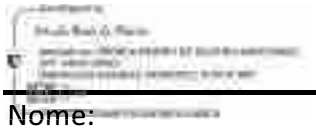


Nome:
Cargo:

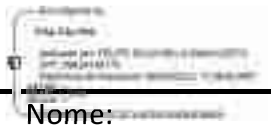


Nome:
Cargo:

TESTEMUNHAS



Nome:
CPF/MF:



Nome:
CPF/MF:

DocuSign

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 42DC8037920743D7A38ADEFD6135264E
Status: Concluído
Assunto: Complete com a DocuSign: Deb Enauta 2ª Emissão - Contrato de Compartilhamento de Garantias (v....
Envelope fonte:
Documentar páginas: 18
Assinaturas: 6
Certificar páginas: 5
Rubrica: 0
Assinatura guiada: Ativado
Selo com EnvelopeId (ID do envelope): Ativado
Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

Remetente do envelope:
Isis Larissa Mangabeira Goncalves Donato
AV BRIGADEIRO FARIA LIMA, 4100
SP, SP 04.538-132
idonato@stoccheforbes.com.br
Endereço IP: 189.112.41.137

Rastreamento de registros

Status: Original
06/09/2023 15:11:40
Portador: Isis Larissa Mangabeira Goncalves Donato
idonato@stoccheforbes.com.br
Local: DocuSign

Eventos do signatário	Assinatura	Registro de hora e data
Brenda Ribeiro de Oliveira bro@vortx.com.br Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital **Detalhes do provedor de assinatura:** Tipo de assinatura: ICP Smart Card Emissor da assinatura: AC Certisign RFB G5 CPF do signatário: 44645126822 **Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:** Aceito: 06/09/2023 18:50:10 ID: e136b045-8b57-429f-9f93-1962ac485e46	 Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 163.116.233.39	Enviado: 06/09/2023 15:29:10 Reenviado: 06/09/2023 18:30:09 Visualizado: 06/09/2023 18:50:10 Assinado: 06/09/2023 18:50:41
Felipe Silva Melo felipe.melo@enauta.com.br Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital **Detalhes do provedor de assinatura:** Tipo de assinatura: ICP Smart Card Emissor da assinatura: AC SERASA RFB v5 CPF do signatário: 09424128770 **Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:** Aceito: 06/09/2023 16:44:57 ID: 293cde76-39fd-4d50-92a8-608392e42b47	 Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 177.184.26.195	Enviado: 06/09/2023 15:29:11 Visualizado: 06/09/2023 16:26:00 Assinado: 06/09/2023 17:08:44
José Eduardo Gamboa Junqueira jej@vortx.com.br Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital **Detalhes do provedor de assinatura:** Tipo de assinatura: ICP Smart Card Emissor da assinatura: AC SERASA RFB v5 CPF do signatário: 42308529830 Cargo do Signatário: Procurador **Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:** Aceito: 06/09/2023 18:56:45 ID: 52c6952d-3c4e-48d1-aab5-fe5d2476bda0	 Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 163.116.233.78	Enviado: 06/09/2023 15:29:10 Reenviado: 06/09/2023 18:30:10 Visualizado: 06/09/2023 18:56:45 Assinado: 06/09/2023 18:57:17

Eventos do signatário	Assinatura	Registro de hora e data
Matheus Gomes Faria mgf@vortx.com.br Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital **Detalhes do provedor de assinatura:** Tipo de assinatura: ICP Smart Card Emissor da assinatura: AC Certisign RFB G5 CPF do signatário: 05813311769 Cargo do Signatário: Procurador **Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:** Aceito: 06/09/2023 18:01:41 ID: a0286a64-42c3-4a13-90d0-cb57ff0666e3	 Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 163.116.233.34	Enviado: 06/09/2023 15:29:09 Visualizado: 06/09/2023 18:01:41 Assinado: 06/09/2023 18:15:05

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data

Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data

Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data

Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data

Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data

Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	06/09/2023 15:29:11
Entrega certificada	Segurança verificada	06/09/2023 18:01:41
Assinatura concluída	Segurança verificada	06/09/2023 18:15:05
Concluído	Segurança verificada	06/09/2023 18:57:18

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico

ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE

From time to time, STOCCHE, FORBES, FILIZZOLA, CLAPIS, PASSARO E MEYER SOCIEDADE DE ADVOGADOS (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through the DocuSign system. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to this Electronic Record and Signature Disclosure (ERSD), please confirm your agreement by selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

Getting paper copies

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. You will have the ability to download and print documents we send to you through the DocuSign system during and immediately after the signing session and, if you elect to create a DocuSign account, you may access the documents for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a $0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

Withdrawing your consent

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

Consequences of changing your mind

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format, and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. Further, you will no longer be able to use the DocuSign system to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

All notices and disclosures will be sent to you electronically

Unless you tell us otherwise in accordance with the procedures described herein, we will provide electronically to you through the DocuSign system all required notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you during the course of our relationship with you. To reduce the chance of you inadvertently not receiving any notice or disclosure, we prefer to provide all of the required notices and disclosures to you by the same method and to the same address that you have given us. Thus, you can receive all the disclosures and notices electronically or in paper format through the paper mail delivery system. If you do not agree with this process, please let us know as described below. Please also see the paragraph immediately above that describes the consequences of your electing not to receive delivery of the notices and disclosures electronically from us.

How to contact STOCCHE, FORBES, FILIZZOLA, CLAPIS, PASSARO E MEYER SOCIEDADE DE ADVOGADOS:

You may contact us to let us know of your changes as to how we may contact you electronically, to request paper copies of certain information from us, and to withdraw your prior consent to receive notices and disclosures electronically as follows:
To contact us by email send messages to: fnogueira@stoccheforbes.com.br

To advise STOCCHE, FORBES, FILIZZOLA, CLAPIS, PASSARO E MEYER SOCIEDADE DE ADVOGADOS of your new email address

To let us know of a change in your email address where we should send notices and disclosures electronically to you, you must send an email message to us at fnogueira@stoccheforbes.com.br and in the body of such request you must state: your previous email address, your new email address. We do not require any other information from you to change your email address.

If you created a DocuSign account, you may update it with your new email address through your account preferences.

To request paper copies from STOCCHE, FORBES, FILIZZOLA, CLAPIS, PASSARO E MEYER SOCIEDADE DE ADVOGADOS

To request delivery from us of paper copies of the notices and disclosures previously provided by us to you electronically, you must send us an email to fnogueira@stoccheforbes.com.br and in the body of such request you must state your email address, full name, mailing address, and telephone number. We will bill you for any fees at that time, if any.

To withdraw your consent with STOCCHE, FORBES, FILIZZOLA, CLAPIS, PASSARO E MEYER SOCIEDADE DE ADVOGADOS

To inform us that you no longer wish to receive future notices and disclosures in electronic format you may:

i. decline to sign a document from within your signing session, and on the subsequent page, select the check-box indicating you wish to withdraw your consent, or you may;

ii. send us an email to fnogueira@stoccheforbes.com.br and in the body of such request you must state your email, full name, mailing address, and telephone number. We do not need any other information from you to withdraw consent.. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process..

Required hardware and software

The minimum system requirements for using the DocuSign system may change over time. The current system requirements are found here: https://support.docusign.com/guides/signer-guide-signing-system-requirements.

Acknowledging your access and consent to receive and sign documents electronically

To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please confirm that you have read this ERSD, and (i) that you are able to print on paper or electronically save this ERSD for your future reference and access; or (ii) that you are able to email this ERSD to an email address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format as described herein, then select the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

By selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures', you confirm that:

- You can access and read this Electronic Record and Signature Disclosure; and
- You can print on paper this Electronic Record and Signature Disclosure, or save or send this Electronic Record and Disclosure to a location where you can print it, for future reference and access; and
- Until or unless you notify STOCCHE, FORBES, FILIZZOLA, CLAPIS, PASSARO E MEYER SOCIEDADE DE ADVOGADOS as described above, you consent to receive exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you by STOCCHE, FORBES, FILIZZOLA, CLAPIS, PASSARO E MEYER SOCIEDADE DE ADVOGADOS during the course of your relationship with STOCCHE, FORBES, FILIZZOLA, CLAPIS, PASSARO E MEYER SOCIEDADE DE ADVOGADOS.



PROSPECTO PRELIMINAR

OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO, SOB O RITO AUTOMÁTICO, DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM ATÉ 2 (DUAS) SÉRIES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, DA 2ª (SEGUNDA) EMISSÃO DA

ENAUTA PARTICIPAÇÕES S.A.

LUZ CAPITAL MARKETS